Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais - PPGCTA

Fábio Fernandes Corrêa

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL E OS IMÓVEIS RURAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

Orientador: Prof. Dr. Roberto Muhajir Rahnemy Rabbani

PORTO SEGURO – BA

ABRIL – 2019

Fábio Fernandes Corrêa

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL E OS IMÓVEIS RURAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais para obtenção do Título de Mestre em Ciências e Tecnologias Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Muhajir Rahnemy Rabbani

PORTO SEGURO – BA

ABRIL – 2019

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia – Sistema de Bibliotecas

C824n Corrêa, Fábio Fernandes
O Novo Código Florestal e os imóveis rurais no extremo sul da Bahia: uma abordagem metodológica de monitoramento ambiental. / Fábio Fernandes Corrêa. – Porto Seguro, 2019.
875 p.

Orientador: Roberto Muhajir Rahnemay Rabbani
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais.

1. Regularização Ambiental de Imóveis Rurais. 2. Termo de Ajustamento de Conduta. 3. Área de Preservação Permanente. 4. Área de Reserva Legal. 5. Mata Atlântica. I. Rabbani, Roberto Muhajir Rahnemay. II. Título.

CDD: 344.81046

Bibliotecário: Lucas Sousa Carvalho – CRB5/1883

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL E OS IMÓVEIS RURAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

Banca Examinadora:

Roberto Muhájir Rahnemay Rabbani (UFSB)
Orientador e presidente da banca

João Batista Lopes Silva (UFSB)
Membro interno

Gabriela Narezi (UFSB)
Membro interno

Patrícia Aurélia Del Nero (UFSB)
Membro externo

Candidato: ----------
Fábio Fernandes Corrêa

Aprovada em: 29/04/2019
Local da Defesa: UFSB – Campus Sosígenes Costa

Dedico este trabalho à minha
esposa Carol e aos meus filhos
Rodrigo e Laís.

AGRADECIMENTOS

O ingresso na primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais, ofertado pela Universidade Federal do Sul da Bahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, apenas foi possível mediante as inestimáveis contribuições do prof. Dr. Ricardo Ribeiro Rodrigues, da USP/ESALQ, e da profa. Ma. Édila Dalmaro Coswosk, da UNEB, que foram decisivas para a elaboração do projeto de pesquisa.

O voto de confiança do prof. Dr. Roberto Muhajir Rahnemy Rabbani, que se tornou meu orientador e guia, foi fundamental para os todos passos até o final do curso, mostrando-me os caminhos do mundo muito pouco conhecido da produção do conhecimento científico. Sua atenção, paciência e tranquilidade refletem qualidades que todos os orientadores deveriam possuir.

Agradeço ao Ministério Público do Estado da Bahia por me apoiar nas atividades perante a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas que, inclusive, permitiram a escolha do tema. Espero que as conclusões desse trabalho possam retribuir todo o suporte com a melhoria da labuta diária dos nobres colegas Promotores de Justiça.

Ao longo da jornada ocorreram importantes contribuições para o desenvolvimento do estudo. Ressalto as excelentes explicações sobre SIG das integrantes do MPBA, Rousyana Gomes de Araújo e Fabrine dos Santos Lima, como manusear o Google *Earth Pro*, pelo técnico Ocimar Galante, da SEMA/INEMA, e do auxílio com a bibliografia jurídica pelo servidor do MPBA e professor da FASB, José Jacques Barros Guarino.

Tive o imenso prazer de cursar componentes curriculares a cargo do prof. Dr. Jorge Antônio Silva Costa e da profa. Dra. Fabiana Cezar Félix Hackradt, que muito ajudaram nas pesquisas. Gostaria de agradecer, em especial, as orientações desses professores no componente curricular Seminário I, que aclararam questões fundamentais para o bom seguimento do estudo.

Aos meus colegas de turma, que tão bem reflete a dinâmica do curso interdisciplinar, com a diversidade de profissões e pensamentos, que muito agregaram na longa e sacrificante jornada.

Meus sinceros agradecimentos a profa. Dra. Guineverre Alvarez e ao prof. Dr. João Batista Lopes da Silva por me auxiliarem em um período de importantes definições, em que o tempo se esvai e o fim almejado não pode ser alcançado sem as corretas orientações.

Minha gratidão aos professores Dr. João Batista Lopes da Silva, Dra. Gabriela Narezi e Dra. Patrícia Aurélia Del Nero pela disponibilidade em comporem a comissão examinadora para o relatório de qualificação e a banca de defesa apontando as correções necessárias para o término do trabalho.

Por fim, não poderia deixar de enaltecer a arquiteta e bióloga, servidora de carreira do IBAMA, atualmente integrante dos quadros do Serviço Florestal Brasileiro, Natália Coelho Barbosa Albuquerque, pela idealização do Programa *Arboretum* de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal. Foi com o Programa e com a Natália que aprendi a, de fato, valorizar as pessoas que fazem a restauração das nossas florestas acontecer.

As florestas precedem os povos, os desertos seguem-nos. Por toda parte onde desaparecem as árvores, o homem foi castigado pela sua imprevidência.

Assis Chateaubriand

O Novo Código Florestal e os imóveis rurais no extremo sul da Bahia: uma abordagem metodológica de monitoramento ambiental

RESUMO

O presente estudo busca compreender a sistemática que envolve a legislação da proteção ambiental, inclusive do bioma Mata Atlântica, mediante a constatação da situação dos imóveis rurais na região do extremo sul da Bahia. Descreve-se de que forma o Ministério Público atuou para a recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de termos de ajustamento de conduta (TAC), nos quais os responsáveis pelos imóveis se comprometeram com suas regularizações ambientais. A escolha do tema surgiu da necessidade de avaliar o cumprimento dos compromissos assumidos, por meio de mecanismos que possibilitem realizar um monitoramento das áreas ambientalmente protegidas, com a consequente garantia do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Em que pese a obrigação do Ministério Público de fiscalizar os TACs, para estes instrumentos não existem meios normatizados para o monitoramento ambiental. Para suprir essa lacuna, por meio dos resultados obtidos, a pesquisa propõe um método de análise para verificar o cumprimento do Novo Código Florestal. A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu na revisão bibliográfica e normativa, bem como na análise e comparação de imagens do Google *Earth Pro* entre as mais recentes disponíveis e de datas próximas aos TACs firmados em 2012, abrangendo 318 imóveis rurais. Os arquivos vetoriais foram extraídos do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) e realizou-se uma avaliação qualitativa da comparação das situações das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Os resultados indicam que em 128 (40,25%) do total de imóveis rurais, houve a manutenção da situação das áreas protegidas; em 75 (23,58%) ocorreu um aumento da cobertura florestal; em 14 (4,4%) houve um decremento da vegetação; não foi possível realizar as análises em 101 (31,76%) áreas. Mesmo que as recomposições estejam dentro do prazo previsto na legislação, a grande quantidade de manutenções das situações das áreas de preservação permanente e de reserva legal pode indicar que outras ações precisam ser adotadas, para além dos termos de ajustamento de conduta, para a correta adequação ambiental de imóveis rurais. Na constatação do decremento da cobertura florestal, impõe-se uma fiscalização imediata na área pelo órgão ambiental competente. Nas hipóteses de aumento, manutenção ou prejudicialidade das análises, o Ministério Público poderá notificar o compromissário do TAC para que adote medidas para a inscrição do imóvel rural no CEFIR ou proceda correções do cadastro. Não sendo o caso de fiscalização ou de notificação, sugere-se um acompanhamento da situação ambiental dos imóveis com um monitoramento futuro. Nesse sentido, os resultados propõem que ocorra a notificação do compromissário para realizar a inscrição ou correções do CEFIR em 204 (64,15%) das análises; 64 (20,12%) casos apontam a necessidade de uma fiscalização pelo órgão ambiental; e em 50 (15,72%) imóveis será dada continuidade ao monitoramento. Mesmo que exista um hiato entre a intenção do legislador e o que se observa na prática para a proteção ambiental, essa pesquisa demonstra e conclui que há ferramentas que podem auxiliar na real implementação das leis, inclusive com implicações práticas positivas ao desempenho das funções do Ministério Público.

Palavras-chaves: Regularização ambiental de imóveis rurais; termo de ajustamento de conduta; área de preservação permanente; área de reserva legal; mata atlântica.

The New Forest Code and rural properties in the extreme south of Bahia: a methodological approach to environmental monitoring

ABSTRACT

The present study seeks to understand the system that involves environmental protection legislation, including the Atlantic Forest biome, through the verification of the situation of rural properties in the extreme south of Bahia. It's describes how the Public Prosecutor's Office worked to restore permanent preservation areas and legal reserve areas, through conduct adjustment terms (TAC), in which those responsible for rural properties have committed to their environmental regularization. The choice of the theme arose from the need to evaluate the commitments assumed, through mechanisms that allow to carry out a monitoring of the environmentally protected areas, with the consequent guarantee of the fundamental right to the ecologically balanced environment. In spite of the obligation of the Public Prosecutor´s Office to supervise TACs, for these instruments there are no standardized means for environmental monitoring. To fill this gap, through the results obtained, the research proposes a method of analysis to verify compliance with the New Forest Code. The methodology used in this research consisted of a bibliographical and normative review, as well as the analysis and comparison of images of Google Earth Pro among the latest available and dates close to the TACs signed in 2012, covering 318 rural properties. The shapefiles were extracted from the State Forest Registry of Rural Property (CEFIR) and a qualitative evaluation to compare the situations of the permanent preservation and legal reserve areas was carried out. The results indicate that in 128 (40.25%) of the total rural properties, the situation of the protected areas was maintained; there was an increase in forest cover in 75 (23.58%); in 14 (4.4%) there was a decrease of vegetation; it was not possible to perform the analyzes in 101 (31.76%) areas. Even if the restorations are within the period established in the legislation, the large number of maintenance of the protected areas may indicate that other actions need to be adopted, in addition to the conduct adjustment terms, for the correct adequacy of rural properties. In observing the decrease in forest cover, an immediate inspection by the competent environmental agency is required. In the event of an increase, maintenance or impaired analysis, the Public Prosecutor´s Office may notify the committed landowner to adopt measures for the registration or corrections of the rural property in CEFIR. Not being the case of inspection or notification, there is a suggestion for only a future monitoring of the environmental situation of the properties. In this sense, the results propose that the notification of the committed landowner to register or correct CEFIR in 204 (64.15%) of the analyzes occurs; 64 (20.12%) cases indicate the need for an inspection by the environmental agency; and in 50 (15.72%) properties will be given continuity to the monitoring. Even if there is a gap between the intention of the legislator and what is observed in practice for environmental protection, this research demonstrates and concludes that there are tools that can help in the real implementation of laws, including positive practical implications for the performance of Public Prosecutor´s Office.

Keywords: Environmental regularization of rural properties; conduct adjustment term; permanent preservation area; legal reserve area; atlantic forest.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - APP de encosta....79
Figuras 2 e 3 - APP de topo de morros, montes, montanhas e serras....83
Figura 4 - Mapa da área de aplicação da Lei nº 11.428/06....116
Figura 5 - Mapas da evolução do desmatamento no extremo sul da Bahia....122
Figura 6 - Territórios de identidade do Estado da Bahia....138
Figura 7 - Estrutura do NUMA....140
Figura 8 - Distribuição geográfica das áreas das coordenações regionais do NUMA....141
Figura 9 - Municípios da coordenação regional do NUMA da Costa das Baleias....142
Figura 10 - Mapa georreferenciado da Fazenda Alvorada....145
Figura 11 - Mapa georreferenciado do Sítio Rodiedy....146
Figura 12 - Corredores ecológicos na Mata Atlântica....149
Figura 13 - Acesso ao sítio eletrônico do SEIA....164
Figura 14 - *Login* para acesso e consulta do SEIA....165
Figura 15 - Localização do CEFIR no SEIA....165
Figura 16 - Tela inicial de consulta do CEFIR....166
Figura 17 - Possibilidade de não haver registro encontrado pelo CPF....167
Figura 18 - Possibilidade de não haver registro encontrado pelo nome....167
Figura 19 - Consulta no sítio eletrônico do SEIA após registro do CPF ou CNPJ....168
Figura 20 - Consulta no sítio eletrônico do SEIA após escolha do CPF ou CNPJ....168
Figura 21 - Localização de informações dos imóveis rurais no CEFIR....169
Figura 22 - Certificado de inscrição do CEFIR....170
Figura 23 - Termo de Compromisso do CEFIR....170
Figura 24 - Aviso de Cadastro do CAR....171
Figura 25 - Cronograma de recuperação de áreas degradadas....171
Figura 26 - *Status* de pendente do CEFIR....172
Figura 27 - Acesso de busca (lupa) - SEIA....172
Figura 28 - Localização de dados específicos dos imóveis rurais no CEFIR....173
Figura 29 - Obtenção dos arquivos vetoriais (parte 1)....173
Figura 30 - Obtenção dos arquivos vetoriais (parte 2)....174
Figura 31 - Obtenção dos arquivos vetoriais (parte 3)....174
Figura 32 - Obtenção dos arquivos vetoriais (parte 4)....175
Figura 33 - Importar arquivos vetoriais para o Google *Earth Pro* (parte 1)....175
Figura 34 - Importar arquivos vetoriais para o Google *Earth Pro* (parte 2)....176
Figura 35 - Mudança das propriedades dos arquivos vetoriais....176
Figura 36 - Posicionamento da imagem no Google *Earth Pro*, data e altura....177
Figura 37 - Deslocamento dos arquivos vetoriais nas imagens do Google *Earth Pro*....178
Figura 38 - Exemplos de visualizações a partir das imagens do Google *Earth Pro*....179
Figura 39 e 40 - Exemplo de um mosaico de imagens, com datas diferentes....180
Figura 41 - Imagem com os arquivos vetoriais da APP....181
Figura 42 - Imagem com os arquivos vetoriais da RL....181
Figura 43 - Imagem com os arquivos vetoriais da APP e RL....182
Figura 44 - Regulador para seleção das imagens históricas....182
Figura 45 - Análise comparativa das áreas ambientalmente protegidas por setor....183
Figura 46 - Diminuição da cobertura florestal....184
Figura 47 - Manutenção da cobertura florestal....184
Figura 48 - Aumento da cobertura florestal....184

Figura 49 - Monitoramento da vegetação realizado pelo CIGEO – Fazenda Aquarela 185
Figura 50 - Localização dos imóveis rurais analisados 205

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - APP dos cursos d'água 75
Tabela 2 - APP dos lagos e lagoas naturais 76
Tabela 3 - APP dos reservatórios 78
Tabela 4 - APP de nascente e olhos d'água 79
Tabela 5 - APP de restingas e manguezais 80
Tabela 6 - APP de bordas dos tabuleiros ou chapadas; topo de morros, montes, montanhas e serras; e áreas em altitude superior a 1.800 (um mil e oitocentos) metros 81
Tabela 7 - APP de veredas 84
Tabela 8 - APP por ato declaratório 84
Tabela 9 - Metragem das faixas obrigatórias de recomposição nas áreas rurais consolidadas de APPs de cursos d'água naturais 98
Tabela 10 - Metragem das faixas obrigatórias de recomposição nas áreas rurais consolidadas de APPs de nascentes e olhos d'água 98
Tabela 11 - Metragem das faixas obrigatórias de recomposição nas áreas rurais consolidadas de APPs de lagos ou lagoas naturais. 99
Tabela 12 - Metragem das faixas obrigatórias de recomposição nas áreas rurais consolidadas de APPs de veredas. 99
Tabela 13 - Número de hectares das reservas legais dos imóveis pertencentes aos fomentados das empresas de celulose 143
Tabela 14 - Porcentagem dos imóveis rurais fomentados pelas empresas de celulose de acordo com o tamanho das respectivas áreas de plantio de eucalipto 147
Tabela 15 - Número de imóveis objetos de termos de adesão firmados perante a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas e respectivos números de Municípios por ano 147
Tabela 16 - Número de imóveis rurais e áreas totais pertencentes às empresas de celulose, fomentados e outros 160
Tabela 17 - Número de compromissários dos termos de ajustamento de conduta firmados perante a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, cujos objetos são a regularização ambiental de imóveis rurais, por ano 161
Tabela 18 - Quantidade de imóveis rurais objetos de termos de ajustamento de conduta e o número de Municípios em que estão situados, por ano de assinatura do acordo 162
Tabela 19 - Ano de inscrição no CEFIR e quantidade de imóveis 195
Tabela 20 - Quantidade de imóveis conforme o *status* da análise do CEFIR pelo INEMA.. 196
Tabela 21 - Quantidade de imóveis rurais de acordo com o tamanho do imóvel rural..... 196
Tabela 22 - Imóveis rurais, Municípios, áreas totais e necessidade de correção do CEFIR.. 197
Tabela 23 - Imóveis rurais, declaração de passivo ambiental e aplicação do Decreto Estadual nº 15.180/14 e da Lei da Mata Atlântica 201
Tabela 24 - Inconsistências dos Cadastros Estaduais Florestais de Imóveis Rurais. 204
Tabela 25 - Resultado das análises comparativas das situações das áreas de preservação permanente e de reserva legal 206
Tabela 26 - Resultado das situações das áreas de preservação permanente e de reserva legal, cujos resultados das análises apontaram as suas manutenções 207
Tabela 27 - Resultado das inconsistências constatadas no CEFIR 213
Tabela 28 - Resultado das análises dos cronogramas de recuperação de APP e/ou RL que ultrapassam o ano de 2032 e o início do seu prazo no mesmo ano da inscrição do imóbel rural no CEFIR 217
Tabela 29 - Providências a partir da análise da regularização ambiental dos imóveis rurais. 225

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Hipóteses de intervenção na vegetação nativa de Mata Atlântica 120
Quadro 2 - Procedimento, localização, data assinatura TAC, compromissário e CPF/CNPJ (vinculado no CAR) 157
Quadro 3 - Imóvel rural, matrícula/identificação, Município, Certificado/TAC, número e CAR.....157
Quadro 4 - *Status*, módulos fiscais, fomento, nº compromissários e nº imóveis 158
Quadro 5 - Área total (CRI), APP preservada, APP parcialmente degradada, APP degradada, RL preservada e RL parcialmente degradada 159
Quadro 6 - RL degradada, RL compensada, vegetação nativa (excedente), desmatamento fora de APP e RL e RPPN.....159
Quadro 7 - Banco de dados da planilha.....160
Quadro 8 - Análise Nº 002 186
Quadro 9 - Evidência análise Nº 002 187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADC	Ação direta de constitucionalidade
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação direta de inconstitucionalidade
APP	Área de preservação permanente
ART.	Artigo
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CDFS	Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável
CDRS	Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEAMA	Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente
CEDEPES	Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia
CEFIR	Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERFLOR	Programa Brasileiro de Certificado Florestal
CF	Constituição Federal
CF.	Conforme
CI	Conservação Internacional
CIGEO	Centro integrado de geoinformação
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNCFlora	Centro Nacional de Conservação da Flora
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRI	Cartório de Registro de Imóveis
CRRF	Centro de Referência em Restauração Florestal
DOU	Diário Oficial da União
DPJ	Diário do Poder Judiciário
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPIA	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FJS	Fundação José Silveira
FSC	*Forest Stewardship Council*
FUNPAJ	Fundação Padre José Koopmans
GEONUMA	Setor de geoprocessamento do Núcleo de Defesa da Mata Atlântica
GPS	*Global Positioning System*
HA	Hectare
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Inquérito civil
IESB	Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

IN	Instrução normativa
INC.	Inciso
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IMA	Instituto de Meio Ambiente
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
ITR	Imposto Territorial Rural
KM	Quilometro
LACP	Lei da Ação Civil Pública
LC	Lei complementar
LERF	Laboratório de Ecológica e Restauração Florestal
LMA	Lei da Mata Atlântica
LMEO	Linha Média de Enchente Ordinária
LPNM	Lei da Política Nacional do Meio Ambiente
M	Metro
M^2	Metro quadrado
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
MPBA	Ministério Público do Estado da Bahia
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
N	Norte
NBTS	Núcleo de Defesa da Baia de Todos os Santos
NEPAM	Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais
NUDEPHAC	Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
NUMA	Núcleo de Defesa da Mata Atlântica
NURP	Núcleo de Defesa da Bacia do Rio Paraguaçu
NUSF	Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco
ONU	Organizações das Nações Unidas
PA	Procedimento administrativo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRA	Programa de Regularização Ambiental
PRAD	Plano de recuperação de áreas degradadas
PRADA	Projeto de recomposição de área degradada e alterada
PREV	Projeto de revegetação
PROBIO	Projeto de conservação e utilização sustentável da biodiversidade biológica brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RENASEM	Registro nacional de sementes e mudas
RIMA	Relatório de impacto ambiental
RL	Reserva legal
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RTK	*Real Time Kinematic*
SAF	Sistema agroflorestal
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SEIA	Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
SER	*Society for Ecological Restoration*

SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SICAR	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SIG	Sistema de informação geográfica
SINIMA	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TAC	Termo de ajustamento de conduta
TC	Termo de compromisso
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TNC	*The Nature Conservancy*
TRF	Tribunal Regional Federal
UC	Unidade de conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
VSI	Vegetação secundária em estágio inicial de regeneração
VSM	Vegetação secundária em estágio médio de regeneração
WWF	*World Wide Fund for Nature*
ZEE	Zoneamento ecológico-econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 27

2.1 O MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO COMO DIREITO FUNDAMENTAL E O PAPEL DO ESTADO 27

2.2 EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL 37

2.3 O NOVO CÓDIGO FLORESTAL: Cadastro Ambiental Rural, Programa de Regularização Ambiental, áreas de preservação permanente e de reserva legal ... 47

2.4 A PROTEÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA E SUA RELAÇÃO COM O NOVO CÓDIGO FLORESTAL 110

2.5 O MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA ATUAÇÃO FRENTE O DANO AMBIENTAL NO EXTREMO SUL DA BAHIA 123

3 MATERIAL E MÉTODOS 154

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 195

5 CONCLUSÕES 226

REFERÊNCIAS 231

APÊNDICES 250

APÊNDICE A - Inconsistências do CEFIR 251

APÊNDICE B - Resultado das análises comparativas das situações das áreas de preservação permanente e de reserva legal 271

APÊNDICE C - Resultado das possíveis providências a partir da análise do CEFIR ... 280

APÊNDICE D – Fluxograma das possíveis providências a partir das análises dos imóveis rurais 293

APÊNDICE E - Análises dos imóveis rurais 294

ANEXOS 869

ANEXO A - Relatório de viagem INEMA 870

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2005, o Ministério Público do Estado da Bahia criou o Núcleo de Defesa da Mata Atlântica (NUMA), formado por todos os Promotores de Justiça atuantes no Bioma, com o objetivo de oferecer uma melhor proteção à sua vegetação nativa. O NUMA conta com uma estrutura de Coordenações Regionais ao longo da costa baiana e cada uma delas traçou estratégias de atuação. A Coordenação Regional da Costa das Baleias, no extremo sul do Estado, decidiu investigar a atividade de silvicultura de eucalipto, especificamente quanto à existência de averbação de área de reserva legal, exigida à época pela Lei nº 4.771/65, nos imóveis rurais com plantações da citada cultura.

Após articulação com o órgão ambiental estadual, em 2008 o Instituto do Meio Ambiente, autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, realizou fiscalizações nos imóveis rurais pertencentes ao Programa Produtor Florestal, cujos proprietários são denominados "fomentados" das empresas de papel e celulose atuantes na região do extremo sul do Estado. Foi constatado que cerca de 60% (sessenta por cento) dos imóveis não tinham licença ambiental ou estavam com a licença vencida. Mais de 70% (setenta por cento) deles apresentavam áreas de preservação permanente degradadas, além de não terem a devida averbação da reserva legal perante o Cartório de Registro de Imóveis.

Provada a responsabilidade das empresas Suzano Papel e Celulose S/A e Fibria Celulose S/A por fomentar atividade econômica em áreas ambientalmente irregulares, logrou-se firmar, no dia 05 de dezembro de 2011, um compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público Estadual. Entre as obrigações assumidas pelas empresas está a de contribuir com a adequação ambiental dos imóveis rurais fomentados, por meio de uma análise técnica das condições ambientais da propriedade ou posse, a elaboração de seus mapas georreferenciados e dos projetos de recomposição de áreas degradadas e alteradas. Havendo necessidade, também se comprometeram em doar mudas de espécies nativas aos fomentados, em quantidade que varia conforme o tamanho da área de eucalipto plantado.

A partir de 2012, os produtores rurais fomentados também passaram a se comprometer perante a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas com a adequação ambiental de suas propriedades ou posses rurais. No entanto, passados vários anos dos citados compromissos, não se sabe se as disposições do Novo Código Florestal foram realmente observadas, em especial as recomposições das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

A Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas detém atribuição em 13 (treze) Municípios do extremo sul do Estado da Bahia e, atualmente, possui 1.529 (um mil, quinhentos e vinte e nove) imóveis rurais, abrangendo uma área total de mais de 418 (quatrocentos e dezoito) mil hectares, cujos proprietários estão obrigados com sua adequação ambiental. Neste sentido, a justificativa deste trabalho é a necessidade de avaliar o cumprimento dos compromissos assumidos, por meio de mecanismos que possibilitem realizar um monitoramento das áreas ambientalmente protegidas, com a consequente garantia do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Assim, o objetivo geral do estudo é verificar a adequada regularização ambiental dos imóveis rurais fomentados pelas empresas de celulose, no tocante às áreas de preservação permanente e de reserva legal, cujos proprietários firmaram termos de ajustamento de conduta com a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, em decorrência da fiscalização realizada pelo órgão ambiental estadual em 2008.

Para tanto foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1. Analisar a legislação brasileira, do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental e o papel do Estado, bem como sua evolução até o Novo Código Florestal e sua relação com a proteção do Bioma Mata Atlântica; 2. Por meio da atuação do Ministério Público frente o dano ambiental no extremo sul da Bahia, comparar a situação da cobertura florestal das áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de imagens de satélite, dos 318 (trezentos e dezoito) imóveis rurais cujos proprietários firmaram termos de ajustamento de conduta com a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas no ano de 2012; 3. Avaliar a criação de um mecanismo de auxílio na atuação do Ministério Público na fiscalização de termos de ajustamento de conduta que tenham por objeto a regularização ambiental de imóveis rurais no tocante a áreas ambientalmente protegidas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu na revisão bibliográfica e na análise comparativa de imagens de satélite disponíveis no Google *Earth Pro* entre a data dos termos de ajustamento de conduta firmados em 2012, abrangendo 318 (trezentos e dezoito) imóveis rurais, e a mais recente disponível. Os arquivos vetoriais foram extraídos do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) e realizou-se uma avaliação qualitativa da comparação das situações das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Em sua primeira parte, o estudo concentra-se na revisão sistemática da literatura especializada em fontes secundárias de dados como livros, manuais, artigos, legislação e jurisprudência.

Para uma compreensão da legislação florestal aplicável aos imóveis rurais, primeiramente o tópico 2.1 traz uma análise do meio ambiente como direito fundamental e a

necessidade de intervenção do Estado para sua tutela. Discorreu-se sobre o surgimento e a evolução dos direitos fundamentais e suas várias dimensões, sendo que a obrigatoriedade de um meio ambiente sadio, que confere qualidade de vida, constitui-se em um direito de terceira dimensão, de titularidade difusa. Há um típico direito-dever, obrigando-se tanto a coletividade como o Poder Público a defender o meio ambiente. O art. 225 da Constituição Federal (CF) de 1988 estipula uma série de obrigações ao Estado, destacando-se o dever de definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. Entre os espaços ambientalmente protegidos estão as áreas de preservação permanente e de reserva legal.

O item 2.2 descreve a evolução da legislação ambiental brasileira, iniciando-se com um histórico geral. No período colonial eram aplicadas as leis portuguesas no território brasileiro. No período republicano surgem os primeiros diplomas legais com cunho ambiental, como o Código Florestal (Decreto nº 23.793/34), embora a defesa da natureza tivesse uma preocupação mais antropocêntrica. A partir da década de 1970, especialmente em razão da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, ocorreram importantes inovações legislativas, como a aprovação da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), culminando com a Constituição Federal de 1988, calcada no princípio do desenvolvimento sustentável, e que foi a primeira da história a trazer um capítulo específico sobre o meio ambiente.

Ainda no mesmo tópico é tratado do surgimento e evolução das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Mesmo que com viés eminentemente econômico, a primeira lei de proteção florestal do Brasil foi o Regimento do Pau-Brasil, de 12 de dezembro de 1605, que estabeleceu limites à sua exploração. Apenas com a proclamação da República houve uma valorização do bem público, incluindo as riquezas naturais do País, o que ocasionou as discussões que acabaram com a edição do primeiro Código Florestal. Este diploma trouxe a obrigação de se preservar uma reserva de vegetação nativa de 25% (vinte e cinco por cento) da área total da propriedade. As florestas foram ainda classificadas em protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. É nesse momento que surgem os embriões das áreas de reserva legal e de preservação permanente, expressões que passaram a vigorar com a Lei nº 4.771/65 e suas alterações.

O tópico 2.3 discorre sobre a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, chamada de Novo Código Florestal. Há uma síntese sobre o contexto do processo político, inclusive da mobilização popular contrária à mudança legislativa da então vigente Lei nº 4.771/65. Uma vez editado o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/12), diversas ações diretas de

inconstitucionalidade foram intentadas no Supremo Tribunal Federal (STF), com o argumento comum de violação do princípio da vedação do retrocesso social, pelo estabelecimento de um padrão de proteção ambiental inferior ao contemplado na legislação revogada. O final do julgamento de tais ações ocorreu em 28 de fevereiro de 2018, tendo o STF afastado a grande maioria das alegações de inconstitucionalidade. As poucas declarações de inconstitucionalidades e as interpretações conforme a Constituição Federal são expostas ao longo da revisão da Lei nº 12.651/12.

Tratando especificamente sobre o Novo Código Florestal, no mesmo item são examinadas as suas disposições gerais e conceitos, como de pequena propriedade ou posse rural e área rural consolidada, que têm uma influência muito grande sobre as delimitações das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Os principais aspectos do Cadastro Ambiental Rural, denominado CEFIR no Estado da Bahia, e do Programa de Regularização Ambiental são levantados, pois além de serem considerados os mais importantes avanços da Lei nº 12.651/12, é por meio deles que é realizada a adequação ambiental do imóvel rural, objeto do presente estudo.

Em continuidade, são exploradas as conceituações das áreas ambientalmente protegidas do Novo Código Florestal, que são o foco do presente trabalho. São descritos os variados tipos de áreas de preservação permanente, a partir do curso d'água; lagos e lagoas naturais; reservatório; nascentes e olhos d' água; restingas; manguezais; borda dos tabuleiros ou chapadas; topo de morros, montes, montanhas e serras; áreas em altitude superior a 1.800 (um mil e oitocentos) metros; veredas; e por ato declaratório de interesse social pelo Chefe do Poder Executivo.

É importante ressaltar a finalidade da área de reserva legal, que é a de manter uma cobertura vegetal nativa no imóvel rural, tanto para assegurar o uso econômico de modo sustentável dos seus recursos naturais, como para promover a conservação da biodiversidade. Nos imóveis rurais objetos do presente trabalho, 20% (vinte por cento) das suas áreas totais devem ser mantidas a título de reserva legal. Permite-se, contudo, o cômputo das áreas de preservação permanente no percentual das áreas de reserva legal, desde que: a) o benefício não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo; b) a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação e; c) o imóvel tenha sido inscrito no Cadastro Ambiental Rural. A localização da reserva legal é determinada por critérios estipulados na Lei nº 12.651/12, como formação de corredores ecológicos, áreas de maior fragilidade ambiental ou de maior importância para a conservação da biodiversidade. Há, ainda, a possibilidade de exploração econômica da reserva legal, por meio do manejo

sustentável, sem propósito comercial para consumo na propriedade, ou com propósito comercial, mediante um plano aprovado pelo órgão ambiental estadual.

Em razão das suas relevâncias, foi realizado em estudo específico das áreas rurais consolidadas em áreas de preservação permanente e de reserva legal. Embora as delimitações das áreas de preservação permanente continuem as mesmas descritas no art. 4º da Lei nº 12.651/12, havendo em seu interior área rural consolidada, a recuperação do espaço ambientalmente protegido ocorrerá apenas nas faixas obrigatórias de recomposição, que variam conforme o tamanho da propriedade ou posse rural. Os imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área rural consolidada e tamanho de até 4 (quatro) módulos fiscais, a reserva legal será constituída pela vegetação nativa existente àquela época, ainda que em percentual inferior a 20% (vinte por cento) da área total da propriedade ou posse rural.

Finaliza-se o tópico sobre o Novo Código Florestal com discussões relacionadas à intertemporalidade das Leis nº 4.771/65 e nº 12.651/12. Isso porque no sistema jurídico brasileiro, para fins de segurança jurídica, temos a regra da irretroatividade das novas leis e, quando ocorre a retroatividade, não são alcançados por seus efeitos o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Dessa forma, não são atingidos os termos de ajustamento de conduta firmados na vigência da Lei nº 4.771/65 ou a averbação da reserva legal no Cartório de Registro de Imóveis, com o percentual de 20% (vinte por cento) da área total da propriedade ou posse rural.

No tocante à legislação florestal aplicável aos imóveis rurais objetos deste estudo, discorreu-se no item 2.4 sobre a proteção específica da Mata Atlântica, um dos principais *hotspots* de conservação mundial, assim considerada diante da sua altíssima biodiversidade e por estar em extremo perigo. Em razão da sua especialidade, a Lei nº 11.426/08 deve ser observada em conjunto com o Novo Código Florestal. Assim, as eventuais intervenções na vegetação nativa devem tanto respeitar a lei de proteção da Mata Atlântica como a Lei nº 12.651/12. Ademais, a tutela específica do Bioma ocorreu com a CF/88, que a tratou como patrimônio nacional, e a partir da edição do Decreto nº 99.547/90 foram proibidos, por tempo indeterminado, o corte e a respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica. Seguiram-se outros regramentos de proteção do Bioma, como o Decreto nº 750/93 e finalmente a Lei nº 11.426/08, sendo que suas regras devem ser respeitadas durante os seus respectivos períodos de vigência.

Importante destacar que, para a compreensão dos instrumentos de proteção das áreas ambientalmente protegidas dos imóveis rurais, no tópico 2.5 houve a descrição da instituição do Ministério Público e sua atuação frente à responsabilização pelo dano ambiental. Diante da

tríplice responsabilidade pela degradação ambiental, incumbe ao Ministério Público buscar a responsabilização nas esferas civil e criminal, cabendo aos órgãos do SISNAMA a autuação pela infração administrativa. Em decorrência da problemática do presente estudo recair sobre a efetividade do meio utilizado pelo Ministério Público para se buscar a adequação ambiental dos imóveis rurais, exige-se uma compreensão da evolução dessa instituição até seu atual perfil constitucional.

Com a sua origem recente ligada aos agentes do rei (*le gens du roi*) da França, o Ministério Público percorreu um longo caminho até se desvencilhar primeiro da defesa da Coroa e, depois, de uma estrutura integrante dos Poderes Executivo ou Judiciário. A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) conferiu legitimidade ao Ministério Público para atuar na defesa do meio ambiente. Com a atual missão constitucional conferida pela Lei Maior de 1988 de assegurar os direitos fundamentais, a instituição se vale de dois importantes instrumentos para tanto, o inquérito civil e o compromisso de ajustamento de conduta. O Ministério Público do Estado da Bahia, por seu turno, possui uma estrutura específica que abarca a defesa do meio ambiente, com as Promotorias de Justiça Regionais Ambientais.

Foram também levantados todos os aspectos do dano ambiental, sendo que para a sua reparação integral devem ser levados em consideração o dano ecológico puro, o dano interino ou intercorrente e o dano moral ou extrapatrimonial. Especificamente a modalidade de responsabilização objetiva pelo dano ambiental ingressou no ordenamento jurídico brasileiro no final da década de 1970 e, posteriormente, foi expressa na Lei nº 6.938/81 e na Constituição Federal de 1988. A degradação ambiental é imputada ao seu causador, comprovando-se o dano e o nexo causal com determinada atividade humana. Há uma tendência, porém, que o vínculo causal, pela complexidade dos processos ecológicos e da possibilidade de causas concorrentes, pode até ser dispensado, sendo o dano imputado ao risco da própria atividade.

Continuando o próximo tópico, há o relato histórico da silvicultura de eucalipto no extremo sul da Bahia e a atuação da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, de Âmbito Regional, com sede em Teixeira de Freitas, que culminou com a assinatura do termo de ajustamento de conduta com as empresas Suzano Papel e Celulose S/A e Fibria Celulose S/A. Descreve-se a atuação do setor de celulose e sua importância econômica para a região, considerada uma das mais produtivas do mundo para a silvicultura de eucalipto. A partir de um inquérito civil, de caráter regional, o Ministério Público logrou provar a

responsabilidade das citadas empresas por fomentar atividade econômica em áreas ambientalmente protegidas.

Os danos ambientais, considerados todos os seus aspectos, foram equacionados extrajudicialmente com a assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC). Diversas obrigações constaram do TAC, destacando-se a de adequar ambientalmente as áreas próprias e auxiliar na adequação dos imóveis dos fomentados. Esta última ocorre com a realização de uma análise técnica dos aspectos ambientais dos imóveis dos fomentados e a elaboração de seus mapas georreferenciados e planos de recomposição de áreas degradadas ou alteradas. A fim de propiciar oferta de sementes e mudas para as restaurações, com a necessária diversidade de espécies da Mata Atlântica, o TAC previu a implementação e manutenção do Programa *Arboretum* de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal, que atua em toda a cadeia de restauração florestal na região da Hileia Baiana. Os fomentados também poderão ser beneficiados com a doação de mudas pelas empresas, a depender do tamanho da área de plantio de eucalipto.

Diante de tal referencial teórico e fático, o tópico 3 dispõe sobre o material e métodos. A pesquisa foi classificada como aplicada, com abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos é uma pesquisa exploratória e no tocante ao procedimento bibliográfica, documental e *ex-post-facto*. Para a delimitação do objeto de estudo, todos os termos de ajustamento de conduta referentes à adequação ambiental de imóveis rurais da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas foram inseridos em uma planilha do programa Excel, desde a sua criação no ano de 2011 até o dia 14 de fevereiro de 2019.

Foram coletados dados de 1.529 (um mil, quinhentos e vinte e nove) imóveis rurais e constatou-se que 48,33% (quarenta e oito vírgula trinta e três por cento) deles pertencem às empresas de celulose. Para contemplar uma diversidade de responsáveis pelos imóveis, cujas condições econômicas, interesses pela restauração e ações visando a recomposição de áreas protegidas podem variar, optou-se pela análise de outras propriedades e posses rurais que não sejam as áreas próprias das empresas. Como os demais termos de ajustamento de conduta foram sendo firmados ao longo dos anos e contemplam 790 (setecentos e noventa) imóveis rurais, limitou-se a análise aos 318 (trezentos e dezoito) imóveis cujos termos foram firmados em 2012. Tal escolha também deve-se ao fato do longo período necessário para se atingir a recomposição de uma área degradada ou alterada, embora o presente estudo não tenha a pretensão de atestar se as áreas estão completamente restauradas.

Os dados dos imóveis rurais foram extraídos dos respectivos termos de ajustamento de conduta e do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais. Por meio do CEFIR, inclusive,

foi possível a obtenção dos arquivos vetoriais. A análise comparativa da situação da cobertura florestal das áreas de preservação permanente e de reserva legal ocorreu por meio da interpretação visual de imagens de satélite disponíveis do Google *Earth Pro*. Foi realizada uma avaliação qualitativa das áreas ambientalmente protegidas, cujos indicadores não são mensuráveis, mas baseados na observação e julgamento do observador, utilizando-se o roteiro metodológico de identificação, determinação e interpretação.

Quando do levantamento das informações, notou-se uma grande quantidade de inconsistências do CEFIR de imóveis rurais, cujas análises foram realizadas pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Mesmo que os imóveis rurais não estivessem dentro da delimitação do objeto da pesquisa, decidiu-se averiguar o grau de comprometimento das informações inseridas no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais. Isso porque, se o presente trabalho é também baseado no referido cadastro, para a análise dos resultdos é importante saber a confiabilidade das informações dele extraídas. Para a conclusão do estudo houve o estabelecimento dos critérios de "diminuição", para a perda da cobertura florestal, "manutenção", para a situação que se manteve, com ou sem vegetação, e "aumento" para o incremento da cobertura florestal. O intuito foi o de classificar a atual situação do imóvel rural em comparação à data aproximada da assinatura do termo de ajustamento de conduta no ano de 2012. Cada análise de imóvel rural foi sintetizada em documentos denominados "ANÁLISE", que foram devidamente numerados e constam do material complementar.

Espera-se, a partir da comparação das situações da cobertura florestal das áreas de preservação permanente e de reserva legal, aferir se está havendo o cumprimento dos termos de ajustamento de conduta. Embora vários fatores possam influenciar na adequação ambiental do imóvel rural, uma avaliação qualitativa que aponte o incremento da cobertura florestal é um indicador positivo da recuperação dos espaços ambientalmente protegidos.

Ademais, os resultados terão importantes implicações práticas em milhares de imóveis rurais, em especial naqueles localizados no Bioma Mata Atlântica, considerando a possível criação de um importante mecanismo de auxílio na própria atuação do Ministério Público, que poderá municiar o órgão na implementação ou correção de políticas públicas, além da destinação de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos. Com o desenho de um sistema de averiguação de cumprimento da legislação de proteção de áreas ambientalmente protegidas realizar-se-á uma aliança entre o Direito Ambiental e as Ciências Ambientais, que poderá representar um benefício social, por meio do restabelecimento dos serviços ambientais proporcionados pelas áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Em busca da possibilidade em dar uma resposta socioambiental à presente pesquisa, a partir dos resultados alcançados e das conclusões das análises, pretende-se propor um mecanismo de tomada de decisão que poderá ser replicado em outras Promotorias de Justiça ou mesmo outros órgãos de fiscalização ambiental. Isso porque, a depender da situação, diferentes atitudes poderão ser tomadas, especialmente pelo membro do Ministério Público, que são a notificação do responsável pela área, a solicitação de fiscalização ao órgão ambiental ou a continuidade do monitoramento. Espera-se, a partir dos resultados alcançados, sugerir condutas que possam agilizar a fiscalização dos termos de ajustamento de conduta que tragam obrigações de recomposição de áreas ambientalmente protegidas nos imóveis rurais.

Ao longo do estudo procura-se demonstrar que o cumprimento dos termos de ajustamento de conduta, especialmente no tocante à recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, é um importante parâmetro para se atingir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para tanto, são analisadas a legislação correlata e a atuação do Ministério Público. Mesmo que o código florestal atual tenha previsto menos obrigações que o anterior, questiona-se a falta de empenho na sua integral aplicação, seja pela falta de cobrança aos detentores dos imóveis rurais seja pelo desinteresse ou omissão dos órgãos de controle.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO COMO DIREITO FUNDAMENTAL E O PAPEL DO ESTADO

O respeito às áreas de preservação permanente e de reserva legal nos imóveis rurais tem uma importância muito maior do que apenas o cumprimento da Lei de Proteção da Vegetação Nativa. O que pode ser visto como um ônus pelos produtores rurais, é essencial à toda a sociedade, em razão das importâncias ecológicas de tais áreas ambientalmente protegidas. Há uma relação direta com o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o Estado tem a obrigação de criar condições para suas proteções e eventuais recuperações.

Surgida no século XVIII, juntamente com o modelo político do Estado Democrático de Direito (MARMELSTEIN, 2018, p. 33), a expressão direitos fundamentais é comumente utilizada como sinônimo de direitos humanos. No entanto, primeiramente é apontada a diferença de que direitos fundamentais são previsões constitucionais normatizadas em um determinado Estado, ao passo que os direitos humanos têm caráter supranacional, decorrentes de documentos de direito internacional; ademais, por ter uma inspiração jusnaturalista, sem maiores consequências, os direitos humanos não seriam sempre exigíveis internamente, enquanto que os direitos fundamentais são passíveis de cobrança judicial (RAMOS, 2019, p. 52-53).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 inovou, ao tratar logo no começo de seu texto e com uma terminologia nunca antes utilizada e ao prever um título específico sobre os direitos e garantias fundamentais (SARLET, 2013, p. 184), sendo uma das mais avançadas do mundo no tocante à matéria (PIOVESAN, 2018, p. 103). O Título II é dividido nos capítulos dos direitos individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos e direitos relacionais à existência, organização e a participação em partidos políticos. Os direitos fundamentais na Lei Maior, porém, não se restringem a tal título, havendo diversos outros dispersos no texto constitucional (PARDO, 2005, p. 306).

Direitos fundamentais são, de acordo com Bulos (2018, p. 526), “o conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos, inerentes à soberania popular, que garantem a convivência pacífica, digna, livre e igualitária [...]”. São também parâmetro hermenêutico e de valores superiores de toda a ordem constitucional e jurídica (SARLET,

2012, p. 53), cuja principal finalidade é o respeito à dignidade do ser humano, englobando o direito à vida, liberdade, igualdade e pleno desenvolvimento de sua personalidade.

São dotados de diversas características, a começar pela universalidade, pois são dirigidos a toda pessoa, independente de sua raça, credo, nacionalidade ou convicção política (MARMELSTEIN, 2018, p. 235). Como surgem e se desenvolvem em um dado momento histórico, inclusive quanto ao sentido que lhe é concedido, tem a característica de historicidade. Não podem ser renunciados ou negociados, daí falar-se no seu caráter de irrenunciabilidade e inalienabilidade (SILVA, 2013, p. 183), bem como são imprescritíveis, isto é, não se perdem ao longo do tempo (NOVELINO, 2012, p. 398).

É também apontada a característica da efetividade, pois o Poder Público deve zelar, inclusive preventivamente, pela proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos, seja de órgãos estatais ou de agressões de particulares (SARLET, 2013, p. 186). A concorrência dos direitos fundamentais é possível, na medida em que podem ser exercidos ao mesmo tempo e, como podem colidir, deve-se se valer de uma ponderação em razão do princípio da unidade da Carta Magna, isto é, da inexistência de hierarquia jurídica entre normas constitucionais (BARROSO, 2018, p. 378).

Há sucessivas dimensões de direitos fundamentais, de acordo com a ordem histórico-cronológica e diferentes momentos de conscientização, preponderando em cada uma um tipo de direito considerado fundamental (FERREIRA FILHO, 2015, p. 96). É comum a utilização, sem distinção, das expressões dimensões ou gerações de direitos fundamentais. No entanto, a primeira é mais adequada porque "gerações" pode dar a falsa noção de que ocorreram substituições entre elas ao longo do tempo, quando na verdade houve um "processo de cumulação e complementariedade" (XEREZ, 2012, p. 40).

Os direitos de primeira dimensão são inspirados nas doutrinas iluministas e jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII. Dizem respeito aos direitos de liberdade, incluindo o direito à vida, à segurança, à propriedade e à igualdade, estando ligados aos direitos civis e políticos. Têm cunho negativo, delimitando uma não intervenção do Estado, preservando-se uma autonomia individual em face do seu poder (GRILLO, 2008, p. 110; PICADO, 2010, p. 54).

Os direitos de segunda dimensão, surgidos durante o século XX, em especial depois da Primeira Guerra Mundial, compreendem os direitos sociais, econômicos e culturais (BULOS, 2018, p. 529). "Não são meros poderes de agir, meras liberdades, mas têm por característica maior reclamarem contrapartida da parte da socidade por meio do Estado" (FERREIRA FILHO, 2015, p. 104), no sentido de um bem-estar social, por meio da saúde, educação e

assistência social, por exemplo. Também estão incluídas as liberdades sociais, como a de sindicalização, o direito de greve e os direitos fundamentais dos trabalhadores, como férias, repouso semanal, salário mínimo e limitação da jornada de trabalho (PICADO, 2010, p. 54).

Os direitos da terceira dimensão, também chamados de direitos de fraternidade ou solidariedade (SARLET, 2012, p. 33), são aqueles de titularidade difusa, pois dissociam-se do indivíduo para levar em consideração o coletivo, a sociedade como um todo. São comumente citados o direito à comunicação, a autodeterminação dos povos e a de um meio ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida. O direito fundamental ao ambiente equilibrado, inclusive, constitui um típico direito-dever, pois há um dever de solidariedade que se projeta a partir do citado direito fundamental no sentido da obrigação do Poder Público e da coletividade, portanto de particulares também, de defesa do meio ambiente (SARLET, 2013, p. 209).

Na evolução dos direitos fundamentais, deixam eles de se referirem apenas àqueles direitos de uma pessoa ou de interesses coletivos, como dos integrantes de organizações sociais, sindicatos ou associações profissionais (WOLKMER, 2002, p. 17). Com a sua ampliação, também passaram a ser consideradas pessoas indeterminadas, vinculadas por um interesse comum. Não há uma titularidade certa, mas são direitos que repercutem sobre o bem-estar ou até mesmo na sobrevivência dos indivíduos, daí a expressão direitos difusos (TÁCITO, 1984, p. 1001). A solidariedade, por seu turno, deve ser entendida tanto no seu caráter de indivisibilidade, como já exposto, como na vertente de cooperação, uma vez que não basta zelar pelos interesses próprios, devendo os povos agirem conjuntamente já que a proteção ambiental não encontra fronteiras (COELHO, 2012, p. 116 e 121).

Mesmo que algumas vozes, como de Paulo Bonavides, afirmem a existência de direitos de quarta ou quinta dimensão, em razão da globalização política e do direito à paz (NOVELINO, 2012, p. 401), para fins do presente trabalho será dado enfoque ao direito ao meio ambiente e sadia qualidade de vida, reconhecidamente um direito fundamental de terceira dimensão, uma vez expresso na Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2007, p. 172).

O meio ambiente, na Lei Maior, demanda uma análise sistêmica de seus artigos. Isso porque o fundamento da constitucionalização do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado visa assegurar a dignidade humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (SILVA, 2007, p. 173). “A plena dignidade do ser humano passa, necessariamente, pela existência de um meio ambiente saudável” (TRINDADE, 2010, p. 8). Assim, em razão do Estado não ter conseguido atingir os direitos fundamentais de segunda dimensão (sociais) e ter pela frente o desafio de enfrentar as degradações ambientais, fala-se no surgimento de

um Estado socioambiental (FENSTERSEIFER, 2008, p. 134). No Estado socioambiental a preservação ambiental passa a balizar as ações estatais e as políticas públicas (WOLKMER; PAULITSCH, 2013, p. 259-260).

A expressão "meio ambiente" deriva do francês *milieu ambiant*, cujo primeiro uso é atribuído ao naturalista Geoffroy de Saint-Hilaire (SIRVINSKAS, 2018, p. 126). Descreve-se que a doutrina se divide entre conceituar o meio ambiente de forma restrita, levando em consideração basicamente os seus elementos naturais, ou de maneira mais ampla. Os defensores desta última corrente têm prevalecido e, inclusive, tratados internacionais abrangem na definição de meio ambiente o uso dos recursos da biosfera (RABBANI, 2012, p. 35-36).

Ainda que se afirme que o conceito de meio ambiente possa variar ao longo do tempo e em razão de dada sociedade (SILVA, 2007, p. 171; MILARÉ, 2013, p. 134), há no Brasil uma definição legal prevista na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. De acordo com o seu art. 3º, inc. I, meio ambiente é "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

Ressalta-se que a definição legal não trata apenas da vida humana e vai além de meio natural (SILVA, 2007, p. 171). Por isso, pode-se conceituar meio ambiente como a "interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas" (SILVA, 2013a, p. 20). Mesmo que haja a possibilidade da definição de meio ambiente em outras áreas de estudo, como na biologia, antropologia (SILVA, 2007, p. 170) e geografia (HOLZER, 1997, p. 81), é muito importante que exista uma definição legal para trazer segurança jurídica ao caracterizar o objeto do Direito Ambiental.

Apenas com a Constituição Federal de 1988 é que ocorre a proteção do meio ambiente "ecologicamente equilibrado", de acordo com a previsão instituída em seu art. 225. Levando-se em consideração o conceito legal de meio ambiente, pode-se mencionar, em apertada síntese, que o que é objeto da proteção jurídica é o equilíbrio da interação dos elementos bióticos e abióticos (RODRIGUES, 2002, p. 58).

Aliás, a Lei Fundamental de 1988 trouxe, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras, um capítulo específico sobre o meio ambiente, sendo que as anteriores, quando trataram do meio ambiente, o fizeram em artigos esparsos (MORAES, 2017, p. 890). Tal fato, inclusive, foi considerado um avanço frente a algumas Constituições europeias em vigor na época (SILVA, 2013, p. 857).

Não se deve perder de vista, contudo, que a tutela do meio ambiente não ficou aprisionada no referido capítulo (BENJAMIN, 2005, p. 7), uma vez que normas de cunho ambiental são encontradas ao longo do texto constitucional. Por tal razão, há o surgimento de um novo modelo de Estado, chamado Socioambiental, que valoriza as funções ecológicas e promove o exercício da cidadania gerenciando os problemas ambientais de modo responsável e comprometido (NIENCHESKI, 2017, p. 192).

Como foi observado, ao ser içado a uma proteção constitucional, mesmo fora do título específico dos direitos fundamentais, o meio ambiente também recebe essa qualificação (SILVA, 2007, p. 172; BENJAMIN, 2005, p. 25), inclusive com reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (ROCHA, 2013, p. 3). Daí advém todas as suas consequências no próprio âmbito constitucional, com a sua inclusão no rol das cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF) e de aplicabilidade imediata, de acordo com o art. 5º, § 1º, da CF (SARLET, 2012, p. 53).

O termo "cláusula pétrea" refere-se a uma denominação dada aos limites expressos materiais do poder reformador, isto é, assuntos que não podem ser objeto de emenda à Constituição Federal (SARLET; BRANDÃO, 2013, p. 1125). Conforme o art. 60, § 4º, da CF, não serão objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais, estando os direitos fundamentais aqui incluídos.

A "aplicação imediata", por sua vez, significa que as respectivas normas produzem ou podem produzir todos os seus efeitos independentemente da legislação infraconstitucional, embora existam alguns dispositivos da Lei Fundamental que constituem direitos fundamentais, mas que dependem de legislação ulterior, como o caso dos direitos sociais (MORAES, 2017, p. 31).

Vale ressaltar que a República Federativa do Brasil é calcada na dignidade da pessoa humana (art. 3º, inc. III, da CF/88), que contempla uma dimensão ambiental, no sentido que a pessoa, considerada individualmente, ou a coletividade possam gozar de um bem-estar, de uma qualidade de vida (ATTANASIO JUNIOR, 2015, p. 47). Tutelar o meio ambiente é uma nova forma de proteção do próprio direito à vida, pois o que se está a abrigar são as condições ambientais que dão suporte à vida (SILVA, 2013a, p. 61).

A proteção ambiental constitucional, em última análise, assegura o direito fundamental à vida (SILVA, 2013, p. 857). Ela não pode ser vista como um rótulo vinculado a uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas, pois os deveres ambientais devem ser repartidos à proporção de seus benefícios. O direito deve ser democratizador, no sentido de que os lucros ambientais referentes à qualidade de vida devem ser divididos

igualmente entre todos (SCHMIDT, 2002, p. 18). Assim, a "noção de interesse coletivo deveria ser ampliada a empreendimentos que a curto prazo não trazem proveito a ninguém, mas a longo prazo são portadores de enriquecimento processual para o conjunto da humanidade" (GUATTARI, 1990, p. 51).

Ao garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o art. 225 também impôs ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Há uma obrigação explícita, endereçada a todos, de proteção ambiental. Pode ser deduzido, ainda, a existência de uma obrigação implícita, igualmente destinada a todos indistintamente, mas de cunho negativo, de não degradar o meio ambiente (BENJAMIN, 2005, p. 28).

É bom frisar que a CF determinou uma equidade de acesso aos recursos naturais, que devem ser partilhados por toda a coletividade. Além de não exaurir os recursos não renováveis, deve-se levar em consideração os "usuários potenciais das gerações vindouras" (MACHADO, 2013a, p. 92). Assim, ao incluir o dever de defender e preservar o meio ambiente para as "futuras gerações" é que se institui expressamente mais um princípio do Direito Ambiental, o denominado princípio da solidariedade intergeracional, inclusive já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

> Os direitos de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos, genericamente, e de modo difuso, a todos os integrantes dos agrupamentos sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem, por isso mesmo, ao lado dos denominados direitos de quarta geração (como o direito ao desenvolvimento e o direito à paz), um momento importante no processo de expansão e reconhecimento dos direitos humanos, qualificados estes, enquanto valores fundamentais indisponíveis, como prerrogativas impregnadas de uma natureza essencialmente inexaurível. Todos sabemos que os preceitos inscritos no art. 225 da Carta Política traduzem, na concreção de seu alcance, a consagração constitucional, em nosso sistema de direito positivo, de uma das mais expressivas prerrogativas asseguradas às formações sociais contemporâneas. Essa prerrogativa, que se qualifica por seu caráter de metaindividualidade, consiste no reconhecimento de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (RTJ, 158:205-206, Rel. Min. Celso de Mello), de um típico direito de terceiro geração (ou de novíssima dimensão), que assiste de modo subjetivamente indeterminado, a todo o gênero humano, circunstância essa que justifica a especial obrigação – que incumbe ao Estado e à própria coletividade – de defendê-lo e preservá-lo em benefício das presentes e futuras gerações, evitando-se desse modo, que irrompam no seio da comunhão social, os graves conflitos intergeracionais marcados pelo desrespeito ao dever de solidariedade na proteção da integridade desse bem essencial de uso comum de todos quantos compõem o grupo social (STF, ADI 3.540-1-MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello, decisão de 1º-9-2005).

Ao lado das atitudes individuais e coletivas, o Poder Público, entendido como todas as entidades territoriais públicas (SILVA, 2013a, p. 78), tem um importante papel na salvaguarda do meio ambiente. Nesse sentido, deve-se primeiramente entender a

“patrimonialização” ou “dominialização” de bens ambientais que a Carta Magna estabeleceu ao longo de seu texto.

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são consideradas, pelo art. 225, § 4º, da CF, “patrimônio nacional”, sendo que as suas utilizações ocorrerão na forma da lei. Em julgamento em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, o Ministro Célio Borja muito bem delineou que o termo patrimônio nacional deve ser entendido no sentido de “singularizar um conjunto de elementos que identificam uma certa porção de área geográfica brasileira” (STF, ADI 487-5, Distrito Federal, D.J. 11.04.97).

Não se trata, portanto, de um bem de domínio público, mas expressa o seu reconhecimento de importância ao povo brasileiro (DEUS, 2003, p. 102) e o dispositivo traz um significado político da vedação de internacionalização dessas áreas, em especial a Amazônia (SILVA, 2013, p. 285) .

Quanto a certos recursos hídricos, o art. 20, inc. III, da CF, elenca entre os “bens” da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limite com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais. O art. 26 da Constituição Federal, por sua vez, inclui entre os “bens” do Estado as águas superficiais ou subterrâneas.

Ainda que tratados como “bens”, o que se entende é que os citados entes federativos tem a responsabilidade de realizar a gestão das águas (SILVA, 2007, p. 172), já que ainda mantêm a sua natureza jurídica de direito transindividual (DEUS, 2003, p. 60). Assim, resta claro que recursos naturais, como a água, ou um determinado bioma, como a Mata Atlântica, não são patrimônio ou do domínio de quem quer que seja, restando apenas aos entes federativos a sua correta gestão, atuando como verdadeiros administradores (MACHADO, 2013a, p. 139).

A própria Constituição Federal vigente, em seu Título I, consagrou princípios fundamentais que devem nortear toda a sociedade brasileira. Princípios são as ideias centrais de um determinado sistema jurídico. Diferem de simples regras por apresentarem maior teor de abstração e incidirem sobre uma pluralidade de situações (BARROSO; BARCELLOS, 2003, p. 148). São os princípios que conferem ao sistema jurídico um sentido lógico, harmônico, racional e coerente. Consideram-se um norte para a correta interpretação e aplicação das normas jurídicas.

Para o Direito Ambiental, como ramo autônomo dentro da ciência jurídica, os seus princípios são também extraídos da Constituição Federal, além da Política Nacional do Meio Ambiente e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Entre eles se dará ênfase, nesse momento, ao princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal, reflexo do princípio 17 da Declaração de Estocolmo e expresso no art. 225, § 1º, da CF (DEUS, 2003, p. 85).

Tal dispositivo obriga que o Poder Público adote medidas para a efetivação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, apontando caminhos a serem seguidos em seus incisos (NAZO; MUKAI, 2001, p. 86). São os chamados deveres especiais (BENJAMIN, 2005, p. 17) ou deveres fundamentais (SILVA, 2007, p. 172). Tais deveres podem ser negativos, traduzidos em uma ordem de não fazer, abstenção, ou positivos, consistentes em um fazer ou agir. Também exigem um atuar preventivo, sem descurar de medidas repressivas (NIENCHESKI, 2017, p. 192).

As finalidades dos deveres especiais são de que o legislador aprove novas leis ou aperfeiçoe as já existentes, sem possibilidade de redução do patamar de proteção existente; que haja efetiva implementação administrativa das suas disposições e, mesmo ao Poder Judiciário, que ofereça uma ágil resposta às demandas ambientais, interpretando as normas com o norte da melhor proteção do meio ambiente (BENJAMIN, 2005, p. 29).

Os dispositivos do art. 225, § 1º, da Lei Maior, são chamados de cláusulas vinculativas da ação do Poder Público (COSTA NETO, 2003, p. 124). O detalhamento das missões vinculantes do Estado são obrigações afirmativas, impedindo o "retorno do Poder Público à situação de hibernação ambiental, própria do modelo liberal" (BENJAMIN, 2005, p. 30).

Para a efetividade da proteção e defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, o § 1º do art. 225 da CF foi claro ao "incumbir" o Poder Público dos deveres elencados em seus incisos, demonstrando sua índole cogente (BENJAMIN, 2005, p. 29). Ainda que todos tenham uma inter-relação, de forma que o cumprimento de cada dever pode influenciar no alcance de outros, tendo em vista o objetivo do presente estudo, será tratado apenas o inc. III.

Por meio de tal inciso deve o Poder Público – entendido como de todas as esferas – definir, nas unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. Prossegue o dispositivo legal estipulando que a alteração e a supressão do espaço são permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Os espaços territoriais remetem à noção de áreas protegidas, sendo que suas origens são ligadas a duas motivações: de preservação de lugares sagrados e a manutenção de estoques de recursos naturais (BENSUSAN, 2011, p. 12). No mundo ocidental, o início do

estabelecimento de porções territoriais protegidas é relacionada à Europa da Idade Média, quando se passou a proteger a fauna silvestre e seu habitat para que os nobres pudessem caçar (LEUZINGER, 2015, p. 42).

Apenas na metade do século XIX é que o objeto de proteção passa a ser a conservação de paisagens naturais. O Parque Nacional de *Yellowstone*, que foi o primeiro a ser criado nos Estados Unidos em 1872, teve por finalidade preservar suas belas paisagens virgens (BENSUSAN, 2011, p. 13). Quanto à proteção ambiental de um território específico efetuada por um governo, houve um ato específico na Mongólia, em 1783, em relação à montanha *Bogd Khan Uul*. No sítio eletrônico do parque, inclusive, há a reivindicação de que é o parque nacional mais velho do mundo (BONNETT, 2015, p. 68).

A história das áreas protegidas no Brasil é relativamente recente, sendo que a primeira criada no território nacional foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, no Rio de Janeiro (DEAN, 1996, p. 276). No entanto, ainda durante o Império, aponta-se como precursora das áreas protegidas brasileiras o processo que se iniciou com o desmatamento e ocupação da floresta da Tijuca e praticamente toda a serra carioca para o cultivo de café. Tal fato acabou afetando a disponibilidade de água no Rio de Janeiro. Dom Pedro II então ordenou desapropriações de terras para o replantio da vegetação local, o que culminou com a criação em 1861 das "Florestas da Tijuca e das Paineiras" (MEDEIROS, 2006, p. 44).

Os objetivos das áreas protegidas, de uma forma geral, são de proteção da biodiversidade, manutenção de serviços ambientais, proteção de valores culturais, estéticos e étnicos (HOCKINGS, 2006, p. vii). No ano de 2016 calculou-se que 14,7% (quatorze vírgula sete por cento) da superfície terrestre do planeta, com exclusão da Antártica, eram constituídas por áreas protegidas, o que ainda está aquém da meta de 17% (dezessete por cento) estipulada internacionalmente (UNEP-WCMC and IUCN, 2016, p. 30).

Aproximando-se do conceito de espaços naturais sensíveis (*espaces naturels sensibles*) do direito francês (SILVA, 2013, p. 251), os espaços territoriais especialmente protegidos no ordenamento jurídico brasileiro possuem um regime jurídico de domínio público, quer as áreas sejam públicas ou privadas. Isso significa que seu uso e gozo estarão revestidos sempre de um véu ambiental, com limitações que variam de acordo com a sua importância ecológica e a categoria que lhe é atribuída, e em conformidade com a função social da propriedade (NOVELINO, 2012, p. 1095).

Como tratados na Lei Maior de 1988, espaços ambientais, em sentido amplo, são definidos como uma delimitação geográfica ou de porção de território com o objetivo de proteção ambiental, por abrangerem áreas representativas de ecossistemas (SILVA, 2013, p.

251). Embora tratados na Constituição Federal, sua existência na legislação infraconstitucional é mais antiga. O Código de Caça e Pesca, nascido com o Decreto nº 23.672/34, já previa a criação de parques de criação e refúgio.

Mais recentemente, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de 1981 dispôs sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico como alguns de seus instrumentos, tendo a redação do art. 9º, da Lei 6.938/81, sofrido uma modificação em 1989, portanto após a CF/88, inserindo-se a expressão "espaços territoriais especialmente protegidos".

Como espécie do gênero espaços territoriais protegidos, são citadas as unidades de conservação. A própria Lei nº 9.985/00, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as definiu como "espaço territorial" instituído pelo Poder Público, englobando seus recursos ambientais com o objetivo de conservação. São doze categorias de unidades de conservação, divididas nos grupos de proteção integral e de uso sustentável.

Nos termos da lei, as unidades de proteção integral têm por objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. As de uso sustentável visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. A depender da categoria há, inclusive, desapropriação das áreas que a compõem, que passam a ser de posse e domínios públicos.

O Lei do SNUC dispõe que as unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público, podendo ser nas esferas federal, estadual ou municipal, após estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização, dimensão e os limites mais adequados para a unidade. O estabelecimento de unidade de conservação pode ocorrer por meio de lei, mas é comum que o Chefe do Poder Executivo a crie mediante um decreto (OLIVEIRA, 2017, p. 47).

Importante questão tratada no art. 225, § 1º, inc. III, da CF, e repetida no art. 22, § 7º, da Lei nº 9.985/00, é o de que a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação apenas pode ser feita mediante lei específica. O constituinte adotou tal regra por sugestão da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente, que se inspirou na Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. A intenção é que tal decisão tenha participação democrática, por meio de discussões no Poder Legislativo, para que as unidades não sejam "mutiladas e deturpadas ao sabor do imediatismo e de soluções demagógicas" (MACHADO, 2013a, p. 171).

Regra comum a todos os espaços é o da proibição de qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam a sua proteção (art. 225, § 1º, inc. III, parte final, da CF). Não raro, são várias as qualidades de uma área que embasaram a sua proteção. Todas elas devem ser levadas em consideração para que se faça uso do local, uma vez que a Lei Maior é clara ao dispor sobre a impossibilidade do comprometimento da "integridade" dos seus atributos.

Ao lado das categorias das unidades de conservação existem, ainda, outras espécies de espaços territoriais protegidos, como as terras indígenas, as áreas de preservação permanente e de reserva legal e as áreas de reconhecimento internacional, como a Reserva da Biosfera, Sítios Ramsar e Sítios do Patrimônio Mundial Natural (MEDEIROS, 2006, p. 59).

De acordo com classificação de Milaré (2013, p. 1250-1251), há espaços territoriais especialmente protegidos em sentido estrito, que abrangem as unidades de conservação típicas, previstas na Lei nº 9.985/00, e as atípicas, que não estão arroladas na referida lei, mas se amoldam ao conceito ali existente de unidades de conservação, como por exemplo os hortos florestais, jardins botânicos, os parques públicos urbanos e os jardins zoológicos. Os espaços territoriais especialmente protegidos em sentido amplo constituem as demais áreas protegida, como as áreas de preservação permanente e de reserva legal e se diferenciam das unidades de conservação basicamente por não dependerem de um ato do Poder Público para sua criação, já que decorrem automaticamente de lei.

Resta cristalina a importância da proteção ambiental como um imperativo de perpetuação dos habitantes do nosso planeta, inclusive como integrante dos direitos fundamentais dos seres humanos, dentro do panorama da evolução e ramificação do Direto ambiental brasileiro. Para que se possa compreender os instrumentos que circundam o Novo Código Florestal, no tópico seguinte será tratada a legislação ambiental brasileira, com a sua evolução e as regras atuais que dispõem sobre o foco do estudo, que são as áreas de preservação permanente e de reserva legal.

2.2 EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL

O presente tópico discorrerá sobre o histórico da legislação ambiental brasileira e o surgimento e evolução das áreas de preservação permanente e de reserva legal antes do Novo Código Florestal. Como será tratado sobre um ramo específico do direito pátrio é importante traçar algumas considerações que o distingue dos demais.

Nesse sentido, o Direito Ambiental possui princípios próprios que socorrem os seus operadores para a correta interpretação dos dispositivos legais ou, ainda, para equacionar conflitos entre normas ou para a solução do caso concreto, na falta delas. Há a "premissa de que os princípios declaram valores, constituem e irradiam direitos pelo ordenamento jurídico, bem como influenciam outros sistemas, constituindo a base de uma disciplina jurídica" (BELCHIOR, 2015, p. 147).

Em interessante tese, Tomiyama (2009, p. 23, 254 e 292) descreve que há uma proliferação de princípios no Direito Ambiental, principalmente em decorrência da proteção ambiental global preconizada pela Declaração de Estocolmo de 1972 e pela Declaração do Rio de Janeiro de 1992. O estudo sobre os princípios do Direito Ambiental é fundamentado em diferentes fontes: a) declarações internacionais; b) Lei da Política Nacional do Meio Ambiente; c) adaptação dos princípios de outros ramos do direito; d) Constituição Federal; e) conjugação do conteúdo dos critérios anteriores.

A sua conclusão é que a Constituição Federal é o "critério identificador dos princípios do direito ambiental, sendo estes aqueles previstos de forma expressa e, implicitamente, em toda a sua extensão". Baseada exclusivamente na doutrina, elencou os seguintes princípios do Direito Ambiental: a) princípio da avaliação prévia de impacto ambiental; b) princípio da cooperação; c) princípio da defesa do meio ambiente; d) princípio da educação ambiental; e) princípio da equidade intergeracional; f) princípio da função social e ambiental da propriedade; g) princípio da indisponibilidade do interesse público na proteção do meio ambiente; h) princípio da informação; i) princípio da intervenção estatal obrigatória na defesa do meio ambiente; j) princípio da natureza pública da proteção ambiental; k) princípio da participação; l) princípio da precaução; m) princípio da prevenção; n) princípio da proteção da biodiversidade; o) princípio da responsabilização; p) princípio da soberania permanente sobre os recursos naturais; q) princípio da supremacia do interesse público na proteção do meio ambiente; r) princípio da ubiquidade; s) princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana; t) princípio do desenvolvimento sustentável; u) princípio do poluidor-pagador; v) princípio do respeito à identidade cultural.

Não é intenção do presente estudo realizar uma análise detalhada de cada princípio. O importante é ter em mente as suas existências e possível utilização para a correta interpretação e aplicação do Direito Ambiental, estendendo-se obviamente às regras das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Outro ponto importante refere-se à nossa forma de Estado, que se reflete em dos problemas mais complexos em matéria de proteção ambiental, que é a repartição de

competências (ANTUNES, 2017, p. 70). Logo em seu art. 1º, a Constituição Federal preceitua que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Um Estado Federal é caracterizado por três elementos: a) repartição de competências para cada entidade integrante da Federação; b) autonomia, por meio da qual cada ente tem o poder de auto-organização, autogoverno e autoadministração; e c) participação, na formação da vontade do poder nacional (BARROSO, 2018, p. 211).

Há, então, diversas competências legislativas entre os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), para cuja distribuição aplica-se o princípio da predominância dos interesses (BARCELLOS, 2018, p. 224). Assim, cabe à União tratar de matérias de interesse nacional, aos Estados as de interesse regional, e aos Municípios incumbe legislar sobre o interesse local. O Distrito Federal dispõe de competência para legislar em matérias atribuídas tanto aos Estados quanto aos Municípios.

A Lei Maior determina, inclusive em matéria ambiental, que cabe à União estabelecer normas gerais, e aos Estados e Distrito Federal incumbe o poder de suplementá-las (art. 24, incs. VI, VII e VIII, e §§ 1º e 2º[1]). De acordo com o art. 30, inc. II, da Constituição Federal, ao Município também é atribuída a competência legislativa suplementar. Em todos os casos, porém, a União estabelecerá pisos mínimos de proteção ao meio ambiente, e os demais entes não podem legislar de modo a oferecer uma menor tutela ambiental (FIORILLO, 2018, p. 193).

Ao lado da competência legislativa temos a chamada competência material, isto é, competência administrativa que "determina o campo de atuação político-administrativa" dos entes federativos, podendo ser citados o poder de polícia ambiental e o licenciamento ambiental (OLIVEIRA, 2017, p. 65). Pode ser ela exclusiva (art. 21 da CF), que é a reservada a uma entidade, e a comum (art. 23 da CF), atribuída a todos os entes federados, e por isso também chamada de cumulativa ou paralela (SIRVINSKAS, 2018, p. 196). O federalismo evoluiu e, como pretendeu o constituinte de 1988 com a competência comum do art. 23, no Brasil há um verdadeiro federalismo cooperativo, "em que os níveis de governo não se

---

[1] Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

digladiam pelas suas competências, mas se unem para, cada qual, dentro de suas atribuições, darem conta das necessidades dos administrados" (MUKAI, 2016, p. 15).

Em relação ao meio ambiente, o art. 23 da Constituição Federal preceitua que é competência comum à União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios proteger os bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (incs. III e IV); proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (inc. VI); preservar as florestas, a fauna e a flora (inc. VII); e registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios (inc. XI).

O parágrafo único do referido art. 23 estipula que a cooperação entre os entes federados será fixada por lei complementar "tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional". O detalhamento da matéria ocorreu com a Lei Complementar (LC) nº 140/11 e pôs fim a um processo de mais de 20 (vinte) anos para regulamentação do art. 23 da CF (OLIVEIRA, 2017, p. 69). A LC nº 140/11 é dividida em quatro capítulos: I – disposições gerais; II – instrumentos de cooperação; III – ações de cooperação; e IV – disposições finais e transitórias.

Os arts. 7º, 8º e 9º da referida lei complementar descrevem as ações administrativas, respectivamente, da União, dos Estados e dos Municípios. Entre as ações encontram-se a de aprovar o manejo e a supressão de vegetação, a depender da sua localização ou em decorrência de determinados empreendimentos ou atividades. Se por um lado é estipulado que a supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada pelo ente federativo licenciador (art. 13, § 2º), a própria LC nº 140/11 prescreve que a lei poderá estabelecer regras próprias para atribuições relativas à autorização de manejo e supressão de vegetação, considerado o seu estágio sucessional (art. 11). Como os dois principais instrumentos de proteção da vegetação no nível nacional são o Novo Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica, é imprescindível também uma integração de seus termos com a Lei Complementar nº 140/11.

No tocante à evolução da legislação brasileira, no período colonial até o início do republicano eram aplicadas no Brasil as leis de Portugal. Entre elas há as conhecidas ordenações do reino que, a depender de quem ocupa o trono, são a eles nominadas. Quando do descobrimento do Brasil vigoravam em Portugal as Ordenações Afonsinas, em homenagem a Dom Afonso V, primeira compilação de leis esparsas daquele país (COSTA, 2011, p. 2191). Neste encontram-se referencias à proteção ambiental, como a configuração de crime de injúria ao rei o corte de árvores de frutos.

Wainer (1993, p. 195-198) descreve que em 1521, nas Ordenações Manuelinas, sob o reinado do Senhor Rey Dom Manuel, é mantida a proibição do corte de árvores de frutos, mas com a pena ao infrator com o degredo para o Brasil a depender do valor da árvore. Há, ainda, proibição de caça de determinados animais com instrumentos que possam causar dor e sofrimento, e da comercialização de colmeias sem a preservação da vida das abelhas. Sob o domínio espanhol, com o rei Felipe I, Portugal tem novas leis, agora chamadas Ordenações Filipinas. Há avanço com a previsão de ilícitos contra a flora e fauna e a tipificação de uma forma de poluição, com a proibição de lançamento nos rios e lagoas de materiais que pudessem matar os peixes. Ainda que se possa caracterizar a legislação ambiental como abundante para a época, foi pouco aplicada. A razão apontada para tanto é que os documentos ficavam na Metrópole lusa, portanto, de difícil acesso àqueles residentes na colônia.

Ainda durante o período colonial, algumas vozes começaram a se levantar a favor da preservação ambiental no Brasil, cabendo o papel de liderança a José Bonifácio de Andrade e Silva. José Bonifácio, que assumiu a chefia do primeiro governo brasileiro independente, já falava em uso racional das riquezas naturais e as questões da natureza ocupavam um dos pontos centrais do projeto nacional para o novo país (BOHN, 1990, p. 19). Com a contribuição da visão de José Bonifácio, ocorreram inovações legislativas com nuances de proteção do meio ambiente. O primeiro Código Criminal de 1830, por exemplo, punia o corte ilegal de madeiras (NAZO; MUKAI, 2001, p. 78).

No período republicano, o Código Civil de 1916, ainda que com cunho eminentemente de direito privado, propiciou uma tutela do meio ambiente, principalmente diante das regras que dispunham sobre o direito de vizinhança (SILVA, 2013a, p. 38), conceituado como aquele que traz limites ao direito de propriedade em benefício do bem comum (TARTUCE, 2019, p. 307). O seu art. 584, por exemplo, proibia construções capazes de poluir ou inutilizar, para o uso ordinário, a água de poço ou fonte alheia, a elas preexistente. O art. 554, por sua vez, estipulava que o proprietário ou inquilino de um prédio tinha o direito de impedir o mau uso da propriedade vizinha no tocante à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam.

A partir de então surgem os primeiros diplomas legais com feição ambiental (NAZO; MUKAI, 2001, p. 79), embora a tutela do meio ambiente fosse apenas de forma circunstancial (SILVA, 2013a, p. 39). Em um contexto histórico marcado pela "Revolução Constitucionalista" de 1932, embora atrelada à elaboração de uma nova Constituição Federal e possa também ter sido motivada pela retomada de uma posição de hegemonia paulista (MOARES, 2016, p. 130), há a edição do Código Florestal (Decreto nº 23.793/34), do Código

de Águas (Decreto nº 24.643/34) e do Código de Pesca (Decreto-lei nº 794/38). Faltava, porém, uma política específica sobre a proteção do meio ambiente.

No âmbito internacional, preocupada com os problemas ambientais que atingiam uma escala mundial no final da década de 1960, a Suécia propôs à Organização das Nações Unidas (ONU) e realização de uma conferência para discutir o assunto. Acatada a proposta, realizou-se na cidade de Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Nessa ocasião é que ocorre o reconhecimento do direito a um ambiente saudável como direito fundamental (CAMPOS; MUCHAGATA, 2017, p. 30).

São destacados como principais resultados dessa Conferência a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a aprovação da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, também chamada de Declaração de Estocolmo. Ainda durante os preparativos da referida Conferência houve intenso debate entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos, já que estes queriam conter a industrialização daqueles sob o argumento de reprimir o avanço da poluição. Os países em desenvolvimento, liderados pelo Brasil, argumentaram contra a inposição de um "crescimento zero", o que fez com que os rumos das negociações mudassem a fim de que também fossem discutidos os seus interesses (SILVA, 2017, p. 220-227).

Influenciado pelas discussões da referida Conferência das Nações Unidas (PULNER, 2006, p. 40), o Brasil criou, por meio do Decreto nº 73.030/73, a Secretaria Especial de Meio Ambiente, no então Ministério do Interior, como órgão autônomo de administração direta orientado para a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Inaugurou-se, então, uma nova era na proteção ambiental brasileira, inclusive no nível legislativo.

Poucos anos depois, foi editada a Lei nº 6.938/81, ainda vigente, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Referida lei tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida e visa assegurar condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aliado aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Tal política é lastreada em princípios, objetivos e instrumentos, além de dispor sobre o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Dando sequência às inovações legislativas, a Lei nº 7.347/85, por sua vez, trouxe a instrumentalização judicial para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (PULNER, 2006, p. 42), permitindo a sua defesa em juízo por meio da ação civil pública. Atualmente possuem legitimidade para ingressar com a ação o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas entidades

paraestatais, e a associação que esteja constituída há pelo menos um ano e tenha, entre suas finalidades institucionais, a proteção do meio ambiente.

Por fim, o grande ápice da evolução do Direito Ambiental brasileiro ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu um capítulo específico apenas para tratar do meio ambiente (NAZO; MUKAI, 2001, p. 84). O art. 225, primeiro do referido capítulo, tem o seu alicerce no princípio do desenvolvimento sustentável, concebido durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano e constante do documento Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland, nomeado em homenagem a então primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. O relatório não tem força jurídica vinculante, mas constitui uma referência para o conceito de desenvolvimento sustentável, que é aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1991, p. 46).

No tocante especificamente à evolução das áreas de preservação permanente e de reserva legal, é importante frisar que a flora foi o primeiro aspecto da natureza brasileira a merecer preocupação da Coroa Portuguesa, não pela sua importância ecológica, mas pelo interesse econômico (DEUS, 2003, p. 3). "O nome de nossa Pátria é, em si, ecológica", e foi a árvore de pau-brasil o primeiro bem com valor econômico negociado por Portugal (WAINER, 1993, p. 194).

Data de 12 de dezembro de 1605 a primeira lei de proteção florestal do Brasil, o chamado Regimento do Pau-Brasil (NAZO; MUKAI, 2001, p. 78), que estabelecia rígidos limites à exploração do Pau-Brasil na colônia (MEDEIROS, 2006, p. 42), com imposição de multas, exílios, açoites e até pena de morte (LIMA; BENSUSAN; RUSS, 2014, p. 8).

Ao longo dos séculos seguintes outras normas passaram a vigorar com a intenção de proteção de algumas espécies de madeira. Por meio da carta régia de 17 de março de 1769 foi criada uma categoria de magistrado, chamada de Juiz Conservador das Matas, com a atribuição de controlar o serviço de cortes reais e impedir devastações (BOHN, 1990, p. 12). A Coroa ainda expediu cartas régias que declaravam de sua propriedade toda a madeira que servia para construção de navios, as chamadas "madeiras de lei" (CABRAL, 2008, p. 217). Tal expressão ainda hoje é sinônimo de madeiras nobres e até consta no art. 45, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), que caracteriza como crime o seu corte ou transformação em carvão.

Os regimentos também eram instrumentos por meio dos quais os legisladores portugueses lançavam mão para a proteção das madeiras. Nesse sentido, por exemplo, é que a preocupação com o desmatamento foi inserido no Regimento da Relação e Casa do Brasil, em

1609, que é o primeiro Tribunal instalado na cidade de Salvador, com jurisdição em toda a colônia (WAINER, 1993, p. 198).

Existiam, ainda, outros atos com caráter de normas jurídicas, como as cartas de leis, alvarás, cartas-régias, provisões e avisos reais. No tocante à proteção florestal é apontada uma carta-régia de 1773 que D. Maria I ordena ao Vice-Rei do Brasil proteção para as madeiras nas matas. Posteriormente, em 1797, foram expedidas cartas-régias aos governadores com a ordem de que fosse preservada a vegetação perto dos mares ou nas margens dos rios, bem como a instituição de normas para evitar procedimentos arbitrários para o corte de árvores nas propriedades já existentes (BARRICHELO, 2006, p. 23).

Nota-se, porém, uma preocupação com a mata brasileira que serviria à reconstrução de Lisboa, atingida por um terremoto em 1755 (CABRAL, 2008, p. 218). Alvarás foram expedidos para isentar de impostos os portugueses que importassem madeiras para utilização na construção de embarcações e casas, com o intuito de abastecer o carente mercado da Metrópole. Mesmo depois da independência, não existia uma conscientização de conservação das florestas tanto pela "falta de civismo do corpo administrativo" como pela "falta de civilidade por parte da população" (WAINER, 1993, p. 203).

Em 1920 tomou-se a iniciativa da elaboração de uma legislação apropriada. O Presidente da República à época, Epitácio Pessoa, formou uma subcomissão para elaborar um anteprojeto, cujas discussões culminaram na instituição do primeiro Código Florestal Brasileiro, por meio do Decreto nº 23.793, em 1934 (GONÇALVES, 2008, p. 42). O art. 1º, do chamado Código Florestal de 34, estipulou que as florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituíam bem de interesse comum a todos os habitantes do país, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações nele previstas. Foram várias inovações trazidas pelo Decreto em questão, entre elas a reserva obrigatória de vinte e cinco por cento de vegetação nativa em cada propriedade rural (DEAN, 1996, p. 276). Esta previsão, apontada como a gênese da reserva legal, tinha o intuito de assegurar provisão de madeira (ALSTON; MUELLER, 2007, p. 25).

As florestas foram classificadas em quatro tipologias: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento (MEDEIROS, 2006, p. 50). Eram do tipo protetoras as florestas com o objetivo de conservar os regimes das águas, evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais, fixar dunas, auxiliar a defesa das fronteiras, assegurar condições de salubridade pública, proteger sítios em razão da sua beleza e abrigo de espécimes da fauna. Esta modalidade, inclusive, foi um indício do que seria o instituto das florestas de preservação permanente (BORGES, 2011, p. 1202).

Florestas remanescentes eram as que formavam os parques, nos níveis nacional, estadual ou municipal; as destinadas à conservação de espécimes preciosos, por motivo de interesse biológico ou estético; e as que o Poder Público reservar para pequenos parques ou bosques. As florestas modelo e de rendimento eram aquelas que poderiam ser submetidas a manejo de recursos naturais, visando o extrativismo de madeira (MEDEIROS, 2006, p. 50).

Com a aprovação da Lei nº 4.771/67, que nas palavras da sua ementa instituiu o novo Código Florestal, houve a previsão de que eram consideradas de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural constantes do seu art. 2º.

São elas: a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima era: 1 – de cinco metros paras os rios menores de dez metros de largura; 2 – igual à metade da largura dos cursos que meçam de dez a duzentos metros de distância entre as margens; 3 – de cem metros para todos os cursos cuja largura seja superior a duzentos metros; b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais; c) nas nascentes, mesmo nos chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica; d) no topo de morros, montes, montanhas e serras; e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a quarenta e cinco graus, equivalente a cem por cento na linha de maior declive; f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas; h) em altitude superior a mil e oitocentos metros, nos campos naturais ou artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres.

Referido art. 2º estipulou a condição de preservação permanente "pelo só efeito desta Lei", o que significa uma condição *ope legis*, isto é, decorrente automaticamente da lei. O art. 3º da Lei nº 4.771/65, por sua vez, dispôs que poderiam ser consideradas de preservação permanente, "quando declaradas por ato do Poder Público", o que acabou por serem chamadas de "áreas de preservação permanente administrativas" (BORGES, 2011, p. 1205).

Segundo o art. 3º poderiam ser de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas: a) a atenuar a erosão das terras; b) a fixar as dunas; c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias; d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares; e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico; f) a asilar exemplares da fauna e flora ameaçados de extinção; g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas; h) a assegurar condições de bem-estar público.

Os arts. 16 e 44 da Lei nº 4.771/65, em suas redações originais, previram a possibilidade de exploração das florestas de domínio público, observando-se alguns critérios. Entre eles, está o respeito ao limite de vinte ou cinquenta por cento da área de cada

propriedade com cobertura arbórea, porcentagem que varia a depender da sua localização e se já haviam sido "desbravadas", termo que de certo poderia levantar dúvidas, pois não foi conceituado pela lei.

O diploma legal em análise sofreu algumas modificações durante a sua vigência. As áreas de preservação permanente, por exemplo, foram ganhando novos contornos com as Leis nºs 6.535/78, 7.511/86 e 7.803/89. Embora esta última lei tenha inserido a denominação reserva legal, como a área onde não era permitido o corte raso (MOREIRA, 2011, p. 37), talvez a mais importante alteração foi a realizada pela medida provisória nº 2.166-67, de 2001, que primeiramente inseriu os conceitos de áreas de preservação permanente e de reserva legal no ordenamento jurídico brasileiro. Ressalte-se que, até então, a lei tratava das florestas de preservação permanente, o que acarretava o seu não cumprimento onde não existia vegetação. Por tal razão houve a modificação para o termo área de preservação permanente (BORGES, 2011, p. 1203-1205).

De acordo com o art. 1º, § 2º, inc. II, da Lei nº 4.771/65, área de preservação permanente era a área protegida, nos termos dos arts. 2º e 3º da própria Lei, coberta ou não com vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Extrai-se do conceito legal que a função das áreas de preservação permanente era bem mais abrangente do que somente preservar a vegetação ou biodiversidade (SCHÄFFER et al., 2011, p. 9).

O inc. III, do mesmo § 2º, definiu reserva legal como a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. A área de preservação permanente e de reserva legal foram então consideradas modalidades de limitação administrativa à propriedade, uma vez impostas sobre ela de forma unilateral, geral e gratuita pelo Poder Público (GONÇALVES, 2008, p. 45 e 60).

O art. 16 da Lei nº 4.771/65 também ganhou nova redação para estabelecer as porcentagens de florestas e outras formas de vegetação nativa que deviam ser mantidas a título de reserva legal. De acordo com seus incisos, oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal, deveria ser reserva legal. Trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado na Amazônia Legal. Por fim, vinte por cento das demais propriedades rurais no Brasil deveria constituir este espaço ambientalmente protegido.

Durante a vigência da Lei nº 4.771/65 apontou-se que as áreas de preservação permanente ofereciam vários serviços ambientais, como de atenuar a erosão de terrenos declivosos, evitar a deposição de partículas nos rios e servirem para conectar áreas, proporcionando a diversidade gênica animal e vegetal. A reserva legal, por sua vez, influenciava decisivamente quanto aos limiares de percolação, sendo que em termos de conservação biológica essas áreas se complementavam (METZGER, 2010, p. 4).

As áreas de preservação permanente e de reserva legal tinham peculiaridades quanto a diversos de seus aspectos, inclusive regulamentações pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). As suas manutenções, juntamente com a conservação do solo e a diversificação da produção podem ser considerados os principais pilares da sustentabilidade econômica e ambiental dos imóveis rurais (CAMPANILI; SCHÄFFER, 2010, p. 5). No entanto, como houve a revogação da Lei nº 4.771/65 pela Lei nº 12.651/12, serão apresentados no tópico seguinte os principais aspectos desta nova Lei no que guarda pertinência com este estudo.

2.3 O NOVO CÓDIGO FLORESTAL: Cadastro Ambiental Rural, Programa de Regularização Ambiental, áreas de preservação permanente e de reserva legal

Fruto de um intenso debate político, o Novo Código Florestal é a atual lei que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa no nosso país. É muito importante entender o contexto e as motivações que levaram à revogação da Lei nº 4.771/65, razão pela qual inicia-se o seu estudo com um breve histórico do processo legislativo e das ações diretas de inconstitucionalidade, intentadas perante o Supremo Tribunal Federal, que questionaram vários de seus dispositivos.

Para a compreensão da sua aplicação discorreu-se sobre suas disposições gerais e dois de seus importantes instrumentos, que são o Cadastro Ambiental Rural e o Programa de Regularização Ambiental. Em seguida, adentra-se no estudo específico das áreas de preservação permanente e de reserva legal, com as suas definições e regramentos jurídicos, inclusive os aplicados a áreas rurais consolidadas.

Por fim, é trazido um relevante assunto quanto à intertemporalidade das Leis nº 4.771/65 e nº 12.651/12, em especial sobre os efeitos do ato jurídico perfeito em razão da edição das novas regras do Novo Código Florestal.

Em relação à mudança legislativa, a necessidade de aumento da produção agropecuária entrou em conflito com a conservação ambiental determinada pela Lei nº 4.771/65, o que ocasionou uma pressão política pela revisão da lei (SOARES-FILHO, 2013,

p. 2). A edição de medidas provisórias, aumentando o rigor das áreas protegidas pela Lei nº 4.771/65, e do Decreto nº 6.514/08, que regulamentou o processo administrativo federal para a apuração das infrações ao meio ambiente, também ocasionaram uma mobilização da bancada ruralista no Congresso Nacional para a alteração do Código Florestal (PEREIRA, 2013, p. 44). O próprio descompasso entre o que a lei exigia e o que de fato era cumprido já servia de motivo para negociações políticas para mudanças legislativas ambientais (ALSTON; MUELLER, 2007, p. 52).

Havia fundamentos lógicos para a existência de figuras jurídicas na Lei nº 4.771/65, já que estavam relacionadas diretamente com a proteção de elementos do meio ambiente natural que conferem proteção à vida e às atividades produtivas (SILVA et al., 2011, p. 20). Não há dúvidas de que a Lei nº 12.651/12, incluindo suas posteriores modificações, trouxe claro retrocesso ambiental, evidenciado pela sensível diminuição das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Isso se deve, principalmente, pelo estabelecimento de regras diferenciadas para áreas rurais consolidadas e para propriedades e posses rurais com áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais (GUIDOTTI et al., 2017, p. 2).

Antes mesmo da aprovação da nova lei, a comunidade científica movimentou-se, procurando mostrar à sociedade os malefícios que poderiam advir da modificação legislativa que estava sendo articulada. A Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na publicação "O Código Florestal e a Ciência – Contribuições para o diálogo", demonstraram diversas consequências adversas ao meio ambiente em razão da diminuição da proteção de diversas áreas ambientalmente relevantes.

O principal problema não era a Lei nº 4.771/65, mas o uso inadequado da terra. O argumento de "ou desenvolvemos ou preservamos" era uma armadilha, que não poderia ser aceita (SPAROVEK et al., 2011, p. 123). As áreas de preservação permanente e de reserva legal deveriam ser parte do planejamento agrícola conservacionista das propriedades, face à necessidade de reversão da degradação ambiental. O passivo ambiental poderia ser sanado sem prejudicar a oferta de produtos agrícolas.

Como apontam Silva et al. (2011, p. 12-14), ao contrário do que pensa o produtor de que a área de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL) representam áreas não produtivas, são elas muito importantes para as atividades agropecuárias desenvolvidas no imóvel rural "tendo em vista sua influência direta na produção e conservação da água, da biodiversidade e do solo, na manutenção de abrigo para agentes polinizadores, dispersores de sementes e inimigos naturais de pragas, entre outros". Analisando algumas modificações propostas, discorreu-se que haveria perda de proteção de áreas sensíveis, com a definição da

área de preservação permanente ripária a partir do leito regular do rio. Ressaltou-se a necessidade da conservação da vegetação nos topos de morro e encostas para o amortecimento de chuvas, diminuindo-se deslizamentos. A redução das áreas de reserva legal, por seu turno, aumentaria o risco de extinção de espécies.

O desenvolvimento agropecuário, inclusive, poderia ocorrer com a utilização mais eficaz das áreas já disponíveis. Apenas com a adoção de poucos recursos tecnológicos, o uso extensivo da terra pela pecuária, com a lotação de 1,14 (uma vírgula quatorze) cabeças por hectare, poderia facilmente atingir 1,5 (uma vírgula cinco) cabeças por hectare, índice que poderia ser melhorado com a correção do solo, adubação na formação da pastagem e manejo reprodutivo e sanitário eficientes. Dessa forma, haveria a disponibilidade de 69 (sessenta e nove) milhões de hectares para outros usos agrícolas no Brasil, suficiente para dobrar as áreas de lavouras (SPAROVEK et al., 2011, p. 119).

A sociedade civil promoveu "uma das maiores mobilizações públicas e políticas da história nacional recente" durante as discussões no Congresso Nacional. Foram quase 200 (duzentas) entidades que juntaram recursos humanos e financeiros não contra a promoção de mudanças, mas para que fossem respeitados a conservação e uso sustentável das florestas, a promoção da restauração ecológica e o tratamento diferenciado a populações tradicionais e pequenos produtores (FUNDAÇÃO, 2016, p. 13).

Mesmo diante de incontestes estudos científicos e do apelo popular, como a assinatura de 2 (dois) milhões de pessoas pedindo à Presidente da República para vetar o projeto de lei (FUNDAÇÃO, 2016, p. 14), aprovou-se a Lei nº 12.651/12, após quase 13 (treze) anos de tramitação. As disputas no Congresso Nacional normalmente são realizadas entre a oposição e o governo. No entanto, não foi isso que ocorreu com o Código Florestal, pois as forças opostas eram entre coalizações rurais e ambientais e os recursos utilizados pela primeira foram determinantes na aprovação do novo texto legislativo (PEREIRA, 2013, p. 6).

A Lei nº 12.651/12 teve diversos de seus artigos vetados pela Presidente da República, que posteriormente editou a medida provisória nº 571. Este ato normativo, por sua vez, foi convertido na Lei nº 12.727/12, chegando-se ao estatuto final da Lei de Proteção da Vegetação Nativa, já batizada de Novo Código Florestal durante a tramitação legislativa. No entanto, não se trata de um código, por não tratar de um campo jurídico específico, e não compreende apenas florestas (BRANCALION et al., 2016, p. 2).

Deve ser ressaltado que a Lei nº 12.651 entrou em vigor com a sua publicação no Diário Oficial da União (DOU) em 28 de maio de 2012. A Lei nº 12.727/12, por seu turno, foi publicada no DOU em 18 de outubro de 2012. Há dispositivos que apenas entraram em vigor

com esta última lei, de forma que eventuais prazos ou obrigações podem ter seus termos em datas distintas.

Em maio de 2013 iniciou-se uma campanha nacional com o lema "cumpra-se", liderada por 15 (quinze) entidades civis, para que a Lei de Proteção da Vegetação Nativa fosse cumprida. No mesmo mês foi instituído o Observatório do Código Florestal. O objetivo foi o de monitorar a implementação da Lei nº 12.651/12, em especial o Cadastro Ambiental Rural e o Programa de Regularização Ambiental, estando o Observatório ativo e articulado com dezenas de entidades colaboradoras (FUNDAÇÃO, 2016, p. 23).

Não tardou para que a constitucionalidade de vários dispositivos da Lei nº 12.651/12, em especial as relacionadas com as novas regras dos institutos das áreas de preservação permanente e reserva legal, fossem questionadas por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. O fundamento principal utilizado foi o da violação do princípio da vedação do retrocesso social, pelo estabelecimento de um padrão de proteção ambiental inferior ao contemplado na legislação revogada. Tem-se, consequentemente, uma tutela insuficiente do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, necessário às presentes e futuras gerações.

Nas ADI´s também foram utilizados os argumentos de I – vedação de que espaços territoriais especialmente protegidos sejam utilizados de forma que comprometa os atributos que justificam sua proteção; II – dever de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais; III – dever de proteger a diversidade e a integridade do patrimônio genético; e IV – dever de proteger a fauna e a flora, com a vedação de práticas que coloquem em risco sua função ecológica.

No dia 28 de fevereiro de 2018 o Supremo Tribunal Federal findou o julgamento das ADI´s 4901, 4902 e 4903, intentadas pelo Ministério Público, juntamente com a ADI 4937, cujo autor foi o PSOL, e a Ação Direta de Constitucionalidade (ADC[2]) 42, requerida pelo Partido Progressista. A grande maioria dos dispositivos colocados *sub judice* foi declarada constitucional. Ao longo desse tópico serão feitas referências aos pontos declarados inconstitucionais ou em relação às interpretações conforme à Constituição conferidas pela Suprema Corte.

A declaração de inconstitucionalidade retira do ordenamento jurídico brasileiro os dispositivos considerados contrários à Constituição Federal, a fim de garantir a segurança das

[2] Enquanto na ação direta de inconstitucionalidade se alega que a lei ou ato normativo são contrários à Constituição Federal, na ação direta de constitucionalidade pretende-se firmar o entendimento de que a lei ou ato normativo, alvo de controvérsia judicial relevante, estão de acordo com a Lei Maior (BULOS, 2018, p. 239).

relações jurídicas, que não podem ser baseadas em normas inconstitucionais. Há necessidade de uma verdadeira compatibilidade vertical, de forma que a legislação infraconstitucional deve ser harmônica com as normas da Lei Maior (SILVA, 2013, p. 54).

A interpretação conforme à Constituição é uma forma de se preservar a validade dos dispositivos colocados em discussão, perante o Supremo Tribunal Federal, mas com o seu correto alcance perante a Carta Magna. Assim, com tal decisão, se confere interpretação vinculante aos demais órgãos judiciais e autoridades administrativas (MORAES, 2017, p. 824).

É importante asseverar que, com o advento da Lei nº 12.651/12, foi estimado que a área de passivo ambiental nos imóveis rurais tenha diminuído quatro vezes, o que representa 4,5 (quatro vírgula cinco) milhões de hectares para as áreas de preservação permanente (SOARES-FILHO et al, 2014a, p. 31) e de 13,1 (treze vírgula um) milhões de hectares (FREITAS; SPAROVEK; MATSUMOTO, 2016, p. 135) a 16,3 (dezesseis vírgula três) milhões de hectares para as áreas de reserva legal (SOARES-FILHO et al, 2014a, p. 30).

No entanto, ainda assim, calcula-se que há um déficit de 11 (onze) milhões de hectares de vegetação nativa em áreas de reserva legal e 8 (oito) milhões de hectares em áreas de preservação permanente, sendo que as maiores reduções, em termos relativos, ocorreram no Bioma Mata Atlântica (GUIDOTTI et al, 2017, p. 1).

A implementação do Novo Código Florestal é essencial para a recomposição da vegetação nativa em importantes áreas rurais a fim de promover serviços ecossistêmicos, como água para a agricultura e consumo humano e diminuição da variação climática (BRANCALION et al. 2016, p. 2). Isso ganha importância também para a conservação dos remanescentes florestais brasileiros, uma vez que 53% (cinquenta e três por cento) da nossa vegetação nativa encontra-se em propriedades rurais privadas (SOARES-FILHO et al., 2014, p. 363).

A Lei nº 12.651/12 foi primeiramente regulamentada pelo Decreto nº 7.830/12, que dispôs sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estabeleceu normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental (PRAs). Posteriormente, o Decreto nº 8.235/14 trouxe regras complementares aos PRAs e instituiu o Programa Mais Ambiente Brasil.

Há, também, importantes instruções normativas do Ministério do Meio Ambiente que auxiliaram em dar concretude aos dispositivos do Novo Código Florestal, como a IN nº 2, de 5 de maio de 2014, que dispôs sobre o SICAR e o CAR, e a IN nº 3, de 18 de dezembro de 2014, que instituiu a política de integração e segurança da informação do SICAR.

Logo no início da Lei n° 12.651/12 reza o seu art. 2º que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem. A Lei de Proteção da Vegetação Nativa, como não poderia deixar de ser, reafirmou o caráter de direito difuso das coberturas vegetais (FIGUEIREDO, 2013, p. 49), aí incluídas as áreas de preservação permanente e de reserva legal, uma vez que se referem a toda a coletividade.

Interesses ou direitos difusos são conceituados pelo art. 81 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), como os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. Em razão de sua abrangência, há interesses difusos que podem coincidir com o interesse público, isto é com o geral da coletividade, como o meio ambiente (MAZZILLI, 2019, p. 52).

Mencionar que somente atingiriam o interesse comum as florestas e demais formas de vegetação nativa, quando reconhecidas de utilidade às terras que revestem, dá a impressão de que há a necessidade de uma avaliação prévia quanto à função ambiental da cobertura vegetal, em relação ao solo onde se encontra, para que possa se valer da proteção legal. No entanto, tal expressão foi infeliz e nenhum reconhecimento é preciso. Isso porque a vegetação nativa não tem utilidade apenas às terras que revestem, mas apresenta diversas valias com interações com outros meios bióticos e abióticos.

A parte final do mesmo dispositivo – exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem – apenas reproduz o que já foi estabelecido desde o Decreto n° 23.793/34, que é o primeiro Código Florestal, e previsto como norma constitucional no art. 5°, inc. XXIII, da Carta Magna de 1988, de que as propriedades devem atender a sua função social, nela incluída a sua função ambiental.

Como os direitos de propriedade sofrem limitação quanto ao seu uso e gozo, não apenas pela Lei n° 12.651/12, mas também por outros atos normativos, há em regra o dever de conservação da sua flora e, na sua inobservância, o de restauração florestal. Vale lembrar, porém, que a própria Lei de Proteção da Vegetação Nativa previu diversas possibilidades de supressão e intervenção nas áreas com cobertura vegetação que tutela.

Mesmo que a propriedade seja um direito fundamental, não pode ser exercido de forma absoluta, devendo-se respeitar a sua função socioambiental, isto é, não pode ser exercido em prejuízo da qualidade ambiental (FRANÇA, 2017, p. 40). A propriedade deixa de

ter a concepção individualista do Código Civil de 1916, época de uma sociedade rural e agrária, e passa a exercer um importante papel à coletividade (BARRICHELLO, 2006, p. 61).

Ainda que a Constituição Federal tenha estipulado a propriedade privada como um dos princípios gerais da atividade econômica, a função social da propriedade também é outro princípio que deve ser respeitado. Deixa ela de ser aquele direito ilimitado e intangível, para que seu uso esteja condicionado ao bem-estar social (GONÇALVES, 2008, p. 22).

A determinação de limites de uso de bens se coaduna com a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado (DEUS, 2003, p. 64). No modelo constitucional atual a propriedade saiu do seu "casulo exclusivamente individual" e foi inserida em uma dimensão social (LÔBO, 2018, p. 104). Em suma, houve uma ecologização da função social da propriedade (BENJAMIN, 2005, p. 4).

Em consonância com a nova roupagem constitucional, o Código Civil vigente (Lei nº 10.406/02) prevê que o direito de propriedade deve ser exercido de acordo com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, em conformidade com lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas (art. 1.228, § 1º).

O uso da propriedade pode até ser judicialmente controlado, impondo ao seu responsável as medidas necessárias para conter ou sanar lesão à qualidade de vida (GONÇALVES, 2008, p. 23). A Constituição Federal previu, inclusive, para fins de reforma agrária, a desapropriação do imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social (art. 184). Resta clara, pois, a mensagem do legislador brasileiro da importância da propriedade, ainda que privada, a toda a coletividade.

Quanto à responsabilidade, o uso irregular da propriedade, por ação ou omissão no que tange à utilização e exploração da vegetação, acarreta diversas consequências, elencando expressamente o art. 2º, § 1º, do Novo Código Florestal, a possibilidade de sanções administrativas, civis e penais. Deve ser frisado que aquele que se omitir, isto é, deixar de agir, for conivente ou não tomar medidas para salvaguardar as formações vegetais sob sua responsabilidade, pode ser punido do mesmo modo daquele que agir - suprimir, desmatar, queimar, etc (FIGUEIREDO, 2013, p. 50).

O art. 2°, § 2°, da Lei nº 12.651/12, foi expresso ao reconhecer o caráter *propter rem* (ANTUNES, 2013, p. 44) dos passivos ambientais da propriedade, o que significa que as obrigações previstas na citada lei têm natureza real (sobre o imóvel) e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio (titularidade) ou posse (situação fática, sem título) do imóvel rural. Dessa forma, de nada adianta a alegação de que a

degradação ambiental foi de responsabilidade do antigo proprietário ou que a supressão florestal ocorreu em um passado longínquo. Ao adquirir um imóvel, o comprador assume todas as obrigações legais decorrentes da necessidade de sua regularização ambiental.

A constituição do passivo ambiental como uma obrigação *propter rem* já vinha sendo reconhecida pela jurisprudência, mesmo sob a vigência da Lei nº 4.771/65, que não continha dispositivo igual ou semelhante ao acima descrito. Nesse sentido existem vários julgados, entre eles um do Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO AG 201002010172490 RJ. Data publicação: 31/08/2011. Ementa: Agravo interno. Apelação cível. Ação civil pública. Meio Ambiente. Demolição de imóvel construído sem observância às normas do código florestal. Responsabilidade solidária. A responsabilidade por danos ao meio ambiente é objetiva e solidária, admitindo-se imputá-la ao novo adquirente de imóvel cuja construção tenha causado danos, ainda que o mesmo não tenha sido o real causador dos estragos. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça [...].

Ainda que a inovação legislativa tenha se referido ao caráter *propter rem* no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural, o próprio dispositivo faz referência às obrigações previstas na Lei de Proteção da Vegetação Nativa, aplicando-se, via de consequência, também àquelas relativas à área urbana.

Vale ressaltar que o Código Florestal de 1934 previa a indenização ao proprietário por perdas e danos comprovados decorrente do regime a que ficasse subordinada as suas florestas (art. 11). Com a entrada em vigor da Lei nº 4.771, em 1965, deixou o Poder Público de ser obrigado a indenizar o proprietário pelas proteções que devia fazer na sua área (BORGES, 2011, p. 1203), com exceção do florestamento ou reflorestamento de preservação permanente se tais áreas estivessem sendo utilizadas com culturas (art. 18). Pela legislação em vigor, as áreas de preservação permanente e de reserva legal não dão azo a qualquer indenização ao proprietário das terras particulares nas quais se situam.

A Lei nº 12.651/12 trouxe regramento diferenciado quanto às áreas de preservação permanente e de reserva legal quando se tratar de pequena propriedade ou posse rural familiar. O art. 3°, inc. V, da Lei em questão, definiu pequena propriedade ou posse rural familiar como aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3° da Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006 (MELO NETO, 2013, p. 83).

A título de esclarecimento, para o referido dispositivo legal, constante na Lei da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/06) é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, além de atender,

simultaneamente, as seguintes condições: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O parágrafo único do art. 3° da Lei n° 12.651/12 equiparou o tratamento dispensado à pequena propriedade ou posse rural aos imóveis rurais com até 4 (quatro) módulos fiscais, apenas com o requisito de que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, bem como às terras indígenas demarcadas e às demais áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do seu território. O STF, por sua vez, declarou inconstitucionais as palavras "demarcadas" e "tituladas". Para fins desse estudo e para evitar repetidas menções ao conceito supra referido e sua equiparação, será utilizado no presente trabalho a expressão "pequena propriedade ou posse rural e assemelhados", de forma que fiquem abrangidas as áreas do art. 3º, inc. V, e seu parágrafo único, da Lei nº 12.651/12.

Salienta-se que povos e comunidades tradicionais são os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (art. 3º, inc. I, do Decreto nº 6.040/07).[3]

Uma vez utilizado para a definição da pequena propriedade ou posse rural, é importante frisar que o módulo fiscal é a unidade de medida agrária (FIORILLO; FERREIRA, 2013, p. 66) usada para servir de base para o cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR). De acordo com o art. 4º, do Decreto nº 84.685/80, o módulo fiscal será expresso em hectares e fixado pelo INCRA para cada Município (GONÇALVES, 2008, p. 77). Para tanto, serão levados em consideração o tipo de exploração predominante no Município, a renda obtida por tal exploração, outras explorações embora não predominantes, mas expressivas em função da renda ou da área utilizada, e o conceito de propriedade familiar do Estatuto de Terra (Lei nº 4.504/64). Todos os Municípios brasileiros tiveram seu módulo fiscal estipulado na Instrução Especial nº 20, de 28 de maio de 1980, do INCRA.

[3] Por sua vez, a Lei de Proteção da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06) define, em seu art. 3º, inc. II, população tradicional como a população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental.

O módulo fiscal não se confunde com o módulo rural, que é definido da análise conjunta dos incisos II e III, do art. 4º, da Lei nº 4.504/64, como a área que garanta a subsistência e o progresso social e econômico do agricultor e sua família. O módulo rural também é medido em hectares, mas é calculado para cada imóvel rural com base no art. 11 e seguintes do Decreto nº 55.891/65, diferente do módulo fiscal determinado para todo um Município.

Ainda como esclarecimento, a IN nº 2/14 do MMA definiu como agrossilvipastoris as atividades desenvolvidas em conjunto ou isoladamente, relativas à agricultura, à aquicultura, à pecuária, à silvicultura e demais formas de exploração e manejo da fauna e da flora, destinadas ao uso econômico, à preservação e à conservação dos recursos naturais renováveis.

Outro conceito muito importante é o de área rural consolidada. A Lei de Proteção da Vegetação Nativa a definiu como a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio[4]. Oportunamente será tratada a grande influência que a área rural consolidada exerce nas áreas de reserva legal e de preservação permanente, já que 90% (noventa por cento) dos imóveis rurais foram beneficiados por anistias (SOARES-FILHO, 2014, p. 363).

O legislador optou por estabelecer um polêmico marco temporal para a determinação daquilo que é área rural consolidada e foi definida a data de 22 de julho de 2008 em razão da edição do Decreto n° 6.514/08, que regulamentou a Lei n° 9.605/98 no tocante às infrações e sanções administrativas ao meio ambiente (LEHFELD; CARVALHO; BALBIM, 2013, p. 35). No entanto, referida data não guarda relação alguma com um marco ecológico ou alteração da legislação ambiental e o conceito de área rural consolidada pode ser um estímulo ao desrespeito às normas legais (GARCIA et al., 2016, p. 9).

A Lei nº 12.651/12 também dispôs sobre o Cadastro Ambiental Rural, que é um registro público eletrônico obrigatório para todas as propriedades e posses rurais, com a finalidade de integrar as suas informações ambientais (MUKAI, 2013, p. 33) para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Criado por meio do art. 14, do Decreto nº 7.029/09, que instituiu o Programa Mais Ambiente (TRENNEPOHL, 2013, p. 309), como parte integrante do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente, o CAR seria disciplinado em ato conjunto dos Ministérios do Meio

[4] Pousio é a prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo (art. 3º, inc. XXIV, da Lei nº 12.651/12).

Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, o que não ocorreu.

Agora previsto na Lei de Proteção da Vegetação Nativa (art. 29 e seguintes), também no âmbito do SINIMA, o CAR foi regulamentado pelo Decreto n° 7.830/12, sem prejuízo do estabelecimento de regras complementares editadas pelos Estados e Municípios. Inicialmente, a inscrição do imóvel rural no CAR devia ser realizada no prazo de 1 (um) ano contado de sua implantação, prorrogável uma única vez, por ato do Chefe do Poder Executivo, cujas informações devem ser atualizadas periodicamente ou sempre que houver alteração de natureza dominial ou possessória.

O art. 21, do Decreto nº 7.830/12, estipulou que Ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente estabeleceria a data a partir da qual o CAR será considerado implantado. Tal ato ocorreu com a edição da Instrução Normativa nº 2, de 5 de maio de 2014, mas sofreu sucessivas prorrogações (CHIAVARI; LOPES, 2016, p. 27). O Decreto nº 8.439/15 delegou competência ao Ministro de Meio Ambiente para a prorrogação do prazo do CAR, o que foi realizado por meio da Portaria nº 100/15.

A Lei nº 13.295/16, por sua vez, alterou a Lei de Proteção da Vegetação Nativa para conferir nova redação ao seu art. 29, § 3º, estipulando novo prazo para a inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural até 31 de dezembro de 2017, período que poderia ser prorrogável por mais um ano por ato do Chefe do Poder Executivo.

O Decreto nº 9.257/17 estabeleceu novo prazo até 31 de maio de 2018 e o Decreto nº 9.395/18 o prorrogou até 31 de dezembro de 2018. Por fim, a medida provisória nº 884, de 2019, modificou novamente o § 3º em questão para estipular que o CAR é obrigatório sem, contudo, estabelecer qualquer prazo para o final da inscrição.

Apesar do descrédito por ser mais um instrumento de cadastros de terras do país (ANTUNES, 2013, p. 183), o CAR é considerado um dos mais importantes avanços do Novo Código Florestal (BRANCALION et al., 2016, p. 4; KRÖGER, 2017, p. 34), podendo ser entendido como a porta de entrada (CORRÊA, 2016, p. 21) e um dos principais componentes para a regularização ambiental do imóvel rural (OBSERVATÓRIO; IPAM, 2017, p. 3). A atuação do Ministério Público, inclusive, é reconhecida como um impulsionador do aumento de inscrições no CAR (AZEVEDO et al., 2017, p. 7653).

Há a previsão de que o requerimento de inscrição será feito preferencialmente no órgão ambiental municipal ou estadual competente (CHIAVARI; LOPES, 2016, p. 26), mas o que se observa é a estruturação do CAR no âmbito estadual. Vários Estados celebraram acordos de cooperação técnica com a União, por meio do Ministério do Meio Ambiente,

visando a implantação do CAR em seus territórios. Alguns deles, inclusive, já possuíam os respectivos cadastros (TRENNEPOHL, 2013, p. 311), como é o caso do Estado da Bahia.

As informações inseridas no Cadastro são de inteira responsabilidade do declarante, que poderá ser o proprietário, o possuidor ou um representante legalmente constituído. Caso as informações sejam total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas, o art. 6º, § 1º, do Decreto nº 7.830/12, previu a punição administrativa e penalmente do declarante, sem prejuízo de outras responsabilidades previstas na legislação (FIORILLO; FERREIRA, 2013, p. 127). O Anexo da IN nº 2/14 do MMA previu a possibilidade de caracterização dos crimes de falsidade previstos no art. 299 do Código Penal e no art. 69-A da Lei nº 9.605/98.

Uma vez detectadas pendências ou inconsistências nas informações e documentos apresentados, o órgão ambiental notificará o declarante para que as supra ou corrija, sob pena de cancelamento da inscrição. Enquanto não houver manifestação dos órgãos, a inscrição do CAR é considerada efetivada para todos os fins previstos em lei (LEHFELD; CARVALHO; BALBIM, 2013, p. 183).

Para a inscrição no cadastro, conforme o art. 29, § 1°, da Lei nº 12.651/12, é exigido: I - identificação do proprietário ou possuidor rural; II - comprovação da propriedade ou posse; III - identificação do imóvel por meio de planta[5] e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das áreas de preservação permanente, das áreas de uso restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da reserva legal. O art. 5°, do Decreto n° 7.830/12, também trouxe os dados necessários à inscrição no CAR, acrescentando a necessidade de apresentação das áreas de interesse social e das áreas de utilidade pública.

Logo que o Novo Código Florestal passou a vigorar travou-se uma discussão sobre o que deveria ser entendido por imóvel rural (FUNDAÇÃO, 2016, p. 24). Havia entendimentos quanto à sua delimitação de acordo com a matrícula da propriedade existente no Cartório de Registro de Imóveis ou que deveria ser observado o conceito trazido na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra). Para o art. 4º, inc. I, desta lei, o imóvel rural é definido como o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.

[5] De acordo com o art. 2º, inc. IX, do Decreto nº 7.830/12, planta é a representação gráfica plana, em escala mínima de 1:50.000, que contenha particularidades naturais e artificiais do imóvel rural.

Não raro, há diversas propriedades rurais que pertencem a um mesmo dono, são contíguas e nelas são desenvolvidas atividades sem que necessariamente haja delimitação das suas áreas previstas nas respectivas matrículas, por meio de cercas ou outras barreiras. Estes casos configuram um único "prédio rústico", de área contínua. O assunto ganha importância porque ao se considerar apenas as matrículas das propriedades, em razão de seu tamanho, algumas ou todas poderão ser beneficiadas por diversos dispositivos da Lei nº 12.651/12. Cite-se, por exemplo, a continuidade das atividades agrossilvipastoris em área de preservação permanente situada em área consolidada (art. 61-A) ou a instituição de reserva legal em percentual abaixo do previsto no art. 12 (art. 67).

A celeuma foi, contudo, superada com a edição da IN nº 2, de 5 de maio de 2014, do MMA que conceituou imóvel rural como o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja sua localização, que se destine ou possa destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial. Ressalta-se que o que define o imóvel como rural é sua destinação, mesmo se localizado dentro do perímetro urbano. Dessa forma, além da sua inscrição no CAR, deverá constituir a sua reserva legal e respeitar os demais preceitos da Lei nº 12.651/12.

Caberá aos órgãos competentes integrantes do SISNAMA, ou instituição por ele habilitada, realizar a captação das respectivas coordenadas geográficas nas pequenas propriedades ou posses rurais e assemelhados (art. 8º, do Decreto nº 7.830/12). Conforme mesma determinação do art. 55, da Lei nº 12.651/12, o art. 8º do Decreto estabelece que a inscrição no CAR dos imóveis acima referidos obedecerá procedimento simplificado, a ser regulamentado por ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente, o que ocorreu por meio da IN nº 2/14 do MMA.

Nesses casos, para a inscrição no CAR haverá apenas a necessidade de identificação do proprietário ou possuidor rural; comprovação da propriedade ou posse; apresentação de croqui que indique o perímetro do imóvel, as áreas de preservação permanente e os remanescentes que formam a reserva legal. De acordo com o art. 2º, inc. X, do Decreto nº 7.830/12, croqui é a representação gráfica simplificada da situação geográfica do imóvel rural, a partir de imagem de satélite georreferenciada disponibilizada via SICAR e que inclua os remanescentes de vegetação nativa, as servidões, as áreas de preservação permanente, as áreas de uso restrito, as áreas consolidadas e a localização das reservas legais.

Apesar da Lei nº 12.651/12 não ter trazido qualquer penalidade sobre a inobservância do período de inscrição do CAR, nada impede que as legislações estaduais o façam. A Lei de Proteção da Vegetação Nativa previu, porém, em sua redação original, uma limitação ao

crédito agrícola, uma vez que após 5 (cinco) anos da "data da publicação desta Lei", as instituições financeiras só concederiam crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estivessem inscritos no CAR (art. 78-A).

Como o citado dispositivo foi incluído pela Lei nº 12.727/12, o prazo foi iniciado em 18 de outubro de 2012, e não quando da publicação da Lei nº 12.651/12 em 28 de maio de 2012. No entanto, tal dispositivo teve nova redação conferida pela Lei nº 13.295/16 que limitou o acesso ao crédito agrícola para quem não inscreveu seu imóvel rural no CAR até 31 de dezembro de 2017.

Contudo, é importante asseverar que a inscrição no CAR é pressuposto para o desenvolvimento de algumas atividades ou para o aproveitamento de algumas benesses da Lei de Proteção da Vegetação Nativa. Podem ser citadas (1) a prática de aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada nas APPs de faixas marginais de cursos d´água naturais e entorno de lagos e lagoas nos imóveis rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais (art. 4º, § 6º); (2) a autorização de supressão de novas áreas de florestas ou outras formas de vegetação nativa (art. 12, § 3º); (3) a aprovação da localização da área de reserva legal (art. 14, § 1º); (4) o cômputo das áreas de preservação permanente no cálculo do percentual da reserva legal (art. 15, inc. III); (5) a utilização da área excedente (de reserva legal) para constituir servidão ambiental e cota de reserva ambiental (art. 15, § 2º); (6) a desobrigação de averbação da reserva legal no Cartório de Registro de Imóveis (art. 18, § 4º); (7) a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo (art. 26); (8) a intervenção e supressão de vegetação em APP e RL, por simples declaração, para determinadas atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental nas propriedades e posses rurais e assemelhados (art. 52); (9) a adesão ao PRA (art. 59, § 2º); (10) a compensação de RL (art. 66, § 5º).

Ademais, a tendência é que as pendências ou autorizações ambientais, a exemplo das relacionadas com as áreas de preservação permanente e reserva legal, sejam resolvidas apenas com a inscrição do imóvel no CAR. Deixarão de existir procedimentos administrativos próprios, sendo as questões de regularização ambiental, em especial a aprovação do projeto de recomposição de áreas degradadas e alteradas (PRADA), decididas somente dentro do Cadastro Ambiental Rural.

Registre-se, por fim, que foi criado o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, que é um sistema eletrônico de âmbito nacional destinado ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais (art. 2º, inc. I, do Decreto nº 7.830/12). O sistema tem, entre outras finalidades, receber, gerenciar e integrar os dados do CAR de todos os entes federativos. Os entes que já disponham de sistema para cadastramento de imóveis rurais deverão integrar sua

base de dados ao SICAR[6]. Aqueles que não tenham meios de disponibilizar o cadastramento poderão utilizar o módulo de Cadastro Ambiental Rural, disponível no SICAR, por meio de instrumento de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente.

No Estado da Bahia, um dos instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual n° 10.431/06) é o Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA). Integram o SEIA, entre outros cadastros, Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais. O CEFIR é o instrumento de monitoramento das áreas de preservação permanente, de reserva legal, de servidão florestal, de servidão ambiental e das florestas de produção, necessário à efetivação do controle e da fiscalização das atividades florestais, bem como para a formação dos corredores ecológicos (art. 14, § 1°, da Lei Estadual n° 10.431/06).

O Decreto Estadual n° 14.024/12 definiu, em seu art. 20, § 3°, o CEFIR como um registro público eletrônico de âmbito estadual, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, combate ao desmatamento, além de outras funções.

Conforme disposto no art. 24 do Decreto Estadual n° 14.024/12, a inscrição no CEFIR será gratuita e a sua gestão realizada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que deverá manter banco de dados georreferenciados, com as informações relacionadas a: I – localização de reserva legal ou de servidão florestal; II – autorização de supressão de vegetação nativa, que vise à alteração do uso do solo ou para execução de planos de manejo florestal sustentável; III – registro de florestas de produção ou de projetos de implantação de floresta de produção ou de levantamento circunstanciado de floresta plantada, sistematizados pelo INEMA; IV – aprovação da metodologia para as intervenções em áreas de preservação permanente e reserva legal para fins de enriquecimento e restauração ambiental; V - definição de área de preservação permanente; VI – outorga de direitos de uso de recursos hídricos; VII – atividades desenvolvidas no imóvel rural, inclusive aquelas ainda não regularizadas.

O art. 59 do Decreto Estadual nº 15.180/14 foi expresso ao prever que o CEFIR é o Cadastro Ambiental Rural da Lei nº 12.651/12. Ademais, o art. 64 dispôs que constituem ações no âmbito do CEFIR a apresentação de proposta de localização da reserva legal e sua aprovação (incs. III e IV); o enquadramento da propriedade ou posse nas diversas hipóteses previstas na Lei Federal nº 12.651/2012, identificando as áreas de preservação permanente e

[6] Ainda que o SICAR tenha sido definido pelo art. 2º, inc. I, do Decreto nº 7.830/12, como um sistema eletrônico de âmbito nacional, alguns Estados também adotaram essa nomenclatura ao tratarem dos sistemas de seus cadastros, a exemplo do SICAR-SP (Decreto estadual nº 59.261/13) e SICAR-PR (Decreto estadual nº 8.680/13).

reserva legal conforme se tratar de áreas rurais consolidadas, pequena propriedade ou posse rural familiar e demais situações específicas (inc. V); a apresentação dos arquivos digitais georreferenciados em formato compatível com o SEIA dos remanescentes de vegetação nativa, com pelo menos um ponto de amarração georreferenciado (inc. VI); a apresentação de Plano de Recomposição de Áreas Degradadas (PRAD), no caso de existência de passivos ambientais e de Programa de Recuperação Ambiental, no caso da existência de passivos ambientais relativos às áreas de preservação permanente e reserva legal (inc. VII); celebração, por adesão, ao Termo de Compromisso (inc. VII); e o cadastramento de servidão ambiental ou Cota de Reserva Ambiental (inc. IX).

O CEFIR apresenta um grave defeito, pois a inscrição dos imóveis rurais baianos no cadastro ocorre apenas por matrícula (SISTEMA, 2018, p. 41). Ao não atender o conceito de imóvel rural, o CEFIR pode causar imenso prejuízo ao meio ambiente. Isso porque a matrícula pode constituir uma área com um total de módulos fiscais diverso do que é atribuído ao imóvel rural. Dessa forma, se a matrícula tiver, por exemplo, menos de 4 (quatro) módulos fiscais, o "imóvel" pode ter um remanescente de vegetação nativa inferior a 20% (vinte por cento) da área total a título de reserva legal. As faixas obrigatórias de recomposição das áreas de preservação permanente também sofrem forte influência pelo tamanho do imóvel rural e o montante de seu módulo fiscal. Tal situação precisa ser urgentemente resolvida para que o CEFIR possa espelhar corretamente a realidade dos imóveis rurais do Estado da Bahia.

Para realizar a inscrição do imóvel rural no CEFIR, o responsável pela propriedade ou posse rural deverá informar se as áreas de preservação permanente estão preservadas, parcialmente degradadas ou degradadas. Não há dispositivo legal ou regulamentar que oriente a respeito de tais categorias, mas o Decreto nº 7.830/12 dispõe sobre dois conceitos que podem ser utilizados para guiar a declaração.

Considera-se área de remanescente de vegetação nativa aquela em que a vegetação está no estágio primário ou secundário avançado de regeneração (art. 2º, inc. IV), o que pode ser utilizado para a caracterização da área como "preservada". A área "degradada" é a que se encontra alterada em função de impacto antrópico, sem capacidade de regeneração natural (art. 2º, inc. V). O conceito de "parcialmente degradado" pode equivaler à situação intermediária, na qual a área apresenta vegetação que não seja primária ou em estágio secundário avançado de regeneração e com capacidade de regeneração natural.

Deve ser levado em consideração que nem toda área ambientalmente protegida é composta por extrato arbóreo. Para tanto, é importante entender o conceito de geoambiente, que é "um ambiente geográfico que numa extensão territorial apresente homogeneidade com

relação a determinados fatores ambientais de interesse ou à maioria deles" (DIAS, 2000, p. 3-4). Assim, determinadas espécies vegetais têm preferência por geoambientes diante das suas características químico-físicas (OLIVEIRA, 2004, p. 65). Em tais casos, a ausência de vegetação nativa primária ou em estágio avançado de regeneração não significa que a área é degradada ou parcialmente degradada. Deve ser ressaltado que formações naturais não florestais também são importantes para a manutenção do ambiente natural e biodiversidade (FUNDAÇÃO & INPE, 2017, p. 10).

O Capítulo XIII, da Lei nº 12.651/12, trata das "disposições transitórias" [7] e logo no seu primeiro artigo traz a obrigação da União, Estados e Distrito Federal de implantação dos Programas de Regularização Ambiental de posses e propriedades rurais, com a finalidade de adequá-las aos termos daquele capítulo. Tal capítulo trata das áreas consolidadas em áreas de preservação permanente, tanto em zona rural como em zona urbana, como das áreas consolidadas em reserva legal.

Ainda que voltado prioritariamente às áreas consolidadas nada impede, porém, que o PRA possa contemplar ações voltadas à recomposição florestal de supressões ou regularização de intervenções não autorizadas que tenham sido realizadas em área que não se enquadre no conceito de consolidada. O próprio art. 3º, inc. XV, do Decreto nº 7.830/12, trata a regularização ambiental como as atividades desenvolvidas e implementadas no imóvel rural que visem a atender ao disposto na legislação ambiental e, de forma prioritária, à manutenção e recuperação de áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito, e à compensação da reserva legal, quando couber.

Se a regularização ambiental visa atender o disposto na legislação ambiental, o Programa de Regularização Ambiental deve abranger não apenas o capítulo da Lei de Proteção da Vegetação Nativa em que está inserido, mas qualquer situação da Lei n° 12.651/12 como outras leis pertinentes. O art. 17 da Lei n° 12.651/12, por exemplo, inserido dentro do Capítulo IV, trata do regime de proteção da reserva legal, com a obrigação da conservação de sua cobertura de vegetação nativa. O citado dispositivo determina a suspensão imediata das atividades em área de reserva legal desmatada irregularmente após 22 de julho de 2008, sendo que o início da recomposição deve ocorrer em até 2 (dois) anos[8] e ser concluído no prazo estabelecido no PRA. Há, assim, um exemplo de expressa utilização do PRA fora de área consolidada.

---

[7] Apesar da denominação de transitória, os dispositivos inseridos Capítulo XIII, como o Programa de Regularização Ambiental e as áreas rurais consolidadas em APP e RL, têm caráter permanente.

[8] Contado de 18 de outubro de 2012, pois o dispositivo foi inserido pela Lei nº 12.727/12.

A implantação dos Programas de Regularização Ambiental deveria ter ocorrido em um ano, a partir da publicação da Lei nº 12.651/12, em 28 de maio de 2012, com a opção de prorrogação de tal prazo, uma única vez e por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo (MUKAI, 2013, p. 54). Atendendo ao art. 59, § 1º, foram editados os Decretos nº 7.830/12 e nº 8.235/14 que, entre outros assuntos, estabeleceram normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, cabendo então aos Estados e Distrito Federal implementá-los em atos normativos próprios (CHIAVARI; LOPES, 2016, p. 22), detalhando-os em razão de suas peculiaridades territoriais, climáticas, históricas, culturais, econômicas e sociais.

A inscrição no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA[9] (LEHFELD; CARVALHO; BALBIM, 2013, p. 285), que é realizada com a assinatura de um termo de compromisso com o órgão competente integrante do SISNAMA. O termo de compromisso, por sua vez, constituirá um título executivo extrajudicial (ATTANASIO JUNIOR, 2015, p. 151-152).

São três as consequências de adesão ao PRA. O proprietário ou posseiro rural que tenha praticado infrações, antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em áreas de preservação permanente, reserva legal e uso restrito, após a adesão ao PRA e enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso, não poderá ser atuado pelas referidas infrações. Se já autuado, a partir da assinatura do termo de compromisso, serão suspensas as sanções decorrentes das citadas infrações. Cumpridas as obrigações voltadas à regularização ambiental, nos prazos e condições estabelecidas, as multas serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Tais previsões legais foram denominadas de anistias administrativas (FREITAS; FRANCO, 2013, p. 427), justamente por impossibilitar que o responsável pela infração não responda por ela na esfera administrativa. O STF, no julgamento das ADIs e ADC da Lei nº 12.651/12, deu interpretação conforme à Constituição para afastar, no curso da execução dos termos de compromissos subscritos nos Programas de Regularização Ambiental, o risco de decadência ou prescrição, seja dos ilícitos ambientais praticados antes de 22 de julho de 2008, seja das sanções deles decorrentes.

[9] No dia 27 de dezembro de 2018 foi editada a medida provisória nº 867. Tal ato normativo deu nova redação ao § 2º, do art. 59 da Lei nº 12.651/12, e estendeu o prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental até 31 de dezembro de 2019, permitida a prorrogação por mais um ano por ato do Chefe do Poder Executivo. Ocorre que a referidade medida provisória teve sua vigência encerrada, uma vez que não foi convertida em lei no prazo estipulado pelo art. 62 da Constituição Federal.

Observa-se, ainda, que a anistia administrativa referiu-se apenas à supressão de vegetação. Pode ser argumentado que quaisquer outras intervenções irregulares devem ser autuadas pelos órgãos ambientais competentes. No entanto, como a supressão de vegetação é a forma mais grave de intervenção, pode ser entendido que esta também não pode ser objeto de auto de infração. Deve ser frisado que as infrações ambientais passíveis de não serem aplicadas, suspensas ou convertidas são apenas aquelas praticadas em áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito. Fora de tais áreas, as demais supressões levadas a efeito em quaisquer remanescentes de vegetação nativa deverão ser punidas regularmente.

Ao tratar da conversão das sanções administrativas ambientais em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente o art. 59, § 5º, dispõe que, em tal hipótese, ocorrerá a regularização do uso de áreas rurais consolidadas. Parece, porém, que houve um equívoco legislativo, pois as infrações que podem sofrer referida conversão são aquelas cometidas antes de 22 de julho de 2008. O limite temporal, por si só, não caracteriza a área rural como consolidada, pois esta necessariamente deve ter ocupação antrópica, preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorais ou atividades agrossilvipastoris. A redação do art. 59, § 4º, é clara ao estabelecer a anistia administrativa às infrações praticadas antes da mencionada data sem, contudo, exigir que a área rural fosse consolidada. Melhor seria se o parágrafo em questão não tivesse adjetivado a área passível de regularização.

A terceira consequência da adesão ao PRA diz respeito à seara criminal, pois com a assinatura do termo de compromisso será suspensa a punibilidade dos crimes previstos nos arts. 38, 39 e 48[10] da Lei nº 9.605/98, enquanto o termo estiver sendo cumprido. A prescrição ficará interrompida durante o período de suspensão da pretensão punitiva e a punibilidade será extinta com a efetiva regularização do passivo ambiental (ANTUNES, 2013, p. 251).

E enquanto não for implantado o PRA, ficarão o proprietário e possuidor rural sujeitos às sanções administrativas e penais referentes às supressões acima tratadas? De acordo com levantamento do sítio eletrônico Portal do Código Florestal ainda não foram elaborados os Programas de Regularização Ambiental do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará, Amapá, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe (PORTAL, 2019). É certo

[10] As infrações penais são: Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade. Art. 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente: Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Art. 48. Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

que o termo de compromisso é um dos instrumentos do Programa de Regularização Ambiental (ATTANASIO JUNIOR, 2015, p. 149). Por outro lado, o passivo ambiental do imóvel rural poderá ser sanado independente da efetiva implantação do PRA, conforme inclusive prevê o art. 66 da Lei nº 12.651/12, ao tratar da regularização de reserva legal em área consolidada.

A regularização ambiental ocorre por meio de uma série de ações no imóvel, que vão desde o afastamento dos fatores de degradação até efetivas intervenções nas áreas a serem recuperadas, todas acompanhadas do devido monitoramento. Para tanto, o proprietário ou possuidor rural assume um compromisso junto ao órgão ambiental e as suas obrigações necessariamente deverão estar contidas em um documento, independentemente da existência do PRA ou mesmo do CAR. Assim, pode ser entendido que a partir do momento em que o infrator ambiental formaliza o compromisso de adequar ambientalmente seu imóvel rural perante o órgão ambiental, por meio da qualquer instrumento, para todos os efeitos haverá a assinatura do termo previsto no art. 59, §§ 4º e 5º e no art. 60.

O Decreto nº 7.830/12 trouxe, ainda, outra anistia em seu art. 20 ao dispor que os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que firmaram o Termo de Adesão e Compromisso que trata o inciso I, do *caput* do art. 3º do Decreto nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009, até a data de sua publicação (do Decreto nº 7.830/12), não serão autuados com base nos arts. 43, 48, 51 e 55 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008[11]. O Decreto nº 7.029/09 instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, chamado Programa Mais Ambiente, cujo objetivo foi promover e apoiar a regularização ambiental de imóveis, com prazo de até 3 (três) anos para a adesão dos beneficiários, contados a partir da data da publicação do ato normativo, que foi em 11 de dezembro de 2009.

O termo de adesão e compromisso referido no art. 20 do Decreto nº 7.830/12 deveria ter sido assinado junto ao IBAMA ou qualquer órgão ou entidade vinculados ao Programa. Assim, de acordo com o citado dispositivo, entre a assinatura do Termo de Adesão e Compromisso do Programa Mais Ambiente (possível a partir de 11 de dezembro de 2009) e

[11] As infrações administrativas são as seguintes: Art. 43. Destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação natural ou utilizá-las com infringência das normas de proteção em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, quando exigível, ou em desacordo com a obtida. Art. 48. Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação nativa em unidades de conservação ou outras áreas especialmente protegidas, quando couber, área de preservação permanente, reserva legal ou demais locais cuja regeneração tenha sido indicada pela autoridade ambiental competente. Art. 51. Destruir, desmatar, danificar ou explorar floresta ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, em área de reserva legal ou servidão florestal, de domínio público ou privado, sem autorização prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida. Art. 55. Deixar de averbar a reserva legal.

18 de outubro de 2012 (publicação do Decreto nº 7.830/12), os proprietários ou possuidores de imóveis rurais não poderiam ser autuados administrativamente com bases nos arts. 43, 48, 51 e 55, do Decreto nº 6.514/08, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.

Foi salutar a menção à preservação do Programa Mais Ambiente, uma vez que as infrações por ele contempladas diferem daquelas previstas no art. 59 da Lei nº 12.651/12, e também porque o Decreto nº 7.830/12 expressamente revogou o Decreto nº 7.029/09. Ademais, o Decreto nº 8.235/14 instituiu o Programa Mais Ambiente Brasil, que não contem nenhuma anistia, mas conta com ações de apoio à regularização ambiental dos imóveis rurais por meio da educação ambiental; assistência técnica e extensão rural; produção e distribuição de sementes e mudas; e capacitação de gestores públicos envolvidos no processo de regularização ambiental de imóveis rurais.

São instrumentos do Programa de Regularização Ambiental o Cadastro Ambiental Rural, o termo de compromisso, o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas e as Cotas de Reserva Ambiental, quando couber (FREITAS; FRANCO; 2013, p. 422-423). O art. 2º, inc. III, do Decreto nº 7.830/12 já traz o que se entende por termo de compromisso, que é o documento formal de adesão ao Programa de Regularização Ambiental, que contenha, no mínimo, os compromissos de manter, recuperar ou recompor as áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito do imóvel rural, ou ainda de compensar áreas de reserva legal.

As atividades dos PRADAs deverão ser concluídas de acordo com os cronogramas previstos nos termos de compromisso e os PRAs deverão prever as sanções a serem aplicadas pelo não cumprimento dos citados termos (arts. 16 e 17 do Decreto nº 7.830/12). Cabe mencionar que a Lei nº 12.651/12 tratou, em seu capítulo X, do programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente, autorizando o poder público federal a instituí-lo como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável. Entre as suas categorias e linhas de ação está a compensação pelas medidas de conservação ambiental necessárias para o cumprimento dos objetivos da própria Lei de Proteção da Vegetação Nativa.

Para tanto, poderá utilizar, entre outros instrumentos previstos no art. 41, inc. II, a obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que os praticados no mercado (alínea a); e linhas de financiamento para atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal

sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas (alínea e). Aqueles que, a despeito de terem seus imóveis inscritos no CAR, estiverem inadimplentes em relação ao cumprimento do termo de compromisso ou PRA não são elegíveis para os referidos incentivos econômicos até que as referidas sanções sejam extintas.

Vale colacionar, também, a obrigação inserida no art. 75, da Lei nº 12.651/12, quanto à necessidade dos Programas de Regularização Ambiental de possuírem mecanismos para acompanhamento de sua implementação, considerando os objetivos e metas nacionais para florestas, a adesão ao CAR, a evolução da regularização dos imóveis rurais, o grau de regularidade do uso de matéria-prima florestal e o controle e prevenção de incêndios florestais. Atualmente, com o acesso facilitado a imagens de satélite de alta resolução e evolução do sistema de informação geográfica há uma facilidade em criar mecanismos para monitorar a implementação do PRA.

Conforme mencionado alhures, nada impede que o PRA preveja ações de regularização ambiental para áreas não consolidadas. No entanto, isso não significa que as hipóteses de recomposição da Lei nº 12.651/12, previstas no art. 61-A, § 13, para as áreas de preservação permanente em áreas consolidadas, e no art. 66, § 3º, para a reserva legal em áreas consolidadas se estendem para as áreas não consolidadas.

Recomposição é conceituada pelo art. 2°, inc. VIII, do Decreto nº 7.830/12, como a restituição de ecossistema ou de comunidade biológica nativa degradada ou alterada à condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original.[12] Para fins de esclarecimento, o mesmo artigo do Decreto traz a diferenciação entre área degradada, que é aquela que se encontra alterada em função de impacto antrópico, sem capacidade de regeneração natural (inc. V) e alterada, entendida como aquela que após o impacto ainda mantém capacidade de regeneração natural (inc. VI).

De acordo com o art. 61-A, § 13, a recomposição de que trata o artigo, isto é, das áreas de preservação permanente em áreas rurais consolidadas, poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, pelos seguintes métodos: I – condução de regeneração natural de espécies nativas; II – plantio de espécies nativas; III – plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas; e IV – plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas de ocorrência regional, em até 50%

[12] A Lei nº 9.985/00 já conceituava recuperação como a restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original, e restauração como a restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original (art. 2º, incs. XIII e XIV).

(cinquenta por cento) da área total a ser recomposta, no caso dos pequenos imóveis rurais e assemelhados.

Na Resolução CONAMA 429/11 espécie nativa é a que apresenta suas populações naturais dentro dos limites de sua distribuição geográfica, participando de ecossistemas onde apresenta seus níveis de interação e controles demográficos. Exótica é qualquer espécie fora de sua área natural de distribuição geográfica. Espécie nativa também pode ser definida como a que tem área de distribuição restrita a uma região geográfica limitada e bem definida, enquanto que exótica como aquela introduzida pelo homem, em uma determinada região da qual não é originária (MAZZINI, 2011, p. 237).

Chama atenção a possibilidade do plantio intercalado de espécies exóticas com nativas de ocorrência regional, em até 50% (cinquenta por cento) da área a ser recomposta, na pequena propriedade ou posse rural e assemelhados. Para as áreas não consolidadas ou para os imóveis que não se encaixem na condição de pequena propriedade ou posse rural, não há possibilidade de utilização de exóticas para a sua recomposição, devendo esta ocorrer apenas com nativas.

No tocante às áreas consolidadas que constituirão a reserva legal, o art. 66, § 3º, da Lei nº 12.651/12, dispõe que a recomposição poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas com exóticas ou frutíferas, em sistema agroflorestal, observados os seguintes parâmetros: I – o plantio de espécies exóticas deverá ser combinado com as espécies nativas de ocorrência regional; II – a área recomposta com espécies exóticas não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recuperada.

Sistema agroflorestal, ou SAF como é conhecido, é o sistema de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes (art. 2º, inc. XVI, do Decreto nº 7.830/12). Aquele que optar por recompor a reserva legal com utilização do plantio intercalado de espécies exóticas terá direito a sua exploração econômica. A forma de exploração da reserva legal será especificada em momento oportuno, mas adianta-se que poderá ser realizada com ou sem propósito comercial.

A recomposição da RL em área rural consolidada poderá ser concluída em até 20 (vinte) anos, abrangendo, a cada 2 (dois) anos, no mínimo um décimo da área total necessária à sua complementação, o que acarretou uma redução do prazo previsto na Lei nº 4.771/65, que previa a mesma fração a cada três anos (FINK, 2013, p. 474). É importante ressaltar que o prazo máximo de 20 (vinte) anos de recomposição é apenas previsto para a reserva legal em

área consolidada, não existindo regra semelhante para as áreas não consolidadas ou para as áreas de preservação permanente.

Caberá aos Programas de Regularização Ambiental disciplinar o assunto, como ocorreu no Estado da Bahia, que estipulou também o prazo de 20 (vinte) anos para a recomposição das áreas de preservação permanente (art. 72 do Decreto Estadual nº 15.180/14), e no Estado do Pará que, no art. 13 do Decreto nº 1.379/15, previu o prazo de 9 (nove) anos para a recomposição da APP.

Além disso, o art. 16, § 2º, do Decreto nº 7.830/12, trouxe mais uma benesse, no sentido de que é facultado ao proprietário ou possuidor de imóvel rural, o uso alternativo do solo da área necessária à recomposição ou regeneração da reserva legal, resguardada a área da parcela mínima definida no termo de compromisso que já tenha sido ou que esteja sendo recomposta ou regenerada, devendo adotar boas práticas agronômicas com vistas à conservação do solo e água. Mesmo que tal dispositivo não tenha se referido ao art. 66 da Lei nº 12.651/12, o parágrafo antecedente o fez, de forma que se entende que o uso alternativo do solo apenas será possível na recomposição da reserva legal situada em área consolidada.

Outra observação a ser feita é o fato de que tanto o art. 18 como o art. 19 do Decreto nº 7.830/12 tratam da recomposição das áreas de reserva legal e de preservação permanente sem se referirem às áreas rurais consolidadas. São neles notadas, contudo, expressas menções ou mesmo repetições do art. 61-A, § 13 ou art. 66, § 3º, que apenas se referem às áreas rurais consolidadas em APP e RL. Nada impede que a recomposição de área rural não consolidada nos espaços ambientalmente protegidos ocorra por meio da regeneração natural, com o plantio de espécies nativas ou com a conjugação do plantio com a regeneração, da forma como é previsto no art. 19, incs. I, II e II. Contudo, o plantio intercalado de espécies exóticas e nativas apenas é possível em áreas rurais consolidadas de áreas de preservação permanente de pequenas propriedades e posses rurais e assemelhados e na reserva legal, desde que não exceda 50% (ciquenta por cento) da área total a ser recuperada.

Foi estudado que o PRA deve estabelecer importantes regras, como o prazo para a recomposição da reserva legal desmatada irregularmente após 22 de julho de 2008 e as sanções pelo descumprimento das obrigações assumidas com a assinatura do termo de adesão. Embora tratados em capítulos próprios, ainda vale mencionar que o Programa de Regularizaçao Ambiental determinará a faixa de recomposição da APP dos cursos naturais d'água nas áreas consolidadas dos imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais (art. 61-A, § 4º).

Ademais, de acordo com o art. 61, § 11, o PRA trará critérios técnicos de conservação do solo e da água nas áreas rurais consolidadas de áreas de preservação permanente para a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural[13]. Por fim, o art. 63, *caput*, admite, nas áreas rurais consolidadas e sem previsão de nenhuma recomposição, a manutenção de atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo e a infraestrutura física das atividades agrossilpastoris nas encostas, borda dos tabuleiros ou chapadas, topo de morros, montes, montanhas e serras e em altitude superior a 1.800 (um mil e oitocentos) metros.

Nas áreas de preservação permanente referentes às bordas dos tabuleiros ou chapadas localizadas em imóveis rurais de até 4 (quatro) módulos fiscais será admitida, no âmbito do PRA, a partir de boas práticas agronômicas e de conservação do solo e da água, mediante deliberação dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente ou órgãos colegiados estaduais equivalentes, a consolidação de outras atividades agrossilvipastoris, ressalvadas as situações de risco (art. 63, § 3º).

A Lei de Proteção da Vegetação Nativa definiu a área de preservação permanente como aquela protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (art. 3°, inc. II).

Nota-se, primeiramente, que o fato de inexistir vegetação nativa não retira da área a sua característica de preservação permanente (LEHFELD; CARVALHO; BALBIM, 2013, p. 32). Isso porque há áreas de preservação permanente que são importantes apenas por sua localização, como por exemplo aquela de altitude superior a 1.800 (um mil e oitocentos) metros. Ademais, outras áreas devem ser protegidas, mesmo que desmatadas, porque melhor desempenharão os serviços ambientais delas esperados com posterior restauração florestal, a exemplo das faixas marginais de cursos d'água.

A definição de uma área como de preservação permanente tem como fator preponderante a função ambiental por ela desempenhada, como a conservação de recursos hídricos e prevenção da erosão do solo (SOARES-FILHO, 2014, p. 363). No entanto, não basta a caracterização da área pelos serviços ambientais que proporciona. Para ser de

[13] Ecoturismo é definido como "responsible travel to natural areas that conserves the environment, sustains the well-being of the local people, and involves interpretation and education" (TIES, 2019). O turismo rural, por sua vez, pode ser entendido como o turismo desenvolvido no espaço rural.

preservação permanente, tem que constar do rol do art. 4° da Lei nº 12.651/12 (ANTUNES, 2013, p. 65).

Ao lado da instituição de APP *ope legis*, isto é, pelo fato de constar na lei, o Chefe do Poder Executivo, por sua vez, também pode declarar como de preservação permanente as áreas de interesse social, destinadas às finalidades previstas no art. 6° do Novo Código Florestal, devendo o ato especificá-las, inclusive quanto à localização e metragem (MUKAI, 2013, p. 19). Outro ponto importante é a novidade trazida pela Lei n° 12.651/12 quando conferiu tratamento diferenciado para as áreas de preservação permanente situadas em áreas rurais ou urbanas consolidadas, com possibilidade de perpetuação das supressões e intervenções realizadas até determinadas datas.

A regra geral, porém, conforme estipulada no art. 7°, § 1°, da Lei nº 12.651/12, é a de que tendo ocorrido supressão de vegetação situada em área de preservação permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação. No entanto, o mesmo dispositivo ressalva os usos autorizados previstos na própria lei (ATTANASIO JUNIOR, 2015, p. 126). Assim, por exemplo, no imóvel rural com ocupação do homem preexistente a 22 de julho de 2008, nos casos expressos em lei, está autorizada a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural. Há, também, possibilidade da regularização fundiária, de interesse social ou específico, em área urbana consolidada.

Cabe mencionar que na vigência da Lei n° 4.771/65 foram expedidas diversas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) sobre as áreas de preservação permanente, entre elas as de números 302/02 e 303/03. A Resolução 303/02 dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente, enquanto que a 302/02 também traz algumas regras sobre os reservatórios artificiais e o regime de seu entorno. O CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA, tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida (art. 6°, inc. II, da Lei n° 6.938/81).

Em breve síntese, muito se discutiu sobre a validade de tais resoluções, já que alguns pontos traziam ampliações aos dispositivos da Lei n° 4.771/65. Para um primeiro entendimento, em razão do art. 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e do art. 5°, inc. II, da CF, as resoluções ferem o princípio da legalidade, não tendo sido recepcionada pela Carta Magna a atribuição do CONAMA para editar normas. Tratando

sobre as resoluções do CONAMA que dispunham sobre área de preservação permanente, Paulo Affonso Leme Machado (2013a, p. 872) assim se manifestou:

> O dimensionamento da APP faz parte do conteúdo do direito de propriedade. Este direito integra o rol dos direitos individuais constantes do art. 5º da Constituição da República – incisos XXII e XXIII. A partilha dos poderes republicanos foi feita de tal modo que a matéria 'direitos individuais' fosse indelegável (art. 68, § 1º, II, da Constituição da República). Dessa forma, o dimensionamento da APP, que tem seu conteúdo incluído no direito de propriedade, é matéria reservada exclusivamente ao Poder Legislativo. Portanto, não cabe ao Poder Executivo, em qualquer modalidade de sua atividade – decreto, portaria, instrução ou resolução –, criar e alterar medidas de APP.

Em sentido contrário, apoiada em várias decisões do STJ (MAIA, 2010, p. 337), outra corrente defende que o CONAMA está autorizado pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente a exercer seu poder regulamentar sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, as regras introduzidas pelo referido Conselho têm embasamento legal e validade no mundo jurídico.

Levando em consideração o posicionamento que defende a validade das resoluções do CONAMA frente ao antigo Código Florestal, existem muitas matérias tratadas por meio das citadas regras normativas que foram alvo da Lei n° 12.651/12. Diante da legitimidade do poder legiferante federal, consubstanciado em lei posterior às resoluções do órgão ambiental em questão, há a perda da validade destas naquilo que for contrário à Lei de Proteção da Vegetação Nativa (MILARÉ, 2013, p. 1258). É o caso, por exemplo, das dunas. Reza o art. 3°, inc. XI, da Resolução CONAMA 303/02 que constitui APP a área situada em duna. Como a Lei n° 12.651/12 não previu tal área como de preservação permanente, deixou ela de ter a especial proteção decorrente dessa característica.[14]

Poder-se-ia argumentar, porém, que ainda serão observadas eventuais regras procedimentais previstas nas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente, uma vez que apenas o direito material sofreu modificação, a exemplo daquela disposta no art. 4° da Resolução CONAMA 302/02, de que o empreendedor, no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental, deve elaborar o plano ambiental de conservação e uso do entorno de reservatório artificial em conformidade com o termo de referência expedido pelo órgão ambiental competente, para os reservatórios artificiais destinados à geração de energia e abastecimento público. De igual forma podem ser consideradas as definições, ainda que

[14] A Constituição Estadual da Bahia previu no seu art. 215 que, entre outras, são áreas de preservação permanente, como definidas em lei, as dunas (inc. IV).

estejam previstas para os efeitos da Resolução, como o conceito de tabuleiros ou chapadas[15], mas lembrando que não podem contrariar a Lei de Proteção da Vegetação Nativa.

As delimitações trazidas pelo art. 4°, da Lei de Proteção da Vegetação Nativa, valem tanto para as zonas urbanas como para as rurais, embora para determinadas áreas de preservação permanente haja diferenciação explícita. Independentemente da localização da área de preservação permanente, uma vez degradada ou alterada, excepcionados os usos autorizados de acordo com os critérios de espacialidade e temporalidade que serão oportunamente expostos, há o dever de recompô-la, conforme as metragens e formas abaixo delineadas.

Interessante notar que podem ser diferenciados os locais previstos no art. 4º, da Lei nº 12.651/12, em "formadores" de áreas de preservação permanente ou locais que "são" áreas de preservação permanente. Tome-se o exemplo de um rio. Os cursos d'água naturais perenes e intermitentes, em si, não são áreas de preservação permanente, mas as suas faixas marginais o são. Como formadores de áreas de preservação permanente há, ainda, lagos e lagoas naturais, reservatórios d'água artificiais e nascentes. Os locais que são áreas de preservação permanente são os tabuleiros ou chapadas, as encostas, as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, os manguezais, o topo de morros, montes, montanhas e serras e os que têm altitude superior a 1.800 (um mil e oitocentos) metros.

Todas as áreas de preservação permanente serão tratadas a seguir e suas caracterizações foram pormenorizadas no texto da lei. No entanto, para melhor visualização, ao invés de se copiar o dispositivo legal, optou-se pela elaboração de tabelas com as suas informações mais importantes, em especial as metragens.

As três primeiras áreas de preservação permanente que serão estudadas dizem respeito à mata ciliar, expressão relacionada com os cílios, pois assim como estes protegem os olhos, a mata ciliar protege os rios, nascentes e lagoas. A vegetação faz com que o solo absorva a água das chuvas, evitando enxurradas e, ao reter o solo, não permite a erosão e assoreamento dos rios (CAMPANILI; SCHÄFFER, 2010, p. 24).

A primeira mata ciliar ou ripária são as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular nas metragens delimitadas a partir das larguras dos cursos d'água (Tabela 1). A Lei nº 4.771/65 previa a contagem da metragem das faixas marginais a partir do maior leito sazonal

[15] A Lei nº 12.651/12 não conceitua tabuleiros ou chapadas, mas a definição pode ser extraída da Resolução CONAMA 303/02 como a paisagem de topografia plana, com declividade média inferior a dez por cento, aproximadamente seis graus e superfície superior a dez hectares, terminada de forma abrupta em escarpa, caracterizando-se a chapada por grandes superfícies a mais de seiscentos metros de altitude (art. 2º, inc. XI).

e a diminuição para a calha do leito regular poderá reduzir drasticamente a proteção dos rios (GARCIA et al, 2016, p. 14).

Tabela 1 - APP dos cursos d'água

Largura do curso d´água	Largura faixas marginais
< 10 m	30 m
10 a 50 m	50 m
50 a 200 m	100 m
200 a 600 m	200 m
> 600 m	500 m

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

Nota-se que as alíneas do art. 4º, inc. I, da Lei nº 12.651/12, não trazem perfeita definição das metragens, uma vez que algumas larguras são citadas mais de uma vez. Se tivermos, por exemplo, um curso d'água com largura exata de 50 (cinquenta) metros, a metragem da área de preservação permanente poderá ser tanto de 50 (cinquenta) metros (alínea b) como de 100 (cem) metros (alínea c). Tal situação poderia ter sido melhor observada pelo nosso legislador com a introdução da preposição "até", cabendo a solução da questão a alguma normativa federal, que se aplique a todo o País.

De acordo com as definições constantes no art. 2º, do Decreto nº 7.830/12, rio perene é o corpo de água lótico, isto é, do ambiente de águas em movimento (MAZZINI, 2011, p. 320), que possui naturalmente escoamento superficial durante todo o período do ano, enquanto que o intermitente não apresenta escoamento superficial por períodos do ano. Rio efêmero é o corpo de água lótico que possui escoamento superficial apenas durante ou imediatamente após períodos de precipitação.

A contagem da metragem, que antes era feita do nível mais alto do curso d'água, entendido como o nível alcançado por ocasião da cheia sazonal do curso d'água (art. 2°, alínea a, da Lei n° 4.771/65 e art. 2°, inc. I, da Resolução CONAMA 303/02), atualmente leva em consideração, de acordo com o art. 3°, inc. XIX, da Lei nº 12.651/12 o seu leito regular, entendido como a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano. O próprio conceito de leito regular é de difícil aplicação prática, principalmente diante do sistema dinâmico de um rio e das especificidades dos ecossistemas do país (FREITAS; AFONSO; FREITAS, 2016, p. 1).

Considerando o leito regular para o início do cômputo da largura das faixas marginais, excluindo-se parte das várzeas para onde correm as águas em épocas de enchentes e inundações periódicas, não há dúvidas de que haverá enormes prejuízos às atividades e moradias situadas em tais áreas. Onde antes existiam restrições nas margens ripárias, hoje não são consideradas de preservação permanente, sendo poucos e quase nunca aplicados os demais instrumentos jurídicos que poderiam impedir a utilização inadequada da área, a exemplo do art. 3°, parágrafo único, inc. I, da Lei n° 6.766/79, por meio do qual não será permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.

Há, também, área de preservação permanente no entorno dos lagos e lagoas naturais, com a largura da faixa marginal variando se tratar de zona urbana ou rural e do tamanho da superfície ou espelho d'água (Tabela 2).

Tabela 2 - APP dos lagos e lagoas naturais

Lagos e lagoas naturais	Largura faixa marginal
Até 20 ha de superfície em zona rural	50 m
> 20 ha de superfície em zona rural	100 m
Zona urbana	30 m
< 1 ha de superfície	Dispensada, mas a vegetação natural existente não pode ser suprimida, salvo autorização

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

Lago, que é um termo utilizado em Geomorfologia, pode ser definido como uma acumulação permanente de água, de grande extensão, numa depressão de terreno. Normalmente, os lagos são alimentados por rios afluentes e possuem rios emissários, o que evita seu transbordamento. Lagoa, por seu turno, é uma cumulação pequena de água, natural ou artificial, de água doce ou salgada (MAZZINI, 2011, p. 309).

É importante ser frisado que a proteção especial dada pela Lei nº 12.651/12 apenas abrange a lagoa natural. Os lagos e as lagoas naturais que possuem menos de 1 (um) hectare, localizados na zona urbana ou rural, ficam dispensados da faixa marginal. Havendo vegetação nativa no entorno, está vedada a sua supressão, salvo autorização do órgão ambiental competente (art. 4°, § 4°).

As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, também constituem área de preservação permanente,

na faixa definida na licença ambiental do empreendimento. O reservatório é definido pela Resolução CONAMA 302/02 como acumulação não natural de água destinada a quaisquer de seus múltiplos usos.

A Lei de Proteção da Vegetação Nativa trata apenas do reservatório que decorre de barramento ou represamento de cursos d'água naturais. Caso o reservatório não decorra de barramento ou represamento – e a acumulação não seja definida como lago ou lagoa – ou existam reservatórios de cursos d'água artificiais, não haverá faixa marginal exigida por lei .

Da mesma forma que os lagos e lagoas naturais, os reservatórios d'água artificiais com área menor que 1 (um) hectare tem dispensada a necessidade de faixa marginal. Igualmente, caso tenham vegetação nativa, está vedada nova supressão a não ser que seja devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente. Caso o reservatório seja destinado à geração de energia ou abastecimento público, para fins de área de preservação permanente, deverá ser observada a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros se em área urbana.

Como mencionado alhures, a regra geral é a de conservação da vegetação situada em área de preservação permanente, ressalvados os usos autorizados previstos na Lei n° 12.651/12. No caso de reservatório destinado à geração de energia ou abastecimento público, no licenciamento ambiental, o empreendedor elaborará um plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório, que deverá ser aprovado até o início de sua operação. Diante de tal plano, a APP poderá ser utilizada, desde que em conformidade com o termo de referência expedido pelo órgão ambiental competente e o uso não exceda 10% (dez por cento) da referida área de preservação.

Vale ressaltar que, para os empreendimentos licitados a partir da vigência da Lei n° 12.651/12, junto com o plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório deverá ser apresentado o plano básico ambiental, instrumento de prevenção e monitoramento dos impactos ambientais da obra e operação do empreendimento. A Resolução CONAMA 302/02 traz a obrigatoriedade da elaboração do plano ambiental de conservação e uso do entorno de reservatório artificial, com a realização de consulta pública e ouvido o comitê de bacia hidrográfica. Como as referidas obrigações estão inseridas no procedimento para a concessão da licença ambiental do empreendimento e em nada contradizem os termos da Lei n° 12.651/12, entende-se que continuam sendo aplicadas.

Deve-se atentar, ainda, que para os reservatórios artificiais de água destinados a geração de energia ou abastecimento públicos que foram registrados ou tiveram seus contratos de concessão ou autorização assinados anteriormente à medida provisória n° 2.166-67, de 24

de agosto de 2001, de acordo com o art. 62 da Lei nº 12.651/12, a faixa da APP será a distância entre o nível máximo operativo normal e a cota máxima *maximorum*. Vê-se, portanto, que no caso específico citado, a metragem da área de preservação permanente do reservatório difere dos demais (Tabela 3).

Tabela 3 - APP dos reservatórios

Reservatório	Largura faixa marginal
Decorrente de barramento ou represamento de cursos d'água naturais	Determinada na licença ambiental
Destinado à geração de energia ou abastecimento público e em área rural	30 m a 100 m, conforme previsto na licença ambiental
Destinado à geração de energia ou abastecimento público e em área urbana	15 m a 30 m, conforme previsto na licença ambiental
Destinado à geração de energia ou abastecimento público (antes da MP nº 2.166-67)	Distância entre o nível máximo operativo normal e a cota máxima *maximorum*
> 1 ha	Dispensada, mas a vegetação natural existente não pode ser suprimida, salvo autorização
Decorrente de barramento ou represamento de cursos d'água artificiais; não decorrente de barramento ou represamento	Nenhuma

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

De acordo com a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, nascente e olho d'água são afloramentos naturais do lençol freático. A diferença é que o primeiro apresenta perenidade e dá início a um curso d'água. O olho d'água é o afloramento, mesmo que intermitente, isto é, pode se interromper, não é contínuo.

Qualquer que seja a situação topográfica, as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água devem ter um raio mínimo de 50 (cinquenta) metros (Tabela 4). A redação original do art. 4º, inc. IV, prevê a largura do raio para a APP de nascentes e olhos d'água perenes. No entanto, no julgamentos das ADIs e ADC sobre a Lei nº 12.651/12, o STF deu

interpretação conforme a Constituição para fixar o entendimento de que os entornos das nascentes e dos olhos d'água intermitentes também configuram área de preservação permanente.

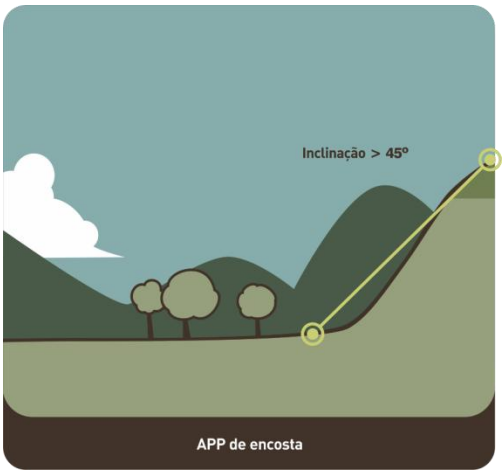
Tabela 4 - APP de nascente e olhos d'água

Nascentes e olhos d'água	Largura do raio
Independente da situação topográfica	50 m

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

Independentemente da sua localização (rural ou urbana), as encostas ou partes destas, que tenham declividade superior a 45° (quarenta e cinco graus), equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive, também são áreas de preservação permanente (Figura 1).

Figura 1 - APP de encosta



Fonte: Adaptado pelo autor de CORRÊA, 2016, p. 8.

A Lei de Proteção da Vegetação Nativa inovou ao prever, em seu Capítulo III, uma nova categoria de espaço territorial especialmente protegido, que são as áreas de uso restrito. Mesmo com uma proteção menor do que a APP em comento, as áreas de uso restrito de inclinação entre 25º (vinte e cinco graus) e 45º (quarenta e cinco graus) sofreram limitações.[16] De acordo com o art. 11 da Lei nº 12.651/12, em tais áreas serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da

[16] Também são considerados áreas de uso restrito os pantanais e planícies pantaneiras, locais onde é permitida a exploração ecologicamente sustentável, desde que observadas as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa. Tais recomendações também orientarão novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo, que serão permitidas após autorização do órgão ambiental estadual (art. 10).

infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas boas práticas agronômicas, sendo vedada a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social.[17]

A ocupação de terrenos em declividade sofre, ainda, restrição para o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica. Conforme o art. 3º, da Lei nº 6.766/79, entre outras proibições, não são permitidos o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes; e em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.

Também são considerados área de preservação permanente as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, e os manguezais, em toda a sua extensão (Tabela 5). Importante ressaltar que as restingas e os manguezais têm dupla proteção, ao serem considerados ecossistemas associados ao Bioma Mata Atlântica, cujo regramento jurídico encontra-se na Lei nº 11.428/06 e ainda sem a limitação de que as restingas devem ser fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.

Tabela 5 - APP de restingas e manguezais

Restingas	**Manguezais**
Como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangue	Em toda a sua extensão

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

A restinga é definida pela própria Lei de Proteção da Vegetação Nativa como depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, com cobertura vegetal em mosaico, encontrada em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado (art. 3º, inc. XVI).

A Lei nº 12.651/12 igualmente conceitua o manguezal. É ele um ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como

[17] Foram excluídas, como hipóteses de conversão, as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental (art. 3º, inc. X, da Lei nº 12.651/12).

mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina (art. 3º, inc. XIII).

Segue o Novo Código Florestal considerando como área de preservação permanente as bordas dos tabuleiros ou chapadas; topo de morros, montes, montanhas e serras; e as áreas em altitude superior a 1.800 (um mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação (Tabela 6).

Tabela 6 - APP de bordas dos tabuleiros ou chapadas; topo de morros, montes, montanhas e serras; e as áreas em altitude superior a 1.800 (um mil e oitocentos) metros

Borda dos tabuleiros ou chapadas	Até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100m em projeções horizontais
Topo de morros, montes, montanhas e serras	Altura mínima de 100m e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação
Altitude	Áreas em altitude superior a 1.800m, qualquer que seja a vegetação

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

São áreas de preservação permanente as bordas dos tabuleiros ou chapadas até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais. A Resolução CONAMA 303/02 conceitua tabuleiro ou chapada como a paisagem de topografia plana, com declividade média inferior a dez por cento, aproximadamente seis graus e superfície superior a dez hectares, terminada de forma abrupta em escarpa, caracterizando-se a chapada por grandes superfícies a mais de seiscentos metros de altitude (art. 2°, inc. XI).

Nota-se que a mesma Resolução, diferentemente da Lei n° 4.771/65 ou da Lei n° 12.651/12, considerou a escarpa, definida no art. 2º, inc. XII[18], como área de preservação

[18] Escarpa é a rampa de terrenos com inclinação igual ou superior a quarenta e cinco graus, que delimitam relevos de tabuleiros, chapadas e planalto, estando limitada no topo pela ruptura positiva de declividade (linha de

permanente. A Lei de Proteção da Vegetação Nativa apenas trata como APP a faixa de 100 (cem) metros das bordas dos tabuleiros ou chapadas até a linha de ruptura do relevo, que é o início da escarpa.

Em que pese inexistirem na Lei de Proteção da Vegetação Nativa, a Resolução CONAMA 303/02 adotou definições para morro, que é a elevação do terreno em cota do topo em relação a base entre 50 (cinquenta) e 300 (trezentos) metros e encostas com declividade superior a trinta por cento (aproximadamente dezessete graus) na linha de maior declividade. Montanha é a elevação do terreno com cota em relação a base superior a 300 (trezentos) metros.

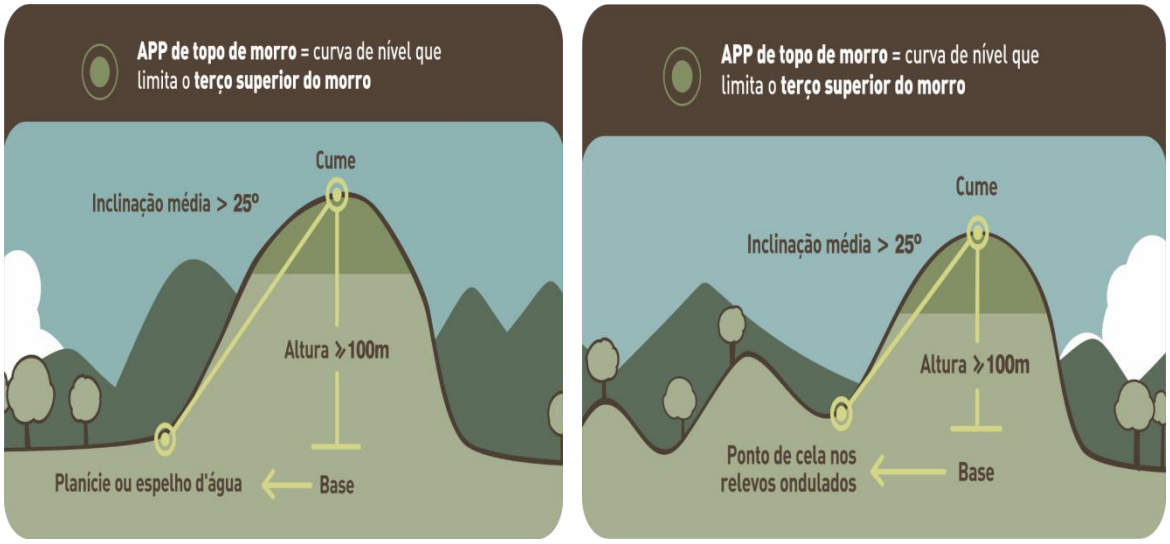
A Resolução CONAMA 004/1985, em seu art. 2º, alínea g, definia morro ou monte como a elevação do terreno com cota do topo em relação a base entre 50 (cinquenta) a 300 (trezentos) metros e encostas com declividade superior a 30% (trinta por cento) (aproximadamente 17º) na linha de maior declividade. O mesmo ato ainda conceituava serra como o vocábulo usado de maneira ampla para terrenos acidentados com fortes desníveis, frequentemente aplicados a escarpas assimétricas possuindo uma vertente abrupta e outra menos inclinada. A Resolução CONAMA 303/02 expressamente revogou a 004/1985 e, atualmente, não temos uma definição legal para monte e serra.

Essa área de preservação permanente sofreu sensível diminuição, já que a Lei n° 4.771/65 apenas tratava do topo de morros, montes, montanhas e serras. Somente com o art. 3°, inc. V, da Resolução CONAMA 303/02, houve a delimitação, para que fosse considerada APP no topo de morros e montanhas, a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação em relação a base. Com a edição da Lei n° 12.651/12 foram incluídas mais duas características que são a altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25° (vinte e cinco graus). As áreas foram delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços), da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação (Figuras 2 e 3).

---

escarpa) e no sopé por ruptura negativa de declividade, englobando os depósitos de colúvio que localizam-se próximo ao sopé da escarpa.

Figuras 2 e 3 - APP de topo de morros, montes, montanhas e serras



Fonte: Adaptado pelo autor de CORRÊA, 2016, p. 8.

Restou mantida a área de preservação permanente em locais com altitude acima de 1.800 (um mil e oitocentos) metros, que estava prevista no art. 2º, alínea h, da Lei nº 4.771/65. A diferença é o esclarecimento que a APP se aplica tanto em áreas rurais como em zonas urbanas. A Resolução CONAMA 303/02, por sua vez, dispunha sobre a possibilidade, nos Estados que não tinham tais elevações, da delimitação de área de preservação permanente de altitude a critério do órgão ambiental competente. No entanto, como tratado anteriormente, a referida Resolução não tem mais aplicabilidade quando não encontrar correspondência com a Lei n° 12.651/12.

Como última APP *ope legis*, temos a faixa marginal em veredas, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado (Tabela 7). De acordo com a Lei n° 12.651/12, vereda é conceituada como fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* - buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas.

As veredas constituem ecossistemas bem definidos que ocorrem no bioma do cerrado brasileiro. Ao estabelecer a área de preservação permanente em vereda, a Resolução CONAMA 303/02 preceitua que a faixa marginal seja contada a partir do limite do espaço brejoso e encharcado. Na Lei de Proteção da Vegetação Nativa o cômputo da largura ocorre a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado o que, por certo, reduzirá a proteção desta APP.

Ainda que a própria Lei nº 12.651/12, ao tratar da vereda em área rural consolidada, não faça menção à palavra permanentemente (art. 61-A, § 7º), o que define a área como de preservação permanente é o conceito do art. 4º, inc. XI, de forma que os termos estabelecidos neste dispositivo é que determinam a faixa marginal.

Tabela 7 - APP de veredas

Veredas	Faixa
Faixa marginal, em projeção horizontal, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado	50 m

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

Como mencionado anteriormente, a Lei n° 12.651/12, além de elencar diversas áreas de preservação permanente, permitiu que outros locais fossem assim considerados por meio de uma declaração. Diferentemente da Lei n° 4.771/65, que previa de maneira simples o ato declaratório pelo Poder Público, a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, em seu art. 6°, apenas permite considerar de preservação permanente, determinados espaços quando declarados de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo (Tabela 8). Mesmo que exista entendimento de que o interesse público é o previsto na Lei nº 4.132/62 (MACHADO, 2013, p. 175), acredita-se que deve ser analisado caso a caso, em prol da coletividade, na concepção de interesse público primário (MAZZILLI, 2019, p. 51). Essa modalidade é também chamada de APP administrativa e pode ser instituída pelo Presidente da República, Governador do Estado ou Prefeito Municipal (OLIVEIRA, 2017, p. 264).

Tabela 8 - APP por ato declaratório

APP por ato declaratório de interesse social pelo Chefe do Poder Executivo, para as seguintes finalidades:
Conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha
Proteger as restingas ou veredas
Proteger várzeas
Abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção

Proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico
Formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias
Assegurar condições de bem-estar público
Auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares
Proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

Chama também a atenção o artigo em questão quando traz a possibilidade do estabelecimento de APP, por meio de ato declaratório, apenas das áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação. Isso porque, ao conceituar área de preservação permanente, a Lei de Proteção da Vegetação Nativa trata da área coberta ou não por vegetação nativa (art. 3º, inc. II). Ocorre que, exigir cobertura vegetal pode comprometer a própria aplicação do dispositivo, já que as finalidades constantes de seus incisos podem ensejar a devida proteção de determinados espaços, a exemplo dos sítios de excepcional valor histórico, independentemente da existência de florestas ou outras formas de vegetação.

As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, já são consideradas áreas de preservação permanente por força do art. 4°, inc. VI, da Lei n° 12.651/12. A declaração do Chefe do Poder Executivo pode, porém, oferecer uma melhor proteção das restingas, como por exemplo, com o estabelecimento de uma faixa de proteção contada a partir da linha preamar máxima, nos moldes do que era previsto no art. 3°, inc. IX, alínea a, da Resolução CONAMA 303/02.

A regra geral é da manutenção da vegetação existente nas áreas de preservação permanente por aquele que a qualquer título, proprietário, possuidor ou ocupante, tenha responsabilidade sobre o espaço territorialmente protegido. Tal obrigação é inovação da Lei nº 12.651/12, embora poderia ser extraída de uma interpretação sistemática da Lei nº 4.771/61 (FRANCO; GIACOMOLLI, 2013, p. 177). Vale ressaltar que a obrigação de recomposição da vegetação decorre tanto de atos comissivos como omissivos e tem natureza real ou *propter rem* (ANTUNES, 2013, p. 98).

Se ocorrer a supressão, automaticamente surge a obrigação de recomposição da vegetação. Para tanto, deverá ser apresentado ao órgão ambiental competente o Projeto de

Recomposição de Área Degradada e Alterada, que é o instrumento de planejamento das ações de recomposição contendo metodologias, cronograma e insumos (art. 2°, inc. XVII, do Decreto nº 7.830/12).

Se por um lado há a regra geral da intocabilidade da vegetação em área de preservação permanente e o dever de recomposição em caso de degradação, por outro há a previsão dos usos autorizados de tais espaços (art. 7º, § 1º), entendidos como supressão ou intervenção, desde que de acordo com dispositivos da própria Lei n° 12.651/12. Os termos supressão e intervenção são utilizados de forma distinta pela Lei nº 12.651/12, cabendo então diferenciá-los para entendimento dos demais dispositivos legais. Supressão é o mesmo que retirada de vegetação (MAZZINI, 2011, p. 462) e todos os outros usos da vegetação, portanto, serão considerados intervenção.

O primeiro pressuposto para a utilização regular de APP é que, caso tenha havido supressão não autorizada de vegetação após 22 de julho de 2008, fica vedada a concessão de novas autorizações de supressão enquanto não promovida a recomposição da vegetação. Tal dispositivo é de aplicação complexa, uma vez que nem sempre há informação acessível aos órgãos de controle (ANTUNES, 2013, p. 99). Nota-se, primeiramente, que foi realizado um recorte temporal para novas autorizações de supressão, não importando se aquelas levadas a efeito antes de 22 de julho de 2008 foram regulares ou não. Por outro lado, o dispositivo limitou-se a tratar da supressão, nada mencionando sobre anterior ou nova intervenção. Conclui-se, então, que eventuais intervenções não autorizadas não impedem a concessão de novas supressões. As novas intervenções também podem ser autorizadas sem análise de eventual recomposição por supressão ou intervenção praticada anteriormente.

A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo ainda dependerá de prévia autorização do órgão ambiental estadual e da inscrição da propriedade ou posse rural no Cadastro Ambiental Rural, paralelamente ao regime aplicado às áreas de preservação permanente e à Mata Atlântica (CARNEIRO, 2013, p. 298). De acordo com o art. 28 da Lei nº 12.651/12 não será permitida a conversão no imóvel rural que possuir área abandonada. Uso alternativo do solo é conceituado como a substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana (art. 3°, inc. VI). A área abandonada é definida no Decreto nº 7.830/12 como o espaço de produção convertido para uso alternativo do solo sem nenhuma exploração produtiva há pelo menos 36 (trinta e seis) meses e não formalmente caracterizado como área de pousio.

O requerimento de autorização de supressão para uso alternativo do solo deverá conter, no mínimo, a localização do imóvel, com coordenadas dos espaços protegidos, a reposição ou compensação florestal, a utilização efetiva e sustentável das áreas já convertidas e o uso alternativo da área a ser desmatada (art. 26, § 4°). Caso a área pretendida para conversão apresente espécie da flora ou fauna ameaçada de extinção, ou espécies migratórias, a supressão de vegetação dependerá de medidas compensatórias e mitigatórias que assegurem a conservação da espécie (art. 27) [19].

Ainda que tratadas em capítulo próprio (Capítulo V), as regras de supressão de vegetação para uso alternativo do solo também devem ser aplicadas à área de preservação permanente, caso as hipóteses que autorizem a sua supressão sejam enquadradas em seu conceito, isto é, de uso alternativo do solo, conforme definição do art. 3º, inc. VI, da Lei nº 12.651/12. Deve-se atentar, ainda, ao fato de que os pressupostos previstos nos arts. 26 a 28, referentes ao uso alternativo do solo, aplicam-se somente à supressão, não havendo necessidade de serem observados para a intervenção.

Além do cumprimento de todas essas condições, a supressão ou intervenção da vegetação de área de preservação permanente apenas ocorrerá nos casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, de acordo com o art. 8º da Lei de Proteção de Vegetação Nativa (MUKAI, 2013, p. 20). Há, porém, uma limitação expressa no art. 8°, § 1°, do Novo Código Florestal, quanto à supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas, que somente ocorrerá na hipótese de utilidade pública. Mais uma vez nota-se que a intervenção foi excluída, de forma que fica ela autorizada também nos casos de interesse social ou de baixo impacto ambiental.

Para se efetivar a supressão, com uso alternativo do solo, há necessidade de autorização do órgão ambiental estadual (art. 26). No entanto, mesmo em APP, para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas, fica a autorização dispensada (FRANCO; GIACOMOLLI, 2013, p. 183). Este uso autorizado já é permitido por lei, devendo apenas existir um ato administrativo, devidamente motivado, que indique as atividades, obras e suas finalidades para a sua efetiva execução.

O art. 9° da Lei n° 12.651/12 também autoriza o acesso de pessoas e animais nas áreas de preservação permanente para obtenção de água e para a realização de atividades de baixo

[19] A Portaria nº 443/14, do MMA, trouxe a lista de espécies da flora ameaçadas de extinção, estabelecendo as suas proteções de modo integral, incluindo a proibição de coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização.

impacto ambiental. Frise-se que a autorização da lei restringe-se ao acesso, sendo que as atividades de baixo impacto ambiental, bem como aquelas de utilidade pública e de interesse social devem ser previamente reconhecidas pelo órgão ambiental competente, mediante as respectivas regras administrativas. Excetua-se, porém, a maioria das ações ou atividades de baixo impacto ambiental nas pequenas propriedades ou posses rurais e assemelhados, que dependem de simples declaração ao órgão ambiental competente, desde que o imóvel esteja devidamente inscrito no CAR, conforme disposto no art. 52 do Novo Código Florestal.

Deve ser consignado, por fim, que não haverá, em qualquer hipótese, direito à regularização de futuras intervenções ou supressões de vegetação nativa, a não ser daquelas previstas na Lei de Proteção de Vegetação Nativa (art. 8°, § 4°). Utilidade pública, interesse social e atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental estão assim definidas, respectivamente, pelos incisos VIII, IX e X do art. 3° da Lei n° 12.651/12.

São de utilidade pública: a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária; b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, energia, telecomunicações, radiodifusão, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho; c) atividades e obras de defesa civil; d) atividades que comprovadamente proporcionem melhorias na proteção das funções ambientais das áreas de preservação permanente; e) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal;

De interesse social são: a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas; b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área; c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 12.651/12; d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, observadas as condições estabelecidas em lei específica; e) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes

integrantes e essenciais da atividade; f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente; g) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal.

A inexistência de alternativa técnica e locacional são previstas apenas para as atividades similares definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal, No entanto, na decisão do STF sobre as ADIs e ADC da Lei nº 12.651/12, foi dado interpretação conforme à Constituição de modo a condicionar qualquer intervenção excepcional em APP, por utilidade pública ou interesse social, à inexistência de alternativa técnica e/ou locacional à atividade proposta.

Ademais, no mesmo julgamento foram julgadas inconstitucionais as hipóteses de intervenção, caracterizadoras de utilidade pública, das obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de gestão de resíduos e instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais.

Atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental se constituem em: a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável; b) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber; c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo; d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro; e) construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores; f) construção e manutenção de cercas na propriedade; g) pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável.

São ainda elencadas como atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental: h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos; i) plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área; j) exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não

descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área; k) outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente.

Em todos os casos temos um rol exemplificativo, uma vez que ações ou atividades similares, isto é, que guardem relação com as demais, poderão ser definidas pelo Chefe do Poder Executivo federal (utilidade pública e interesse social) ou ato dos Conselhos Nacional e Estaduais de Meio Ambiente (baixo impacto ambiental). Outra diferença notada nas hipóteses de usos autorizados em APP é que o rol exemplificativo da utilidade pública fala em empreendimento enquanto que o da utilidade pública em atividade, de forma a abranger mais ações impactantes.

Assim como as áreas de preservação permanente, as áreas destinadas à reserva legal prestam importantes funções ambientais, atuando como repositórios da biodiversidade regional, complementam as áreas protegidas das unidades de conservação para assegurar populações biológicas viáveis, servem como corredores ecológicos, regulam as chuvas reduzindo secas e inundações e são estoques de carbono (PADOVEZI et al., 2018, p. 24).

> É um dos institutos mais importantes do direito ambiental pátrio, o qual, se respeitado, poderá garantir a conservação de importante percentual do ambiente natural no meio rural e fazer cumprir a função social da propriedade/posse, consoante estabelecido na Carta Magna de 1988 (MENDES; SILVA, 2007, p. 9).

A Lei de Proteção da Vegetação Nativa define reserva legal como a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

A área, com cobertura vegetal nativa, que deve ser mantida em todo imóvel rural, varia conforme a localização da propriedade ou posse, de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei n° 12.651/12. Se situado na Amazônia Legal deve ser constituída por: a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas; b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado; c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais. Nas demais regiões do País será de 20% (vinte por cento) da área total do imóvel rural.

A Lei de Proteção da Vegetação Nativa dispensa da constituição da reserva legal os imóveis nos quais estejam localizados empreendimentos de abastecimento público de água e

tratamento de esgoto; que tenham sido adquiridos ou desapropriados por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica; e naqueles que serão implantadas ou ampliadas a capacidade de rodovias e ferrovias.

Há, porém, um caso de ampliação da área de reserva legal em até 50% (cinquenta por cento) dos percentuais legais, válido para qualquer imóvel rural localizado em qualquer região do País. Tal aumento ocorrerá por ato do Poder Público federal, quando indicado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) estadual, realizado segundo metodologia unificada, para cumprimento de metas nacionais de proteção à biodiversidade ou de redução de emissão de gases de efeito estufa.

O art. 1º, do revogado Código Florestal (Lei nº 4.771/65) conceituava reserva legal como a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. Assim, em sua redação original, a Lei nº 4.771/65 não previa a possibilidade de cômputo da vegetação nativa existente em APP no cálculo do percentual de reserva legal.

O referido cômputo, porém, foi permitido com a inclusão do parágrafo sexto ao art. 16 pela medida provisória n° 2.166-67, de 2001, desde que não implicasse na conversão de novas áreas para uso alternativo do solo. Ademais, a soma da vegetação nativa nas áreas de preservação permanente e reserva legal deveria exceder os percentuais descritos nos incisos daquele mesmo parágrafo (LEHFELD; CARVALHO; BALBIM, 2013, p. 144).

A Lei de Proteção da Vegetação Nativa, por sua vez, manteve a possibilidade de cômputo das áreas de preservação permanente no percentual da reserva legal, mas de forma mais flexível. O art.15 da Lei nº 12.651/12 admitiu computar no percentual da reserva legal as áreas de preservação permanente indiscriminadamente para qualquer imóvel rural, independente de sua localização e tamanho.

São apenas três os requisitos para que o proprietário ou possuidor possa se valer da benesse legal: I – o benefício previsto neste artigo não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo; II – a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação, conforme comprovação do proprietário ao órgão estadual integrante do Sisnama; e III – o proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural, nos termos desta Lei. A IN nº 2/14 do MMA definiu que área em

recuperação é aquela alterada para o uso agrossilvipastoril que se encontra em processo de recomposição e/ou regeneração da vegetação nativa em áreas de preservação permanente, uso restrito e reserva legal.

Embora o art. 15, § 3°, da Lei nº 12.651/12 tenha estabelecido que o cômputo das áreas de preservação permanente no cálculo do percentual da reserva legal aplica-se a todas as modalidades de cumprimento da reserva legal, abrangendo a regeneração, a recomposição e a compensação, cabe fazer uma limitação. Isso porque o referido cômputo refere-se à APP do mesmo imóvel, não sendo possível a compensação de reserva legal em área de preservação permanente de outra propriedade ou posse rural.

Como é admitida a exploração econômica da reserva legal, mediante manejo sustentável, o § 1º do art. 15 prevê expressamente que o regime de proteção da área de preservação permanente não se altera caso a reserva legal nela seja computada. Desse modo, como nos artigos que tratam da área de preservação permanente não é permitido sua exploração econômica, mas apenas algumas poucas exceções de supressão e intervenção, tal característica deverá ser observada ainda que para efeitos legais também seja considerado o referido espaço como área de reserva legal.

Vale lembrar, também, que a recomposição da área de preservação permanente deve seguir sua disciplina própria. De forma resumida, a principal diferença do regramento diz respeito à possibilidade de utilização de plantio intercalado de espécies nativas com exóticas apenas na área consolidada de APP da pequena propriedade e posse rural e assemelhados.

Não raro o imóvel rural não possui vegetação nativa suficiente para atender os percentuais exigidos para a área de reserva legal. O proprietário conta então com a possibilidade de recompor a área, por meio da condução da regeneração da vegetação nativa ou do plantio de sementes e mudas, bem como compensar a reserva legal em área de outro imóvel para atingir os percentuais legais.

De acordo com o art. 14 da Lei de Proteção da Vegetação Nativa, a localização da área de reserva legal no imóvel rural deverá levar em consideração os seguintes estudos e critérios: I – o plano de bacia hidrográfica; II – o Zoneamento Ecológico-Econômico; III – a formação de corredores ecológicos com outra reserva legal, com área de preservação permanente, com unidade de conservação ou com outra área legalmente protegida; IV – as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade; e V – as áreas de maior fragilidade ambiental.

Ainda que seja levantada a questão que a aprovação da localização da reserva legal deveria ser do Município, por se tratar de uma material local (MUKAI, 2013, p. 25), tal ato

será levado a efeito pelo órgão ambiental estadual ou instituição por ele habilitada após a inclusão do imóvel no CAR. Uma vez protocolada a documentação exigida pelo Cadastro Ambiental Rural, incluindo a pertinente à sua localização, não poderá o proprietário ou possuidor rural sofrer qualquer penalidade administrativa em razão da não formalização da área de reserva legal.

O art. 16, § 8°, da Lei n° 4.771/65, exigia a averbação da área de reserva legal à margem da inscrição da propriedade rural no registro de imóvel competente, sendo inclusive o ato gratuito para a pequena propriedade ou posse rural familiar. A principal finalidade da averbação da reserva legal na matrícula do imóvel era dar publicidade, de forma que futuros adquirentes pudessem saber onde está localizada, seus limites e confrontações (GONÇALVES, 2008, p. 45).

Atualmente, o controle das informações ambientais dos imóveis rurais ocorre por meio do Cadastro Ambiental Rural, registro público eletrônico obrigatório para todas as propriedades e posses rurais. Nada mais lógico, então, que o registro da área de reserva legal ocorra no CAR e foi nesse sentido que disciplinou a matéria o art. 18 da Lei n° 12.651/12. A inscrição será feita mediante a apresentação de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração.

Conforme previsão do art. 18, § 4°, do Novo Código Florestal, feito o registro da área de reserva legal da propriedade rural, não há mais a obrigação de sua averbação no Cartório de Registro de Imóveis. No entanto, se entre o período de publicação da Lei n° 12.651/12 – que na verdade corresponde à publicação do § 4° pela Lei n°12.727/12, em 18 de outubro de 2012 – e o registro no CAR, aquele que desejar fazer a averbação terá direito à gratuidade do ato. Com o final do prazo para a inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural, pode ser entendido que não há mais a gratuidade para a citada averbação.

Como regra geral, tem-se que a área de reserva legal deverá ser conservada com cobertura de vegetação nativa, por qualquer ocupante do imóvel rural, seja qual for a relação que mantém com a propriedade ou posse (PEREIRA; D'OLIVEIRA, 2013, p. 259). Há, porém, uma ressalva específica para as pequenas propriedades e posses rurais e assemelhados, que mereceram um tratamento diferenciado (LEHFELD; CARVALHO; BALBIM, 2013, p. 273), pois para o cumprimento da manutenção da área de reserva legal nos referidos imóveis poderão ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas da região em sistemas agroflorestais.

É permitida a exploração econômica da reserva legal, embora tenha sido muito pouco pesquisada (SILVA et al., 2011, p. 71) e apenas recentemente tenha sido objeto de estudo no Bioma Mata Atlântica (PADOVEZI et al., 2018, p. 4). O uso econômico da RL ocorrerá por meio do manejo sustentável e de forma seletiva, sem propósito comercial para consumo na propriedade, ou com propósito comercial. O art. 3°, inc. VII, da Lei n° 12.651/12, define o manejo sustentável como a administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.

O plano de manejo sustentável da reserva legal deverá ser aprovado pelo órgão ambiental estadual, que é o que também aprova a sua localização, sendo que para a pequena propriedade ou posse rural e assemelhados, deverão ser estabelecidos procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação.

De acordo com o art. 23, o manejo florestal eventual sem propósito comercial, para consumo no próprio imóvel, não precisa de autorização. Há, porém, o dever de comunicar o órgão ambiental a motivação da exploração e o volume explorado, que tem o limite anual de 20 m³ (vinte metros cúbicos). Para a pequena propriedade ou posse rural e assemelhados, a forma de exploração da reserva legal acima referida tem outras limitações estipuladas nos parágrafos do art. 56: a) retirada anual de material lenhoso a 2 m³ (dois metros cúbicos) por hectare; b) não poderá comprometer mais de 15% (quinze por cento) da biomassa da reserva legal; c) não poderá ser superior a 15 m³ (quinze metros cúbicos) de lenha para uso doméstico e uso energético, por propriedade ou posse rural, por ano.

Conforme previsão da Lei de Proteção da Vegetação Nativa é livre a coleta de produtos florestais não madeireiros, tais como frutos, cipós, folhas e sementes, observando-se, contudo, o que dispõe os seus incisos: I – os períodos de coleta e volumes fixados em regulamentos específicos, quando houver; II – a época de maturação dos frutos e sementes; III – técnicas que não coloquem em risco a sobrevivência de indivíduos e da espécie coletada no caso de coleta de flores, folhas, cascas, óleos, resinas, cipós, bulbos, bambus e raízes[20].

[20] A Lei nº 11.428/06 tratou o mesmo assunto, em termos similares, em seu art. 18, da seguinte forma: No Bioma Mata Atlântica, é livre a coleta de subprodutos florestais tais como frutos, folhas ou sementes, bem como as atividades de uso indireto, desde que não coloquem em risco as espécies da fauna e flora, observando-se as limitações legais específicas e em particular as relativas ao acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional associado e de biossegurança.

O manejo florestal sustentável com propósito comercial deverá atender as seguintes diretrizes e orientações: I – não descaracterizar a cobertura vegetal e não prejudicar a conservação da vegetação nativa da área; II – assegurar a manutenção da diversidade das espécies; III – conduzir o manejo de espécies exóticas com a adoção de medidas que favoreçam a regeneração de espécies nativas.

O fato de se mencionar as espécies exóticas no manejo florestal da reserva legal não autoriza que a recomposição dessa área, caso não seja consolidada, ocorra com o plantio de espécies exóticas como permite o art. 66, § 3º, da Lei nº 12.651/12. Não de deve confundir eventual existência de espécies exóticas em área de reserva legal, que poderão ser aproveitadas economicamente por meio do manejo florestal, com a possibilidade de plantio de tal espécie em área não consolidada.

Aliás, o próprio art. 22 da Lei de Proteção da Vegetação Nativa, ao tratar do manejo florestal sustentável, exige a adoção de medidas que favoreçam a regeneração de espécies nativas. Entende-se, assim, que a intenção da lei é que a cobertura vegetal da área de reserva legal tenha apenas espécies nativas (CORRÊA, 2017a, p. 14). Tome-se, como exemplo, a recomposição prevista no art. 17, § 4°, que se refere ao desmatamento irregular de área de reserva legal ocorrido após 22 de julho de 2008 e que, portanto, não é uma área consolidada. Caso necessite de plantio, apenas poderá ocorrer com espécies nativas.

No tocante às pequenas propriedades e posses rurais e assemelhados, o art. 57 se refere ao manejo com propósito comercial direto ou indireto, sendo que a exploração depende de autorização simplificada do órgão ambiental competente. Para tanto, deve o interessado apresentar as informações previstas nos incisos da citada norma: I – dados do proprietário ou possuidor rural; II – dados da propriedade ou posse rural, incluindo cópia da matrícula do imóvel no Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis ou comprovante de posse; III – croqui da área do imóvel com indicação da área a ser objeto do manejo seletivo, estimativa do volume de produtos e subprodutos florestais a serem obtidos com o manejo seletivo, indicação da sua destinação e cronograma de execução previsto.

A Lei nº 12.651/12, quando tratou do regime de proteção das áreas de preservação permanente, previu a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em tais áreas nos casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. O tratamento dispensado à área de reserva legal é diferente, mencionando-se apenas a possibilidade do manejo florestal sustentável. No entanto, foram previstas regras específicas para a “agricultura familiar” e uma delas diz respeito à intervenção ou supressão de vegetação em reserva legal.

De acordo com o art. 52, é permitida a intervenção ou supressão em área de reserva legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental previstas no inc. X do art. 3º, com exceção das previstas nas alíneas b e g[21]. Para o desenvolvimento das atividades deverão concorrer três circunstâncias: I – tratar de pequena propriedade ou posse rural e assemelhados; II – uma declaração ao órgão ambiental competente; III – o imóvel deve estar inscrito no CAR.

E o manejo da vegetação nativa existente em área de reserva legal que faça parte do Bioma Mata Atlântica? Sobre esse tema, são colacionadas as conclusões de Padovezi et al. (2018, p. 14-15) para os quais, de acordo com a Lei n° 11.428/06, para a vegetação primária e secundária em estágio avançado de regeneração o corte e a supressão são apenas possíveis nos casos de utilidade pública, que não guardam nenhuma relação com o manejo florestal sustentável.

A vegetação secundária em estágio médio de regeneração permite o seu corte, supressão e exploração para atividades de interesse social, nelas compreendida o manejo agroflorestal sustentável. Há, ainda, a possibilidade de exploração seletiva de espécies pioneiras, em fragmentos florestais em estágio médio de regeneração, em que sua presença for superior a 60% (sessenta por cento) em relação às demais espécies. As espécies pioneiras, porém, devem ser previamente definidas, mediante portaria, pelo MMA e não podem constar em listas de espécies ameaçadas de extinção. A vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, por sua vez, tem o corte, a supressão e a exploração permitidos de uma forma geral.

Dessa forma, diante das restrições existentes na lei que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, para que ocorra o manejo florestal sustentável em áreas de reserva legal com espécies nativas do citado Bioma deve ser observado o seu estágio sucessional. Por fim, quanto à recomposição da reserva legal na Mata Atlântica, o Decreto nº 6.660/08 permite o plantio e o reflorestamento, para atividades de manejo agroflorestal sustentável, que poderão ser efetivados de forma consorciada com espécies exóticas, florestais ou agrícolas, observada a legislação aplicável quando se tratar de área de preservação permanente e de reserva legal. Como a Lei de Proteção da Vegetação Nativa prevê a possibilidade da reserva legal ser recomposta em área rural consolidada, com o

[21] Tais alíneas referem-se à implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber (b) e à pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável (g).

plantio intercalado de espécies nativas com exóticas, e a exploração mediante manejo agroflorestal, tais ações poderão ser implantadas também na Mata Atlântica.

Vale lembrar que área rural consolidada é definida pelo art. 3º, inc. IV, da Lei nº 12.651/12, como a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio. A possibilidade de existência de consolidação em APP é considerado um dos pontos negativos do Novo Código Florestal (GARCIA et al., 2016, p. 9-10).

O regime jurídico relativo às áreas rurais consolidadas em áreas de preservação permanente difere daquele visto até agora. São aplicadas as delimitações das áreas de preservação permanente previstas no art. 4°, da Lei n° 12.651/12, porém, com a consolidação em parte das intervenções e supressões anteriores a 22 de julho de 2008, por isso estão sendo chamadas de "APPs com uso consolidado" (BRANCALION et al., 2016, p. 6). Há regularização parcial dos usos nas áreas de preservação permanente em razão da obrigatoriedade de sua recomposição, mas em uma metragem diferente da prevista no art. 4°, levando em conta o tamanho da propriedade ou posse de acordo com o seu módulo fiscal.

Recebem tratamento diferenciado as áreas de preservação permanente ao longo de cursos d'água naturais, das nascentes e olhos d'água, do entorno de lagos e lagoas naturais e das veredas. É importante frisar que será considerada a área do imóvel rural existente em 22 de julho de 2008 (art. 61-A, § 8°). Caso tenha ocorrido, por exemplo, um desmembramento da propriedade ou posse rural após 22 de julho de 2008, de forma que a área do novo imóvel tenha se enquadrado nas benesses da recomposição a menor, esta não poderá ocorrer. Deverão, pois, ser respeitadas as delimitações do art. 4° da Lei n° 12.651/12, salvo a incidência de outros usos autorizados.

Também foram elaboradas tabelas, com as principais informações das faixas obrigatórias de recomposição nas áreas rurais consolidadas em áreas de preservação permanente, a fim de se evitar a repetição pura dos termos do Novo Código Florestal.

Para os cursos d'água naturais a faixa obrigatória de recomposição está descrita no art. 61-A da Lei de Proteção da Vegetação Nativa e no art. 19, § 4º, do Decreto nº 7.830/12 (Tabela 9). Ainda que não mencionadas nos citados dispositivos, as características específicas do recurso hídrico para que forme uma APP devem ser levadas em consideração também nas áreas rurais consolidadas. Dessa forma, por exemplo, se tivermos um curso d'água que não seja perene em área rural consolidada, pelo fato de não constar da definição da própria área de

preservação permanente, não haverá necessidade de sua recomposição conforme as metragens abaixo expostas.

Tabela 9 - Metragem das faixas obrigatórias de recomposição nas áreas rurais consolidadas de APPs de cursos d'água naturais

Área do imóvel rural	Largura das faixas obrigatórias de recomposição
Até 1 MF	5 m
> 1 até 2 MF	8 m
> 2 até 4 MF	15 m
> 4 MF	20 a 100 m, conforme o PRA
> 4 até 10 MF (para os cursos d'água com até 10 m de largura)	20 m
Demais casos	Metade da largura do curso d'água, mas sempre entre 30 e 100 m

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12 e do Decreto nº 7.830/12.

Quando da delimitação das nascentes e olhos d'água como formadoras de área de preservação permanente pelo art. 4º, inc. IV, especificou-se que haveria a proteção qualquer que seja a sua situação topográfica. Em que pese inexistir referida expressão no art. 61-A, § 5º, é certo que, independentemente da topografia das nascentes e olhos d'água em áreas rurais consolidadas, haverá a recomposição da área na faixa obrigatória de recomposição, cuja metragem não varia conforme o tamanho da propriedade ou posse rural (Tabela 10).

Tabela 10 - Metragem das faixas obrigatórias de recomposição nas áreas rurais consolidadas de APPs de nascentes e olhos d'água

Área do imóvel	Largura do raio
Independente do tamanho do imóvel rural	15 m

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

Em relação aos lagos e às lagoas naturais também vale a regra de que ficam dispensados da faixa marginal aqueles que possuem menos de 1 (um) hectare de superfície, vedada nova supressão de seu entorno, salvo autorização em sentido contrário. Ainda que esta previsão esteja disposta no art. 4º, § 4º, da Lei nº 12.651/12, é aplicável também para as áreas rurais consolidadas, que ficam dispensadas da recomposição, por se tratar de uma regra geral

de delimitação de APP. Como nos cursos d'água naturais, as faixas obrigatórias de recomposição variam conforme o tamanho do imóvel rural (Tabela 11).

Tabela 11 - Metragem das faixas obrigatórias de recomposição nas áreas rurais consolidadas de APPs de lagos ou lagoas naturais

Área do imóvel rural	Largura faixa marginal
Até 1 MF	5 m
> 1 até 2 MF	8 m
> 2 até 4 MF	15 m
> 4 MF	30 m
< 1 ha de superfície	Dispensada, mas a vegetação natural existente não pode ser suprimida, salvo autorização

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

No tocante à vereda, ao tratar de área rural consolidada, foi suprimida a palavra permanentemente. Tal fato, porém, não modificará a contagem da metragem da área de preservação permanente em questão, pois o art. 4º, inc. XI, deverá ser observado para a sua definição. A diferença das veredas em áreas consolidadas e não consolidadas refere-se ao imóvel até 4 (quatro) módulos fiscais, nos quais sendo área rural consolidada a obrigação de recomposição da faixa marginal deverá ser de trinta e não de cinquenta metros (Tabela 12).

Tabela 12 - Metragem das faixas obrigatórias de recomposição nas áreas rurais consolidadas de APPs de veredas

Área do imóvel rural	Faixas marginais
Até 4 MF	30 m
> 4 MF	50 m

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Lei nº 12.651/12.

É muito importante ressaltar que as metragens das áreas de preservação permanente serão sempre as determinadas no art. 4º da Lei nº 12.651/12. A continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural será permitida fora da faixa obrigatória de recomposição, mas mesmo assim o responsável pela área tem o dever de conservação do solo e da água, por meio de adoção de boas práticas agronômicas e tais situações deverão ser informadas no CAR (art. 61-A, §§ 9° e 10). Além disso, as atividades deverão observar

critérios técnicos indicados no PRA, sendo vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais (art. 61-A, § 11).

As metragens de recomposição em áreas rurais consolidadas podem ser superiores às acima mencionadas, "para proteger as propriedades essenciais à qualidade das águas de bacias hidrográficas já consideradas críticas" (SENISE, 2013, p. 443). O Chefe do Poder Executivo poderá, em ato próprio, estabelecer metas e diretrizes de recuperação ou conservação da vegetação nativa superiores, como projeto prioritário, ouvidos o Comitê de Bacia Hidrográfica e o Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Há, porém, situações em que nem sequer a recomposição das áreas de preservação permanente acima tratadas serão realizadas. A primeira hipótese diz respeito à manutenção de residências e da infraestrutura associada às atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural, inclusive dos seus acessos, desde que não estejam em área que ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas (art.61-A, §12). Também, a partir de 18 de outubro de 2012 até o término do prazo de adesão ao PRA, é autorizada a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural. De qualquer forma, as atividades serão informadas no CAR para fins de monitoramento e é exigida a adoção de medidas de conservação do solo e da água (art. 61-A, § 15).

No tocante a todos os casos de recomposição e suas exceções previstas no art. 61-A, o poder público, verificada a existência de risco de agravamento de processos erosivos ou de inundações, determinará a adoção de medidas mitigadoras que garantam a estabilidade das margens e a qualidade da água, após deliberação do Conselho Estadual de Meio Ambiente ou de órgão colegiado estadual equivalente (art. 61-A § 14). Nada impede, inclusive, que tais medidas mitigadoras possam exigir sua recomposição sem levar em consideração a área rural consolidada, nos moldes das regras gerais (MACHADO, 2013, p. 882).

Outrossim, as áreas de preservação permanente localizadas em imóveis inseridos nos limites de unidades de conservação de proteção integral criadas por ato do Poder Público até a data de 18 de outubro de 2012 não são passíveis de ter quaisquer atividades consideradas como consolidadas, ressalvado o que dispuser o plano de manejo elaborado e aprovado de acordo com as orientações emitidas pelo órgão competente do SISNAMA, nos termos do que dispuser regulamento do Chefe do Poder Executivo, devendo o proprietário, possuidor rural ou ocupante a qualquer título adotar todas as medidas indicadas.

Dando continuidade as exceções à obrigação de recomposição, também baseado apenas no tamanho da propriedade ou posse rural (ANTUNES, 2013, p. 266) há as hipóteses de que para imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, tinham área de até 2 (dois) módulos

fiscais e desenvolviam atividades agrossilvipastoris, a recomposição somadas todas as áreas de preservação permanente não ultrapassará 10% (dez por cento) da área total do imóvel (art. 61-B, inc. I). Se, nas mesmas circunstâncias, os imóveis tinham área superior a 2 (dois) até 4 (quatro) módulos fiscais, a recomposição somadas todas as áreas de preservação permanente não ultrapassará 20% (vinte por cento) da área total do imóvel (art. 61-B, inc. II).

Diante da inexistência de uma pormenorização da regulamentação legal da matéria, os locais onde ocorrerão as recomposições serão apontados tanto pelo PRA como pelo PRADA, de acordo com critérios técnicos e levando-se em consideração as finalidades das áreas de preservação permanente (CORRÊA, 2018). Deve ser observado, ainda, que o art. 61-B apenas trata das atividades agrossilvipastoris, enquanto que o art. 61-A permite a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural. Assim, os dois últimos casos não poderão ser levados em consideração para o limite de recomposição imposto pelo art. 61-B.

Foram tratadas as recomposições das faixas marginais ao longo de cursos d´água naturais, das nascentes e olhos d´água perenes, do entorno de lagos e lagoas naturais e das veredas. Por seu turno, o art. 63, da Lei n° 12.651/12, trata da admissibilidade da manutenção de atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, e a infraestrutura física das atividades agrossilvipastoris nas encostas, borda dos tabuleiros ou chapadas, topo de morros, montes, montanhas e serras e em altitude superior a 1.800 (um mil e oitocentos) metros, consideradas áreas rurais consolidadas.

Além de não prever nenhuma obrigação de recomposição para as áreas de preservação permanente nele mencionadas (SENISE; BASTOS, 2013, p. 455), o art. 63 difere também quanto à continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural do art. 61-A ao permitir a manutenção apenas das atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo e da infraestrutura física das atividades agrossilvipastoris.

Nas bordas de tabuleiros ou chapadas dos imóveis rurais de até 4 (quatro) módulos fiscais[22] é admitida, ainda, a consolidação de outras atividades agrossilvipastoris, ressalvadas as situações de risco de vida. Para tanto, deverão ser adotadas boas práticas agronômicas e de conservação do solo e da água, no âmbito do PRA, e ocorrer deliberação dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente ou órgãos colegiados estaduais equivalentes nesse sentido (art. 63, § 3º).

[22] A exemplo de outros artigos da Lei nº 12.651/12, o art. 63, § 3º, menciona expressamente 4 (quatro) módulos fiscais e não pequena propriedade ou posse rural e assemelhados, de forma que não precisam ser observados os requisitos para a caracterização destas áreas.

Nota-se que na seção que trata das áreas consolidadas em áreas de preservação permanente não há menção aos reservatórios d'água artificiais, às restingas, aos manguezais e às áreas de preservação permanente decorrentes de ato declaratório do Chefe do Poder Executivo, de forma que as respectivas delimitações deverão ser sempre respeitadas.

Em se tratando de área rural consolidada em área de reserva legal, para os imóveis que, em 22 de julho de 2008, tinham a reserva legal em extensão inferior aos percentuais previstos no art. 12 da Lei de Proteção da Vegetação Nativa será permitida a sua regularização, independentemente da adesão ao PRA (FINK, 2013, p. 473). O art. 66 descreve que para atingir a regularização, o proprietário ou possuidor pode recompor a reserva legal, permitir a regeneração natural da vegetação ou compensar a reserva legal.

No entanto, o dever de recomposição é excepcionado, conforme previsão do art. 67 da Lei nº 12.651/12, uma vez que nos imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, a reserva legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa à citada data, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo. Referido dispositivo atingiu nada menos que 90% (noventa por cento) dos imóveis rurais do país (SANTIAGO; REZENDE; BORGES, 2017, p .5).

Assim, a regra é a regularização da reserva legal, de acordo com os percentuais previstos no art. 12. Para a propriedade ou posse rural que, em 22 de julho de 2008, tinha até 4 (quatro) módulos fiscais e que não apresentava área de vegetação nativa capaz de atingir os percentuais legais, a reserva legal será constituída apenas pela vegetação remanescente. Pontua-se que o Novo Código Florestal levou em consideração a triste realidade do campo, formado por "pequenos e sofridos agricultores" que jamais foram capazes de se adequar à Lei nº 4.771/65 (BRAGA, 2013, p. 484).

Importante ressaltar que o art. 67 não remete ao conceito de pequena propriedade ou posse rural do art. 3º, inc. V, da Lei nº 12.651/12. Portanto, para se atingir a benesse, apenas será considerada a área do imóvel, sem necessidade de que sejam caracterizadas como aqueles ou a figura equiparada do art. 3º, parágrafo único. Não raro encontraremos imóveis rurais que, na data supra referida, não tinham vegetação nativa alguma. Neste caso não poderão se valer da benefício da reserva legal a menor, uma vez que sequer possuíam "vegetação remanescente", devendo, portanto recuperaram ou compensarem área equivalente a 20% (vinte por cento) da área total do imóvel rural. Nesse sentido também é o posicionamento da Procuradoria Jurídica do INEMA.

> Frise-se que o pequeno proprietário/possuidor, somente, poder ser contemplado com o benefício do Art. 67 se possuir remanescente de vegetação nativa em sua propriedade, conforme se depreende da leitura do sobredito artigo, não se aplicando àqueles que não possuem qualquer vegetação. Nestes casos, entende essa Procuradoria que em se tratando de imóveis até 4 (quatro) módulos fiscais e que não possuam vegetação remanescente, o proprietário/possuidor não pode ser contemplado com o benefício do Art.67, de modo que deve utilizar uma das modalidades de cumprimento da Reserva Legal, abrangendo a regeneração, a recomposição e a compensação, a fim de alcançar o percentual de 20% para o imóvel rural (INEMA, 2013).

De acordo com o art. 2º, inc. IV, do Decreto nº 7.830/12, área de remanescente de vegetação nativa é definida como aquela que está em estágio primário ou secundário avançado de regeneração. Assim, ainda que na pequena propriedade ou posse rural exista uma vegetação, para que ela possa se valer da porcentagem de constituição da reserva legal a menor, de acordo com o art. 67, o remanescente deverá ser formado por vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração. Caso o remanescente seja constituído por vegetação secundária em estágio inicial ou médio de regeneração, o imóvel deverá ter 20% (vinte por cento) da sua área total a título de reserva legal e, nesse caso, inclusive, poderá ser formada por um sistema agroflorestal, na qual podem ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais de espécies exóticas.

Deve ser lembrado que a recomposição é definida como a restituição de ecossistema ou de comunidade biológica nativa degradada ou alterada à condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original. Conforme o art. 66, § 2°, a recomposição da área consolidada em área de reserva legal pode ser feita em até 20 (vinte) anos, abrangendo, a cada 2 (dois) anos, 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação.

Como já tratado quando da análise do PRA, a recomposição da reserva legal consolidada poderá ocorrer mediante o plantio intercalado de espécies nativas de ocorrência regional com exóticas ou frutíferas, desde que estas não excedam 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recomposta. A reserva legal recomposta poderá ser explorada economicamente, nos termos da lei, o que significa a possibilidade de manejo sustentável com propósito comercial, de acordo com o art. 22 da Lei de Proteção da Vegetação Nativa.

No que concerne à compensação da reserva legal, a Lei n° 4.771/65 estabelecia que ela deveria ocorrer em área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertencesse ao mesmo ecossistema e estivesse localizada na mesma microbacia. Quando não era possível proceder a compensação da reserva legal dentro da mesma microbacia hidrográfica, deveriam ser atendidos os critérios de proximidade entre as áreas, mas sempre dentro da mesma bacia do Estado.

A Lei n° 12.651/12, por sua vez, estabeleceu como seus pressupostos a inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural e que a compensação não poderá ser utilizada como forma de viabilizar a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo. Além disso, as áreas a serem utilizadas para compensação deverão: I – ser equivalentes em extensão à área da reserva legal a ser compensada; II – estar localizadas no mesmo bioma da área de reserva legal a ser compensada; III – se fora do Estado, estar localizadas em áreas identificadas como prioritárias pela União ou pelos Estados[23].

Uma das grandes críticas à Lei nº 12.651/12 se refere à possibilidade de compensação da reserva legal em área do mesmo bioma, entendido como o espaço terrestre que representa uma categoria de *habitat*, com vegetação semelhante e comunidade biológica própria, condicionada pelo clima e solo (MAZZINI, 2011, p. 121). Ainda que haja a previsão de que se fora do Estado as áreas que servirem à compensação devam ser identificadas como prioritárias pela União ou pelos Estados, o que se observará na prática será uma enorme dificuldade de fiscalização pelo Poder Público da compensação da reserva legal.

Ademais, como uma das funções da reserva legal é a conservação da biodiversidade, ela somente será alcançada com a preservação da vegetação de uma determinada região, que possui características próprias não encontradas em outros Estados. Ainda que a mudança em questão possa trazer benefícios econômicos, implicará a perda de biodiversidade se não houver equivalência ambiental com a área que está sendo compensada (SILVA; RANIERI, 2014, p. 117).

A compensação da reserva legal poderá ser feita em áreas pertencentes ao mesmo proprietário ou possuidor rural ou de titularidade diferente, e mediante: I – aquisição de Cota de Reserva Ambiental[24]; II – arrendamento de área sob regime de servidão ambiental ou reserva legal; III – doação ao Poder Público de área localizada no interior de unidade de conservação (UC) de domínio público pendente de regularização fundiária; IV – cadastramento de outra área equivalente e excedente à reserva legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma.

Em relação à Cota de Reserva Ambiental, no julgamentos das ações envolvendo o Novo Código Florestal, o STF definiu que a compensação da reserva legal apenas poderá

[23] De acordo com o § 7º do art. 66, a definição de áreas prioritárias buscará favorecer, entre outros, a recuperação de bacias hidrográficas excessivamente desmatadas, a criação de corredores ecológicos, a conservação de grandes áreas protegidas e a conservação ou recuperação de ecossistemas ou espécies ameaçados.

[24] CRA é um título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação (art. 44 da Lei nº 12.651/12).

ocorrer entre áreas com identidade ecológica. Restará dúvida, pois, no tocante às compensações realizadas sem tal instrumento, parecendo inexistir a limitação da identidade ecológica da área a ser compensada dentro do mesmo Bioma.

No tocante ao inciso III, de doação de área em UC ao Poder Público, cabe mencionar que a Lei nº 9.985/00 previu que determinadas unidades de conservação serão de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas[25]. Caso o proprietário ou possuidor rural tenha imóvel com déficit de área para se atingir os percentuais de reserva legal, a fim de compensá-la poderá realizar a doação ao Poder Público de área localizada no interior de unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária. Ao contrário das demais formas de compensação, a referida doação prescinde que a área tenha vegetação nativa estabelecida, havendo apenas a preocupação de regularização fundiária da unidade de conservação de domínio público.

Por fim, conforme disposto no art. 66, § 7º, da Lei nº 12.651/12, caso se trate de imóvel público que não tenha o percentual de reserva legal exigido por lei, a pessoa jurídica de direito público proprietária do imóvel rural poderá compensá-la por meio de sua doação ou mediante concessão de direito real de uso ao órgão público responsável pela unidade de conservação, a ser criada ou pendente de regularização fundiária.

Há, ainda, uma importante questão a ser enfrentada que se refere ao conflito de leis no tempo, principalmente envolvendo o instituto da reserva legal. Isso porque encontraremos milhares de propriedades rurais, cujas áreas de reserva legal foram averbadas no Cartório de Registro de Imóveis, sob a égide da Lei nº 4.771/65. De igual modo, existem milhares de posses rurais, cujas áreas de reserva legal foram asseguradas por meio de termo de ajustamento de conduta firmado pelo possuidor com o órgão ambiental federal ou estadual competente, que respeitaram as regras vigentes à época de sua assinatura.

Atualmente, em razão da modificação do regramento jurídico da reserva legal, muitos imóveis podem se valer de algumas benesses legais previstas na Lei nº 12.651/12. Duas delas são as relativas ao aumento das possibilidades de cômputo das áreas de preservação permanente no cálculo do percentual da reserva legal e a sua delimitação abaixo dos percentuais previstos no art. 12 para os imóveis rurais que tinham, em 22 de julho de 2008, até 4 (quatro) módulos fiscais.

Ocorre que, incoerentemente, a Lei nº 12.651/12 acabou "premiando" o proprietário ou possuidor rural que descumpriu a legislação anterior, por não ter instituído a reserva legal.

[25] São elas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna e Reserva de Desenvolvimento Sustentável quando necessário.

O mesmo sucedeu quanto à recuperação de áreas de preservação permanente, que poderiam atualmente ser consideradas como consolidadas, com obrigação de restauração de metragens inferiores às previstas na revogada Lei nº 4.771/65. Poder-se-ia então questionar sobre eventual retroatividade da Lei de Proteção da Vegetação Nativa, de forma que esta pudesse regular situações já constituídas, em especial a redução do percentual ou mesmo desnecessidade da constituição da reserva legal.

Inclusive, o art. 12 do Decreto nº 8.235/14 estipulou que os termos de compromissos ou instrumentos similares para a regularização ambiental do imóvel rural referentes às áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito, firmados sob a vigência da legislação anterior, deverão ser revistos para se adequarem ao disposto ao Novo Código Florestal. Se é papel de um decreto regulamentar uma lei, o dispositivo em questão encontra-se em total desarmonia com a Lei nº 12.651/12. Ademais, vai em sentido contrário à previsão na Constituição Federal de que as relações jurídicas devem respeitar o ato jurídico perfeito.

No sistema jurídico brasileiro, a fim de se garantir segurança jurídica, tem-se como regra geral a irretroatividade das novas leis, pois ”são elaboradas para, em regra, valer para o futuro” (GONÇALVES, 2019, p. 62). Entretanto, caso haja expressa retroatividade, não são alcançados por seus efeitos o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, de acordo com previsão na própria Carta Magna (art. 5º, inc. XXXVI). Há, inclusive, uma situação intermediária em que uma relação nasce sob a égide de uma norma, mas apenas se completa na vigência de um novel regramento. Conforme Farias e Rosenvald (2019, p. 161)

> Forçoso é reconhecer, outrossim, na linha do raciocínio exposto, a *aplicação imediata da lei nova às relações jurídicas continuativas* – isto é, as relações jurídicas iniciadas na vigência da lei anterior e que se protraem no tempo, mantendo-se após o advento da lei nova. No que concerne às relações continuativas (também chamadas de *relações de trato sucessivo*), a sua existência e a sua validade ficam submetidas à norma vigente ao tempo de seu início. No entanto, a sua eficácia estará, inarredavelmente, submetida à nova norma jurídica. De qualquer sorte, é certo que essa incidência da lei nova aos efeitos das relações continuativas exige o respeito ao ato jurídico perfeito (aquele já consumado no tempo da lei anterior), ao direito adquirido (aquele que já se incorporou definitivamente ao patrimônio do titular) e à coisa julgada (qualidade que reveste os efeitos decorrentes da decisão judicial contra a qual não mais cabe qualquer recurso).

O art. 6º, § 1º, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/42) conceitua ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. Em relação à constituição da reserva legal, o interessado deve, necessariamente, obter a concordância do órgão ambiental quanto à sua localização, que era analisada em procedimento administrativo próprio. Após, quando em vigor a Lei nº 4.771/65, o interessado deveria proceder à devida averbação na matrícula da propriedade rural perante o

Cartório de Registro de Imóveis. No caso de posse, também ocorreriam análises preliminares antes da assinatura do termo de compromisso.[26]

Assim, para fins de definição de ato jurídico perfeito no tocante à instituição da reserva legal, não resta dúvida de que apenas o ato de averbação e a assinatura do termo de compromisso são aptos a defini-los como consumados segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuaram. Após a averbação ou a assinatura do termo de compromisso, eventual pendência quanto à recomposição da área de reserva legal não terá o condão de possibilitar a revisão dos seus percentuais, uma vez que a reserva legal foi devidamente instituída. Muito menos se poderá cogitar da diminuição de seu percentual, com alteração dos citados atos, em razão das novas regras introduzidas pela Lei nº 12.651/12.

Referente à situação intermediária de aplicabilidade imediata da lei nova a relações que, nascidas sob a vigência da lei antiga, ainda não se aperfeiçoaram, vislumbra-se a sua ocorrência em situações envolvendo a reserva legal. A primeira delas refere-se aos requerimentos, já protocolizados nos órgãos ambientais competentes, para a aprovação da localização da reserva legal, uma vez que pode ser considerada uma "relação nascida, mas não consumada". Em que pese existir um pedido para a aprovação da reserva legal, de acordo com os preceitos da Lei nº 4.771/65, em razão da mudança legislativa proporcionada pela Lei nº 12.651/12, deve o órgão ambiental possibilitar ao proprietário ou posseiro rural a revisão de seu requerimento para adequação à nova lei.

Hipótese diversa é a do pedido de localização da reserva legal aprovado pelo órgão ambiental e cuja averbação à margem do registro do imóvel não foi realizada pelo responsável da área rural. Vislumbra-se que tal atitude não tem o condão de proporcionar uma revisão da localização da reserva legal, muito menos para que seja considerada a menor. A omissão da averbação é exclusivamente imputada ao proprietário rural, pois somente a ele cabia proceder ao ato registral. O ato jurídico, neste caso, é a própria aprovação administrativa. O INEMA, inclusive, quando da análise para validação do CEFIR, considera uma inconsistência quando o proprietário ou posseiro rural não declara no cadastro que há um pedido aprovado para a localização da RL (Apêndice A).

Resta, ainda, analisar a situação de termos de ajustamento de conduta firmados, de uma forma geral, para a adequação ambiental de imóveis rurais na vigência da Lei nº 4.771/65. Normalmente, por meio de TAC, exige-se do compromissário a realização de

[26] Na Lei nº 4.771/65, a denominação do instrumento era termo de ajustamento de conduta, conforme previsto no art. 16, § 10.

diversas ações de recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal, incluindo a então necessária averbação desta.

O compromisso, que é reduzido em um termo e daí o nome usual de termo de ajustamento de conduta, tem natureza jurídica de um ato administrativo negocial, bilateral e consensual (MAZZILLI, 2019, p. 511). Não pairam dúvidas de que, uma vez firmado o TAC, ter-se-á um ato jurídico perfeito, sendo que eventual edição de lei nova não permitirá o descumprimento das cláusulas estipuladas no respectivo documento assinado pelo compromissário. Nesse sentido, já foi decidido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais nos autos da apelação cível nº 1.0016.11.009361-0/001, que tem a seguinte ementa:

> Apelação cível - suspensão do processo - promulgação do novo código florestal - perda do objeto - ato jurídico perfeito - irretroatividade da lei civil - termo de ajustamento de conduta - título executivo extrajudicial - princípio da boa-fé objetiva - averbação da reserva legal - obrigação do proprietário do imóvel - ministério público - competência para fiscalizar reserva legal - instituição da reserva legal - iniciativa do proprietário.

À época antecedente do Novo Código Florestal, os termos de ajustamento de conduta poderiam conter a previsão de que o compromissário deveria requerer a aprovação da localização da reserva legal perante o órgão ambiental competente e, após a sua concordância, averbar a área na respectiva matrícula do competente Cartório de Registro de Imóveis ou assinar o termo de compromisso no caso de posse. Em tal situação, ainda que o proprietário ou posseiro rural tenha procurado o órgão ambiental após a entrada em vigor do Novo Código Florestal, é com a assinatura do TAC que se tem a formação do ato jurídico perfeito. O "fato gerador" do ato jurídico perfeito neste caso é a assinatura do TAC e não a averbação da reserva legal, de forma que a mudança legislativa, antes do ato registral, não interferirá no percentual da área a ser especialmente protegida.

Não há que se questionar sobre eventual demora do órgão ambiental na análise do pedido de aprovação de localização de reserva legal, se no período houve a entrada em vigor da Lei nº 12.651/12. No caso específico de TAC assinado na vigência da Lei nº 4.771/65, obrigatoriamente o compromissário deverá embasar o seu requerimento nos percentuais da lei regente à época da assinatura do documento, sob pena de descumprimento da avença. O assunto, inclusive, já vinha sendo discutido durante a tramitação do projeto de lei que culminou com a aprovação da Lei nº 12.651/12.

> Portanto, o fato das obrigações compromissadas no ajustamento de conduta ainda se fazerem pendentes, é certo que não se aplicará eventual lei nova que desonere o compromissário daquelas, sob pena de ofensa ao ato jurídico perfeito. Assim, se a execução do plano de recuperação de APP degradada ainda não se iniciou ou findou, ou se a Reserva Legal ainda não foi objeto de apontamento pelo órgão ambiental e,

> desta forma, ainda não foi averbada na matrícula do imóvel, não significa que estas obrigações não deverão ser cumpridas, caso o novel diploma legal deixe de considerar a área degradada como APP, ou se a propriedade ou posse rural já não mais estiver sujeita à Reserva Legal. Aplica-se a lei vigente ao tempo do negócio jurídico estabelecido consensualmente (AKAOUI; GLINA, 2012, p. 27).

Igualmente impossível será o aditamento de compromisso de ajustamento de conduta, firmado sob a égide da Lei nº 4.771/65, para se observar as novas regras trazidas pela Lei de Proteção da Vegetação Nativa. Isso porque, conforme assentado na doutrina e na jurisprudência, não cabe ao órgão público legitimado firmar compromisso de ajustamento de conduta, incluindo-se o seu aditamento, para transacionar sobre direito material, uma vez que não é o seu titular e não pode dispor sobre ele.

> A mutabilidade do compromisso de ajustamento de conduta, como medida excepcional que é, não pode se dar *in pejus*, pois a legitimidade do órgão público colegitimado é para a proteção dos interesses difusos e coletivos, e, consequentemente, da sociedade, e não dos interesses particulares do degradador (AKAOUI, 2010, p. 93-94).

O mesmo raciocínio aplica-se às áreas de preservação permanente, cujas faixas obrigatórias de recomposição serão compostas por vegetação em metragens a menor quando localizadas em áreas consolidadas, conforme arts. 61-A e seguintes da Lei de Proteção da Vegetação Nativa. Uma vez constante em TAC a obrigação de recomposição, conforme as metragens do antigo Código Florestal, estas devem ser respeitadas.

Por questão de coerência, também deverão ser respeitados os prazos de recomposição existentes na Lei nº 4.771/65, a exemplo do plantio, a cada 3 (três) anos, de no mínimo 1/10 (um décimo) da área total à complementação da reserva legal, que tivesse extensão inferior aos percentuais previstos no revogado Código Florestal (art. 44, inc. I). Tal período será observado mesmo que atualmente a Lei nº 12.651/12 tenha estabelecido um tempo menor para a restituição.

Podem, ainda, surgir questionamentos quanto à forma de manutenção ou recomposição tanto das áreas de reserva legal como de preservação permanente, já que vimos em capítulos próprios que existe a possibilidade do plantio consorciado de espécies exóticas com nativas, o que era apenas timidamente previsto na Lei nº 4.771/65. Mais uma vez, deverá ser exigido o que constou do plano de recuperação aprovado pelo órgão ambiental. Não haverá possibilidade de alterá-lo para a inclusão do plantio de espécies exóticas, uma vez que o direito material será preservado com o respeito à função ambiental que se esperava da reserva legal e da área de preservação permanente ao tempo da constituição do ato jurídico perfeito.

Assim, com exceção da área de reserva legal em pequena propriedade ou posse rural familiar, que permite o cômputo de espécies exóticas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas, e a recomposição da RL com espécies exóticas pioneiras (arts. 16, § 3º, e 44, § 2º, da Lei nº 4.771/65), os demais casos ainda pendentes de recomposição apenas poderão utilizar a condução da regeneração natural ou plantio de espécies nativas.

Situação inusitada, mas recorrente nas mais diversas regiões do País, é a existência de averbação da reserva legal antes da Lei nº 12.651/12, sem que tivesse sido observado o prévio procedimento de aprovação de sua localização pelo órgão ambiental ou sem que a área tenha sido devidamente identificada no registro da propriedade rural.

O ato pode ser considerado nulo, que é aquele que traz um vício insanável e não admite convalidação (ALEXANDRE; DEUS, 2018, p. 485). Nas situações acima descritas é exatamente o que ocorreu, tanto na inobservância do devido e prévio procedimento administrativo como das formalidades registrais. Tais circunstâncias, porém, não possibilitam que o proprietário rural possa se valer da nulidade do ato e aproveitar as novas regras previstas na Lei de Proteção da Vegetação Nativa. Isso porque a falta do procedimento administrativo ou de determinada formalidade são de responsabilidade ou contaram com a colaboração do proprietário rural, não podendo este alegar desconhecimento da lei ou se valer da própria torpeza ao não tê-los propositadamente respeitados.

2.4 A PROTEÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA E SUA RELAÇÃO COM O NOVO CÓDIGO FLORESTAL

As principais leis aplicáveis aos imóveis rurais no tocante à tutela florestal são a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/12) e a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06). As áreas de preservação permanente e de reserva legal, institutos regulados pela Lei nº 12.651/12, podem ser constituídas por vegetação nativa de Mata Atlântica. A exemplo dos imóveis rurais que são objeto da presente pesquisa, quando situados no Bioma Mata Atlântica, além de se observar as regras atinentes à APP e RL do Novo Código Florestal, também devem ser respeitados os dispositivos constantes da Lei nº 11.428/06, cujas análises e importância do Bioma serão a seguir tratados.

A Mata Atlântica brasileira originalmente se estendia por aproximadamente 1.350.000km² (um milhão, trezentos e cinquenta mil quilômetros quadrados), ao longo de 17 (dezessete) Estados, equivalendo a 15% (quinze por cento) do território nacional. No século XIX, o naturalista Carl Friederich Philipp Von Martius fez inventários durante 3 (três) anos

no Brasil e, em 1837, publicou o primeiro mapa fitogeográfico do país, chamado “Tabulae Physiognomicae”. Nesta publicação atribuiu nome de ninfas gregas a províncias botânicas, chamando de Dríades (ninfa dos bosques) a província que ocupava o estreito cinturão ao longo da costa Atlântica, o que corresponde hoje à Mata Atlântica, expressão adotada por vários autores por simplesmente indicar a proximidade da floresta com o Oceano Atlântico (GUEDES et al., 2005, p. 41-42).

Como ocorre majoritariamente na porção terrestre litorânea, tornou-se o primeiro alvo de exploração quando da chegada dos Portugueses no nosso país, principalmente com a conhecida extração do pau-brasil (FUNDAÇÃO & INPE, 2002, p. 8). Seguiram-se os séculos e outros fatores foram levando à lenta e depois rápida degradação da vegetação nativa, como o ciclo da cana-de-açúcar no século XVI, a monocultura de café no século seguinte, a industrialização e urbanização, respectivamente, nos séculos XX e XXI (FUNDAÇÃO, 2018, p. 8).

De acordo com os dados mais recentes, está presente em 3.429 (três mil, quatrocentos e vinte e nove) Municípios, onde moram 145 (cento e quarenta e cinco) milhões de pessoas, isto é, 72% (setenta e dois por cento) da população do país. No Brasil, é o Bioma mais ameaçado, restando apenas 12,4% (doze vírgula quatro) da sua área original. No último mapeamento realizado, a Bahia ocupou a desonrosa posição de Estado onde ocorreu o maior desflorestamento, em uma área total de mais de 12 (doze) mil hectares (FUNDAÇÃO & INPE, 2017, p. 33).

Apenas na década de 1980 é que a sociedade civil mobilizou-se para a preservação da Mata Atlântica, mas haviam poucas informações sobre o Bioma. A Fundação SOS Mata Atlântica, INPE e IBAMA então lançaram, em 1990, um primeiro mapeamento da Mata Atlântica, a partir de imagens de satélite, chamado “Atlas dos Remanescentes Florestais do Domínio da Mata Atlântica (FUNDAÇÃO & INPE, 2002, p. 6), trabalho que vem sendo atualizado periodicamente, com uma melhor precisão graças à evolução tecnológica (FUNDAÇÃO & INPE, 2017, p. 5-6).

Em 1988, o biólogo Norman Myers criou o termo *hotspot* para caracterizar 10 (dez) florestas tropicais que continham excepcionais concentrações de espécies, com alto grau de endemismo e que estavam em extremo perigo, sendo a Mata Atlântica brasileira um deles (MYERS, 1988, p. 189). Posteriormente, utilizando-se os mesmos critérios, foram identificadas 25 (vinte e cinco) regiões do planeta que são centros de biodiversidade e correm muito perigo diante de atividades humanas (MYERS et al., 2000, p. 853). Tal conceito ainda

tem sido utilizado e o número de regiões consideradas *hotspots* aumentado (MITTERMEIER et al., 2004, p. 29; WILLIAMS et al., 2011, p. 296).

A floresta atlântica brasileira tem um dos mais altos graus de riqueza de espécies e taxas de endemismo no planeta (RIBEIRO et al., 2009, p. 1141). Mais de 530 (quinhentos e trinta) animais e plantas que ocorrem no Bioma estão ameaçados de extinção (TABARELLI et al., 2005, p. 134). E há quem a considere um "dos pontos mais quentes" entre os *hotspots* em razão de possuir 20.000 (vinte mil) espécies de plantas, mais de 1.400 (um mil e quatrocentas) espécies de vertebrados terrestres e milhares de espécies de invertebrados, muitos deles que são regionalmente ou localmente endêmicos (LAURENCE, 2009, p. 854).

Com um processo que foi iniciado em 1991, por solicitação do governo brasileiro, a UNESCO declarou como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RESERVA, 2018) uma área que recobre 47% (quarenta e sete por cento) do Bioma, sendo 62.000 (sessenta e dois mil) hectares em área terrestre e 16.000 (dezesseis mil) hectares em áreas marítimas. A Reserva da Biosfera é um importante instrumento de política de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Fortalece as ações em defesa da área contra impactos negativos e reforça o reconhecimento da sua importância, nos âmbitos nacional e internacional. A RBMA é a maior entre as mais de 600 (seiscentas) reconhecidas pela UNESCO em 110 (cento e dez) países (LINO, 2011, p. 39; RESERVA, 2018).

A Mata Atlântica é apontada como o Bioma que foi, proporcionalmente, mais impactado pelo Novo Código Florestal, com uma redução de 27% (vinte a sete por cento) das suas áreas de preservação permanente e 38% (trinta e oito por cento) da reserva legal. Ainda assim, a Mata Atlântica apresenta grande déficit de vegetação nativa para o cumprimento da Lei nº 12.651/12, com 4 (quatro) milhões de hectares em APP e 2,7 (dois vírgula sete) milhões de hectare em RL (GUIDOTTI et al., 2017, p. 4-5).

Ocorre que tais números são apontados levando-se em consideração o Novo Código Florestal e as diminuições das recomposições necessárias às principais áreas ambientalmente protegidas nele previstas, que são a APP e RL. A proteção jurídica da Mata Atlântica, porém, é especial e o conceito de área rural consolidada previsto na Lei nº 12.651/12 não se aplica à sua vegetação nativa. Uma análise jurídica sobre o Novo Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica já era apontada como necessária (FUNDAÇÃO, 2016, p. 46), e suas aplicações conjuntas é totalmente viável.

A Mata Atlântica foi considerada um patrimônio nacional pelo art. 225, § 4º, da Constituição Federal. É uma "qualificação que se superpõe ao título da propriedade ou de posse do bem" (SILVA, 2007, p. 178), limitando-se o uso e gozo, de forma a se preservar os

seus recursos naturais, em razão da sua fragilidade e importância (SILVA, 2007, p. 178; BENJAMIN, 2005, p. 17). Pode-se afirmar que a proteção jurídica especial do Bioma Mata Atlântica iniciou-se com a Lei Maior de 1988 que estabeleceu que sua utilização será realizada na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

A Portaria nº 218, de 04 de maio de 1989, do IBAMA tratou de conferir um regramento específico à vegetação nativa de Mata Atlântica considerando que se tratava do Bioma mais ameaçado do país. De acordo com esta Portaria, a supressão da vegetação somente poderia ocorrer após a aprovação, pelo órgão ambiental federal, de um plano de manejo de rendimento sustentável, respeitadas as áreas de preservação permanente. Nos imóveis rurais até 50 (cinquenta) hectares, o limite máximo de exploração da vegetação estabelecido pelo ato foi de 50% (cinquenta por cento) da área total da propriedade ou posse.

No ano seguinte, foi publicado o Decreto nº 99.547/90, em 26 de setembro de 1990, que proibiu, por prazo indeterminado, o corte e a respectiva exploração da vegetação nativa de Mata Atlântica. Tal ato é considerado erroneamente a primeira norma legal específica para o Bioma (CAMPANILI; SCHÄFFER, 2010, p. 30; GAIO, 2014, p. 56), em razão da já citada Portaria nº 218. A Confederação Nacional da Indústria se insurgiu contra tal Decreto e intentou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 487-5. Entre os argumentos estavam o fato do art. 225, § 4º, da CF, ter conferido à lei e não a um ato infralegal a possibilidade de normatização do assunto e que a interdição do uso da propriedade imobiliária retira sua essência econômica, equivalendo a um verdadeiro confisco.

Reunidos em sessão no dia 9 de maio de 1991, os Ministros do STF, por maioria, decidiram indeferir a medida cautelar "ponderado o interesse coletivo na preservação do meio ambiente", mantendo-se a proibição do corte e exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica. Vale destacar o pronunciamento do Ministro Sepúlveda Pertence para o qual "entre a proteção do patrimônio ecológico nacional (permitam-me a alegoria…) e os respeitáveis interesses privados, referidos na inicial, em termo de medida liminar, não tenho dúvidas, fico com o primeiro".

Os efeitos do Decreto nº 99.547/90, embora na prática permaneciam sem aplicação (GAIO, 2014, p. 59), perduraram até a edição do Decreto nº 750/93, uma vez que a liminar da ADI retro citada manteve-se intacta durante a tramitação da ação, que não teve seu julgamento de mérito por perda do objeto, conforme decidido em sessão do STF de 9 de agosto de 1994. Isso porque, com a entrava em vigor do novel Decreto, o seu art. 14 foi expresso em revogar o Decreto nº 99.547/90.

O Decreto nº 750/93, por sua vez, publicado no DOU no dia 11 de fevereiro de 1993, dispôs sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação nativa da Mata Atlântica, e diante do desuso do decreto revogado, proporcionou uma real proteção ao Bioma (TESSLLER, 2001, p. 26). Tais intervenções dependiam do estágio sucessional da vegetação e eram em caráter excepcional. O seu art. 8º trouxe importante regra de que "a floresta primária ou em estágio avançado e médio de regeneração não perderá esta classificação nos casos de incêndio e/ou desmatamento não licenciados a partir de sua vigência".

Novamente ocorreram questionamentos sobre a regulamentação do assunto por decreto. Contudo, nossos Tribunais afastaram os argumentos de imprescindibilidade de lei para tratar da Mata Atlântica. Pode ser citado como exemplo um julgamento da Terceira Turma do TRF da 4ª Região por meio do qual houve aplicação do § 4º do art. 225 da CF, interpretando e conciliando o Decreto nº 750/93 com a Lei nº 4.771/65 (Processo 95.04.22034-7. Data da decisão: 13.03.1997. Publicação no DJ em 21.05.1997). A Segunda Turma do TRF da 1ª Região decidiu no mesmo sentido (Processo 1993.01.21357-5. Apelação em Mandado de Segurança – 01213575. Data da decisão: 14.12.1998. Publicação no DJ em 29.04.1999).

Finalmente, o último disciplinamento jurídico da matéria ocorreu com a Lei nº 11.428/06, publicada no DOU em 26 de dezembro de 2006, que dispôs sobre a utilização e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica (GAIO, 2014, p. 67). O art. 5º da Lei trouxe semelhante dispositivo do Decreto nº 750/93 no sentido de que a vegetação primária ou a vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica não perderão esta classificação nos casos de incêndio, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada.

Temos, assim, quatro períodos distintos de proteção da Mata Atlântica, com regimes jurídicos diferentes: 1. Até 25 de setembro de 1990, o Bioma estava sujeito às regras de exploração do Código Florestal de 1965 (Lei nº 4.771/65) e outros atos normativos pertinentes, como a Lei nº 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GAIO, 2014, p. 70), com as limitações a partir de 4 de maio de 1989, estipuladas pela Portaria nº 218 do IBAMA. 2. Entre 26 de setembro de 1990 e 10 de fevereiro de 1993 foi imposta pelo Decreto nº 99.547/90 uma proibição total de corte e exploração. 3. Com o Decreto nº 750/93, que passou a vigorar em 11 de fevereiro de 1993, há permissão de exploração em caráter excepcional, de acordo com as regras estabelecidas no citado ato normativo. 4. Em 26 de dezembro de 2006 a utilização da vegetação nativa de Mata Atlântica passou a ser regida pela Lei nº 11.428/06.

Como já tratado anteriormente, no ano de 2012 foi promulgada a Lei nº 12.651/12, chamada de "Novo Código Florestal", que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Entre as definições trazidas no seu art. 3º está o de área rural consolidada, que é aquela área do imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

O reconhecimento da área rural consolidada no imóvel rural tem várias consequências previstas na própria Lei nº 12.651/12, como a diminuição da vegetação nativa em área de preservação permanente face à necessidade de apenas recuperar uma faixa obrigatória de recomposição a depender o tamanho do imóvel rural, conforme determinado no art. 61-A. O que deve ficar claro é que a definição de área rural consolidada não se aplica à vegetação nativa de Mata Atlântica.

Isso porque o Bioma em tela teve uma proteção especial legislativa após a Constituição Federal de 1988, pelas peculiaridades ambientais que o cercam, inclusive referendada pelo Supremo Tribunal Federal e outros Tribunais, mesmo se previstas em atos infralegais como os Decretos nºs 99.547/90 e 750/93. Com a entrada em vigor da Lei nº 12.651/12, devemos nos valer da regra estabelecida no Decreto nº 4.657/42, nominado Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (CORRÊA, 2018). De acordo com o seu art. 2º, § 2º, a nova lei, que estabeleça disposições gerais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior. Assim, tem-se a preservação da lei especial anterior (Decreto nº 99.547/90, Decreto nº 750/93 e Lei nº 11.428/06), face à aprovação de uma lei geral posterior (Lei nº 12.651/12).

Também deve ser ressaltado que a Lei nº 11.428/06 foi regulamentada pelo Decreto nº 6.660/08 que, em seu art. 1º, delimitou a tutela jurídica do Bioma ao mapa elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E o § 1º do mesmo artigo estabeleceu que somente os remanescentes de vegetação nativa primária e vegetação nativa secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração na área de abrangência do mapa definida no *caput* terão seu uso e conservação regulados pelo Decreto em questão, não interferindo em áreas já ocupadas com agricultura, cidades, pastagens e florestas plantadas ou outras áreas desprovidas de vegetação nativa.

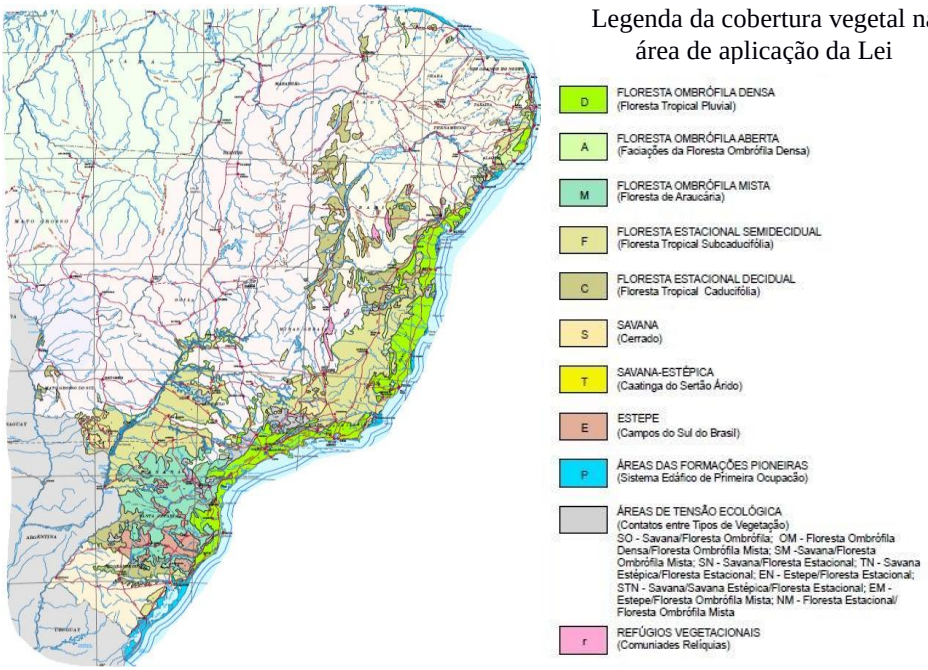
É importante asseverar que o citado § 1º impôs uma delimitação geográfica, isto é, que a proteção da vegetação nativa de Mata Atlântica, qualquer que seja o seu estágio sucessional, ocorrerá na porção de território definido pelo mapa do IBGE. A parte final do dispositivo ("não interferindo em áreas já ocupadas com agricultura, cidades, pastagens e florestas

plantadas ou outras áreas desprovidas de vegetação nativa") deve apenas ser entendida quanto às áreas que foram legalmente convertidas, de acordo com o regramento jurídico válido à época. Em conclusão, não há que se falar na aplicação do conceito de área rural consolidada trazido pelo Novo Código Florestal à vegetação nativa da Mata Atlântica.

Tratando da proteção conferida pela Lei nº 11.428/06 e seu Decreto nº 6.660/08, devemos ter em mente que são integrantes do Bioma as formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do IBGE, abrangendo uma área de 130.973.638 (cento e trinta milhões, novecentos e setenta e três mil, seiscentos e trinta e oito) hectares (Figura 4).

São elas a Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas. O próprio IBGE apresenta mais informações, com definições e explicações sobre as formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica na sua publicação "Manual Técnico da Vegetação Brasileira" (IBGE, 2012).

Figura 4 - Mapa da área de aplicação da Lei nº 11.428/06



Fonte: Adaptado pelo autor de IBGE, 2018.

A Lei nº 11.428/06 não estabeleceu limites ou exceções para a sua aplicação quanto a outras áreas protegidas, como por exemplo nas áreas de preservação permanente e reserva legal. Aliás, tratou destes dois institutos como pressupostos para o corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração, pois a intervenção somente ocorrerá se o proprietário ou posseiro tiver respeitado os preceitos legais de ambos (art. 11).

Insta consignar que as disposições da Lei nº 12.651/12 também se aplicam à vegetação de Mata Atlântica. No entanto, em se tratando de vegetação do citado Bioma, primeiramente serão analisadas as regras próprias trazidas pela Lei nº 11.428/06. Na hipótese em que a vegetação de Mata Atlântica estiver localizada em área de preservação permanente ou área de reserva legal, as normas pertinentes da Lei de Proteção da Vegetação Nativa também serão consideradas, mas apenas se as exigências da Lei nº 11.428/06 tiverem sido cumpridas (CORRÊA, 2017a, p. 7).

Cita-se, como exemplo, a situação de supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração de Mata Atlântica, que está localizada em área de preservação permanente de uma fazenda, para obras de infraestrutura de uma hidroelétrica (hipótese de utilidade pública) que abastecerá parte do território nacional. Não havendo alternativa locacional e inexistentes outros óbices apontados na Lei nº 11.428/06, observar-se-ão as condições de supressão de vegetação em APP com uso alternativo do solo previstos na Lei nº 12.651/12. Caso também ultrapassadas, e sendo uma atividade autorizada para intervenção em área de preservação permanente (art. 8º), as obras poderão ser realizadas.

As hipóteses de corte, supressão e exploração no regime jurídico geral de proteção da Mata Atlântica estão vinculadas ao seu estágio sucessional e, na maioria dos casos, à caracterização de utilidade pública e interesse social (CORRÊA, 2017, p. 11). Além disso, faz-se menção ao pequeno produtor rural e população tradicional. De acordo com o art. 4º, da Lei nº 11.428/06, a definição de vegetação primária e de vegetação secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração do Bioma cabe ao CONAMA, estando atualmente em vigor para o Estado da Bahia a Resolução nº 5, de 4 de maio de 1994, convalidada pela Resolução nº 388/07 do mesmo órgão.

A Lei nº 12.651/12 também tratou de conceituar utilidade pública, interesse social e pequeno produtor rural[27], mas para a aplicação da Lei nº 11.428/06 temos definições distintas,

[27] A Lei nº 12.651/12 trata da pequena propriedade ou posse rural familiar (art. 3º, inc. V), mas pela semelhança do termo utilizado pela Lei nº 11.428/06 (pequeno produtor rural) cumpre fazer a distinção.

todas em seu art. 3º. O pequeno produtor rural é aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo (inc. I).

São de utilidade pública as atividades de segurança nacional e proteção sanitária; e as obras essenciais de infra-estrutura de interesse nacional destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo Poder Público federal ou dos Estados (inc.VII). São de interesse social as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do CONAMA; as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área; e demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (inc. VIII).

Assim, ao nos depararmos com um pedido de autorização para corte, supressão e exploração de vegetação do Bioma Mata Atlântica, mesmo diante da definição de utilidade pública, interesse social e pequeno produtor rural da Lei nº 12.651/12, , tais termos devem ser aqueles definidos pela Lei nº 11.428/06 (CORRÊA, 2017a, p. 8).

Além de não permitidos quando o proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental, em especial as exigências referentes à APP e RL, o art. 11, inc. I, da Lei nº 11.428/06, determina que o corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando a vegetação: a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies; b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão; c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração; d) proteger o entorno das unidades de conservação; ou e) possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do SISNAMA.

Uma das proibições se refere às espécies ameaçadas de extinção, desde que a "intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies", expressão cujo alcance depende de interpretação (PRADO; VASCONCELOS; CHIODI,

2014, p. 2). No entanto, a Portaria nº 443/14 do Ministério do Meio Ambiente, que trouxe a lista de espécies da flora ameaçadas de extinção, estabelece as suas proteções de modo integral, incluindo a proibição de coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização. Dessa forma, mesmo se a intervenção ou o parcelamento não colocar em risco a espécie ameaçada de extinção, não é permitida a sua exploração.

Contudo, as restrições não se aplicam a exemplares cultivados em plantios devidamente licenciados e a produtos florestais não madeireiros, tais como sementes, folhas e frutos desde que sejam adotadas técnicas que não coloquem em risco a sobrevivência do indivíduo e a conservação da espécie. Devem, também, ser observadas as recomendações dos planos de ação nacionais, quando existentes, e restrições e recomendações previstas em normas específicas, incluindo atos internacionais. Dentro das exceções da proteção integral existe, ainda, a permissão do manejo sustentável das espécies da categoria vulnerável, que será regulamentado pelo Ministério do Meio Ambiente e autorizado pelo órgão ambiental competente.

Para facilitar o entendimento do que é permitido na vegetação nativa de Mata Atlântica, a partir dos seus estágios sucessionais congregados com as hipóteses de utilidade pública e interesse social, foram sistematizados as exigências legais e ente autorizador (Quadro 1).

Quadro 1- Hipóteses de intervenção na vegetação nativa de Mata Atlântica

Vegetação	Hipóteses	Exigências	Ente autorizador
Vegetação primária	Obras, projetos ou atividades de utilidade pública	EPIA/RIMA; procedimento administrativo próprio e; inexistir alternativa técnica locacional	Órgão ambiental estadual, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal
	Pesquisas científicas	Corte eventual regulamentado pelo CONAMA	
	Práticas preservacionistas	Corte eventual regulamentado pelo CONAMA	
Vegetação secundária em estágio avançado de regeneração	Obras, projetos ou atividades de utilidade pública	EPIA/RIMA; procedimento administrativo próprio e; inexistir alternativa técnica locacional	Órgão ambiental estadual, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal
	Pesquisas científicas	Corte eventual regulamentado pelo CONAMA	
	Práticas preservacionistas	Corte eventual regulamentado pelo CONAMA	
Vegetação secundária em estágio médio de regeneração	Obras, projetos ou atividades de utilidade pública ou interesse social	Procedimento administrativo próprio e; inexistir alternativa técnica locacional	Órgão ambiental estadual, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal
	Pesquisas científicas	Corte eventual regulamentado pelo CONAMA	
	Práticas preservacionistas	Corte eventual regulamentado pelo CONAMA	
	Área urbana	Conselho do Meio Ambiente, com caráter deliberativo; plano diretor	Órgão ambiental municipal, com anuência prévia do órgão estadual
	Pequeno produtor rural e populações tradicionais	Atividades ou uso agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à subsistência da família ressalvadas as APPs	Órgão ambiental estadual, informando-se ao IBAMA
	Corte, supressão e manejo seletivo de espécies arbóreas pioneiras nativas	Presença superior a 60% das pioneiras em relação às demais espécies	Órgão ambiental estadual
Vegetação secundária em estágio inicial de regeneração	Permitidos em geral	Exceto nos Estados que apresentem menos de 5% da área original de Mata Atlântica, caso em que serão aplicadas as regras da VSM	Órgão ambiental estadual

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Lei nº 11.428/06.

Questão interessante é a relacionada ao pousio, uma vez que é admitido para a caracterização da área rural consolidada. Pelo Novo Código Florestal, pousio é a prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo. Nas propriedades e posses rurais localizadas no Bioma Mata Atlântica deve ser observado o prazo de pousio previsto no art. 3º, inc. III, da Lei nº 11.428/06 que o conceitua como a prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até 10 (dez) anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade.

A própria Lei da Mata Atlântica, porém, trata apenas do pousio no capítulo destinado à proteção da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração (VSI), no qual tal prática agrícola será admitida nos Estados da Federação onde tal procedimento é utilizado tradicionalmente (art. 26). Ao regulamentar o assunto, o art. 22, § ú, do Decreto nº 6.660/08, dispõe que a supressão de VSI da área submetida a pousio somente poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente nos imóveis onde, comprovadamente, essa prática vem sendo utilizada tradicionalmente.

Observado o prazo de 10 (dez) anos permitido para o pousio, não há dúvidas que a regeneração da vegetação de Mata Atlântica pode alcançar outras fases sucessionais. Assim, poder-se-ia argumentar que o período do pousio no Bioma em tela estaria limitado ao limite de se atingir o estágio secundário médio de regeneração (VSM), pois há permissão legal apenas para a supressão de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração. Por outro lado, também cabe o entendimento de que como uma das hipóteses de intervenção na VSM é para atividades de manejo agroflorestal sustentável na pequena propriedade ou posse rural familiar[28], existindo o pousio na área, a intervenção na vegetação para tais atividades também estaria abarcada pela lei.

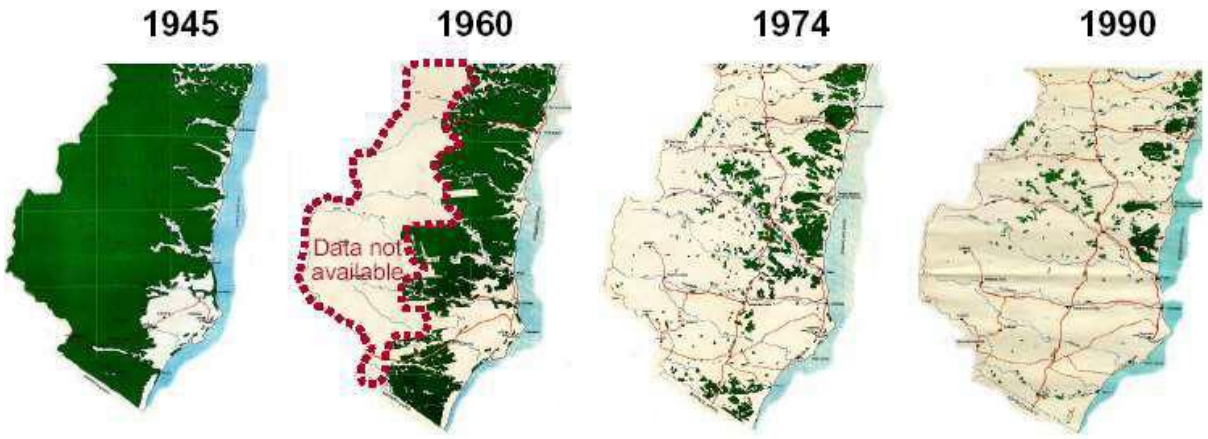
Até para que não reste dúvida da intenção do proprietário ou posseiro da área, este deverá realizar uma formalização ao órgão ambiental competente quanto à utilização da prática agrícola em questão, inclusive com prova do uso até então realizado na área a fim de evitar que seja autuado por uma indevida conversão.

Especificamente quanto ao Estado da Bahia, 32% (trinta e dois por cento) da sua área total é abrangida pelo mapa do IBGE relativo à aplicação da Lei da Mata Atlântica. Em 2016 a área recoberta por remanescentes florestais, área natural não florestal, mangue e restinga

[28] Vale lembrar que na Lei nº 11.428/06 o conceito de pequena propriedade ou posse rural difere do Novo Código Florestal, pois as referências daquela lei à pequena propriedade ou posse rural somente se aplicam à posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares.

arbórea, acima de 3 (três) hectares, era de 14% (quatorze por cento) (FUNDAÇÃO & INPE, 2017, p. 66). A Mata Atlântica recobria grande parte da extensão territorial do sul e extremo sul do Estado da Bahia, mas em um período de apenas 55 (cinquenta e cinco) anos, a vegetação nativa foi reduzida drasticamente (Figura 5).

Figura 5 – Mapas da evolução do desmatamento no extremo sul da Bahia



Fonte: MENDONÇA; CARVALHO; SILVA, 1994.

Vale mencionar que a região entre o Sul da Bahia e norte do Espírito Santo foi reconhecida pela UNESCO, em 1999, como um Sítio do Patrimônio Mundial Natural, por ser uma área única no mundo pelo seu valor universal e importância natural e cultural, sendo tal área denominada Costa do Descobrimento: Reservas de Mata Atlântica (UNESCO, 2018).

Como o presente trabalho se ocupa das áreas de preservação permanente e de reserva legal que se encontram no Bioma Mata Atlântica no Sul do Estado, considerado uma das áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade global (ARAÚJO et al., 1998, p. 10), mesmo que fragmentados cabe ressaltar a importância de cada remanescente. Apontou-se, por exemplo, que é necessário a existência de 30% (trinta por cento) de cobertura de vegetação nativa, em uma paisagem na Mata Atlântica, para garantir a conservação de sua biodiversidade (BANKS-LEITE et al., 2014, p. 1042).

Mesmo se secundárias, as vegetações nativas têm um papel muito importante para a conservação da diversidade (CHAZDON et al., 2009, p. 1406), pois abrigam espécies endêmicas (VIDAL et al., 2016, p. 138) e previnem a extinção de espécies (WRIGHT; MULLER-LANDAU, 2006, p. 287). Devem ser consideradas, inclusive, a fim de manter mosaicos funcionalmente ligados (RIBEIRO et al., 2009, p. 1141).

2.5 O MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA ATUAÇÃO FRENTE O DANO AMBIENTAL NO EXTREMO SUL DA BAHIA

A motivação deste trabalho originou-se das centenas de termos de ajustamento de conduta firmados por proprietários e posseiros rurais perante o Ministério Público do Estado da Bahia com o objetivo da regularização ambiental de imóveis rurais. É salutar, portanto, um conhecimento desta instituição, dos instrumentos utilizados pelos seus membros diante da comprovação de danos ambientais e da necessidade de sua integral reparação.

Mesmo nos dias atuais, as atribuições de um Promotor de Justiça ou a missão do Ministério Público (MP) não são conhecidas da população em geral. Não raro são confundidas as nomenclaturas dos cargos no nível federal, que são os Procuradores da República, com os atuantes na esfera estadual, Promotores de Justiça na primeira instância ou perante os juízes de primeiro grau, e Procuradores de Justiça, com atuação na segunda instância, isto é, nos Tribunais de Justiça. De igual forma é ignorada a existência dos vários ramos da instituição, uma vez que há os Ministérios Públicos dos Estados e o da União, composto pelos Ministérios Públicos Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios (art. 128 da CF).

Cada ramo do Ministério Público atua conforme a sua atribuição específica, como o Ministério Público Federal quando o fato pode ser discutido perante a Justiça Federal, em regra envolvendo interesses da União, o do Trabalho e Militar quando a celeuma se referir a fatos que apenas podem ser apreciados, respectivamente, pelas Justiças do Trabalho e Militar. Incumbe ao Ministério Públio Estadual uma atuação subsidiária, abrangendo todos os demais fatos, que podem originar ações perante a Justiça Estadual.

É certa, porém, a grande influência americana, com a imagem de atuação do Promotor de Justiça ora como detetive, ora como acusador, com forte ligação a atividades de persecução criminal (MACEDO JÚNIOR, 2010, p. 65). Por isso, é importante uma digressão histórica sobre a instituição para que se possa compreender os caminhos percorridos pelo Ministério Público até chegar ao seu papel desenhado pela Constituição Federal de 1988, em especial sua atuação na proteção do meio ambiente.

Algumas figuras institucionais ao redor do mundo são citadas como a origem histórica do Ministério Público, enquanto órgão com função própria. Há aproximadamente 4 (quatro) mil anos atrás no Egito havia os *magiaí*, servidores públicos que atuavam como os olhos e a língua do Rei, protegiam os órfãos e viúvas e auxiliavam para a descoberta da verdade nas instruções processuais (LYRA, 1937, p. 9). Nos povos da antiguidade, havia os *thesmotetis* ou

desmodetas, que velavam pela correta aplicação das leis; os *advocatus fisci* e os *Procuratores Caeseris* tinham a atribuição de defender o Estado romano e o tesouro do imperador. Em Esparta, os éforos realizam a acusação, mas deveriam "manter o equilíbrio entre o poder real e o poder senatorial" (GARCIA, 2017, p. 69).

Enquanto instituição parece haver um consenso que foi na França que surgiu o Ministério Público como uma organização estruturada, com caráter contínuo. Haviam os agentes do rei (*le gens du roi*), que representavam os soberanos nos tribunais, como mandatários judiciais. No entanto, em decorrência de uma reação aos senhores feudais pelo poder que estes acumularam, os agentes do rei passaram a mover ações penais e de fiscalizar a atividade da justiça e da polícia (TOURINHO FILHO, 1997, p. 336). "Foi a hipertrofia de poderes dos antigos procuradores do rei e a confusão entre a pessoa desse e o Estado que fez surgir o Ministério Público" (TORNAGHI, 1990, p. 481).

Embora haja controvérsia sobre a data correta (MAZZILLI, 2018, p. 40) foi com a *Ordennance*, de 25 de março de 1302, determinada por Felipe IV, o Belo, que o Ministério Público ganhou vida própria. Posteriormente, com uma ordenação criminal em 1670, de Luís XIV, é que há uma ampliação da atuação institucional e uma verdadeira emancipação do Ministério Público, que deixa de ser o procurador do rei e passa à condição de procurador da sociedade (BALTAZAR; VASCONCELOS, 1989, p. 12).

Em razão da Revolução Francesa, que combateu o absolutismo estatal e impôs uma nova estrutura organizacional de Estado, houve uma reestruturação do Ministério Público, estabelecendo-se uma hierarquia, com o cargo de *Procureur-Général*, responsável pelo comando e orientação dos procuradores, promotores distritais e seus auxiliares (VIANNA, 2011, p. 55). Por conta das invasões de Napoleão Bonaparte do século XIX, o conceito do Ministério Público francês foi levado para a Europa continental e então para o resto do mundo. Funções como velar pela execução das leis, defender o interesse público e promover a ação de iniciativa pública foram introduzidas nas demais legislações (SILVA, 1981, p. 6).

> Não é difícil notar, portanto, que a feição contemporânea do Ministério Público, em especial do *Parquet* brasileiro, é a soma de diferentes experiências e colaborações detectadas em tempo e lugares diferentes. É o resultado de importantes atividades exercidas em países diversos, com finalidades distintas, e que, hodiernamente, desembocam na mesma Instituição, como garantia e credibilidade de um sistema que se pretende democrático e cidadão (FARIAS, 2009, p. 17).

Muito usual é a expressão *parquet* para denominar o Ministério Público que, em francês, significa assoalho. Nos primórdios da instituição, seus agentes permaneciam em local separado dos juízes, no assoalho (*parquet*) em um nível inferior (CARVALHO, 1986, p. 83). Tal fato, porém, tinha o propósito de explicitar a força e a independência dos agentes do rei

frente ao Poder Judiciário, já que primitivamente havia uma determinação dos Reis de que eles não se dirigissem aos juízes do chão, mas de cima do mesmo assoalho onde estavam assentados os magistrados (GARCIA, 2017, p. 69).

A história do Ministério Público brasileiro confunde-se com a própria história do Brasil e, consequentemente, com forte influência lusitana. Desde quando fundada a Monarquia em Portugal no século XII já existiam as figuras dos procuradores e advogados do rei, encarregados de negócios do fisco e da coroa. No século seguinte, especificamente em 14 de janeiro de 1289, por ato de D. Dinis I, o Lavrador, cria-se a figura do procurador do rei, com natureza pública e permanente "a ser ocupado por aqueles que poderiam 'chamar à casa do rei' as pessoas que com ele tinham pleitos" (MINISTÉRIO, 2003, p. 27). Pouco antes do descobrimento, nas Ordenações Afonsinas, existia a figura do "Procurador dos Nossos Feitos", que deveria ser letrado e atuava perante os desembargadores na defesa real e como promotor nas causas criminais (VIANNA, 2011, p. 53).

Em 29 de março de 1549 foi fundada a cidade de São Salvador. Apenas 60 (sessenta) anos depois, por ato do Rei Felipe III, soberano da Espanha e Portugal, foi criado o Tribunal da Relação do Brasil. Seu regimento previa o Procurador dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, e Promotor de Justiça (MACEDO JÚNIOR, 2010, p. 68). O cargo foi ocupado por Manoel Pinto da Rocha, um dos dez desembargadores daquela Corte, nascendo ali o Ministério Público brasileiro (MINISTÉRIO, 2009, p. 9).

Outra Relação foi criada no Rio de Janeiro em 1751, transformando-se em Casa de Suplicação do Brasil em 1808, com a incumbência de julgar os recursos da Relação da Bahia. Nesse tribunal foram dissociados os cargos de promotor de justiça e procurador dos feitos da coroa e fazenda, que foram ocupados por duas pessoas distintas (MACEDO JÚNIOR, 2010, p. 69). No Código de Processo Penal do Império de 1832 foi conferido tratamento sistemático ao Ministério Público, apontando "[...] quem poderia ser promotor, suas atribuições na esfera penal e a forma de substituição no caso de impedimento ou falta" (MOREIRA, 2007, p. 22).

A Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, chamada "Lei do Ventre Livre", confiou ao Promotor de Justiça a função de "protetor dos fracos e indefesos" e a ele incumbia velar para que os filhos de mulheres escravas fossem devidamente registrados, de acordo com um matrícula especial estabelecida à época (JATAHY, 2008, p. 9). Cabe consignar que foi apenas com o Decreto nº 5.618, de 02 de maio de 1874, que a expressão Ministério Público foi introduzida no nosso ordenamento jurídico (MINISTÉRIO, 2009, p. 9).

Durante o período da monarquia o Ministério Público brasileiro não contou com uma estrutura específica, sendo que as atribuições que lhe competiam recaiam sobre pessoas

diversas sem, necessariamente, um comprometimento institucional e sem uma unidade de atuação (GARCIA, 2017, p. 34). Em termos constitucionais, foi apenas com a Carta de 1934 que foi conferido um tratamento autônomo ao Ministério Público (BALTAZAR; VASCONCELOS, 1989, p. 17-18), embora associando-o ao Poder Executivo dentre os órgãos de cooperação nas atividades governamentais.

Mesmo durante o período da ditadura, em que o Ministério Público foi tolhido de sua independência (ALMEIDA, 2010, p. 108), no campo legislativo infraconstitucional houve a edição de importantes atos normativos, como a Lei Complementar nº 40/81, que organizou a instituição nacionalmente e estabeleceu regras para a carreira. O Código de Processo Civil de 1973 reforçou a sua atuação, como nas ações de família e na proteção de incapazes. A Lei nº 6.938/81 foi expressa ao prever a possibilidade do Ministério Público atuar na defesa do meio ambiente, nos seguintes termos do seu art. 14, § 1º:

> Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Com a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição-Cidadã, é induvidoso que a instituição mais fortalecida foi o Ministério Público (MINISTÉRIO, 2018, p. 3). Adquiriu autonomia financeira e administrativa, não sendo vinculado aos Poderes Executivo ou Judiciário (PUOLI, 2007, p. 31). Ademais, houve o desenho de um perfil verdadeiramente social como se infere da redação do art. 127 da CF: "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

O Ministério Público é fundamental ao estado democrático de direito porque, ao lado dos Poderes constituídos, tem o dever de assegurar os direitos fundamentais, a ordem jurídica, a liberdade e a defesa dos mais frágeis (PASTORE, 2014, p. 20). É um ente eminentemente social, instituição aceita universalmente pelos povos como defensora dos valores mais relevantes da sociedade (MACHADO, 1998, p. 24-25).

Assim, o Ministério Público empreende esforços para a concretização dos objetivos de justiça social e igualdade material preconizados na Lei Maior. A denominação Promotor de Justiça, em substituição à Promotor Público reflete muito melhor seu mister, pois esta última expressão foi adotada quando a instituição se encontrava atrelada à função executiva do Estado (FERREIRA, 2008, p. 252-253). Em decorrência das mudanças histórico-culturais,

transitou da sociedade política para a sociedade civil. Era agente do rei ou da Administração e, na sociedade civil, passa a promover os valores democráticos, como defensor do povo (GOULART, 2001, p. 15).

> Não é à toa que a própria etimologia da expressão Ministério Público conduz a essa indissociável ligação: *ministério* deriva do latim *ministerium*, indicando ofício ou incumbência; *público*, dizendo respeito àquilo que toca à coletividade, àquela atividade desempenhada pelo Estado como um todo. Daí resulta a conclusão de que a expressão *Ministério Público nada mais significa senão o ofício desempenhado em prol da coletividade, da população* (FARIAS, 2009, p. 13).

No tocante ao Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), berço da instituição no Brasil como já visto, a Lei Complementar Estadual nº 011, de 18 de janeiro de 1996, é a que dispõe sobre sua autonomia, organização e atribuições. A sua estrutura compreende os órgãos de administração superior, órgãos de administração, órgãos de execução e órgãos auxiliares. Para que se tenha uma melhor compreensão do MPBA, a "Promotoria de Justiça" é um órgão de administração, com pelo menos um cargo de "Promotor de Justiça", que é um órgão de execução.

Entre os órgãos auxiliares estão os Centros de Apoio Operacional, que integram o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. Nas suas competências estão o de estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade; remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade, prestando-lhes auxílio para atividades fins; e estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins. No MPBA, no ano de 1991, foram criados alguns Centros de Apoio, um deles de Proteção ao Consumidor e Meio Ambiente. No ano seguinte houve um redimensionamento dos Centros, passando a existir o CEAMA – Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente (MINISTÉRIO, 2009, p. 59-60).

Conforme o ato nº 233/2011, da Procuradoria Geral de Justiça, integram o CEAMA 5 (cinco) Núcleos Ambientais, com atuação específica em biomas e/ou bacias hidrográficas, que qualificam ainda mais o MPBA, mediante execução de projetos e metas específicas constantes do planejamento estratégico com recursos orçamentários próprios (GRAÇA, 2018, p. 26). São eles: Núcleo de Defesa da Mata Atlântica (NUMA), Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco (NUSF), Núcleo de Defesa da Bacia do Rio Paraguaçu (NURP), Núcleo de Defesa da Baia de Todos os Santos (NBTS) e o Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (NUDEPHAC).

As Promotorias de Justiça podem ser especializadas, com funções definidas pela espécie de infração penal, pela natureza do interesse jurídico protegido ou pela competência

de determinado órgão jurisdicional, fixada exclusivamente em razão da matéria. Tais Promotorias, inclusive, podem ter âmbito regional, hipótese em que o ato de sua organização definirá as suas funções, delimitará o âmbito geográfico dentro do qual elas serão exercidas, a sua sede, bem como a forma como será realizada a sua substituição.

Dando um importante passo para a defesa do meio ambiente, o MPBA encaminhou no dia 24 de novembro de 2009 à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia projeto de lei propondo a criação de Promotorias Regionais Especializadas, dentre elas, vinte Promotorias de Justiça Especializadas em Meio Ambiente, de Âmbito Regional, tratadas nesse estudo simplesmente como Promotorias de Justiça Regionais Ambientais. Tal projeto foi aprovado em 29 de dezembro de 2009, sendo publicada a Lei Estadual nº 11.639 em 19 de janeiro de 2010.

Na justificativa do aludido projeto de lei, apontou-se a imprescindível criação e efetiva implantação das citadas Promotorias de Justiça para maior efetividade à defesa do meio ambiente, por meio de uma atuação não fragmentada, coordenada, proativa e especializada. De fato, o enfrentamento de questões ambientais deve ser realizada de forma regional pois foi verificado "que diversos municípios contíguos, ou regiões do estado, estavam sofrendo danos por atividades idênticas e precisava ter uma atuação uniforme, vez que não há fronteiras para a poluição" (GRAÇA, 2018, p. 27).

Como o Estado contemporâneo é incumbido de garantir a toda pessoa uma existência digna, o Ministério Público é reconhecidamente o órgão estatal predisposto a realizar essa função, em especial na tutela de interesses transindividuais (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2006, p. 226-227). A existência de garantias fundamentais ainda guarda enorme relação com a questão do acesso à Justiça. "O Ministério Público é o órgão que pode (e deve) obter junto ao Judiciário decisões tendentes a solucionar conflitos e proteger bens e valores de interesse da sociedade" (FERRAZ; GUIMARÃES JÚNIOR, 1997, p. 22).

Entre as funções institucionais do Ministério Público está a de "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (art. 129, inc. III, da CF). Na história do Direito Ambiental brasileiro merece destaque a função institucional do Ministério Público, por meio do inquérito civil e ação civil pública, para a tutela do meio ambiente (WAINER, 1993, p. 205). Aliás, a atuação do Ministério Público na proteção do meio ambiente, por meio de ações civis públicas, é igualmente reconhecida (NAZO; MUKAI, 2001, p. 80).

Apesar desse *status* constitucional, o inquérito civil foi previsto inicialmente na Lei nº 7.347/85, chamada de Lei da Ação Civil Pública (MAZZILLI, 2019, p. 549) e é um

instrumento investigatório tido como espelho do inquérito policial (PASTORE, 2014, p. 208), mas destinado a reunir elementos necessários à formação da convicção do membro do Ministério Público.

O inquérito civil, de atribuição exclusiva do Ministério Público, tem por finalidade verificar a existência de lesão a direito transindividual (RODRIGUES, 2011, p. 74). É um procedimento de natureza administrativa (FERRARESI, 2010, p. 10) em que são coletados elementos probatórios para embasar a atuação funcional do membro do MP, inclusive com benefícios extraprocessuais, como o de instrumentalizar termos de ajustamento de conduta (ALONSO JÚNIOR, 2002, p. 297-298).

Há um minissistema normativo que rege o inquérito civil e a legislação a ele aplicável é a Constituição Federal, a Lei nº 7.347/85 (LACP), a Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), a Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e atos específicos de cada Ministério Público, como a Resolução nº 006/09, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do MPBA. Como procedimento administrativo, o inquérito civil está sujeito a princípios a seguir descritos.

O primeiro princípio atinente ao inquérito civil é o da publicidade, regido pelo art. 7º da Resolução nº 23/07 do CNMP. Ela ocorre com a divulgação oficial, com o exclusivo fim de conhecimento público, mediante publicação de extratos na imprensa oficial; na divulgação em meios cibernéticos ou eletrônicos, dela devendo constar as portarias de instauração e extratos dos atos de conclusão; na expedição de certidão e na extração de cópias sobre os fatos investigados; na prestação de informações ao público em geral; e na concessão de vistas dos autos. É possível, porém, se decretar o sigilo das investigações para fins de interesse público, como nos casos de sigilo legal ou para não prejudicar as investigações, sempre em decisão motivada (art. 7º, § 4º, da Resolução citada).

A garantia constitucional do contraditório é prevista aos processos judiciais e aos procedimentos administrativos (art. 5º, inc. LV, da CF). No entanto, por semelhança ao inquérito policial, que é uma peça informativa e com caráter inquisitório, e dele não decorrer diretamente nenhuma sanção, entende-se que o contraditório não se aplica ao inquérito civil (MACÊDO; OGRIZIO, 2015, p. 70). Ocorre que, dada a importância para quem preside o inquérito civil de trazer aos autos outros pontos de vista, a sua aplicação pode ocorrer para proporcionar melhores elementos para a tomada de decisão quanto às providências a serem adotadas (FIORE, 2003, p. 37).

O inquérito civil é de uso exclusivo do Ministério Público (RODRIGUES, 2011, p. 74). Como na LACP há outros legitimados ao processo coletivo, não poderão se valer do

inquérito civil como meio de investigação. Para instruir suas demandas poderão, no exercício do direito constitucional de petição, solicitar informações às autoridades públicas (LEONEL, 2002, p. 313-314). Há, ainda, o caráter de facultatividade, isto é, pode ser dispensado se os fatos chegarem ao *Parquet* com elementos de prova suficientes para o ingresso da ação devida ou para a solução extrajudicial da celeuma, com assinatura de um termo de ajustamento de conduta (MAZZILLI, 2001, p. 405).

Embora deva ser sempre escrito, o inquérito civil é caracterizado pelo informalismo, não havendo um rito a ser observado (RODRIGUES, 2011, p. 76). Há quem fale em formalidade restrita, pois as normas que tratam da sua instauração e tramitação têm caráter administrativo, voltadas à organização interna (PROENÇA, 2001, p. 34). Por fim, a peça de investigação em questão é marcada pela unilateralidade sendo, portanto, inquisitiva (ARAÚJO, 2007, p. 253-255).

Ao lado do inquérito civil, outro importantíssimo instrumento utilizado pelo Ministério Público para a defesa do meio ambiente é o compromisso de ajustamento de conduta. Ele pode ser conceituado como o "ato jurídico pelo qual a pessoa, reconhecendo implicitamente que sua conduta ofende interesse difuso ou coletivo, assume o compromisso de eliminar a ofensa através da adequação de seu comportamento às exigências legais" (CARVALHO FILHO, 2005, p. 211-212). Em outras palavras, é uma forma por meio do qual órgãos públicos solucionam extrajudicialmente conflitos com o objetivo de adequar a atuação de um violador ou potencial violador de um direito transindividual às exigências legais (RODRIGUES, 2011, p. 297).

Como o compromisso é reduzido a um termo, é comum ser citado como termo de ajustamento de conduta. Aponta-se que o TAC é um instrumento derivado dos modelos de negociação ambiental, surgido com o movimento *Environmental Mediation* da década de 1970 nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2013, p. 5). No entanto, ainda que apropriadas algumas lições das *class actions* norte-americanas, pode-se afirmar que o termo de compromisso é uma criação genuinamente brasileira (CAPPELLI, 2009, p. 12), e calcado na "experiência e tradição do Ministério Público (MP) brasileiro em promover a composição extrajudicial de conflitos de interesse" (GRUBER; BOHN, 2011, p. 424).

O TAC possibilita que conflitos sejam resolvidos de forma mais rápida e ajudam a descongestionar os Tribunais, uma vez que o Brasil experimentou uma explosão de litigiosidade desde a Constituição Federal de 1988 (GAVRONSKI, 2010, p. 84). O incremento da demanda ao Judiciário o impede de decidir de forma rápida, coerente e previsível. Uma das tendências de solução do problema é a desjudicialização que pode ocorrer

por meio de consensos obtidos por instrumentos extrajudiciais, como o termo de ajustamento de conduta (CAPPELLI, 2011, p. 75-76).

Alguns diplomas legais brasileiros podem ser apontados como precursores do TAC, como a Lei nº 5.562/68, que atribuiu ao Ministério Público a possibilidade de homologar rescisões de contratos de trabalho, e a já revogada Lei nº 7.244/84, que tratava dos Juizados de Pequenas Causas, que disciplinava um acordo celebrado pelas partes, referendado pelo Ministério Público, considerado um título executivo extrajudicial (MAZZILLI, 2006, p. 95-96). A primeira previsão legal, porém, ocorreu com a Lei nº 8.069/90, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 4), mas é um compromisso de ajustamento de conduta restrito ao âmbito da infância e adolescência.

Apenas com a Lei nº 8.078/90, que é o Código de Defesa do Consumidor (CDC), que o TAC passa a ser um instrumento de composição extrajudicial de qualquer espécie de direito difuso e coletivo (ARAÚJO, 2007, p. 320-323), a exemplo do meio ambiente. Isso porque o CDC incluiu o § 6º no art. 5º da Lei nº 7.347/85, com a seguinte redação: "os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial".

A Lei nº 9.605/98, por seu turno, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Por pressão do setor empresarial, com a alegação de que em razão do seu rigor excessivo e que haveria necessidade de tempo para uma adaptação (SCHMIDT, 2002, p. 24), foi incluído o art.79-A por meio da Medida Provisória nº 1710 prevendo a possibilidade de celebração de termo de compromisso pelos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA. Tal termo tem por finalidade específica promover as necessárias correções das atividades para o atendimento das exigências impostas pelas autoridades ambientais competentes (art. 79-A, § 1º). Defende-se, porém, que tal dispositivo é um instrumento transitório para conferir um período de adaptação das empresas à Lei nº 9.605/98, que previu o crime de perigo abstrato no art. 60, consistente em funcionar sem licença ambiental (CAPPELLI, 2011, p. 86), bem como limitado à responsabilização administrativa (YOSHIDA, 2011, p. 89).

O sentido da expressão "órgãos públicos", que são aqueles legitimados para tomar dos interessados o compromisso de ajustamento de conduta, é o das pessoas dotadas de personalidade jurídica de direito público e o Ministério Público (CARVALHO FILHO, 2005, p. 210). No entanto, há quem entenda que até mesmo órgãos governamentais sem personalidade jurídica poderiam tomar o termo de compromisso, como os órgãos estatais de defesa do meio ambiente (MAZZILLI, 2006, p. 103). Como a Defensoria Pública foi inserida

no rol de legitimados para a propositura de ação civil pública, por meio da Lei nº 11.448/07, há também quem defensa que passou a ser possível a tal instituição firmar TAC, nos moldes de seus objetivos constitucionais, isto é, na defesa dos necessitados (OLIVEIRA, 2013, p. 8).

Há controvérsia também quanto à natureza jurídica do termo de compromisso, ora o compreendendo como uma forma especial de transação ora como ato jurídico diverso *lato sensu* (RODRIGUES, 2011, p. 140). O que é certo é que a LACP definiu o TAC como um título executivo extrajudicial. Tal título tem origem no direito francês medieval, nas *lettres obligatoires*, documentos em que o devedor reconhecia uma dívida e que podiam ser cobrados por oficiais dos monarcas (OLIVEIRA, 2013, p. 8). Sendo o TAC um título executivo extrajudicial, é ele uma prova pré-constituída da causa de pedir da ação de execução ou, em outras palavras, é dotado de eficácia abstrata que "permite a invasão do patrimônio do executado para prática de atos de desapossamento, expropriação e transformação, dependendo, é claro, da espécie de execução" (ABELHA, 2016, p. 151).

Os compromissos tomados podem ser relativos a obrigações de fazer, não fazer, entregar e condenação em dinheiro (CAPPELLI, 2011, p. 77-78), variando conforme a forma de adequação da conduta aos preceitos legais. O órgão público por ele responsável não pode renunciar aos direitos do grupo lesado (MAZZILLI, 2006, p. 109) e apenas pode transacionar quanto a prazos e condições para o atendimento das obrigações e deveres jurídicos (JELINEK, 2010, p. 9). Nunca é demais lembrar que os bens ambientais tutelados constituem um interesse transindividual, de natureza indivisível, com titularidade de pessoas indeterminadas (PIVA, 2000, p. 114).

O TAC deve conter, prioritariamente, meios de afastar a ocorrência de degradações ou prever a recomposição do bem jurídico ao estado anterior. "A prevenção de um ilícito ou de um dano ao meio ambiente deve sempre ser a mais satisfatória possível, assim como a reparação de eventual dano deve ser integral, já que se trata de direito indisponível" (CAPPELLI, 2009, p. 28). No que concerne a evitar a ocorrência do dano, cabe distinguir a prevenção, que busca frear riscos conhecidos, da precaução, que tem por finalidade evitar ou minimizar os danos ao meio ambiente, diante da incerteza científica do desenvolvimento da atividade (MARQUES, 2016, p. 42). Tratando da recuperação do meio ambiente, deve-se levar em consideração que é um bem jurídico autônomo, protegido de forma sistêmica, não se admitindo interpretação restritiva ou fragmentária dessa proteção ou de seus elementos (CAPPELLI; MARCHESAN; STEIGLEDER, 2008, p. 15).

Em relação à sua extensão, para a reparação integral do dano, também devem ser equacionados os chamados dano interino ou intercorrente e o dano moral ou extrapatrimonial.

Enquanto o primeiro, também denominado lucro cessante ambiental, refere-se à compensação da perda do equilíbrio ecológico em razão do lapso de tempo para a sua reconstituição (FREITAS, 2011, p. 11), o dano ambiental extrapatrimonial ocorre quando são atingidos valores imateriais da pessoa difusa ou coletividade (BIRNFELD, 2009, p. 78).

Em resumo, na reparação integral do meio ambiente, para o dano emergente ou ecológico puro primeiro deve ser tentada a recuperação *in situ*, isto é, a reabilitação do bem lesado, o mais próximo possível do estado original. *"*[...] *parece acertado que se restaure el medio ambiente al estado en que el recurso natural afectado se encontraria de no haber sufrido el daño* [...] *no se trata así de regresar al estado pasado del bien, sino de um verdadeiro regreso a um futuro hipotético*" (RUDA GONZÁLEZ, 2005, p. 540).

Não sendo possível a restauração, total ou parcialmente, incidirão medidas compensatórias, por meio das quais se reconstitui ou melhora uma área distinta da do dano, defendendo-se que a ação ocorra na mesma bacia hidrográfica e, se possível, na mesma microbacia do sítio degradado (PINHO, 2010, p. 396). Por fim, a compensação deve ocorrer prioritariamente à indenização, mesmo no caso do lucro cessante ambiental ou dano extrapatrimonial. Como forma indireta de reparar a lesão ao meio ambiente, o pagamento em pecúnia deve ocorrer somente se não for possível tanto a reparação *in situ* como a compensação (FREITAS, 2011, p. 16).

Deve também constar obrigatoriamente no termo de ajustamento de conduta uma penalidade para a hipótese de descumprimento da avença, de forma a lhe conferir efetividade jurídica (CARVALHO FILHO, 2005, p. 188), pois senão as obrigações assumidas no compromisso estariam apenas no campo da moral. Tais cominações não precisam consistir necessariamente em multa, mas em qualquer medida coercitiva que iniba o compromissário de desrespeitar o TAC. Ademais, o inadimplemento integral ou parcial do termo faz incidir a medida coercitiva e não afasta a possibilidade de execução específica da obrigação. O valor da multa cominatória pode levar em consideração a importância do bem lesado ou ameaçado de lesão para a coletividade e o poder econômico do compromissário (AKAOUI, 2010, p. 131-132).

O TAC é garantia mínima e não um limite máximo para a recomposição do bem lesado. Assim, se as obrigações impostas e as condições do seu cumprimento forem inadequados, nada impede que outros legitimados realizem nova composição ou pleiteiem o que for devido em ação civil pública própria (VIEIRA, 2001, p. 286-287). Se o acordo for realizado durante a ação estaremos diante de um título judicial, restringindo-se o juízo à sua

homologação, verificando-se apenas a validade do ato e a inexistência de vícios (CÂMARA, 2018, p. 269).

O órgão público que toma o compromisso é denominado compromitente e a parte que tem sua conduta ajustada compromissário, sendo importante especificar no termo o papel de cada um (GARZON; PINTO; VIÉGAS, 2014, p. 124). Na condição de compromissário podem estar pessoas naturais, pessoas jurídicas de direito privado e de direito público, órgãos públicos sem personalidade jurídica e as pessoas morais, como condomínio e a massa falida (RODRIGUES, 2011, p. 173).

Quanto ao objeto do TAC, em assuntos relacionados ao meio ambiente, é certo que o compromisso pode ser utilizado para prevenção e reparação de danos ambientais. Ocorre que não há, na legislação brasileira, uma definição de dano ambiental (BIRNFELD, 2009, p. 49). O que temos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente são os conceitos de meio ambiente e de poluição, sendo que o último leva em consideração o que se entende por degradação da qualidade ambiental, que é a alteração adversa das características do meio ambiente. Assim, dano ambiental pode ser conceituado como

> [...] toda degradação do meio ambiente, incluindo os aspectos naturais, culturais e artificiais que permitem e condicionam a vida, visto como bem unitário e imaterial coletivo e indivisível, e dos bens ambientais e seus elementos corpóreos e incorpóreos específicos que o compõem, caracterizadora da violação do direito difuso e fundamental de todos à sadia qualidade de vida em um ambiente são e ecologicamente equilibrado (MIRRA, 2002, p. 85).

No entanto, é necessário avaliar quando a degradação é capaz de gerar a obrigação de reparar, sendo apontada a quebra do equilíbrio da qualidade ambiental como critério para tanto, quer na capacidade atinente ao ecossistema, quer na capacidade de aproveitamento ao homem e a sua qualidade de vida (LEITE; AYALA, 2012, p. 101). Não se pode confundir, porém, o fato ilícito com o dano. Ilícito é o fato contrário ao direito, sem que necessariamente ocasione um dano. O dano é uma possível consequência do ilícito, mas não necessário à sua configuração. Tem-se o exemplo de uma fábrica que funciona sem licenciamento ambiental. Há um ilícito e a necessidade de prevenção do dano, mas este pode não restar configurado pelo simples funcionamento do empreendimento sem a licença (CAPPELLI, 2009, p. 29).

A atividade produtiva é indispensável na sociedade moderna, mas que implica efeitos adversos para esta mesma sociedade. O meio ambiente pode suportar determinadas adversidades. Existe uma tolerabilidade a um limite de agressão ao meio ambiente e o estabelecimento de padrões de emissão de substâncias ou matérias poluentes são indicativos que certas quantidades não importarão em danos à saúde pública a ao meio ambiente (BIRNFELD, 2009, p. 53), sendo uma “poluição aceitável” (DESTEFENNI, 2005, p. 181).

Isso, porém, não elimina a possibilidade de que, mesmo obedecendo os padrões estabelecidos, que as atividades causem danos ambientais (MIRRA, 2002, p. 103). A degradação é um resultado não desejado de atividades desejadas, e que caracteriza uma externalidade negativa ambiental, isto é, um ganho pela fruição dos recursos naturais em detrimento da coletividade (RÉGIS, 2015, p. 22).

Um dos mais relevantes princípios do Direito Ambiental, o do poluidor-pagador, consiste em internalizar os custos ambientais em cada processo produtivo de forma a incorporar mecanismos antipoluentes e de minimização de danos (SCHMIDT, 2002, p. 21), isto é, "busca evitar que os custos da contaminação sejam atribuídos a toda a sociedade, concentrando esta imputação ao sujeito poluidor" (RABBANI, 2017, p. 31). O princípio do poluidor-pagador é "pedra angular" da política comunitária do ambiente (ARAGÃO, 2014, p. 14).

Do ponto de vista econômico, a expropriação dos recursos naturais, que são escassos, acabam gerando uma vantagem injustificada em relação à população de uma forma geral, que não os apropriou para o exercício de uma atividade, mas sofre com a falta dos mesmos recursos. Em última análise, a sociedade suporta, com a própria saúde e a qualidade de vida, as atividades produtivas insustentáveis (PINHO, 2010, p. 266).

Na internalização dos custos ambientais, todos os sujeitos beneficiados pela atividade produtiva causadora da degradação tornam-se solidariamente responsáveis por tais custos. Transmiti-los à sociedade refletiria um enriquecimento ilícito por parte do empreendedor cuja atividade ocasionou referidos custos. Assim surge o princípio do poluidor-pagador, por meio do qual todos os beneficiários da atividade degradadora devem suportar os custos ambientais a ela inerentes, com a finalidade de não apenas evitar o dano mas também de custear a sua reparação (BENJAMIN, 1993, p. 231). O princípio do poluidor-pagador é um princípio de responsabilidade civil ambiental (PINHO, 2010, p. 266).

Em interessante estudo, Rabbani (2017b, p. 225) afirma que o tributo ambiental também é capaz de agregar o princípio do poluidor-pagador. Isso porque, uma vez que não é baseado na capacidade econômica do contribuinte, mas na finalidade da melhora da qualidade ambiental, recai sobre a atividade poluidora e não sobre a renda, sendo o objeto do tributo a ameaça ou lesão ao meio ambiente.

Responsabilidade civil "refere-se à situação jurídica de quem descumpriu determinado dever jurídico, causando dano material ou moral a ser reparado" (NADER, 2016, p. 34). A responsabilidade civil é fundamentada em três pressupostos: o dano, a culpa do causador do dano e a relação de causalidade entre o fato e o dano (GONÇALVES, 2016, p. 47). Tem-se,

portanto, inicialmente, a teoria da responsabilidade subjetiva, exigindo-se a culpa propriamente dita ou o dolo do agente (PEREIRA, 2004, p. 30).

Ocorre que a multiplicação dos danos tornaram a tradicional responsabilidade civil insuficiente para a proteção das vítimas (RUSCH, 2008, p. 20). A Revolução Industrial ocorrida no século passado, com o progresso científico e a explosão demográfica são apontados como os principais fatores do desenvolvimento da concepção da responsabilidade civil objetiva (CAVALIERI FILHO, 2000, p. 142-143). Ainda que a responsabilidade subjetiva continue sendo a regra no Código Civil, a responsabilidade objetiva tem aparecido com mais frequência como forma de socialização do risco (BERALDO, 2004, p. 233).

O estabelecimento da responsabilidade objetiva é uma tentativa de resposta da coletividade, com a adequação a certos direitos coletivos que não seriam possíveis de ressarcimento por meio da concepção clássica de reparação dos danos (LEITE; AYALA, 2012, p. 130). Houve a transição de um direito de danos para um direito de riscos (MILARÉ, 2016, p. 183), prescindindo-se do elemento culpa. Passa-se a procurar por um responsável pela indenização e não um culpado (GODOY, 2008, p. 857).

A responsabilização pelos danos ambientais é relativamente recente, pois até o final dos anos de 1970, a responsabilidade só se caracterizava pela deterioração do patrimônio privado (BIRNFELD, 2004, p. 366-377). Como a culpa, em sentido amplo, não é fácil de ser demonstrada em matéria ambiental, pois a prova da conduta intencional, negligente ou imprudente é quase impossível, a Lei nº 6.938/81 (LPNMA) adotou a teoria da responsabilidade objetiva (RUSCH, 2008, p. 29), nos seguintes termos de seu art. 14, § 1º: "Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente [...]".

Aponta-se que o ordenamento jurídico brasileiro já havia previsto a responsabilidade objetiva antes mesmo da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, sendo citadas a Lei nº 6.543/77, que trata da Responsabilidade por Dano Nuclear, e a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo que, embora de 1969, foi promulgada no Brasil apenas com o Decreto nº 79.347/77 (MACHADO, 2013a, p. 403).

A norma da responsabilidade objetiva da LPNMA foi posteriormente reforçada pela Constituição Federal de 1988, que em seu art. 225, § 3º, assim preconiza: "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar o dano". É uma ampla responsabilização que denota a importância sobre a degradação

ambiental enquanto ameaça à sadia qualidade de vida, lembrando que a dignidade da pessoa humana é fundamento de materialidade do direito ao ambiente (BELLO FILHO, 2007, p. 89-90).

Para a teoria objetiva, o causador do dano responderá por ele diante da demonstração da existência do fato ou ato, do dano e do nexo causal (SIRVINSKAS, 2018, p. 270). O nexo de causalidade passa, então, a ser o pressuposto em que se concentram os maiores problemas referentes à responsabilização pelo dano ambiental (STEIGLEDER, 2004, p. 196). Isso porque há uma complexidade inerente aos processos ecológicos, o que dificulta a identificação da fonte lesiva (MILARÉ, 2016, p. 86), além da possibilidade da existência de várias causas concorrentes, simultâneas ou sucessivas. No entanto, nota-se uma tendência de erosão do filtro da responsabilidade (PINHO, 2010, p. 282) ou mesmo sua dispensa uma vez que o dano pode ser considerado risco da própria atividade (NORONHA, 1999, p. 38). O risco, na sociedade moderna, não é algo atípico, devendo existir uma conformidade entre a sobrevivência e os direitos humanos dentro dos riscos criados pelas próprias pessoas (RABBANI, 2017a, p. 196).

A partir dessas observações será possível compreender as razões que levaram a responsabilização das empresas de celulose atuantes no extremo sul da Bahia por fomentar atividade econômica em áreas ambientalmente protegidas e as obrigações a elas impostas por meio de um termo de ajustamento de conduta proposto pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

O grande impulso à regularização ambiental de imóveis rurais, por meio de compromissos firmados perante a Promotoria Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, foi a situação das propriedades e posses rurais que mantinham plantações de eucalipto. Para melhor compreensão da atividade de eucaliptocultura no extremo sul do Estado e da atuação do Ministério Público na região, neste tópico são detalhadas as condições que conduziram à assinatura de um termo de ajustamento de conduta com as empresas Suzano Papel e Celulose S/A e Fibria Celulose S/A e à possibilidade da adequação ambiental de centenas de produtores rurais vinculados a tais empresas.

O setor madeireiro é muito importante para a economia nacional, sendo representado principalmente por madeiras sólidas, móveis, papel e celulose (RIBASKI, 2018, p. 45). O Brasil é o maior produtor mundial de celulose de fibra curta, originada do eucalipto. A Bahia, por sua vez, é o Estado com maior área ocupada com essa cultura para esse fim (MALINA, 2013, p. 9) e o maior exportador de produtos madeireiros (MENDES et al., 2016, p. 15). Dados de 2016 apontavam que o país tinha 7,7 (sete vírgula sete) milhões de hectares de

florestas plantadas, sendo 34% (trinta e quatro por cento) para celulose e papel (MENDES et al., 2016, p. 9), ainda sem contar os produtores independentes (CARDOSO, 2016, p. 74).

Quanto à evolução do setor de papel e celulose, aponta-se que ela ocorreu em fases, iniciando-se com a dependência da importação no final do século XIX, passando pela produção a partir de madeira nativa proveniente de mata de araucária e uma integração agroindustrial espontânea, com a produção a partir de plantações florestais. A última fase dá-se com incentivos do Estado para a produção florestal, que propiciou o surgimento de uma agroindústria com competitividade internacional. Há, então, a construção de grandes plantas de celulose integradas à base florestal cultivada pelas próprias empresas (CARDOSO, 2016, p. 71-72).

Ainda que seja apontada a chegada na região de empresas reflorestadoras nos anos 1970 (MALINA, 2013, p. 36), o começo da produção de celulose no extremo sul da Bahia data do início da década de 1990 (IMA, 2008, p. 5). A região do extremo sul é um dos territórios de identidade do Estado da Bahia (Figura 6), abrangendo 21 (vinte e um) Municípios, conforme delimitação adotada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (MINERVINO NETTO, 2008, p. 6).

Figura 6 - Territórios de identidade do Estado da Bahia



Fonte: Adaptado pelo autor de SEAGRI, 2019.

O extremo sul da Bahia é considerado uma das regiões mais produtivas do mundo, sendo que a silvicultura de eucalipto tem um grau de produtividade 5 (cinco) vezes maior que em outras regiões do país (IMA, 2008, p. 5) e 7 (sete) vezes superior a tradicionais

produtores, como Canadá e países escandinavos (FONSECA, 2008, p. 6). O Brasil é o quarto maior produtor de celulose do mundo (MENDES et al., 2016, p. 18).

São controversas as questões envolvendo as plantações de larga escala de florestas, apontando-se fatores adversos de tal atividade a sua contribuição para o desemprego e o deletério aproveitamento dos recursos naturais (CARRERE; LOHMANN, 1996, p. 85). No extremo sul do Estado da Bahia afirma-se, ainda, que o monocultivo de eucalipto ocasionou uma distribuição não equitativa da terra, a utilização indevida de áreas indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores, a escassez de água, queimadas, uso de pesticidas, desemprego e pobreza (IVERSEN et al., 2018, p. 4).

Houve, inclusive, de acordo com Cardoso (2016, p. 105), vários movimentos sociais contrários à introdução ou expansão dos plantios de eucalipto, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e os integrantes do movimento contra o deserto verde, a exemplo da Fundação Padre José Koopmans (FUNPAJ), o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEDEPES) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Afirma-se que as plantações de eucalipto são desertos verdes em razão da pífia diversidade encontrada em seu interior e, apoiados em relatos de comunidades tradicionais e pequenos agricultores, de gerar graves impactos nos cursos d'água (DESERTO VERDE, 2011, p. 7).

É evidente a importância da atividade em questão para a região do extremo sul da Bahia. Mesmo com a predominância de pastagem, de uma área de um pouco mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) hectares, 10,4% (dez vírgula quatro por cento) ou mais de 430.100 (quatrocentos e trinta mil e cem) hectares são ocupados com plantações florestais. Nos Municípios da região sob a influência das plantações de eucalipto, inclusive, houve aumento da população e da densidade demográfica (CARDOSO, 2016, p. 106-110).

Ciente da complexidade das questões ambientais na Mata Atlântica, inclusive quanto à silvicultura de eucalipto no extremo sul do Estado, o Ministério Público do Estado da Bahia inaugurou uma nova fase na proteção desse Bioma do Estado com a criação do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Mata Atlântica (NUMA), por meio do ato nº 073 do Procurador-Geral de Justiça, de 1º de abril daquele ano (DIÁRIO, 2005). Especificamente em relação à proteção da Mata Atlântica, existe há muito tempo a ideia assentada da necessidade de que o Ministério Público deve atuar pautado em uma agenda construída com um conjunto de atores (SANTOS, 2001, p. 68).

A estrutura administrativa do NUMA conta com uma coordenação geral e sete coordenações regionais, nominadas a partir do mapa das regiões turísticas da Bahia (BAHIA,

2019), a saber: I – Costa das Baleias, com sede no Município de Teixeira de Freitas; II – Costa do Descobrimento, com sede no Município de Porto Seguro; III – Costa do Cacau Leste, com sede no Município de Ilhéus; IV – Costa do Cacau Oeste, com sede no Município de Itabuna; V – Costa do Dendê, com sede no Município de Valença; VI – Recôncavo Sul, com sede no Município de Santo Antônio de Jesus; VII – Costa dos Coqueiros, com sede no Município de Mata de São João (Figura 7).

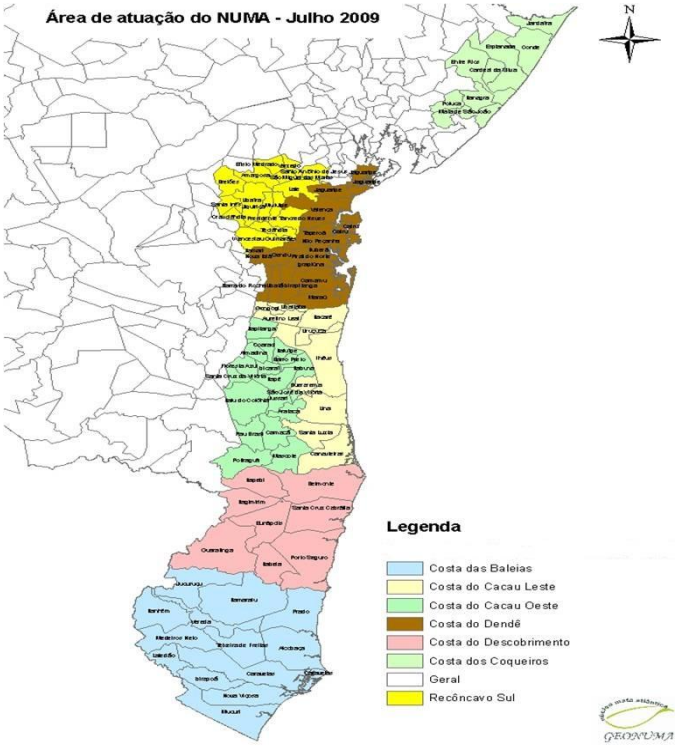
Figura 7 - Estrutura do NUMA



Fonte: Ministério Público do Estado da Bahia, 2019a.

Cada coordenação regional é composta por uma série de Municípios, situados ao longo da costa do Estado da Bahia (Figura 8).

Figura 8 - Distribuição geográfica das áreas das coordenações regionais do NUMA



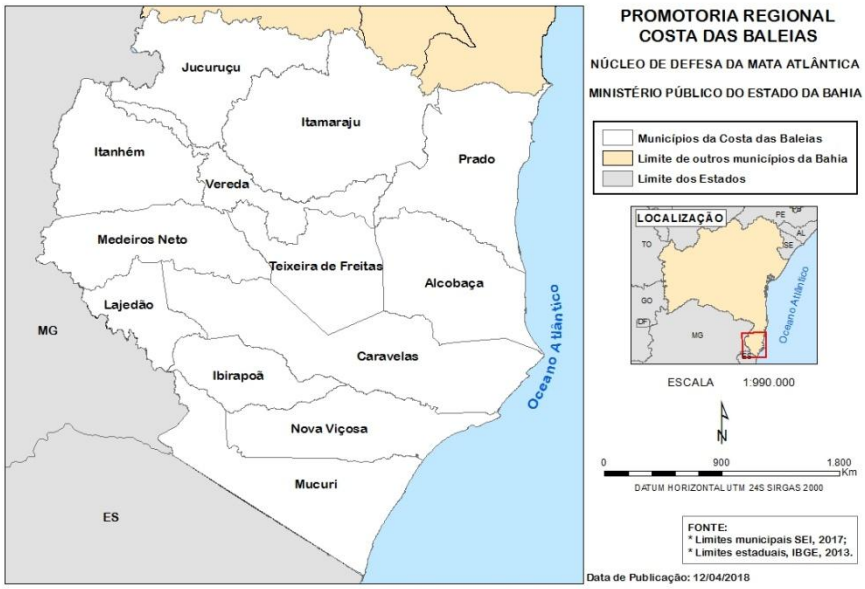
Fonte: : Ministério Público do Estado da Bahia, 2019b.

.

O NUMA ainda mantém como objetivos: I – atuação integrada, estimulando e promovendo ações que viabilizem a proteção da Mata Atlântica; II – estimular a efetiva participação da sociedade civil na discussão e proteção ao meio ambiente associado à Mata Atlântica; III – prestar apoio técnico especializado às Promotorias de Justiça com atribuições na defesa do Meio Ambiente; IV – promover cursos, seminários, oficinas, debates, palestras, encontros e outras atividades correlatas; V – realizar pesquisas, estudos técnicos, jurídicos e científicos, bem como intercâmbio cultural e científico com instituições públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, em matérias referentes a sua área de atuação (DIÁRIO, 2008).

A partir dos citados objetivos, a coordenação regional do NUMA da Costa das Baleias, que abrange as cidades do extremo sul do Estado (Figura 9) decidiu, em 2005, investigar a situação da silvicultura de eucalipto na região. Para tanto, foi instaurado o inquérito civil nº 708.1.38107/2005 perante a 4ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas, de caráter regional, para apurar a real existência de reserva legal nas propriedades rurais que tinham floresta plantada nos municípios de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça, Prado, Itamaraju, Jucuruçu, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Ibirapuã, Lajedão, Itanhém e Vereda (IC, 2005).

Figura 9 – Municípios da coordenação regional do NUMA da Costa das Baleias



Fonte: Ministério Público do Estado da Bahia, 2019c.

No ano de 2008, o referido procedimento investigatório recebeu enorme contribuição pela elaboração, pelo órgão ambiental estadual, à época chamado Instituto de Meio Ambiente (IMA), de um estudo denominado “Silvicultura de Eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia: Situação Atual e Perspectivas Ambientais”. Frise-se que o início de tal estudo contou com a parceria do NUMA, que encaminhou os arquivos georreferenciados das áreas de plantio de eucalipto, próprio das empresas e fomento, e de áreas de preservação permanente e de reserva legal dos imóveis das mesmas empresas de celulose atuantes na região (IMA, 2008, p. 28).

A partir do levantamento de informações iniciado no ano de 2007, o órgão ambiental do Estado da Bahia conseguiu construir um panorama da atividade de silvicultura de eucalipto no sul e extremo sul do Estado. Foram detectados conflitos sócio-ambientais por questões fundiárias, carvoejamento, subtrações de madeira, desmatamento, degradação de recursos hídricos e não cumprimento das condicionantes ambientais dos empreendimentos da monocultura em questão (IMA, 2008, p. 5).

Aludido estudo trouxe várias conclusões, como o desconhecimento sobre a titularidade de plantios, a alta concentração fundiária, a intensa ocupação das áreas de diversos Municípios pela monocultura em tela e a necessidade de um planejamento e ordenamento do uso e ocupação da terra para assegurar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental (IMA,

2008, p. 58). O órgão ambiental estadual também realizou uma fiscalização nos imóveis dos proprietários que faziam parte do Programa Produtor Florestal, os chamados "fomentados".

Foram 571 (quinhentas e setenta e uma) propriedades e posses rurais vistoriadas e lavrados 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) autos de infração. Cerca de 60% (sessenta por cento) dos imóveis não tinham licença ambiental ou esta estava vencida. Mais de 70% (setenta por cento) deles apresentavam áreas de preservação permanente degradadas, além de não terem a devida averbação da reserva legal perante o Cartório de Registro de Imóveis, exigida à época pela Lei nº 4.771/65 (IMA, 2008, p. 55-56).

Levantamento realizado durante as investigações do Ministério Público, junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, apurou as áreas totais dos imóveis rurais dos fomentados a fim de se determinar o número de hectares necessário à constituição da reserva legal, no montante de 20% (vinte por cento) da área total do imóvel de acordo com a então legislação vigente, chegando-se ao montante de quase 26.000 (vinte e seis mil) hectares (Tabela 13).

Tabela 13 – Número de hectares das reservas legais dos imóveis pertencentes aos fomentados das empresas de celulose

Município	Nº imóveis	Área total (ha)	Reserva Legal (ha)
Alcobaça	37	8.892,02	1.778,40
Caravelas	55	16.984,06	3.396,81
Ibirapuã	5	1.793,78	358,75
Itamaraju	2	731	146,20
Lajedão	6	1.914	382,80
Medeiros Neto	21	8.205,45	1.641,09
Mucuri	94	26.306,54	5.261,30
Nova Viçosa	63	11.606,46	2.321,29
Prado	22	14.956,45	2.991,29
Teixeira de Freitas	85	28.620,35	5.724,07
Vereda	18	9.638,16	1.927,63
TOTAL	**408**	**129.648,27**	**25.929,65**

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do IC nº 708.1.38107/2005.

Ao mesmo tempo em que tais situações eram trazidas à tona, o IBAMA já havia fiscalizado os planos de recuperação de áreas degradadas de duas empresas situadas no extremo sul do Estado, detectando que os reflorestamentos previstos nos citados documentos

eram realizados de forma equivocada. Entre as problemáticas constatadas estavam a escassez de mudas e a produção comercial de mudas não relacionada à diversidade local (IBAMA, 2011, p. 03).

Com o envolvimento do setor público, por meio do IBAMA e da Prefeitura Municipal de Medeiros Neto, da sociedade civil organizada, com a participação da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Agrovila Panorama e do CDRS de Medeiros Neto, e do setor privado, com as empresas Usina Santa Maria e Corcovado Granitos, foi implementado o Projeto Jacarandá da Bahia.

O objetivo geral do Projeto Jacarandá da Bahia consistiu em contribuir com a recuperação e a preservação da diversidade arbórea da Mata Atlântica. Entre os objetivos específicos estavam a produção e plantio de mudas de espécies nativas a partir de sementes coletadas na região e o fornecimento de subsídios técnicos para a recuperação de áreas degradadas (IBAMA, 2011, p. 08).

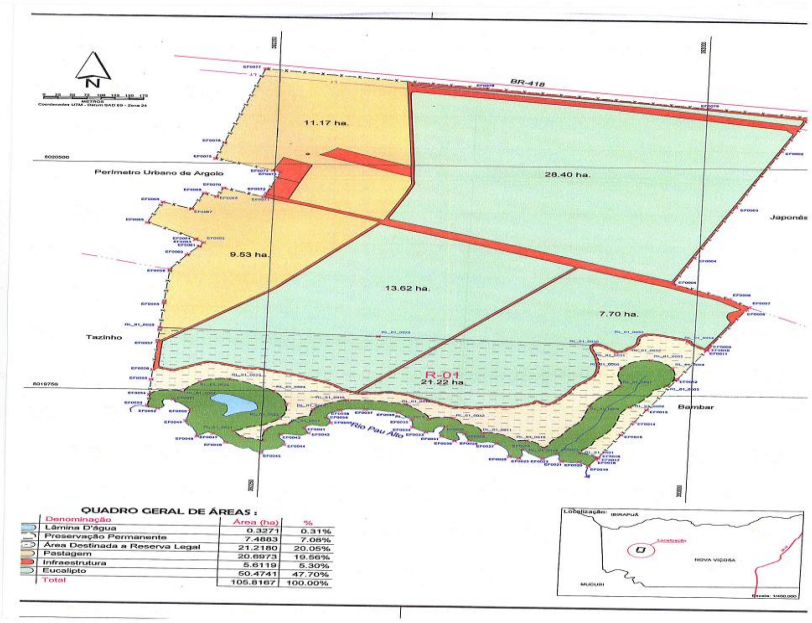
O Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, movimento ligado à proteção do Bioma, que tem o objetivo de restaurar 15 (quinze) milhões de hectares até 2050 (BRANCALION et al., 2010, p. 457; RODRIGUES et al., 2011, p. 1606), empreendeu esforços para apresentar informações sobre as etapas da restauração florestal, com a fundamentação de metodologias e conceitos de recuperação. Na publicação "Referencial dos Conceitos e Ações de Restauração Florestal" reuniu informações técnicas com estudos de casos e experiências na recuperação florestal. O documento focou na restauração de uma floresta funcional, entendida aquela sustentável e perpetuada no tempo, e não na recuperação da fisionomia florestal (RODRIGUES; BRANCALION; ISERNHAGEN, 2009).

Tal publicação foi fundamental para que se entendesse a necessidade de trazer expertise em restauração à região do extremo sul da Bahia, ainda mais referendada pelo Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. Tal fato foi constatado nas análises dos projetos de revegetação que eram apresentados ao Ministério Público, pois continham as mesmas ações de recuperação, com identidades de espécies, para variados imóveis em diversas localidades.

No âmbito das investigações do inquérito civil nº 708.1.38107/2005, todos esses fatores influenciaram para a identificação, primeiramente, da responsabilidade das empresas Suzano Papel e Celulose S/A e Fibria Celulose S/A por fomentar atividade econômica em áreas ambientalmente irregulares. Isso porque, a partir do momento em que adquirem madeira de eucalipto de áreas de reserva legal e de preservação permanente contribuem para a degradação ambiental e impedem as suas recomposições.

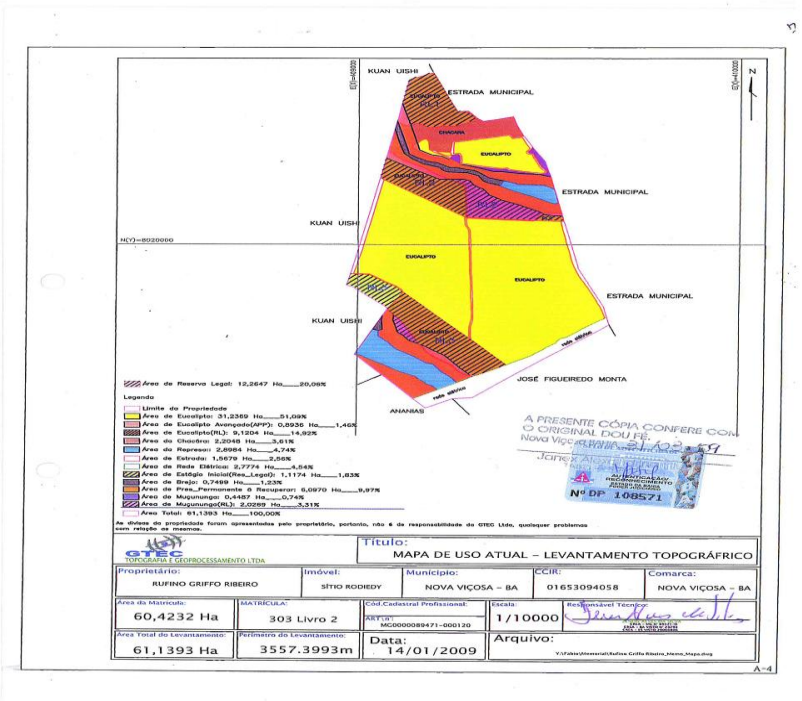
Vale lembrar, como já exposto no presente trabalho, que a responsabilidade pelos danos ambientais é objetiva. Assim, de nada vale a previsão nos contratos comerciais das empresas de que o fomentado deve respeitar a legislação ambiental, em especial as áreas de preservação permanente e de reserva legal, se as próprias empresas compram o eucalipto que foi plantado irregularmente. As figuras 10 e 11 trazem mapas georreferenciados de imóveis rurais pertencentes a fomentados, nos quais há prova da plantação de eucalipto em áreas destinadas à reserva legal.

Figura 10 – Mapa georreferenciado da Fazenda Alvorada



Fonte: IC, 2005.

Figura 11 – Mapa georreferenciado do Sítio Rodiedy



Fonte: IC, 2005.

Em segundo lugar, identificou-se a necessidade da criação de uma ação organizada de restauração florestal, contemplando ações em toda a sua cadeia, desde a marcação de matrizes, passando pela coleta de sementes, produção de mudas até o monitoramento das áreas em recuperação. Tais fatores levaram à assinatura, no dia 05 de dezembro de 2011, de um termo de ajustamento de conduta entre o Ministério Público do Estado da Bahia e as empresas Suzano Papel e Celulose S/A e Fibria Celulose S/A (IC, 2005).

Entre as obrigações assumidas pelas compromissárias está a de realizar a adequação ambiental das suas áreas próprias e auxiliar na adequação ambiental dos imóveis rurais pertencentes aos fomentados. Para esta ação, há o custeio de várias atividades. A primeira delas é a de realizar uma análise técnica nas propriedades e posses rurais dos fomentados para o levantamento das informações ambientais pertinentes e, com base nelas, elaborar um mapa georreferenciado do imóvel e um projeto de recomposição de área degradada e alterada, baseado na metodologia referendada pelo Pacto da Restauração da Mata Atlântica.

As empresas ainda assumiram o compromisso de ofertar mudas para a recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva legal dos participantes do Programa Produtor Florestal. O fornecimento de mudas varia conforme o tamanho da área plantada de eucalipto. Para os plantios menores de 50 (cinquenta) hectares, as empresas custearão 100% (cem por cento) das mudas necessárias à recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva

legal. Para os plantios entre 50 (cinquenta) hectares e 100 (cem) hectares, o custeio pelas compromissárias será de 50% (cinquenta por cento) das mudas necessárias para a APP e RL. Os que possuem mais de 100 (cem) hectares de plantio de eucalipto não receberão mudas das empresas.

A intenção de tal previsão foi de estabelecer um teto ao termo de ajustamento de conduta, além de beneficiar a grande maioria dos fomentados, em especial os detentores de pequenos imóveis rurais, conforme demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14 – Porcentagem dos imóveis rurais fomentados pelas empresas de celulose de acordo com o tamanho das respectivas áreas de plantio de eucalipto

Área com plantio de eucalipto	Porcentagem
Até 50 hectares	47%
Acima de 50 a 100 hectares	26,5%
Acima de 100 hectares	26,5%
TOTAL	**100%**

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do IC nº 708.1.38107/2005.

Para que possam ser beneficiados pelos custeios decorrentes do TAC firmado com as empresas de celulose, os fomentados começaram a assinar um "termo de adesão" junto ao Ministério Público do Estado da Bahia (IC, 2005). Tal documento não passa de um termo de ajustamento de conduta, mas por fazer referência ao TAC das empresas de celulose, ganhou a conotação de "adesão" a este instrumento. Os compromissários dos termos de adesão obrigam-se em permitir a entrada e acompanhar a equipe designada pelas empresas para o levantamento das informações ambientais das suas propriedades e posses rurais; a executar fielmente o PRADA; e, em decorrência da exigência da Lei nº 12.651/12, a inscrever seus imóveis no Cadastro Ambiental Rural. A Tabela 15 descreve o quantitativo de imóveis rurais objetos dos termos de adesão assinados pelos fomentados entre os anos de 2012 e 2019.

Tabela 15 – Número de imóveis objetos de termos de adesão firmados perante a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas e respectivos números de Municípios por ano

Ano	Nº imóveis	Nº Municípios
2012	318	11
2013	143	10
2014	104	7
2015	49	7

2016	34	6
2017	6	2
2018	6	2
2019	3	3
TOTAL	**663**	**13***

* Total sem repetir os Municípios.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos procedimentos administrativos existentes na Promotoria de Jusriça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, que tem por objeto a fiscalização de termos de ajustamento de conduta que visam a adequação ambiental de imóveis rurais.

As ações do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Promotoria de Justiça Especializada, de Âmbito Regional, com sede em Teixeira de Freitas, alcançou expressivos números relativos à quantidade de imóveis (1529), e suas áreas totais (mais de 418 mil hectares), que serão regularizados ambientalmente. Além da silvicultura de eucalipto, por meio das áreas próprias das empresas de celulose e dos imóveis dos fomentados, diversas outras situações também foram objetos de TAC, de forma que pode ser reconhecida como uma das maiores ações de regularização ambiental de imóveis rurais do Brasil impulsionadas por um único órgão.

Como exposto na Tabela 13, a partir de um levantamento realizado no inquérito civil nº 708.1.38107/2005, foi possível detectar a necessidade de quase 26.000 (vinte e seis mil) hectares para a constituição das reservas legais nas áreas dos fomentados. Como cerca de 70% (setenta por cento) dessas áreas não tinham a averbação das reservas legais perante os Cartórios de Registro de Imóveis, e possivelmente nem cobertura florestal de espécies nativas para tanto, calculou-se que cerca de 17.500 (dezessete mil e quinhentos) hectares pudessem precisar de mudas para plantio.

Como para cada hectare o plantio total pode chegar a 1.111 (um mil, cento e onze) mudas, no espaçamento de 2m (dois metros) por 3m (três metros), sugerido pela publicação do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica (RODRIGUES; BRANCALION; ISERNHAGEN, 2009, p. 121), haveria uma demanda de quase 29.000.000 (vinte e nove milhões) de mudas só para as reservas legais dos imóveis rurais dos fomentados. Tal número podia ser multiplicado se fossem somadas as áreas de preservação permanente degradadas dos fomentados, áreas ambientalmente protegidas das empresas de celulose e recuperações dos demais milhares de imóveis rurais existentes na área de atuação da Promotoria Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

A região conta, ainda, com poucos estudos sobre a fauna e a flora. Pesquisadores do IESB, UFMG e NEPAM/UNICAMP, com apoio de diversas outras instituições como a PROBIO/MMA e CI, desenvolveram o projeto de pesquisa "Abordagens Ecológicas e Instrumentos Econômicos para o Estabelecimento do Corredor Central da Mata Atlântica: Uma Estratégia para Reverter a Fragmentação Florestal na Mata Atlântica do Sul da Bahia" (PRADO et al., 2003).

Em síntese, o seu objetivo foi de desenvolver ferramentas para o planejamento de corredores ecológicos, entendidos como um instrumento ambiental para aumentar a eficácia na conservação ambiental e da biodiversidade, conectando-se fragmentos (BRITO, 2012, p. 16-17). Os corredores da Mata Atlântica encontram-se na Figura 12, estando a região de atuação da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas no seu corredor central.

Figura 12 - Corredores ecológicos na Mata Atlântica



Fonte: Adaptado pelo autor de PAESE, 2005. In: PINTO et al., 2006, p. 95.

Sem o devido conhecimento teórico, os custos das restaurações florestais, que já são altos (BENINI; ADEODATO, 2017, p. 12), podem se tornar maiores ainda e as funções ambientais que se esperam das áreas de preservação permanente e de reserva legal podem não ser atingidas. Ademais, a diversidade florestal do corredor central da Mata Atlântica também deve ser levada em consideração para ações de restauração na região. Em um estudo realizado

na localidade denominada Serra Grande, situada ao norte da cidade de Uruçuca, no Estado da Bahia, por exemplo, em um único hectare foram encontradas 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) espécies de plantas lenhosas (THOMAS et al., 1997, p. 22), sendo uma das áreas com maior riqueza de espécies arbóreas do mundo (SAMBUICHI, 2006, p. 944).

Por fim, como já demonstrado pelo projeto Jacarandá da Bahia, de nada adiantaria exigir a adequação dos imóveis rurais, sem as condições para que as restaurações fossem realizadas com espécies nativas da região e com a diversidade condizente com a existente no Bioma Mata Atlântica. O operador do Direito Ambiental não pode ater-se apenas ao tecnicismo, mas desempenhar uma função associativa e integrativa para a justa aplicação da norma (SCHMIDT, 2002, p. 17).

O Ministério Público tem o dever de exigir a recuperação das áreas ambientalmente protegidas, mas não pode virar as costas para uma realidade que impediria o efetivo cumprimento do TAC, instrumento que deve ter reais efeitos sociais (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 9). O *Parquet* não pode simplesmente impor uma ação inexequível, acordar com uma obrigação que já se sabe, de antemão, que não poderá ser cumprida. Há um dever do Promotor de Justiça de participar da solução como um todo (PASTORE, 2014, p. 19) e não visualizar no termo de ajustamento de conduta apenas um instrumento de encerramento de um procedimento investigatório. No inquérito civil em questão, o que foi visado, quando da sua assinatura, foi exatamente criar uma ação estruturante que possibilitasse o seu cumprimento.

Diante de tais considerações, o TAC das empresas de celulose previu uma segunda grande obrigação, relacionada com o compromisso de adequação ambiental das suas áreas próprias e dos imóveis rurais dos fomentados. Trata-se do custeio da implementação e manutenção, por 10 (dez) anos, do Programa *Arboretum* de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal. Idealizado pela então analista ambiental do IBAMA, Natália Coelho Barbosa Albuquerque, o seu objetivo é a conservação, restauração e valorização da Mata Atlântica e de sua diversidade, especialmente a diversidade arbórea, por meio da construção e difusão do conhecimento (IC, 2005).

O Programa *Arboretum* atua em toda a cadeia de restauração florestal na região conhecida como Hileia Baiana. O termo Hylaea é uma referência à floresta tropical equatorial da América do Sul, termo expandido às florestas equatoriais ombrófilas (LANGENHEIM; LEE; MARTIN, 1973, p. 7). Hylaea Bahiana é o termo utilizado para a região entre o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo (ANDRADE-LIMA, 1966, p. 40).

O Programa apóia e estrutura ações de cadastramento e identificação de matrizes, coleta de sementes e produção de mudas em uma interface sócio-ambiental, gerando renda a comunidades rurais e difundindo conhecimento sobre a diversidade florística da Mata Atlântica. Possibilita, assim, a venda e doação de mudas de espécies nativas de procedência conhecida e de boa qualidade.

Entre seus diversos objetivos específicos, destacam-se a criação e implantação de um herbário; difusão do conhecimento sobre a produção de espécies nativas; identificação, desenvolvimento e disseminação de critérios técnicos para o plantio de espécies nativas com fins de restauração, de conservação e de utilização sustentável; constitui um laboratório vivo para a realização de estudos e pesquisas; permite e fomenta a realização de estágios técnicos e de iniciação científica; e realiza ações de educação ambiental.

O Programa conta com uma estrutura física, chamada de Base Florestal, situada no Município de Teixeira de Freitas, com uma construção de 2.800m² (dois mil e oitocentos metros quadrados), em uma área de 30 (trinta) hectares cedida por comodato pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) por trinta anos (IC, 2005). A Base congrega espaços para todo o apoio administrativo do Programa, e serve como entreposto de sementes, possuindo um laboratório credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de um viveiro voltado à produção prioritária de espécies raras, endêmicas e em extinção.

Além dessa estrutura central, fazem parte do Programa os Núcleos de coleta de semente, produção de mudas e plantios. Os dois primeiros são constituídos por meio da capacitação e apoio técnico-logístico aos coletores de sementes e viveiros comunitários de comunidades rurais com aptidão para tanto, em comunidades rurais situadas próximas a remanescentes florestais. Os Núcleos de plantio visam a recuperação de áreas degradadas, com implantação e testes de metodologias diversificadas.

As decisões dos rumos, planejamentos e prestação de contas do Programa *Arboretum*, no âmbito dos seus objetivos, passam por um Conselho Gestor, formado por instituições de pesquisa, normatização e extensão. Atualmente fazem parte do Conselho Gestor o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a Fundação José Silveira (FJS), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Tabuleiros Costeiros, o Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (CNCFlora), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), a Secretária de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) e o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

O seu funcionamento ocorre por meio de três coordenações, a administrativa e financeira, a cargo da FJS, a técnica-executiva, atualmente sob responsabilidade do SFB, que pode ser desmembrada em sub-coordenações (produção e extensão florestal; banco de dados; educação e capacitação ambiental; e do herbário) e coordenação científica, atualmente sob a batuta da EMBRAPA – Tabuleiros Costeiros.

É importante ressaltar que o TAC das empresas de celulose contou com importantes intervenientes, cujas contribuições foram determinantes e tem auxiliado no cumprimento de suas obrigações. A Fundação José Silveira concordou em realizar a gestão administrativa e financeira do Programa *Arboretum.* O Laboratório de Ecológica e Restauração Florestal (LERF), da Universidade de São Paulo (USP), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), aceitou em auxiliar na análise técnica dos imóveis rurais dos fomentados e na elaboração dos planos de revegetação. Por fim, as certificadoras Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA) e Sysflor Certificações de Manejo e Produtos Florestais atestaram que o TAC constituía um passo positivo para o cumprimento dos requisitos de certificação.

Felizmente, o Programa *Arboretum* tem desempenhado o papel que dele se espera. De acordo com Albuquerque (2018 e 2019), foram 58 (cinquenta e oito) coletores de sementes capacitados, estando 39 (trinta e nove) devidamente regularizados perante o RENASEM. São 7 (sete) comunidades envolvidas, com mais de 5 (cinco) toneladas de sementes coletadas. Das 524 (quinhentas e vinte e quatro) espécies cadastradas, houve coleta de 393 (trezentas e noventa e três) espécies, a partir de cerca de 1.500 (um mil e quinhentas) matrizes temporárias e 1.000 (um mil) matrizes permanentes. De 2015 a 2018 foi gerada uma renda de mais de R$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais) às comunidades envolvidas com o Programa.

No tocante à produção de mudas, o viveiro da base tem uma capacidade atual de 150.000 (cento e cinquenta mil) mudas por ano, passível de aumento a depender da demanda, e atualmente produz cerca de 300 (trezentas) espécies. A rede de mudas envolve 5 (cinco) comunidades, com 32 (trinta e dois) viveiristas, 5 (cinco) cadastrados no RENASEM. Entre 2014 e 2018 foram 926.183 (novecentas e vinte e seis mil, cento e oitenta e três) mudas comercializadas pelos Núcleos e viveiro da Base, sendo gerada uma renda às comunidades de mais de R$803.000,00 (oitocentos e três mil reais). Por fim, já foram doadas 66.494 (sessenta e seis mil, quatrocentas e noventa e quatro) mudas para projetos diversos.

O Programa tornou-se referência por sua atuação na cadeia de restauração florestal, participando de eventos, como na reunião da rede ibero-americana de Bosques Modelos na

cidade de Antigua, Guatemala (MINISTÉRIO, 2018a), logrando inclusive a aprovação do Bosque Modelo da Hileia Baiana (MINISTÉRIO, 2019). Além disso, recebe regularmente encontros e eventos, como a visita do Serviço Florestal Americano (MINISTÉRIO, 2018b) e o II Encontro Nacional Temático do SICAR: Diálogos para a implementação dos Programas de Regularização Ambiental – PRA no Brasil (MINISTÉRIO, 2018c).

Por seu turno, o Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, reconhecendo que a restauração florestal é um tema importante para a execução das políticas públicas de gestão ambiental, busca o estabelecimento de Centros de Referência em Restauração Florestal (CRRF) em todos os biomas do Estado. Para tanto, já promoveu reuniões com o intuito de discutir as diretrizes, oportunidades e estratégias para a implantação da iniciativa, tendo o Programa *Arboretum* marcado presença por ser considerado um potencial CRRF (SEP, 2014).

O Governo Federal, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, foi além e o tornou o primeiro Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável (CDFS). Considerado uma unidade descentralizada do SFB, o CDFS Programa *Arboretum* contará com a lotação de servidores públicos permanentes e temporários. Caberá, ainda, ao SFB dotá-lo de equipamentos mínimos para o atendimento das necessidades funcionais de seus servidores, em conformidade com sua Resolução nº 4, de 29 de outubro de 2018.

Em que pese todo o esforço empreendido pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Promotoria Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, conforme suas ações acima descritas, ainda não há conhecimento quanto ao andamento da adequação ambiental dos imóveis rurais que são objetos dos termos de ajustamento de conduta. Ainda que os proprietários e posseiros rurais tenham se comprometido, principalmente com a recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva legal dos seus imóveis, não se sabe sobre o efetivo cumprimento de tal obrigação.

Assim, com a metodologia a seguir descrita, incluindo ferramentas simplificadas de sistema de informação geográfica (SIG), será avaliada a melhor forma de atuação para que um Promotor de Justiça possa tomar uma decisão quanto ao acompanhamento da adequação de um imóvel rural, em especial a recomposição de suas áreas de preservação permanente e de reserva legal. Uma chave de decisão será proposta quanto à manutenção do acompanhamento apenas com imagens de satélite, a necessidade de solicitação de esclarecimentos ao proprietário ou posseiro rural ou, por fim, a solicitação de uma fiscalização *in loco* no imóvel rural pelo órgão ambiental responsável.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Seguindo a classificação de Silveira e Córdova (2009, p. 31-33), trata-se de uma pesquisa aplicada, que busca conhecimento para aplicação prática, direcionada à solução de problemas específicos. A abordagem é qualitativa, uma vez que a análise comparativa entre as situações das áreas ambientalmente protegidas não quantificam os eventuais incrementos ou decrementos da cobertura florestal, mas visa apenas qualificá-los com a classificação "aumento", "manutenção" ou "diminuição". Quanto aos objetivos é uma pesquisa exploratória, de forma a explicitar o problema e, finalmente, no tocante ao procedimento, é bibliográfica, documental e *ex-post-facto*, sendo este último determinado em razão da investigação sobre os possíveis efeitos da assinatura de termos de ajustamento de condutas e a adequação ambiental de imóveis rurais em relação às áreas de preservação permanente e de reserva legal.

A pesquisa utilizou técnicas de coleta de dados variados e pertinentes aos objetivos específicos. Buscou-se atender seu objetivo geral e responder à inquietação sobre o andamento da adequada regularização ambiental dos imóveis rurais, no tocante às áreas de preservação permanente e de reserva legal, cujos proprietários firmaram termos de ajustamento de conduta com a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas. Para tanto, foram traçados objetivos específicos, cada qual descrito a seguir com suas particularidades metodológicas, que contribuíram para a obtenção do resultado final. É importante frisar que, ainda que sejam mencionadas fiscalizações de termos de ajustamento de conduta ao longo do trabalho, a pesquisa é voltada à obtenção de elementos para o monitoramento da situação ambiental de imóveis rurais que, eventualmente, podem desencadear fiscalizações nos imóveis rurais.

Para o alcance do primeiro objetivo específico, consistente em analisar a legislação florestal aplicável aos imóveis rurais, foi realizada revisão sistemática da literatura especializada em fontes secundárias de dados como livros, manuais, artigos, legislação e jurisprudência. Os dados coletados foram organizados por tópicos, de acordo com o exposto na fundamentação teórica, que permitem a melhor compreensão do tema e suas implicações para o desenvolvimento da pesquisa, compondo, assim, o referencial teórico.

Os sítios eletrônicos para pesquisa foram www.scholar.google.com, www.teses.usp.br, www.scielo.org, www.bdtd.ibict.br e www.periodicos.capes.gov.br. Dentre os artigos e teses encontrados, apenas os títulos que guardavam relação com o meio ambiente ou Direito Ambiental eram selecionados e, após conferência de seu resumo e sumário sobre a pertinência

do tema, 84 (oitenta e quatro) foram utilizados. A partir da análise da referência bibliográfica destes, outros 31 (trinta e um) também foram pesquisados.

Nas pesquisas eletrônicas foram utilizadas as palavras chaves “meio ambiente”, “conceito meio ambiente”, “meio ambiente direito fundamental”, “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, “direito fundamental”, “constituição e direitos fundamentais”, “características direitos fundamentais”, “gerações direitos fundamentais”, “direitos de terceira geração”, “princípios”, “princípios fundamentais”, “direito ambiental”, “princípios direitos ambiental”, “espaços territoriais”, “unidades de conservação”, “áreas protegidas”, “Khan Uul”, “áreas protegidas Brasil”, “legislação ambiental brasileira”, “história direito ambiental”, “conferência nações unidas sobre meio ambiente”, “Lei 12651”, “lei de proteção da vegetação nativa”, “novo código florestal”, “new forest code”, “área de várzea”, “área de preservação permanente”, “permanent preserved area”, “reserva legal”, “legal reserve area”, “cadastro ambiental rural”, “car”, “rural environmental registry”, “programa de regularização ambiental”, “program for environmental regularization”, “hotspot”, “mata atlântica”, “história mata atlântica”, “brazil atlantic forest”, “ministério público”, “evolução ministério público Brasil”, “inquérito civil”, “compromisso de ajustamento de conduta”, “termo de ajustamento de conduta”, “dano ambiental”, “valoração dano ambiental”, “reparação integral dano ambiental”, “silvicultura eucalipto”, “eucalipto extremo sul Bahia”, “corredores ecológicos”, “corredor central mata atlântica”, “interpretação visual”, “google earth” e “princípio eficiência”.

Há de se ressaltar a utilização do programa “mendeley”, para a organização das referências bibliográficas. A partir dos assuntos ali inseridos foram encaminhados, via correio eletrônico do mendeley@notifications.elsevier.com, artigos que foram de grande valia ao desenvolvimento da pesquisa.

Para a pesquisa jurisprudencial foi utilizado o sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal (www.stf.jus.br), com as palavras chaves “princípio solidariedade intergeracional”, “mata atlântica” e números dos seguintes processos ADI 4901, ADI 4902, ADI 4903, ADI 4937, ADC 42 e ADI 487-5. As demais decisões judiciais citadas no trabalho são anotações em decorrência de participação nos seguintes eventos, e que foram pesquisadas nos respectivos Tribunais (TJMG, TRF 1ª Região, TRF 2ª Região e TRF 4ª Região): “O Ministério Público e a Mata Atlântica”, realizado em Salvador, em outubro de 2017; “Seminário Santa Catarina (ainda) é Mata Atlântica”, realizado em Florianópolis/SC, em fevereiro de 2018; e “XVIII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente”, realizado em Porto Alegre/RS, em abril de 2018.

Uma importante referência documental é o inquérito civil nº 708.1.38107/2005, arquivado perante a Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, de Âmbito Regional, com sede em Teixeira de Freitas, que apurou a situação da eucaliptocultura no extremo sul do Estado da Bahia e culminou com a assinatura de um termo de ajustamento de conduta com as empresas Suzano Papel e Celulose S/A e Fibria Celulose S/A. Outrossim, os demais termos de ajustamento de conduta, cujo andamento da adequação ambiental dos imóveis rurais foram analisados, igualmente estão arquivados no citado órgão de execução do MPBA, com acesso público irrestrito.

Cabe deixar claro que a Resolução nº 174/17, do Conselho Nacional do Ministério Público, disciplina o procedimento administrativo como instrumento para o acompanhamento do cumprimento das cláusulas de termos de ajustamento de conduta. Aplica-se a ele o princípio da publicidade, previsto para o inquérito civil, ou seja, com possibilidade de decretação de sigilo. Em todos os procedimentos administrativos analisados não há restrição alguma de sigilo.

Ademais, os Cadastros Ambientais Rurais são, por definição, registros públicos, e pelo Decreto nº 7.830/12, cabe ao SICAR o objetivo de disponibiizar informações de natureza pública sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais. Não incide qualquer vedação à utilização das informações das suas áreas ambientalmente protegidas, até porque entre os objetivos do CAR estão o controle, monitoramento e planejamento ambiental. Desse modo, não há necessidade de qualquer procedimento relacionado ao Comitê de Ética em Pesquisa.

O segundo objetivo específico desse estudo foi o de comparar a situação da cobertura florestal das áreas de preservação permanente e de reserva legal por meio de imagens de satélite dos 318 (trezentos e dezoito) imóveis rurais cujos proprietários firmaram termo de ajustamento de conduta com a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas no ano de 2012. Ressalta-se que, para a estipulação desse objetivo, levou-se em consideração as limitações do quadro do Ministério Público em realizar ações de campo, nada impedindo uma atuação *in loco* em casos específicos. O último objetivo específico foi o de avaliar a criação de um mecanismo de auxílio na atuação do Ministério Público na fiscalização de termos de ajustamento de conduta que tenham por objeto a regularização ambiental de áreas de preservação permanente e de reserva legal. A metodologia utilizada para esses dois objetivos, abaixo descrita, foi a mesma.

Para a delimitação do objeto de estudo foi elaborada uma planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas desde a sua criação no ano de 2011 até o dia 14 de

fevereiro de 2019. Citada Promotoria de Justiça possui várias atribuições, que podem culminar com a assinatura de termos de ajustamento de conduta com objetivos diversos, a exemplo da regularização dos sistemas municipais de meio ambiente, obrigação de não introdução de animais em propriedade alheia, elaboração de planos municipais de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos. Para o presente trabalho, a planilha é específica quanto aos casos de exigência de adequação ambiental de imóveis rurais, sendo coletados dados de 1.529 (um mil, quinhentas e vinte e nove) propriedades ou posses rurais.

Foram utilizadas as colunas a seguir descritas, com a devida justificativa:

A. "Procedimento", com o número do procedimento administrativo referente à fiscalização do TAC;

B. "Localização", de acordo com as caixas em que os procedimentos são mantidos no arquivo da Promotoria de Justiça;

C. "Data assinatura TAC", com o dia, mês e ano em que o compromisso foi firmado;

D. "Compromissário", com o nome daquele que assinou o TAC. Há menção apenas ao nome do responsável pela inscrição do imóvel rural no CEFIR, referindo-se a "outros" no caso de existências de outros compromissários;

E. "CPF/CNPJ (vinculado no CAR)", com o respectivo número da pessoa física ou jurídica que inscreveu o imóvel rural no CEFIR (Quadro 2);

Quadro 2 – Procedimento, localização, data assinatura TAC, compromissário e CPF/CNPJ (vinculado no CAR)

		DATA ASSINATURA TAC				
PROCEDIMENTO	LOCALIZAÇÃO	DIA	MÊS	ANO	COMPROMISSÁRIO	CPF/CNPJ (VINCULADO NO CA
708.9.107547/2017	cx 18	4	5	2017		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

F. "Imóvel rural", com o nome da propriedade ou posse rural;

G. "Matrícula/identificação", de forma a saber qual a matrícula ou número do documento que identifica o imóvel rural;

H. "Município", para determinar a cidade em que o imóvel está localizado;

I. "CEFIR/TC", para indicar o certificado ou do termo de compromisso (TC);

J. "Número" do certificado ou do termo de compromisso;

K. "CAR", com o número do cadastro a nível nacional (Quadro 3).

Quadro 3- Imóvel rural, matrícula/identificação, Município, Certificado/TAC, número e CAR

IMÓVEL RURAL	MATRÍCULA/IDENTIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	CERTIFICADO/TC	NÚMERO	CAR
Fazenda Monte Horeb	16842	Prado	Certificado	2015001017672	BA-2925501

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

L. ´*Status*´, com a situação do CEFIR relativo à validação pelo INEMA, podendo estar "pendente de validação", quando não foi analisado pelo órgão ambiental, "pendente de correção", quando analisado mas depende de retificação pelo seu responsável, e "validado", quando suas informações e documentos foram corretamente inseridos e conferidos pelo INEMA;

M. "Módulos fiscais", com o montante em hectares.

N. "Vinculação", de forma a caracterizar o motivo da celebração do TAC, levando-se em consideração as ações quanto às plantações de eucalipto, isto é, se vinculadas a fomento, áreas próprias das empresas ou outras situações. Assim, utilizou-se "Suzano" e "Fibria" para designar se o compromissário é fomentado de uma ou outra empresa. Para as áreas próprias das empresas foram utilizados "AP Suzano", "AP Fibria" e "AP Caravelas", esta última referente à empresa Caravelas Florestal S/A, que adquiriu imóveis rurais da Fibria Celulose S/A após a assinatura do TAC e que, portanto, continuam sujeitos aos seus termos. Por fim, há "fomento a saber", pois há certos casos em que foi assinado o termo de adesão, mas não foi especificada a empresa fomentadora da atividade, e "não se aplica", referentes a outras situações que não decorreram das ações de fiscalização da eucaliptocultura. Ainda que a Fibria Celulose S/A tenha sido recentemente adquirida pela Suzano Papel e Celulose S/A, optou-se em manter as duas empresas para registro histórico, já que ocorreram pequenas variações nas ações de auxílio na adequação dos imóveis rurais dos fomentados.

O. "Nº compromissários", já que o TAC pode ter mais de um responsável pelo imóvel;

P. "Nº imóveis", uma vez que o compromisso de ajustamento de conduta pode abranger mais de um imóvel (Quadro 4).

Quadro 4 – *Status*, módulos fiscais, vinculação, nº compromissários e nº imóveis

STATUS	MÓDULOS FISCAIS	VINCULAÇÃO	Nº COMPROMISSÁRIOS	Nº IMÓVEIS
Pendente de correção	5,53	Não se aplica	1	5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

Q. "Área total (CRI)", "APP preservada", "APP parcialmente degradada", "APP degradada", "RL preservada", "RL parcialmente degradada", "RL degradada", "RL compensada", "vegetação nativa (excedente)", "desmatamento fora APP e RL" e "RPPN" expressam o número de hectares do imóvel como um todo, conforme consta no Cartório de Registro de Imóveis quando o caso, e das áreas ambientalmente protegidas (Quadros 5 e 6). Não raro há termos de ajustamento de conduta firmados perante o MPBA que se referem a

supressões de vegetação nativa fora das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Daí a razão da coluna “desmatamento fora APP e RL”, pois a recuperação da área deve ser acompanhada por se tratar de “vegetação nativa (excedente)”.

Há de se ressaltar que o CEFIR abrange a possibilidade de declaração das áreas ambientalmente protegidas em preservada, parcialmente degradada e degradada, por isso a existência de todas essas opções na planilha. “RPPN” exprime a quantidade de hectares que esta unidade de conservação possui, uma vez instituída pelo responsável pela área.

Quadro 5- Área total (CRI), APP preservada, APP parcialmente degradada, APP degradada, RL preservada e RL parcialmente degradada

HECTARES					
ÁREA TOTAL (CRI)	APP PRESERVADA	APP PARCIALMENTE DEGRADADA	APP DEGRADADA	RL PRESERVADA	RL PARCIALMENTE DEGRADADA
193,6	31,6			39,97	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

Quadro 6- RL degradada, RL compensada, vegetação nativa (excedente), desmatamento fora de APP e RL e RPPN

HECTARES				
RL DEGRADADA	RL COMPENSADA	VEGETAÇÃO NATIVA (EXCEDENTE)	DESMATAMENTO FORA APP E RL	RPPN
		19,44		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

Houve a confecção de uma aba, no mesmo documento e denominada “banco de dados”, para facilitar o preenchimento da planilha, com as possíveis opções das colunas “*status*”, “fomento”, “Municípios” e “módulo fiscal” (Quadro 7). Para os Municípios, foram relacionadas todas as cidades integrantes da Promotoria Regional Ambiental de Teixeira de Freitas (Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Prado, Nova Viçosa, Teixeira de Freitas e Vereda). Deve ser esclarecido que há um único caso de fomentado da empresa Suzano na cidade de Porto Seguro e, em decorrência das ações da Promotoria de Justiça em questão referente à silvicultura de eucalipto das empresas Suzano e Fibria, houve uma designação específica da Procuradoria-Geral de Justiça do MPBA para atuação no respectivo procedimento investigatório. A referência ao módulo fiscal é de suma importância para se determinar se o imóvel é considerado uma pequena propriedade ou posse rural. Assim, divide-se sua área total pelo tamanho do módulo fiscal e todo imóvel até 4 (quatro) módulos fiscais é uma pequena propriedade ou posse rural.

Quadro 7 – Banco de dados da planilha

	MUNICÍPIO	MÓDULO FISCAL
1	Alcobaça	35
2	Caravelas	35
3	Ibirapuã	55
4	Itamaraju	40
5	Itanhém	50
6	Jucuruçu	40
7	Lajedão	55
8	Medeiros Neto	55
9	Mucuri	35
10	Prado	35
11	Nova Viçosa	35
12	Teixeira de Freitas	35
13	Vereda	35
14	Porto Seguro	35

	STATUS
1	Pendente de validação
2	Pendente de correção
3	Validado

	VINCULAÇÃO
1	Suzano
2	Fibria
3	Não se aplica
4	AP Suzano
5	AP Fibria
6	AP Caravelas
7	Fomento a saber

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

A partir da elaboração do citado documento obteve-se uma melhor visão sobre os termos de ajustamento de conduta existentes na Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas que guardam relação com a adequação ambiental de imóveis rurais. Foi possível determinar, inicialmente, quantos imóveis rurais pertencem às empresas de celulose, aos fomentados ou não mantêm relação com a silvicultura de eucalipto (Tabela 16).

Tabela 16 – Número de imóveis rurais e áreas totais pertencentes às empresas de celulose, fomentados e outros

	Suzano	**Fibria**	**Fomentados**	**Outros**	**TOTAL**
Nº imóveis rurais	353	386	663	127	**1529**
Áreas totais (ha)	148.256,37	151.954,32	95.644,86	22.828,34	**418.683,89**

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

É sabido que as empresas Suzano Papel e Celulose S/A e Fibria Celulose S/A possuem imensas condições, principalmente financeiras, de realizar a adequação ambiental de suas áreas próprias. A Fibria, inclusive, tinha como meta no Brasil a restauração ambiental de 40 (quarenta) mil hectares nas áreas próprias até 2025 (FIBRIA, 2019). Ambas, também, são certificadas tanto pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) como pelo Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor), vinculado à ABNT 14789:2012 (IMAFLORA, 2018).

Tais fatores constituem um diferencial quanto às possibilidades e compromissos das citadas empresas com a adequação ambiental de seus imóveis rurais. A Tabela 16 (dezesseis) demonstra que 48,33% (quarenta e oito vírgula trinta e três por cento) das propriedades e posses rurais, objetos dos termos de ajustamento de conduta da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, pertencem às duas empresas. Assim, buscou-se

delimitar o objeto da pesquisa em imóveis rurais que tivessem uma gama de proprietários e posseiros, cujas ações para a restauração das áreas ambientalmente protegidas também podem variar, o que melhor representaria os termos de ajustamento de conduta de uma forma geral. O ano de 2012, inclusive, representa a maior diversidade de compromissários dos termos de ajustamento de conduta existentens na Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas (Tabela 17).

Tabela 17 – Número de compromissários dos termos de ajustamento de conduta firmados perante a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, cujos objetos são a regularização ambiental de imóveis rurais, por ano.

Ano	**Nº compromissários***
2011	2
2012	174
2013	94
2014	89
2015	42
2016	53
2017	27
2018	17
2019	4
TOTAL	**502**

* Representa o número de compromissários vinculados ao CAR do imóvel rural e não os que assinaram o TAC. Foram considerados o número por ano, ainda que o compromissário possa ser repetido.
Fonte: Elaborada pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

Por tais razões, optou-se por realizar a análise do andamento das recomposições das áreas de preservação permanente e de reserva legal das propriedades e posses rurais de outros compromissários, que não fossem as empresas de celulose. Havia, ainda, mais um obstáculo, pois, além de abrangerem 790 (setecentos e noventa) imóveis rurais, cujas análises não seria possível no decorrer do curso de pós-graduação, os respectivos termos de ajustamento de conduta foram firmados ao longo de vários anos (Tabela 18).

Tabela 18 - Quantidade de imóveis rurais objetos de termos de ajustamento de conduta e o número de Municípios em que estão situados, por ano de assinatura do acordo

Ano	Nº imóveis	Nº Municípios
2012	318	11
2013	143	10
2014	123	12
2015	59	9
2016	70	9
2017	33	7
2018	40	8
2019	4	4
TOTAL	**790**	**14***

* Total sem repetir os Municípios.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

O presente estudo não tem como pretensão atestar se determinada área está completamente restaurada, com o restabelecimento de sua função ecológica. De acordo com a *Society for Ecological Restoration* (SER), restauração é qualquer atividade cujo objetivo final seja alcançar a recuperação do ecossistema, na medida do possível em relação a um ecossistema de referência, independentemente do período de tempo necessário para atingir o resultado da recuperação (MCDONALD et al., 2016, p. 9).

Não há um consenso sobre quando uma área está recuperada, já que envolve diversos outros parâmetros que não apenas os fisionômicos, e é difícil de ser atingida em curto espaço de tempo a partir do início das ações de restauração (BRANCALION; GANDOLFI; RODRIGUES, 2015, p. 288-316). O plantio não recupera imediatamente toda a biodiversidade e, se isto vier a ocorrer, pode levar muito tempo (SPAROVEK et al., 2011, p. 123). Deve-se, ainda, levar em consideração que a avaliação puramente fisionômica da área restaurada é o procedimento normalmente exigido pelos órgãos fiscalizadores e pelas entidades certificadoras (RODRIGUES; BRANCALION; ISERNHAGEN, 2009, p. 133).

Assim, este estudo visou analisar a situação dos termos de ajustamento de conduta mais antigos e que não se referem às áreas próprias das empresas de celulose, ou seja, aqueles firmados no ano de 2012, compreendendo 318 (trezentos e dezoito) imóveis rurais, situados em 11 (onze) Municípios. Tais montantes representam 20,79% (vinte vírgula setenta e nove por cento) do total de imóveis rurais, ou 40,25% (quarenta vírgula vinte e cinco por cento)

excluindo as áreas próprias das empresas de celulose, cujos proprietários ou posseiros se comprometeram perante o Ministério Público com a sua adequação ambiental, em 84,61% (oitenta e quatro vírgula sessenta e um por cento) dos Municípios pertencentes à Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas.

A análise comparativa da situação da cobertura florestal das áreas de preservação permanente e de reserva legal foi realizada por meio da utilização de imagens de satélite. Interpretações visuais são comumente utilizadas a partir de imagens de satélite (RIBEIRO et al., 2009, p. 1143) e optou-se pelas imagens oriundas do Google *Earth Pro*, principalmente por ser uma ferramenta de fácil manuseio, gratuita e o *software* de categoria SIGWeb mais popular no mundo (YU; GONG, 2012, p. 3970). Ressalta-se que importantes organizações, a exemplo da SOS Mata Atlântica, utilizam o Google *Earth Pro* para trabalhos de grande envergadura, como ocorreu na elaboração do último Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – Período 2015-2016, inclusive com interpretação visual (FUNDAÇÃO & INPE, 2017, p. 9).

No presente estudo foi feita uma avaliação qualitativa, cujos indicadores não são mensuráveis mas calcados na observação e julgamento do observador (BRANCALION et al., 2012, p. 259). A avaliação qualitativa foi realizada pela observação comparativa de imagens de satélite próximas ao ano de 2012 e as mais recentes disponibilizadas, utilizando-se o roteiro metodológico de identificação, determinação e interpretação, utilizado pelo órgão ambiental do Estado da Bahia (SISTEMA; INSTITUTO; SECRETARIA, 2014, p. 4-6).

Seguindo Panizza e Fonseca (2011, p. 37), a primeira etapa de tal roteiro é a identificação ou foto-identificação, que é uma simples leitura da imagem. Há uma intuitiva correlação entre o objeto observado e outro conhecido. A segunda etapa consiste na determinação ou foto-determinação, por meio do qual há um processo mental indutivo (do particular para o geral) ou dedutivo (do geral para o particular). Os critérios usados na identificação e determinação de um objeto são a forma, tamanho, tonalidade, localização na paisagem, textura e estrutura. Por fim, na interpretação "o usuário cria correlações entre os elementos determinados na imagem e elabora hipóteses interpretativas".

Caso inexistentes imagens do ano em que se firmou o termo de ajustamento de conduta, optou-se por utilizar a mais próxima anterior a 2012, por representar a situação antes da atuação do MPBA. Como o Google *Earth Pro* é formado de um mosaico de imagens de satélite, obtidas de fontes diversas (YU; GONG, 2012, p. 3968), com possibilidade de que sejam de datas diferentes, para a comparação de determinada área será levada em consideração a sua inteireza, isto é, que a imagem represente apenas uma data.

Uma vez selecionados os imóveis, passou-se à fase seguinte da pesquisa, com a obtenção das informações necessárias no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais para a comparação da situação da cobertura florestal das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Para tanto, o Ministério Público do Estado da Bahia possui acesso ao Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA), com endereço eletrônico www.seia.ba.gov.br, no qual se consulta o CEFIR.

Ao acessar referido sítio eletrônico, deve-se clicar no ícone "serviços *on line*" (Figura 13).

Figura 13 – Acesso ao sítio eletrônico do SEIA



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br) com um *printscreen* da tela do computador.

Após, o Promotor de Justiça ou servidor do MPBA deverá informar o usuário e senha para fazer o *login* no sistema (Figura 14).

Figura 14 – *Login* para acesso e consulta do SEIA



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br). com um *printscreen* da tela do computador.

Em seguida, deve-se buscar em “cadastro” e “imóvel rural – CEFIR” (Figura 15).

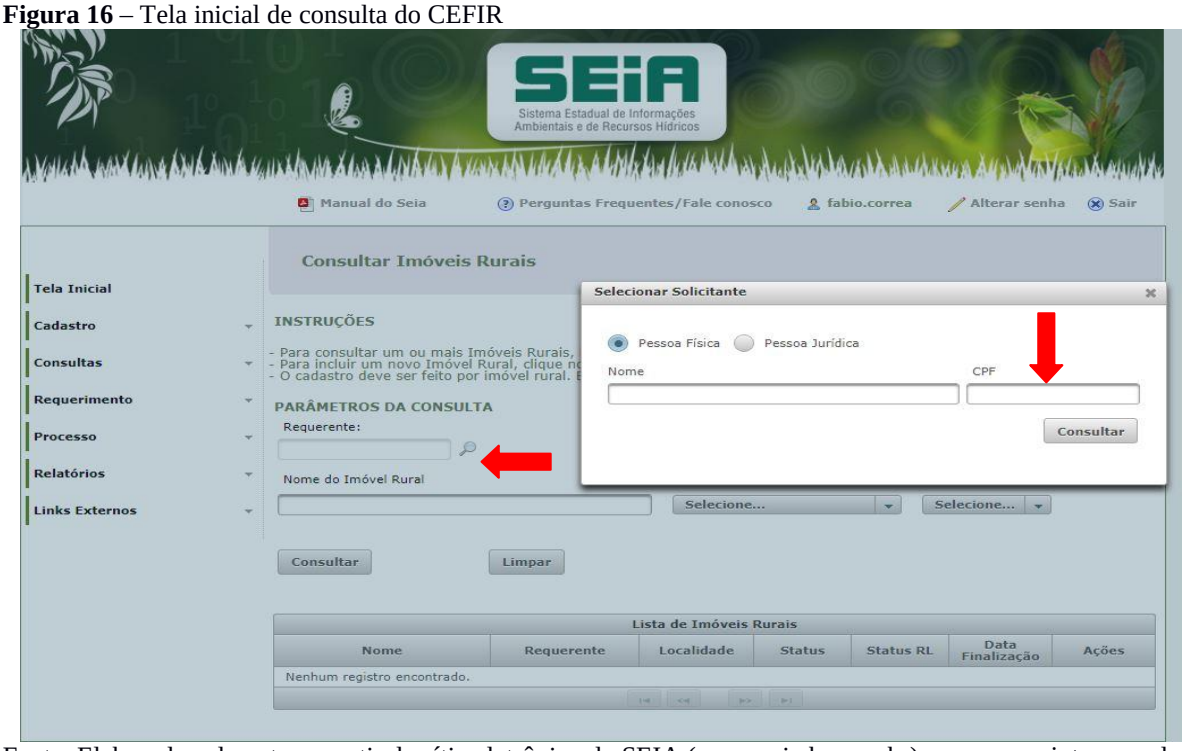
Figura 15 – Localização do CEFIR no SEIA



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

Na tela inicial de consulta do CEFIR, deve-se clicar na busca (lupa) do Requerente, para em seguida introduzir o seu número de CPF, no caso de pessoa física, ou CNPJ, se tratar de pessoa jurídica. A pesquisa pode ser realizada por nome, mas pela existência de homônimos sugere-se a utilização do CPF ou CNPJ (Figura 16).

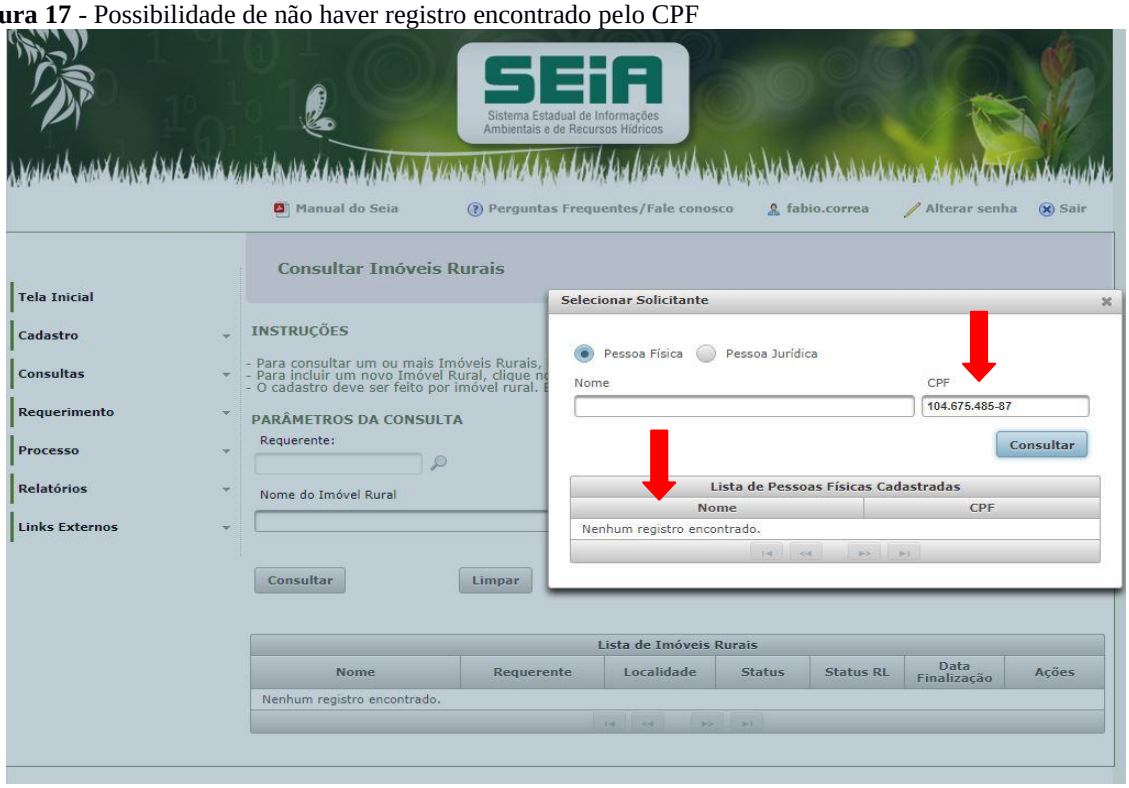
Figura 16 – Tela inicial de consulta do CEFIR



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

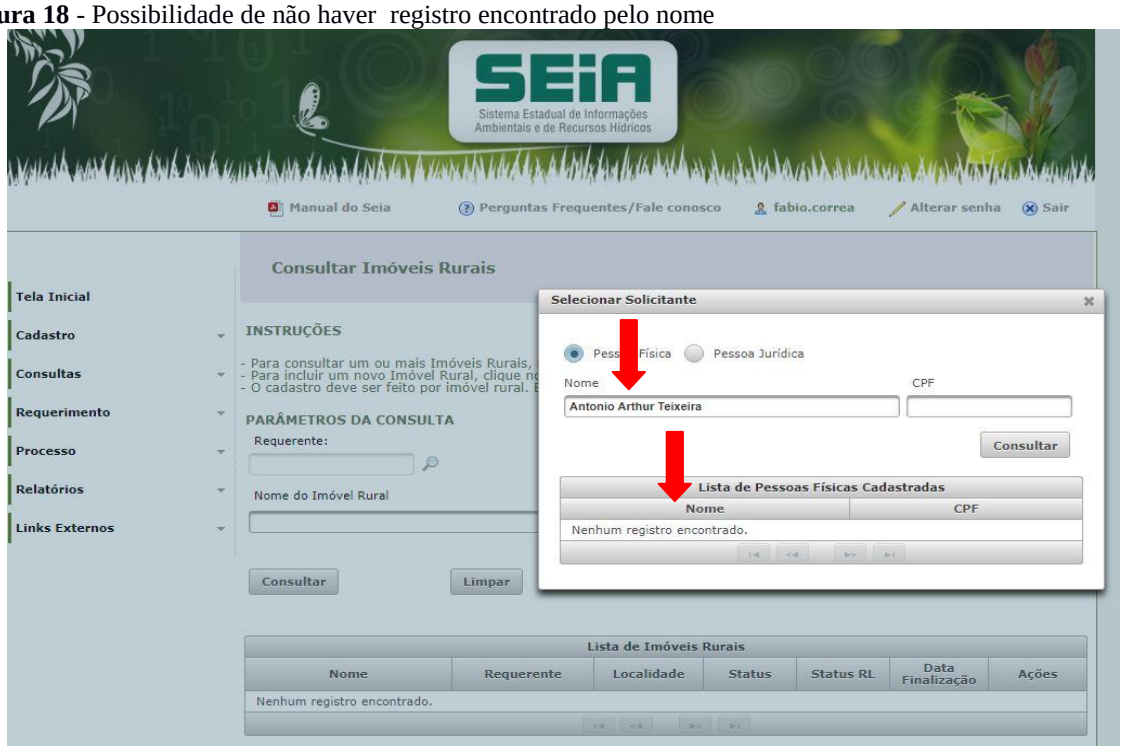
Seja pelo nome, CPF ou CNPJ, pode não ser encontrado CEFIR inscrito com tais informações (Figuras 17 e 18).

Figura 17 - Possibilidade de não haver registro encontrado pelo CPF



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

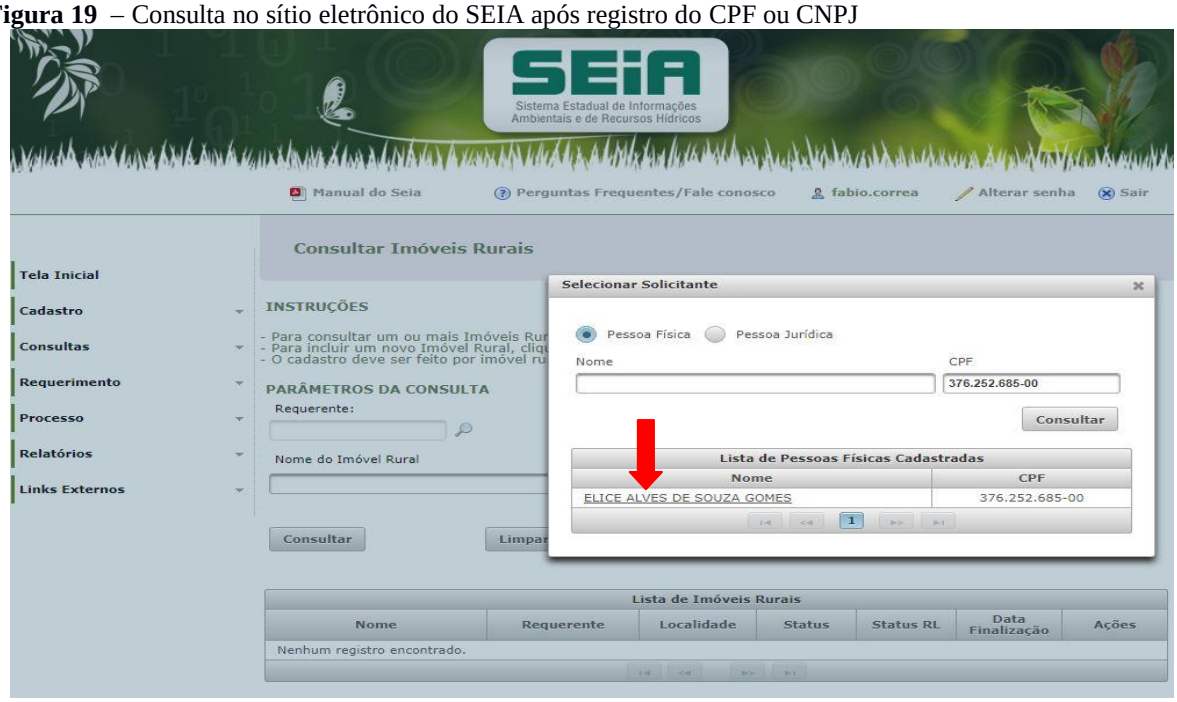
Figura 18 - Possibilidade de não haver registro encontrado pelo nome



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

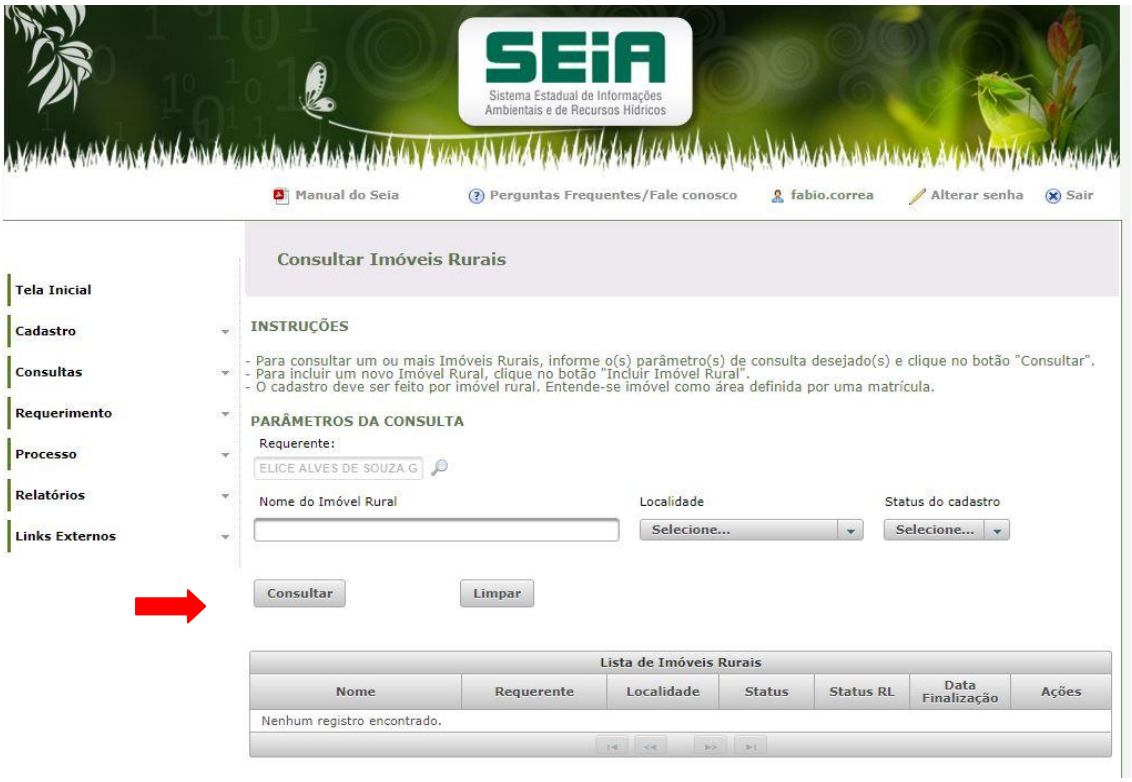
Uma vez existente o registro do CPF ou CNPJ, deve-se clicar no nome da pessoa e, em seguida, consultar conforme Figuras 19 e 20.

Figura 19 – Consulta no sítio eletrônico do SEIA após registro do CPF ou CNPJ



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

Figura 20 – Consulta no sítio eletrônico do SEIA após escolha do CPF ou CNPJ



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

Na página seguinte serão mostrados todos os imóveis rurais pertencentes àquele declarante, podendo haver mais de uma pasta. Há importantes informações a serem acessadas. A primeira é o certificado ou termo de compromisso do CEFIR, expressos pelas letras “C” ou “T”. Há, também, a possibilidade da letra “A”, que significa que a inscrição do imóvel no CEFIR foi iniciada pelo governo estadual e há necessidade de alguma complementação para sua finalização (Figura 21).

Figura 21 – Localização de informações dos imóveis rurais no CEFIR



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

O certificado (“c”), o termo de compromisso (“t”) e o aviso (“a”) são apresentados conforme Figuras 22, 23 e 24.

Figura 22 – Certificado de inscrição do CEFIR



Estado da Bahia

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS

Certificado nº 2014.001.005156/CEFIR

inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Data da primeira finalização do cadastro: 28 Março 2014

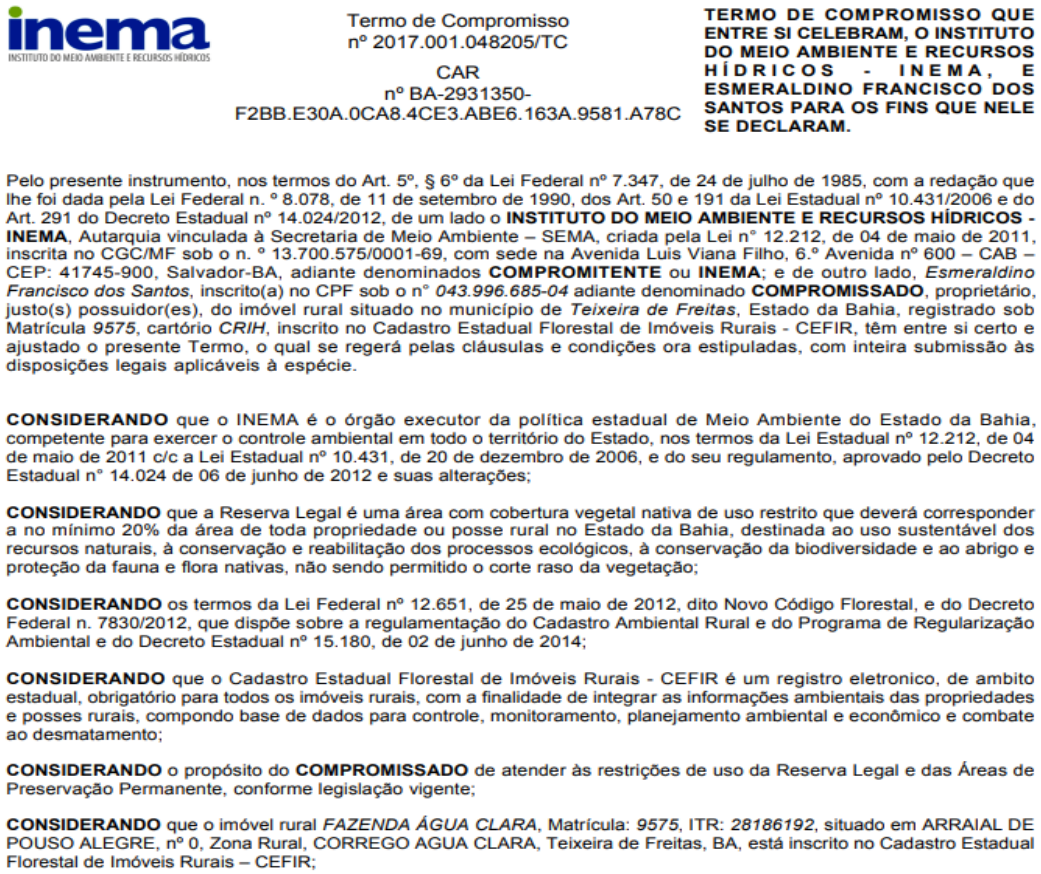
O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, conforme competência atribuída pela Lei Estadual nº 12.377/11, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.024/12 e suas alterações, certifica que o imóvel rural abaixo descrito está inscrito no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR.

Imóvel

Denominação: FAZENDA RENASCER	ITR/Receita Federal: 6.203.428-6
Forma de vínculo com o titular do empreendimento: Proprietário	Matrícula: 18
Área registrada em cartório: 65,3700(ha)	Livro: Ficha 01 Folha: 18
Cartório: Registro de Imóveis e Hipotecas	CCIR/INCRA: 279122399
Comarca: Alcobaça	CEP: 45910000
Logradouro: Córrego Água Vermelha	UF: BA
Bairro/Distrito: Canta Galo	Cidade: Alcobaça

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do certificado do CEFIR da Fazenda Renascer (PA nº 708.0.6840/2015).

Figura 23 – Termo de Compromisso do CEFIR



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Termo de Compromisso
nº 2017.001.048205/TC

CAR
nº BA-2931350-
F2BB.E30A.0CA8.4CE3.ABE6.163A.9581.A78C

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA, E ESMERALDINO FRANCISCO DOS SANTOS PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

Pelo presente instrumento, nos termos do Art. 5º, § 6º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal n. º 8.078, de 11 de setembro de 1990, dos Art. 50 e 191 da Lei Estadual nº 10.431/2006 e do Art. 291 do Decreto Estadual nº 14.024/2012, de um lado o **INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA**, Autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, criada pela Lei n° 12.212, de 04 de maio de 2011, inscrita no CGC/MF sob o n. º 13.700.575/0001-69, com sede na Avenida Luis Viana Filho, 6.º Avenida nº 600 – CAB – CEP: 41745-900, Salvador-BA, adiante denominados **COMPROMITENTE** ou **INEMA**; e de outro lado, *Esmeraldino Francisco dos Santos*, inscrito(a) no CPF sob o n° *043.996.685-04* adiante denominado **COMPROMISSADO**, proprietário, justo(s) possuidor(es), do imóvel rural situado no município de *Teixeira de Freitas*, Estado da Bahia, registrado sob Matrícula *9575*, cartório *CRIH*, inscrito no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR, têm entre si certo e ajustado o presente Termo, o qual se regerá pelas cláusulas e condições ora estipuladas, com inteira submissão às disposições legais aplicáveis à espécie.

CONSIDERANDO que o INEMA é o órgão executor da política estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia, competente para exercer o controle ambiental em todo o território do Estado, nos termos da Lei Estadual nº 12.212, de 04 de maio de 2011 c/c a Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, e do seu regulamento, aprovado pelo Decreto Estadual n° 14.024 de 06 de junho de 2012 e suas alterações;

CONSIDERANDO que a Reserva Legal é uma área com cobertura vegetal nativa de uso restrito que deverá corresponder a no mínimo 20% da área de toda propriedade ou posse rural no Estado da Bahia, destinada ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas, não sendo permitido o corte raso da vegetação;

CONSIDERANDO os termos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dito Novo Código Florestal, e do Decreto Federal n. 7830/2012, que dispõe sobre a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental e do Decreto Estadual nº 15.180, de 02 de junho de 2014;

CONSIDERANDO que o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR é um registro eletronico, de ambito estadual, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento;

CONSIDERANDO o propósito do **COMPROMISSADO** de atender às restrições de uso da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, conforme legislação vigente;

CONSIDERANDO que o imóvel rural *FAZENDA ÁGUA CLARA*, Matrícula: *9575*, ITR: *28186192*, situado em ARRAIAL DE POUSO ALEGRE, nº 0, Zona Rural, CORREGO AGUA CLARA, Teixeira de Freitas, BA, está inscrito no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR;

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Termo de Compromisso do CEFIR da Fazenda Água Clara (PA nº 708.0.6809/2015).

Figura 24 – Aviso de Cadastro do CAR



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

AVISO DE CADASTRO NO CAR

Estado da Bahia

Prezado (a) Proprietário/Justo Possuidor,

Seu registro foi finalizado com sucesso. Para obter o Termo de Compromisso ou o Certificado de Inscrição no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR é necessário completar as informações no sistema, em atenção às normas do Estado da Bahia.

Nº CAR BA: BA-2931350-E6BA.819B.6EDA.4FF8.972E.B58D.58C6.C9E5
Contrato/Convênio: 016/2016
Chave de Segurança: 58E3124838ADA7185CC6A8AFC75F72F4

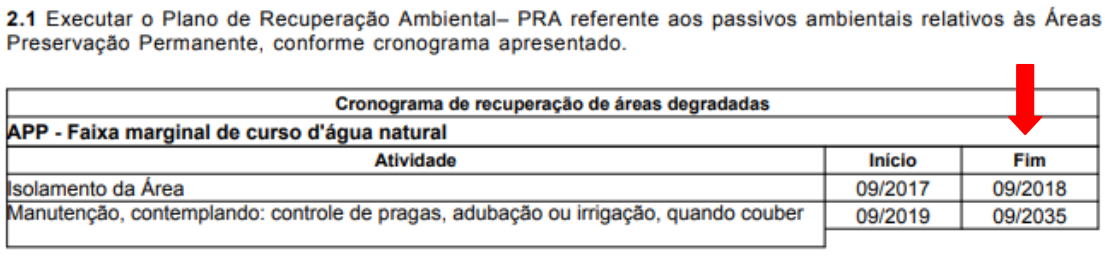
IMÓVEL

Denominação: FAZENDA VISTA ALEGRE		
Vínculo com o titular do empreendimento: Proprietário		Matrícula: 4799
Área registrada em cartório: 20,0000	Livro: 2	Comarca: Medeiros Neto
Logradouro: Córrego CÓRREGO SANTO ANTÔNIO	Bairro/Distrito: zona rural	
Cidade: Teixeira de Freitas		CEP: 45995000

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do aviso de cadastro do CAR do CEFIR da Fazenda Vista Alegre (PA nº 708.0.53537/2014).

No termo de compromisso há possibilidade de verificar sua adequação ou não ao prazo final de recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal, que é o ano de 2032 (Figura 25).

Figura 25 – Cronograma de recuperação de áreas degradadas



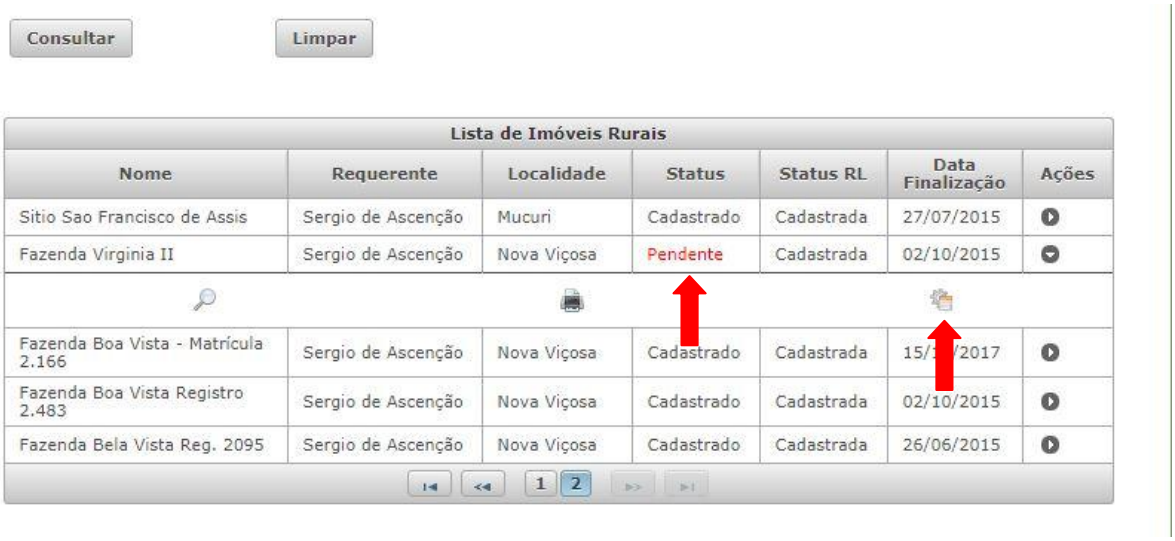
2.1 Executar o Plano de Recuperação Ambiental– PRA referente aos passivos ambientais relativos às Áreas de Preservação Permanente, conforme cronograma apresentado.

Cronograma de recuperação de áreas degradadas		
APP - Faixa marginal de curso d'água natural		
Atividade	**Início**	**Fim**
Isolamento da Área	09/2017	09/2018
Manutenção, contemplando: controle de pragas, adubação ou irrigação, quando couber	09/2019	09/2035

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Termo de Compromisso do CEFIR da Fazenda Água Clara (PA nº 708.0.6809/2015).

Pode ocorrer do cadastro encontrar-se com o *status* de "pendente", situação em que não será possível acesso ao seu certificado ou termo de compromisso, uma vez retirados do sistema. O motivo da pendência pode ser visualizado na marcação existente na coluna "Data Finalização" (Figura 26).

Figura 26 - *Status* de pendente do CEFIR



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

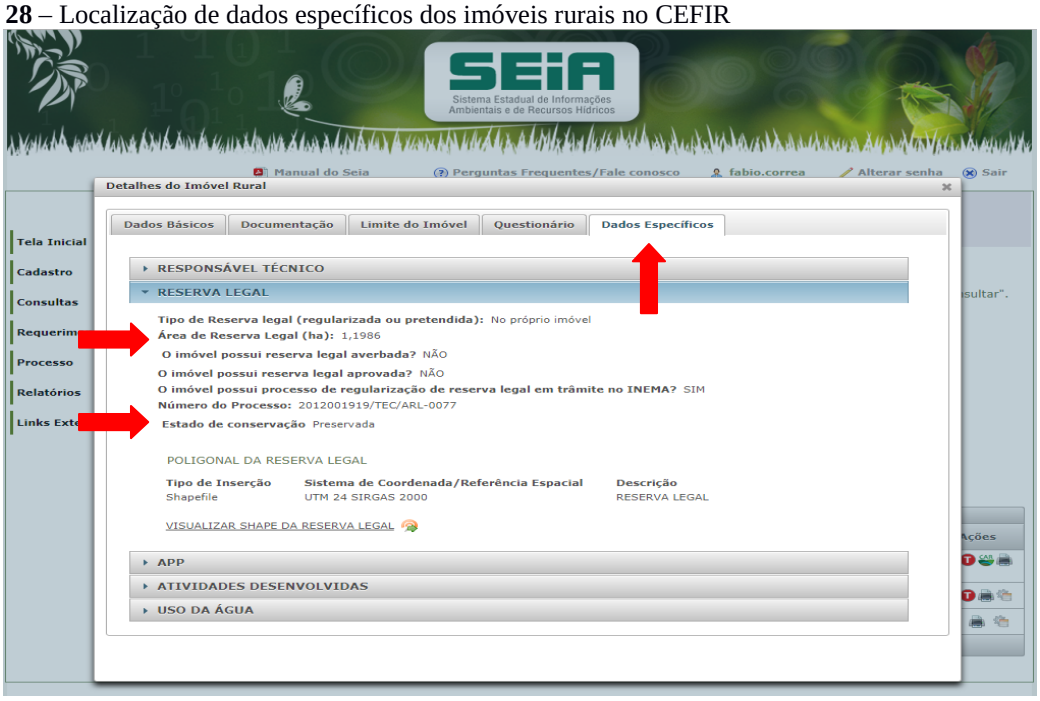
Pelo acesso de busca (lupa), em "ações", chega-se a uma página com uma série de dados do imóvel rural. Em "dados específicos" são encontradas informações sobre o tamanho das áreas de preservação permanente e de reserva legal e se foram declaradas como preservadas, parcialmente degradadas ou degradadas (Figuras 27 e 28).

Figura 27 – Acesso de busca (lupa) - SEIA



Fonte: : Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

Figura 28 – Localização de dados específicos dos imóveis rurais no CEFIR



Fonte: : Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

Para a obtenção dos arquivos vetoriais (*shapefiles*), deve ser clicado na aba "limite do imóvel" e, em seguida, "visualizar shape do imóvel" (Figura 29).

Figura 29 – Obtenção dos arquivos vetoriais (parte 1)

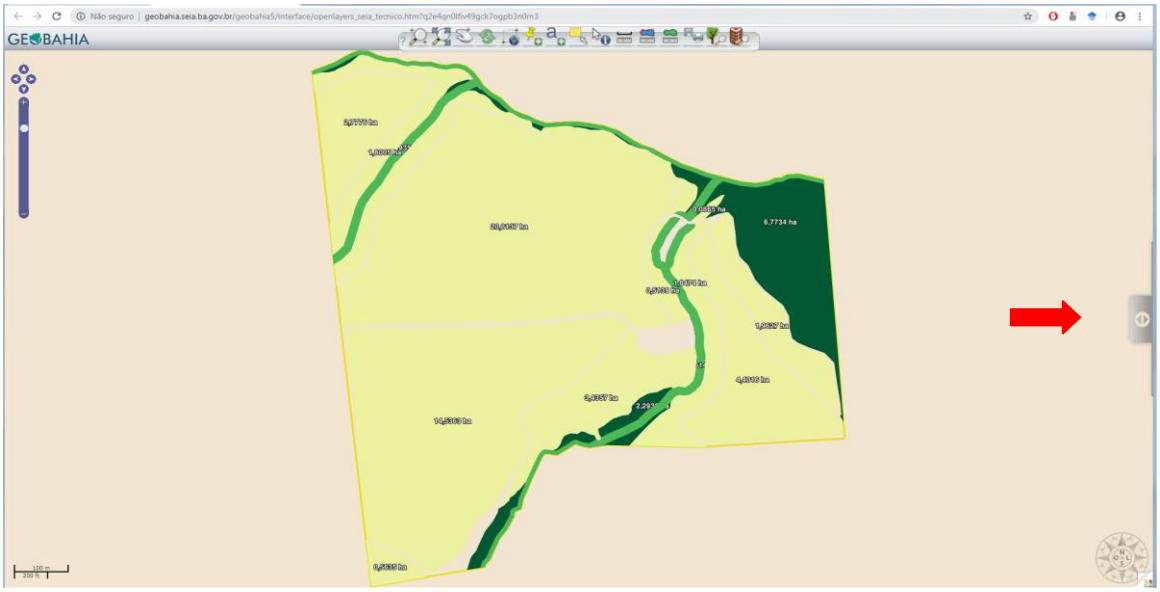


Fonte: : Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br). com um *printscreen* da tela do computador.

Ao clicar em "visualizar shape do imóvel", o usuário é automaticamente direcionado à página eletrônica do geobahia, *software* do governo do Estado da Bahia de banco de dados de informações georreferenciadas. Nesse momento, deverá clicar na marcação existente à direita, oportunidade em que serão mostrados os arquivos para *download*, sendo os que interessam ao

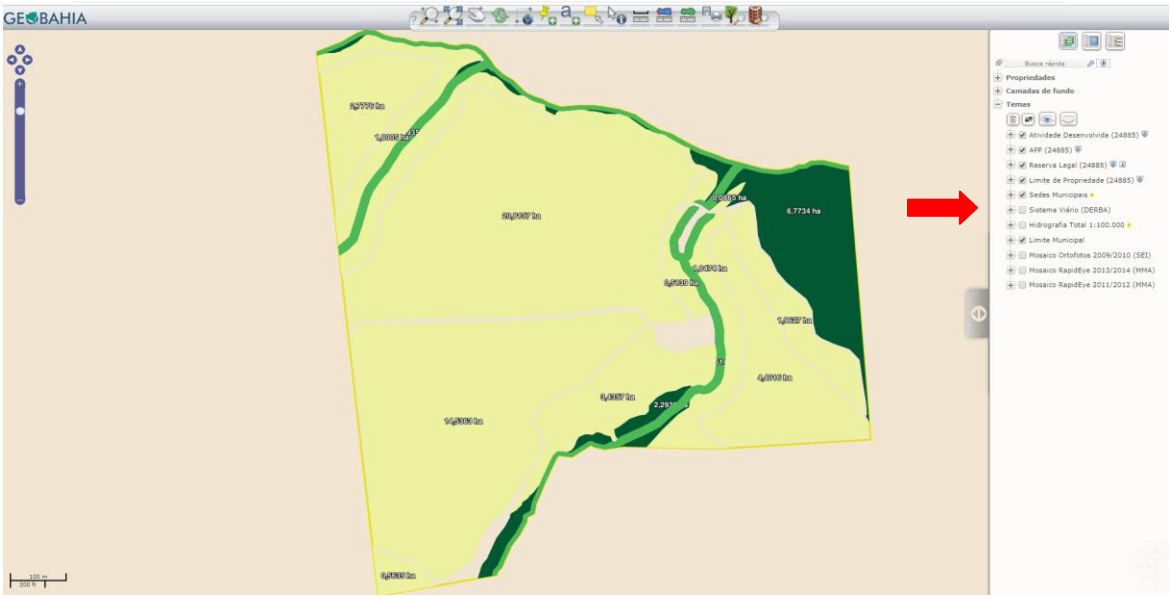
estudo em tela são do limite da propriedade, APP, reserva legal e vegetação nativa (SISTEMA; INSTITUTO; SECRETARIA, 2014, p. 2), que corresponde ao excedente, isto é, além da APP e RL. Ressalta-se que nem todos as imóveis possuem área de preservação permanente, de reserva legal ou excedente de vegetação (Figuras 30, 31 e 32).

Figura 30 – Obtenção dos arquivos vetoriais (parte 2)



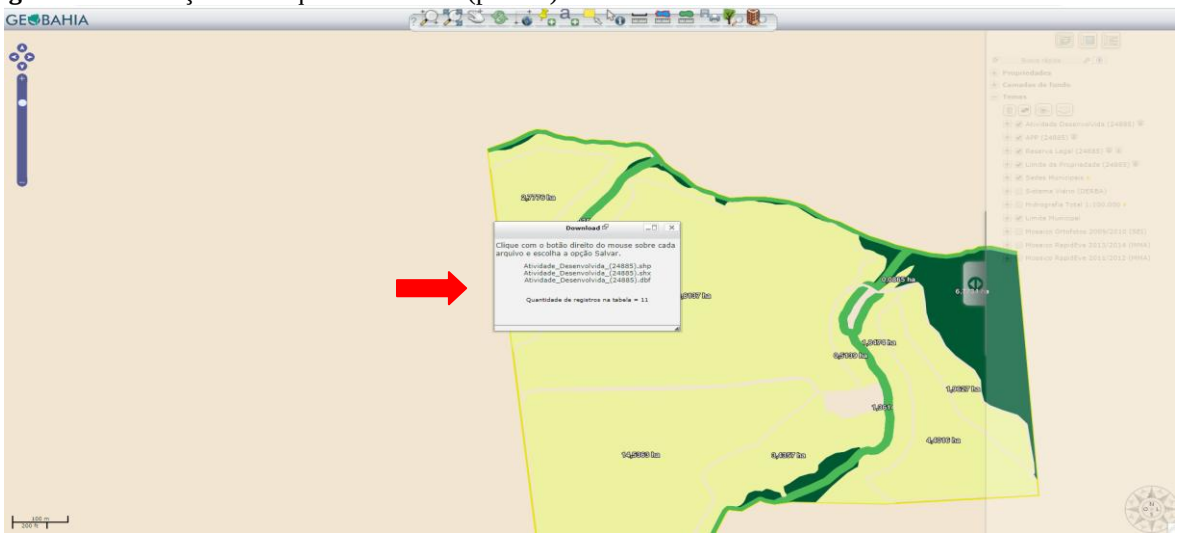
Fonte: : Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

Figura 31 - Obtenção dos arquivos vetoriais (parte 3)



Fonte: : Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

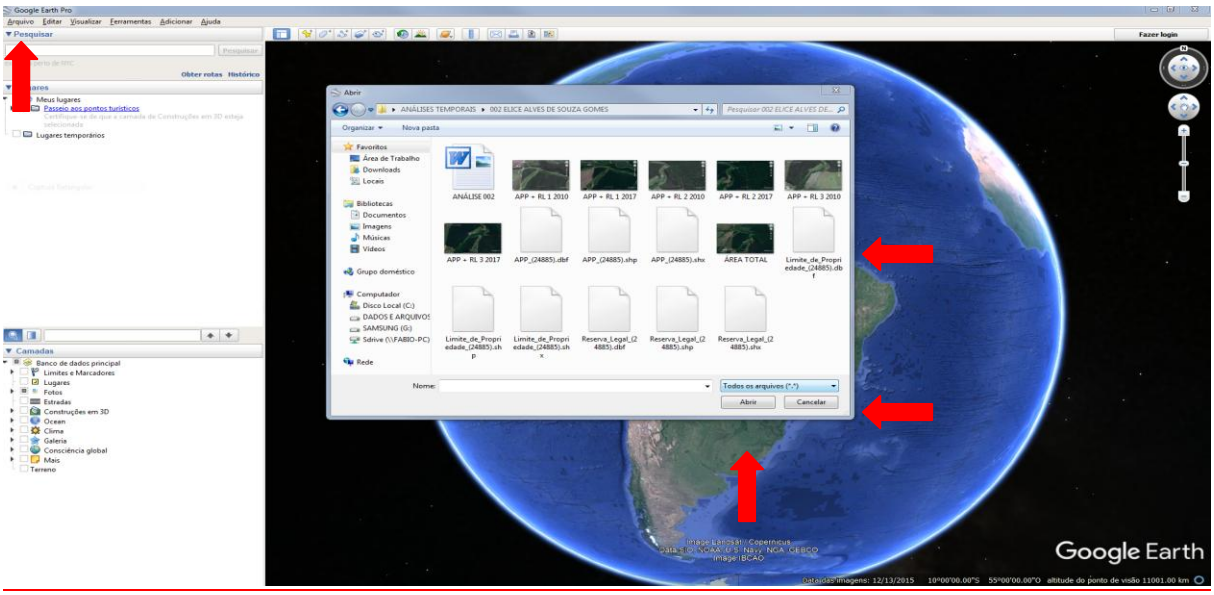
Figura 32 - Obtenção dos arquivos vetoriais (parte 4)



Fonte: : Elaborada pelo autor a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), com um *printscreen* da tela do computador.

As três extensões ".shp" (vetor), ".shx" (associação) e ".dbf" (alfanumérico) devem ser copiadas em conjunto para uma pasta própria, pois serão utilizadas para a formação de polígonos sobrepostos a imagens de satélite, a partir do *software* Google *Earth Pro*, com *download* gratuito na internet. Ao abrir este programa, primeiramente deve ser clicado em "arquivo" e "importar". Uma janela abrirá e, uma vez escolhido o local em que os arquivos do CEFIR/geobahia foram salvos, estes devem ser selecionados. Na mesma janela, deve ser selecionada a opção "todos os arquivos" e, em seguida, deve ser clicado em "abrir" (Figura 33).

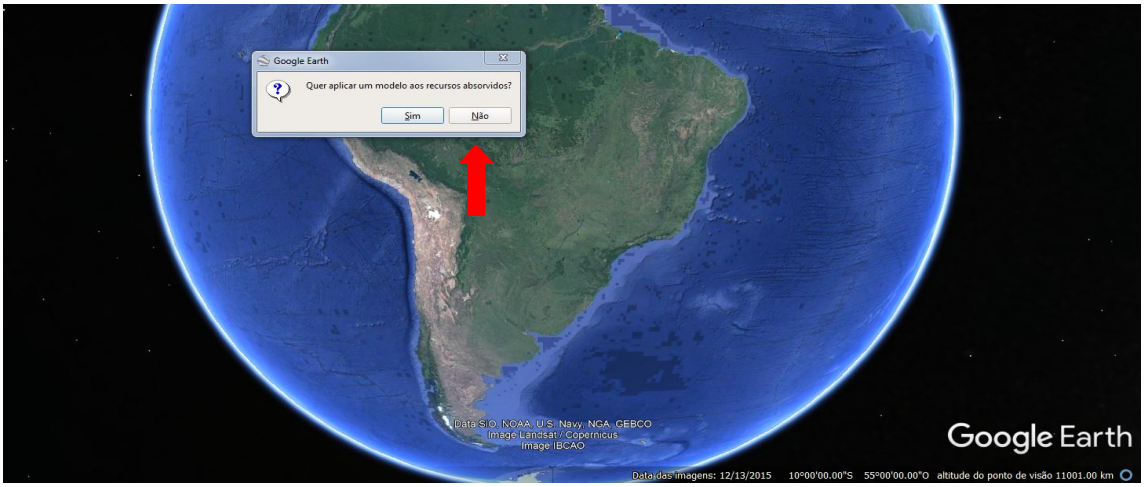
Figura 33 – Importar arquivos vetoriais para o Google *Earth Pro* (parte 1)



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Será aberta uma nova janela com a pergunta “Quer aplicar um modelo aos recursos absorvidos?”. A resposta é não e que deve ser repetida tantas vezes forem necessárias a depender do número dos arquivos de “limite da propriedade”, “APP”, “Reserva Legal” e “vegetação nativa” (Figura 34).

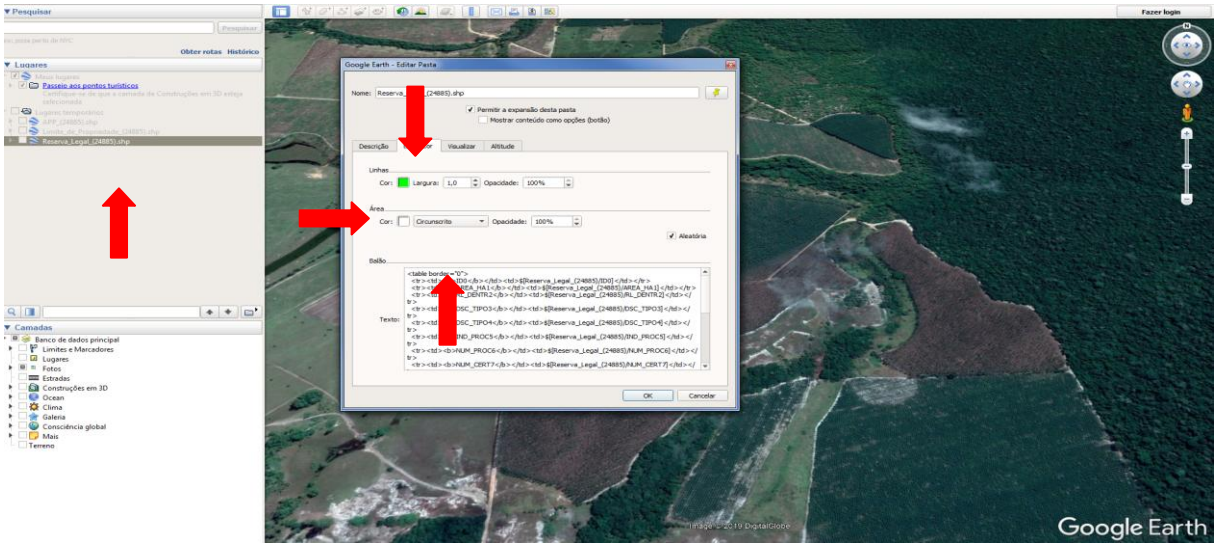
Figura 34 – Importar arquivos vetoriais para o Google *Earth* (parte 2)



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Uma imagem da área será mostrada e à esquerda os arquivos vetoriais. Em cada um deles deve ser clicado com o botão direito do *mouse* e selecionada a opção “propriedades”. Uma nova janela surgirá e, após clicar em “estilo/cor”, foram selecionadas as cores azul para APP, verde para reserva legal, vermelha para limite da propriedade e laranja para excedente. A forma de apresentação do *shapefile*, em “área”, deve ser “circunscrito” (Figura 35).

Figura 35 – Mudança das propriedades dos arquivos vetoriais



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Uma vez selecionados os arquivos da APP, limite de propriedade, reserva legal e excedente, os respectivos contornos serão mostrados na imagem. Os controles da direita devem ser utilizados para se determinar a forma de apreensão da paisagem, que será o "voo de pássaro", isto é, por meio de uma visão vertical, semelhante àquela observada de um avião (PANIZZA; FONSECA, 2011, p. 31), e o mais próximo possível. O imóvel será analisado sempre com o ponto cardeal Norte (N) devidamente alinhado com a seta superior do controle no canto superior direito da tela. A altura da imagem e sua data encontram-se no canto direito inferior da página (Figura 36).

Figura 36 – Posicionamento da imagem no Google *Earth Pro*, data e altura



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

No exemplo acima percebe-se claramente deslocamentos dos arquivos vetoriais, representados pelas linhas amarelas abaixo (Figura 37). Nos casos em que há possibilidade de distinguir a localização das áreas ambientalmente protegidas, seguiu-se com a análise comparativa temporal, sem embargo da notificação do responsável pelo imóvel rural, como será tratado oportunamente.

Figura 37 – Deslocamento dos arquivos vetoriais nas imagens do Google *Earth Pro*



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Há, também, uma importante avaliação relativa à correta declaração quanto à situação das áreas ambientalmente protegidas como preservadas, parcialmente degradadas ou degradadas, cujas definições encontram-se no item 2.3. Isso porque, se inserida a condição das áreas de preservação permanente e de reserva legal de preservadas, será gerado um certificado do CEFIR. Diferentemente, a declaração das áreas protegidas como parcialmente degradadas ou degradadas geram um termo de compromisso, por meio do qual o responsável pela área informa o cronograma de recuperação.

Ainda tomando como exemplo o mesmo imóvel rural, que apresentou um certificado do CEFIR, nota-se que tal informação não condiz com a realidade, pois as condições de degradada ou parcialmente degradadas são facilmente percebidas pela imagem de satélite. Aproveita-se, então, esse momento, para exemplificar situações que podem ser extraídas das análises das imagens, e que foram utilizadas para todos os imóveis rurais, como a existência de recurso hídrico, de solo exposto sem vegetação, cobertura com pasto ou início de regeneração, cobertura arbórea e plantação de eucalipto. Este último possui um desenho específico, linear com a mesma espécie vegetal (Figura 38).

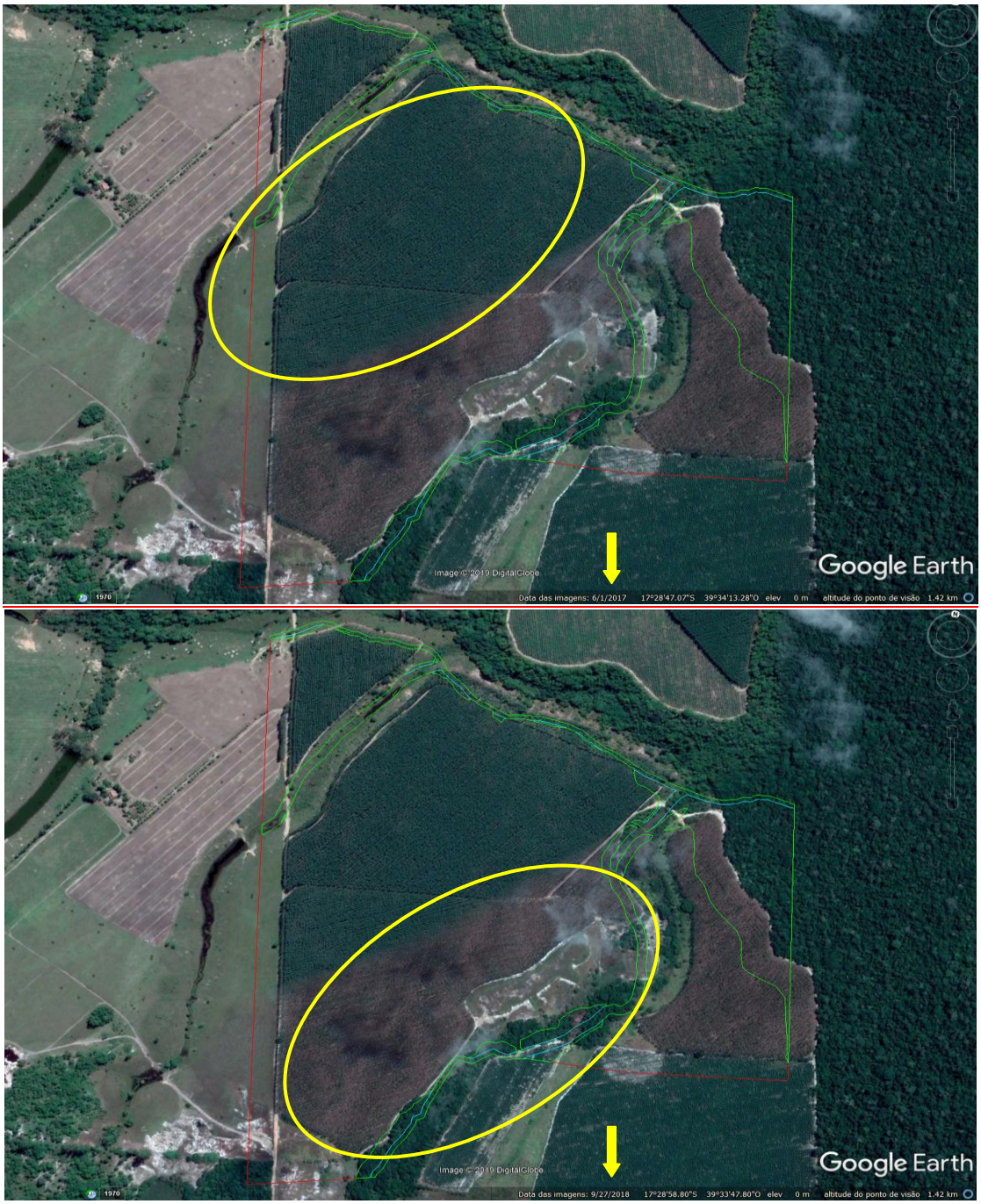
Figura 38 – Exemplos de visualizações a partir das imagens do Google *Earth Pro*



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Deve ser notado que, pelo fato do Google *Earth Pro* ser formado de um mosaico de imagens, ao passar o cursor pela imagem que é mostrada pode ser notada a diferença de datas, expressas pela ordem de mês, dia e ano. Isso pode ser notado também pela abrupta diferença de cores no mesmo talhão de eucalipto no exemplo abaixo (Figuras 39 e 40). Tal fato foi levado em consideração para a análise da comparação das situações em APP e RL, de forma a se utilizar uma imagem que tenha apenas uma data e não um mosaico abrangendo todo o imóvel ou toda a área a ser analisada.

Figuras 39 e 40 - Exemplo de um mosaico de imagens, com datas diferentes

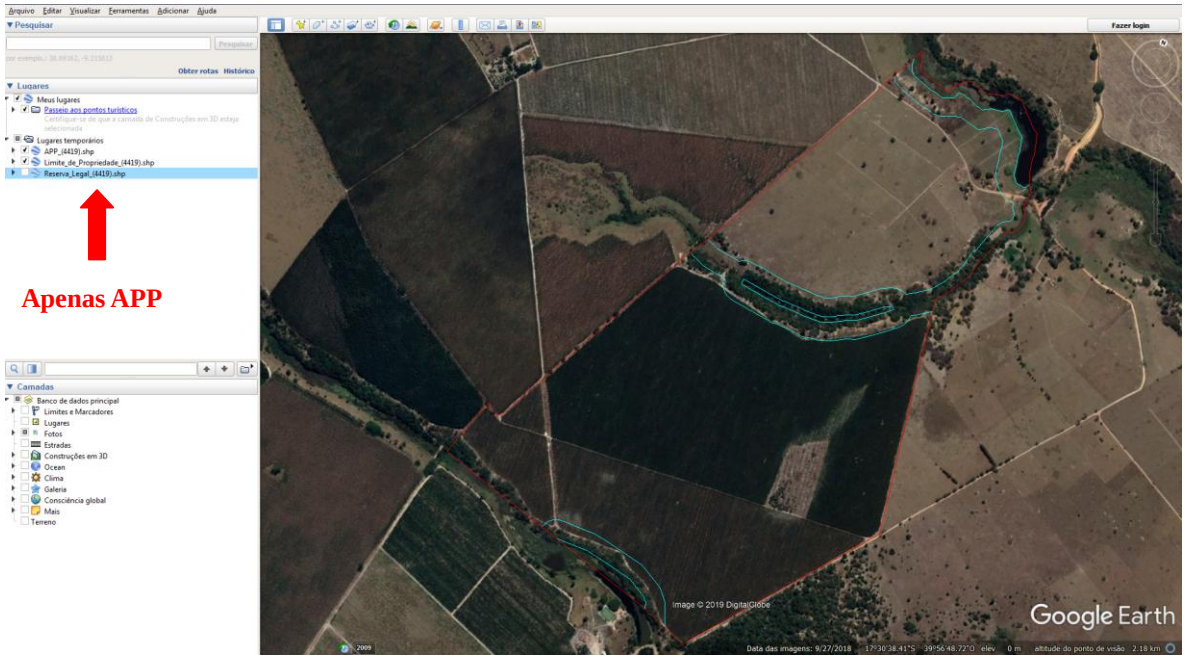


Fonte: Elaboradas pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro,* com um *printscreen* da tela do computador.

Diante da possibilidade do cômputo da área de preservação permanente para constituir o percentual da reserva legal, os arquivos vetoriais dessas áreas ambientalmente protegidas podem estar sobrepostos, como no exemplo abaixo (Figuras 41, 42 e 43). Basta desmarcar o respectivo arquivo vetorial para que a linha não seja mostrada. Para o presente estudo, a APP e RL serão analisadas em conjunto, mesmo se sobrepostas. Ressalta-se que a linha verde da RL se sobressai quando sobreposta à linha azul da APP. Quando sobrepostas, a linha laranja

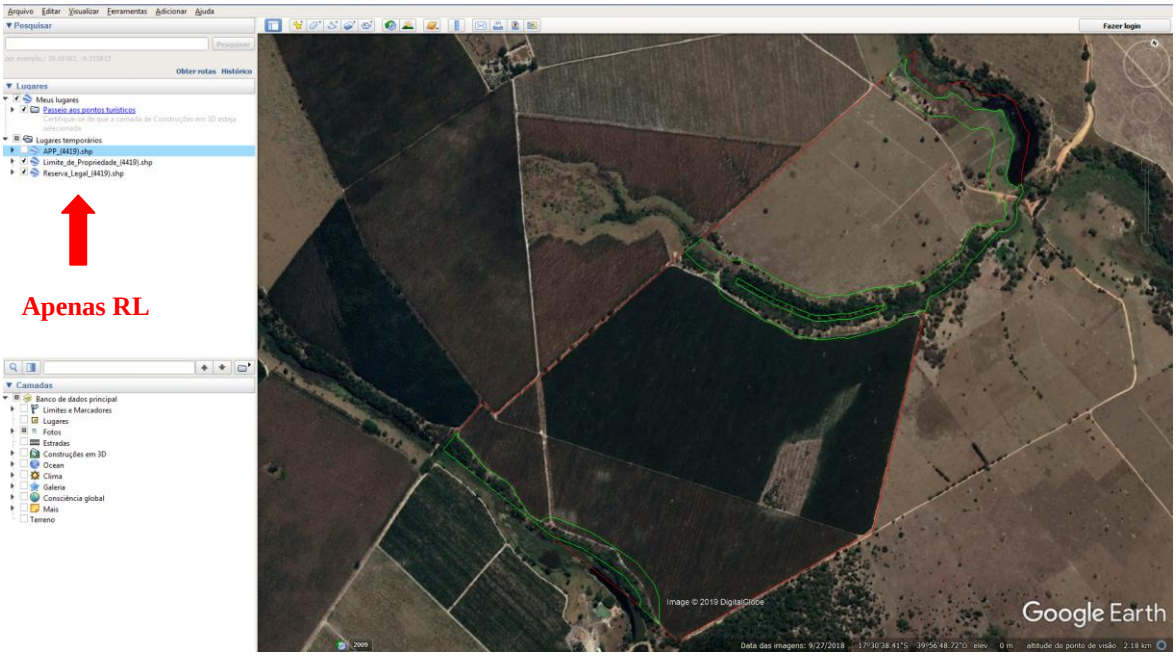
do remanescente se sobressai, razão pela qual pode ser desconsiderada para a propósito do presente estudo.

Figura 41 – Imagem com os arquivos vetoriais da APP



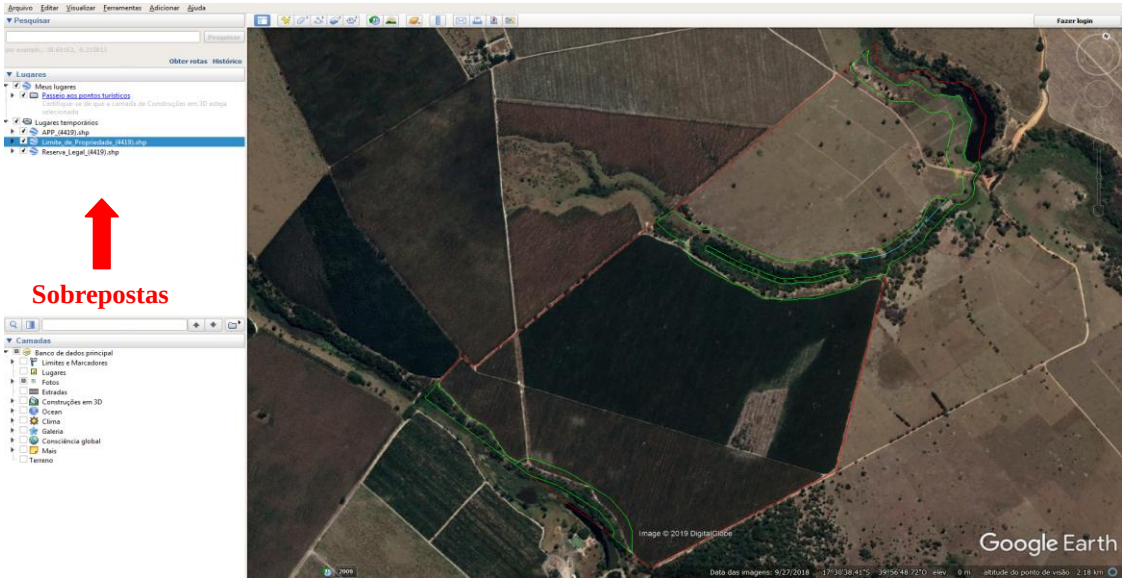
Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Figura 42 – Imagem com os arquivos vetoriais da RL



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

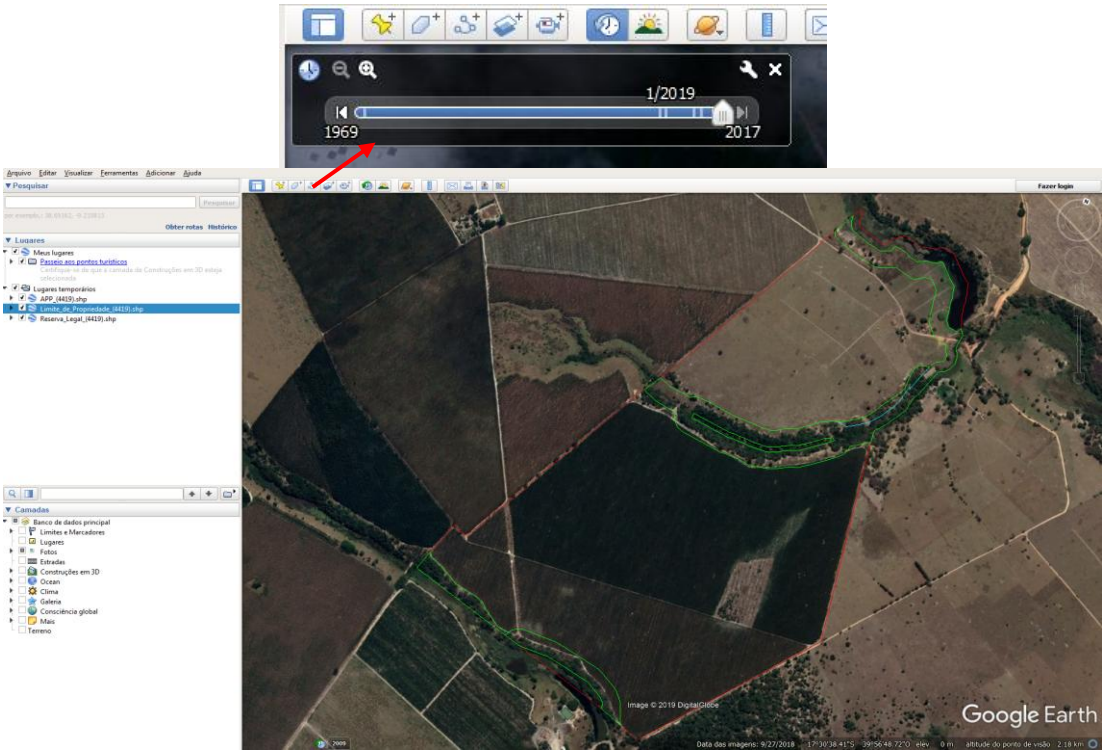
Figura 43 – Imagem com os arquivos vetoriais da APP e RL



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Para mostrar e selecionar as imagens históricas é usado o regulador para mover entre as datas disponíveis no ícone abaixo destacado (Figura 44). Tal forma de apreensão de imagens é denominada cinemática, ou seja, "permite a detecção de eventuais transformações ocorridas em lapsos de tempo" (PANIZZA; FONSECA, 2011, p. 31).

Figura 44 – Regulador para seleção das imagens históricas



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Para uma melhor análise comparativa das áreas ambientalmente protegidas, diante da possibilidade de aproximação da imagem, o imóvel poderá ser dividido em trechos. Utilizando-se o imóvel da imagem acima como exemplo, as áreas de preservação permanente e de reserva legal foram divididas em dois setores. As análises setorizadas serão dispostas nas evidências do norte para o sul e da esquerda para a direita (Figura 45).

Figura 45 – Análise comparativa das áreas ambientalmente protegidas por setor



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

E para a conclusão da análise houve o estabelecimento dos critérios de "diminuição" para a perda da cobertura florestal, "manutenção" para a situação que se manteve (com ou sem vegetação) e "aumento" para o incremento da cobertura florestal, a fim de se classificar a atual situação do imóvel rural em comparação à data aproximada da assinatura do termo de ajustamento de conduta no ano de 2012 (Figuras 46, 47 e 48).

Considerou-se como aumento a presença de uma maior área com espécies arbustiva ou arbórea ou o adensamento da vegetação já existente. Constatada a presença de eucalipto em

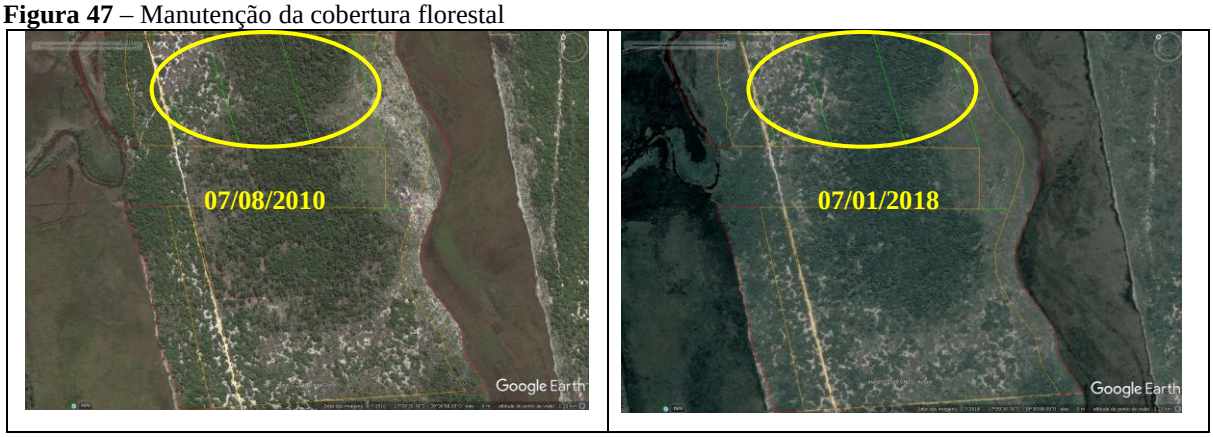
APP e RL, cuja cultura inexistia em data próxima ao compromisso firmado com o MPBA, conclui-se pela diminuição, uma vez que é um fator que impede a regeneração natural.

Figura 46 – Diminuição da cobertura florestal



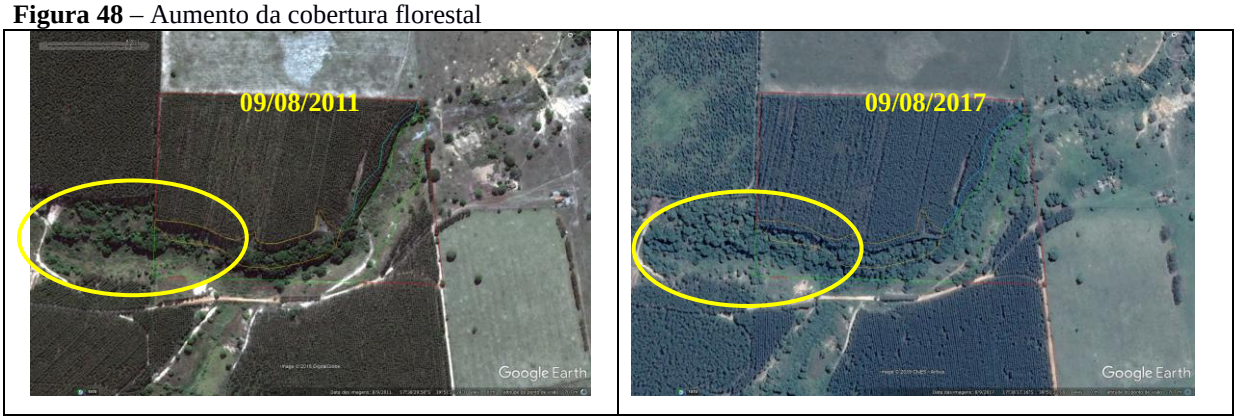
Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Figura 47 – Manutenção da cobertura florestal



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Figura 48 – Aumento da cobertura florestal

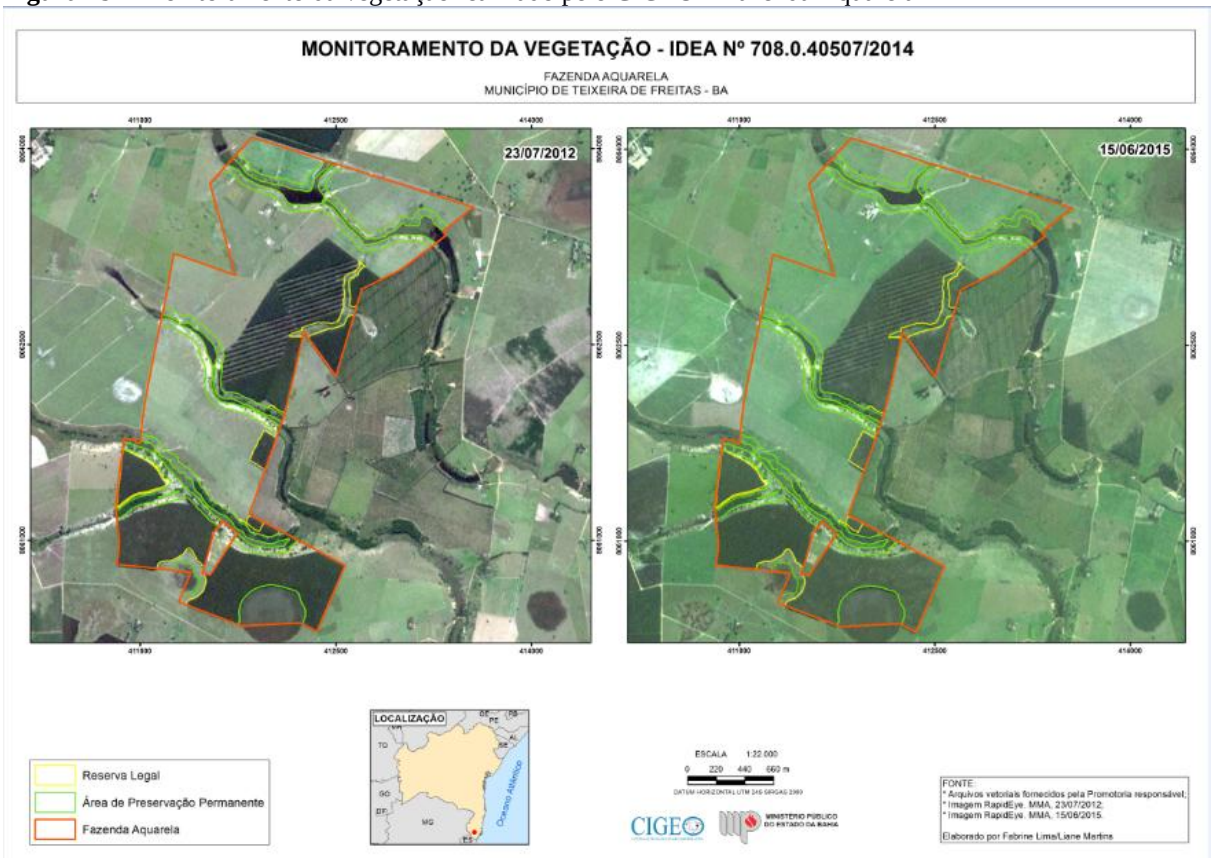


Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Vale salientar que o Centro integrado de geoinformaçao (CIGEO), do Ministério Público do Estado da Bahia, realizou no ano de 2017 uma atividade de monitoramento em vários imóveis rurais objetos de termos de ajustamento de conduta firmados na Promotoria

Regional Ambiental de Teixeira de Freitas. Há 5 (cinco) imóveis que integram o presente estudo, para os quais foram elaborados mapas para a comparação da situação das áreas ambientalmente protegidas (Figura 49).

Figura 49 – Monitoramento da vegetação realizado pelo CIGEO – Fazenda Aquarela



Fonte: Fabrine Lima e Liane Martins, 2017.

Posteriormente, no dia 04 de dezembro de 2017, integrantes da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, do CIGEO e do INEMA realizaram uma vistoria em campo nas Fazendas Santa Luzia, Belém de Jesus, Aquarela, Itapetinga e Novo Horizonte, todas objetos deste estudo. O INEMA relatou que as situações observadas nas imagens de satélite foram as mesmas encontradas em campo, e concluiu que, diante de imagens em séries cronológicas como as encontradas no Google *Earth*, "é possível realizar com grande probabilidade de acerto o monitoramento da recuperação da vegetação nativa nas áreas ambientalmente protegidas" (Anexo A), o que confere credibilidade à metodologia ora exposta.

Cada análise de imóvel rural deste trabalho foi sintetizada em um documento denominado "ANÁLISE", seguida de uma numeração (Quadro 8), composta pelas "EVIDÊNCIAS ANÁLISE", também numerada (Quadro 9). A finalidade foi de demonstrar o

resultado do objetivo central do presente estudo, que é determinar a situação atual da cobertura florestal das áreas de preservação permanente e de reserva legal em comparação com uma data próxima daquela em que o compromisso de ajustamento de conduta foi firmado com o MPBA em 2012. Todas as análises encontram-se no Apêndice E desse trabalho.

Quadro 8 – Análise Nº 002

ANÁLISE Nº 002

Fazenda: Renascer	**Mat/Ident**: 18	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº 2014001005156 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( )Não**
Área total (ha): 65,37		**Módulos fiscais**: 1,86
APP preservada (ha): 3,05 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 9,07 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

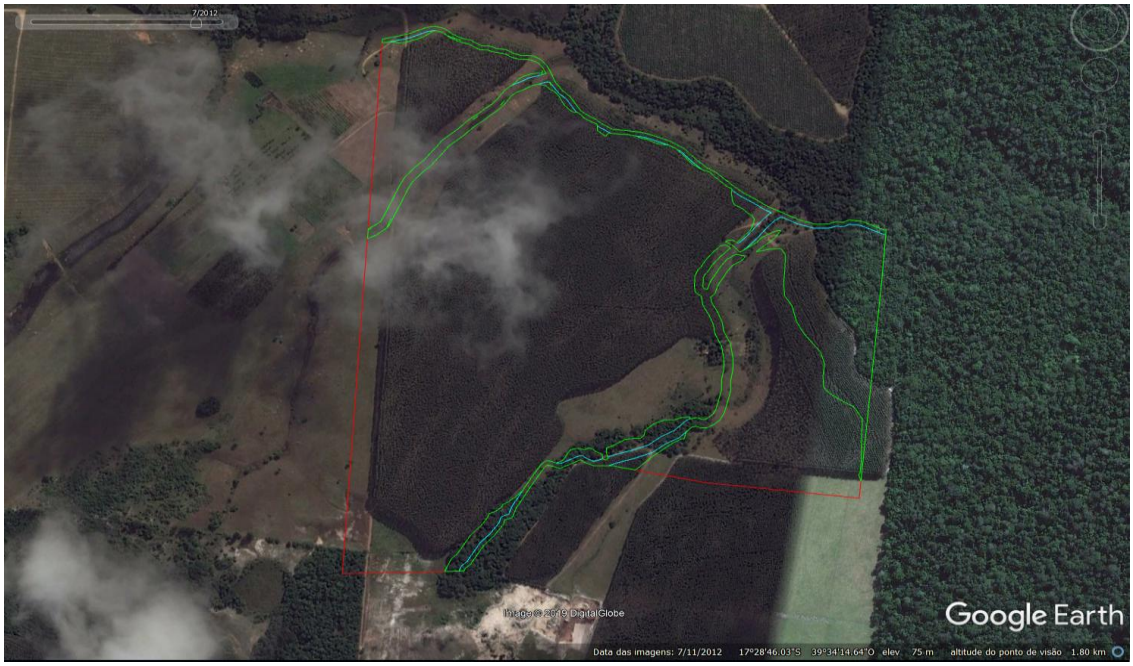
Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do PA nº 708.0.6840/2015, do CEFIR da Fazenda Renascer a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), e de imagens do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

Quadro 9 – Evidências análise Nº 002

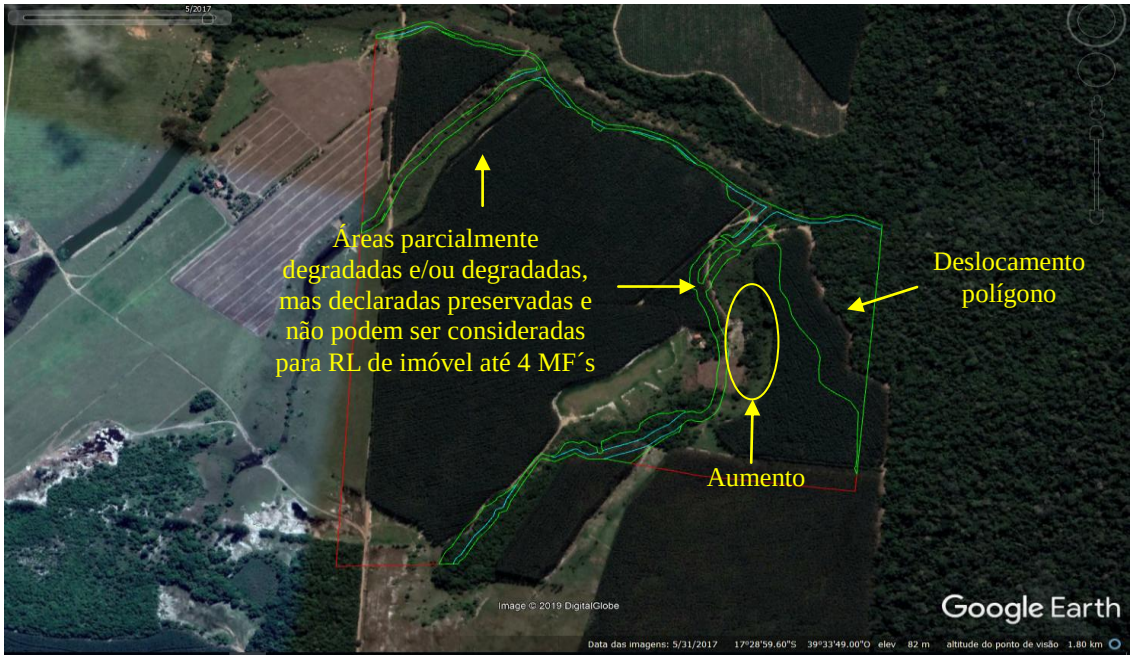
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 002

Data da assinatura do TAC: 11/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do PA nº 708.0.6840/2015, do CEFIR da Fazenda Renascer a partir do sítio eletrônico do SEIA (www.seia.ba.gov.br), e de imagens do *software* Google *Earth Pro*, com um *printscreen* da tela do computador.

O imóvel é devidamente caracterizado, com a sua denominação, matrícula ou outra identificação e Município, de acordo com as informações da planilha, do próprio termo de ajustamento de conduta, dos dados do CEFIR e com uma imagem da área total da propriedade ou posse rural. O período de coleta de dados ocorreu entre setembro de 2018 e março de 2019.

O número do certificado ("CEFIR nº") ou do termo de compromisso ("TC nº") estão expostos juntamente com a informação sobre eventual passivo não declarado. Há, também, informações específicas sobre o *status* do CEFIR em "pendente validação", "pendente correção" ou "validado".

A conclusão sobre o passivo não declarado denota situações em que as áreas ambientalmente protegidas foram erroneamente classificadas ou houve omissão de desmatamento. Tais fatos podem determinar a notificação do responsável pelo cadastro ou a solicitação de fiscalização do órgão ambiental estadual.

Mesmo que todos os imóveis objetos do presente estudo sejam "fomentados", optou-se pelo desenvolvimento de um modelo que já pode ser utilizado na Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas. Desse modo, foi previsto um campo para "área própria empresas", "fomento" e "outros". De igual forma, o campo "desmatamento fora de APP e RL" foi pensado para os termos de ajustamento de conduta firmados em decorrência da constatação de desmatamento de vegetação nativa fora das áreas de preservação permanente e de reserva legal para um acompanhamento mais específico de sua recomposição e, inclusive, se foi declarado no CEFIR.

Duas importantes informações referem-se à constatação de deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais e quanto à previsão de recomposição com final após 2032. A primeira é verificada quando da análise das imagens do Google *Earth Pro* e a segunda extraída dos termos de compromisso do CEFIR, que trazem um cronograma das recomposições. Ambas motivam a notificação do responsável da área para suas correções.

Deve ser ressaltado que o erro nos arquivos vetoriais pode decorrer das diferenças de *Data*, sistemas de referência para a captação das coordenadas geográficas. Enquanto o *Datum* do CAR/CEFIR é o SIRGAS2000, que foi padronizado pelo IBGE a partir de 2015, no Google *Earth Pro* é o WGS84. Ademais, o erro pode advir do levantamento e georreferenciamento do imóvel rural, por falha técnica do profissional ou do equipamento de geolocalização utilizado, como um GPS de navegação ao invés de um GPS RTK. Quanto ao

sistema de coordenadas, deve-se trabalhar com um sistema de coordenadas projetadas (UTM) para facilitar o cômputo de áreas e distâncias.

Também constam do documento a sua área total e número de módulos fiscais, de acordo com o Município em que está situado. Há, ainda, os montantes de hectares das áreas de preservação permanente e de reserva legal, com as respectivas declarações de preservada, parcialmente degradada ou degradada. Tais dados são importantes para a confirmação das situações das vegetações da APP e RL, bem como sobre a correta constituição da reserva legal em imóveis até 4 (quatro) módulos fiscais apenas com remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração. Deve ser ressaltado que a constatação dessa situação não foi considerada um passivo não declarado, pois há possibilidade de correção da RL para que seja formada apenas com remanescentes existentes nos imóveis rurais.

O resultado da interpretação visual é extraído da comparação de duas imagens expostas nas "EVIDÊNCIAS ANÁLISE" (Quadro 9). Como já tratado anteriormente, em razão do tamanho do imóvel, podem ser coletadas imagens setorizadas para melhor visualização e comparação, que representarão partes das áreas ambientalmente protegidas. Caso as evidências setorizadas apresentem uma variação de conclusões, prevalecerão o aumento e a diminuição caso acompanhadas de uma situação de manutenção. Na hipótese de um aumento e uma diminuição, esta última será considerada como o resultado final.

Quando restar prejudicada a análise, apenas a primeira página será inserida no Apêndice E, por não existirem evidências. A prejudicialidade pode decorrer da não localização do CEFIR, pelo fato deste cadastro estar incompleto, quando os arquivos vetoriais apresentarem erro ou as imagens do Google *Earth Pro* não estiverem adequadas para a análise. A inadequação das imagens pode decorrer da total falta de visibilidade ou quando datadas de um período muito distante da assinatura do TAC em 2012 ou da data atual. Ressalta-se que a existência de nuvens pode impedir a análise, mas cada situação foi avaliada diante do comprometimento da observação, ainda mais se a nuvem apenas cobriu uma pequena parte da APP ou RL.

As imagens dispostas nas evidências são datadas e há informação sobre o dia em que o termo de ajustamento de conduta foi firmado. As principais conclusões são ressaltadas nas próprias imagens, exceto quando se observa uma manutenção da situação das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Algumas peculiaridades foram notadas nas análises, como sobreposição dos polígonos de remanescentes e reserva legal, omissão de remanescentes e até vegetação declarada como parcialmente degradada, mas que apresenta

aspecto de preservada. A presença de eucalipto em área ambientalmente protegida, quando não existia tal cultura na imagem próxima à data de assinatura do TAC, é considerada como uma diminuição da cobertura florestal, por no mínimo dificultar a regeneração natural. No entanto, quando presente em ambas as imagens, como o TAC buscou a regularização do imóvel, nada impede a continuidade do seu ciclo até o próximo corte.

Ademais, diante das informações coletadas, também é possível determinar quais providências podem ser tomadas pelo Promotor de Justiça, coadunando-se com o objetivo específico 3 deste trabalho. Assim, foram visualizadas três atitudes que podem guiar a atuação ministerial, sendo elas expressas em "notificar compromissário", "oficiar INEMA" e "continuar monitoramento".

A primeira delas é a notificação do compromissário nos casos de: 1. Falta de inscrição do imóvel no CEFIR (nenhum registro encontrado para o CPF/CNPJ ou pelo nome; registro encontrado, mas nenhum imóvel rural inscrito); 2. Inscrição incompleta; 3. Deslocamento e/ou erro dos arquivos vetoriais; 4. Passivo não declarado, com a presença de áreas parcialmente degradadas ou degradadas, mas que foram declaradas como preservadas. 5. Desmatamento fora de APP e RL não declarado; 6. Prazo depois de 2032 para a recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; 7. Falta de remanescentes nas pequenas propriedades ou posses rurais para constituir a reserva legal.

Deve ser notado que o passivo não declarado pode ser facilmente demonstrado pela existência do certificado do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais, indicado na análise pela expressão "CEFIR nº", uma vez que o referido documento demonstra que não foi declarada qualquer necessidade de recuperação de área ambientalmente protegida. No entanto, pelas imagens são constatadas áreas degradadas ou parcialmente degradadas, o que, por si só, já justifica a notificação do proprietário ou posseiro rural.

Há casos, também, de que há um termo de compromisso, denominado na análise de "TC nº", em que áreas de preservação permanente ou de reserva legal foram declaradas como preservadas, mas estão parcialmente degradadas ou degradadas. Assim, diante do equívoco, o responsável pelo imóvel também é notificado, embora o seu CEFIR seja um termo de compromisso, pois nem todo passivo ambiental foi declarado.

Outras hipóteses demandam uma imediata fiscalização pelo órgão ambiental. São elas: 1. Falta de imagens de satélite para o acompanhamento do monitoramento; 2. Inadequação das imagens de satélite (por exemplo, com nuvens); 3. Diminuição da cobertura florestal. Ultrapassadas tais situações, o procedimento deve ser mantido em arquivo apenas para monitoramento futuro.

Há várias questões que, embora importantes, fugiram do objetivo deste trabalho: a) não foi averiguado se os polígonos das áreas de preservação permanente respeitaram as metragens previstas no art. 4º, da Lei nº 12.651/12, mesmo se ocupadas por áreas rurais consolidadas; b) não se verificou se o compromissário do TAC possui mais de um CEFIR, que é realizado por matrícula, de forma que poderiam constituir um único imóvel rural; c) a análise temporal limitou-se a comparar imagens próximas ao ano de 2012 e a mais atual disponível, mesmo havendo a proteção da Mata Atlântica a partir de 1990; d) ainda que o prazo máximo da recuperação das áreas de reserva legal e de preservação permanente até 2032 tenha sido pontuado, o cronograma das ações não foi considerado para as interpretações quanto à situação das suas coberturas florestais; e) não se sabe se houve desmembramento do imóvel em data posterior a 22 de julho de 2008 para a aplicação das benesses relativas às áreas rurais consolidadas.

Também merecem destaque so seguinte temas: f) mesmo com a descrição das diversas hipóteses de áreas de preservação permanente, a análise foi realizada nos polígonos apontados no CEFIR e eventuais omissões de outros espaços protegidos não foram averiguados; g) não há informações no cadastro sobre autorizações de intervenção em APP, inclusive das atividades de baixo impacto ambiental nas pequenas propriedades ou posses rurais que, em sua maioria, dependem de simples declaração ao órgão ambiental; h) os polígonos das áreas de preservação permanente não trazem os espaços autorizados para acesso de pessoas e animais aos recursos hídricos; i) o CEFIR não dispõe de informações, para fins de monitoramento e adoção de medidas de conservação do solo e da água, sobre a possibilidade da continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural, até o término do prazo de adesão ao PRA, na áreas rurais consolidadas em APP.

Por fim, os seguintes assuntos também não foram foco de atenção: j) apesar da possibilidade de cômputo de espécies exóticas, em sistema agroflorestal com espécies nativas, para a composição da reserva legal das pequenas propriedades e posses rurais, o CEFIR não comporta a inserção de tal informação; k) não foram considerados erros de sobreposição de arquivos vetoriais de excedentes sobre APP e RL; l) os 20% (vinte por cento) de RL em relação à área total do imóvel rural apenas foi conferido nos pequenos imóveis rurais quando declarada área degradada ou parcialmente degradada; m) eventuais remanescentes não declarados não foram considerados.

Por outro lado, levou-se em consideração a possibilidade da área de reserva legal ser restaurada com o plantio intercalado de espécie exóticas em até 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recomposta. Da mesma forma, há a permissão legal da restauração, com a mesma proporção de 50% (cinquenta por cento) de espécies nativas e exóticas, das faixas obrigatórias de recomposição das áreas rurais consolidas em áreas de preservação permanente das pequenas propriedades e posses rurais.

O CEFIR não disponibiliza a informação se determinada área está em regime de pousio. Assim, há possibilidade de eventual alegação da referida prática, caso detectado desflorestamento no imóvel rural. Também falta informação no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais sobre eventual autorização do manejo na reserva legal.

Exceções à recomposição nas faixas obrigatórias de recomposição em APP também foram consideradas. São elas a manutenção de residências e da infraestrutura associada às atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural, inclusive dos seus acessos. Por fim, as análises de imóveis rurais até 4 (quatro) módulos fiscais, que possuem indicação de falta de remanescentes nos polígonos inseridos no CEFIR, mereceram especial atenção para sua eventual correção no tocante à área de reserva legal, que nesse caso deve ser no percentual de 20% (vinte por cento) da área total da propriedade ou posse rural.

Quando do levantamento de todos os termos de ajustamento de conduta existentes na Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, chamou a atenção a quantidade de inconsistências apontadas pelo INEMA nas análises para validação do CEFIR. Como tal cadastro é a base desse trabalho, pois dele são extraídas importantes informações, decidiu-se realizar um estudo sobre as inconsistências descobertas pelo órgão ambiental a fim de que fosse compreendido o possível comprometimento do resultado de pesquisas baseadas no Cadastro Ambiental Rural, em especial no CEFIR do Estado da Bahia.

Para tanto, a partir dos 1.529 (um mil, quinhentos e vinte e nove) imóveis rurais objetos de TAC foram detectados que 81 (oitenta e um) cadastros haviam sido analisados pelo INEMA. Todos foram inseridos em uma tabela do processador de textos Microsoft Word com as seguintes colunas, que foram numeradas: “Procedimento nº”, para indicar o procedimento administrativo no qual é realizada a fiscalização do TAC; “imóvel”, com a denominação do imóvel rural; “Município”, para a cidade de localização da propriedade ou posse rural; “CEFIR”, com o número do certificado ou termo de compromisso, seguidos por CEFIR e TC, respectivamente; e, por fim, “inconsistências”, coluna em que são listados todos os erros e omissões detectadas no cadastro (Apêndice A).

Como a inscrição da propriedade ou posse rural é realizada por matrícula, ao analisar o imóvel com mais de um CEFIR, na maioria das vezes os técnicos do INEMA listavam as inconsistências por cadastro. Em determinados relatórios de fiscalização ambiental, os cadastros foram analisados conjuntamente não se distinguindo as inconsistências pela matrícula. Houve um caso, no qual se declarou a compensação da reserva legal em outros imóveis rurais, em que todos os cadastros foram analisados e, por apresentarem inconsistências, mesmo não sendo objetos do TAC, constaram da tabela. Todas as numerações de CEFIR das propriedades ou posses rurais estão na respectiva coluna, inclusive com a eventual alteração de CEFIR para TC caso tenha sido determinado pelo INEMA.

Aproveitou-se também a oportunidade para avaliar se o órgão ambiental estadual estaria aplicando o Decreto Estadual nº 15.180/14. Isso porque muitos termos de ajustamento de conduta foram firmados em razão de desmatamentos de floresta nativa após 22 de julho de 2008, o que enseja que o art. 121 do citado Decreto seja observado. Como já tratado anteriormente, nessa situação o imóvel não pode se valer dos arts. 59 e 68 do Novo Código Florestal, sendo portanto, inadmitidas área rural consolidada em APP, a RL em percentual inferior a 20% (vinte por cento) para os imóveis até 4 (quatro) módulos fiscais, entre outras consequências.

Outrossim, conforme já demonstrado, como a proteção jurídica específica da Mata Atlântica ocorreu a partir do Decreto nº 99.547/90, também foi verificado se os responsáveis pela validação do CEFIR estavam realizando uma análise de desflorestamento a partir do ano de 1990. Encontrou-se, porém, apenas duas referências à proteção do Bioma e relacionadas à Lei nº 11.428/06.

Foram incluídas na coluna “CEFIR” as informações a respeito do Decreto Estadual nº 15.180/14 e da proteção da Mata Atlântica. Para o TAC em que não foi observado o ato normativo estadual em questão, foi inserida a informação “não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14”. Quando observado o Decreto constou-se “aplicou o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14”. Não sendo o caso de TAC com desmatamento de floresta nativa, em data posterior a 22 de julho de 2008, inseriu-se “não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14”. Como a grande maioria dos relatórios de fiscalização ambiental não trouxe menção à proteção da Mata Atlântica, apenas quando o técnico do órgão estadual afirmou que realizou uma análise da Lei nº 11.428/06, colocou-se a informação “analisada LMA”, referindo-se à Lei da Mata Atlântica.

Mesmo que os relatórios elaborados pelos técnicos do INEMA e a descrição dos erros e omissões encontrados não tenham uma uniformidade, foi possível proceder às classificações

das inconsistências, criando-se categorias, abrangendo as seguintes descrições: 1. Vegetação nativa (excedente): declaração de área produtiva que é remanescente; omissão de remanescente; constatado desmatamento; e área declarada como remanescente mas não é; 2. Erro na classificação da vegetação de APP e RL: declarada como preservada, mas está parcialmente degradada ou degradada; 3. Recursos hídricos: falta de especificação do uso do recurso hídrico, sua existência ou se há intervenções; 4. Falta de PRADA: referentes às áreas de preservação permanente, de reserva legal ou para restauração de outros remanescentes, bem como quando o cronograma é inadequado; 5. Uso de agrotóxico não declarado; 6. Erro quanto à área desmatada: correção da área desmatada ou omissão dessa declaração; 7. Correção da reserva legal: não incluir área desmatada ou incluí-la; polígono em sobreposição com infraestrutura ou corpo hídrico; falta inserir remanescentes ou deve ser na área de vegetação nativa; polígono inexistente; não informada prévia aprovação de sua localização; área a menor; não computar a APP; cômputo da APP não declarado ou indevido; comprovar que a APP está em recuperação para cômputo na RL; 8. Correção da área de preservação permanente: sobreposição com lâmina d'água; área a menor; omissão de declaração; e incorreta caracterização; 9. Falta de declaração do TAC com o MPBA; 10. Correção do mapa do imóvel ou seus polígonos: quando não abrangidos pelas categorias anteriores; 11. Correções em atenção do art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.

Mostrou-se importante a compreensão da intertemporalidade entre a Lei nº 4.771/65 e a Lei nº 12.651/12, pois nas análises do CEFIR pelo INEMA foram detectadas inconsistências em diferentes imóveis rurais pelo cadastro não mencionar a prévia aprovação da localização da reserva legal, ato administrativo que deve ser respeitado em razão do ato jurídico perfeito.

Não foram consideradas observações sobre a comprovação da propriedade ou posse rural, bem como eventual análise da execução do PRADA. Na numeração da linha utilizou-se a cor laranja para o CEFIR que está pendente de correção e azul para aqueles que foram validados por não apresentarem inconsistências ou após as correções. Na coluna CEFIR foi dado realce em amarelo aos casos em que foi apresentado o certificado, mas foram detectadas inconsistências que demandariam a declaração de um passivo ambiental e, consequentemente, a assinatura do termo de compromisso. Cada inconsistência relatada pelo órgão ambiental possui uma cor, de forma a que seja vinculada a sua respectiva categoria. Todas as informações constam do Apêndice A do presente estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo conseguiu levantar importantes informações sobre todos os compromissos de ajustamento de conduta firmados, perante a Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, por proprietários e posseiros rurais que tem por objetivo a adequação ambiental de seus imóveis rurais. As datas de assinaturas dos compromissos, número de compromissários e imóveis rurais, o montante das suas áreas totais, de preservação permanente e de reserva legal são alguns dos dados que foram sistematizados.

Os resultados espelham as interpretações conferidas ao Novo Código Florestal e à proteção jurídica específica do Bioma Mata Atlântica. No entanto, salienta-se que o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade e da ação direta de constitucionalidade envolvendo a Lei nº 12.651/12 foi concluído apenas em 28 de fevereiro de 2018. Dos 318 (trezentos e dezoito) imóveis rurais analisados, em apenas 26 (vinte e seis) deles as inscrições no CEFIR foram realizadas em 2018 e 2019 (Tabela 19), mas não se sabe se observaram as conclusões do julgamento do STF, em especial a interpretação conforme à Constituição Federal para considerar o olho d'água intermitente como área de preservação permanente.

Tabela 19 – Ano de inscrição no CEFIR e quantidade de imóveis

Ano	Nº imóveis
2012	0
2013	18
2014	63
2015	91
2016	42
2017	27
2018	21
2019	5
Total	**267***

* 51 imóveis rurais não apresentaram inscrição no CEFIR ou estava incompleta.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, no ano de 2012.

É importante lembrar que os dados inseridos no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais são declaratórios e somente 8 (oito) cadastros dos imóveis objetos deste trabalho foram analisados pelo INEMA, mas nenhum validado (Tabela 20).

Tabela 20 - Quantidade de imóveis conforme o *status* da análise do CEFIR pelo INEMA

Status	**Nº imóveis**
Pendente de validação	261
Pendente de correção	6
Validado	0
Total	**267***

* 51 (cinquenta e um) imóveis rurais não apresentaram inscrição no CEFIR ou estava incompleta.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, no ano de 2012.

O perfil dos imóveis rurais analisados, de acordo com a classificação de pequenos, médios e grandes da Lei nº 8.629/93, é composto na sua grande maioria por pequenas propriedades ou posses rurais, que são as áreas até 4 (quatro) módulos fiscais, que correspondem a 70,44% (setenta vírgula quarenta e quatro por cento) do total. Os imóveis rurais médios, de 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais, equivalem a 25,15% (vinte e cinco vírgula quinze por cento), enquanto que os grandes, que são os acima de 15 (quinze) módulos fiscais, representam 4,4% (quatro vírgula quatro por cento). Não foram levados em consideração os minifúndios, que são os imóveis rurais até 1 (um) módulo fiscal, pois todos até 4 (quatro) módulos fiscais têm o mesmo tratamento perante o Novo Código Florestal (Tabela 21).

Tabela 21 – Quantidade de imóveis rurais de acordo com o tamanho do imóvel rural

Tamanho do imóvel rural	**Quantidade**
Até 4 módulos fiscais	224
De 4 a 15 módulos fiscais	80
Acima de 15 módulos fiscais	14
Total	**318**

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da planilha no programa Excel com os dados dos termos de ajustamento de conduta, firmados pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, no ano de 2012.

Durante o desenvolvimento da presente pesquisa alguns fatos chamaram a atenção e merecem ser expostos, pois suscitam dúvidas em relação às informações extraídas do Cadastro Ambiental Rural, nominado CEFIR no Estado da Bahia. Como já mencionado algumas vezes, há centenas de procedimentos administrativos de acompanhamento de termos de ajustamento de conduta na Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas, que abrangem 1.529 (um mil, quinhentos e vinte e nove) imóveis rurais. Nesse

montante, foram examinados todos os relatórios de fiscalização ambiental do INEMA em decorrência das atividades de validação do CEFIR, em um total de 81 (oitenta e uma) análises.

Os imóveis rurais, cujos cadastros foram verificados pelo INEMA, estão situados em 10 (dez) Municípios diferentes, com uma área total de aproximadamente 19.500 (dezenove mil e quinhentos) hectares. Apenas em 6 (seis) imóveis não houve necessidade de qualquer correção do cadastro, ou seja, em 92,59% (noventa e dois vírgula cinquenta e nove por cento) das análises foram detectadas inconsistências no CEFIR (Tabela 22).

Tabela 22 - Imóveis rurais, Municípios, áreas totais e necessidade de correção do CEFIR

Imóvel Rural	**Município**	**Área total (ha)***	**Correção CEFIR**
Fazenda Rosa Branca	Jucuruçu	78,60	Sim
Fazenda Fortaleza	Itamaraju	77,44	Sim
Fazenda Bela Vista	Prado	127,66	Sim
Fazenda Alamanda	Prado	20,05	Sim
Fazenda Alto da Serra	Itanhém	15	Sim
Fazenda Santo Antônio II	Itanhém	21,83	Sim
Fazenda Santo Antônio	Itanhém	15	Sim
Fazenda Apaloosa	Ibirapuã	104,04	Sim
Fazenda Beija Flor	Itamaraju	36,17	Sim
Fazenda Cachoeira	Itamaraju	381,80	Sim
Fazenda KC	Jucuruçu	98	Sim
Fazendas Corumbau, Pirapora e Pontilhada	Prado	1.096,68	Sim
Rancho Bonanza	Prado	448,54	Sim
Sítio Belo Monte	Jucuruçu	21,52	Sim
Fazenda São Jorge	Caravelas	8,74	Sim
Fazenda Limoeiro	Mucuri	100	Sim
Fazenda Futuro	Mucuri	110,26	Sim
Fazenda Vai Quem Quer	Mucuri	88,60	Sim
Fazenda Muamba	Mucuri	51,72	Sim
Sítio JG	Alcobaça	24	Sim
Fazenda Boa Esperança	Mucuri	45	Sim

Imóvel Rural	Município	Área total (ha)*	Correção CEFIR
Fazenda Bom Jesus	Prado	38	Sim
Fazenda Bonança	Alcobaça	39,09	Sim
Fazenda Pantanal	Mucuri	422,44	Sim
Fazenda Cuiabá	Nova Viçosa	39,99	Sim
Sítio Pedra Grande	Prado	10,11	Sim
Fazenda Vista Alegre	Ibirapuã	96,39	Sim
Fazenda Cachoeira	Nova Viçosa	285,20	Sim
Fazenda Rancho Alegre	Nova Viçosa	110,16	Sim
Fazenda Boa Vista	Itamaraju	168	Não
Fazenda Esperança	Teixeira de Freitas	315,67	Sim
Fazenda Reunidas Jussara Ingahy	Prado	989,61	Não
Fazenda Céu Azul	Nova Viçosa	205,18	Sim
Fazenda Conjunto Grapiúna	Teixeira de Freitas	1.934,72	Sim
Fazenda Santa Clara	Itanhém	16	Sim
Sítio Primavera	Alcobaça	13,79	Sim
Fazenda Estrela do Norte	Alcobaça	38	Sim
Fazenda Andorinha	Mucuri	770,40	Sim
Fazenda Sabiá	Mucuri	77,43	Sim
Fazenda Bondá	Mucuri	51,46	Sim
Fazenda Monte Horeb	Prado	193,60	Sim
Fazenda Monte Horeb II	Prado	235,19	Sim
Fazenda Monte Horeb III	Prado	278,89	Sim
Fazenda Monte Sinai I	Prado	391,17	Sim
Fazenda Monte Sinai II	Prado	300,97	Sim
Fazenda Boa Vista	Mucuri	550,97	Sim
Fazenda Boa Esperança	Caravelas	54,60	Sim
Fazenda Paraíso	Prado	60	Sim
Fazenda Haras Litoral	Mucuri	29,77	Não
Fazenda Esperança	Itamaraju	415,13	Sim

Imóvel Rural	Município	Área total (ha)*	Correção CEFIR
Fazenda Águas Belas	Caravelas	128,36	Sim
Sítio Estrada	Nova Viçosa	81,01	Sim
Fazenda Monte Alto	Itamaraju	372,49	Sim
Fazenda Serra Morena	Teixeira de Freitas	183,71	Sim
Fazenda Boa Sorte	Teixeira de Freitas	40,86	Sim
Fazenda Boa Sorte	Mucuri	114,10	Não
Fazenda Retiro	Mucuri	88,18	Sim
Fazenda Esplanada	Teixeira de Freitas	172,73	Sim
Fazenda Itamineira	Teixeira de Freitas	650,92	Sim
Fazenda Belo Paraíso	Teixeira de Freitas	621,50	Sim
Fazenda Quissaman	Teixeira de Freitas	200,47	Sim
Fazenda Boa Esperança	Teixeira de Freitas	12,50	Sim
Fazenda Fortaleza	Mucuri	726,70	Sim
Fazenda Bom Jesus	Alcobaça	139,82	Sim
Fazenda Refúgio do Profeta	Alcobaça	30	Sim
Fazenda Mineirinha Baianinha	Teixeira de Freitas	1.331	Sim
Fazenda Eldorado (2301)	Mucuri	30	Sim
Fazenda Eldorado (2302)	Mucuri	18	Sim
Fazenda Bom Conselho	Jucuruçu	111,16	Não
Fazenda São João	Nova Viçosa	70,78	Sim
Fazenda Futuro	Mucuri	110,26	Sim
Fazenda Vai Quem Quer	Mucuri	88,60	Sim
Fazenda Limoeiro	Mucuri	100	Sim

Imóvel Rural	Município	Área total (ha)*	Correção CEFIR
Fazenda Pião do Meio	Alcobaça	100,93	Sim
Fazenda Adriana	Alcobaça	48,33	Sim
Fazenda Bello Esperança	Mucuri	21,78	Sim
Fazenda Porto da Cerca	Teixeira de Freitas	74,27	Sim
Fazenda Minerva	Itanhém	400	Sim
Fazenda Conjunto Grapiúna	Teixeira de Freitas	1.934,72	Sim
Fazenda Rio Mucuri	Mucuri	19,28	Sim
Fazenda Campo Verde	Mucuri	374,19	Não
Total 81	**10 ****	**19.499,23**	**75**

* Consideradas as áreas informadas no CEFIR como "registradas em Cartório".
** Resultado do número de Municípios diferentes.
Fonte: Elaborada pelo autor, a partir das informações dos procedimentos administrativos de fiscalização de TAC, em que as análises dos Cadastros Estaduais Florestais de Imóveis Rurais foram realizadas pelo INEMA.

Vale lembrar que o CEFIR apenas realiza a inscrição do imóvel rural por matrícula. Houve fiscalização do INEMA em que as inconsistências foram remetidas separadamente por matrícula, como na Fazenda Eldorado matrículas 2301 e 2302. Nas Fazendas Boa Vista, Retiro, Quissaman, Bom Jesus e Porto da Cerca, a fiscalização tratou das inconsistências de forma geral, sem distinguir pela matrícula. Nesse caso, as áreas declaradas no CEFIR foram somadas. Há também uma fiscalização que acabou por envolver outros imóveis rurais que não foram objetos do TAC, que foi a Fazenda Andorinha, pois houve a compensação da sua reserva legal nas Fazendas Sabiá e Bondá, cujos cadastros mostraram inconsistências e foram incluídos na presente análise.

Dos 75 (setenta e cinco) cadastros com necessidade de correção, em 15 (quinze) deles, ou seja 20% (vinte por cento), nem sequer houve a declaração de que existia passivo ambiental. O art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14 deveria ser aplicado em 29 (vinte e nove) imóveis rurais em que houve desmatamento após 22 de julho de 2008. No entanto, apenas em 4 (quatro) casos tal análise ocorreu, correspondendo a somente 13,79% (treze vírgula setenta e nove por cento) do total. Por fim, em somente 2,46% (dois vírgula quarenta e seis por cento) das análises houve menção à Lei nº 11.428/06, específica para a proteção do Bioma Mata Atlântica (Tabela 23).

Tabela 23 - Imóveis rurais, declaração de passivo ambiental e aplicação do Decreto Estadual nº 15.180/14 e da Lei da Mata Atlântica

Imóvel Rural	Declaração do passivo ambiental*	Aplicação do Decreto Estadual	Aplicação da Lei da Mata Atlântica
Fazenda Rosa Branca	Não	Não	Não
Fazenda Fortaleza	Sim	Não	Não
Fazenda Bela Vista	Sim	Não	Não
Fazenda Alamanda	Sim	Não	Não
Fazenda Alto da Serra	Sim	Sim	Não
Fazenda Santo Antônio II	Sim	Sim	Não
Fazenda Santo Antônio	Sim	Sim	Não
Fazenda Apaloosa	Sim	Não	Não
Fazenda Beija Flor	Sim	Não	Não
Fazenda Cachoeira	Sim	Não	Não
Fazenda KC	Sim	Não	Não
Fazendas Corumbau, Pirapora e Pontilhada	Sim	Não	Não
Rancho Bonanza	Sim	N/A**	Não
Sítio Belo Monte	Sim	Não	Não
Fazenda São Jorge	Sim	Não	Não
Fazenda Limoeiro	Sim	N/A	Não
Fazenda Futuro	Sim	N/A	Não
Fazenda Vai Quem Quer	Sim	N/A	Não
Fazenda Muamba	Sim	N/A	Não
Sítio JG	Sim	N/A	Não
Fazenda Boa Esperança	Sim	N/A	Não
Fazenda Bom Jesus	Não	N/A	Não
Fazenda Bonança	Sim	N/A	Não
Fazenda Pantanal	Sim	N/A	Não
Fazenda Cuiabá	Sim	Não	Não
Sítio Pedra Grande	Sim	Não	Não
Fazenda Vista Alegre	Sim	Não	Não

Imóvel Rural	Declaração do passivo ambiental*	Aplicação do Decreto Estadual	Aplicação da Lei da Mata Atlântica
Fazenda Cachoeira	Sim	N/A	Não
Fazenda Rancho Alegre	Sim	N/A	Não
Fazenda Boa Vista	N/A***	N/A	Não
Fazenda Esperança	Sim	Não	Não
Fazenda Reunidas Jussara Ingahy	N/A	N/A	Não
Fazenda Céu Azul	Sim	N/A	Não
Fazenda Conjunto Grapiúna	Sim	N/A	Não
Fazenda Santa Clara	Não	N/A	Não
Sítio Primavera	Sim	N/A	Sim
Fazenda Estrela do Norte	Sim	N/A	Sim
Fazenda Andorinha	Sim	N/A	Não
Fazenda Sabiá	N/A	N/A	Não
Fazenda Bondá	N/A	N/A	Não
Fazenda Monte Horeb	Não	Não	Não
Fazenda Monte Horeb II	Não	Não	Não
Fazenda Monte Horeb III	Não	Não	Não
Fazenda Monte Sinai I	Não	Não	Não
Fazenda Monte Sinai II	Não	Não	Não
Fazenda Boa Vista	Sim	N/A	Não
Fazenda Boa Esperança	Sim	N/A	Não
Fazenda Paraíso	Não	N/A	Não
Fazenda Haras Litoral	N/A	N/A	Não
Fazenda Esperança	Sim	N/A	Não
Fazenda Águas Belas	Não	N/A	Não
Sítio Estrada	Sim	Não	Não
Fazenda Monte Alto	Sim	Não	Não
Fazenda Serra Morena	Sim	N/A	Não
Fazenda Boa Sorte	Sim	N/A	Não
Fazenda Boa Sorte	Sim	N/A	Não

Imóvel Rural	Declaração do passivo ambiental*	Aplicação do Decreto Estadual	Aplicação da Lei da Mata Atlântica
Fazenda Retiro	Sim	N/A	Não
Fazenda Esplanada	Sim	N/A	Não
Fazenda Itamineira	Sim	N/A	Não
Fazenda Belo Paraíso	Sim	N/A	Não
Fazenda Quissaman	Sim	N/A	Não
Fazenda Boa Esperança	N/A	N/A	Não
Fazenda Fortaleza	Sim	N/A	Não
Fazenda Bom Jesus	Não	Sim	Não
Fazenda Refúgio do Profeta	Sim	Não	Não
Fazenda Mineirinha Baianinha	Sim	N/A	Não
Fazenda Eldorado (2301)	Sim	N/A	Não
Fazenda Eldorado (2302)	Sim	N/A	Não
Fazenda Bom Conselho	Sim	Não	Não
Fazenda São João	Não	N/A	Não
Fazenda Futuro	Sim	N/A	Não
Fazenda Vai Quem Quer	Sim	N/A	Não
Fazenda Limoeiro	Não	N/A	Não
Fazenda Pião do Meio	Sim	N/A	Não
Fazenda Adriana	Sim	N/A	Não
Fazenda Bello Esperança	Não	N/A	Não
Fazenda Porto da Cerca	Não	Não	Não
Fazenda Minerva	Sim	N/A	Não
Fazenda Conjunto Grapiúna	Sim	N/A	Não
Fazenda Rio Mucuri	Sim	N/A	Não
Fazenda Campo Verde	Sim	N/A	Não
Total 81	**60**	**4**	**2**

* Referente às condições da APP e RL, que deveriam ser parcialmente degradadas ou degradadas e foram declaradas preservadas. Nota-se a possibilidade de outras situações, como intervenção não declarada e irregular em recurso hídrico, que também ensejaria o TC.

** Não se aplica (N/A) as disposições do art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14, pois não houve desmatamento irregular após 22 de julho de 2008.

*** Não se aplica, pois não há passivo a ser declarado. Podem ocorrer casos em que há necessidade de correção do CEFIR por algum motivo, como nas Fazendas Sabiá e Bondá para correção dos polígonos ou delimitação de APP, ou na Fazenda Quissaman para obter comprovação da restauração da APP para cômputo na RL, sem que necessariamente tais fatos constituam passivo ambiental.
Fonte: Elaborada pelo autor, a partir das informações dos procedimentos administrativos de fiscalização de TAC, em que as análises dos Cadastros Estaduais Florestais de Imóveis Rurais foram realizadas pelo INEMA.

Levando em consideração a classificação das inconsistências, a necessidade de correção das áreas de preservação permanente é a que se mostrou mais presente, com 53 (cinquenta e três) descrições, que correspondem a 20,22% (vinte vírgula vinte e dois por cento) dos casos. As correções em reservas legais representam 17,17% (dezessete vírgula dezessete por cento) das inconsistências, seguida dos erros de classificação da vegetação em áreas de preservação permanente e de reserva legal, com 12,97% (doze vírgula noventa e sete por cento) do total (Tabela 24).

Tabela 24 - Inconsistências dos Cadastros Estaduais Florestais de Imóveis Rurais.

Inconsistência	Quantidade	%
Vegetação nativa (excedente)	14	5,34
Erro na classificação da vegetação de APP e RL	34	12,97
Recursos hídricos	28	10,68
Falta de PRADA	20	7,63
Uso de agrotóxico não declarado	18	6,87
Erro quanto à área desmatada	11	4,19
Correção da reserva legal	45	17,17
Correção da área de preservação permanente	53	20,22
Falta de declaração do TAC com o MPBA	18	6,87
Correção do mapa do imóvel ou seus polígonos	18	6,87
Correções em atenção do art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14	3	1,14
Total	**262**	**100**

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir das informações dos procedimentos administrativos de fiscalização de TAC, em que as análises dos Cadastros Estaduais Florestais de Imóveis Rurais foram realizadas pelo INEMA.

Os resultados não permitem generalizações, mas levantam preocupações quanto à análise dos dados obtidos a partir do CAR, presente em vários estudos (GUIDOTTI et al. 2017; MIRANDA, 2017; MIRANDA, 2017a; MIRANDA et al., 2017). Alguns problemas relacionados ao CAR já foram detectados, como a falta de comprometimento dos

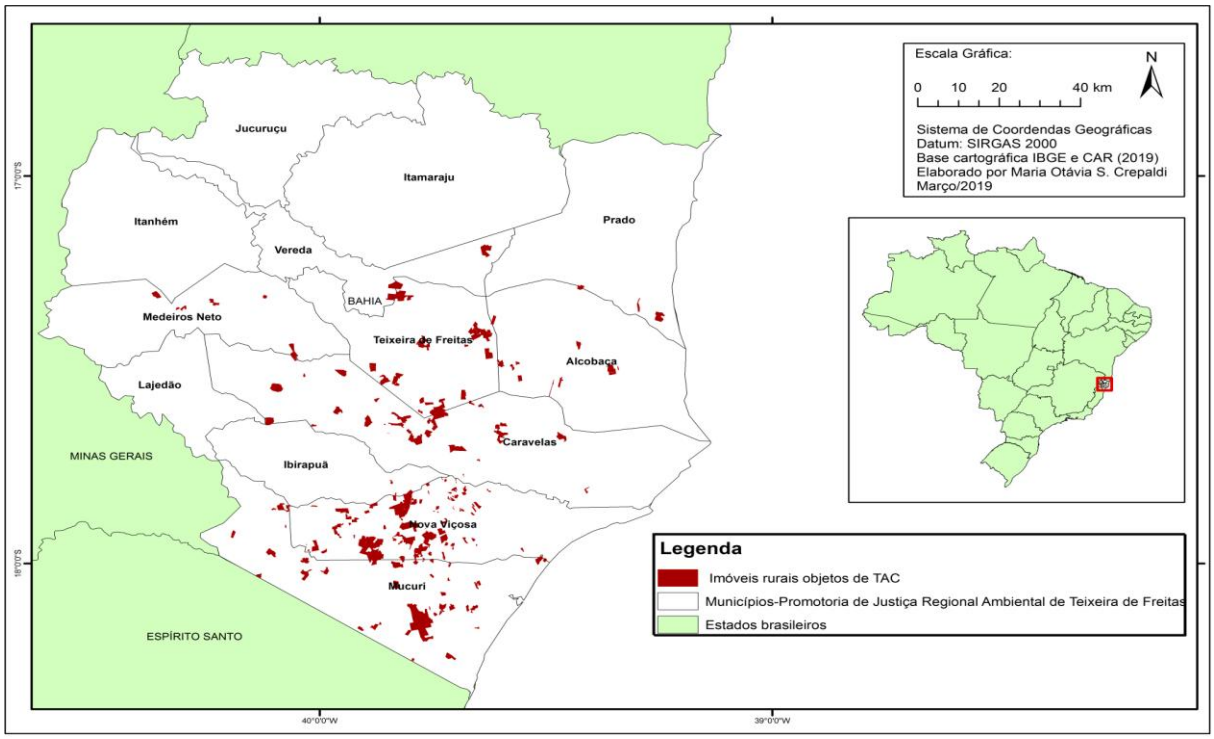
responsáveis pelos imóveis rurais para a sua regularização ambiental (AZEVEDO et al., 2017, 7653) e na identificação de produtores rurais em áreas embargadas (GIBBS et al., 2015, p. 377).

No entanto, as análises demonstram um problema mais grave. Como realizar um planejamento de restauração de áreas ambientalmente protegidas se estas foram omitidas, sua vegetação erroneamente classificada ou se sua área foi declarada a menor? De que forma orientar os produtores rurais quanto à utilização dos recursos hídricos se as suas existências ou intervenções foram omitidas?

Não obstante o reconhecimento da importância do Cadastro Ambiental Rural, em especial para o cumprimento do Novo Código Florestal (JUNG et al., 2017, p. 55), muito há de ser feito para que ele atinja os seus objetivos. O que era para ser um mecanismo transparente para avaliar o cumprimento da Lei nº 12.651/12 (GIBBS et al., 2015, p. 377), por ora, a realidade que se descortina é de que suas informações devem ser analisadas com total desconfiança.

No tocante ao objetivo central do presente estudo, foi possível realizar uma análise comparativa da situação da cobertura florestal das áreas de preservação permanente e de reserva legal de 318 (trezentos e dezoito) imóveis rurais (Figura 50), com imagens de satélite com datas próximas à assinatura dos termos de ajustamento de conduta no ano de 2012 com as mais recentes disponíveis (Apêndices B e E).

Figura 50 – Localização dos imóveis rurais analisados



Fonte: Elaborada por Maria Otávia S. Crepaldi, 2019.

Houve a constatação da manutenção da situação das áreas ambientalmente protegidas em 128 (cento e vinte e oito) imóveis rurais, equivalente a 40,25% (quarenta vírgula vinte e cinco por cento) do total. Houve aumento da cobertura florestal em 75 (setenta e cinco) casos, o que corresponde a 23,58% (vinte e três vírgula cinquenta e oito por cento) de todos os imóveis do estudo. Ocorreram 14 (quatorze) diminuições da cobertura florestal, sendo 4,4% (quatro vírgula quatro por cento) do montante de propriedades e posses rurais. E, por fim, foram 101 (cento e um) imóveis rurais em que não foi possível a análise, equivalente a 31,76% (trinta e um vírgula setenta e seis por cento), cf. Tabela 25.

Tabela 25 - Resultado das análises comparativas das situações das áreas de preservação permanente e de reserva legal

	Imóvel	**Diminuição**	**Manutenção**	**Aumento**	**Prejudicado**
Total	318	14	128	75	101

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos resultados expostos nas análises constantes dos Apêndices B e E.

Do universo das 217 (duzentas e dezessete) análises realizadas, excluídas portanto aquelas que por alguma razão restaram prejudicadas, temos que a situação de manutenção corresponde a 58,98% (cinquenta e oito vírgula noventa e oito por cento) desse total, o aumento a 34,56% (trinta e quatro vírgula cinquenta e seis por cento) e a diminuição equivale a 6,45% (seis vírgula quarenta e cinco por cento).

A prejudicialidade das análises, que não pode ser atribuída à metodologia proposta neste estudo, decorre de diferentes fatores. O maior deles é a inexistência de imagens adequadas em 50,49% (cinquenta vírgula quarenta e nove por cento) dos casos, seguido da não localização do CEFIR do imóvel rural, com um percentual de 38,61% (trinta e oito vírgula sessenta e um por cento). O CEFIR incompleto corresponde a 5,94% (cinco vírgula noventa e quatro por cento) e erro que não permite a utilização dos arquivos vetoriais a 4,95% (quatro vírgula noventa e cinco por cento). Com exceção da primeira hipótese, que se refere às imagens inadequadas e demanda uma fiscalização *in loco* do órgão ambiental, as demais são passíveis de serem sanadas pelo próprio compromissário do TAC mediante uma simples notificação do Ministério Público.

Os números acima descritos apontam uma variação entre 23,58% (vinte e três vírgula cinquenta e oito por cento) e 34,56% (trinta e quatro vírgula cinquenta e seis por cento) de melhora nas condições florestais das áreas de reserva legal e de preservação permanente. Não se pode afirmar que apenas a assinatura do termo de ajustamento de conduta promoveu a

recuperação de tais áreas ambientalmente protegidas. Podem também ser apontados como motivos para o cumprimento do Novo Código Florestal, a ciência das obrigações legais, receio de uma fiscalização ambiental, necessidades do próprio imóvel ou um senso de preservação do meio ambiente.

Conforme já tratado no presente trabalho, as áreas de preservação permanente e de reserva legal podem ser classificadas pelos seus responsáveis como preservadas, parcialmente preservadas e degradadas. Diante do grande número de manutenções das suas situações detectadas nas análises, é importante que sejam diferenciadas as hipóteses em que a falta de mudança ocorreu pelo simples fato de que a área era e permaneceu preservada. Assim, da avaliação da situação da vegetação declarada da APP e da RL dos 128 (cento e vinte e oito) imóveis rurais, foi possível estabelecer que em 16 (dezesseis) casos, o que equivale a 12,5% (doze vírgula cinco por cento), apenas houve uma manutenção da preservação. O restante, correspondente a 87,5% (oitenta e sete vírgula cinco por cento), são situações de áreas parcialmente degradadas ou degradadas, incluindo aquelas erroneamente classificadas como preservadas, cuja situação não se alterou nas imagens utilizadas para as análises (Tabela 26).

Tabela 26 - Resultado das situações das áreas de preservação permanente e de reserva legal, cujos resultados das análises apontaram as suas manutenções

Nº análise	APP	RL
003	PD	P*
004	PD	PD
005	PD	P
015	PD	PD
016	PD	PD
018	P	P
020	PD	P*
021	PD	P*
022	PD	PD/D
032	-	P
033	-	P*
034	P*	P*
035	P*	P*
036	PD	PD
037	P*	PD
038	PD	PD

Nº análise	APP	RL
041	PD	P*
045	P*	PD
046	P*	PD
049	P	P
051	P	P
053	PD	PD
054	PD	PD
056	-	P
059	P	P
061	PD	PD
062	P*	P
063	PD	PD
064	P*	P*
065	P	P*
067	PD	PD
069	-	P*
071	P	-
072	P	PD
073	PD	PD
078	PD	-
081	PD	PD
082	PD	PD
085	P	PD
086	PD	-
088	PD	-
089	PD	PD
095	PD	P
096	PD	P*
099	PD	PD
100	PD	PD
102	PD	P
104	P	P

Nº análise	APP	RL
105	PD	P
113	PD	PD
114	PD	PD
116	P	P*
117	P*	P*
121	PD	PD
122	PD	P
123	PD	PD
132	P*	P*
133	P	P
136	PD	P
138	PD	PD
139	P*	P*
140	P	P*
144	P*	PD
145	PD	PD
148	PD	P
149	PD	P*
151	PD	PD
152	P	P
159	P*	P
161	PD	PD
162	PD	P*
171	P	P*
172	P	P*
173	PD	P
174	PD	-
175	PD	P*
179	D	D
185	P	P
189	P	P
191	PD	P

Nº análise	APP	RL
192	PD	PD
193	PD	PD
198	PD	P*
199	PD	P*
201	P*	P*
207	PD	P*
211	PD	P
214	P*	P*
215	P*	P*
216	P*	P*
220	PD	P*
222	PD	PD
224	PD	P
225	-	D
226	PD	PD
229	PD	PD
230	PD	PD
232	P	PD
233	P	P*
234	PD	PD
242	P	P*
246	PD	PD
247	PD	P
251	P*	P*
252	PD	PD
253	-	P*
254	-	P*
259	PD	PD
263	P*	P*
264	P	P
265	P	P*
269	PD	-

Nº análise	APP	RL
270	P*	P*
271	PD	P
272	P	P
288	PD	-
295	P	P
298	PD	P
299	P*	P*
302	PD	PD
304	PD	PD
305	-	P*
306	PD	P*
308	PD	PD
309	PD	PD
310	PD	PD
313	P*	P*
316	P	P

Legenda: P (preservada); PD (parcialmente degradada); D (degradada); P* (preservada, mas as análises indicaram que estão parcialmente degradadas ou degradadas).
Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos resultados expostos nas análises constantes do Apêndice E.

Assim, mostra-se preocupante o fato de que 112 (cento e doze) imóveis rurais não mostraram qualquer avanço quanto à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Somando-se as 14 (quatorze) análises em que foram constatados decrementos da cobertura florestal, tem-se o montante de 126 (cento e vinte e seis) imóveis rurais, correspondendo a 39,62% (trinta e nove vírgula sessenta e dois por cento) do total dos 318 (trezentos e dezoito) imóveis rurais objetos da pesquisa que regrediram ou estagnaram quanto às suas adequações ambientais. O percentual é elevado se forem consideradas apenas as 217 (duzentas e dezessete) análises efetivamente realizadas, chegando ao patamar de 58,06% (cinquenta e oito vírgula zero seis) do seu total.

É imperativo que órgãos públicos desenvolvam mecanismos para avaliar a sua forma de atuação, em conformidade com o princípio da eficiência insculpido no art. 37, inc. XX, da Constituição Federal. Eficiência pode ser entendida como o dever de melhor atender ao interesse público, com o menor custo (NOBRE JÚNIOR, 2005, p. 220). O Ministério Público, como instituição pública, não pode se eximir de mesma atitude.

Quanto às informações de degradação ambiental que chegam ao conhecimento do *Parquet*, a experiência aponta que a grande maioria das representações são resolvidas pelo Ministério Público por meio de compromissos de ajustamento de conduta (CAPPELLI, 2011, p. 78). No entanto, é preciso avançar a fim de se criar uma rotina administrativa de acompanhamento do cumprimento do TAC, e é justamente isso que propõe o presente estudo no tocante à adequação ambiental de imóveis rurais.

Repise-se que, mesmo com o progresso da ciência, há dificuldade em se avaliar a restauração de ecossistemas e os desafios para o monitoramento começam na escolha de bons indicadores ecológicos (DURIGAN; SUGANUMA; MELO, 2016, p. 464). Mesmo diante da complexidade do tema, podem ser apontados os seguintes indicadores: riqueza de espécies arbustivas e arbóreas, existência de grupos funcionais, biomassa, quantidade de serrapilheira, presença de outras formas de vida, cobertura do solo pela copa das árvores, altura do dossel e densidade de plântulas no sub-bosque (BRANCALION; GANDOLFI; RODRIGUES, 2015, p. 295).

Diante da evidente limitação técnica de membros e servidores do Ministério Público, o incremento da cobertura florestal foi escolhido para avaliar o processo de recomposição, lembrando que a fisionomia florestal é um indicador utilizado pelos órgãos fiscalizadores e pelas entidades certificadoras (RODRIGUES, BRANCALION, ISERNHAGEN, 2009, p. 133).

Alguns fatos chamaram muito a atenção a partir das análises realizadas. O primeiro refere-se ao passivo não declarado, pois 96 (noventa e seis) dos 318 (trezentos e dezoito) imóveis rurais analisados, equivalente a 30,18% (trinta vírgula dezoito por cento), declararam áreas de preservação permanente e de reserva legal preservadas, mas as imagens mais recentes mostram possíveis áreas degradadas ou parcialmente degradadas (Tabela 27).

Considerando apenas as análises levadas a efeito, já que em 101 (cento e um) imóveis rurais elas restaram prejudicadas, 44,23% (quarenta e quatro vírgula vinte e três por cento) do total apresentaram tal inconsistência. Referida porcentagem condiz com as conclusões apresentadas no início desse tópico que se referem às análises já realizadas pelo INEMA quanto à validação do CEFIR e a constatação de centenas de inconsistências, o que agrava a falta de confiabilidade do CAR, não apenas para estudos científicos mas para que possa constituir um instrumento confiável de planejamento ambiental.

O segundo fato relaciona-se às condições das vegetações que compõem a reserva legal dos imóveis rurais até 4 (quatro) módulos fiscais. No tópico próprio, foi exposto o entendimento de que para serem beneficiados com o percentual menor que 20% (vinte por

cento) de área de reserva legal, deviam existir em 22 de julho de 2008 e permanecer até os dias atuais, remanescentes florestais, entendidos como vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração. Assim, a presença de áreas degradadas ou parcialmente degradadas em tais imóveis denotam a inobservância do disposto no art. 67, da Lei nº 12.651/12.

São extraídos dos resultados que os responsáveis por 57 (cinquenta e sete) imóveis rurais até 4 (quatro) módulos fiscais consideraram erroneamente áreas degradadas ou parcialmente degradadas como integrantes das suas reservas legais, em um índice menor que 20% (vinte por cento) da área total da propriedade ou posse rural (Tabela 27). Considerando os 318 (trezentos e dezoito) imóveis rurais analisados, o percentual de erro é de 17,92% (dezessete vírgula noventa e dois por cento). Sem os imóveis cujas análises foram prejudicadas, o montante é de 26,26% (vinte e seis vírgula vinte e seis por cento).

Tabela 27 - Resultado das inconsistências constatadas no CEFIR relacionadas à declaração da situação da APP e RL e se esta poderia constituir a RL de imóveis rurais até 4 (quatro) módulos fiscais

Análise nº	**APP e/ou RL parcialmente degradadas/degradadas, mas declaradas preservadas**	**Imóvel até 4 MF´s que não poderia ter RL parcialmente degradada/degradada**
002	X	X
003	X	X
004	-	X
008	X	-
009	X	-
010	X	X
020	X	X
021	X	X
023	X	X
033	X	-
034	X	-
035	X	-
037	X	X
041	X	X
045	X	-
046	X	-
048	X	-

Análise nº	APP e/ou RL parcialmente degradadas/degradadas, mas declaradas preservadas	Imóvel até 4 MF´s que não poderia ter RL parcialmente degradada/degradada
050	X	-
052	X	-
057	X	X
058	X	-
060	X	-
062	X	-
064	X	X
065	X	-
066	X	X
067	X	X
069	X	X
096	X	X
098	X	X
110	X	-
115	X	X
116	X	X
117	X	X
120	X	-
127	X	X
128	X	X
132	X	X
134	X	X
135	X	-
139	X	X
140	X	-
143	X	-
144	X	-
146	X	-
147	X	X
149	X	X

Análise nº	APP e/ou RL parcialmente degradadas/degradadas, mas declaradas preservadas	Imóvel até 4 MF´s que não poderia ter RL parcialmente degradada/degradada
150	X	-
156	X	X
158	X	X
159	X	-
162	X	X
164	X	X
169	X	X
170	X	X
171	X	X
172	X	-
175	X	-
194	X	X
197	X	-
198	X	X
199	X	X
200	X	X
201	X	X
204	X	-
207	X	X
209	X	X
214	X	X
215	X	X
216	X	X
218	X	-
219	X	X
220	X	X
232	X	-
233	X	-
237	X	
242	X	-

Análise nº	APP e/ou RL parcialmente degradadas/degradadas, mas declaradas preservadas	Imóvel até 4 MF´s que não poderia ter RL parcialmente degradada/degradada
250	X	X
251	X	-
253	X	-
254	X	-
256	X	X
257	X	-
263	X	X
265	X	-
270	X	X
279	X	X
289	X	-
290	X	X
294	X	X
298	X	-
299	X	X
300	X	-
305	X	X
306	X	X
311	X	X
313	X	X
TOTAL	**96**	**57**

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos resultados expostos nas análises constantes do Apêndice E.

Ainda dentro das 318 (trezentos e dezoito) análises, foi possível obter outra informação muito importante, que é a extrapolação do período de 20 (vinte) anos, a contar da publicação da Lei nº 12.651/12, para a recomposição das áreas rurais consolidadas em áreas de preservação pemanente e de reserva legal, sendo o período da APP determinada pela legislação estadual.

Foram contabilizados 179 (cento e setenta e nove) termos de compromisso e, em 113 (cento e treze) deles, isto é, 63,12% (sessenta e três vírgula doze por cento), houve extrapolação do período de 20 (vinte) anos, contado do ano de 2012. Em 57 (cinquenta e sete)

cronogramas, o que representa 31,84% (trinta e um vírgula oitenta e quatro por cento), respeitou-se o prazo máximo do ano de 2032. Dos 113 (cento e treze) cronogramas em que foi previsto um prazo além de 2032, em 49 (quarenta e nove) deles, isto é, 43,36% (quarenta e três vírgula trinta e seis por cento), o seu início coincidiu com a data de inscrição do imóvel rural no CEFIR (Tabela 28).

Ressalta-se que em 9 (nove) casos não foi possível avaliar o cronograma do termo de compromisso, pois em 6 (seis) deles não havia nenhum prazo, pois as áreas foram declaradas preservadas, mas havia alguma outra irregularidade ambiental a ser sanada. Em um deles, apesar de constar uma área parcialmente degradada, não foi estabelecido o cronograma e, dois termos de compromisso estavam com pendências, de forma que não foi possível visualizá-los.

Tabela 28 - Análise dos termos de compromisso e respectivos cronogramas de recuperação de APP e/ou RL e o eventual prazo de 20 (vinte) anos da inscrição do imóvel rural no CEFIR

Análise nº	**Cronograma de recuperação de APP e/ou RL que ultrapassa o ano de 2032**	**Cronograma de recuperação de APP e/ou RL com prazo de 20 (vinte) anos da inscrição do imóvel rural no CEFIR**
003	sim	não
004	não	-
005	p/c*	-
008	sim	não
009	sim	sim
010	sim	sim
012	sim	sim
015	sim	sim
016	sim	sim
019	não	-
020	sim	sim
021	sim	sim
022	sim	sim
023	não	-
024	sim	não
025	sim	não
026	sim	não
027	sim	não

Análise nº	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL que ultrapassa o ano de 2032	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL com prazo de 20 (vinte) anos da inscrição do imóvel rural no CEFIR
029	não	-
031	não	-
036	sim	não
037	sim	sim
038	não	-
040	sim	sim
041	não	-
042	sim	não
043	não	-
044	não	-
045	sim	não
046	sim	não
047	não	-
048	sim	não
050	a/p**	-
053	não	-
054	não	-
059	a/p	
061	não	-
063	sim	sim
066	sim	não
067	sim	sim
068	sim	sim
071	não	-
072	não	-
073	não	-
075	sim	sim
076	não	-
081	não	-

Análise nº	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL que ultrapassa o ano de 2032	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL com prazo de 20 (vinte) anos da inscrição do imóvel rural no CEFIR
082	sim	não
083	sim	não
085	não	-
086	sim	sim
087	não	-
088	sim	sim
089	sim	sim
090	sim	sim
095	não	-
096	sim	sim
099	não	-
100	sim	sim
101	sim	sim
102	não	-
105	não	-
107	sim	sim
109	sim	sim
110	não	-
111	não	-
112	sim	não
113	sim	não
114	sim	não
115	a/p	-
118	não	-
119	sim	não
121	sim	não
122	sim	sim
123	sim	não
127	sim	sim

Análise nº	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL que ultrapassa o ano de 2032	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL com prazo de 20 (vinte) anos da inscrição do imóvel rural no CEFIR
128	sim	não
130	não	-
135	sim	não
136	sim	não
137	sim	não
138	sim	não
143	sim	não
144	sim	não
145	sim	não
147	não	-
148	não	-
150	não	-
153	sim	não
154	sim	não
160	sim	não
161	sim	sim
162	não	-
166	sim	não
167	sim	não
169	sim	sim
170	sim	não
173	não	
174	não	-
175	não	-
176	não	-
177	não	-
178	não	-
179	sim	não
185	a/p	-

Análise nº	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL que ultrapassa o ano de 2032	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL com prazo de 20 (vinte) anos da inscrição do imóvel rural no CEFIR
190	sim	sim
191	sim	sim
192	sim	sim
193	sim	sim
197	sim	sim
198	não	-
199	não	-
202	sim	sim
207	sim	não
208	sim	não
209	sim	sim
210	sim	sim
211	sim	sim
212	não	-
213	não	-
214	não	-
218	sim	não
220	sim	sim
221	sim	sim
222	sim	não
224	sim	não
225	sim	sim
226	sim	sim
228	sim	não
229	sim	sim
230	sim	não
231	sim	não
232	sim	sim
234	sim	não

Análise nº	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL que ultrapassa o ano de 2032	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL com prazo de 20 (vinte) anos da inscrição do imóvel rural no CEFIR
235	sim	não
236	sim	não
241	sim	não
246	sim	não
247	sim	não
248	p/c	
251	a/p	-
252	não	-
257	sim	não
259	sim	não
261	não	-
262	sim	sim
266	sim	sim
267	sim	não
268	sim	não
269	sim	não
270	sim	sim
274	sim	não
275	sim	não
279	sim	não
280	sim	não
282	sim	não
283	sim	sim
284	sim	sim
285	sim	não
286	sim	sim
287	sim	não
288	não	-
289	sim	não

Análise nº	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL que ultrapassa o ano de 2032	Cronograma de recuperação de APP e/ou RL com prazo de 20 (vinte) anos da inscrição do imóvel rural no CEFIR
291	nao	-
294	sim	não
296	sim	sim
297	sim	não
298	s/c	-
301	não	-
302	não	-
303	não	-
304	não	-
306	não	-
307	não	-
308	não	-
309	não	-
310	não	-
315	não	-
317	a/p	

* p/c (pendência no cadastro).
** a/p (área preservada).
*** s/c (sem cronograma).
Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos resultados expostos nas análises constantes do Apêndice E e da análise dos termos de compromissos dos imóveis rurais perante o CEFIR.

Por fim, ao se percorrer os passos necessários para análise dos imóveis rurais, desde a obtenção das informações do CEFIR até a comparação da situação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, foi possível observar a possibilidade do desenvolvimento de um fluxograma de atuação diante do que foi verificado, sistematizado no Apêndice D.

Assim, para agilidade da fiscalização do termo de ajustamento de conduta, cujo objeto seja a adequação ambiental do imóvel rural, pode o membro do Ministério Público adotar as seguintes providências diante de determinadas constatações:

1. Notificação do compromissário: 1.1. Falta de inscrição do imóvel no CEFIR (nenhum registro encontrado para o CPF/CNPJ ou pelo nome; registro encontrado, mas

nenhum imóvel rural inscrito); 1.2. Inscrição incompleta; 1.3. Deslocamento e/ou erro dos arquivos vetoriais; 1.4. Constatada a presença de áreas parcialmente degradadas ou degradadas, mas foram declaradas preservadas. 1.5. Desmatamento fora de APP e RL não declarado; 1.6. Prazo depois de 2032 para a recomposição da reserva legal; 1.7. Falta de remanescentes nas pequenas propriedades ou posses rurais para constituir a reserva legal.

2. Solicitação de fiscalização ao órgão ambiental: 2.1. Falta de imagens de satélite para o acompanhamento do monitoramento; 2.2. Impossibilidade de utilização das imagens de satélite como, por exemplo, com nuvens; 2.3. Diminuição da cobertura florestal.

3. Continuidade do monitoramento: não havendo necessidade de notificação do compromissário ou de solicitação de fiscalização ao órgão ambiental, haverá a continuidade do monitoramento em periodicidade decidida pelo Promotor de Justiça.

Como o fluxograma ora sugerido considerou possíveis hipóteses de atuação frente a diversas situações relacionadas aos termos de ajustamento de conduta, uma delas se refere ao compromisso firmado pelo responsável por um desmatamento ilegal fora das áreas de preservação permanente e de reserva legal (item 1.5). Diante da obrigação de restauração no próprio local da supressão, caso esse fato não tenha sido declarado no CEFIR, o compromissário deve ser notificado para a correção do cadastro. Essa situação específica não é relacionada aos imóveis objetos do estudo, mas foi decidido por mantê-la como exemplo para possíveis utilizações em futuros estudos.

Ressalta-se a possibilidade de serem constatadas hipóteses que motivariam, ao mesmo tempo, a notificação do compromissário e a solicitação de fiscalização ao órgão ambiental. Como diante do acionamento do INEMA o compromissário sofrerá uma fiscalização, descipienda a sua notificação. É importante, porém, que o órgão ambiental seja informado de todas as inconsistências observadas,

Os resultados mostram (Apêndice C) que, em 204 (duzentas e quatro) análises que correspondem a 64,15% (sessenta e quatro vírgula quinze por cento) do total, é possível notificar o compromissário para a solução de pendências no CEFIR. Em 64 (sessenta e quatro) casos, o que equivale a 20,12% (vinte vírgula doze por cento), deve haver uma fiscalização do órgão ambiental estadual. Por fim, em 50 (cinquenta) análises, apontou-se apenas a necessidade da continuidade do monitoramento, o que correponde a 15,72% (quinze vírgula setenta e dois por cento) do total (Tabela 29).

Tabela 29 - Providências a partir da análise da regularização ambiental dos imóveis rurais

	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
Total	318	204	64	50

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir dos resultados expostos nas análises constantes dos Apêndices C e E.

5 CONCLUSÕES

Muito há de ser feito para a mudança da realidade do cumprimento do Novo Código Florestal no tocante à adequação ambiental dos imóveis rurais para a recomposição das suas áreas de preservação permanente e de reserva legal. Considerando apenas as análises realizadas, os resultados demonstram que mais da metade das propriedades e posses rurais (58,98%) mantiveram as suas situações referentes às áreas ambientalmente protegidas.

As áreas degradadas e parcialmente degradadas continuam a existir nos imóveis rurais, mesmo depois da assinatura de termos de ajustamento de conduta com o Ministério Público. Ainda que mais de um terço (34,56%) das análises tenha mostrado um incremento da cobertura florestal e mesmo que as recomposições estejam dentro do prazo previsto na legislação, a grande quantidade de manutenções das situações das áreas de preservação permanente e de reserva legal pode indicar que outras ações precisam ser adotadas, para além dos termos de ajustamento de conduta, para a correta adequação ambiental de imóveis rurais.

A demora no julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, das ações diretas de inconstitucionalidalidade e da ação direta de constitucionalidade envolvendo dispositivos do Novo Código Florestal, pode ter causado uma insegurança jurídica e afetado as ações de adequação ambiental.

Ainda assim, o termo de ajustamento de conduta, por si só, não é um instrumento suficiente para o cumprimento da Lei nº 12.651/12. Constatou-se nessa pesquisa, que o Ministério Público precisa repensar a sua forma de atuação para que, juntamente com os compromissos assumidos pelos proprietários e posseiros rurais, outras medidas venham a reboque para auxiliar a sanear o passivo ambiental dos imóveis rurais. A articulação para uma conjunção de esforços com órgãos públicos, entidades do terceiro setor e empresas privadas, como o desenvolvimento do Programa *Arboretum*, é um caminho a ser seguido.

Mesmo tendo em mente o prazo de 20 (vinte) anos, previsto para a recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal, o alto percentual de manutenção da situação destas áreas sugere que correções são necessárias nas ações de restauração em curso. Medidas como semeadura direta ou plantio de mudas podem ser recomendadas a fim de que se consiga um resultado minimamente satisfatório, em termos ecológicos, ao final do cronograma de recomposição.

Os cronogramas analisados, inclusive, demandam um olhar cuidadoso sobre o entendimento esposado no presente trabalho sobre o início do prazo de recomposição a partir da publicação da Lei nº 12.651/12. Há indícios suficientes para concluir pelo equivocado entendimento de que os cronogramas de recomposição das áreas de preservação permanente e

de reserva legal estejam sendo iniciados apenas com a inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural, uma vez que nas análises realizadas neste trabalho, em 43,36% (quarenta e três vírgula trinta e seis) dos que extrapolaram o prazo final de recomposição em 2032, o seu início coincidiu com a data da inscrição do imóvel rural no CEFIR. As gestões federal e estadual do SICAR devem se atentar para que os sistemas não permitam prazos superiores ao ano de 2032. Os Programas de Regularização Ambiental também têm um importante papel para a regulamentação específica do assunto.

O mesmo pode ser mencionado sobre o cumprimento do art. 67 da Lei nº 12.651/12. São muitos os casos em que faltam remanescentes florestais, entendidos como vegetação primária ou secundária em estágio avançado de renegeração, para compor a reserva legal das propriedades e posses rurais até 4 (quatro) módulos fiscais. Um aviso específico sobre o assunto poderia ser incluído no manual ou na própria página do Cadastro Ambiental Rural. Assim, além da assertiva dos responsáveis pelos imóveis rurais quanto às declarações prestadas, poderia haver um enorme ganho com mais áreas de 20% (vinte por cento) dos imóveis rurais em questão com vegetação nativa a título de reserva legal.

O perfil de grande parte dos imóveis rurais analisados, que consistem em pequenas propriedades e imóveis rurais (até 4 módulos fiscais), denotam o necessário engajamento do Poder Público para o devido auxílio técnico-jurídico para a correta inscrição do imóvel rural no CAR e para o acompanhamento da recomposição das áreas ambientalmente protegidas nos exatos termos da Lei nº 12.651/12. Também seria importante um estudo mais aprofundado sobre as maiores propriedades, por se vislumbrar que a recuperação do seu passivo ambiental pode ter um efeito muito positivo ao ecossistema regional, em razão da extensão de suas áreas.

As inconsistências apontadas no presente trabalho confirmam o grande despreparo ou falta de orientação daqueles que realizam a inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural. Além do que foi apontado nas análises das 318 (trezentas e dezoito) propriedades e posses rurais, somam-se as avaliações pelo órgão ambiental estadual, ou seja, com caráter oficial, no tocante as 81 (oitenta e uma) análises realizadas para validação dos Cadastros Estaduais Florestais de Imóveis Rurais.

São colocadas em xeque as finalidades desse importante instrumento de gestão ambiental para a proteção do meio rural, que é o Cadastro Ambiental Rural. As prorrogações do término do prazo da inscrição dos imóveis rurais no CAR serviram apenas para alavancar números de propriedades ou posses rurais que passaram a integrar o SICAR.

Em nenhum momento houve a preocupação com a qualidade das informações inseridas no cadastro. Por outro lado, os proprietários e posseiros rurais, diretamente ou por meio de consultores, passaram a inserir informações no CAR com o único intuito de "cumprir mais uma obrigação da lei". O que deveria ser uma identidade fidedigna ambiental dos imóveis rurais mostra-se um retalho de desacertos ou má-fé.

O que se dirá então da devastada Mata Atlântica? A despeito da sua proteção desde o ano de 1990, o cadastro não possui nenhum filtro que possibilite verificar se houve desmatamento no Bioma. A sua proteção jurídica específica merece, de forma urgente, uma atenção especial para que a sua biodiversidade, *hotspot* de proteção mundial, possa fornecer os serviços ecossistêmicos que dela se espera.

Deve ser ressaltada a necessidade de um movimento tão intenso de correção e validação dos Cadastros Ambientais Rurais como o esforço empreendido para a inscrição dos imóveis rurais. Antes, contudo, é imperioso a realização de capacitação dos agentes que realizarão tal tarefa. Embora a plataforma tenha sido pensada peara manuseio pelo próprio responsável pela área, o auxílio de quem esteja mais preparado para a utilização do CAR, como técnicos dos órgãos ambientais estadual e municipal, é medida imprescindível à correta inserção dos dados.

Aponta-se como alicerce dos resultados do presente trabalho a metodologia proposta para a fiscalização dos termos de ajustamento de conduta, que pode ser facilmente seguida por Promotores de Justiça ou seus auxiliares. Prescinde-se, com isso, de corpo técnico especializado para um acompanhamento relativamente simples da situação da recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Mesmo que se reconheça a complexidade dos indicadores ecológicos para o monitoramento da restauração ecológica, as classificações quanto à diminuição, à manutenção e ao aumento da cobertura florestal mostraram-se bons indicadores quanto à efetividade do termo de ajustamento de conduta, e consequentemente para o cumprimento do Novo Código Florestal em imóveis rurais no extremo sul da Bahia.

O desafio que se impõe é que o TAC seja mais um impulsionador do respeito às regras ambientais que se aplicam aos imóveis rurais. Para tanto, deve ser guarnecido de procedimentos que auxiliem na sua fácil fiscalização, como o ora proposto. O Google *Earth Pro* é uma ótima ferramenta para tal finalidade, considerando o acesso aos arquivos vetoriais inseridos no CEFIR. Inclusive, esse método reafirma e renova a importância do termo de ajustamento de conduta como meio de controle social e ambiental.

As providências que podem ser tomadas ao final das análises também têm um enorme potencial de contribuir para a atuação do Ministério Público. Dentro do arcabouço legislativo que regulamenta as atividades do *Parquet*, no âmbito do procedimento administrativo de fiscalização do TAC, foi possível estabelecer as classificações em notificação do compromissário, solicitação de fiscalização ao órgão ambiental e continuidade do monitoramento, que foram bem delineadas e poderão auxiliar na agilidade na tomada de decisão.

Tome-se, como exemplo, os termos de ajustamento de conduta ora avaliados. Foram todos firmados no ano de 2012 e apenas em 2019 é que a falta do CEFIR de diversos imóveis foi constatada, o que impediu a análise do cumprimento do TAC pelo Ministério Público, em especial a situação das áreas ambientamente protegidas. É certo que esse longo período decorre de diversos fatores, como a própria disponibilidade do CEFIR aos usuários ou seu acesso pelo *Parquet* baiano, mas reforça a criação de um mecanismo para uma fiscalização mais eficiente dos termos de ajustamento de conduta.

O resultado das possíveis providências a serem adotados pelo membrro do Ministério Público mostram que as notificações dos responsáveis perfazem 64,15% (sessenta e quatro vírgula quinze por cento) do total das análises. Essa simples providência, sem auxílio de qualquer órgão ambiental, pode permitir uma agilidade na correção das inconsistências constatadas no CAR, com ganhos ambientais na recompoisção das áreas de preservação permanente e de reserva legal dos imóveis rurais. Ademais, evita-se o acionamento do órgão ambiental e, consequentemente, o movimento da máquina administrativa com os seus respectivos gastos.

A inexistência de imagens inadequadas para a análise temporal da situação das áreas de preservação permanente e de reserva legal foi o principal motivo para a solicitação de auxílio ao órgão ambiental. Assim, podem ser buscadas outras plataformas ou parcerias para a obtenção de imagens, como as imagens adquiridas pelo Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia (APREMAVI, 2019), sempre visando a celeridade para a fiscalização dos termos de ajustamento de conduta.

Espera-se que o presente estudo contribua para que o Novo Código Florestal seja, de fato, observado nos imóveis rurais, em especial no tocante à proteção e à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal. De igual modo, que a fiscalização dos termos de ajustamento de conduta seja facilitada pela metodologia de análise de imagens de satélite ora proposta, e que as providências confiram agilidade as ações adotadas pelo Ministério Público.

Por fim, questiona-se: até que ponto a proteção do meio ambiente realmente é um interesse das políticas públicas, e por que os novos instrumentos de proteção como o CAR e o PRA demonstram possuir entraves em sua aplicação, até mesmo quando os órgãos públicos de fiscalização pretendem utilizá-los? As questões ambientais exigem um olhar multidisciplinar no caso concreto para permitir que a finalidade para a qual a legislação foi criada possa ser cumprida. A inserção de dispositivos legais sem a possibilidade de uma correta aplicação, nada mais aparenta ser uma mera demagogia: por um lado, cumpre-se a função formal do Estado em se garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas por outro lado impossibilita-se que os órgãos fiscalizadores possam atuar de forma precisa e fidedigna por inexistirem meios que concretizem as exigências legais.

É precisamente nesse aspecto que o presente trabalho buscou apontar e suprir a falha que existe entre a letra fria da lei e a deterioração ambiental que vem se intensificando nas áreas de preservação permanente e de reserva legal dos territórios rurais. A partir de ferramentas tecnológicas gratuitas (Google *Earth Pro*) consegue-se projetar um *modus operandi* para qualquer órgão fiscalizador averiguar o fiel cumprimento do Novo Código Florestal.

REFERÊNCIAS

ABELHA, M. **Manual de execução civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

AKAOUI, F. R. V. **Compromisso de ajustamento de conduta ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

AKAOUI, F. R. V.; GLINA, N. Intertemporalidade e reforma do Código Florestal**. Revista de Direito Ambiental**, v. 65, 2012.

ALBUQUERQUE, N. C. B. **Sistemas econômicos florestais** – Estratégia para recomposição vinculada à conservação e valorização das florestas. In: II Conferência Brasileira de Restauração Ecológica. Belo Horizonte, 2018.

ALBUQUERQUE, N. C. B. **Relatório Técnico-Executivo & Histórico 2018.** Programa *Arboretum* de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal. Teixeira de Freitas, 2019.

ALEXANDRE, R.. DEUS, J. de. **Direito Administrativo**. São Paulo: Método, 2018.

ALMEIDA, F. L. de. **A garantia institucional do Ministério Público em função da proteção dos direitos humanos**. 2010. 323 f. Dissertação (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALONSO JÚNIOR, H. A valoração probatória do inquérito civil e suas consequências processuais. In: MILARÉ, E (coord.). **Ação civil pública**: Lei 7.347/85 – 15 anos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ALSTON, L. J.; MUELLER, B. Legal reserve requirements in Brazilian forests: path dependent evolution of de facto legislation. **Revista Economia**, v. 8, n. 4, p. 25-53, 2007.

ANDRADE-LIMA, D. de. Vegetação. In: **Atlas Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1966.

ANTUNES, P. de B. **Comentários ao Novo Código Florestal**. São Paulo: Atlas, 2013.

ANTUNES, P. de B. **Direito ambiental**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

APREMAVI. **Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia lança novo edital para Monitoramento da Cobertura Vegetal na Bahia**. Disponível em: <https://apremavi.org.br/forum-florestal-do-extremo-sul-da-bahia-lanca-novo-edital-para-monitoramento-da-cobertura-vegetal-na-bahia/>. Acesso em 23 jan. 2019.

ARAGÃO, A. **O princípio do poluidor pagador**: pedra angular da política comunitária do ambiente. BENJAMIN, A. H.; LEITE, J. R. M. (coords. da série). São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2014.

ARAÚJO, F. H. de M. **O Ministério Público e o inquérito civil**. 2007. 242 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

ARAÚJO, M. et al. A Mata Atlântica do Sul da Bahia. **Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. São Paulo: Instituto Florestal do Estado de São Paulo, 1998.

ATTANASIO JUNIOR, M. R. **Direito Ambiental Interdisciplinar:** para estudantes e profissionais das áreas de ciência e tecnologia. Campinas: Millenium Editora, 2015.

AZEVEDO, A. A. et al. Limit's of Brazil's Forest Code as a means to end illegal deforestation. **Proceedins of the National Academy of Sciences**, v. 114, n. 29, p. 7653-7658, 2017.

BAHIA. **Guia de turismo e viagem de Salvador, Bahia e Nordeste**. Disponível em: <http://www.bahia.ws/mapa-bahia />. Acesso em 23 jan. 2019.

BALTAZAR, J. P.; VASCONCELOS, S. S. de. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988. **Revista Ministério Público nova FASE**, v. 1, n. 22, p. 11-34. Porto Alegre: 1989.

BANKS-LEITE, C. et al. Using ecological thresholds to evaluate the costs and benefits of set-asides in a biodiversity hotspot. **Science**, v. 345 n. 6200, p. 1041-1045, 2014.

BARCELLOS, A .P. de. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BARRICHELLO, D. A. **A reserva legal florestal na propriedade rural.** 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2006.

BARROSO, L. R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BARROSO, L. R.; BARCELLOS, A. P. de. O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. **Revista de direito administrativo**, v. 232, p. 141–176, 2003.

BELCHIOR, G. P. N. **Fundamentos epistemológicos do direito ambiental**. 2015. 306 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

BELLO FILHO, N. de B. Dignidade da Pessoa Humana e o Direito Fundamental ao Ambiente. In: **Revista Brasileira de Direito Ambiental**. São Paulo, ano 3, v. 12, out./dez. 2007.

BENINI, R.; ADEODATO, S. (org.). **Economia da Restauração Florestal**. São Paulo: The Nature Conservancy, 2017.

BENJAMIN, A. H. Princípio do poluidor pagador e reparação do dano ambiental. In: BENJAMIN, A. H. (org.). **Dano ambiental**: prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 226-236, 1993.

_____. **O meio ambiente na Constituição Federal de 1988**. Desafios do direito ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros, 2005.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV Editora, 2011.

BERALDO, L. de F. A responsabilidade civil no parágrafo único do art. 927 do Código Civil e alguns apontamentos do direito comparado. Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery (Coord.). **Revista de Direito Privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 20, out./dez. 2004.

BIRNFELD, C. A. Algumas perspectivas sobre a responsabilidade civil do poluidor por danos ambientais. In: LEITE, J. R. M.; BELLO FILHO, N. de B. **Direito ambiental contemporâneo**. São Paulo: Manoel, 2004.

BIRNFELD, D. R. **Dano Moral ou Extrapatrimonial Ambiental**. São Paulo: LTr, 2009.

BOHN, N. **A legislação ambiental e sua implementação frente à degradação da cobertura florestal no Vale do Itajaí**. 1990. 279 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1990.

BONNETT, A. The Geography of Nostalgia: Global and Local Perspectives on Modernity and Loss. **Routledge**, 2015.

BORGES, L. A. C. et al. Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira. **Ciência Rural**, v. 41, n. 7, p. 1202-1210, 2011.

BRAGA, R. B. Comentários do art. 67 da Lei nº 12.651/12. In: Milaré, E.; Machado, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BRANCALION, P. H. S. et al. Instrumentos legais podem contribuir para a restauração de florestas tropicais biodiversas. **Revista Árvore**, v. 34, n. 3, 2010.

BRANCALION, P. H. S. et al. Avaliação e monitoramento de areas em processo de restauração. **Restauração ecológica de ecossistemas degradados 2**, p. 215-278, 2012.

BRANCALION, P. H. S.; GANDOLFI, S.; RODRIGUES, R. R. **Restauração florestal**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

BRANCALION, P. H. S. et al. Análise crítica da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (2012), que substituiu o antigo Código Florestal: atualizações e ações em curso. **Natureza & Conservação**, 14 (Supplement), p. 1-15, 2016.

BRITO, F. **Corredores ecológicos**: uma estratégia integradora na gestão de ecossistemas. 2ª ed. rev. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2012.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BULOS, U. L. **Curso de direito constitucional**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CABRAL, D. de C. Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820). **Revista Brasileira de História** (on line) 2008, 28 (janeiro-junho). Disponível em: <http://redalyc.org/articulo.oa?id=26305511>. Acesso em 21. fev. 2019.

CÂMARA, A. F. **O novo processo civil brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CAMPANILI, M.; SCHÄFFER, W. B. **Mata Atlântica**: manual de adequação ambiental. Brasília: MMA/SFB, 96 p., 2010.

CAMPOS, B. P. C.; MUCHAGATA, M. Direitos humanos e meio ambiente: avanços e contradições do modelo de desenvolvimento sustentável brasileiro e a agenda internacional. *In* TRINDADE, A. A. C.; LEAL, C. B. (coord.). **Direitos humanos e meio ambiente**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

CAPPELLI, S. Desformalização, desjudicialização e autorregulação: tendências no direito ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, v. 63, 2011.

CAPPELLI, S.; MARCHESAN, A. M. M.; STEIGLEDER, A. M. **Direito Ambiental**. 5. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

CAPPELLI, S. (coord.). **Compromisso de Ajustamento Ambiental: análise e sugestões para aprimoramento**. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2009.

CARDOSO, R. C. **Muito além dos desertos verdes**: o plantio de eucalipto para produção de celulose e as arenas de negociação de conflitos nos territórios Cuestas de Botucatu e Extremo Sul da Bahia. 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, 2016.

CARNEIRO, R. Comentários do art. 26 da Lei nº 12.651/12. In: Milaré, E.; Machado, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CARRERE, R.; LOHMANN, L. **Pulping the South**. Industrial Tree Plantations and the World Paper Economy. London and New Jersey: Zed Books, 1996.

CARVALHO, P. P de. Uma incursão do Ministério Público à luz do Direito Comparado: França, Itália, Alemanha, América do Norte e União Soviética. In: MORAES, V. de L (org.). **Ministério Público, Direito e Sociedade**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1986.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Ação civil pública**: Comentários por artigo (Lei nº 7.347, de 24/7/85). 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Malheiros, 2000.

CHAZDON, R. L. et al. The potencial for species conservation in tropical secondary forests. **Conservation biology**, v. 23, n.6, p. 1406-1417, 2009.

CHIAVARI, J.; LOPES, C. L. Os caminhos para a regularização ambiental: decifrando o novo código florestal. *In*: SILVA, A. P. M.; MARQUES, H. R.; SAMBUICHI, R. H. R. (Org.) **Mudanças no Código Florestal brasileiro**: desafios para a implementação da nova lei, p. 21-44, 2016.

CINTRA, A. C. de A; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria geral do processo**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

COELHO, S. N. **Solidariedade e tutela dos interesses difusos e coletivos**: visão interdisciplinar. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Difusos e Coletivos) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

CORRÊA, F. F.. **Novo Código Florestal**: Principais regras sobre Área de Preservação Permanente – APP, Área de Reserva Legal – RL, Cadastro Ambiental Rural – CAR, Programa de Regularização Ambiental – PRA. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2016.

_____. **Lei da Mata Atlântica**: Principais regras da Lei nº 11.428/06. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2017.

_____. **A Reserva Legal que queremos para a Mata Atlântica** (Remanescentes naturais e áreas em restauração) – Aspectos jurídicos. 2017a. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/4e6aa5_c83cb625a07741f48337b3007c265577.
Pdf>. Acesso em 27 jan. 2019.

_____. **O Programa de Regularização Ambiental e o Cadastro Ambiental Rural:** regularização dos imóveis rurais à legislação ambiental. In: II Conferência Brasileira de Restauração Ecológica. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.sobrestauracao.org/sobre2018>.

COSTA, C. J. et al. História do direito português no período das ordenações reais. In: **Congresso Internacional de História**, vol. 20, n. 7, 2011.

COSTA NETO, N. D. de C. e. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente** – I Florestas. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

DEAN, W. **A ferro e fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DESERTO VERDE - **Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil.** Org. Repórter Brasil – Organização de Comunicação e Projetos Sociais, 2011.

DESTEFENNI, M. **A responsabilidade civil ambiental e as formas de reparação do dano ambiental:** aspectos teóricos e práticos. Campinas: Bookseller, 2005.

DEUS, T. C. de. **Tutela da flora em face do direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

DIAS, H. C. T. **Geoambientes e pedogênese do Parque Estadual do Ibitipoca**, Município de Lima Duarte (MG). 2000. 76 f. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2000.

DIÁRIO do Poder Judiciário. Edição nº 3726. Caderno 1. Ministério Público do Estado da Bahia. Procuradoria Geral de Justiça. **Ato nº 073**. Data da publicação: 02 abr. 2005.

_____. Caderno 1. Ministério Público do Estado da Bahia. Procuradoria Geral de Justiça. **Ato nº 154**. Data da publicação: 23 abr. 2008.

DURIGAN, G.; SUGANUMA, M. S.; MELO, A. C. G. de. Valores esperados para atributos de florestas riparias em restauração em diferentes idades. **Scientia Forestalis**, Piracicaba, v. 44, n. 110, p. 463-474, 2016.

FARIAS, C. C. de. Ministério Público: a trajetória de uma instituição essencial à cidadania brasileira. In: MPBA – Ministério Público do Estado da Bahia. **A História do Ministério Público do Estado da Bahia**, 1609-2009. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2009.

FARIAS, C.C. de; ROSENVALD, N. **Curso de Direito Civil** – Parte Geral e LINDB. 17. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.

FENSTERSEIFER, T. Estado socioambiental de direito e o princípio da solidariedade como seu marco jurídico-constitucional. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, nº 2, jan/mar. 2008.

FERRARESI, E. **Inquérito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FERRAZ, A. A. M. de C.; GUIMARÃES JÚNIOR, J. L. A Necessária Elaboração de uma Nova Doutrina de Ministério Público, Compatível com seu Atual Perfil Constitucional. In: FERRAZ, A. A. M. de C. **Ministério Público: Instituição e Processo**. São Paulo: Atlas, 1997.

FERREIRA, X. C. A atuação do Ministério Público na implementação de políticas públicas da área ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 51, jul./set. 2008.

FERREIRA FILHO, M. G. **Princípios fundamentais do direito constitucional**: o estado da questão no início do século XXI, em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FIBRIA. **Sustentabilidade ambiental**. Disponível em: <http://fibria-institucional-qa.azurewebsites.net/sustentabilidade/ambiental/>. Acesso em 23 jan. 2019.

FIGUEIREDO, G. J. P. de. Comentários do art. 2º da Lei nº 12.651/12. In: Milaré, E.; Machado, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FINK, D. R. . Comentários do art. 66 da Lei nº 12.651/12. In: Milaré, E.; Machado, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FIORE, E. O contraditório no inquérito civil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 92, n. 811, p. 24-37, 2003.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FIORILLO, C. A. P.; FERREIRA, R. M. **Comentários ao "Código" Florestal**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FONSECA, F. H. da. Tendências e perspectivas para o setor de florestas plantadas. **Revista Opiniões**, Ribeirão Preto, set-nov, 2008.

FRANCO, A. C. L. P. de M; GIACOMOLLI, G. S. Comentários do art. 7º da Lei nº 12.651/12. In: Milaré, E.; Machado, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FRANÇA, E. V. G. **O instituto da função socioambiental da propriedade urbana para a proteção do meio ambiente em Salvador**. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado profissional em planejamento ambiental). Universidade Católica do Salvador. Salvador. 2017.

FREITAS, C. G. de A. Valoração do dano ambiental: algumas premissas. In: MPMG Jurídico – **Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**. Edição especial Meio Ambiente. A valoração de Serviços e Danos Ambientais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

FREITAS, F. L. M.; SPAROVEK, G.; MATSUMOTO, M. H. A adicionalidade do mecanismo de compensação de reserva legal da Lei nº 12.651/2012: uma análise da oferta e demanda de cotas de reserva ambiental. *In*: SILVA, A. P. M.; MARQUES, H. R.; SAMBUICHI, R. H. R. (Org.) **Mudanças no Código Florestal brasileiro**: desafios para a implementação da nova lei, p. 21-44, 2016.

FREITAS, M. A. de S.; AFONSO, S. R.; FREITAS, M. A. S. da R. **Definições e conceitos relativos À LMEO e à delimitação das áreas de proteção permanentes com função hídrica à luz do Novo Código Florestal Brasileira**. In: XIII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste. Aracajú, 2016.

FREITAS, V. P. de; FRANCO, J. G. de O. Comentários do art. 59 da Lei nº 12.651/12. In: Milaré, E.; Machado, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FUNDAÇÃO SOS Mata Atlântica. **O Novo Código Florestal nos Estados da Mata Atlântica**, 2016.

_____. **Cartilha Aqui Tem Mata?** Disponível em: <https://www.sosma.org.br/downloads/index.php>. Acesso em 8. dez. 2018.

FUNDAÇÃO SOS Mata Atlântica & INPE. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica e ecossistemas associados no período de 1995-2000**. Relatório final. São Paulo. 2002.

_____. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica**. Período 2015-2016, Relatório Técnico. São Paulo: 2017.

GAIO, A. **Lei da Mata Atlântica Comentada**. São Paulo: Almedina, 2014.

GARCIA, E. **Ministério Público**: organização, atribuições e regime jurídico. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GARCIA, L. C. et al. **Análise científica e jurídica das mudanças no Código Florestal, a recente Lei de Proteção da Vegetação Nativa**. Rio de Janeiro: ABECO; Ed. UFMS, 2016.

GARZON, L. F. N.; PINTO, R. G.; VIÉGAS, R. N. **Negociação e acordo ambiental**: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll., 2014.

GAVRONSKI, A. A. **Técnicas extraprocessuais de tutela coletiva**: a efetividade da tutela coletiva fora do processo judicial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

GIBBS, H. K. et al. Brazil's Soy Moratorium. **Science**, v. 347, n. 6220, p. 377-378, 2015.

GODOY, C. L. B. de. **Código Civil comentado** (coord. PELUZO, C.). 2. ed. Barueri: Manole, 2008.

GONÇALVES, C. R. **Responsabilidade civil**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro**, volume 1: parte geral. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GONÇALVES, M. A. U. **O impacto da reserva legal e da área de preservação permanente sobre pequenas propriedades rurais** (um estudo na agricultura ecológica de Antônio Prado/RS). 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Biodireito) – Universidade Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2008.

GOULART, M. P. Missão institucional do Ministério Público**. Revista Jurídica**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001.

GRAÇA, C. S. Os avanços da atuação do Ministério Público Ambiental da Bahia após a Constituição Federal de 1988. In: **O Ministério Público nos 30 anos da Constituição Cidadã.** Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2018.

GRILLO, M. G. Direitos fundamentais: crítica e história. **Revista USCS** – Direito – ano IX, n. 14 – jan./jun. 2008.

GRUBER, L. D. L.; BOHN, N. Compromisso de ajustamento de conduta x termo de compromisso. In: BENJAMIN, A. H. et al. (coords.). **PNMA – 30 anos da Política Nacional de Meio Ambiente**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

GUEDES, M. L. S. et al. Breve incursão sobre a biodiversidade da Mata Atlântica. In: FRANKE, C. R. et al. (org). **Mata Atlântica e biodiversidade**. Salvador: Edufba, 2005.

GUIDOTTI, V. et al. Números detalhados do novo código florestal e suas implicações para os PRAs. **Sustentabilidade em debate**. IMAFLORA, 2017.

HOCKINGS, M. **Evaluating Effectiveness**: A framework for assessing management effectiveness of protected areas. IUCN, 2006.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente**. Revista Território**, v. 2, n. 3, p. 77-85, 1997.

IBAMA. **Projeto Jacarandá da Bahia** – Relatório Consolidado 2006-2011. Teixeira de Freitas, 2011.

IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**, 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: 2012.

_____. **Mapa da Área de Aplicação da Lei nº 11.428, de 2006**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/mapas_doc6.shtm>. Acesso em 4. dez. 2018.

IC – **Inquérito Civil nº 708.1.38107/2005**. 4ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas. Ministério Público do Estado da Bahia, 2005.

IMA – Instituto do Meio Ambiente. **Silvicultura de eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia**: situação atual e perspectivas ambientais. Bahia, 2008.

IMAFLORA. **Empreendimentos certificados**. Disponível em: <http://www.imaflora.org/certificacao-socioambiental_florestal.php>. Acesso em: 23 jan. 2018.

INEMA. **Parecer nº 1634/2013**. Procurador Chefe. Salvador, 25 nov. 2013.

IVERSEN, E. et al. **A Monocultura do eucalipto no Brasil** – Relatório das conseqüências sócio-ambientais. Oslo, 2018.

JATAHY, C. R. de C. **Curso de princípios institucionais do Ministério Público**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

JELINEK, R. **Execução de Compromisso de Ajustamento de Conduta**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

JUNG, S. et al. Brazil's National Environmental Registry of Rural Properties: Implications for Livelihoods. **Ecological Economics**, v. 136, p. 53-61, 2017.

KRÖGER, M. Inter-sectoral determinants of forest policy: the power of deforestation actors in post-2012 Brazil. **Forest Policy and Economics**, v. 77, p. 24-32, 2017.

LANGENHEIM, J. H.; LEE, Y.-T.; MARTIN, S. S. An evolutionary and ecological perspective of Amazonian Hylaea species of *Hymeneae* (*Leguminosae Caesalpinioideae*). **Acta Amazonica**, v. 3, n. 1, p. 5-38, 1973.

LAURENCE, W.F. Conserving the hottest of the hotspot. **Biological Conservation**, v. 142, n. 1137, 2009.

LEHFELD, L. de. S.; CARVALHO, N. C. B. de; BALBIM, L. I. N. **Código Florestal comentado e anotado**. São Paulo: Método, 2013.

LEITE, J. R. M.; AYALA, P. De A. **Dano Ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial. Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

LEONEL, R. de B. **Manual do processo coletivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LEUZINGER, M. D. Meio Ambiente e congressos mundias de parques: instituição de áreas protegidas como estratégia para conservação da biodiversidade. In: GRANZIERA, M. L. M.; REI, F. (coords.). **Direito ambiental internacional** – avanços e retrocessos – 40 anos de conferências das Nações Unidas. São Paulo: Atlas, 2015.

LIMA, A.; BENSUSAN, N.; RUSS, L. **Código Florestal por um debate pautado em ciência**. IPAM, 2014.

LINO, C. F. **Avaliação do cumprimento das metas globais e nacionais de biodiversidade 2010 para a Mata Atlântica**. WWF – World Wide Fund for Nature; RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. São Paulo: 2011.

LÔBO, P. **Direito Civil**: volume 4: coisas. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LYRA, R. **Theoria e Prática da Promotoria Pública**. Rio de Janeiro: Jacintho, 1937.

MACÊDO, M. P. Q.; OGRIZIO, A. de C. **Manual do Promotor de Justiça** – Teoria e Prática. 2 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

MACEDO JÚNIOR, R. P. **A evolução institucional do ministério público brasileiro**. In: SADEK, M. T. (org.). Uma introdução ao estudo da justiça [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 65-94, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/4w63s/pdf/sadek-9788579820328-06.pdf>. Acesso em 15. dez. 2018.

MACHADO, A. C. da C. **A intervenção do Ministério Público no processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MACHADO, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**, 21. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013a.

MAIA, L. C. O Superior Tribunal de Justiça e as Resoluções do CONAMA. In: SOARES JÚNIOR, J.; ALVARENGA, L. J. (coord.). **Direito Ambiental no STJ**. Belo Horizonte: Del Rey Editora. 2010.

MALINA, L. L. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro**: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. 2013. 358 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MARMELSTEIN, G. **Curso de direitos fundamentais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARQUES, T. F. **O princípio da precaução e sua aplicação diante dos riscos catastróficos**. 2016. 179 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2016.

MAZZILLI, H. N. Questões controvertidas sobre o inquérito civil. In: ALVES, A. B.; RUFINO, A. G.; SILVA, J. A. F. da (coords.). **Funções institucionais do Ministério Público**. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. Compromisso de Ajustamento de Conduta: evolução e fragilidade e atuação do Ministério Público. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, ano 11, n. 41, jan./mar. 2006.

_____. **Regime Jurídico do Ministério Público**. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 31. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MAZZINI, A. L. D. de A. **Dicionário Educativo de Termos Ambientais**. Belo Horizonte: 2011.

MCDONALD, T. et al. **Internacional standarts for the practice of ecological restoration** – including principles and key concepts. Society for Ecological Restoration, Washington D.C., 2016.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, 2006.

MELO NETO, J. E. de. Comentários do art. 3º da Lei nº 12.651/12. In: Milaré, E.; Machado, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MENDES, L. et al. **Anuário brasileiro da silvicultura 2016**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2016.

MENDES, A. S. dos A.; SILVA, C. C. F. da. **Reserva Legal**, série "cadernos ambientais", volume I, Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2007.

MENDONÇA, J. R.; CARVALHO, A. M. de; SILVA, L. A. M. 45 Anos de Desmatamento no Sul da Bahia. **Projeto Mata Atlântica do Nordeste**. Ilhéus: Ceplac, 1994.

METZGER, J. P. O Código Florestal tem base científica? **Natureza & Conservação**, v. 8, n. 1, p. 1-5, 2010.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**, 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. **Reação jurídica à danosidade ambiental**: contribuição para o delineamento de um microssistema de responsabilidade. 2016. 362 f. Dissertação (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MINERVINO NETTO, A. **Modificações da zona costeira do extremo sul da Bahia nos últimos 150 anos, e sua relação com a sedimentação do banco de Abrolhos**. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MINISTÉRIO Público do Estado da Bahia. **A História do Ministério Público do Estado da Bahia**, 1609-2009. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2009.

_____. **O Ministério Público nos 30 anos da Constituição Cidadã**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2018.

_____. **Programa 'Arboretum' é apresentado na Guatemala durante encontro da Rede Iberoamericana de Bosques Modelo**. 2018a. Disponível em: <http://mpba.mp.br/noticia/42531>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. **Serviço Florestal Americano visita Programa Arboretum**. 2018b. Disponível em: <http://mpba.mp.br/noticia/42505>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. **Programa Arboretum será primeiro Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável do Brasil.** 2018c. Disponível em: <http://mpba.mp.br/noticia/44293>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. **Proposta para criação de Bosque Modelo no extremo sul da Bahia é aprovada por Rede Ibero-Americana.** 2019. Disponível em: <http://mpba.mp.br/noticia/46569>. Acesso em: 21 mai. 2019.

_____. **Estrutura do NUMA**. 2019a. Elaborado pelo Centro integrado de geoinformação**,** 2019**.**

_____. **Distribuição geográfica das áreas das coordenações regionais do NUMA**. 2019b. Elaborado pelo Centro integrado de geoinformação**,** 2019**.**

_____. **Municípios da coordenação regional do NUMA da Costa das Baleias**. 2019c. Elaborado pelo Centro integrado de geoinformação**,** 2019**.**

MINISTÉRIO Público do Estado do Maranhão. **Ministério Público do Estado do Maranhão**: fontes para sua história. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2003.

MIRANDA, E. E. **Agricultura lidera preservação no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.evaristodemiranda.com.br/postagens/agricultura-lidera-preservacao-no-brasil/>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. **A Atribuição de Terras no Brasil**. 2017a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html>. Acesso em 13. dez. 2018.

MIRANDA, E. E. et al. **Agricultura e Preservação Ambiental no Brasil:** Primeira Análise do Cadastro Ambiental Rural. 2017. Disponível em: <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/car/>. Acesso em 13. dez. 2018.

MIRRA, A. L. V. **Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MITTERMEIER, R. A. et al. **Hotspots Revisited:** Earth's Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecoregions. Conservação Internacional, 2004.

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**, 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAES, F. Q. de. **O Levante de 1932**: Fatores econômicos e políticos. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de Sâo Paulo. São Paulo, 2016.

MOREIRA, E. C. **Reserva legal**: A Evolução e Contribuição para Um Ambiente Sustentável. 2011. 72 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto. 2011.

MOREIRA, J. C. **A intervenção do Ministério Público no processo civil sob a luz da Constituição Federal de 1988**. 2007. 199 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro. 2007.

MUKAI, T. **O Novo Código Florestal**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. **Direito ambiental sistematizado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MYERS, N. Threatened Biotas: "Hot spots" in Tropical Forests. **Environmentalist**, v. 8, n. 3, p. 187-208, 1988.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853-858, 2000.

NADER, P. **Curso de Direito Civil**, v. 7 – Responsabilidade Civil. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

NAZO, G. N.; MUKAI, T. O direito ambiental no Brasil: evolução histórica e a relevância do direito internacional do meio ambiente. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 223, p. 75-104, 2001.

NIENCHESKI, L. Z. Aspectos contemporâneos do direito humano ao meio ambiente: Reconhecimento e efetivação. *In* TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; LEAL, César Barros (coord.). **Direitos humanos e meio ambiente**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

NOBRE JÚNIOR, E. P. Administração pública e o princípio constitucional da eficiência**.** **Revista de Direito Administrativo**, v. 241, p. 209-240, 2005.

NORONHA, F. Desenvolvimento contemporâneo da responsabilidade civil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 88, v. 761, p. 31-44, 1999.

NOVELINO, M. **Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Método, 2012.

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL; IPAM. **Relatório do seminário técnico sobre o Cadastro Ambiental Rural** - 2017. Disponível em: <http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio_Seminario_CAR.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

OLIVEIRA, F. M. G. de. **Direito Ambiental**. São Paulo: Editora Método, 2017.

OLIVEIRA, P. S. G. de. **Estudo das várzeas visando o controle de cheias urbanas e a restauração ecológica:** o caso do parque linear do Ribeirão das Pedras, em Campinas, SP. 2004. 159 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

OLIVEIRA, T. P. A execução do termo de ajustamento de conduta ambiental como mecanismo de efetivação do acesso à Justiça. **Revista Constituição e Garantia de Direitos**, v. 4, n. 2, 2013.

PADOVEZI, A. et al. **A Reserva Legal que queremos para a Mata Atlântica.** Brasília: Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, 2018.

PANIZZA, A. C.; FONSECA, F. P. **Técnicas de interpretação visual de imagens**. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), São Paulo, n. 30, p. 30-43, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/geousp/article/view/74230/77873>. Acesso em: 26 jan. 2018.

PARDO, D. W. de A. **Direitos fundamentais não enumerados**. 2005. 327 f. Dissertação (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PASTORE, D. E. **O Ministério Público na ordem constitucional brasileira e sua atuação no processo civil.** 2014. 372 f. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PEREIRA, A. M. C. **A lógica da ação na reforma do Código Florestal.** 2013**.** 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEREIRA, C. M. da S. **Instituições de direito civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 3, 2004.

PEREIRA, M. S.; D'OLIVEIRA, R. L. D. Comentários do art. 17 da Lei nº 12.651/12. In: Milaré, E.; Machado, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PICADO, F. de S. **A dignidade da pessoa humana e a efetividade do direito social à saúde sob a óptica jurisprudencial**. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PINHO, H. G. **Prevenção e reparação de damos ambientais**. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2010.

PINTO, L. P. et al. Mata Atlântica Brasileira: os Desafios para Conservação da Biodiversidade de um *Hotspot* Mundial. **Biologia da conservação**: essências. São Carlos: RiMa, p. 91-118, 2006.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PIVA, R. C. **Bem ambiental**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

PORTAL do Código Florestal. **Programas de Regularização Ambiental** – PRA. Disponível em: <http://www.portaldocodigo.org/normas/distrito-federal/>. Acesso em 23 jan. 2019.

PRADO, F. B.; VASCONCELOS, F. C. W.; CHIODI, C. K. Regime jurídico da Mata Atlântica e o risco à sobrevivência *in situ* de espécies ameaçadas. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 2, p. 1-16, abr./jun. 2014.

PRADO, P. I. de K. L. de et al. **Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia**. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP, 2003.

PROENÇA, L. R. **Inquérito civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PULNER, R. de C. L. **Análise crítica da cientificidade da legislação relativa a manguezais**. 2006. 137 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade federal do Paraná. Curitiba, 2006.

PUOLI, J. C. B. **Responsabilidade civil do promotor de justiça na tutela aos interesses coletivos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.

RABBANI, R. M. R. **Tributos sobre Efluentes Terra-Mar na Espanha**: um Modelo para Brasil. Tese (Doutorado em Direito). 2012, f. 674. Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 2012.

_____. O princípio do poluidor-pagador: dos modelos econômicos a um princípio ambiental universal. In: XAVIER, Y. M. de A. et al. (orgs.). **Temas de Direito e Economia**. Natal: UFRN, p. 31-63, 2017.

_____. O poluidor-pagador: uma nova análise de um princípio clássico. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 51. p. 195-224, 2017a.

_____. A releitura do princípio da capacidade econômica nos tributos ambientais e o novo princípio da capacidade poluidora. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 210-229, mai./ago. 2017b.

RAMOS, A. de C. **Curso de Direitos Humanos**, 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RÉGIS, A. A. **Externalidades positivas e o pagamento por serviços ambientais**: uma promissora ferramenta de política ambiental. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental). Universidade Católica de Santos. Santos, 2015.

RESERVA da Biosfera da Mata Atlântica. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. Disponível em:< http://www.rbma.org.br/anuariomataatlantica/reserva_biosfera.php>. Acesso em: 9 dez. 2018.

RIBASKI, N. G. Conhecendo o setor florestal e perspectivas para o futuro. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 1, n. 1, p. 44-58, 2018.

RIBEIRO, M. C. et al. The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining Forest distributed? Implications for conservation. **Biological conservation**, v. 142, n. 6, p. 1141-1153, 2009.

ROCHA, C. M. **O STF e o meio ambiente**: A Tutela do Meio Ambiente em sede de Controle Concentrado de Constitucionalidade. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, G. de A. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta:** Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

RODRIGUES, M. A. **Instituições de direito ambiental**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

RODRIGUES, R. R.; BRANCALION, P. H. S.; ISERNHAGEN, I. **Pacto pela Restauração da Mata Atlântica**: referencial dos conceitos e ações de restauração florestal. São Paulo: LERF/ESALQ. Instituto BioAtlântica, 2009.

RODRIGUES, R. R. et al. Large-scale ecological restoration of high-diversity tropical forests in SE Brazil. **Forest Ecology and Management**, v. 261, n. 10, p. 1605-1613, 2011.

RUDA GONZÁLEZ, A. **El daño ecológico puro:** la responsabilidad civil por el deterioro del medio ambiente. Tesis (Doctorado) – Universitat de Girona, España, 2005.

RUSCH, E. **Ação civil pública de responsabilidade por danos ambientais**. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Direito Privado e Econômico) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SAMBUICHI, R. H. R. Estrutura e dinâmica do componente arbóreo em área de cabruca na região cacaueira do sul da Bahia, Brasil. **Acta BotBras**, v. 20, p. 943-954, 2006.

SANTIAGO, T. M. O.; REZENDE, J. L. P. de.; BORGES, L. A. C. The legal reserve: historical basis for the understanding and analysis of this instrument. **Ciência Rural**, v. 47, n. 2, 2017.

SANTOS, R. M. G. O papel do Ministério Público na proteção da Mata Atlântica. In: LIMA, A. (org). **Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

_____. Notas introdutórias ao sistema constitucional de direitos e deveres fundamentais. In: CANOTILHO, J. J. G et al. (coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

SARLET, I. W.; BRANDÃO, R. Comentário ao artigo 60. In: CANOTILHO, J. J. G et al. (coords**.). Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

SCHÄFFER, W. B. et al. Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação & Áreas de Risco. O que uma coisa tem a ver com a outra? **Série Biodiversidade 41**. Brasília: MMA, 2011.

SCHMIDT, L. **Análise crítica do termo de ajustamento de conduta no direito ambiental brasileiro**. 2002. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **Bahia Territórios de Identidade**. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/bahia_identidades>. Acesso em 04 fev. 2019.

SENISE, W. J. Comentários do art. 61-A da Lei nº 12.651/12. In: Milaré, E.; Machado, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SENISE, W. J.; BASTOS, M. M. Comentários do art. 63 da Lei nº 12.651/12. In: Milaré, E.; Machado, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SEP – Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais. Secretaria do Meio Ambiente, Governo do Estado da Bahia. **Reunião de Trabalho** com as instituições parceiras para a implantação dos Centros de Referência em Restauração Florestal – CRRF. Salvador, 22 de janeiro de 2014.

SILVA, J. A. A. da et al. **O Código Florestal e a Ciência**: contribuições para o diálogo. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Academia Brasileira de Ciências, ABC. São Paulo: SBPC, 2011.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional**, 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. **Direito Ambiental Constitucional**, 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013a.

SILVA, J. S. da.; RANIERI, V. E. L. O mecanismo de compensação de reserva legal e suas implicações econômicas e ambientais. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 115-132, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31730630008>. Acesso em 9. fev. 2019.

SILVA, N. F, da. **Discurso jornalístico**: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável. 2017. 398 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Sociedade) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, O. P. **Ministério Público**. Sugestões Literárias, 1981.

SILVA, S. T. da. Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado Avanços e Desafios. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito** – PPGDir/UFRGS, n. 6, 2007.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica**.** In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 31-42, 2009.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SISTEMA Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos. **Manual do Usuário Interno**. Versão 2.3 (*online*). Disponível em: <http://www.sistemas.seia.ba.gov.br>. Acesso em 02 dez. 2018.

SISTEMA Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos; INSTITUTO do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; SECRETARIA Estadual do Meio Ambiente. **Roteiro para consulta aos dados georreferenciados e análise espacial no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais** - CEFIR. Salvador, 2014.

SOARES-FILHO, B. S. **Impacto da revisão do Código Florestal**: como viabilizar o grande desafio adiante. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2013.

SOARES-FILHO, B. S. et al. Cracking Brazil´s Forest Code. **Science**, v. 344, p. 363-364, 2014.

SOARES-FILHO, B. S. et al. Cracking Brazil´s Forest Code. Supplementary Materials. **Science**, v. 344, p. 1-41, 2014a.

SPAROVEK, G., et al. **A revisão do Código Florestal brasileiro**. Novos Estudos - CEBRAP, n. 89, p. 111-135, 2011.

STEIGLEDER, A. M. **Responsabilidade civil ambiental:** as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

TABARELLI et al. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 132-138, 2005.

TÁCITO, C. Do direito individual ao direito difuso. **Revista de Direito Administrativo**, v. 157, jul./set. 1984.

TARTUCE, F. **Direito Civil**: direto das coisas, v. 4. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TESSLLER, M. B. Reflexões sobre a tutela jurídica da Mata Atlântica. In: LIMA, A. (org). **Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

THOMAS, W. W. et al., 1997. Diversity of Wood Plants in the Atlantic Coastal Forest of Southern Bahia, Brazil. In: DAVIS, S. D.; HEYWOOD, V. H.; HAMILTON, A. C. Centres of Plants Diversity – A Guide and Strategy for their Conservation. **Natural History**, v. 111, n. 1, 1997.

TIES. **What is Ecoturism?** Disponível em: <https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/>. Acesso em: 13 mar. 19.

TOMIYAMA, S. **Critérios para identificação dos princípios de direito ambiental**. 2009. 334 f. Tese (Doutorado em Direitos Difusos e Coletivos). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TORNAGHI, H. **Curso de Processo Penal**, vol. I. São Paulo: Saraiva, 1990.

TOURINHO FILHO, F. da C. **Processo Penal**, vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1997.

TRENNEPOHL, C. Comentários do art. 2º da Lei nº 12.651/12. In: MILARÉ, E.; MACHADO, P. A. L. (coord.). **Novo Código Florestal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

TRINDADE, S. C. **Direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado enquanto elemento indispensável da dignidade da pessoa humana**. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Sociedade). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

UNEP-WCMC and IUCN. **Protected Planet Report 2016**. UNEP-WCMC and IUCN: Cambridge UK and Gland, Switzerland, 2016.

UNESCO. **Costa do Descobrimento**: Reservas de Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/discovery-coast-atlantic-forest-reserves/#c1467467>. Acesso em: 9 dez. 2018.

VIANNA, M. **Os homens do *parquet***: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1930-1964). 2011. 395 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

VIDAL. C. Y. et al. **Biodiversity conservation of forests and their ecological restoration in highly-modified landscapes**. Biodiversity in Agricultural Landscapes of Southeastern Brazil. De Gruyter Open, p. 137-150, 2016.

VIÉGAS, R. N.; PINTO, R. G.; GARZON, L. F. N. **Negociação e acordo ambiental**: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais. Heinrich Böll Stiftung Brasil, 2014.

VIEIRA, F. G. A transação na esfera dos interesses individuais e coletivos: compromisso de ajustamento de conduta. In: MILARÉ, E. (coord.). **Ação civil pública**: Lei nº 7.347/1985 – 15 anos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

WAINER, A. H. Legislação Ambiental Brasileira: Evolução histórica do direito Ambiental. **Revista de informação legislativa**, v. 30, n. 118, p. 191-206, abr./jun. 1993.

WILLIAMS, K. J. et al. Forests of East Australia: the 35th biodiversity hotspot. In: **Biodiversity hotspots**. Springer, Berlin, Heidelberg, p. 295-310, 2011.

WOLKMER, A. C. Direitos Humanos: novas dimensões e novas fundamentações. **Direito em debate**. Ano X, nº 16/17, jan./jun. 2002.

WOLKMER. M. de F. S; PAULITSCH, N. da S. O estado de direito socioambiental e a governança ambiental: ponderações acerca de judicialização das políticas públicas ambientais e da atuação do Poder Judiciário. **Revista Novos Estudos Jurídicos** (NEJ) – Eletrônica, vol. 18, n. 2, mai./jun, 2013. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br//seer/index.php/nej/article/view/4678>. Acesso em: 12 dez. 2018.

WRIGHT, S. J.; MULLER-LANDAU, H. C. The future of tropical forest species. **Biotropica**: The Journal of Biology and Conservation, v. 38, n. 3, p. 287-301, 2006.

XEREZ, R. M. **Dimensões da concretização dos direitos fundamentais**: teoria, método, fato e arte. 2012. 281 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

YOSHIDA, C. Y. M. TAC, TCA e composição prévia: a reparação do dano e medidas compensatórias no contexto da PNMA. In: BENJAMIN, A. H. et al. (coords.). **PNMA – 30 anos da Política Nacional de Meio Ambiente.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

YU, L.; GONG, P. Google Earth as a virtual globe tool for Earth science applications at the global scale**:** progress and perspectives. **Internacional Journal of Remote Sensing**, v. 33, n. 12, p. 3966-3986, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Inconsistências do CEFIR

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
1*	708.0.130577/2015	Fazenda Rosa Branca	Jucuruçu	2015.001.015282/CEFIR** Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Declaração de área produtiva que é remanescente. 2. Corrigir RL e APP, pois há áreas degradadas e declaradas preservadas. 3. Falta especificar o uso de recurso hídrico, a sua existência e se há intervenções. 4. Falta PRADA para recuperação da área desmatada e APP.
2	708.0.125751/2015	Fazenda Fortaleza	Itamaraju	2015.001.009085/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Declaração de áreas produtivas que são remanescentes. 2. Omissão uso de agrotóxico. 3. Correção da área desmatada. 4. Falta especificar o uso de recurso hídrico.
3	708.0.125780/2015	Fazenda Bela Vista	Prado	2015.001.006040/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Corrigir RL para não incluir área desmatada. 2. Corrigir sobreposição da lâmina d´água com a APP. 3. Omissão de declaração de área desmatada. 4. Não declarado lançamento de resíduos líquidos e intervenção em recurso hídrico.
4	708.0.119176/2014	Fazenda Alamanda	Prado	2014.001.007870/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº	1. Não há PRADA. 2. Omissão de uso de agrotóxicos. 3. Omissão de intervenções (barragem) e captação em recurso hídrico.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
				15.180/14.	4. APP e RL devem ser declaradas como parcialmente degradadas e não preservadas.
5	708.0.34396/2016	Fazenda Alto da Serra	Itanhém	2016.001.040825/TC Aplicou o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1.Erro na delimitação das APPs e RL de acordo com o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.
6	708.0.34396/2016	Fazenda Santo Antônio II	Itanhém	2016.001.035956/TC Aplicou o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1.Erro na delimitação das APPs e RL de acordo com o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.
7	708.0.34396/2016	Fazenda Santo Antônio	Itanhém	2016.001.040827/TC Aplicou o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1.Erro na delimitação das APPs e RL de acordo com o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.
8	708.0.112488/2014	Fazenda Apaloosa	Ibirapuã	2014.001.001787/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Cômputo de APP na RL não declarada. 2. Omissão de APP de encosta e de nascente. 3. Omissão de dois pontos de captação de água.
9	708.0.40397/2015	Fazenda Beija Flor	Itamaraju	2014.001.002992/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Declaração de área produtiva que é remanescente. 2. Declaração de área produtiva que é estrada municipal. 3. Omissão de APP.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
					4. Omissão de barramento. 5. Corrigir o polígono da área desmatada.
10	708.0.34760/2014	Fazenda Cachoeira	Itamaraju	2014.001.002187/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Área desmatada incluída como RL. 2. RL preservada mas não está. 3. Omissão uso de agrotóxicos. 4. Omissão de APPs.
11	708.0.26121/2015	Fazenda KC	Jucuruçu	2014.001.006929/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Declaração de área produtiva que é remanescente. 2. Falta especificar o uso de recurso hídrico, a sua existência e se há intervenções. 3. Falta PRADA para recuperação da APP.
12	708.0.136872/2015	Fazendas Corumbau, Pirapora e Pontilhada	Prado	2015.001.006672/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Falta de declaração de intervenção em recurso hídrico (ponte). 2. Existência de passivo em APP não declarado (capim). 3. Necessidade de correção do mapa. 4. Falta regularização do uso de recurso hídrico.
13	708.0.43307/2014	Rancho Bonanza	Prado	2014.001.002058/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Falta PRADA. 2. Omissão de APPs. 3. Omissão intervenções em recursos hídricos (barragens). 4. Omissão uso de agrotóxico. 5. Corrigir a APP e RL como parcialmente degradada.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
					6. Há deslocamento de polígonos.
14	708.0.44023/2015	Sítio Belo Monte	Jucuruçu	2014.001.003030/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Área produtiva englobada no PRADA. 2. Correção do polígono da área desmatada. 3. Erro na faixa da APP. 4. APP não declarada. 5. Falta especificar o uso de recurso hídrico e corrigir o ponto de captação de água.
15	708.0.134090/2015	Sítio Deus Ajuda (Fazenda São Jorge)	Caravelas	2015.001.010473/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Falta de declaração de remanescente.
16	708.0.258213/2016	Fazenda Limoeiro	Mucuri	2016.001.025075/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Omissão de declaração de área excedente e que estão parcialmente degradadas. 2. Falta PRADA para a APP e RL. 3. Não informado o TAC com o MPBA. 4. Omissão uso de agrotóxico.
17	708.0.258213/2016	Fazenda Futuro	Mucuri	2016.001.021945/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. APP e RL parcialmente degradadas. 2. Polígono da RL em sobreposição com infraestrutura. 3. Falta PRADA para a APP e RL. 4. Não informado o TAC com o MPBA. 5. Omissão uso de agrotóxico.
18	708.0.258213/2016	Fazenda Vai Quem Quer	Mucuri	2016.001.021939/TC	1. Erro na área destinada para RL. 2. Erro na APP declarada (mussununga

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
				Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	antropizada). 3. Não informado o TAC com o MPBA. 4. Omissão uso de agrotóxico.
19	708.9.25989/2017	Fazenda Muamba	Mucuri	2016.001.0044679/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Correção na RL (inclusão de todos os remanescentes). 2. Corrigir largura de APP (7 para 30m).
20	708.9.21204/2017	Sítio JG	Alcobaça	2016.001.040488/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Corrigir largura de APP (7 para 30m).
21	708.9.48602/2017	Fazenda Boa Esperança	Mucuri	2016.001.045756/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Não informado o TAC com o MPBA. 2. Polígono da APP com menos de 30m em algumas partes. 3. RL com menos de 20%. 4. RL não está preservada. 5. Falta PRADA para a RL.
22	708.9.64257/2017	Fazenda Bom Jesus	Prado	2016.001.032371/CEFIR Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Polígonos com erros de deslocamento. 2. Inserido polígono de RL inexistente. 3. Não informado o TAC com o MPBA. 4. Omissão uso de agrotóxicos. 5.Erro na informação de que a APP está preservada (está parcialmente degradada). 6. Falta de PRADA para a APP.
23	708.9.93823/2017	Fazenda Bonança	Alcobaça	2016.001.015511/TC	1. Erro na área destinada para RL, pois há remanescente que poderia constituí-la.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
				Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	2. Lâmina d´água computada como APP. 3. Ajustar a largura da APP.
24	708.9.183806/2017	Fazenda Pantanal	Mucuri	2013.001.001464/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Erro na APP declarada (mussununga antropizada). 2. Erro na área destinada para RL, pois há remanescente que poderia constituí-la. 3. RL parcialmente degradada e não preservada. 4. Polígonos possuem erros de deslocamento. 5. Não informado o TAC com o MPBA. 6. Omissão do uso de agrotóxico.
25	708.0.26243/2015	Fazenda Cuiabá	Nova Viçosa	2015.001.006959/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Declaração de área desmatada a menor. 2. Correção do polígono da RL.
26	708.0.136683/2015	Sítio Pedra Grande	Prado	2015.001.007050/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Declaração de área produtiva que é remanescente. 2. Omissão da existência de APP (curso d´água). 3. Omissão da existência de barramentos.
27	708.0.130761/2015	Fazenda Vista Alegre	Ibirapuã	2015.001.009878/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Declaração de área produtiva que é remanescente. 2. Declaração de área desmatada a menor.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
28	708.0.115496/2016	Fazenda Cachoeira	Nova Viçosa	2014.001.004537/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. PRADA só trata da APP. 2. APP está parcialmente degradada e não preservada. 3. Falta de menção à outorga d'água, erro na indicação de uso humano e ponto de captação está fora do limite do imóvel.
29	708.0.115496/2016	Fazenda Rancho Alegre	Nova Viçosa	2014.001.004546/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. PRADA só trata da APP.
30	708.0.34754/2014	Fazenda Boa Vista	Itamaraju	2014.001.006151/CEFIR Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	Não há inconsistências.
31	708.0.112422/2014	Fazenda Esperança (Lagoa do Vinho)	Teixeira de Freitas	2014.001.001715/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Omissão de declaração de APP de nascente (5).
32	708.0.92947/2015	Fazenda Reunidas Jussara Ingahy	Prado	2015.001.007372/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	Não há inconsistências.
33	708.0.6533/2015	Fazenda Céu	Nova Viçosa	2016.001.024032/TC	1. Não informou RL aprovada e área

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
		Azul		Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	diverge. 2. RL menor que 20%. 3. Corpo hídrico computado na RL. 4. APPs cadastradas divergem das que constam no mapa e falta mencionar tipologia (rios e nascentes).
34	708.9.107134/2017	Fazenda Conjunto Grapiúna	Teixeira de Freitas	2017.001.054912/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Polígonos possuem erros de deslocamento.
35	708.0.40533/2015	Fazenda Santa Clara	Itanhém	2014.001.016303/CEFIR 2016.001.040184/TC (pós correção) Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Omissão quanto à existência das APPs. 2. Deslocamento do *shapefile* do imóvel. 3. APP e RL parcialmente degradadas mas constam preservadas.
36	708.0.111344/2015	Sítio Primavera	Alcobaça	2015001010965/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14. Analisada LMA.	1. Erro na delimitação da APP. 2. Não menciona o TAC com o MPBA.
37	708.0.111344/2015	Fazenda Estrela do	Alcobaça	2015001010966/TC	1. Erro na delimitação da APP. 2. RL declarada preservada mas está

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
		Norte		Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14. Analisada LMA	degradada. 3. Vegetação nativa não declarada. 4. Não menciona o TAC com o MPBA.
38	708.0.259010/2016	Fazenda Andorinha	Mucuri	2015.001.008541/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Não menciona TAC com o MPBA. 2. Corrigir polígono RL para atingir 20%.
39	708.0.259010/2016	Fazenda Sabiá (compensação RL Andorinha)	Mucuri	2013.001.001979/CEFIR Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Corrigir polígonos da RL e vegetação nativa com exclusão da APP.
40	708.0.259010/2016	Fazenda Bondá (compensação RL Andorinha)	Mucuri	2013.001.000520/CEFIR Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Erro na delimitação da APP. 2. Corrigir polígonos da RL e vegetação nativa com exclusão da APP.
41	708.9.107547/2017	Fazenda Monte Horeb	Prado	2015001017672/CEFIR Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Polígonos RL errados, pois devem constar na área de vegetação nativa. 2. Polígono de APP inexistente. 3. Erro na delimitação da APP. 4. APP parcialmente degradada mas consta preservada.
42	708.9.107547/2017	Fazenda Monte Horeb	Prado	2017001064236/CEFIR	1. Polígono de APP inexistente. 2. Erro na delimitação de APP.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
		II		Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	3. Omissão de APP de nascentes. 4. APP e RL parcialmente degradadas mas constam preservadas.
43	708.9.107547/2017	Fazenda Monte Horeb III	Prado	2017001064235/CEFIR Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Erro de localização de polígono da APP. 2. Polígono de APP inexistente. 3. Erro na delimitação de APP. 4. APP e RL parcialmente degradadas mas constam preservadas.
44	708.9.107547/2017	Fazenda Monte Sinai I	Prado	2015001017790/CEFIR Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Erro na declaração da área desmatada como de atividade produtiva. 2. Erro de localização de polígono da RL. 3. Polígono de APP inexistente 4. Erro na delimitação de APP. 5. APP e RL parcialmente degradadas mas constam preservadas.
45	708.9.107547/2017	Fazenda Monte Sinai II	Prado	2015001017874/CEFIR Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Erro na declaração da área desmatada como de atividade produtiva. 2. Erro de localização de polígono da RL. 3. Erro na delimitação de APP. 4. APP e RL parcialmente degradadas mas constam preservadas.
46	708.9.2205/2017	Fazenda Boa Vista	Mucuri	2014001004514/TC 2014001004561/TC 2014001004515/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Polígonos possuem erros de deslocamento. 2. Polígono de APP inexistente. 3. Não menciona o TAC com o MPBA. 4. Não consta uso de agrotóxicos. 5. Não consta intervenções em recursos hídricos (barragens).

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
					6. APP parcialmente degradada mas consta preservada.
47	708.9.95425/2018	Fazenda Boa Esperança	Caravelas	2018.001.145497/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. RL deve ter 20%. 2. APP e RL parcialmente degradadas mas constam preservadas.
48	708.9.176224/2018	Fazenda Paraíso	Prado	2016.001.030802/CEFIR Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Não consta uso agrotóxicos. 2. APP parcialmente degradada mas consta preservada. 3. Polígono de APP inexistente. 4. Erro na delimitação de APP. 5. Falta PRADA.
49	708.0.5408/2015	Fazenda Haras litoral	Mucuri	2013001001612/CEFIR Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	Não há inconsistências.
50	708.0.46573/2015	Fazenda Esperança	Nova Viçosa	2015001012503/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Corrigir mapa de uso do solo, que difere do PRADA.
51	708.0.6000/2015	Fazenda Águas Belas	Caravelas	2014001004993/CEFIR Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Erro no cômputo da APP na RL. 2. APP parcialmente degradada mas constou preservada. 3.Omissão de intervenção em corpo hídrico.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
					4. Erro delimitação APP. 5. Área de vegetação declarada como produtiva.
52	708.0.112773/2014	Sítio Estrada	Nova Viçosa	2014.001.002659/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Polígonos possuem erros de delimitação. 2. Não consta o TAC com MPBA. 3. Imóvel não possui excedente. 4. Não consta uso agrotóxicos. 5. Não consta captação de água. 6. RL está parcialmente degradada mas consta preservada. 7. Incluir área desmatada na RL.
53	708.0.112456/2014	Fazenda Rolinha (Monte Alto)	Itamaraju	2014.001.003432/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. RL parcialmente degradada mas consta como preservada. 2. Área de pastagem declarada como vegetação nativa. 3. Omissão de 6 nascentes.
54	708.9.1358/2017	Fazenda Serra Morena	Teixeira de Freitas	2015.001.007390/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. RL deve ser no mínimo 20%. 2. RL declarada preservada mas está degradada. 3. Omissão de intervenção em corpo hídrico. 4. Erro delimitação APP. 5. Apresentar PRADA para RL e APP. 6. Polígonos possuem erros de deslocamento. 7. Caracterizar canal como APP ou não.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
55	708.9.270013/2017	Fazenda Boa Sorte	Teixeira de Freitas	2017.001.124485/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. RL deve ser no mínimo 20%. 2. RL declarada preservada mas está degradada. 3. Omissão de intervenção em corpo hídrico. 4. Apresentar PRADA para RL.
56	708.9.16080/2017	Fazenda Boa Sorte	Mucuri	2016.001.041050/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	Não há inconsistências.
57	708.9.10900/2018	Fazenda Retiro	Mucuri	2017.001.093467/TC 2017.001.096490/TC 2017.001.093465/TC 2017.001.093466/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Erro delimitação polígono RL. 2. Erro delimitação APP. 3. Não consta o TAC com o MPBA. 4. Omissão de APP. 5. Não consta intervenção em corpo hídrico e captação. 6. Não consta RL aprovada.
58	708.9.48163/2017	Fazenda Esplanada	Teixeira de Freitas	2016.001.044679/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Comprovar que a APP está em restauração para cômputo na RL.
59	708.9.48163/2017	Fazenda Itamineira	Teixeira de Freitas	2015.001.013498/TC Não se aplica o art. 121 do	1. Comprovar que a APP está em restauração para cômputo na RL.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
				Decreto Estadual nº 15.180/14.	
60	708.9.48163/2017	Fazenda Belo Paraíso	Teixeira de Freitas	2015.001.013259/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Comprovar que a APP está em restauração para cômputo na RL.
61	708.9.48163/2017	Fazenda Quissaman	Teixeira de Freitas	2015.001.013476/TC 2015.001.013473/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Comprovar que a APP está em restauração para cômputo na RL.
62	708.9.48163/2017	Fazenda Boa Esperança	Teixeira de Freitas	2015.001.018123/CEFIR Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Comprovar que a APP está em restauração para cômputo na RL.
63	708.9.26687/2018	Fazenda Fortaleza	Mucuri	2014.001.002072/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Delimitação APP descontínua 2. APP de nascente não declarada. 3. Barramento de curso d'água não declarado.
64	708.0.90864/2014	Fazenda Bom Jesus (1606 e 943)	Alcobaça	201600104595/TC 2016001047427/CEFIR Aplicou o art. 121 do Decreto Estadual nº	1. Área vazia que está com pasto. 2. Omissão de APP. 3. Constatação de supressão de vegetação nativa. 4. Omissão de intervenção em corpo

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
				15.180/14.	hídrico. 5. Delimitar corretamente APPs. 6. Corrigir RL para 20%. 7. RL declarada preservada mas está parcialmente degradada.
65	708.9.41987/2017	Fazenda Campo Verde (Refúgio do Profeta)	Alcobaça	2016001027881/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Polígonos possuem erros de deslocamento. 2. Delimitação errada da APP. 3. Cômputo indevido da APP na RL, pois existente vegetação excedente. 4. Área desmatada é maior.
66	708.0.199304/2016	Fazenda Mineirinha Baianinha	Teixeira de Freitas	2016.001.016873/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Cômputo indevido da APP na RL, pois existente vegetação excedente. 2. APP está degradada. 3. RL menor que 20%. 4. Omissão do TAC com o MPBA. 5. Omissão uso agrotóxico. 6. Cronograma PRADA inadequado.
67	708.9.73917/2018	Fazenda Eldorado (2301)	Mucuri	2016.001.037203/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Delimitação errada da APP. 2. RL deve ter 20%. 3. Omissão uso agrotóxico. 4. Omissão origem água utilizada. 5. APP e RL parcialmente degradadas mas constaram preservadas. 6. Inserir PRADA. 7. Falta mencionar RL aprovada.
68	708.9.73917/2018	Fazenda Eldorado	Mucuri	2017.001.073421/TC	1. Delimitação errada de APP. 2. Omissão do uso da água.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
		(2302)		Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	3. Readequar prazo PRADA. 4. Falta mencionar RL aprovada.
69	708.9.181227/2017	Fazenda Bom Conselho	Jucuruçu	2016.001.016332/TC Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	Não há inconsistências.
70	708.0.5988/2015	Fazenda São João	Nova Viçosa	2014.001.004309/CEFIR Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Cômputo indevido APP na RL, pois existente vegetação excedente. 2. Área de vegetação como atividade produtiva. 3. APP e RL degradadas mas constaram preservadas. 4. Erro na delimitação de APP.
71	708.0.258213/2016	Fazenda Futuro	Mucuri	2016.001.021945/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Omissão do TAC com o MPBA. 2. Omissão uso de agrotóxico. 3. Corrigir RL (parte com infra-estrutura). 4. APP e RL estão parcialmente degradadas. 5. Falta PRADA para APP e RL.
72	708.0.258213/2016	Fazenda Vai Quem Quer	Mucuri	2016.001.021939/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Omissão do TAC com o MPBA. 2. Omissão uso de agrotóxico. 3. RL deve ser na área com vegetação nativa preservada. 4. Retirar APP inexistente.
73	708.0.258213/2016	Fazenda Limoeiro	Mucuri	2016.001.025075/CEFIR	1. Omissão do TAC com o MPBA. 2. Omissão uso de agrotóxico.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
				Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	3. Omissão de vegetação nativa excedente. 4.RL parcialmente degradada. 5. Falta PRADA para RL.
74	708.0.84581/2016	Fazenda Pião do Meio	Alcobaça	2015.001.011152/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. PRADA com cronograma específico por matrícula.
75	708.0.84581/2016	Fazenda Adriana	Alcobaça	2015.001.011160/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Cômputo indevido APP na RL, pois existente vegetação excedente. 2.APP está degradada. 3. PRADA com cronograma específico por matrícula.
76	708.0.233649/2017	Fazenda Bello Esperança	Mucuri	2015.001.14304/CEFIR Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Polígonos possuem erros de deslocamento. 2. Erro delimitação APP. 3. RL deve ser composta apenas por vegetação nativa. 4. Omissão uso agrotóxico. 5. Omissão origem água utilizada. 6. APP parcialmente degradada mas consta preservada.
77	708.0.265485/2016	Fazenda Porto da Cerca (6469 e 6442)	Teixeira de Freitas	2016.001.026928/CEFIR 2016.001.026925/CEFIR Não cita o art. 121 do Decreto Estadual nº	1. Não consta o TAC com o MPBA. 2. Polígonos possuem erros de deslocamento. 3. Omissão de APP. 4. Barramento não cadastrado.

Nº	PROCEDIMENTO Nº	IMÓVEL	MUNICÍPIO	CEFIR	INCONSISTÊNCIAS
				15.180/14.	
78	708.0.265652/2016	Fazenda Minerva	Itanhém	2017.001.059276/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. RL abaixo de 20%. 2. Áreas de vegetação nativa como produtivas. 3. RL parcialmente degradada mas consta preservada. 4. Erro delimitação APP. 5. Falta licença para barramento. 6. Falta de outorga d'água.
79	708.9.107134/2017	Fazenda Conjunto Grapiúna	Teixeira de Freitas	2017.001.054912/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Polígonos possuem erros de deslocamento. 2. Omissão TAC com o MPBA. 3. Comprovar uso recurso hídrico.
80	708.0.258204/2016	Fazenda Rio Mucuri	Mucuri	2014.001.003323/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	1. Deslocamento do *shapefile* da vegetação nativa.
81	708.0.154403/2016	Fazenda Campo Verde	Mucuri	2016.001.022405/TC Não se aplica o art. 121 do Decreto Estadual nº 15.180/14.	Não há inconsistências.

* Numeração laranja representa o CEFIR pendente de correção e a azul o CEFIR validado por não apresentar inconsistências ou após correções.
** Realce em amarelo representa a falta de declaração de passivo ambiental.
Fonte: Elaborado pelo autor.

LISTA DE INCONSISTÊNCIAS:

Nº	INCONSISTÊNCIA	Nº VEZES	PERCENTUAL DO TOTAL
1	Vegetação nativa (excedente): declaração de área produtiva que é remanescente; omissão de remanescente; constatado desmatamento; área declarada como remanescente mas não é.	14	5,34%
2	Erro na classificação da vegetação de APP e RL: declarada como preservada, mas está parcialmente degradada ou degradada.	34	12,97%
3	Recursos hídricos: falta de especificação do uso de recurso hídrico, sua existência ou se há intervenções.	28	10,68%
4	Falta de PRADA: referente às áreas de preservação permanente, de reserva legal ou para restauração de outros remanescentes, bem como quando o cronograma é inadequado.	20	7,63%
5	Uso de agrotóxico não declarado.	18	6,87%
6	Erro quanto à área desmatada: correção da área desmatada ou omissão dessa declaração.	11	4,19%
7	Correção da reserva legal: não incluir área desmatada ou incluí-la; polígono em sobreposição com infraestrutura ou corpo hídrico; falta inserir remanescentes ou deve ser na área de vegetação nativa; polígono inexistente; não informada prévia aprovação de sua localização; área a menor; não computar a APP; cômputo da APP não declarado ou indevido; comprovar que a APP está em recuperação para cômputo na RL.	45	17,17%
8	Correção da área de preservação permanente: sobreposição com lâmina d'água; área a menor; omissão de declaração; incorreta caracterização.	53	20,22%
9	Falta de declaração do TAC com o MPBA.	18	6,87%
10	Correção do mapa do imóvel ou seus polígonos: quando não abrangidos pelas categorias anteriores.	18	6,87%
11	Correções em atenção ao art. 121 do Decreto Estadual 15.180/14.*	3	1,14%

Nº	INCONSISTÊNCIA	Nº VEZES	PERCENTUAL DO TOTAL
	TOTAL	**262**	**100%**

*Art. 121 - Os imóveis em que tenha sido praticado desmatamento de floresta nativa, sem autorização, em data posterior a 22 de julho de 2008, deverão registrar-se perante o CEFIR para fins de sua regularização, não sendo passíveis dos benefícios previstos nos arts. 59 a 68 da Lei Federal nº 12.651/2012.

APÊNDICE B - Resultado das análises comparativas das situações das áreas de preservação permanente e de reserva legal

Nº análise	Imóvel	Diminuição	Manutenção	Aumento	Prejudicado
001	Fazenda Pedra Azul				X
002	Fazenda Renascer			X	
003	Fazenda Água Clara		X		
004	Fazenda Sossego		X		
005	Fazenda Virgínia II		X		
006	Sítio Santa Clara (2355)				X
007	Sítio Santa Clara (1374)				X
008	Fazenda Boa Vista			X	
009	Fazenda Bela Vista			X	
010	Sítio São Francisco de Assis			X	
011	Fazenda Bela Nuvem			X	
012	Fazenda Reunidas Três Irmãos			X	
013	Sítio Santa Rita I				X
014	Fazenda Sempre Viva				X
015	Fazenda Palmares (4593)		X		
016	Fazenda Palmares (2985)		X		
017	Fazenda São João				X
018	Fazenda Favorita		X		
019	Fazenda Serraria III			X	
020	Fazenda União		X		
021	Fazenda Milagre		X		
022	Fazenda Floresta Negra		X		
023	Sítio Fantasia	X			
024	Fazenda Gondo/Três Irmãos				X
025	Fazenda Gondo/Betel				X
026	Fazenda Gondo/Belém do Pará			X	
027	Fazenda Gondo/Boa Esperança (2264)				X
028	Fazenda Gondo/Boa Esperança (2986)				X
029	Fazenda Bela Vista				X
030	Fazenda Itabuna				X
031	Fazenda Itaúnas (2460)				X
032	Fazenda Itaúnas (927)		X		
033	Fazenda Planície		X		
034	Fazendas Atalho Califórnia		X		
035	Fazenda Costa Azul		X		
036	Fazenda Aquarela		X		

Nº análise	Imóvel	Diminuição	Manutenção	Aumento	Prejudicado
037	Fazenda Belém de Jesus		X		
038	Fazenda Boa Nova/Dende		X		
039	Fazenda Itapetinga				X
040	Fazenda Santa Luzia			X	
041	Fazenda Novo Horizonte		X		
042	Sítio Bom Jesus	X			
043	Fazenda Santo Onofre (1368)				X
044	Fazenda Santo Onofre (1369)				X
045	Fazenda Jurema		X		
046	Fazenda Nossa Senhora Aparecida		X		
047	Fazenda Amazonas			X	
048	Fazenda Meus Esforços	X			
049	Fazenda Terra Santa		X		
050	Fazenda Bahia II			X	
051	Fazenda Bahia III		X		
052	Fazenda Grejuá IV			X	
053	Fazenda Vida Linda		X		
054	Fazenda Graciosa		X		
055	Fazenda Três Irmãos				X
056	Fazenda Boa Vista		X		
057	Fazenda Gravatá			X	
058	Fazenda Água Boa			X	
059	Fazenda Canaã		X		
060	Fazenda Santa Cruz			X	
061	Conjunto Santa Cruz		X		
062	Conjunto Vida Nova		X		
063	Fazenda Recordação		X		
064	Conjunto Nova Vida		X		
065	Fazenda Boa Esperança/Três Rios		X		
066	Rancho Junatã			X	
067	Fazenda Diamantina I		X		
068	Fazenda São Domingos			X	
069	Fazenda Canaã		X		
070	Fazenda Bela Vista				X
071	Fazenda Deus é Guia		X		
072	Fazenda Bom Viver		X		
073	Fazenda Dois Amigos		X		
074	Fazenda Campo Verde				X
075	Fazenda Jelitto			X	
076	Sítio Rodiedy			X	
077	Sítio Sossego				X
078	Fazenda Primavera		X		
079	Fazenda Guarani e				X

Nº análise	Imóvel	Diminuição	Manutenção	Aumento	Prejudicado
	Barros				
080	Fazenda Retirada da Laguna e Mercúri II				X
081	Fazenda Constelação		X		
082	Fazenda Deus é Pai		X		
083	Fazenda Bela Vista VI			X	
084	Fazenda Nossa Senhora Aparecida				X
085	Fazenda Itabaiana (926)		X		
086	Fazenda Itabaiana (2704)		X		
087	Fazenda Sempre Viva			X	
088	Fazenda Primavera I		X		
089	Fazenda Primavera II		X		
090	Fazenda Conjunto São Bernardo	X			
091	Fazenda Nova Era				X
092	Fazenda Santa Catarina				X
093	Fazenda Nova Esperança (1465)				X
094	Fazenda Nova Esperança (1466)				X
095	Fazenda Não Pensei		X		
096	Sítio Primavera		X		
097	Fazenda Pedra Azul (1916)				X
098	Fazenda Pedra Azul (1919)			X	
099	Fazenda Altamira		X		
100	Fazenda Mariângela		X		
101	Fazenda Serra Dourada				X
102	Fazenda Sonho Meu		X		
103	Fazenda Conjunto Boa Vista				X
104	Fazenda Conquista		X		
105	Fazenda Sol Nascente		X		
106	Fazenda Boa Sorte	X			
107	Fazenda Praia II (2027)				X
108	Fazenda Praia II (4382)				X
109	Fazenda Sossego Feliz			X	
110	Fazenda Suspiro (102)			X	
111	Fazenda Suspiro (215)				X
112	Fazenda Diana	X			
113	Fazenda Santa Rita		X		
114	Fazenda Rainha do Sul		X		
115	Fazenda Santa Rosa			X	
116	Fazenda Santo Antônio		X		
117	Fazenda Boa Sorte		X		
118	Fazenda Santo Antônio II			X	

Nº análise	Imóvel	Diminuição	Manutenção	Aumento	Prejudicado
119	Fazenda Chikashi Urano				X
120	Fazenda Guaraná			X	
121	Fazenda Três Corações		X		
122	Fazenda Santa Lúcia		X		
123	Fazenda Jacutinga		X		
124	Fazenda Tapajós				X
125	Sítio Marobá			X	
126	Fazenda Novo Horizonte				X
127	Sítio Canela	X			
128	Sítio Montes Claros	X			
129	Fazenda Sítio Novo				X
130	Fazenda Boa Esperança			X	
131	Fazenda Vista Alegre				X
132	Fazenda Pampulha (772)		X		
133	Fazenda Pampulha (773)		X		
134	Fazenda Pampulha (1792)			X	
135	Sítio Recôncavo	X			
136	Fazenda Nova Alegria		X		
137	Fazenda Alta Mira			X	
138	Fazenda Oliveira		X		
139	Sítio Eldorado (2135)		X		
140	Sítio Eldorado (2134)		X		
141	Fazenda Continental e Lagoa Dourada				X
142	Fazenda Vale da Esperança				X
143	Fazenda Santa Cecília (711)			X	
144	Fazenda Santa Cecília (856)		X		
145	Fazenda Santa Cecília e Bela Vista		X		
146	Fazenda Novo Horizonte			X	
147	Fazenda Marobá			X	
148	Fazenda São Joaquim		X		
149	Fazenda Lagoinha		X		
150	Fazenda São Joaquim			X	
151	Fazenda Mante Sinai		X		
152	Fazenda Marobá II		X		
153	Fazenda Oliveira			X	
154	Sítio Caribé				X
155	Fazenda Morro da Glória			X	
156	Sítio Esperança e Viva Bem			X	
157	Sítio Boa Esperança (1456)				X
158	Sítio Boa Esperança (91)			X	

Nº análise	Imóvel	Diminuição	Manutenção	Aumento	Prejudicado
159	Sítio Boa Esperança (1517)		X		
160	Fazenda Santo Antônio				X
161	Fazenda Angelim		X		
162	Fazenda Nossa Senhora Aparecida		X		
163	Sítio Baixa Alegre e São Benedito				X
164	Fazenda Santa Clara			X	
165	Fazenda Boa Vista				X
166	Fazenda Amazonas II				X
167	Fazenda Veneza				X
168	Fazenda Lagoa Formosa				X
169	Fazenda Dois Irmãos			X	
170	Fazenda Santo Antônio e Falendas			X	
171	Fazenda Cachoeirinha		X		
172	Fazenda Dois Irmãos II		X		
173	Fazenda Entre Rios		X		
174	Fazenda Kairê		X		
175	Fazenda Kairê II		X		
176	Fazenda Ouro Verde				X
177	Sítio Vô Bonfim				X
178	Fazenda Nova Esperança				X
179	Fazenda Bela Vista (11481)		X		
180	Fazenda Bela Vista (4896)				X
181	Fazenda Bela Vista (5296)				X
182	Fazenda Bela Vista (5223)				X
183	Fazenda Bela Vista (5280)				X
184	Fazenda Três Irmãos				X
185	Fazenda Santo André		X		
186	Fazenda Didiquesa				X
187	Fazenda Lindóia				X
188	Fazenda Lagoa Nova e Jutupan				X
189	Fazenda Lacerda		X		
190	Fazenda Destino				X
191	Fazenda Flor do Campo		X		
192	Fazenda Planalto		X		
193	Fazenda Flor do Campo		X		
194	Fazenda Três Irmãos			X	
195	Fazenda Alvana (720)				X
196	Fazenda Alvana (1862)				X

Nº análise	Imóvel	Diminuição	Manutenção	Aumento	Prejudicado
197	Fazenda Capixaba			X	
198	Sítio Boa Sorte		X		
199	Sítio Altivo		X		
200	Sítio Boa Sorte			X	
201	Sítio Lagoa do Naiá		X		
202	Fazenda Boa Fé				X
203	Fazenda Santa Tereza				X
204	Sítio Deus Ajuda			X	
205	Fazenda Boa Vista				X
206	Sítio Boa Vista				X
207	Sítio Alto Bonito		X		
208	Fazenda Boa Vista				X
209	Estância Covre (998)			X	
210	Estância Covre (2562)			X	
211	Estância Covre (4376)		X		
212	Fazenda Esplanada			X	
213	Fazenda Delícia			X	
214	Fazenda Alegria (2092)		X		
215	Fazenda Alegria (9664)		X		
216	Fazenda Boa Vista		X		
217	Sítio São Jerônimo				X
218	Sítio São José			X	
219	Fazenda Dois Irmãos			X	
220	Fazenda Por do Sol		X		
221	Fazenda Quinta do Sol	X			
222	Fazenda Bela Manhã		X		
223	Fazenda São Marcos I				X
224	Fazenda São Marcos II		X		
225	Fazenda Pamplona II (17366)		X		
226	Fazenda Pamplona II (3587)		X		
227	Pamplona III				X
228	Fazenda Água Limpa			X	
229	Sítio Colibri		X		
230	Fazenda Triângulo		X		
231	Fazenda Saudade				X
232	Fazenda Cajueiro e Dois Irmãos		X		
233	Fazenda Sombra da Tarde		X		
234	Fazenda Conjunto Édem		X		
235	Fazenda das Gêmeas e Saudades				X
236	Fazenda Conjunto Ipiranga				X
237	Fazenda São Bernardino	X			
238	Fazenda Nova Palha				X

Nº análise	Imóvel	Diminuição	Manutenção	Aumento	Prejudicado
	(4238)				
239	Fazenda Nova Palha (4237)				X
240	Fazenda Nova Palha (17154)				X
241	Fazenda Angulosa			X	
242	Sítio da Onça		X		
243	Fazenda Tokaia				X
244	Fazenda Boa Esperança				X
245	Sítio Vista Alegre				X
246	Fazenda Marobá		X		
247	Fazenda Conjunto Boa Vista		X		
248	Fazenda Oásis				X
249	Fazenda Santa Rosa				X
250	Sítio Coqueiral			X	
251	Fazenda Boa Vista Naiá		X		
252	Fazenda Turmalina do Prado		X		
253	Fazenda Turmalina do Prado II		X		
254	Fazenda Turmalina do Prado III		X		
255	Fazenda Litoral				X
256	Fazenda Mattos	X			
257	Fazenda Rosa Maria	X			
258	Fazenda Sumidouro				X
259	Fazenda Santa Inês		X		
260	Sítio Vista Alegre				X
261	Fazenda Pérola Verde				X
262	Fazenda Nova Galha				X
263	Fazenda Guanabara		X		
264	Fazenda Estreito		X		
265	Fazenda Guarani		X		
266	Fazenda Deus é Pai				X
267	Recanto da Saudade (922)				X
268	Recanto da Saudade (4121)			X	
269	Conjunto Santa Fé (882)		X		
270	Conjunto Santa Fé (209)		X		
271	Conjunto Paraíso		X		
272	Fazenda Nova II		X		
273	Fazenda Olho D’água				X
274	Fazenda Marianinha				X
275	Fazenda Favorita			X	
276	Fazenda São Pedro (986)				X
277	Fazenda São Pedro				X

Nº análise	Imóvel	Diminuição	Manutenção	Aumento	Prejudicado
	(1516)				
278	Fazenda São Pedro (1514)				X
279	Fazenda Seis de Março			X	
280	Fazenda Nova (629)			X	
281	Fazenda Nova (730)			X	
282	Sítio Boa Esperança e Pombal			X	
283	Fazenda Boa Sorte				X
284	Fazenda Peruípe				X
285	Fazenda Rancho Grande			X	
286	Fazenda Salvador				X
287	Fazenda Sorocaba				X
288	Fazenda Santa Rosa I		X		
289	Fazenda Santa Rosa II			X	
290	Fazenda Jussara			X	
291	Fazenda Salvação			X	
292	Fazenda Boa Vista (3969)				X
293	Fazenda Boa Vista (873)				X
294	Fazenda Bom Jesus (1606)	X			
295	Fazenda Bom Jesus (943)		X		
296	Fazenda Bom Jardim				X
297	Fazenda Muniz			X	
298	Fazenda Santa Terezinha		X		
299	Fazenda Santa Madalena		X		
300	Fazenda Maravilha			X	
301	Fazenda Santa Helena			X	
302	Fazenda Nova York		X		
303	Fazenda Boa Sorte			X	
304	Fazenda São José		X		
305	Fazenda Rancho Grande reg 10		X		
306	Fazenda Rancho Grande reg 03		X		
307	Fazenda Nova Síria			X	
308	Fazenda Paissandu		X		
309	Fazenda Nova Síria		X		
310	Fazenda Limeira I		X		
311	Fazenda Santo Antônio da Ribeira			X	
312	Sítio Boa Vista – Icá			X	
313	Fazenda Novo Horizonte		X		
314	Fazenda Aparaju				X
315	Fazenda Paissandu			X	
316	Fazenda Baronesinha		X		
317	Fazenda Gruta Baiana			X	

Nº análise	Imóvel	Diminuição	Manutenção	Aumento	Prejudicado
318	Sítio Lagoa Azul			X	
	TOTAL	**14**	**128**	**75**	**101**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das análises constantes ao Apêndice E.

APÊNDICE C - Resultado das possíveis providências a partir da análise do CEFIR

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
001	Fazenda Pedra Azul	X		
002	Fazenda Renascer	X		
003	Fazenda Água Clara	X		
004	Fazenda Sossego	X		
005	Fazenda Virgínia II			X
006	Sítio Santa Clara (2355)	X		
007	Sítio Santa Clara (1374)	X		
008	Fazenda Boa Vista	X		
009	Fazenda Bela Vista	X		
010	Sítio São Francisco de Assis	X		
011	Fazenda Bela Nuvem	X		
012	Fazenda Reunidas Três Irmãos	X		
013	Sítio Santa Rita I		X	
014	Fazenda Sempre Viva	X		
015	Fazenda Palmares (4593)	X		
016	Fazenda Palmares (2985)	X		
017	Fazenda São João	X		
018	Fazenda Favorita			X
019	Fazenda Serraria III			X
020	Fazenda União	X		
021	Fazenda Milagre	X		
022	Fazenda Floresta Negra	X		
023	Sítio Fantasia		X	

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
024	Fazenda Gondo/Três Irmãos		X	
025	Fazenda Gondo/Betel		X	
026	Fazenda Gondo/Belém do Pará	X		
027	Fazenda Gondo/Boa Esperança (2264)		X	
028	Fazenda Gondo/Boa Esperança (2986)	X		
029	Fazenda Bela Vista		X	
030	Fazenda Itabuna		X	
031	Fazenda Itaúnas (2460)	X		
032	Fazenda Itaúnas (927)			X
033	Fazenda Planície	X		
034	Fazendas Atalho Califórnia	X		
035	Fazenda Costa Azul	X		
036	Fazenda Aquarela	X		
037	Fazenda Belém de Jesus	X		
038	Fazenda Boa Nova/Dende			X
039	Fazenda Itapetinga	X		
040	Fazenda Santa Luzia	X		
041	Fazenda Novo Horizonte	X		
042	Sítio Bom Jesus		X	
043	Fazenda Santo Onofre (1368)		X	
044	Fazenda Santo Onofre (1369)		X	
045	Fazenda Jurema	X		
046	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	X		

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
047	Fazenda Amazonas			X
048	Fazenda Meus Esforços		X	
049	Fazenda Terra Santa			X
050	Fazenda Bahia II	X		
051	Fazenda Bahia III			X
052	Fazenda Grejuá IV	X		
053	Fazenda Vida Linda			X
054	Fazenda Graciosa			X
055	Fazenda Três Irmãos	X		
056	Fazenda Boa Vista			X
057	Fazenda Gravatá	X		
058	Fazenda Água Boa	X		
059	Fazenda Canaã			X
060	Fazenda Santa Cruz	X		
061	Conjunto Santa Cruz			X
062	Conjunto Vida Nova	X		
063	Fazenda Recordação	X		
064	Conjunto Nova Vida	X		
065	Fazenda Boa Esperança/Três Rios	X		
066	Rancho Junatã	X		
067	Fazenda Diamantina I	X		
068	Fazenda São Domingos	X		
069	Fazenda Canaã	X		
070	Fazenda Bela Vista	X		
071	Fazenda Deus é Guia	X		

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
072	Fazenda Bom Viver			X
073	Fazenda Dois Amigos			X
074	Fazenda Campo Verde	X		
075	Fazenda Jelitto	X		
076	Sítio Rodiedy			X
077	Sítio Sossego	X		
078	Fazenda Primavera	X		
079	Fazenda Guarani e Barros		X	
080	Fazenda Retirada da Laguna e Mercúri II	X		
081	Fazenda Constelação			X
082	Fazenda Deus é Pai	X		
083	Fazenda Bela Vista VI	X		
084	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	X		
085	Fazenda Itabaiana (926)			X
086	Fazenda Itabaiana (2704)	X		
087	Fazenda Sempre Viva	X		
088	Fazenda Primavera I	X		
089	Fazenda Primavera II	X		
090	Fazenda Conjunto São Bernardo		X	
091	Fazenda Nova Era		X	
092	Fazenda Santa Catarina	X		
093	Fazenda Nova Esperança (1465)		X	
094	Fazenda Nova Esperança (1466)		X	
095	Fazenda Não			X

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
	Pensei			
096	Sítio Primavera	X		
097	Fazenda Pedra Azul (1916)		X	
098	Fazenda Pedra Azul (1919)	X		
099	Fazenda Altamira			X
100	Fazenda Mariângela	X		
101	Fazenda Serra Dourada		X	
102	Fazenda Sonho Meu			X
103	Fazenda Conjunto Boa Vista	X		
104	Fazenda Conquista			X
105	Fazenda Sol Nascente			X
106	Fazenda Boa Sorte		X	
107	Fazenda Praia II (2027)		X	
108	Fazenda Praia II (4382)		X	
109	Fazenda Sossego Feliz	X		
110	Fazenda Suspiro (102)	X		
111	Fazenda Suspiro (215)		X	
112	Fazenda Diana		X	
113	Fazenda Santa Rita	X		
114	Fazenda Rainha do Sul	X		
115	Fazenda Santa Rosa	X		
116	Fazenda Santo Antônio	X		
117	Fazenda Boa Sorte	X		
118	Fazenda Santo Antônio II			X
119	Fazenda		X	

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
	Chikashi Urano			
120	Fazenda Guaraná	X		
121	Fazenda Três Corações	X		
122	Fazenda Santa Lúcia	X		
123	Fazenda Jacutinga	X		
124	Fazenda Tapajós	X		
125	Sítio Marobá			X
126	Fazenda Novo Horizonte	X		
127	Sítio Canela		X	
128	Sítio Montes Claros		X	
129	Fazenda Sítio Novo		X	
130	Fazenda Boa Esperança			X
131	Fazenda Vista Alegre		X	
132	Fazenda Pampulha (772)	X		
133	Fazenda Pampulha (773)			X
134	Fazenda Pampulha (1792)	X		
135	Sítio Recôncavo		X	
136	Fazenda Nova Alegria	X		
137	Fazenda Alta Mira	X		
138	Fazenda Oliveira	X		
139	Sítio Eldorado (2135)	X		
140	Sítio Eldorado (2134)	X		
141	Fazenda Continental e Lagoa Dourada	X		
142	Fazenda Vale da Esperança	X		
143	Fazenda Santa Cecília (711)	X		
144	Fazenda Santa Cecília (856)	X		
145	Fazenda Santa	X		

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
	Cecília e Bela Vista			
146	Fazenda Novo Horizonte	X		
147	Fazenda Marobá	X		
148	Fazenda São Joaquim			X
149	Fazenda Lagoinha	X		
150	Fazenda São Joaquim	X		
151	Fazenda Mante Sinai			X
152	Fazenda Marobá II			X
153	Fazenda Oliveira	X		
154	Sítio Caribé		X	
155	Fazenda Morro da Glória			X
156	Sítio Esperança e Viva Bem	X		
157	Sítio Boa Esperança (1456)	X		
158	Sítio Boa Esperança (91)	X		
159	Sítio Boa Esperança (1517)	X		
160	Fazenda Santo Antônio		X	
161	Fazenda Angelim	X		
162	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	X		
163	Sítio Baixa Alegre e São Benedito	X		
164	Fazenda Santa Clara	X		
165	Fazenda Boa Vista	X		
166	Fazenda Amazonas II		X	
167	Fazenda Veneza		X	
168	Fazenda Lagoa Formosa		X	
169	Fazenda Dois Irmãos	X		

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
170	Fazenda Santo Antônio e Falendas	X		
171	Fazenda Cachoeirinha	X		
172	Fazenda Dois Irmãos II	X		
173	Fazenda Entre Rios			X
174	Fazenda Kairê	X		
175	Fazenda Kairê II	X		
176	Fazenda Ouro Verde		X	
177	Sítio Vô Bonfim		X	
178	Fazenda Nova Esperança		X	
179	Fazenda Bela Vista (11481)	X		
180	Fazenda Bela Vista (4896)	X		
181	Fazenda Bela Vista (5296)	X		
182	Fazenda Bela Vista (5223)	X		
183	Fazenda Bela Vista (5280)	X		
184	Fazenda Três Irmãos		X	
185	Fazenda Santo André			X
186	Fazenda Didiquesa	X		
187	Fazenda Lindóia		X	
188	Fazenda Lagoa Nova e Jutupan		X	
189	Fazenda Lacerda			X
190	Fazenda Destino		X	
191	Fazenda Flor do Campo	X		
192	Fazenda Planalto	X		
193	Fazenda Flor do Campo	X		
194	Fazenda Três Irmãos	X		
195	Fazenda Alvana (720)	X		
196	Fazenda Alvana	X		

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
	(1862)			
197	Fazenda Capixaba	X		
198	Sítio Boa Sorte	X		
199	Sítio Altivo	X		
200	Sítio Boa Sorte	X		
201	Sítio Lagoa do Naiá	X		
202	Fazenda Boa Fé		X	
203	Fazenda Santa Tereza	X		
204	Sítio Deus Ajuda	X		
205	Fazenda Boa Vista	X		
206	Sítio Boa Vista	X		
207	Sítio Alto Bonito	X		
208	Fazenda Boa Vista	X		
209	Estância Covre (998)	X		
210	Estância Covre (2562)	X		
211	Estância Covre (4376)	X		
212	Fazenda Esplanada			X
213	Fazenda Delícia	X		
214	Fazenda Alegria (2092)	X		
215	Fazenda Alegria (9664)	X		
216	Fazenda Boa Vista	X		
217	Sítio São Jerônimo	X		
218	Sítio São José	X		
219	Fazenda Dois Irmãos	X		
220	Fazenda Por do Sol	X		
221	Fazenda Quinta do Sol		X	
222	Fazenda Bela Manhã	X		
223	Fazenda São Marcos I		X	
224	Fazenda São	X		

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
225	Marcos II Fazenda	X		
226	Pamplona II (17366) Fazenda Pamplona II (3587)	X		
227	Pamplona III	X		
228	Fazenda Água Limpa	X		
229	Sítio Colibri	X		
230	Fazenda Triângulo	X		
231	Fazenda Saudade		X	
232	Fazenda Cajueiro e Dois Irmãos	X		
233	Fazenda Sombra da Tarde	X		
234	Fazenda Conjunto Édem	X		
235	Fazenda das Gêmeas e Saudades		X	
236	Fazenda Conjunto Ipiranga		X	
237	Fazenda São Bernardino		X	
238	Fazenda Nova Palha (4238)	X		
239	Fazenda Nova Palha (4237)	X		
240	Fazenda Nova Palha (17154)	X		
241	Fazenda Angulosa	X		
242	Sítio da Onça	X		
243	Fazenda Tokaia		X	
244	Fazenda Boa Esperança	X		
245	Sítio Vista Alegre	X		
246	Fazenda Marobá	X		
247	Fazenda Conjunto Boa Vista	X		
248	Fazenda Oásis		X	

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
249	Fazenda Santa Rosa	X		
250	Sítio Coqueiral	X		
251	Fazenda Boa Vista Naiá	X		
252	Fazenda Turmalina do Prado			X
253	Fazenda Turmalina do Prado II	X		
254	Fazenda Turmalina do Prado III	X		
255	Fazenda Litoral		X	
256	Fazenda Mattos		X	
257	Fazenda Rosa Maria		X	
258	Fazenda Sumidouro	X		
259	Fazenda Santa Inês	X		
260	Sítio Vista Alegre	X		
261	Fazenda Pérola Verde		X	
262	Fazenda Nova Galha		X	
263	Fazenda Guanabara	X		
264	Fazenda Estreito			X
265	Fazenda Guarani	X		
266	Fazenda Deus é Pai		X	
267	Recanto da Saudade (922)		X	
268	Recanto da Saudade (4121)	X		
269	Conjunto Santa Fé (882)	X		
270	Conjunto Santa Fé (209)	X		
271	Conjunto Paraíso	X		
272	Fazenda Nova II	X		
273	Fazenda Olho D’água	X		
274	Fazenda		X	

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
	Marianinha			
275	Fazenda Favorita	X		
276	Fazenda São Pedro (986)	X		
277	Fazenda São Pedro (1516)	X		
278	Fazenda São Pedro (1514)	X		
279	Fazenda Seis de Março	X		
280	Fazenda Nova (629)	X		
281	Fazenda Nova (730)			X
282	Sítio Boa Esperança e Pombal	X		
283	Fazenda Boa Sorte		X	
284	Fazenda Peruípe		X	
285	Fazenda Rancho Grande	X		
286	Fazenda Salvador		X	
287	Fazenda Sorocaba		X	
288	Fazenda Santa Rosa I	X		
289	Fazenda Santa Rosa II	X		
290	Fazenda Jussara	X		
291	Fazenda Salvação			X
292	Fazenda Boa Vista (3969)	X		
293	Fazenda Boa Vista (873)	X		
294	Fazenda Bom Jesus (1606)		X	
295	Fazenda Bom Jesus (943)			X
296	Fazenda Bom Jardim		X	
297	Fazenda Muniz	X		
298	Fazenda Santa Terezinha	X		
299	Fazenda Santa	X		

Nº análise	Imóvel	Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
300	Madalena Fazenda	X		
301	Maravilha Fazenda Santa Helena			X
302	Fazenda Nova York			X
303	Fazenda Boa Sorte			X
304	Fazenda São José			X
305	Fazenda Rancho Grande reg 10	X		
306	Fazenda Rancho Grande reg 03	X		
307	Fazenda Nova Síria	X		
308	Fazenda Paissandu			X
309	Fazenda Nova Síria			X
310	Fazenda Limeira I			X
311	Fazenda Santo Antônio da Ribeira	X		
312	Sítio Boa Vista – Icá			X
313	Fazenda Novo Horizonte	X		
314	Fazenda Aparaju	X		
315	Fazenda Paissandu	X		
316	Fazenda Baronesinha			X
317	Fazenda Gruta Baiana			X
318	Sítio Lagoa Azul	X		
	TOTAL	**204**	**64**	**50**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das análises constantes do Apêndice E.

APÊNDICE D – Fluxograma de possíveis providências a partir das análises dos imóveis rurais

Notificação compromissário	Fiscalização órgão ambiental	Continuidade monitoramento
• Falta de inscrição do imóvel no CEFIR; • Inscrição incompleta no CEFIR; • Deslocamento ou erro nos arquivos vetoriais; • Erro da situação da vegetação declarada como preservada; • Desmatamento fora de APP ou RL não declarado; • Prazo superior a 2032 de recomposição de reserva legal; • Falta de remanescentes em reserva legal nos pequenos imóveis.	• Falta de imagens de satélite; • Impossibilidade de utilização de imagens de satélite; • Diminuição da cobertura florestal.	• Não havendo necessidade de notificação do compromissário ou fiscalização do órgão ambiental, haverá monitoramento periódico.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das análises constantes do Apêndice E.

APÊNDICE E – Análises dos imóveis rurais

ANÁLISE Nº 001

Fazenda: Pedra Azul	**Mat/Ident**: 5323	**Município**: Jucuruçu
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: ( ) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 200,72		**Módulos fiscais:** 5,08
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 002

Fazenda: Renascer	**Mat/Ident**: 18	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº 2014001005156 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 65,37		**Módulos fiscais**: 1,86
APP preservada (ha): 3,05 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 9,07 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

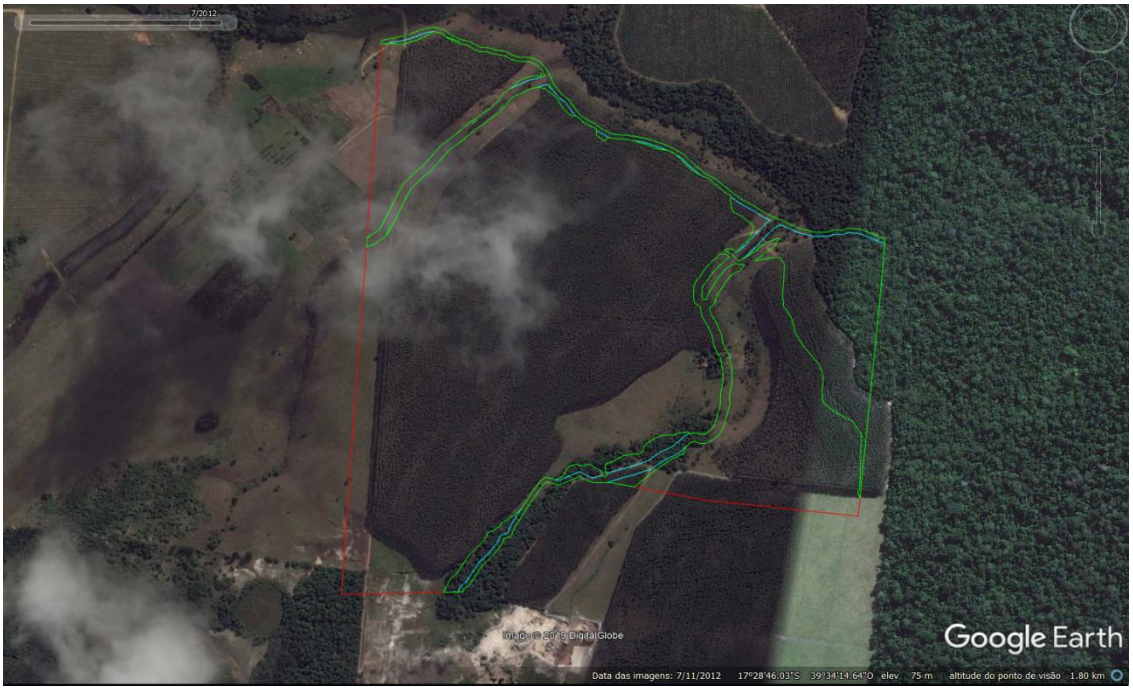


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

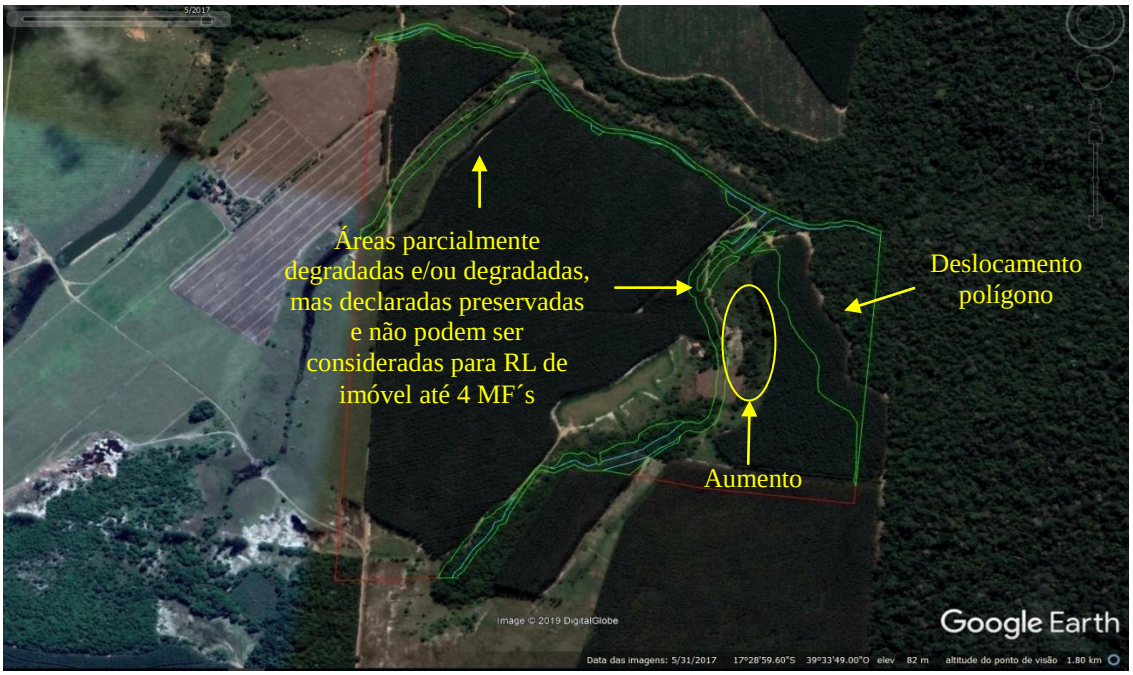
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 002

Data da assinatura do TAC: 11/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 003

Fazenda: Água Clara	**Mat/Ident**: 9575	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2017001048205	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 89,64	**Módulos fiscais:** 2,56	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 2,85 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,93 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

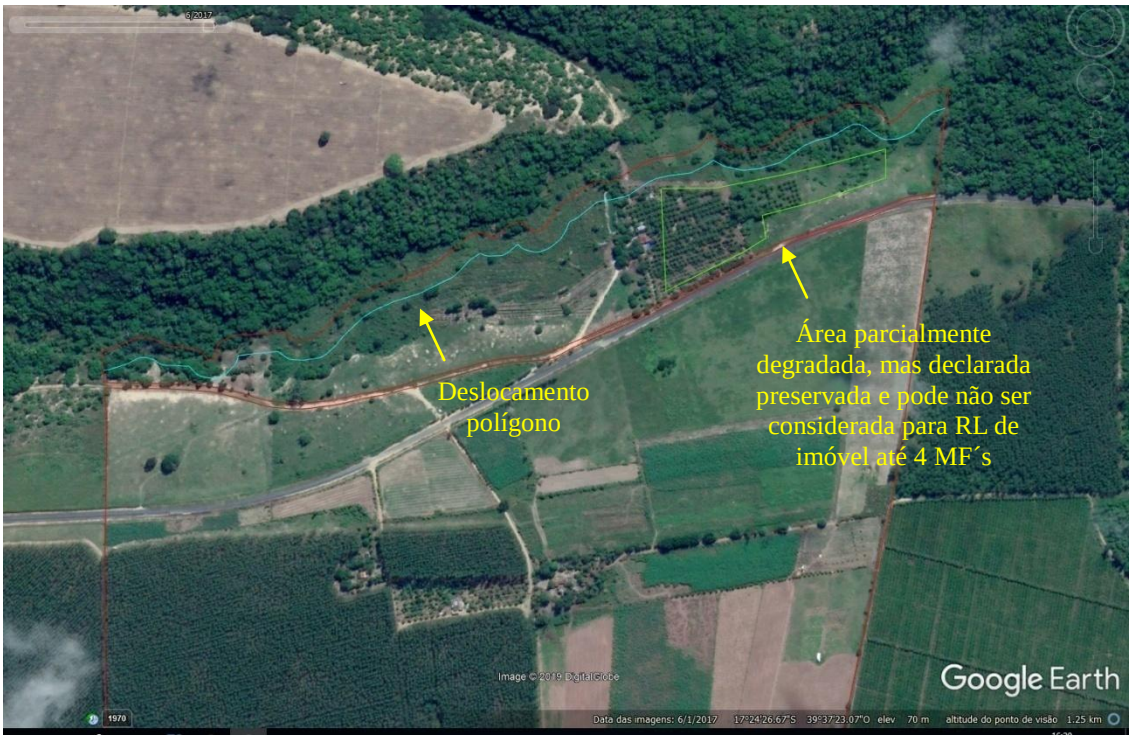
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 003

Data da assinatura do TAC: 03/10/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 004

Fazenda: Sossego	**Mat/Ident**: 4518	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001067937	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 120	**Módulos fiscais:** 3,42	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 12,55 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 14,26 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

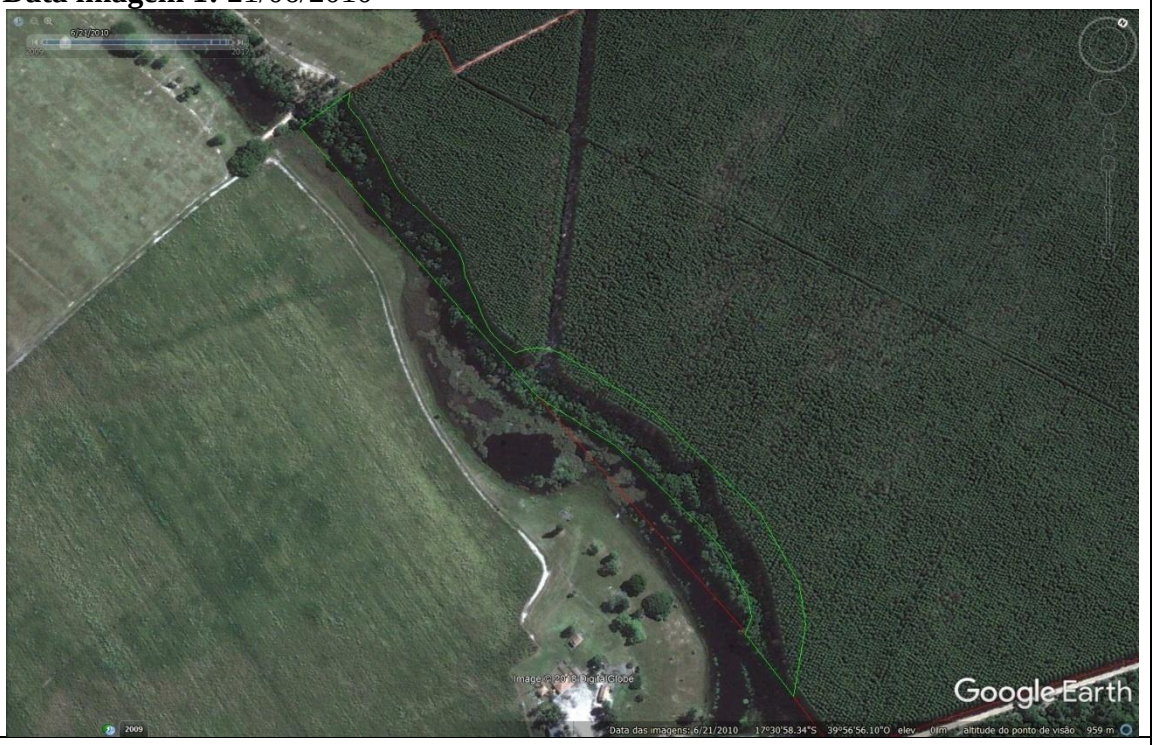


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

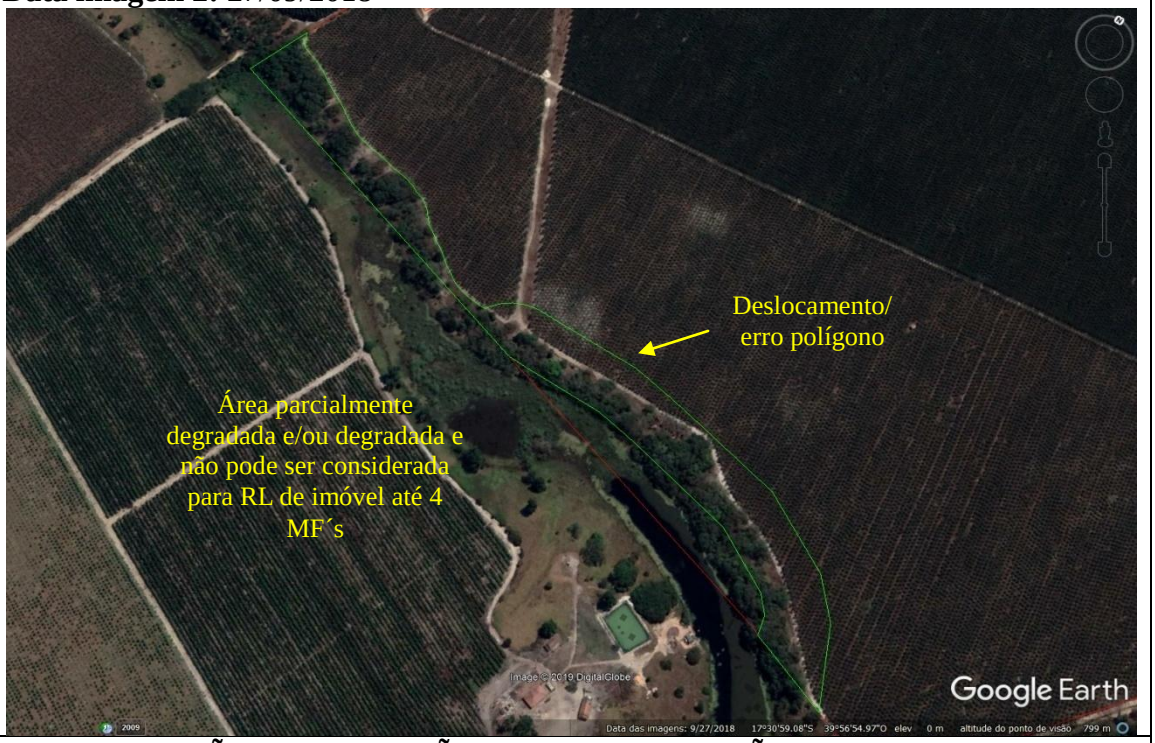
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 004

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

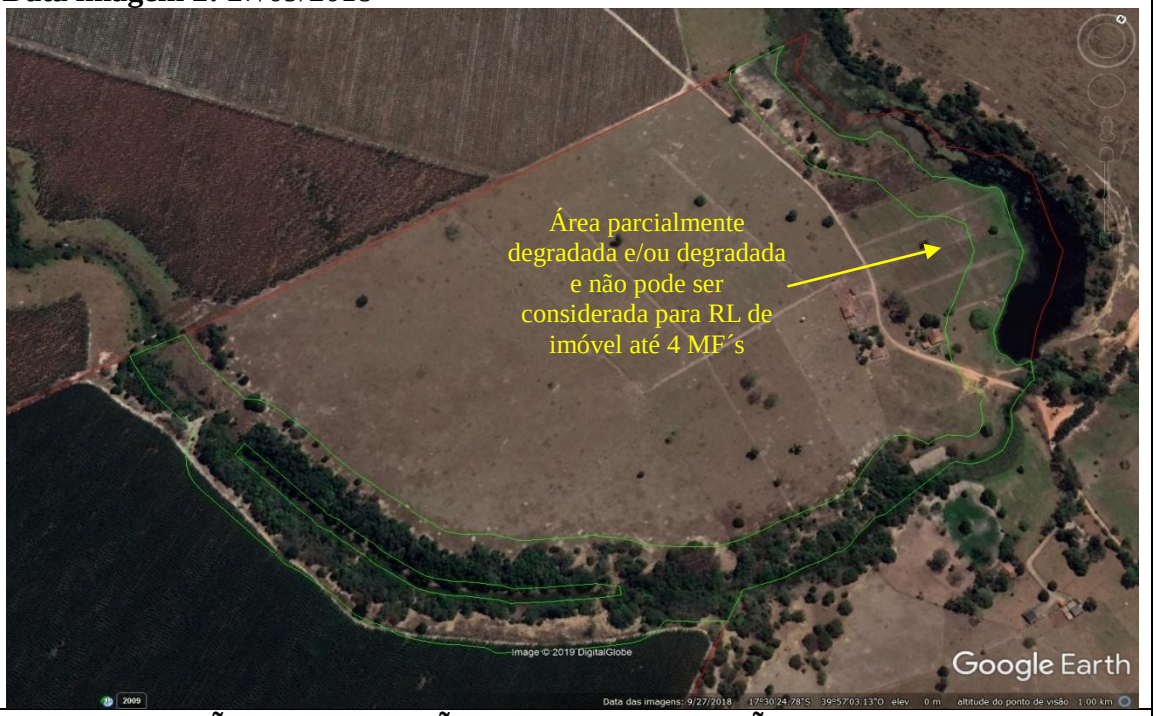
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 004

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 005

Fazenda: Virgínia II	**Mat/Ident**: 2345	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001009608 (com pendência)	**Status: ( ) Pendente validação** **(X) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 31,18	**Módulos fiscais:** 0,89	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,05 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 6,75 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 1,27	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

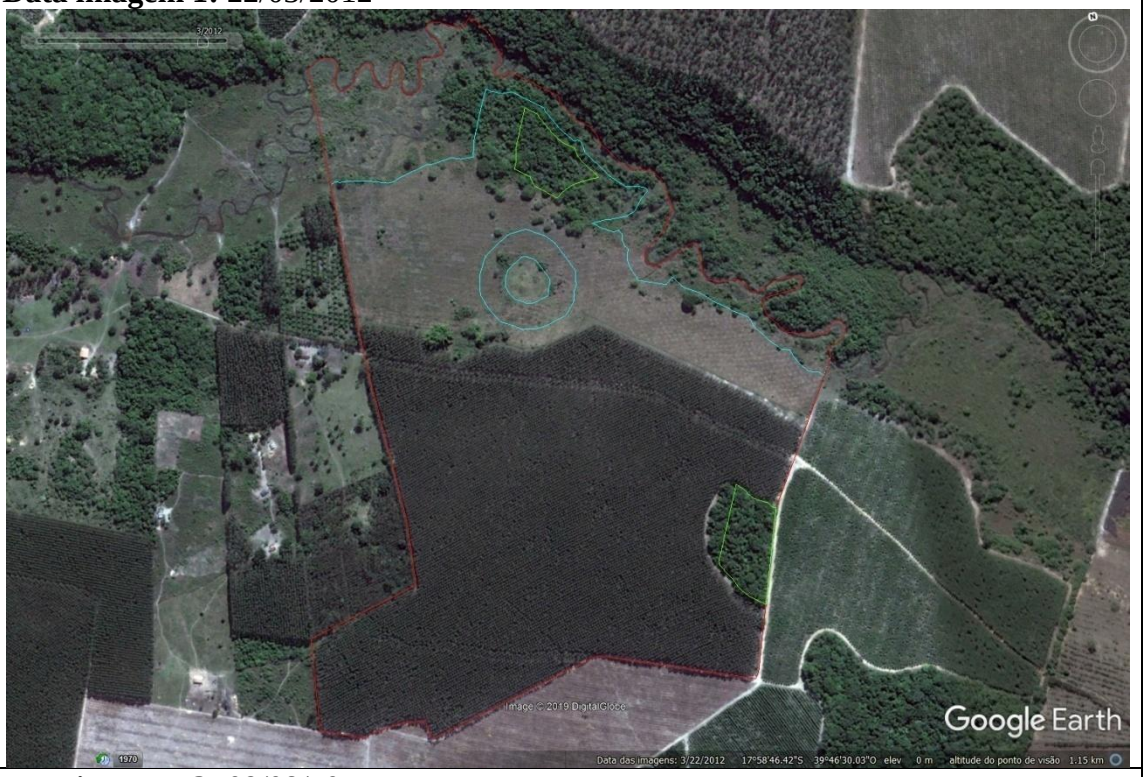


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 005

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 006

Sítio: Santa Clara	**Mat/Ident**: 2355	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: ( ) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 1		**Módulos fiscais:** 0,02
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 007

Sítio: Santa Clara	**Mat/Ident**: 1374	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: ( ) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 14,91		**Módulos fiscais:** 0,42
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**
CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )	

ANÁLISE Nº 008

Fazenda: Boa Vista	**Mat/Ident**: 2166	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001003105	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 252,17	**Módulos fiscais:** 7,20	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 38,79 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 48,64 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

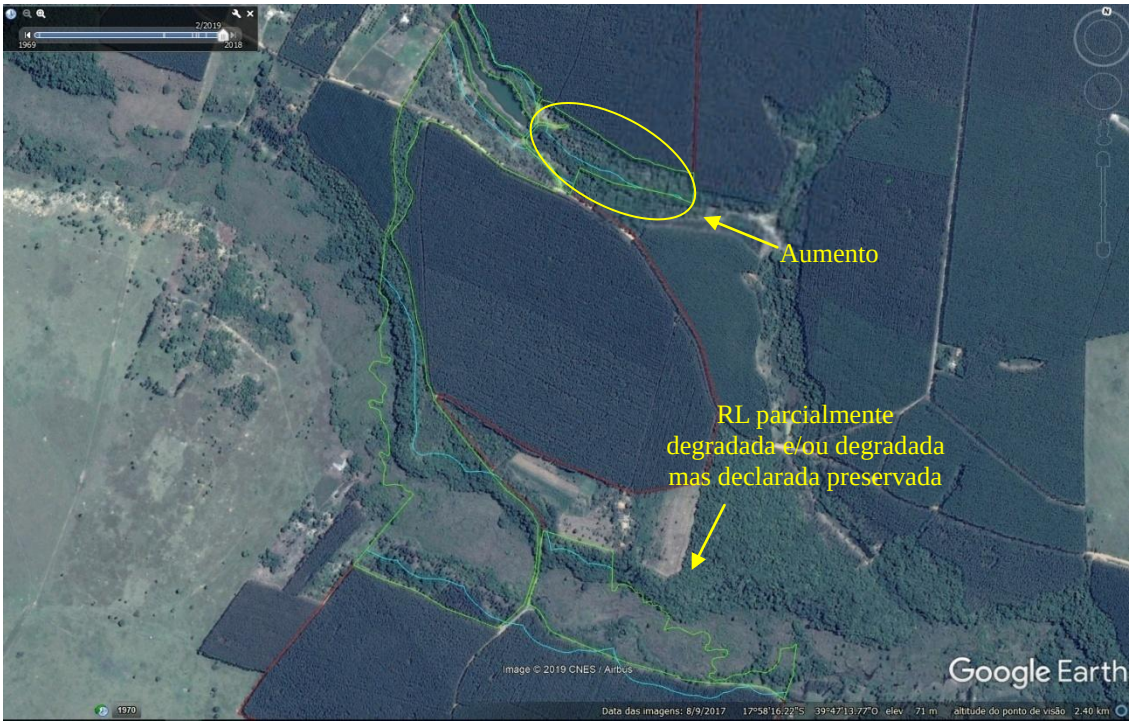
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 008

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 008

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 009

Fazenda: Bela Vista	**Mat/Ident**: 2095	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001008880	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 25,4	**Módulos fiscais:** 0,72	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 4,41 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 5,41 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 1,42	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 009

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017

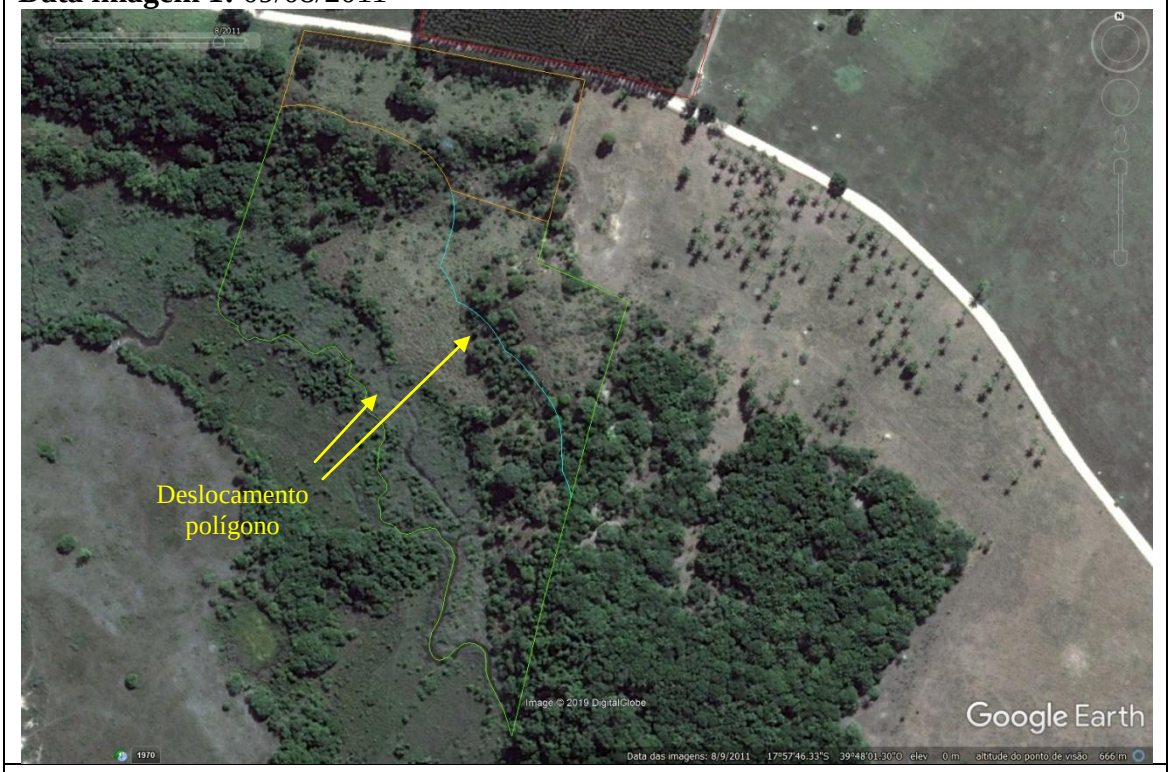


CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

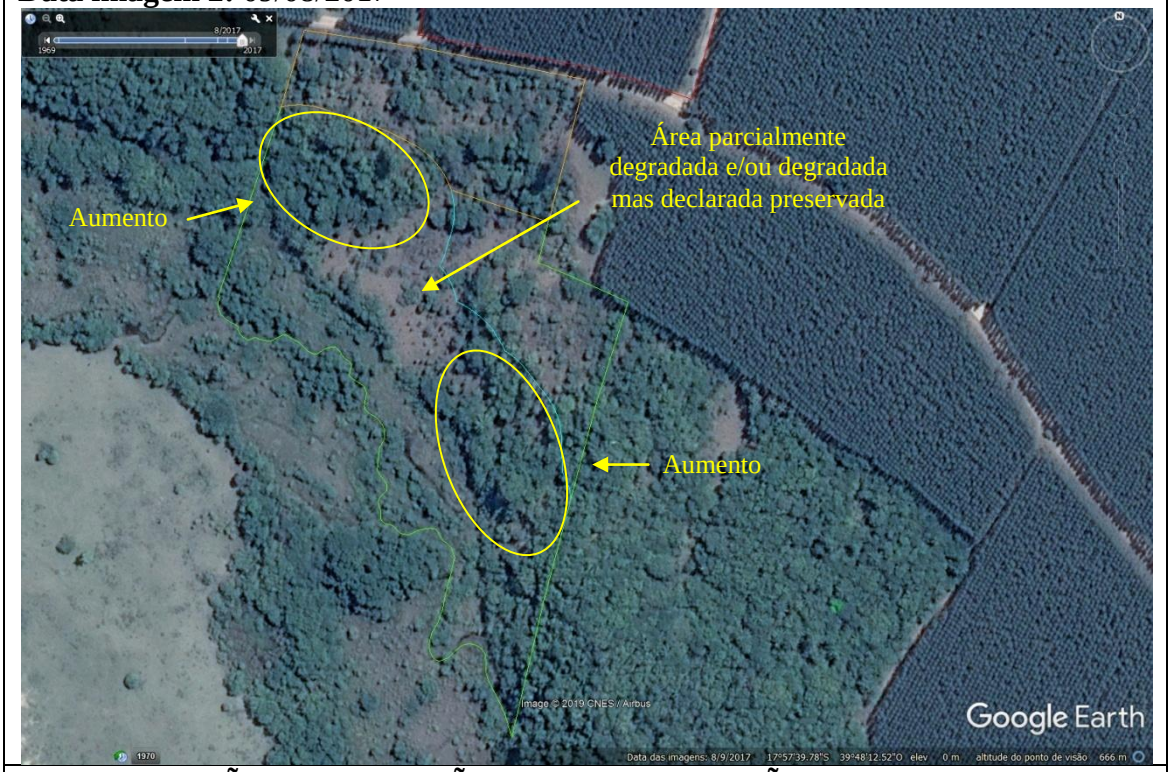
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 009

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 010

Sítio: São Francisco de Assis	**Mat/Ident**: 2404	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001009858	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 84,1	**Módulos fiscais:** 2,40	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 2,28 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 2,28 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

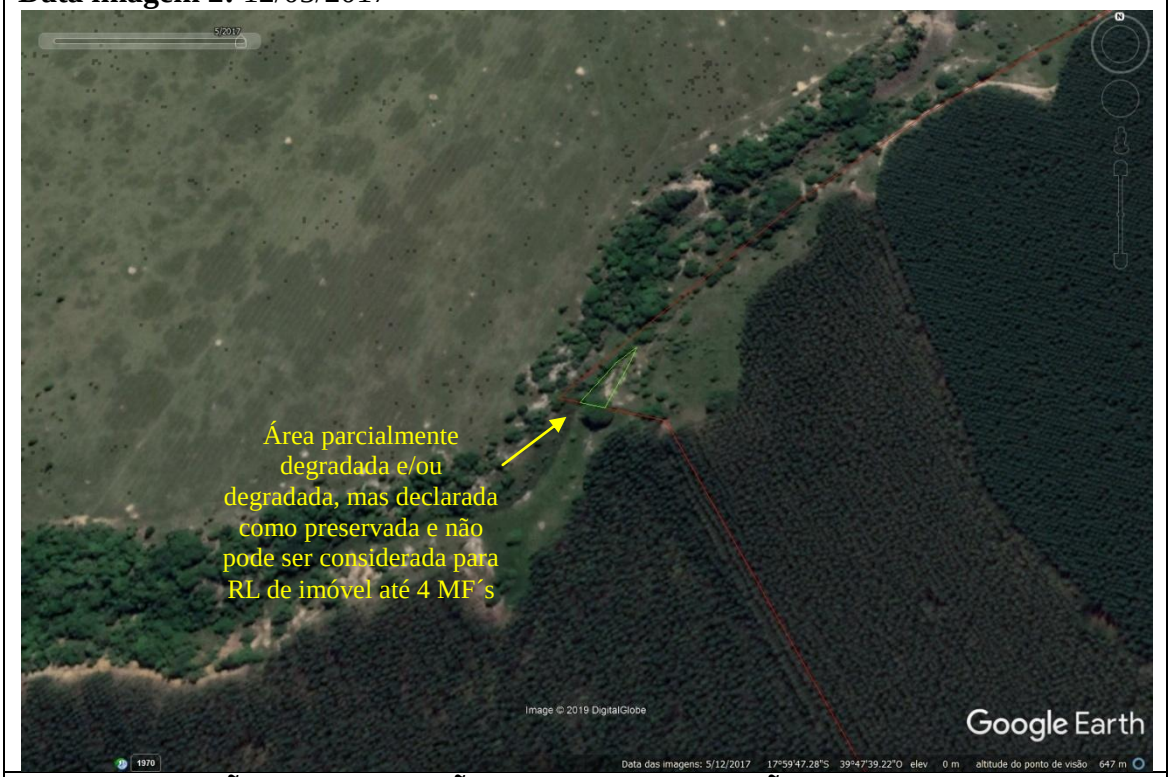
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 010

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 12/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 010

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 12/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 010

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 011

Fazenda: Bela Nuvem	**Mat/Ident**: 984	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC** sem numeração		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 275,13		**Módulos fiscais:** 7,86
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

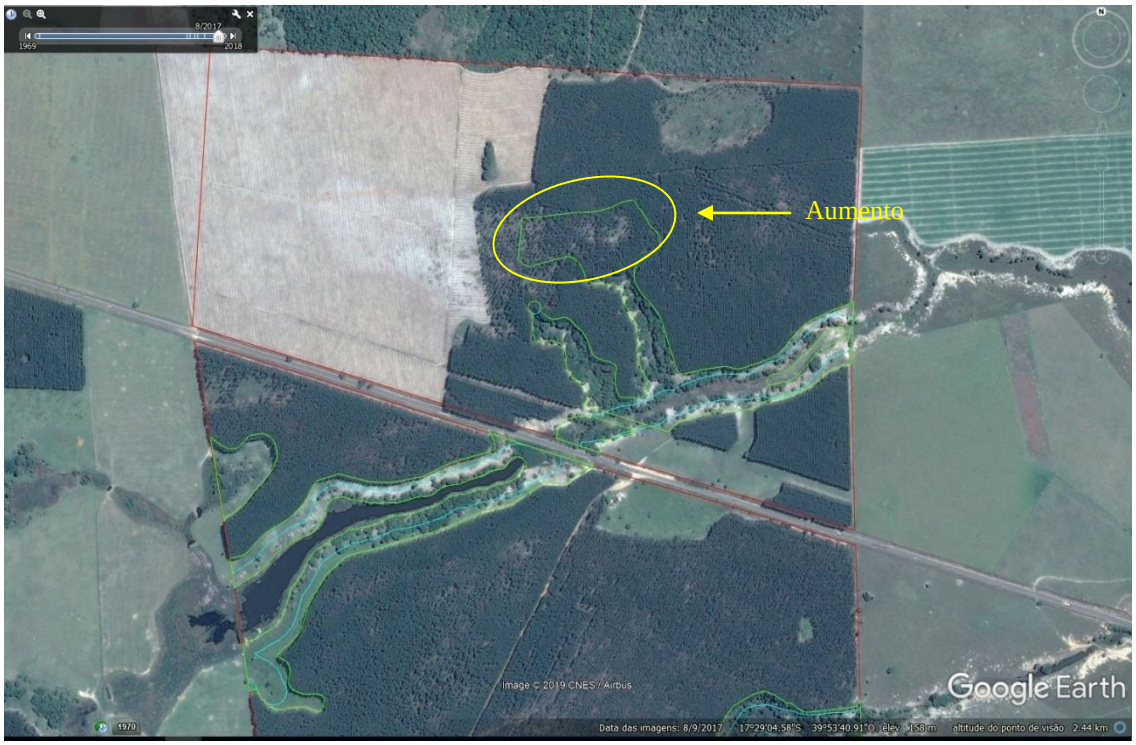
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 011

Data da assinatura do TAC: 30/11/2012

Data imagem 1: 10/05/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

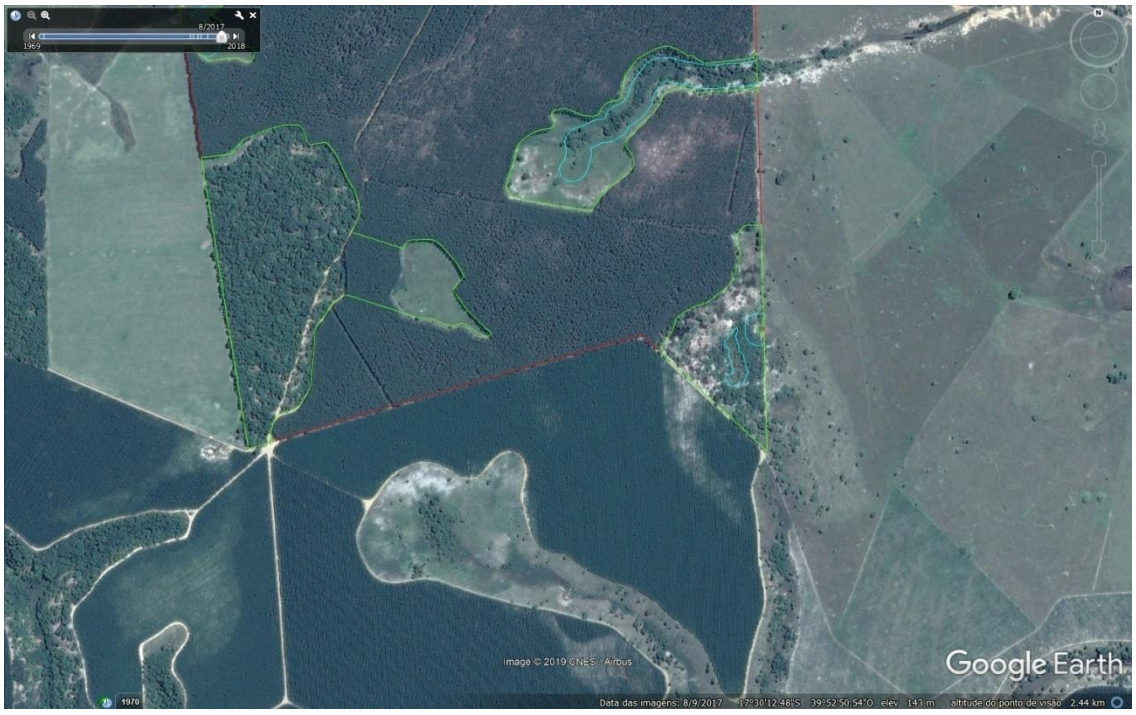
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 011

Data da assinatura do TAC: 30/11/2012

Data imagem 1: 10/05/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 012

Fazenda: Reunidas Três Irmãos	**Mat/Ident**: 4319	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001010968	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 249,27	**Módulos fiscais:** 7,12	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 22,66 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 49,86 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 012

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X**)**

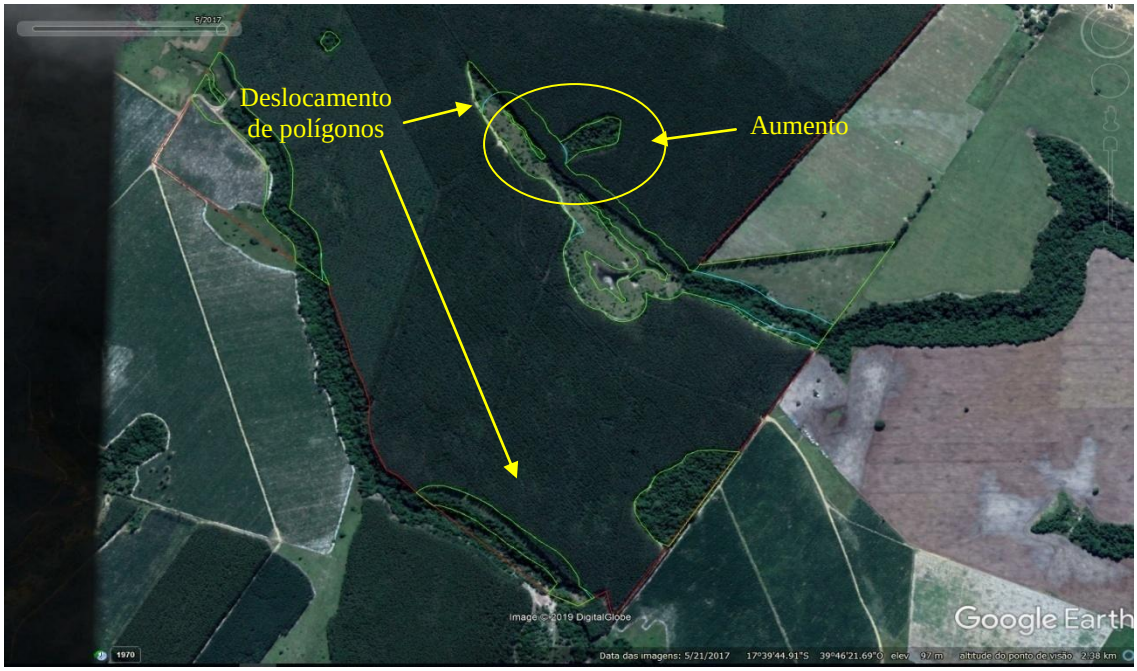
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 012

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 013

Sítio: Santa Rita I	**Mat/Ident**: 2786	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2013001002969 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 148,92	**Módulos fiscais:** 4,25	
APP preservada (ha): 11,13 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 29,78 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 014

Fazenda: Sempre Viva	**Mat/Ident**: 1324	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: ( ) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 483,21	**Módulos fiscais:** 13,80	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 015

Fazenda: Palmares	**Mat/Ident**: 4593	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 20160010198448	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 52,27	**Módulos fiscais:** 1,49	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 6,25 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 10,45 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

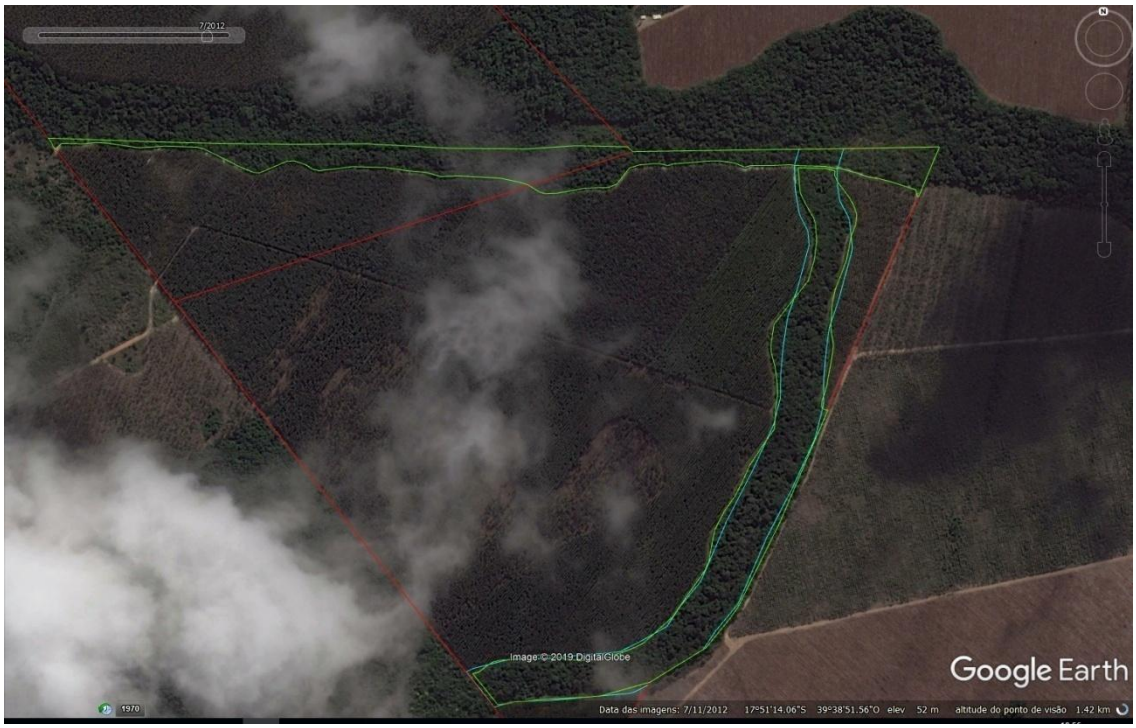


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 015

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012





Data imagem 2: 31/05/2017

CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 016

Fazenda: Palmares	**Mat/Ident**: 2985	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001019618	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 88,35	**Módulos fiscais:** 2,52	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 11,93 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 17,67 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 2,61	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 016

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 1º/06/2017

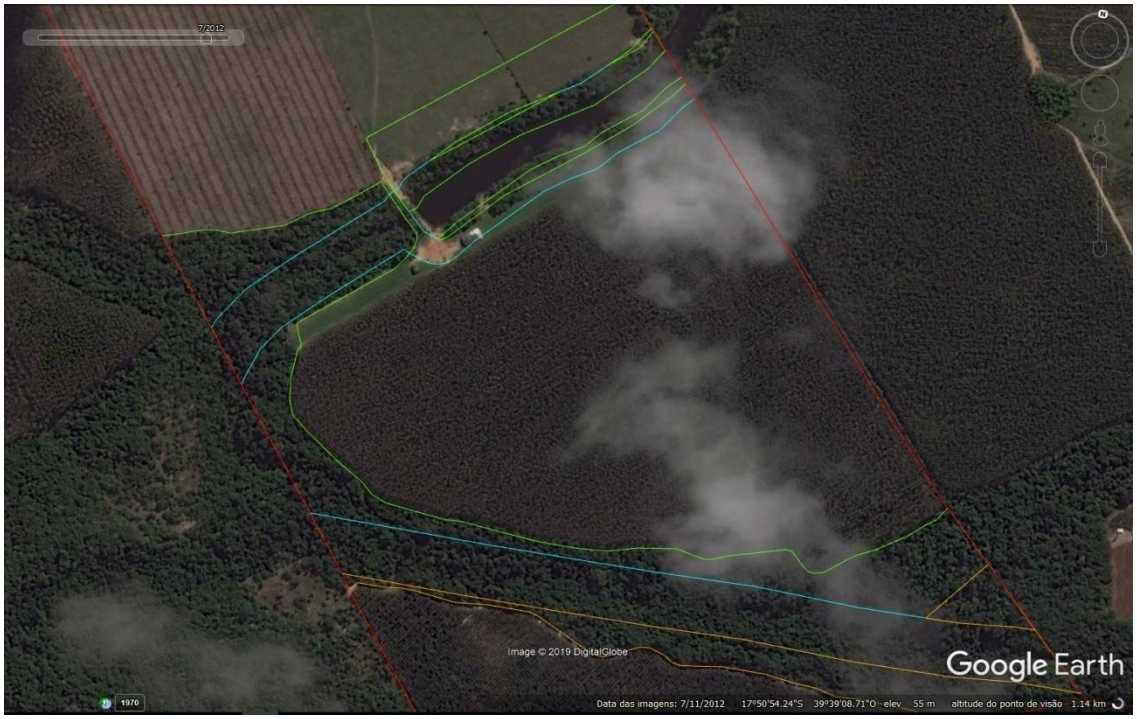


CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 016

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 017

Fazenda: São João	**Mat/Ident**: 768	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: ( ) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 60,51		**Módulos fiscais:** 1,72
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 018

Fazenda: Favorita	**Mat/Ident**: 2420	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001012634 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 30	**Módulos fiscais:** 0,85	
APP preservada (ha): 0,17 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 2,73 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 018

Data da assinatura do TAC: 15/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 18/04/2014



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 019

Fazenda: Serraria III	**Mat/Ident**: 85	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001093760		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 417,95		**Módulos fiscais:** 11,94
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 26,65 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 83,59 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 205,18		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

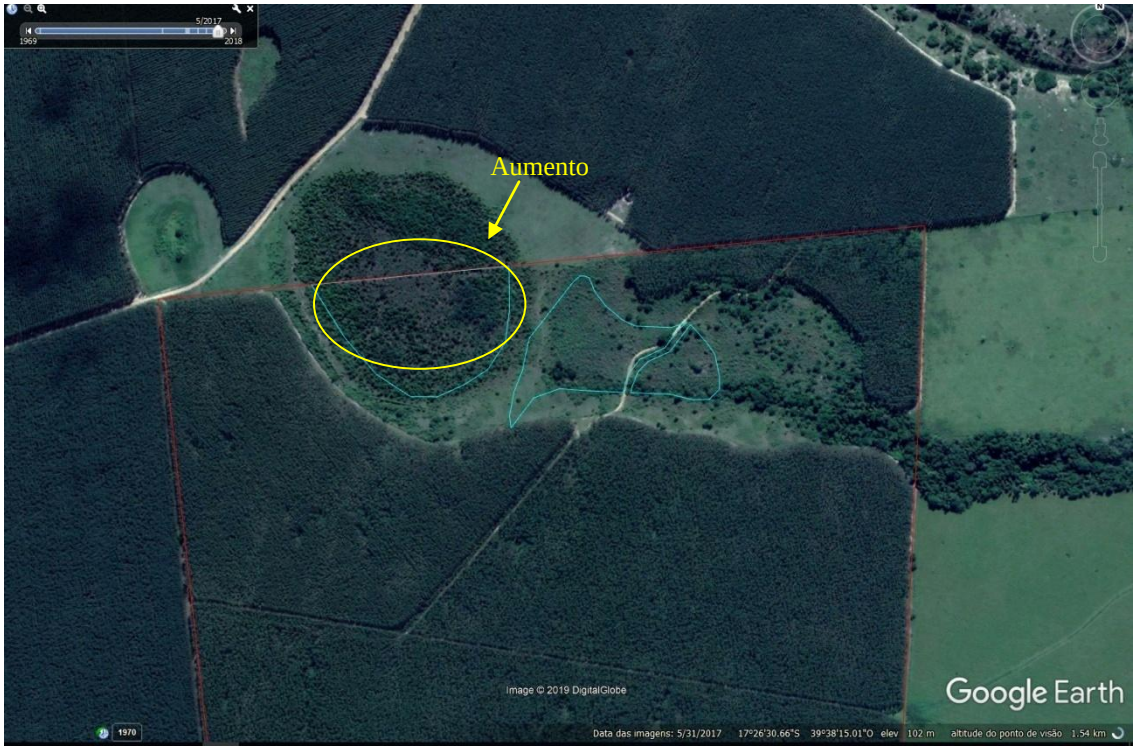
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 019

Data da assinatura do TAC: 19/09/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 31/05/2017

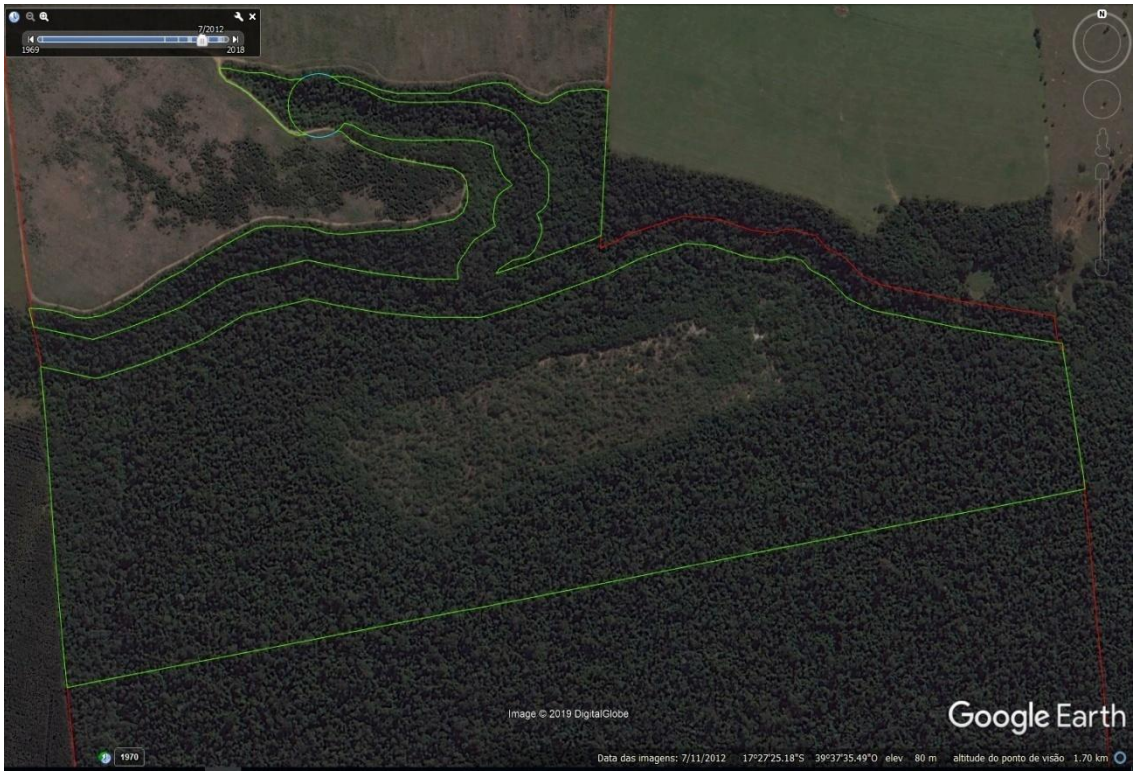


CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 019

Data da assinatura do TAC: 19/09/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 31/05/2017

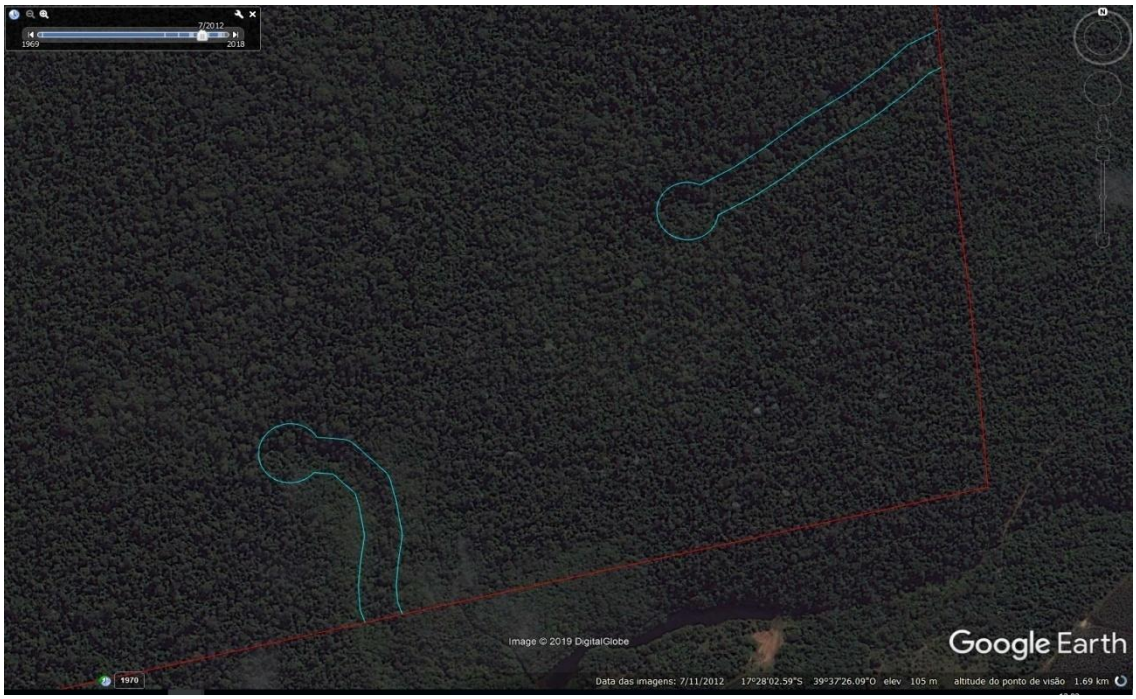


CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 019

Data da assinatura do TAC: 19/09/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 31/05/2017

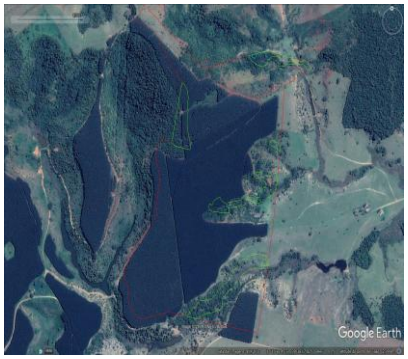


CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 020

Fazenda: União	**Mat/Ident**: 272	**Município**: Itamaraju
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº** 2017001093760		**Status: ( ) Pendente validação** **(**X**) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 120		**Módulos fiscais:** 3
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 7,19 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 11,22 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

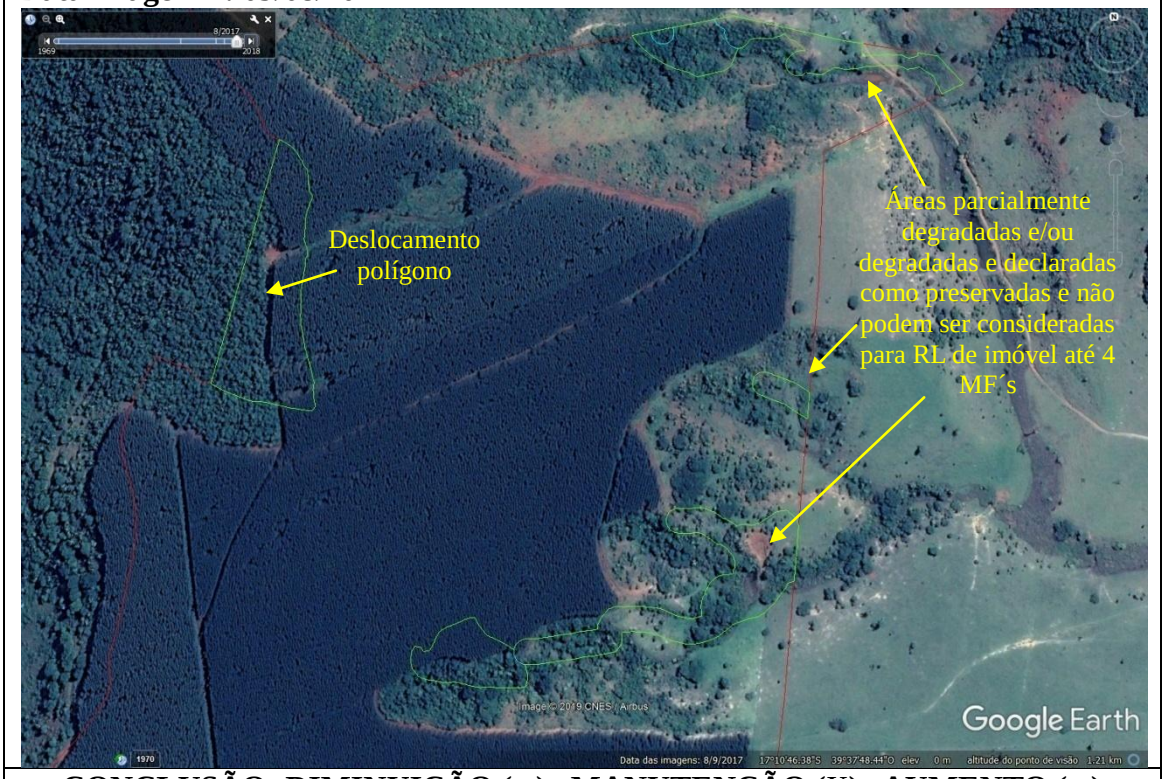
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 020

Data da assinatura do TAC: 18/10/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 020

Data da assinatura do TAC: 18/10/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 09/08/2017

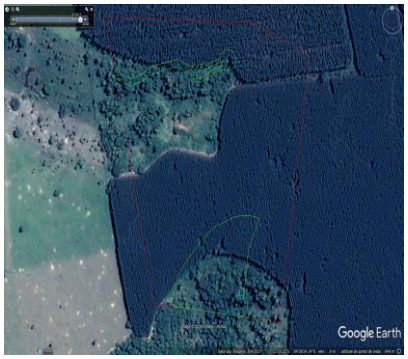


CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 021

Fazenda: Milagre	**Mat/Ident**: 5815	**Município**: Itamaraju
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2017001093700	**Status: ( ) Pendente validação** **(**X**) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 12,80	**Módulos fiscais:** 0,32	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 0,35 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,74 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

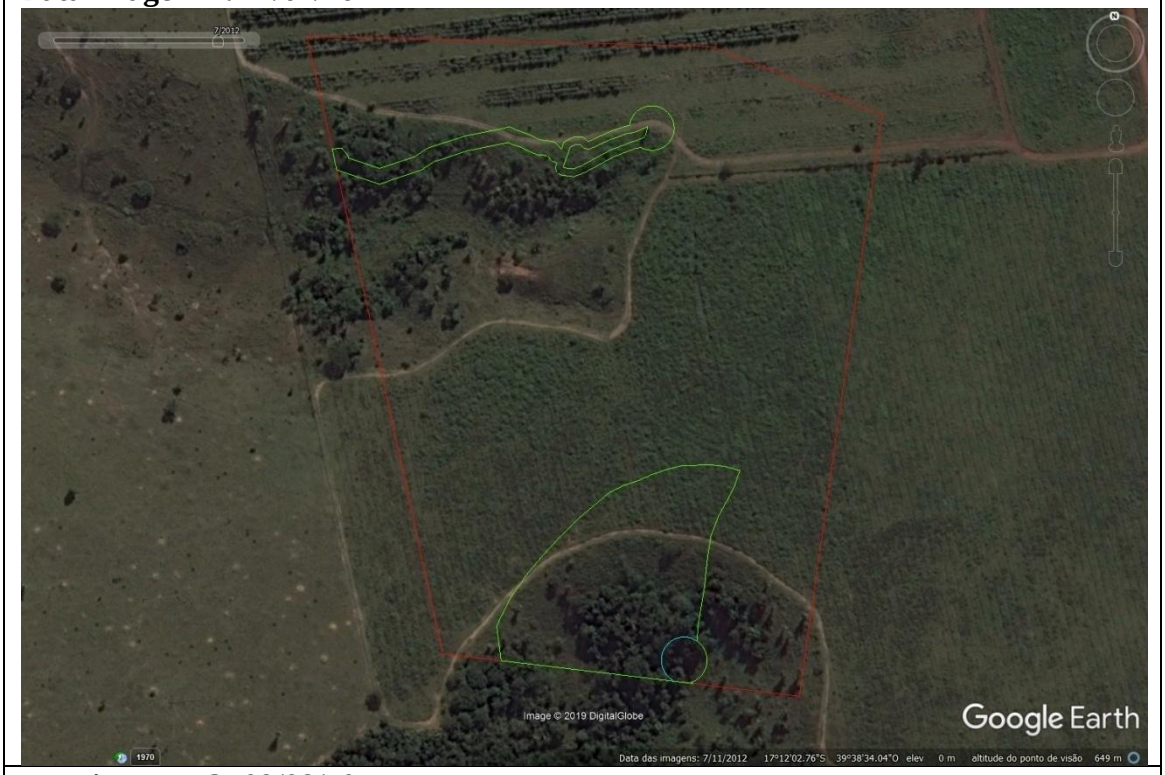


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

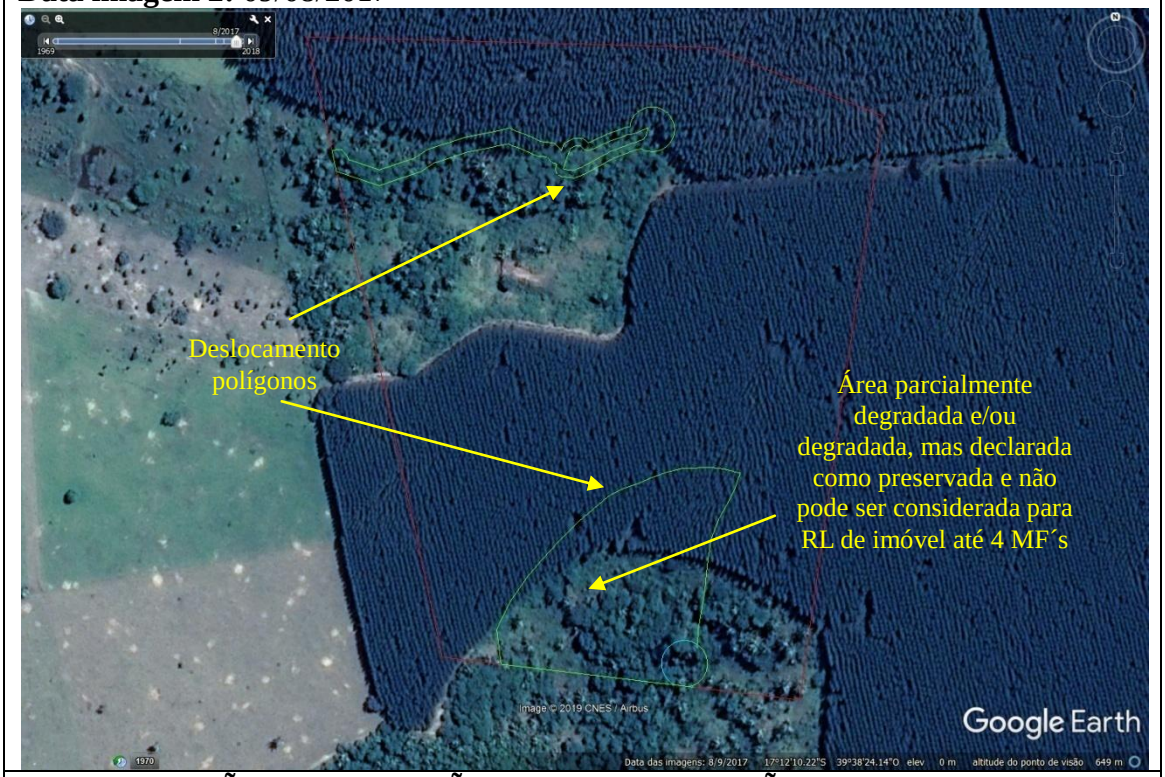
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 021

Data da assinatura do TAC: 18/10/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 022

Fazenda: Floresta Negra	**Mat/Ident**: 5814	**Município**: Itamaraju
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001093707	**Status: ( ) Pendente validação** **(X) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 446,12	**Módulos fiscais:** 11,15	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 57,79 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 89,22 **RL degradada (ha):** 24,84 **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 022

Data da assinatura do TAC: 18/10/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

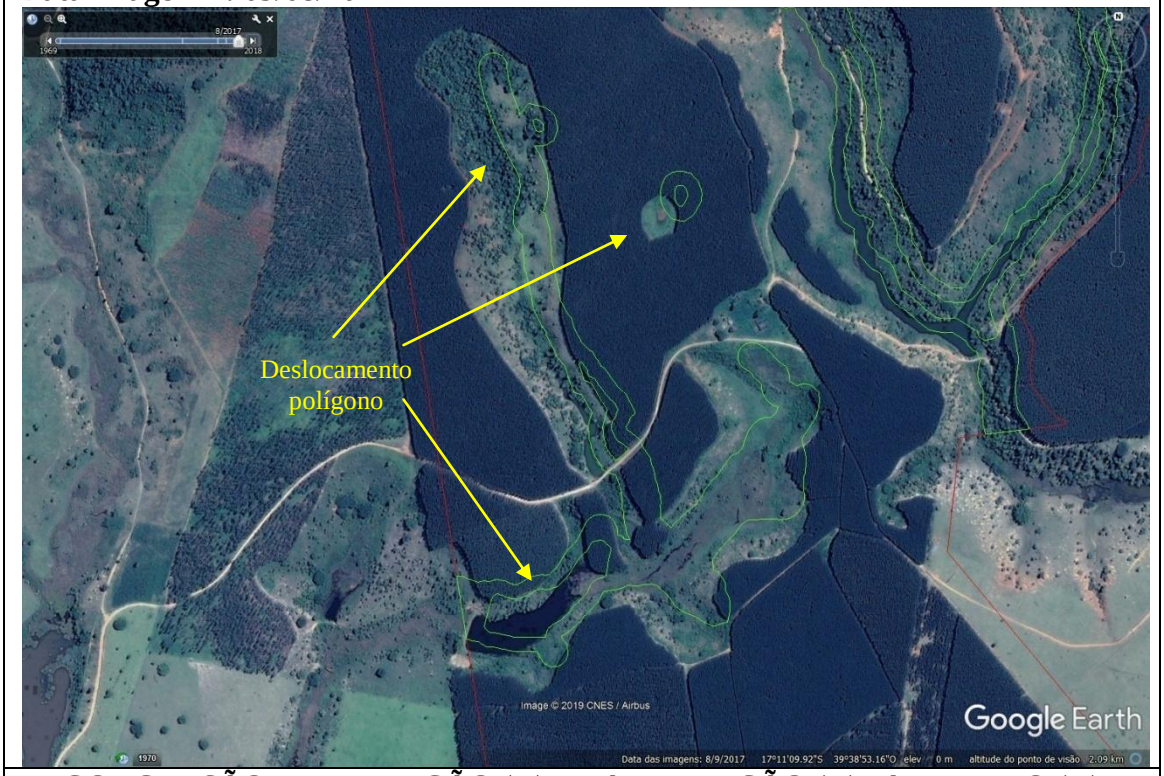
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 022

Data da assinatura do TAC: 18/10/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

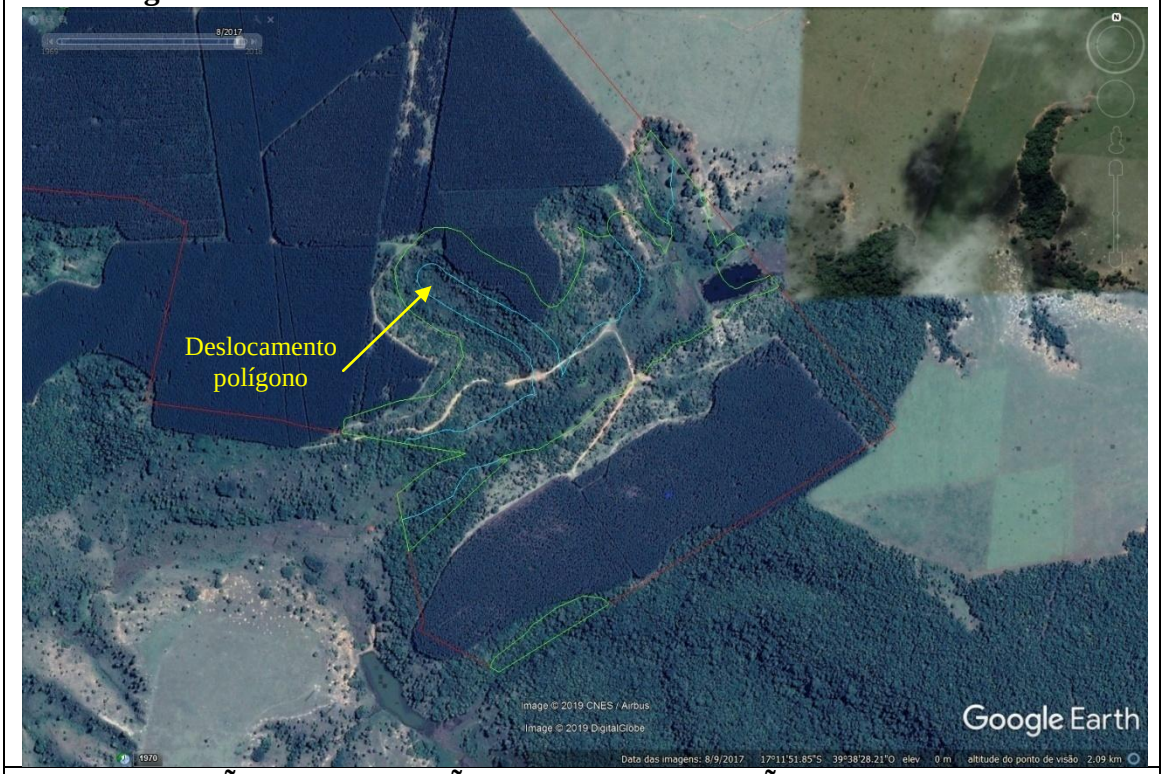
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 022

Data da assinatura do TAC: 18/10/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 023

Sítio: Fantasia	**Mat/Ident**: 2875	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº** sem numeração	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (**X**) Não**	
Área total (ha): 10,68	**Módulos fiscais:** 0,30	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 0,53 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,19 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **(**X**) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(X) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 023

Data da assinatura do TAC: 05/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 11/05/2015



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 024

Fazenda: Gondo/Três Irmãos	**Mat/Ident**: 2263	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001011701	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 465,35	**Módulos fiscais:** 13,29	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 47,80 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 93,54 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 025

Fazenda: Gondo/Betel	**Mat/Ident**: 2985	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001011700	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 398,97	**Módulos fiscais:** 11,39	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 24,48 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 81,07 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 026

Fazenda: Gondo/Belém do Pará	**Mat/Ident**: 3072	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (**X**) Não** **TC nº** 2015001012123	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 47,56	**Módulos fiscais:** 1,35	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 8,01 **APP degradada (ha):**	**RL conservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 9,62 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

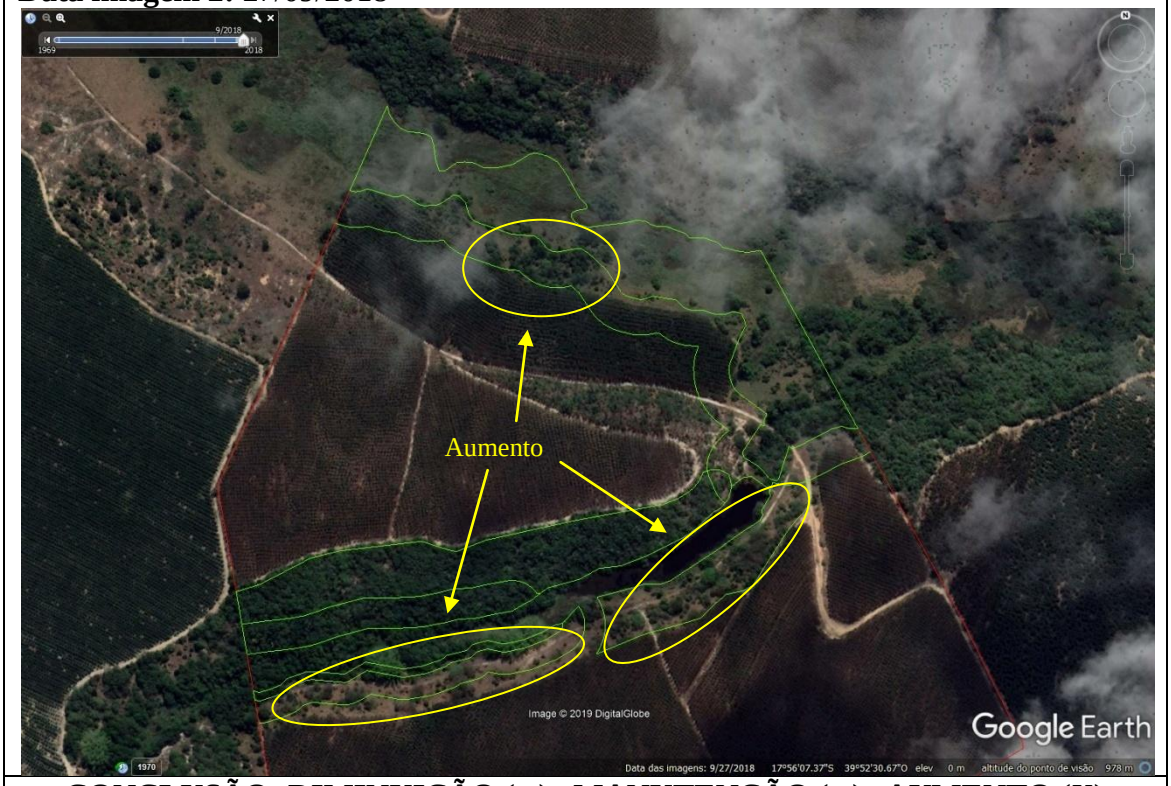
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 026

Data da assinatura do TAC: 22/06/2012

Data imagem 1:



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 027

Fazenda: Gondo/Boa Esperança	**Mat/Ident**: 2264	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001011702	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 180	**Módulos fiscais:** 5,14	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 9,74 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 35,71 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 028

Fazenda: Gondo/Boa Esperança	**Mat/Ident**: 2986	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001016830 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 32,56	**Módulos fiscais:** 0,93	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 6,51 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 029

Fazenda: Bela Vista	**Mat/Ident**: 747	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2016001024385		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (**X**) Não**
Área total (ha): 26		**Módulos fiscais:** 0,74
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 3,33 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 6,59 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 030

Fazenda: Itabuna	**Mat/Ident**: 2987	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001017396 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 68,92	**Módulos fiscais:** 1,96	
APP preservada (ha): 0,08 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 13,37 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 031

Fazenda: Itaúnas	**Mat/Ident**: 2460	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001017734 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 4,53	**Módulos fiscais:** 0,12	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,91 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 032

Fazenda: Itaúnas	**Mat/Ident**: 927	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001016644 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 18,70		**Módulos fiscais:** 0,53
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 3,74 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 14,96		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 032

Data da assinatura do TAC: 22/06/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 033

Fazenda: Planície	**Mat/Ident**: 2215	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001018504 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 47,81	**Módulos fiscais:** 1,36	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 9,46 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 37,86	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 033

Data da assinatura do TAC: 22/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 034

Fazenda: Atalho Califórnia	**Mat/Ident**: 2494	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2015001016647 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 227,21	**Módulos fiscais:** 6,49	
APP preservada (ha): 70,50 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 45,59 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 37,86	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

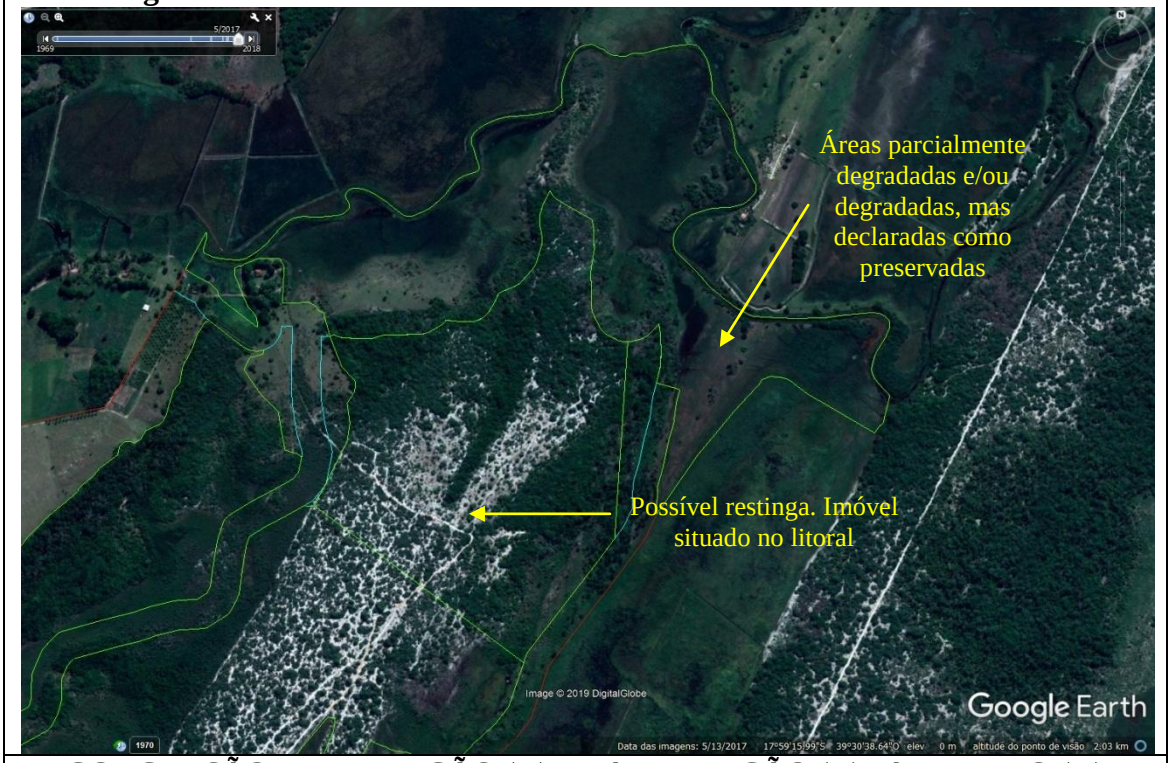
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 034

Data da assinatura do TAC: 22/06/2012

Data imagem 1: 07/08/2010



Data imagem 2: 13/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

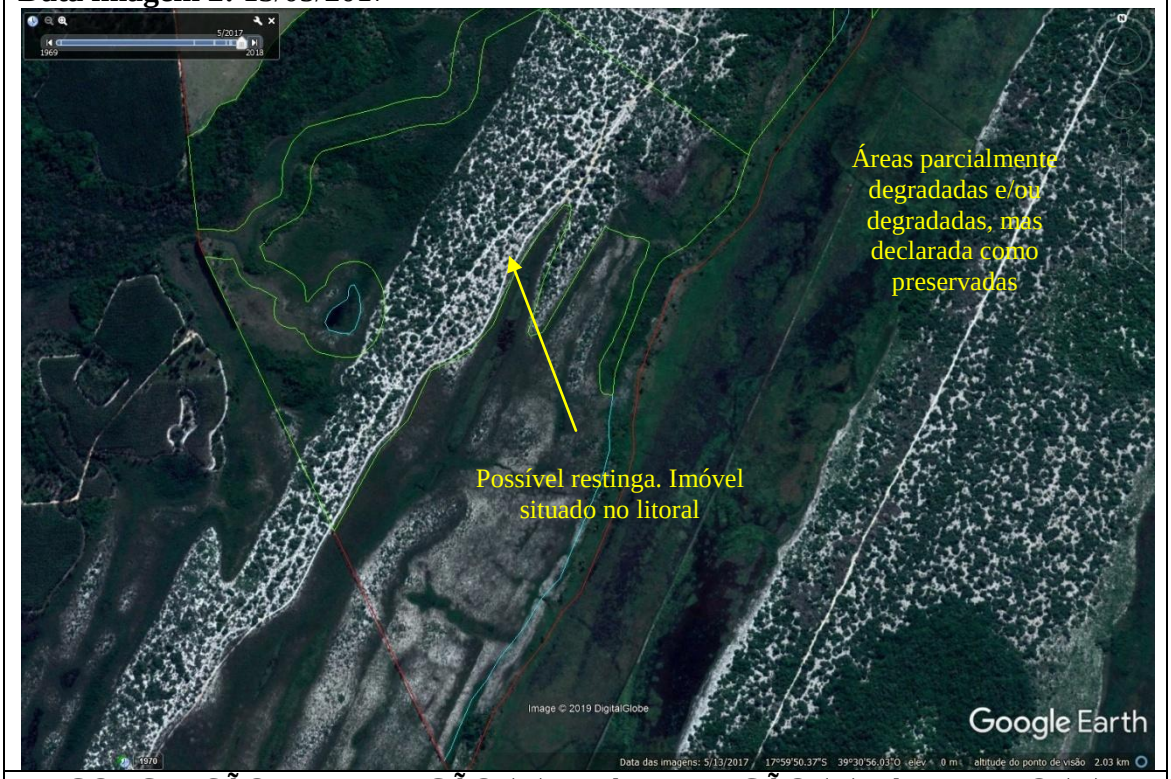
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 034

Data da assinatura do TAC: 22/06/2012

Data imagem 1: 07/08/2010



Data imagem 2: 13/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 035

Fazenda: Costa Azul	**Mat/Ident**: 2678	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2015001016646 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 59,72	**Módulos fiscais:** 1,70	
APP preservada (ha): 10,17 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 11,99 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 47,47	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

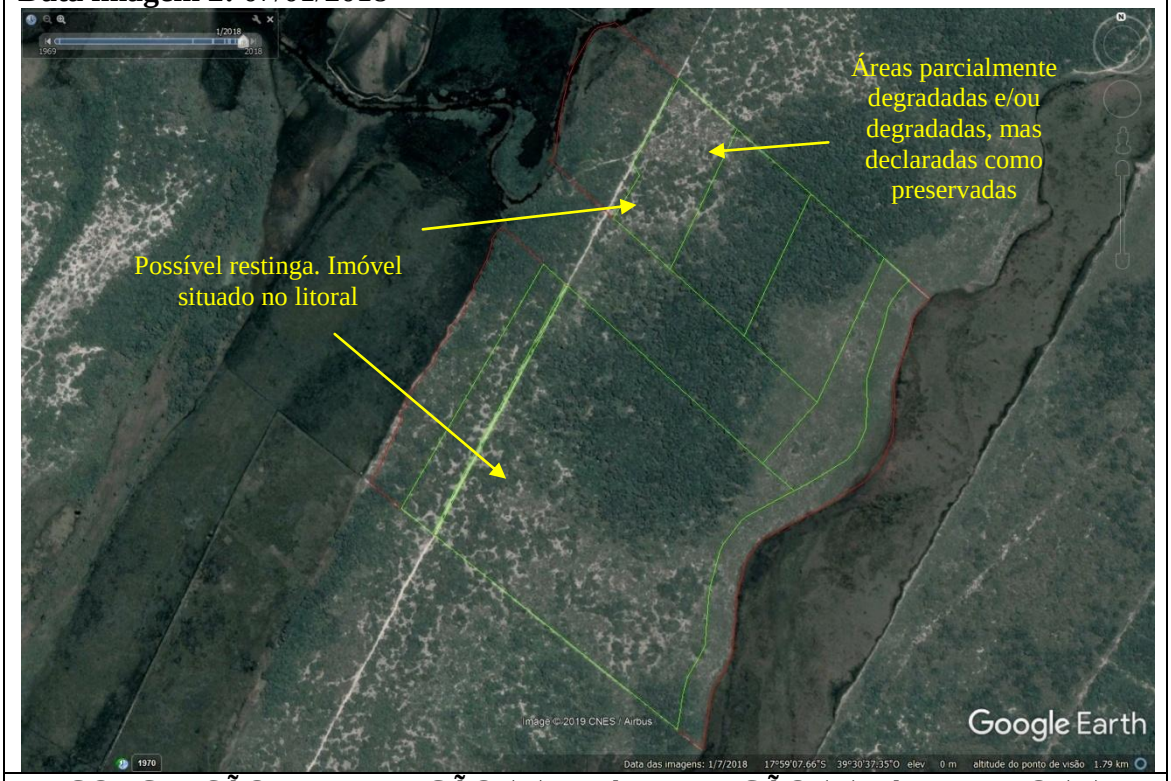
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 035

Data da assinatura do TAC: 22/06/2012

Data imagem 1: 07/08/2010



Data imagem 2: 07/01/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 036

Fazenda: Aquarela	**Mat/Ident**: 4940	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001008958	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 464,73	**Módulos fiscais:** 13,27	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 70,17 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 93,41 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 036

Data da assinatura do TAC: 28/06/2012

Data imagem 1: 10/05/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 036

Data da assinatura do TAC: 28/06/2012

Data imagem 1: 10/05/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 037

Fazenda: Belém de Jesus	**Mat/Ident**: 17131	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº** 2014001003768	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 51,04	**Módulos fiscais:** 1,45	
APP preservada (ha): 7 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 6,44 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

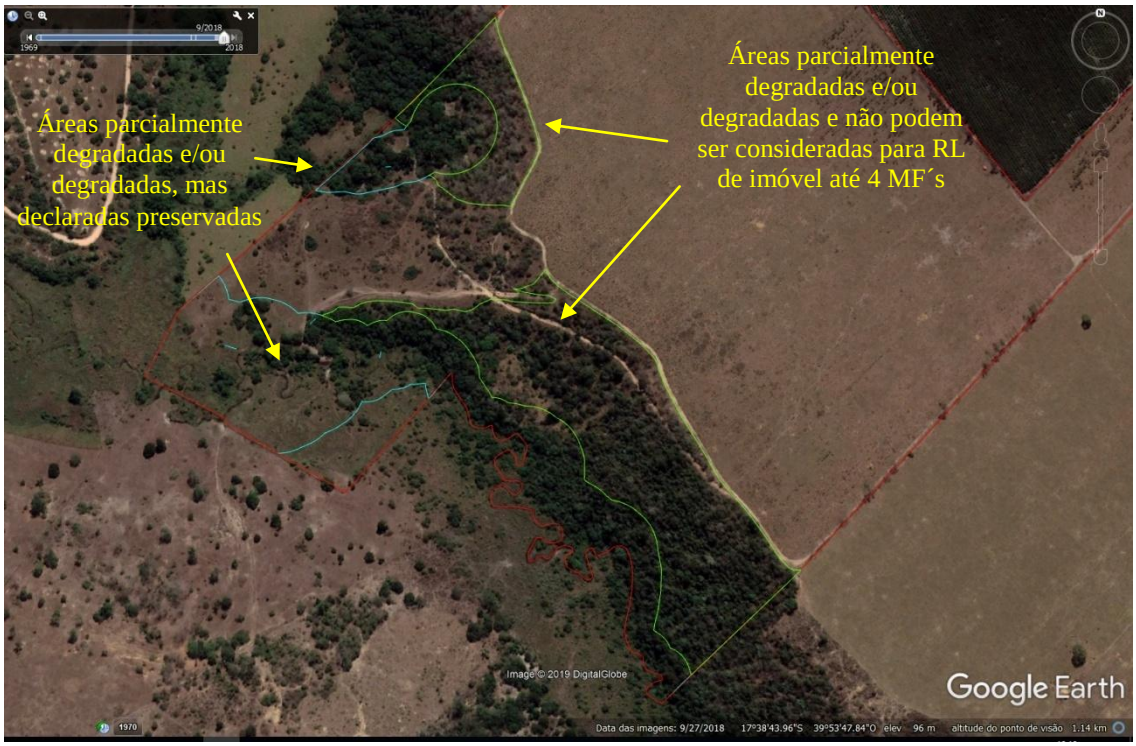
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 037

Data da assinatura do TAC: 07/05/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 038

Fazenda: Boa Nova Dendê	**Mat/Ident**: 15171	**Município**: Vereda
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001103512	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 86,06	**Módulos fiscais:** 2,45	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 29,7 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 17,22 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 038

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 038

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 039

Fazenda: Itapetinga	**Mat/Ident**: 15171	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: ( ) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 144,76	**Módulos fiscais:** 4,13	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 040

Fazenda: Santa Luzia	**Mat/Ident**: 746	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001016711		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 11		**Módulos fiscais:** 0,31
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 2,52 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 2,2 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 0,9		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

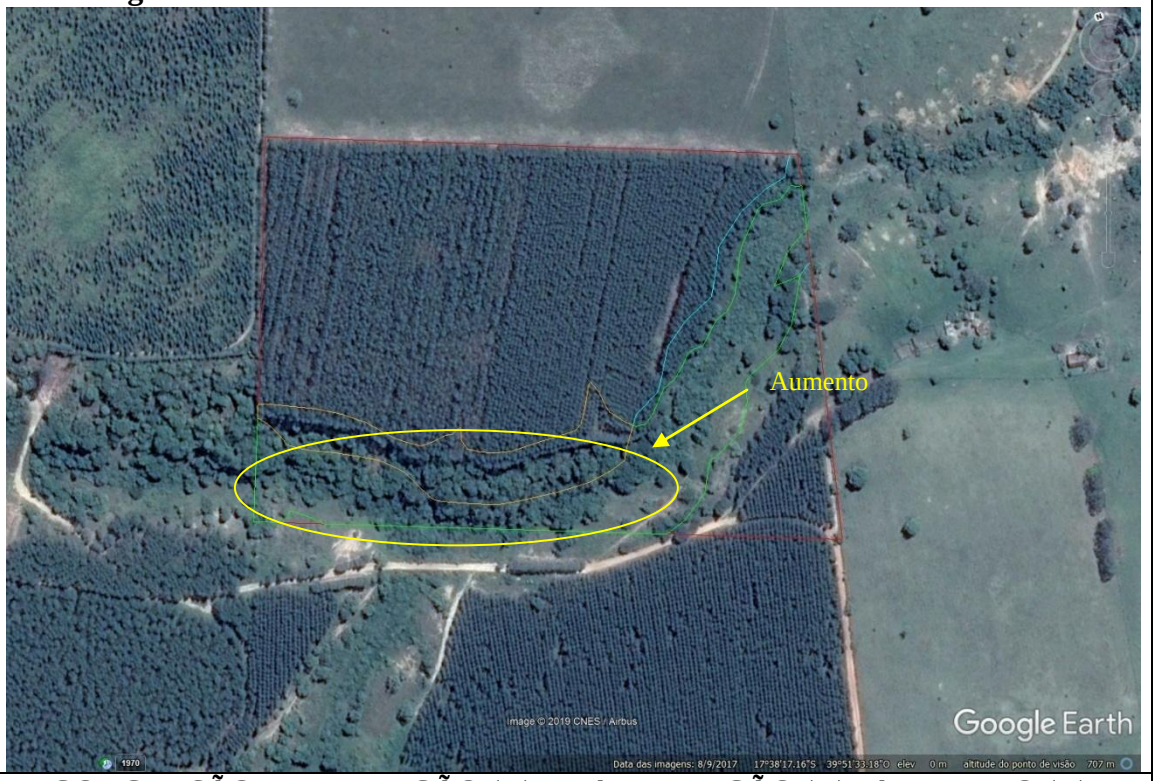
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 040

Data da assinatura do TAC: 07/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 041

Fazenda: Novo Horizonte	**Mat/Ident**: 9833	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2013001001153	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (**X**) Não**	
Área total (ha): 112,78	**Módulos fiscais:** 3,22	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 21,78 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 15,27 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

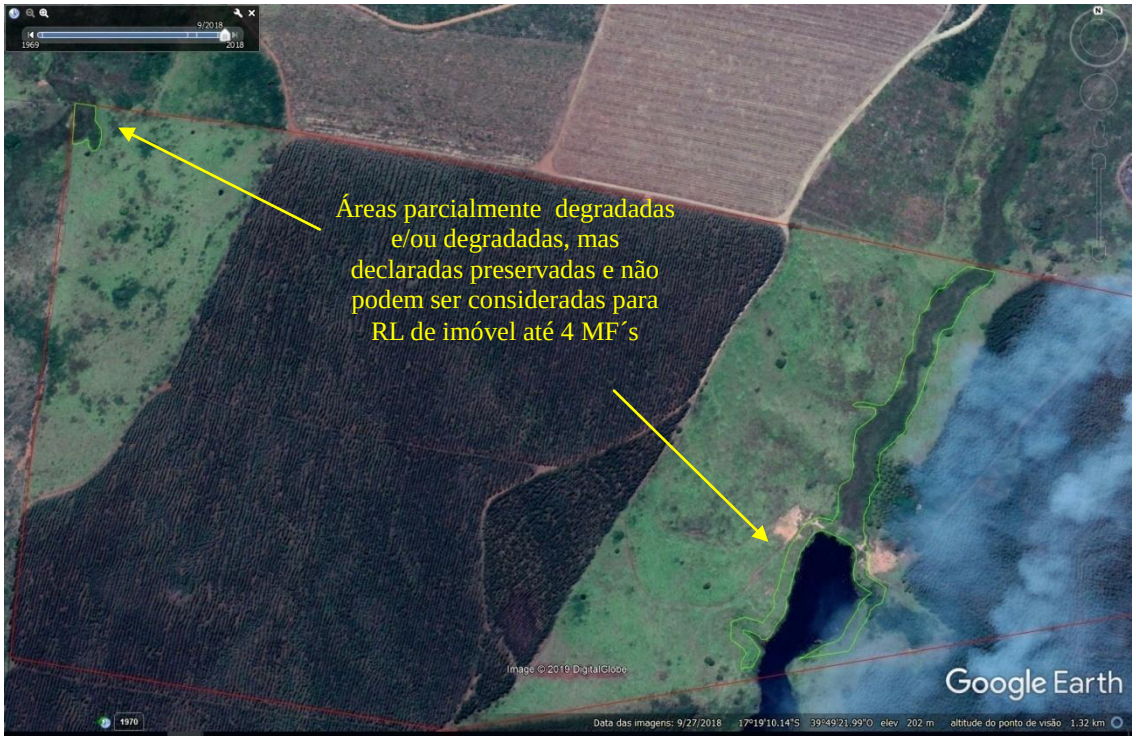
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 041

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 08/09/2011



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 042

Sítio: Bom Jesus	**Mat/Ident**: 2443	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº** 2015.001.008385	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 35,89	**Módulos fiscais:** 1,02	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 7,57 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 3,20 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(**X**) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 042

Data da assinatura do TAC: 19/06/2012

Data imagem 1: 18/04/2014





Data imagem 2: 09/08/2017

CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 042

Data da assinatura do TAC: 19/06/2012

Data imagem 1: 18/04/2014



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 043

Fazenda: Santo Onofre	**Mat/Ident**: 1368	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001007592	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 914,79	**Módulos fiscais:** 26,13	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 53,06 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 180 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 044

Fazenda: Santo Onofre	**Mat/Ident**: 1369	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001007600	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 294, 03	**Módulos fiscais:** 8,40	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 15,59 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 61,75 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 045

Fazenda: Jurema	**Mat/Ident**: 2706	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001007600	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 233,08	**Módulos fiscais:** 6,65	
APP preservada (ha): 21,43 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 46,14 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 045

Data da assinatura do TAC: 03/07/2012

Data imagem 1:



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 045

Data da assinatura do TAC: 03/07/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 046

Fazenda: Nossa Senhora Aparecida	**Mat/Ident**: 153	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2013001001301		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 294,70		**Módulos fiscais:** 8,42
APP preservada (ha): 20,29 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 58,94 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

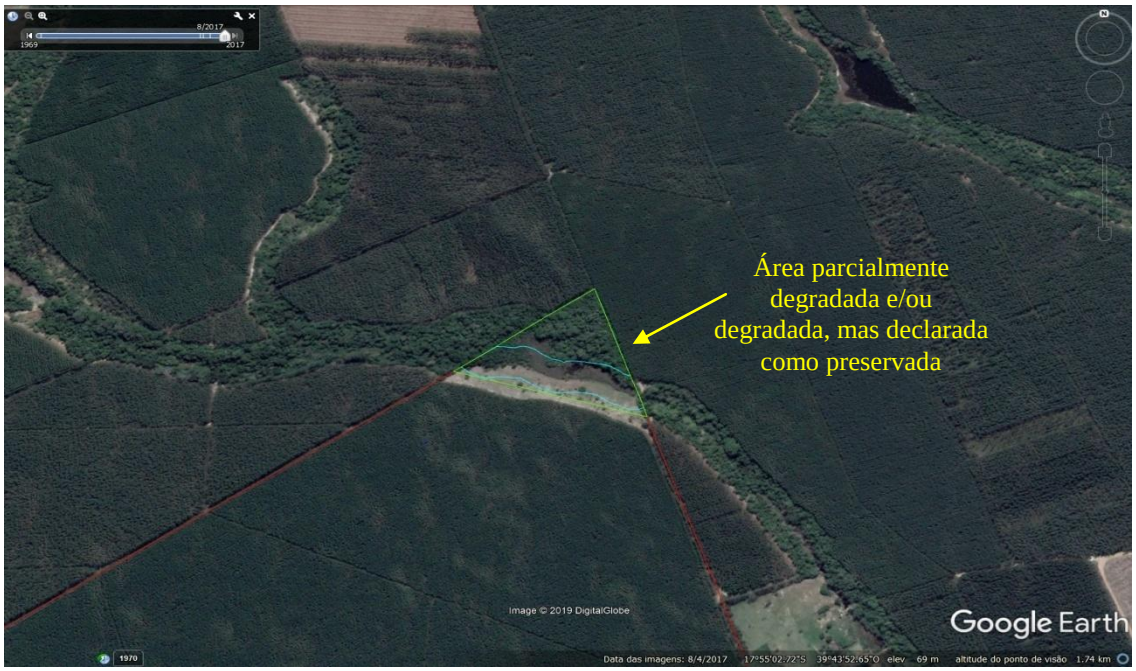
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 046

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

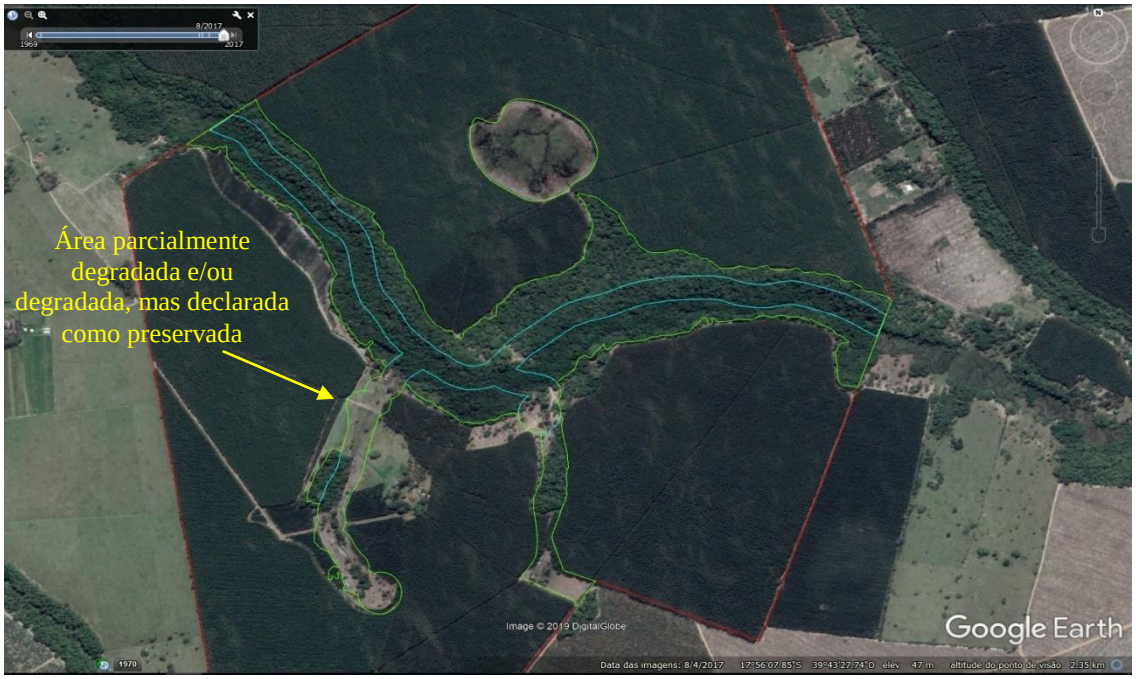
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 046

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

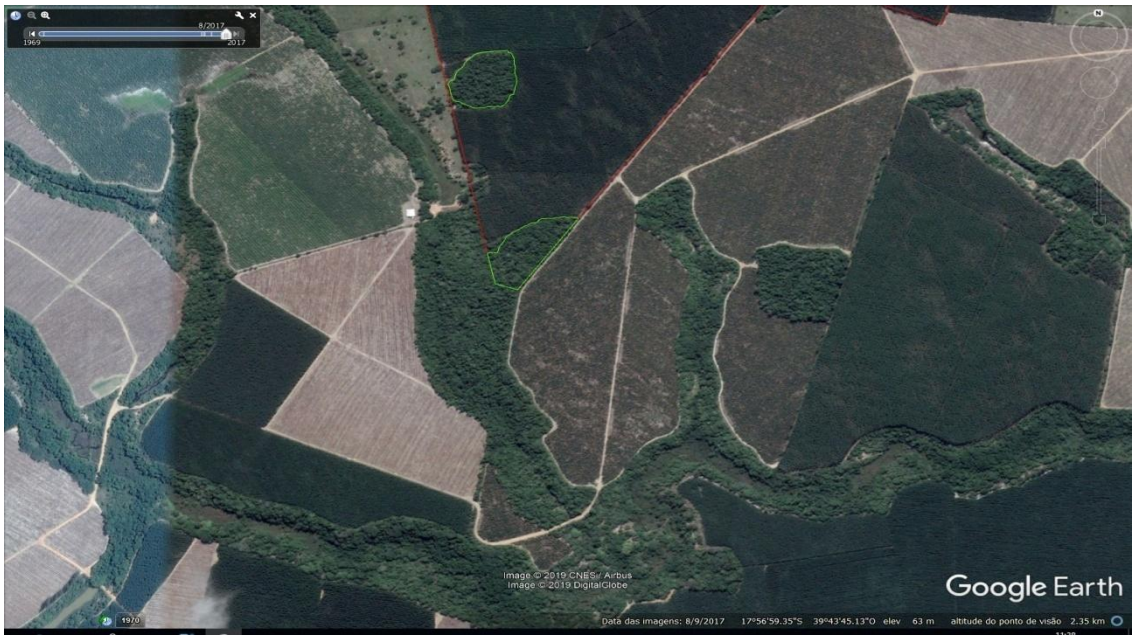
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 046

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/11/2011



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 047

Fazenda: Amazonas	**Mat/Ident**:771	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001002560		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 64,52		**Módulos fiscais:** 1,84
APP preservada (ha): 3,89 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 10,82 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

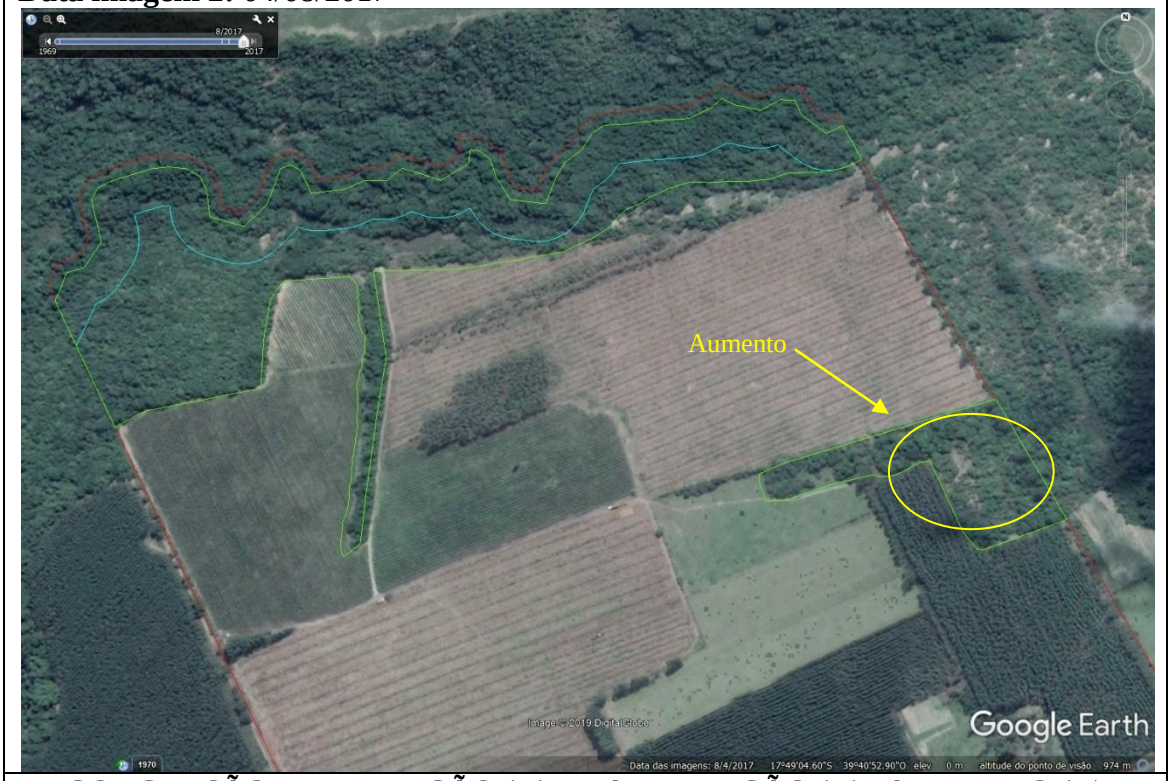
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 047

Data da assinatura do TAC: 18/06/2012

Data imagem 1: 18/04/2014



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X**)**

ANÁLISE Nº 048

Fazenda: Fazenda Terra Santa	**Mat/Ident**: 2115	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº** 2018001141973	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 72,23	**Módulos fiscais:** 2,06	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 28,06 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 14,45 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(**X**) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 048

Data da assinatura do TAC: 25/07/2012

Data imagem 1: 12/08/2014



Data imagem 2: 13/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

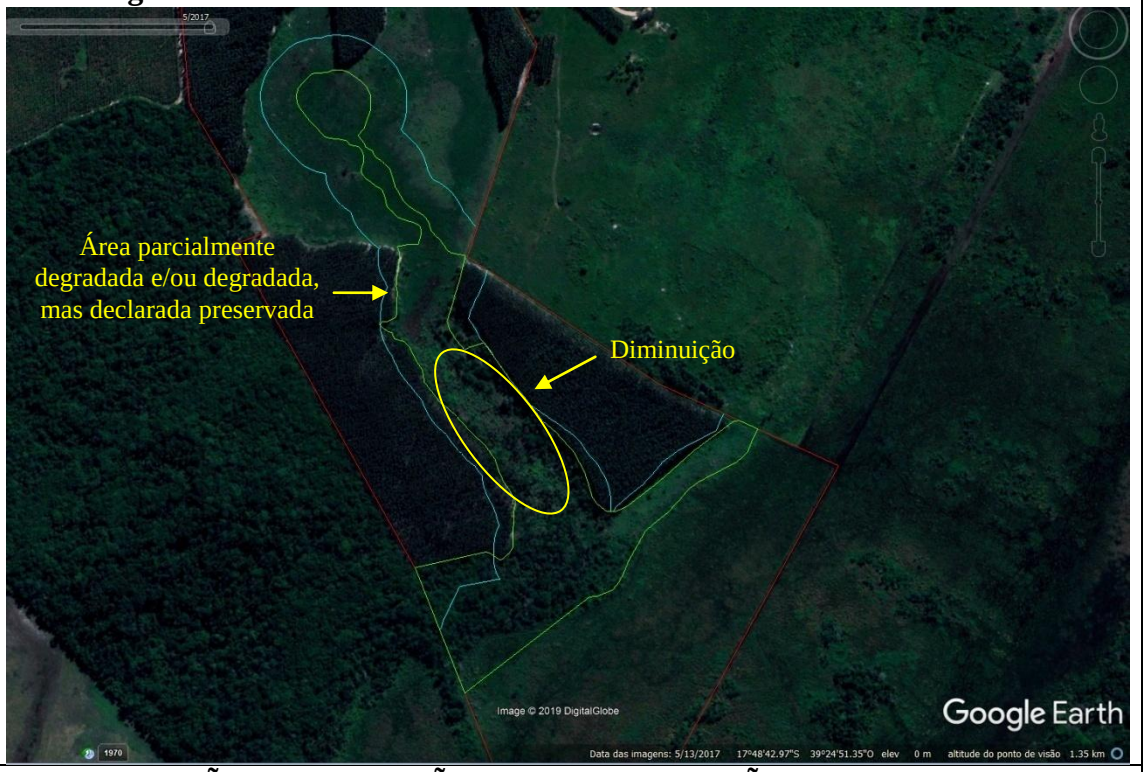
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 048

Data da assinatura do TAC: 25/07/2012

Data imagem 1: 12/08/2014



Data imagem 2: 13/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 049

Fazenda: Fazenda Meus Esforços	**Mat/Ident**: 2115	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2017001066621 **Passivo não declarado? ( ) Sim (**X**) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 36,06	**Módulos fiscais:** 1,03	
APP preservada (ha): 0,83 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 5,95 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(**X**) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 049

Data da assinatura do TAC: 25/07/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 04/07/2012



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 050

Fazenda: Fazenda Bahia II	**Mat/Ident**: 33	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2013001000198		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 490,27		**Módulos fiscais:** 14,00
APP preservada (ha): 48,92 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 100,64 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

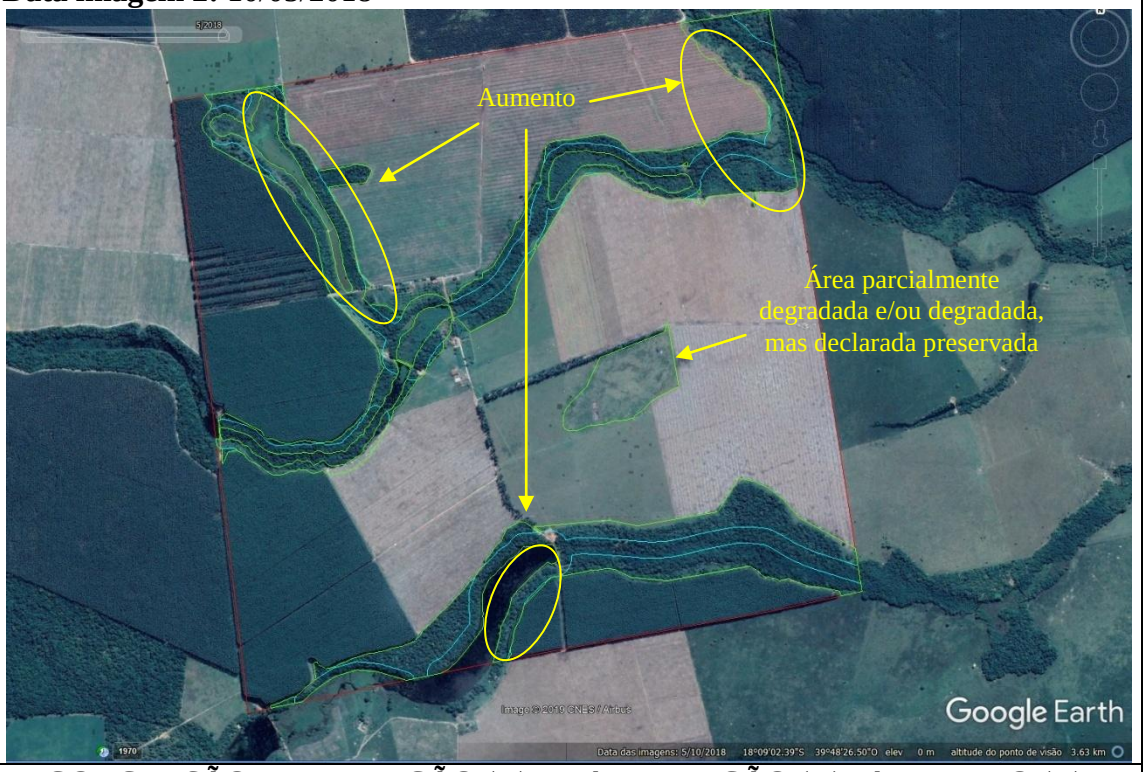
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 050

Data da assinatura do TAC: 09/03/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 10/05/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 051

Fazenda: Fazenda Bahia III	**Mat/Ident**: 2715	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2015001011671 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 20,30	**Módulos fiscais:** 0,58	
APP preservada (ha): 2,60 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 4,06 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 16,24	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

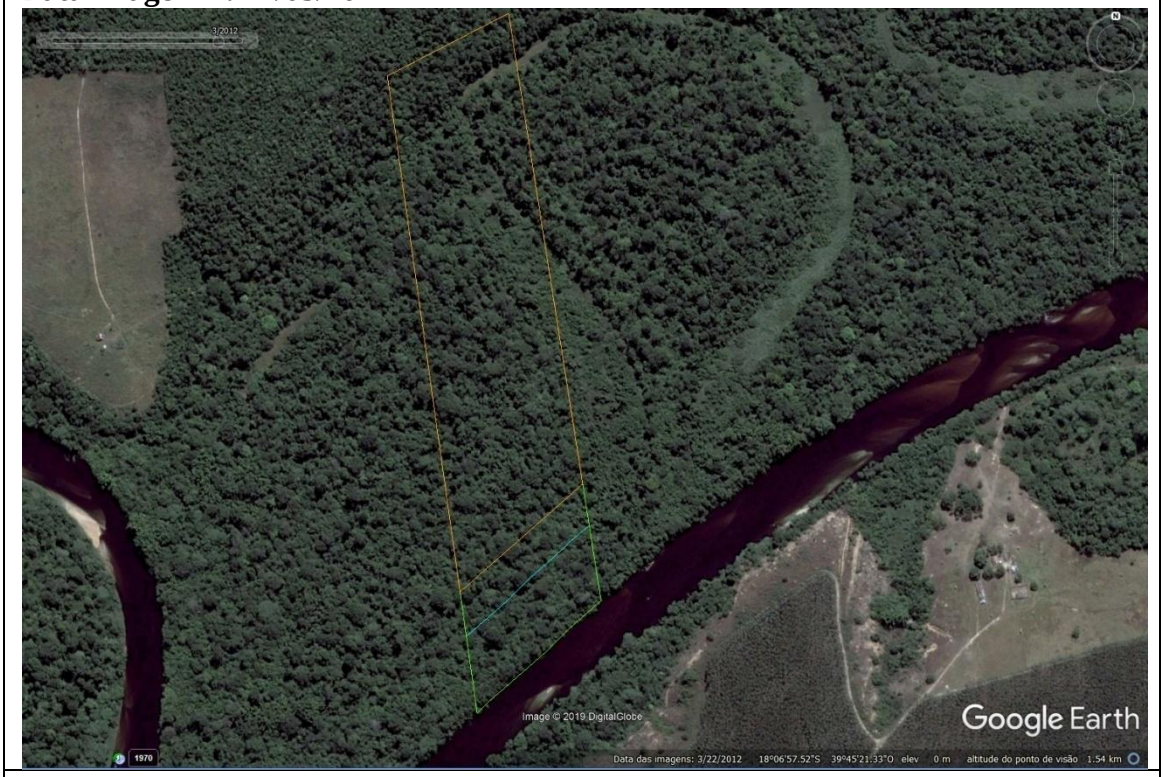


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 051

Data da assinatura do TAC: 09/03/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 052

Fazenda: Fazenda Grejuá IV	**Mat/Ident**: 2306	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2016001028218 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 125,5	**Módulos fiscais:** 3,58	
APP preservada (ha): 11,52 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 25,10 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

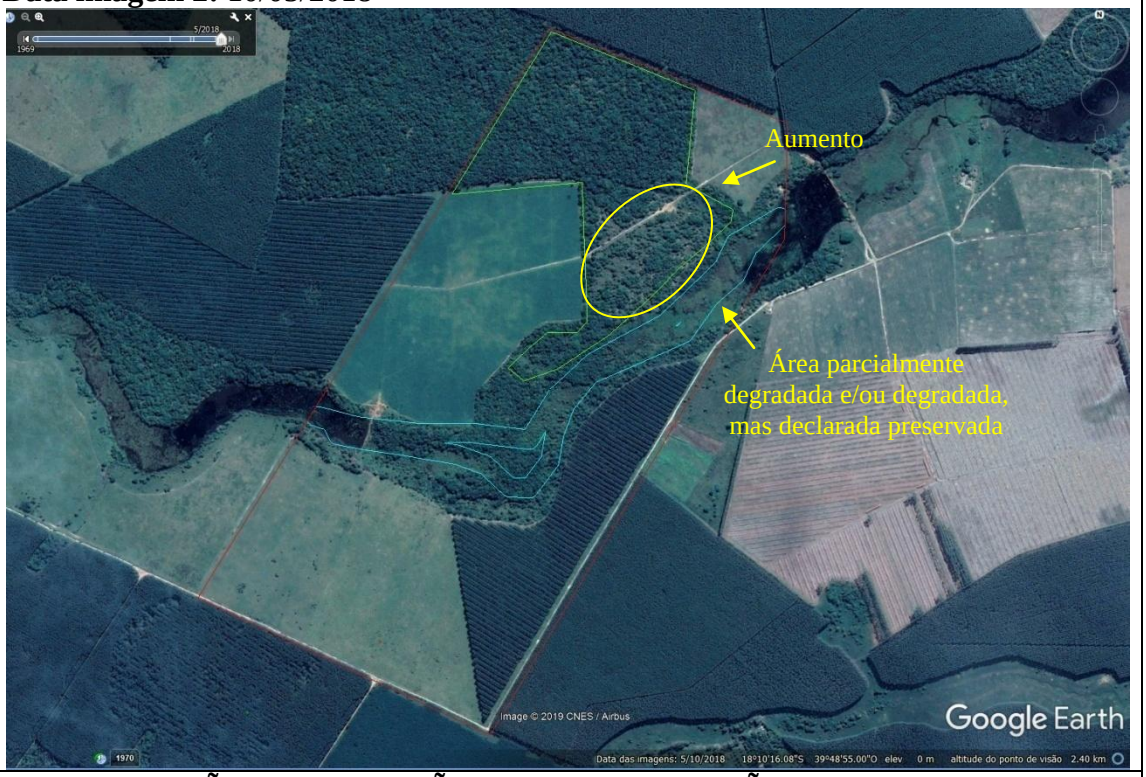
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 052

Data da assinatura do TAC: 09/03/2012

Data imagem 1: 07/08/2010



Data imagem 2: 10/05/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 053

Fazenda: Fazenda Vida Linda	**Mat/Ident**: 3679	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001003878	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 107,48	**Módulos fiscais:** 3,07	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,65 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 21,51 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 053

Data da assinatura do TAC: 09/03/2012

Data imagem 1: 07/08/2010



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 054

Fazenda: Fazenda Graciosa	**Mat/Ident**: 3678	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001068045	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 53,74	**Módulos fiscais:** 1,53	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 3,53 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 10,75 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 054

Data da assinatura do TAC: 09/03/2012

Data imagem 1: 07/08/2010



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 055

Fazenda: Fazenda Três Irmãos	**Mat/Ident**: 3677	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2016001028249 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 107,48	**Módulos fiscais:** 3,07	
APP preservada (ha): 6,77 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 21,60 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 056

Fazenda: Fazenda Boa Vista	**Mat/Ident**: 2121	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2018001022128 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 57,64	**Módulos fiscais:** 1,64	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,83 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 056

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012

Data imagem 1: 18/04/2014



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 057

Fazenda: Fazenda Gravatá	**Mat/Ident**: 3454	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2017001057853 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 52,27	**Módulos fiscais:** 1,49	
APP preservada (ha): 3,20 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 5,19 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

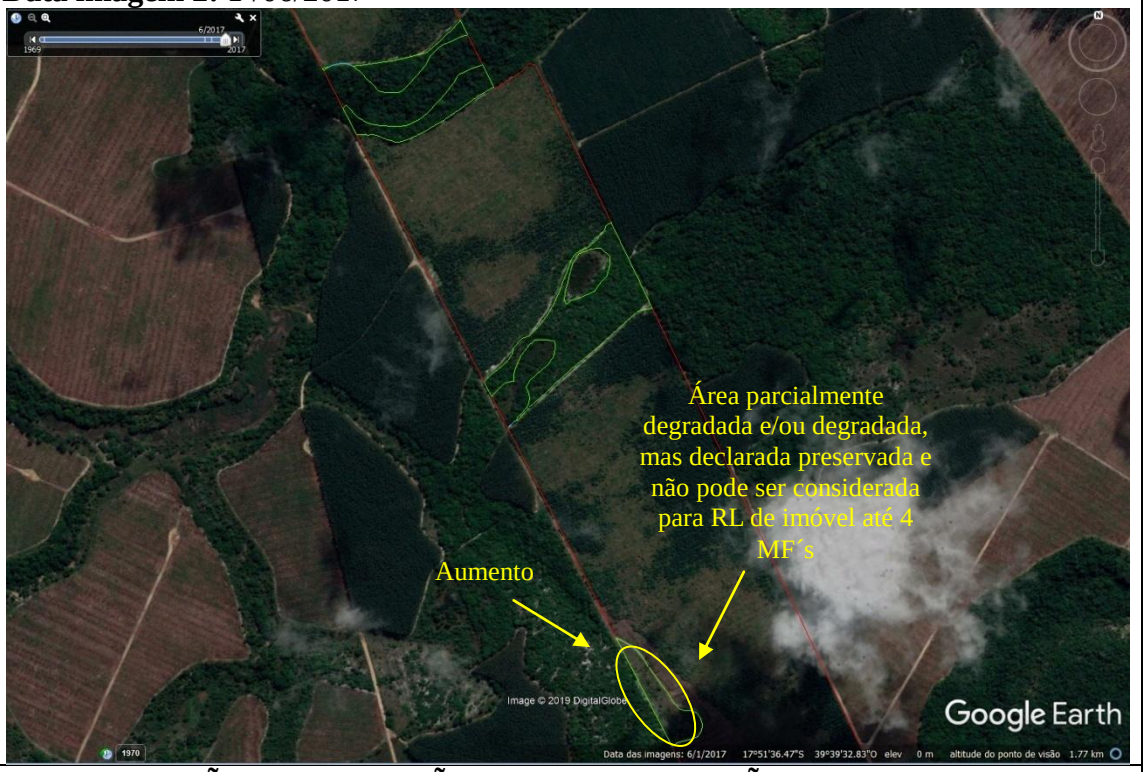
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 057

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 058

Fazenda: Fazenda Água Boa	**Mat/Ident**: 242	**Município**: Ibirapuã
CEFIR nº 2014001004280 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 45	**Módulos fiscais:** 0,81	
APP preservada (ha): 5,13 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 2,24 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 2,24	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

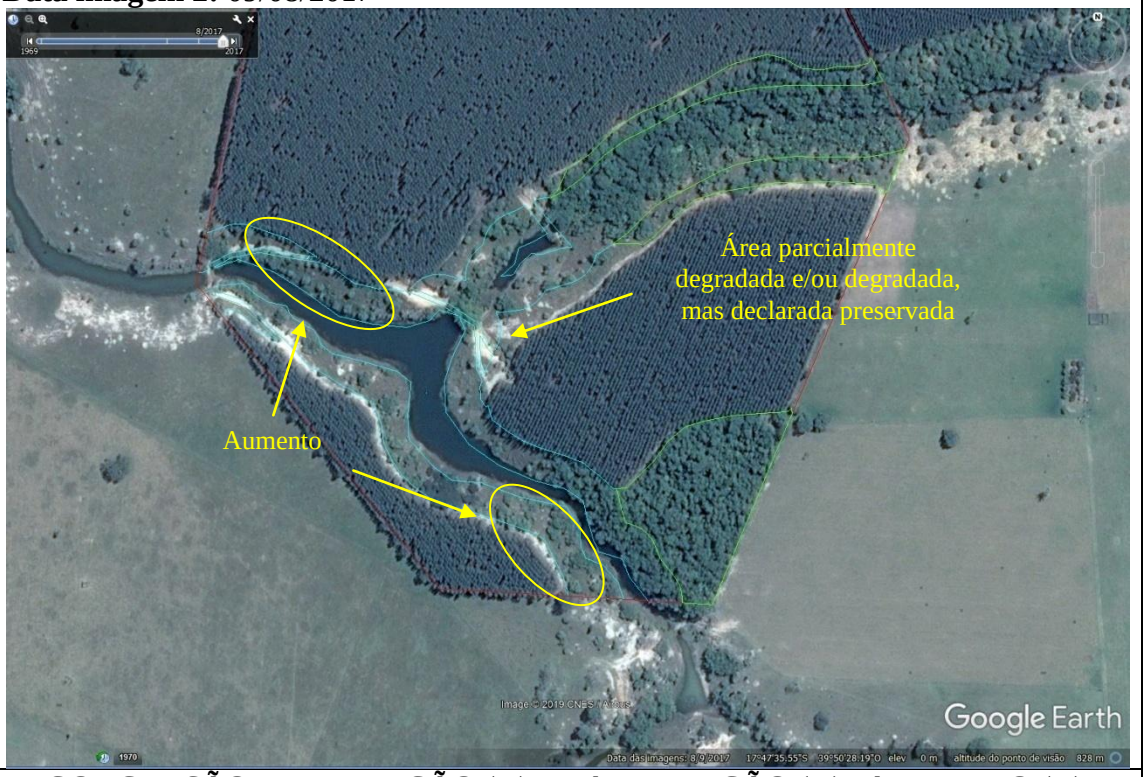
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 058

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 059

Fazenda: Fazenda Canaã	**Mat/Ident**: 17018	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001022882	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 30	**Módulos fiscais:** 0,85	
APP preservada (ha): 1,05 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 7,90 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 059

Data da assinatura do TAC: 04/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 11/05/2015



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 060

Fazenda: Fazenda Santa Cruz	**Mat/Ident**: 3471	**Município**: Medeiros Neto
CEFIR nº 2014001008608 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 23	**Módulos fiscais:** 0,65	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 4,70 **RL parcialmente degradada (ha): RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 060

Data da assinatura do TAC: 16/07/2012

Data imagem 1: 14/09/2010



Data imagem 2: 06/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 061

Fazenda: Conjunto Santa Cruz	**Mat/Ident**: 3486	**Município**: Medeiros Neto
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2019001213909		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 43,56		**Módulos fiscais:** 1,24
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 2,88 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 8,88 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 061

Data da assinatura do TAC: 16/07/2012

Data imagem 1: 14/09/2010



Data imagem 2: 19/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 062

Fazenda: Conjunto Nova Vida	**Mat/Ident**:3080	**Município**: Medeiros Neto
CEFIR nº 2014001008609 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 147		**Módulos fiscais:** 4,20
APP preservada (ha): 1,34 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 0,71 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

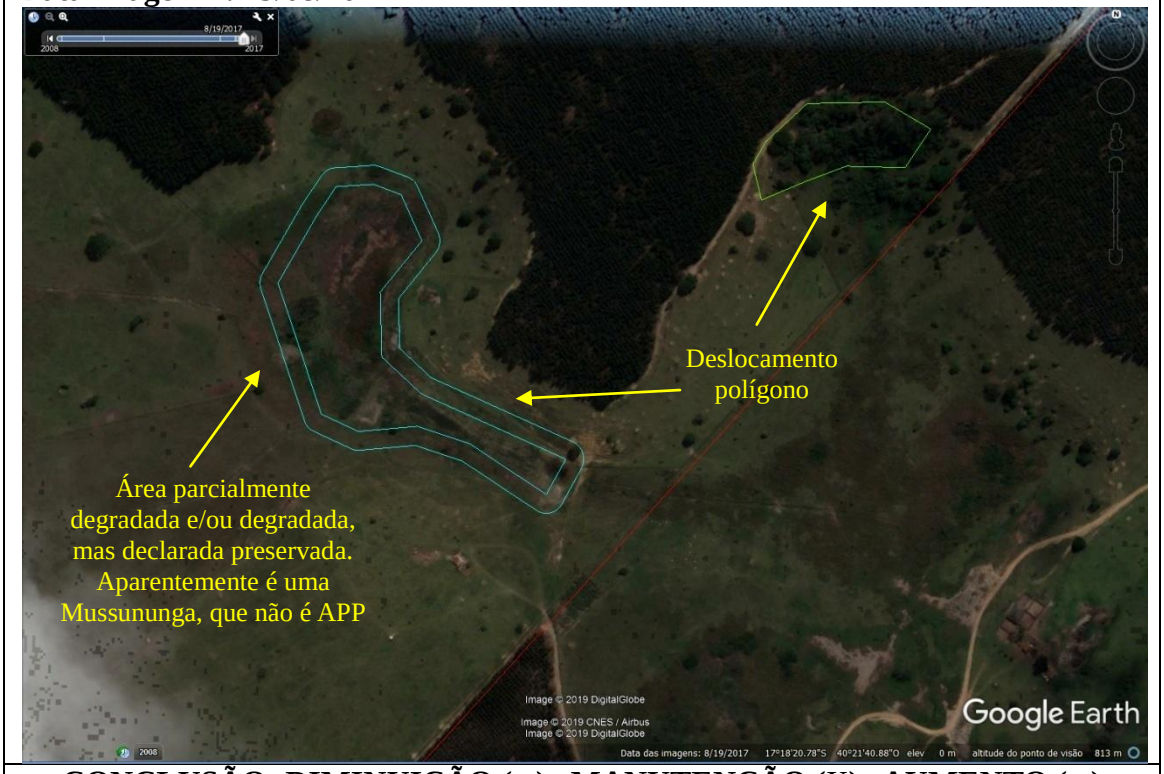
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 062

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 14/09/2010



Data imagem 2: 19/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 063

Fazenda: Fazenda Recordação	**Mat/Ident**: 5055	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001014338	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 437,31	**Módulos fiscais:** 12,49	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 47,44 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 87,44 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 063

Data da assinatura do TAC: 09/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 063

Data da assinatura do TAC: 09/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 064

Fazenda: Conjunto Nova Vida	**Mat/Ident**: 6257	**Município**: Medeiros Neto
CEFIR nº 2014001004484 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 125,13	**Módulos fiscais:** 3,57	
APP preservada (ha): 3,25 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 3,53 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

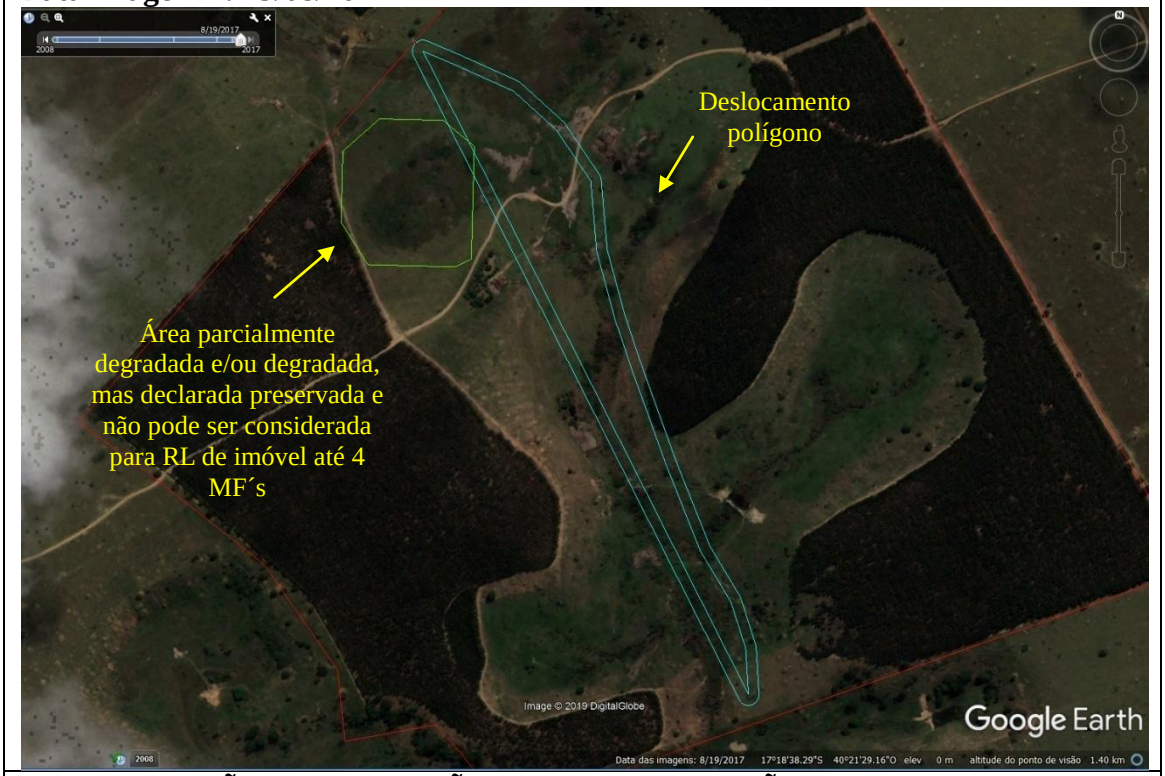
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 064

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 14/09/2012



Data imagem 2: 19/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 065

Fazenda: Boa Esperança Três Rios	**Mat/Ident**: 2565	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001017511 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 58,91	**Módulos fiscais:** 1,68	
APP preservada (ha): 4,80 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 11,99 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 7,80	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

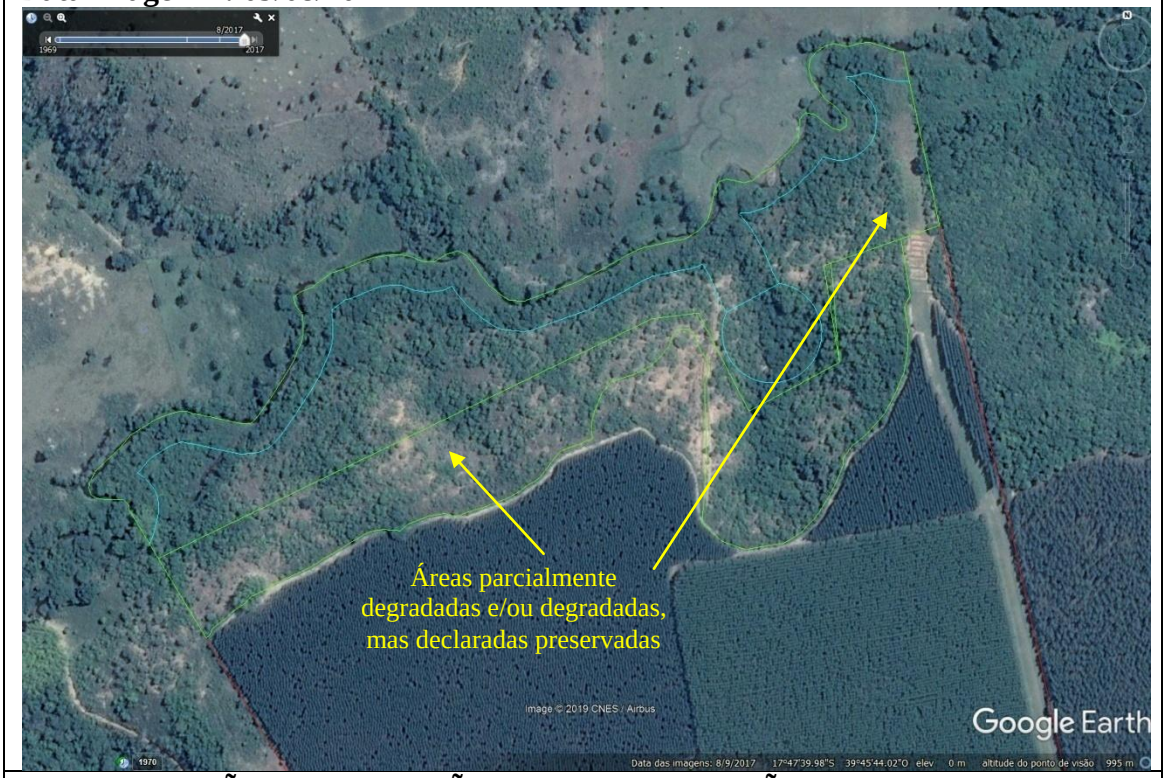
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 065

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 066

Rancho: Junatã	**Mat/Ident**: 2556	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº** 2013001001207	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 66,91	**Módulos fiscais:** 1,91	
APP preservada (ha): 1,02 **APP parcialmente degradada (ha):** 0,91 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 2,93 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

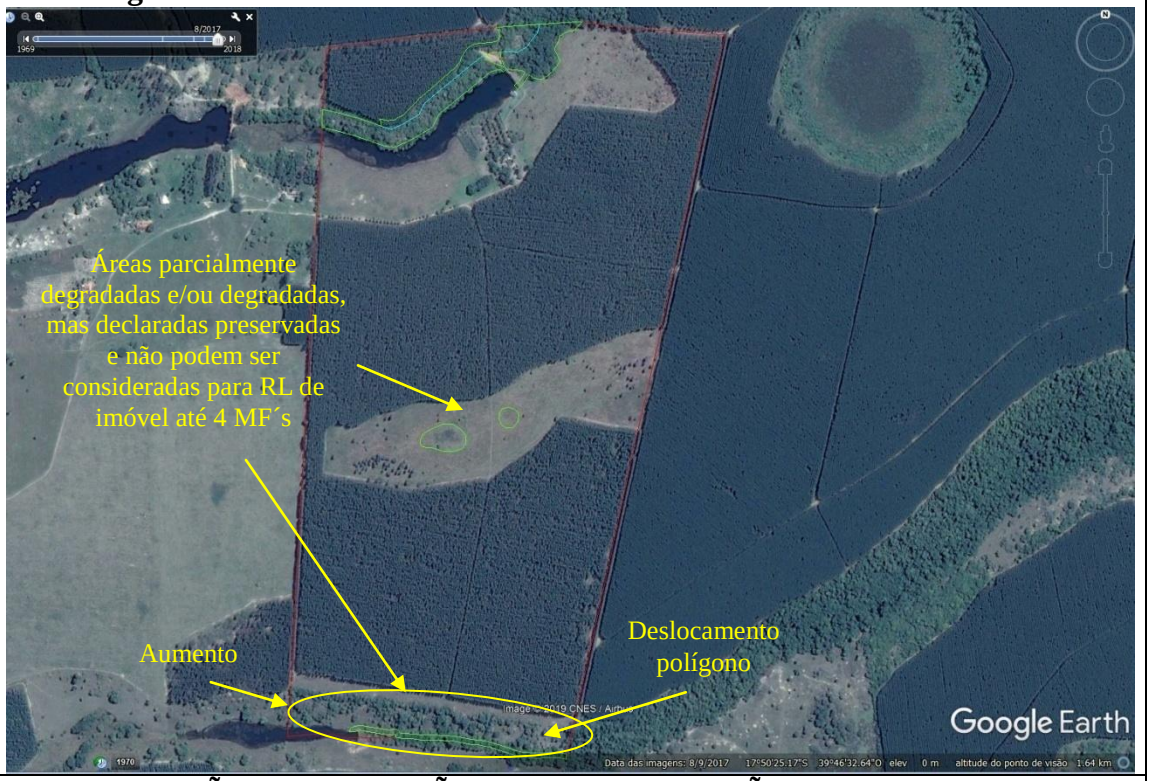
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 066

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 067

Fazenda: Diamantina I	**Mat/Ident**: 10814	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001009182	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 62,42	**Módulos fiscais:** 1,78	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 0,84 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 3,06 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 067

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 10/05/2012



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 068

Fazenda: São Domingos	**Mat/Ident**: 2123	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001093855	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 5	**Módulos fiscais:** 0,14	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):** 0,4	**RL preservada (ha):** 0,02 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 068

Data da assinatura do TAC: 16/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 069

Fazenda: Canaã	**Mat/Ident**: 2210	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2014001005255 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 100	**Módulos fiscais:** 2,85	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,16 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 069

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 25/08/2013



Data imagem 2: 19/05/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 070

Fazenda: Bela Vista	**Mat/Ident**: 606	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 20		**Módulos fiscais:** 0,57
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 071

Fazenda: Deus é Guia	**Mat/Ident**: 11145	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001043316	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 20	**Módulos fiscais:** 0,57	
APP preservada (ha): 3,13 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 4	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

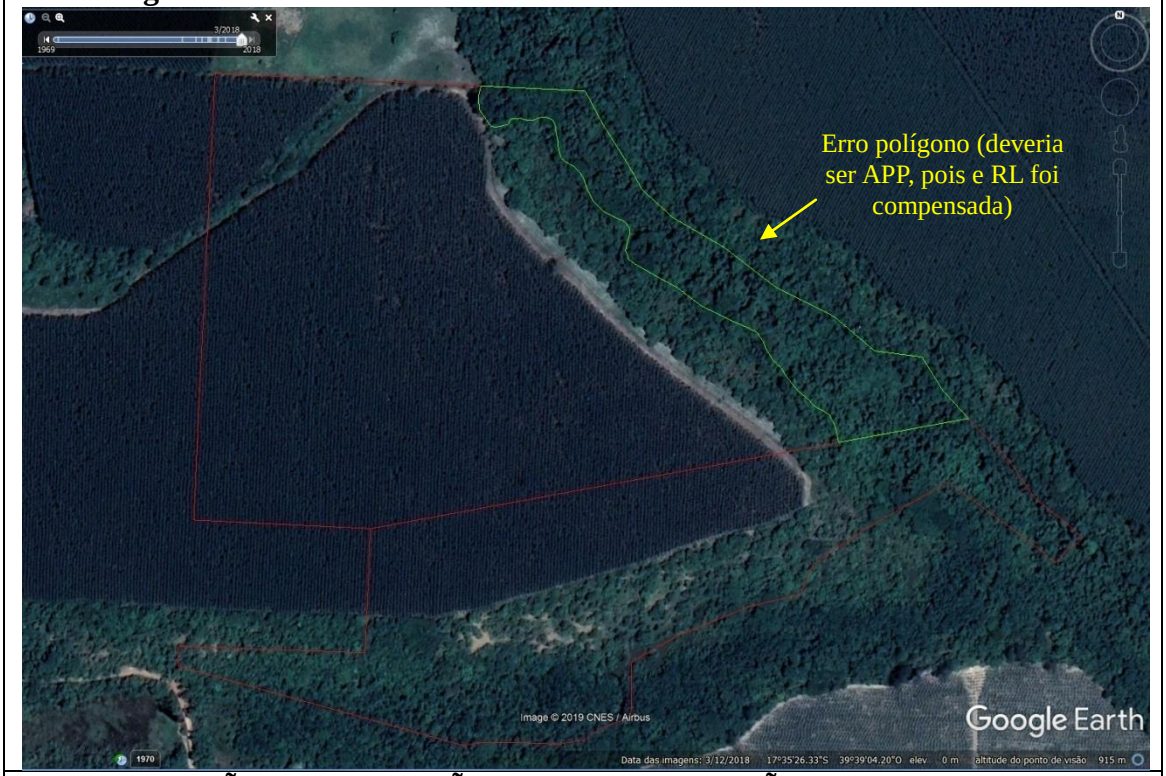
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 071

Data da assinatura do TAC: 12/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 12/03/208



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 072

Fazenda: Bom Viver	**Mat/Ident**: 11143	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001046674	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 10	**Módulos fiscais:** 0,28	
APP preservada (ha): 1,53 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 2 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 2,04	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 072

Data da assinatura do TAC: 12/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 073

Fazenda: Dois Amigos	**Mat/Ident**: 3635	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001043243	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 83	**Módulos fiscais:** 2,37	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 11,88 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 16,60 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 9,04	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 073

Data da assinatura do TAC: 12/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 074

Fazenda: Campo Verde	**Mat/Ident**: 2095	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: ( ) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 22,31	**Módulos fiscais:** 0,63	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 075

Fazenda: Fazenda Jelitto	**Mat/Ident**: 5342	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001003953	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 553,26	**Módulos fiscais:** 15,80	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 106,31 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 107,54 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 075

Data da assinatura do TAC: 14/12/2012

Data imagem 1: 20/09/2014



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

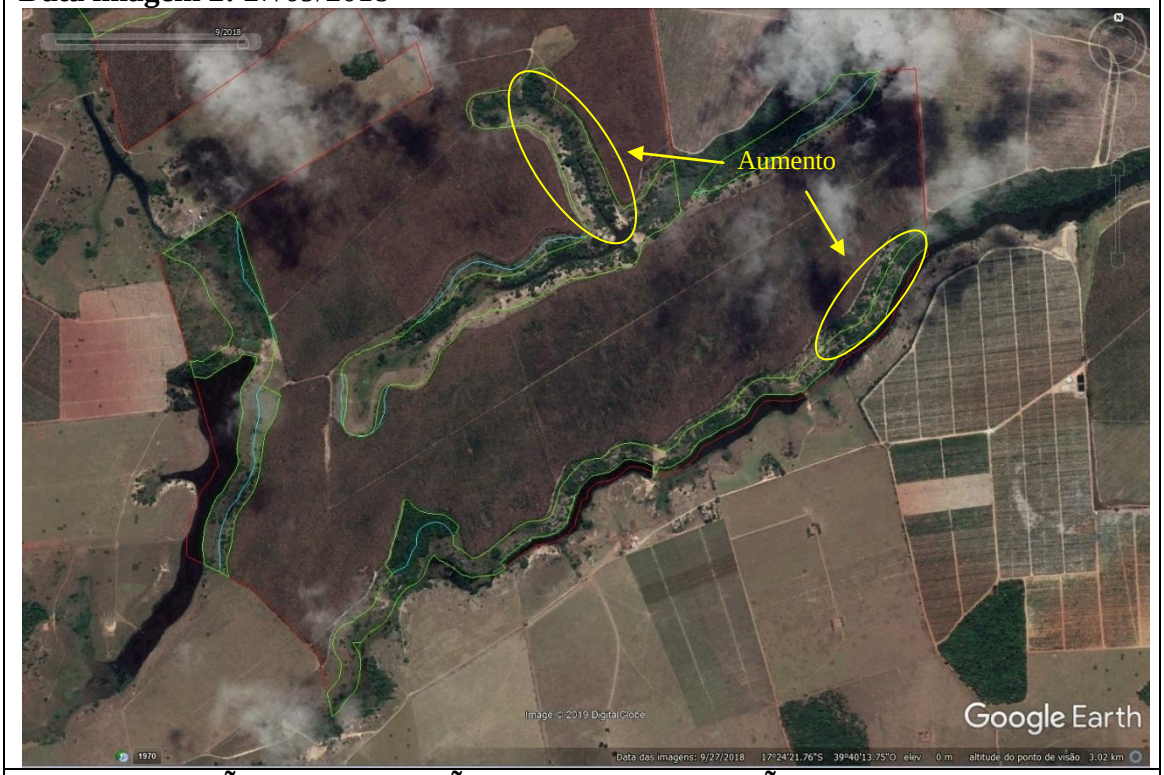
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 075

Data da assinatura do TAC: 14/12/2012

Data imagem 1: 20/09/2014



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 076

Sítio: Rodiedy	**Mat/Ident**:303	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001093745		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 59,17		**Módulos fiscais:** 1,69
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,71 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 1,69 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

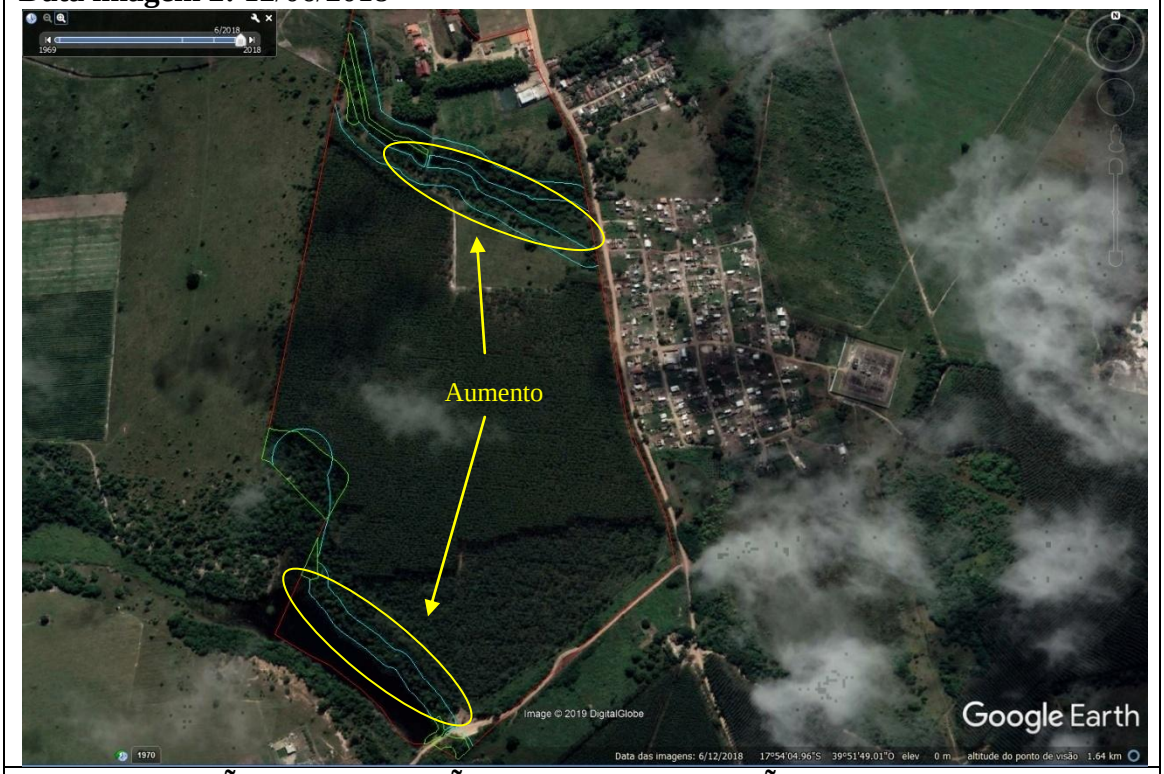
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 076

Data da assinatura do TAC: 14/12/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 12/06/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 077

Sítio: Sossego	**Mat/Ident**: 574	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 14,52		**Módulos fiscais:** 0,41
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

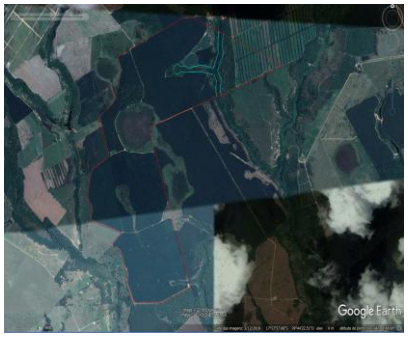
Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 078

Fazenda: Primavera	**Mat/Ident**: 5298	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC s/nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 294,76	**Módulos fiscais:** 8,42	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 7,48 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 58,88	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

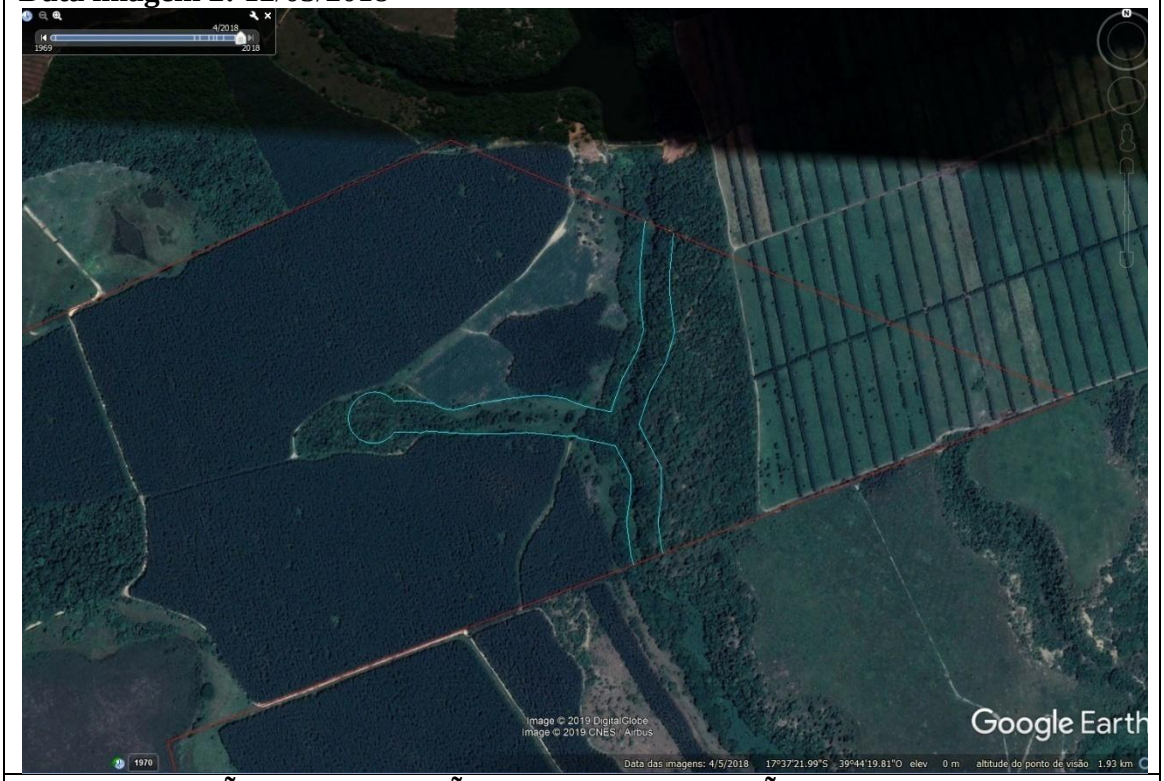
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 078

Data da assinatura do TAC: 26/09/2012

Data imagem 1: 10/05/2012



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 079

Fazenda: Guarani e Barros	**Mat/Ident**: 572	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2015001015806 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 136,69		**Módulos fiscais:** 3,90
APP preservada (ha): 16,83 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 0,34 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 080

Fazenda: Retirada da Laguna e Mercúri II	**Mat/Ident**: 133	**Município**: Mucuri

CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 72,60	**Módulos fiscais:** 2,07
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 7,38 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 081

Fazenda: Constelação	**Mat/Ident**: 34082	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001142822		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 758,43		**Módulos fiscais:** 21,66
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 106,74 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 153,19 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 081

Data da assinatura do TAC: 1º/10/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 081

Data da assinatura do TAC: 1º/10/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 082

Fazenda: Deus é Pai	**Mat/Ident**: 4293	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001007279	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 67,52	**Módulos fiscais:** 1,92	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 7,15 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 13,50 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 082

Data da assinatura do TAC: 17/10/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 083

Fazenda: Bela Vista VI	**Mat/Ident**: 17139	**Município**: Caravelas

CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001007379	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 51,53	**Módulos fiscais:** 1,47
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,42 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 10,30 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

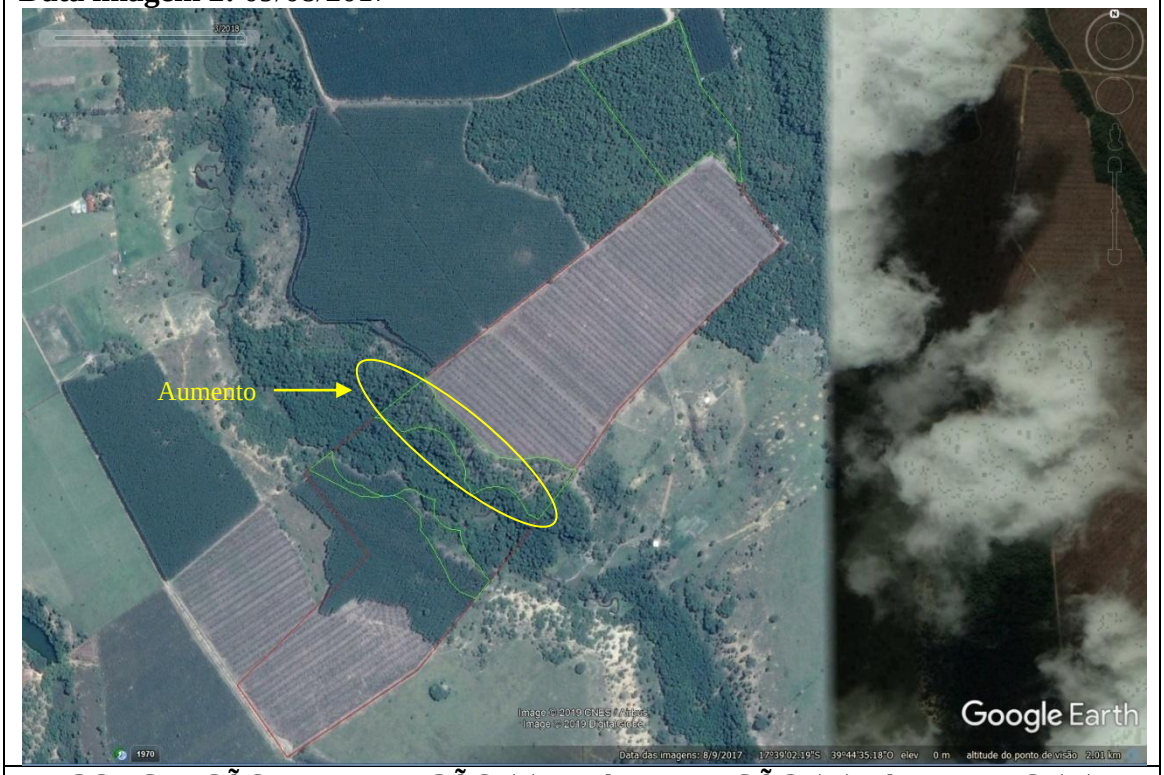
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 083

Data da assinatura do TAC: 17/10/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 084

Fazenda: Nossa Senhora Aparecida	**Mat/Ident**: 1280	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 297,71	**Módulos fiscais:** 8,50	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	(X) **NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 085

Fazenda: Itabaiana	**Mat/Ident**: 926	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001003955		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 180		**Módulos fiscais:** 5,14
APP preservada (ha): 10,17 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 35,06 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 085

Data da assinatura do TAC: 17/10/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 086

Fazenda: Itabaiana	**Mat/Ident**: 2704	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001004112		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 375,75		**Módulos fiscais:** 10,73
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 31,27 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 71,53
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

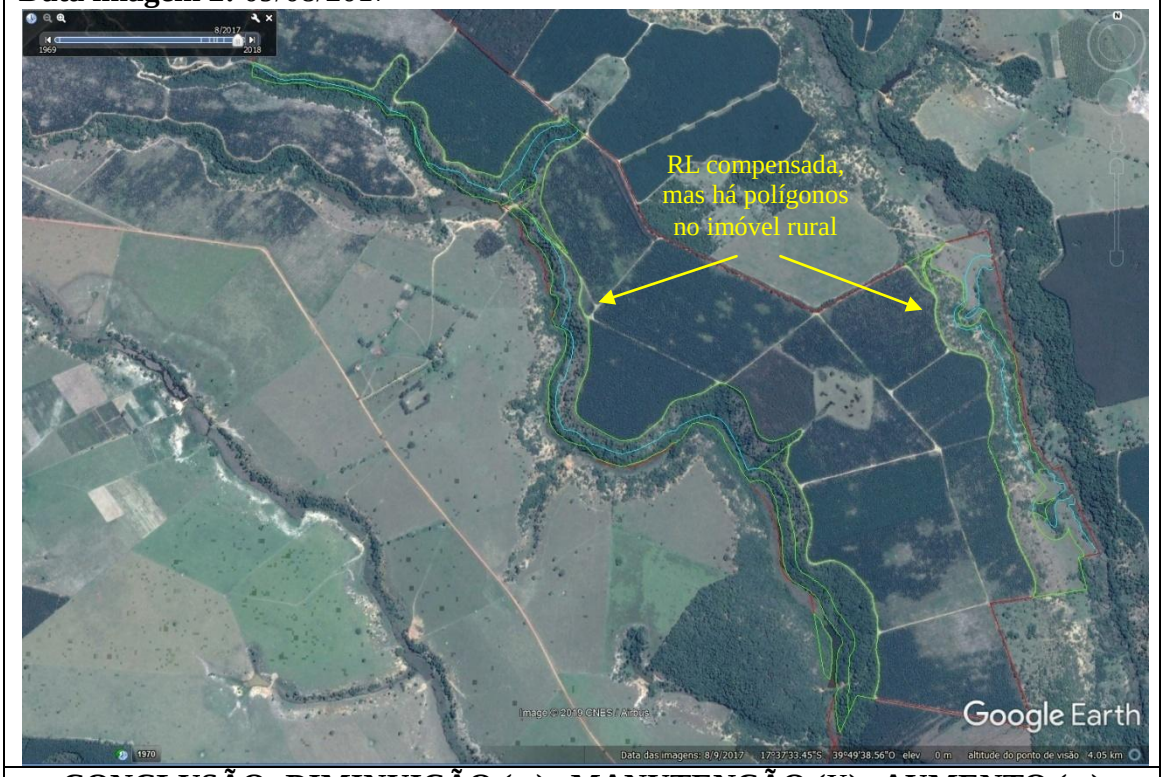
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 086

Data da assinatura do TAC: 17/10/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 087

Fazenda: Sempre Viva	**Mat/Ident**: 2222	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001012899	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 198	**Módulos fiscais:** 5,65	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):** 5,11	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 43,06	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

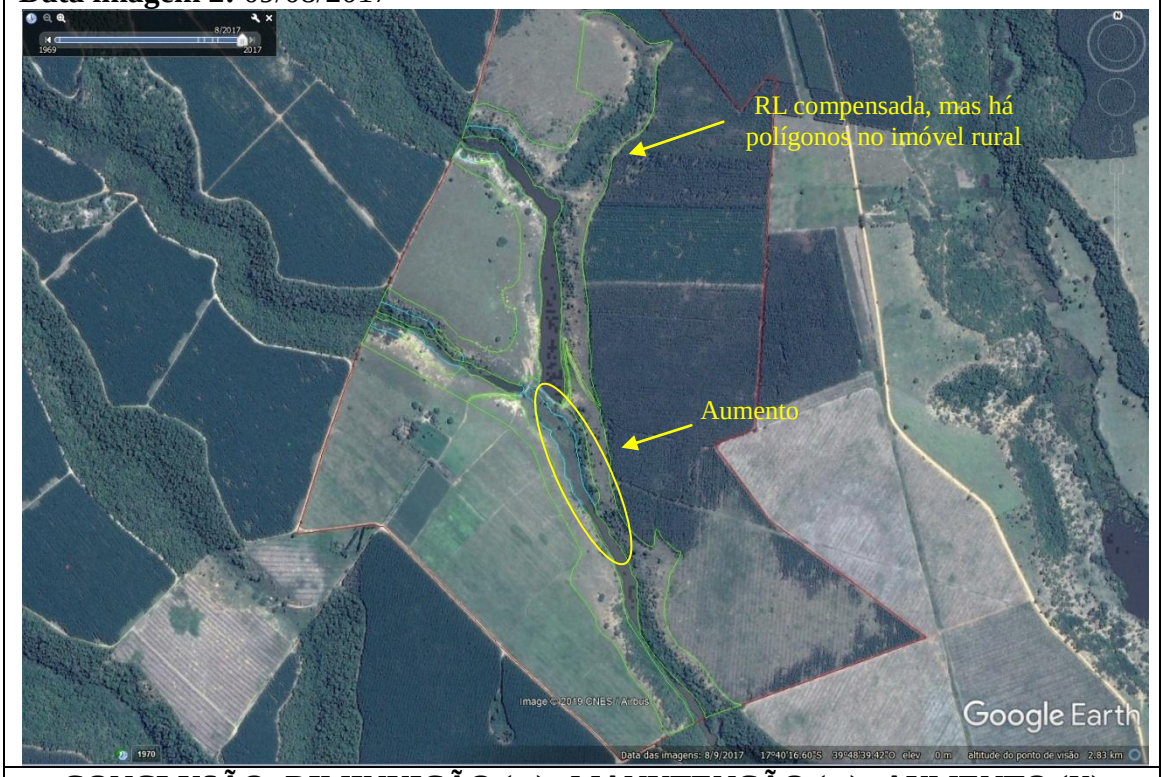
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 087

Data da assinatura do TAC: 05/10/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 088

Fazenda: Primavera I	**Mat/Ident**: 22241	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001062960	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 130,87	**Módulos fiscais:** 3,73	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 15,49 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 25,99	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 088

Data da assinatura do TAC: 26/09/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 02/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 089

Fazenda: Primavera II	**Mat/Ident**: 22241	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 201700162981		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 777,74		**Módulos fiscais:** 22,22
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 49,92 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 157,75 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 187,82		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 089

Data da assinatura do TAC: 26/09/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 090

Fazenda: Conjunto São Bernardo	**Mat/Ident**: 1703	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001004128	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 447,56	**Módulos fiscais:** 12,78	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 69,11 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 91,12 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(X) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 090

Data da assinatura do TAC: 10/10/2012

Data imagem 1: 31/12/2013



Data imagem 2: 09/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

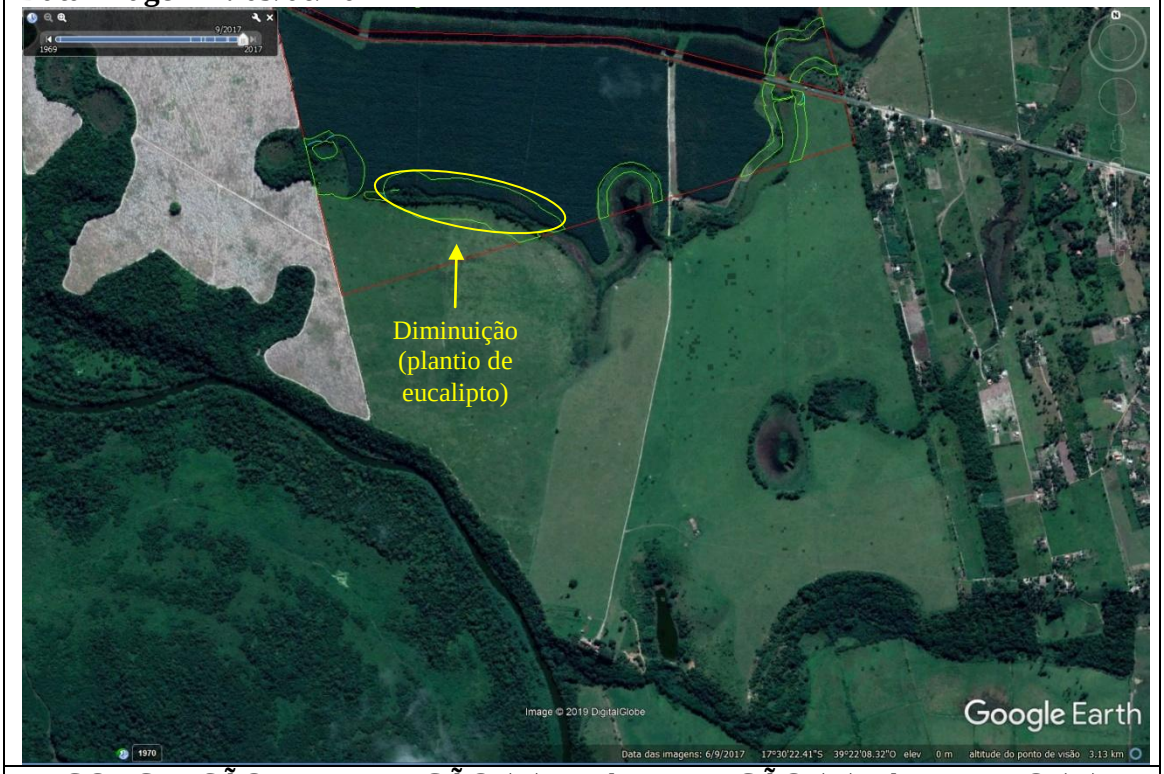
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 090

Data da assinatura do TAC: 10/10/2012

Data imagem 1: 31/12/2013



Data imagem 2: 09/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 091

Fazenda: Nova Era	**Mat/Ident**: 3083	**Município**: Medeiros Neto
CEFIR nº 2014001004868 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 262,72	**Módulos fiscais:** 7,50	
APP preservada (ha): 19,07 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 52,54 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 91,92	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 092

Fazenda: Santa Catarina	**Mat/Ident**: 697	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 45		**Módulos fiscais:** 1,28
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 093

Fazenda: Nova Esperança	**Mat/Ident**: 1465	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº 2014001008838 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 99,54	**Módulos fiscais:** 2,84	
APP preservada (ha): 14,60 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 5,22 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 11,58	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 094

Fazenda: Nova Esperança	**Mat/Ident**: 1466	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº 2014001008837 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 72,29	**Módulos fiscais:**	
APP preservada (ha): 9,62 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 7,49 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 6,32	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 095

Fazenda: Não Pensei	**Mat/Ident**: 8298	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001038158	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 102,60	**Módulos fiscais:** 2,93	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 1,92 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 6,52 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 3,93	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

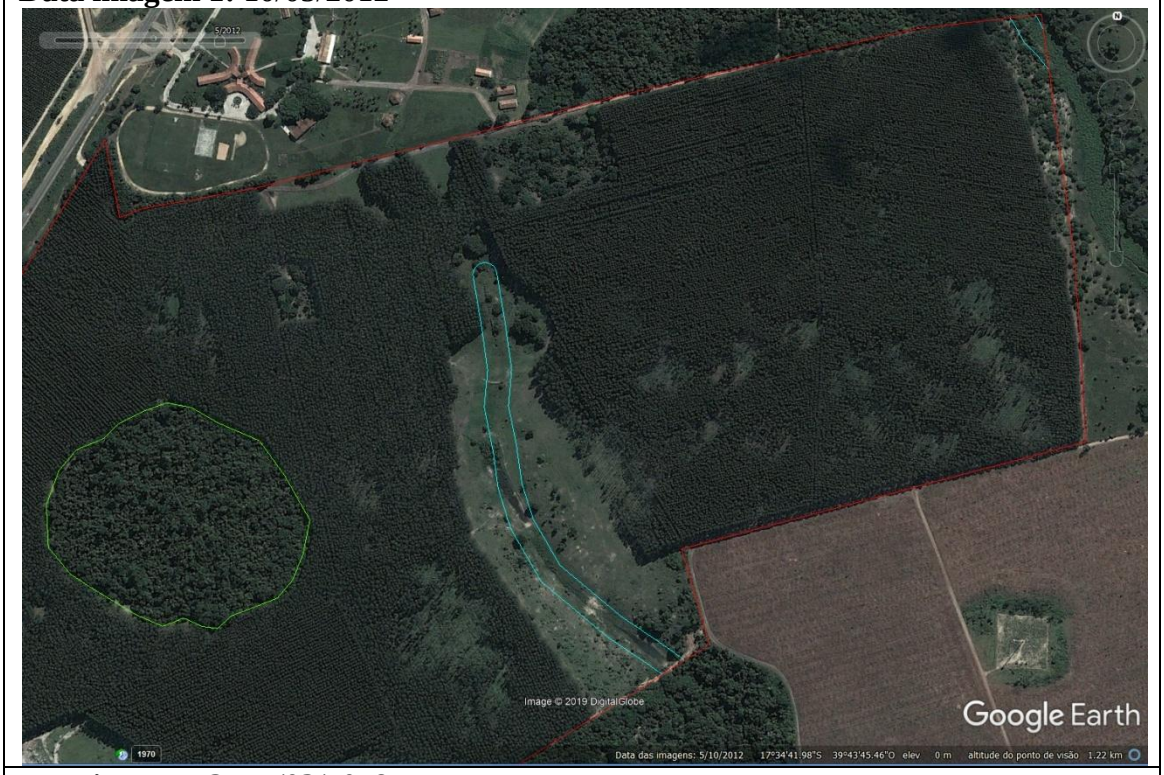


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 095

Data da assinatura do TAC: 14/09/2012

Data imagem 1: 10/05/2012



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 096

Sítio: Primavera	**Mat/Ident**: 2271	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº** 2017001085421	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( )** **Não**	
Área total (ha): 18,97	**Módulos fiscais:** 0,54	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 1,56 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,59 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

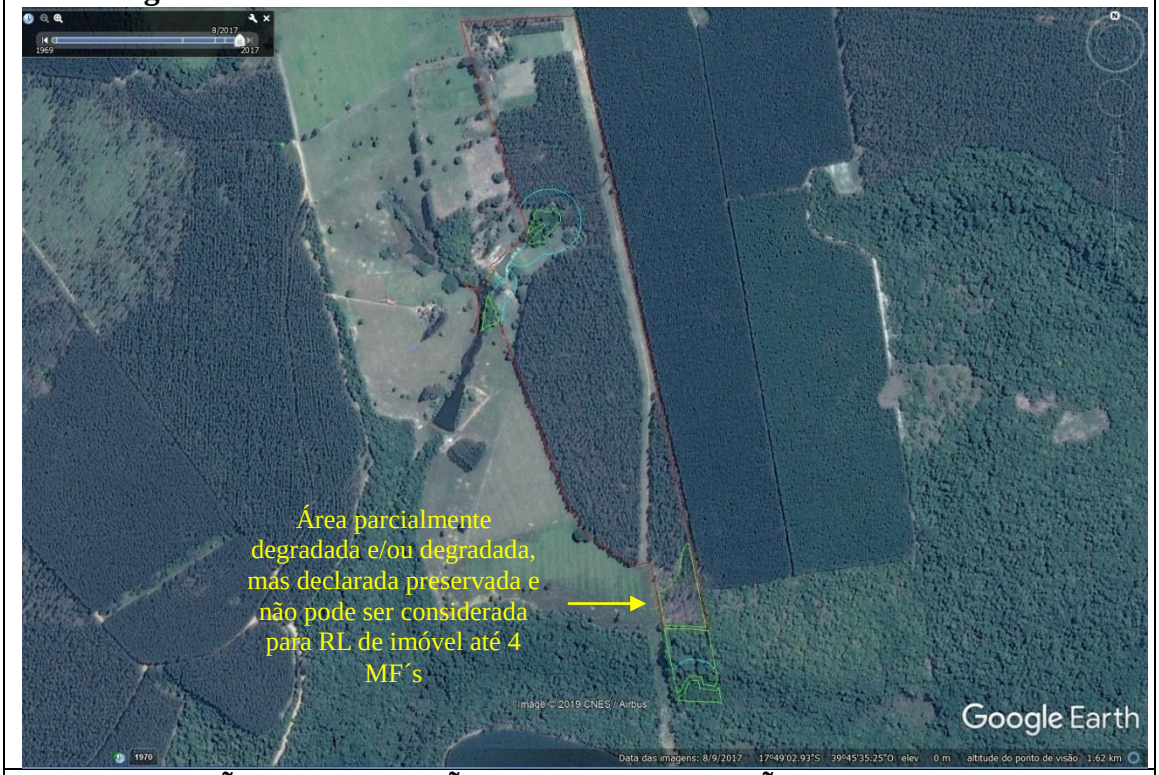
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 096

Data da assinatura do TAC: 19/09/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 097

Fazenda: Pedra Azul	**Mat/Ident**: 1916	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2015001013084 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 41,98	**Módulos fiscais:** 1,19	
APP preservada (ha): 1,80 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 7,45 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 098

Fazenda: Pedra Azul	**Mat/Ident**: 1785	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2019001058143 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 61,38	**Módulos fiscais:** 1,75	
APP preservada (ha): 1,29 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 6,13 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

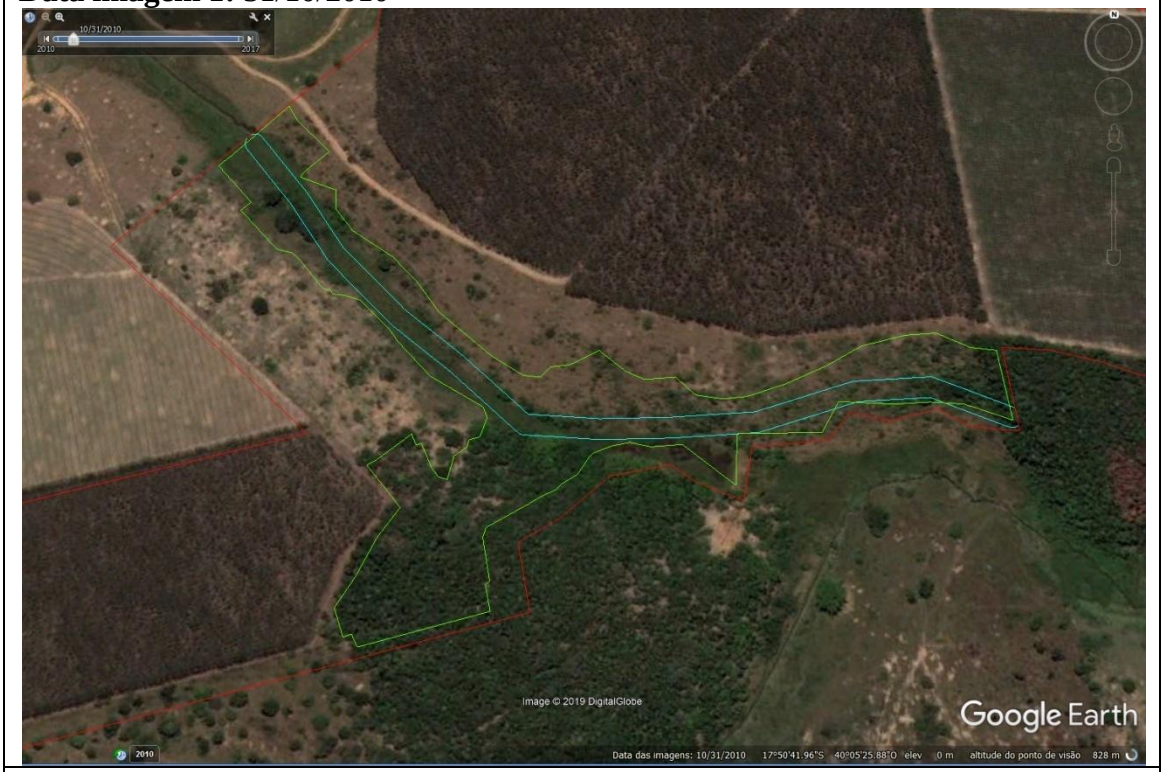


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

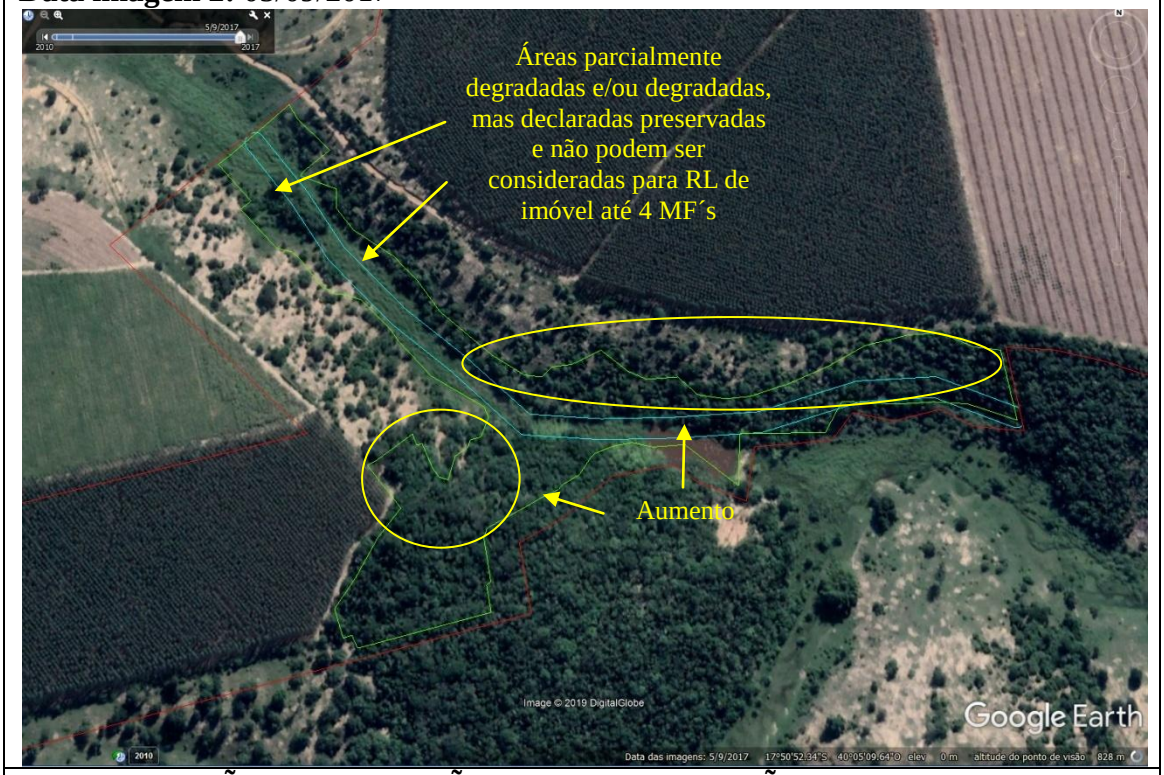
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 098

Data da assinatura do TAC: 11/09/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 05/09/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 099

Fazenda: Altamira	**Mat/Ident**: 2322	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001062385	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 110	**Módulos fiscais:** 3,14	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 2,80 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 22,19 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 099

Data da assinatura do TAC: 11/09/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 12/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 100

Fazenda: Mariângela	**Mat/Ident**: 2792	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001002013		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 604,88		**Módulos fiscais:** 17,28
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 104,07 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 114,53 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 42,44		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 100

Data da assinatura do TAC: 20/09/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 100

Data da assinatura do TAC: 20/09/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

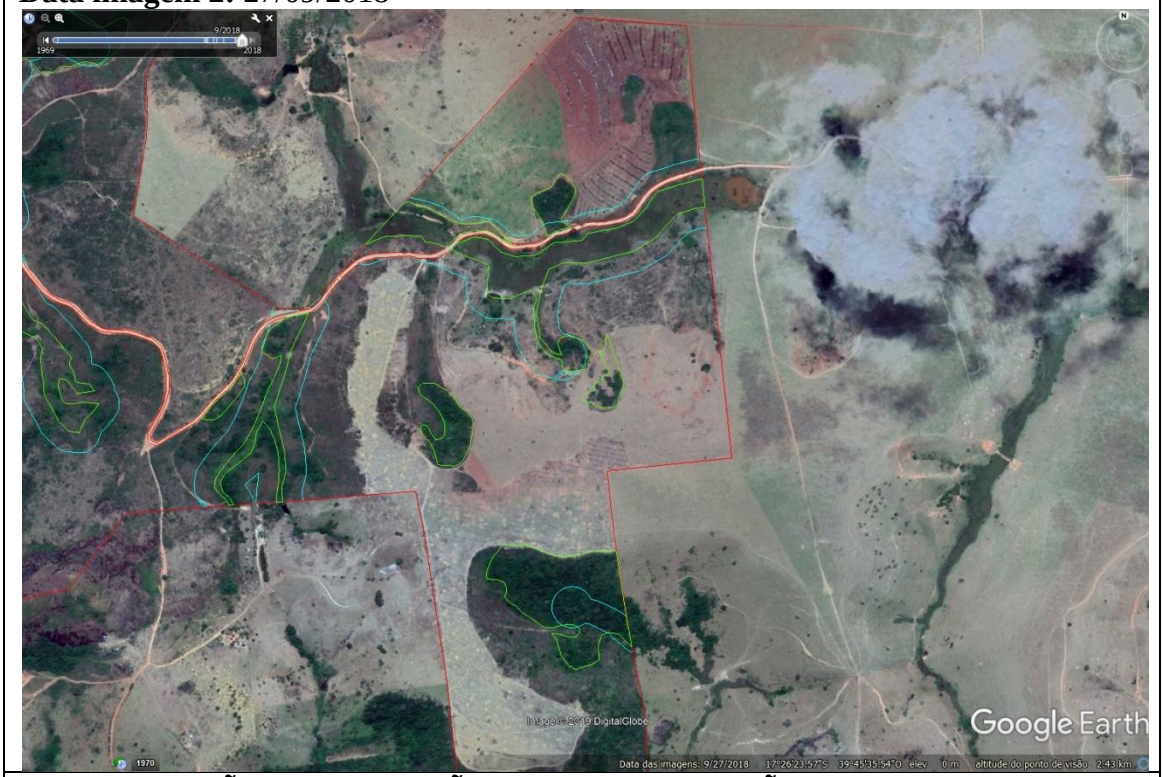
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 100

Data da assinatura do TAC: 20/09/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 101

Fazenda: Serra Dourada	**Mat/Ident**: 2484	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001003594	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 63,55	**Módulos fiscais:** 1,81	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 15,03 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 9,44 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 102

Fazenda: Sonho Meu	**Mat/Ident**: 2625	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001139429	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 49,70	**Módulos fiscais:** 1,81	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,16 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 4,49 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 102

Data da assinatura do TAC: 11/09/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 103

Fazenda: Conjunto Boa Vista	**Mat/Ident**: 2724	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 93,77	**Módulos fiscais:** 2,67	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 104

Fazenda: Conquista	**Mat/Ident**: 17392	**Município**: Caravelas
CEFIR nº 2013001002534 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 50	**Módulos fiscais:** 1,42	
APP preservada (ha): 2,73 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 11,09 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 104

Data da assinatura do TAC: 17/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2011



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 105

Fazenda: Sol Nascente	**Mat/Ident**: 768	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001132852	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 26,61	**Módulos fiscais:** 0,76	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 3,75 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 4,10 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

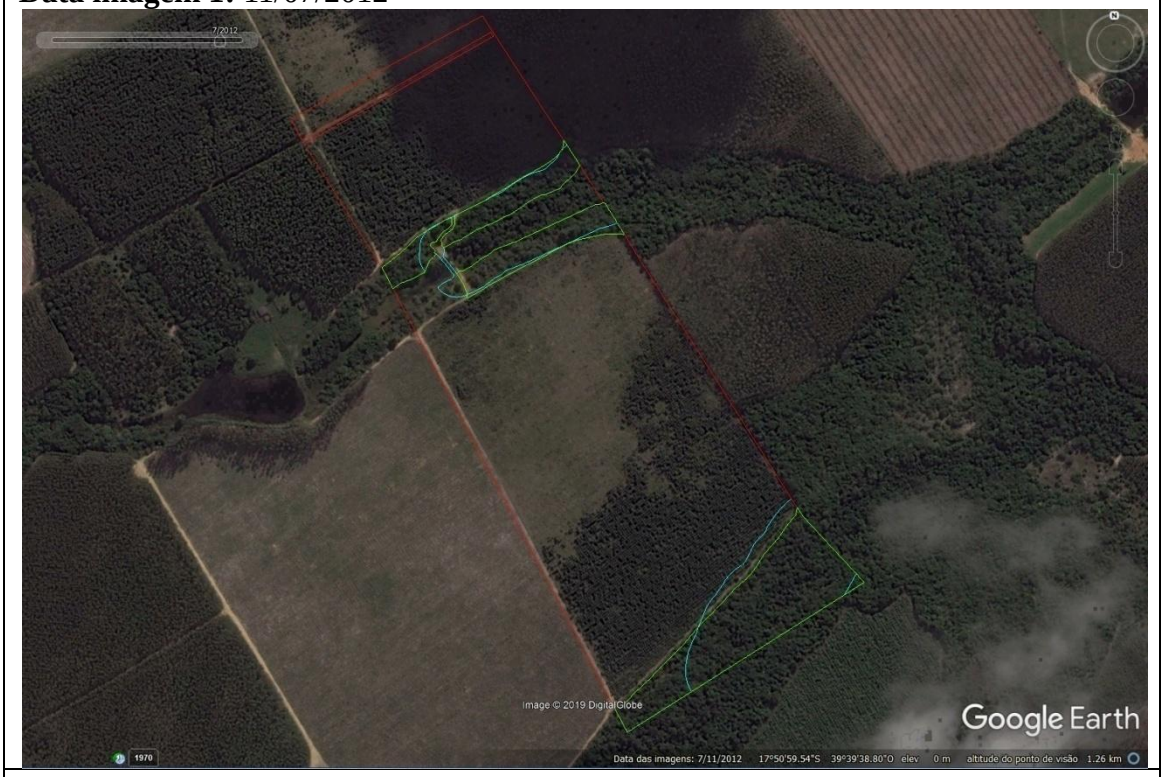


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

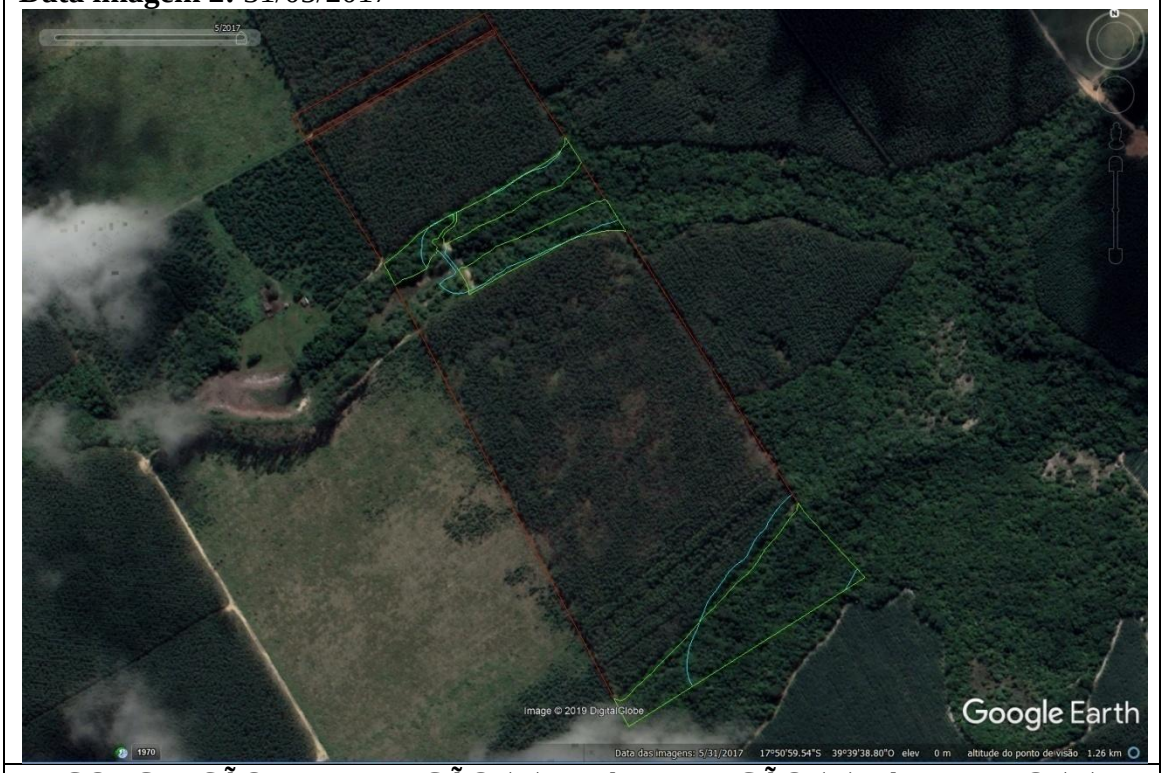
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 105

Data da assinatura do TAC: 03/09/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 106

Fazenda: Boa Sorte	**Mat/Ident**: 325	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº 2014001007170 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 25	**Módulos fiscais:** 0,71	
APP preservada (ha): 0,79 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,79 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(**X**) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

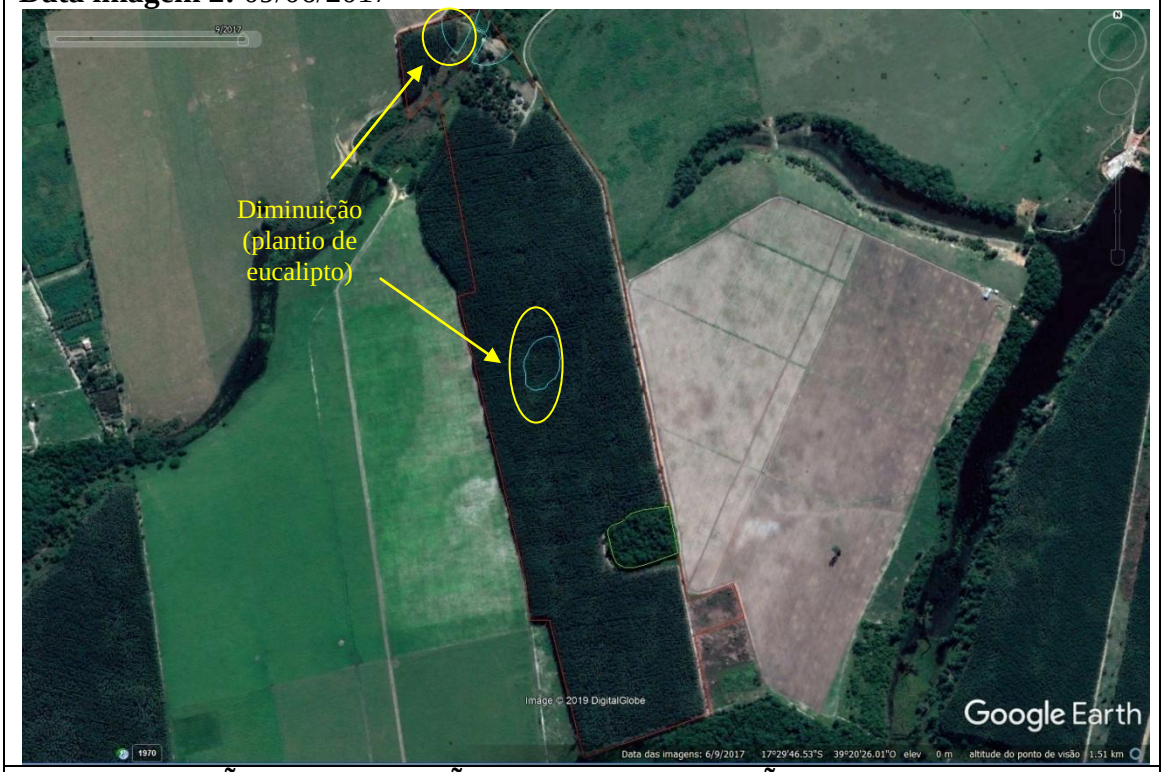
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 106

Data da assinatura do TAC: 26/07/2012

Data imagem 1: 31/12/2013



Data imagem 2: 09/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 107

Fazenda: Praia II	**Mat/Ident**: 2027	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2016001024407		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 56		**Módulos fiscais:** 1,60
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 6,10 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 11,45 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 108

Fazenda: Praia II	**Mat/Ident**: 4382	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC s/nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 240,59	**Módulos fiscais:** 6,87	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 23,97 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 53,15 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 6,17	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 109

Fazenda: Sossego Feliz	**Mat/Ident**: 21063	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001010630		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 284,59		**Módulos fiscais:** 8,13
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 31,44 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 56,92 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 109

Data da assinatura do TAC: 30/08/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

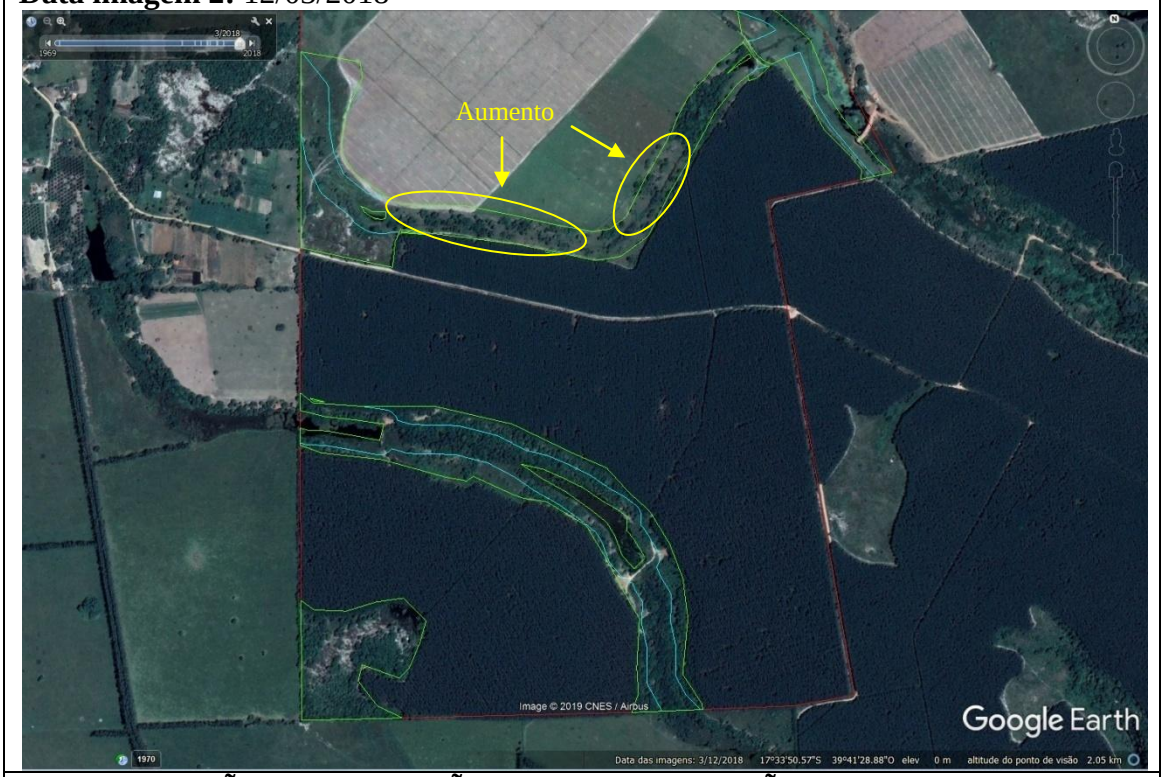
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 109

Data da assinatura do TAC: 30/08/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 110

Fazenda: Suspiro	**Mat/Ident**: 102	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001008839		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (**X**) Não**
Área total (ha): 62,80		**Módulos fiscais:** 1,79
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 35 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 14,12 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 3,16		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 110

Data da assinatura do TAC: 16/08/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 12/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 111

Fazenda: Suspiro	**Mat/Ident**: 215	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001008832		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 113,01		**Módulos fiscais:** 3,22
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 36,47 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 16,49 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 1,85		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 112

Fazenda: Diana	**Mat/Ident**: 2350	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001008442	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 325,11	**Módulos fiscais:** 9,28	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 24,26 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 25,03 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(**X**) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

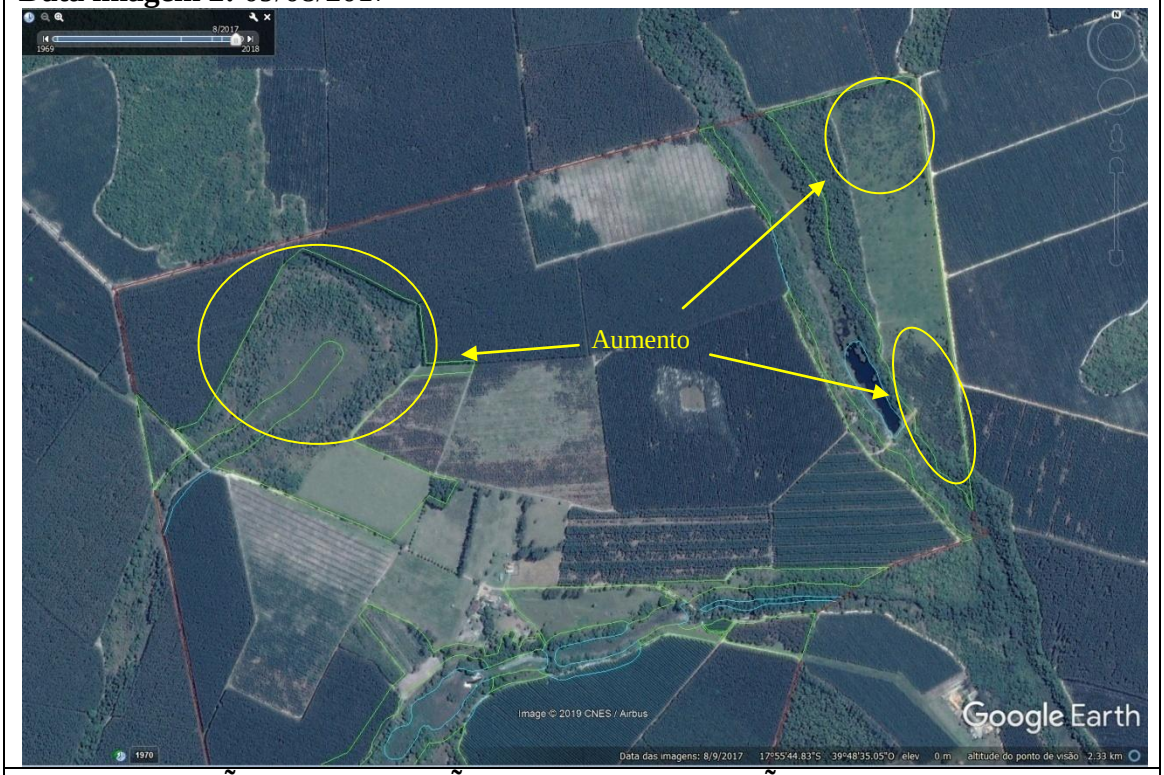
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 112

Data da assinatura do TAC: 24/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

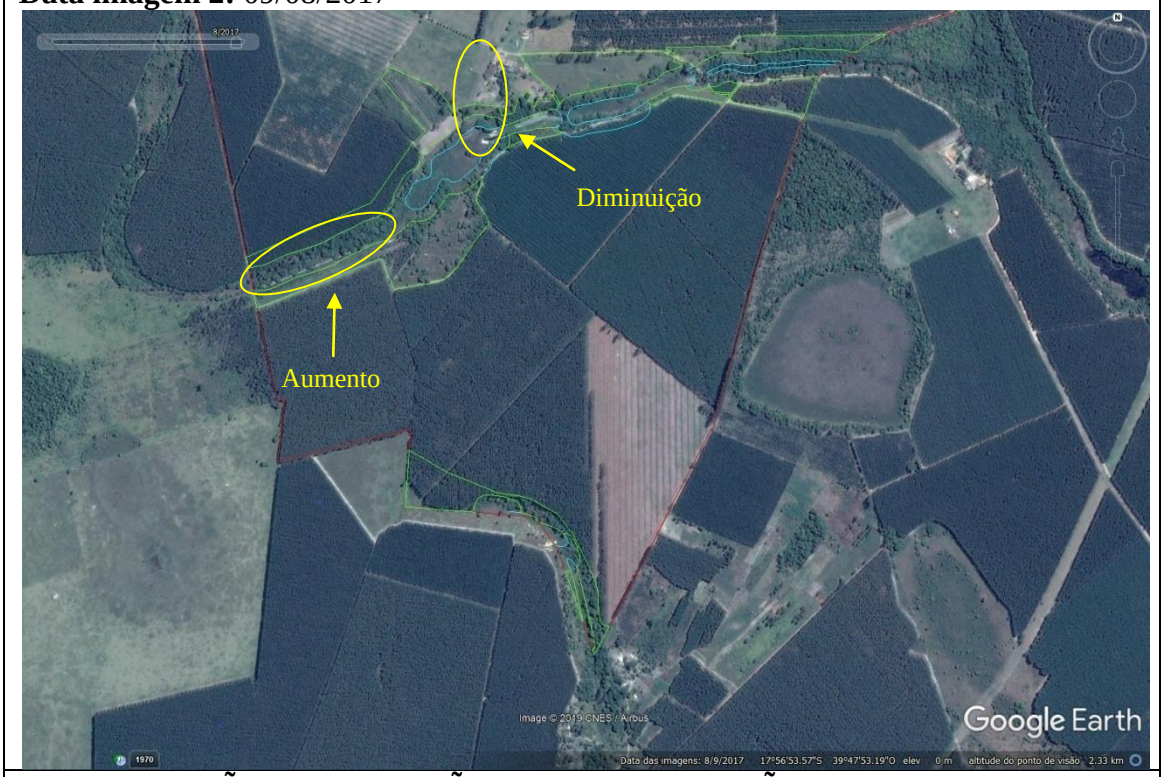
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 112

Data da assinatura do TAC: 24/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 113

Fazenda: Santa Rita	**Mat/Ident**: 1582	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001054777		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 174,26		**Módulos fiscais:** 4,97
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 32,25 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 34,82 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 10,61		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 113

Data da assinatura do TAC: 10/09/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 17/05/2016



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 114

Fazenda: Rainha do Sul	**Mat/Ident**: 1080	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001008996	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 1.554,98	**Módulos fiscais:** 44,42	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 179,60 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 317,72 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 114

Data da assinatura do TAC: 27/07/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 114

Data da assinatura do TAC: 27/07/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 115

Fazenda: Santa Rosa	**Mat/Ident**: 2347	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001002012	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 56,86	**Módulos fiscais:** 1,62	
APP preservada (ha): 1,96 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 5,78 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	(X) **NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

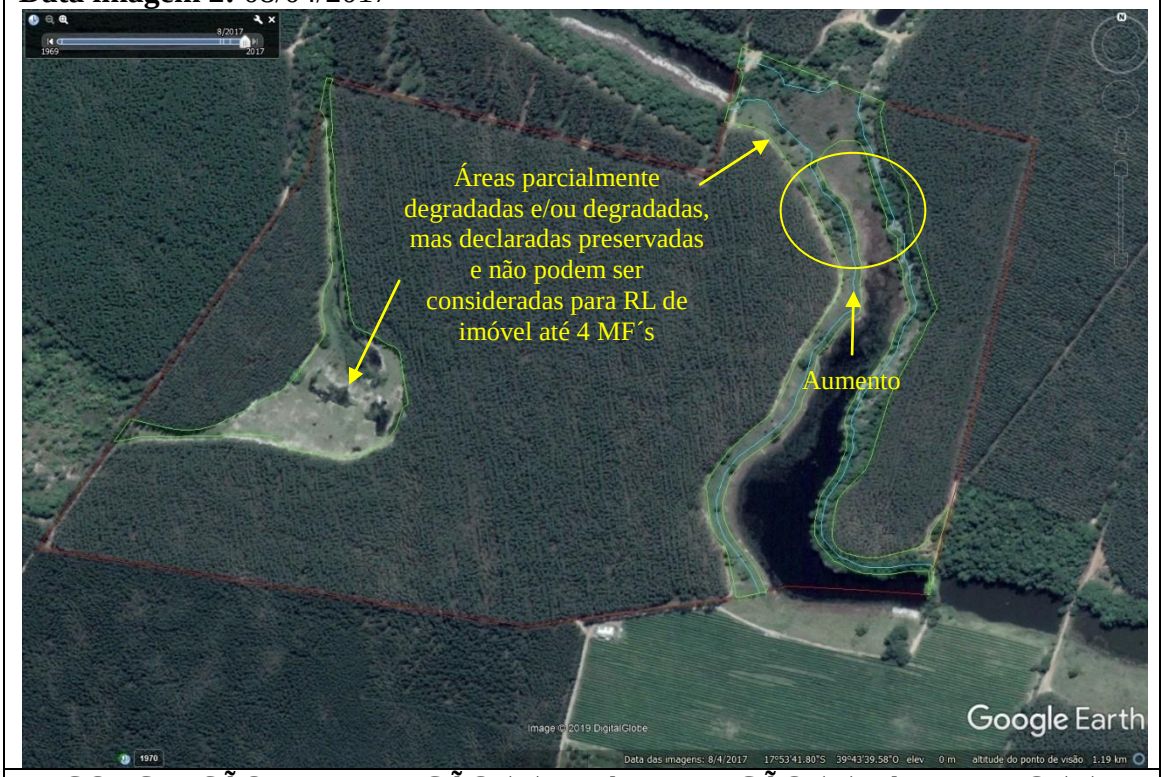
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 115

Data da assinatura do TAC: 24/08/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 08/04/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 116

Fazenda: Santo Antônio	**Mat/Ident**: 273	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2014001005732 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 38,72	**Módulos fiscais:** 1,62	
APP preservada (ha): 0,57 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 2,41 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

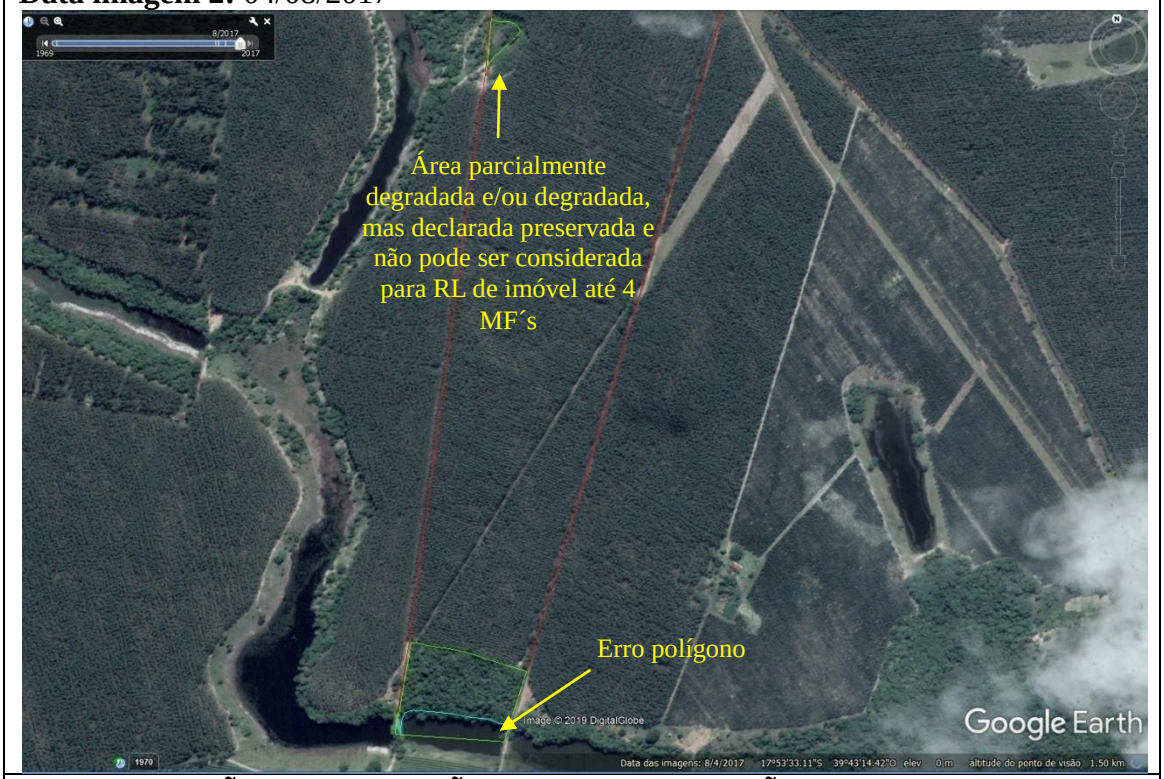
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 116

Data da assinatura do TAC: 24/08/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 117

Fazenda: Boa Sorte	**Mat/Ident**: 999	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2014001005733 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 14,52	**Módulos fiscais:** 0,41	
APP preservada (ha): 0,28 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,55 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 117

Data da assinatura do TAC: 24/08/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 118

Fazenda: Santo Antônio II	**Mat/Ident**: 1367	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 201500100830	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 863,12	**Módulos fiscais:** 24,66	
APP preservada (ha): 25,52 **APP parcialmente degradada (ha):** 38,26 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 178,19 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 118

Data da assinatura do TAC: 21/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 118

Data da assinatura do TAC: 21/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 119

Fazenda: Chikashi Urano	**Mat/Ident**: 2581	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001009694		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 131,84		**Módulos fiscais:** 3,76
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 10,89 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 26,41 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 120

Fazenda: Guaraná	**Mat/Ident**: 3820	**Município**: Caravelas
CEFIR nº 2017001052102 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 98,52	**Módulos fiscais:** 2,81	
APP preservada (ha): 9 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 12,70 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

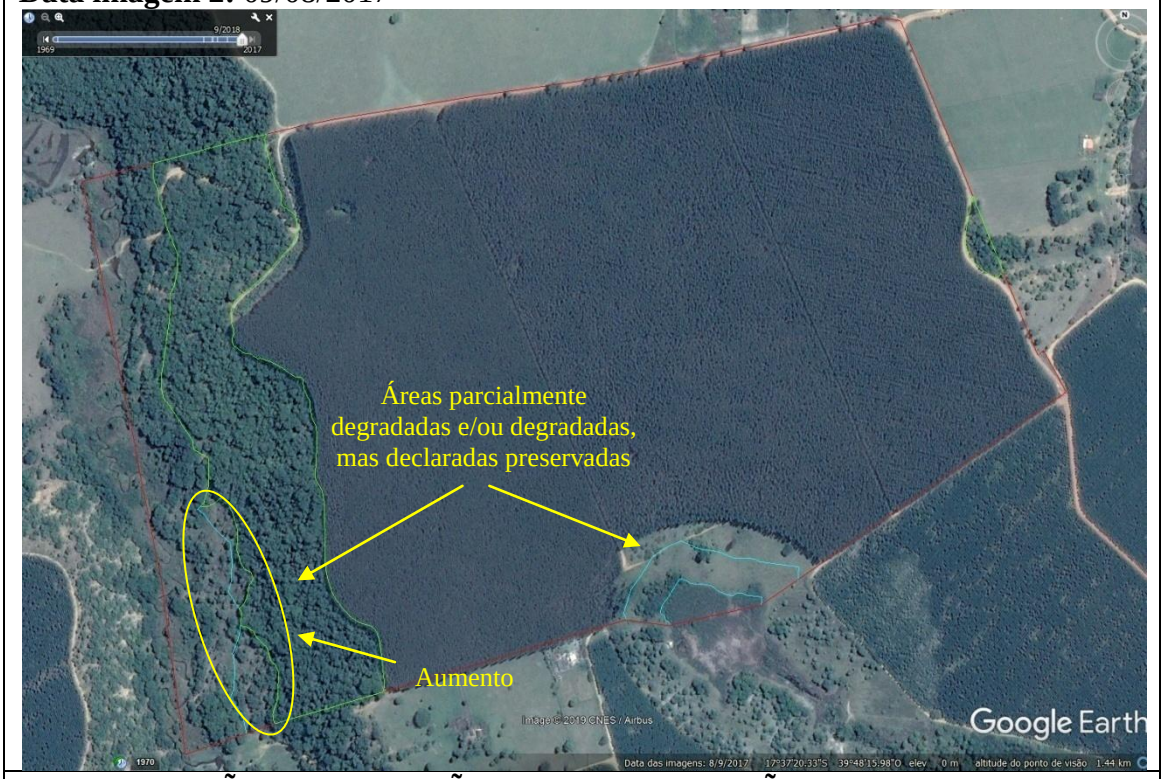
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 120

Data da assinatura do TAC: 12/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 121

Fazenda: Três Corações	**Mat/Ident**: 9032	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001009330	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 147	**Módulos fiscais:** 2,81	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 9,69 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 28,91 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 121

Data da assinatura do TAC: 12/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 02/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 122

Fazenda: Santa Lúcia	**Mat/Ident**: 16088	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001010199		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 24		**Módulos fiscais:** 0,68
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 3,66 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 4,95 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 122

Data da assinatura do TAC: 18/06/2012

Data imagem 1: 11/-07/2012



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 123

Fazenda: Jacutinga	**Mat/Ident**: 4058	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001010212	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 281	**Módulos fiscais:** 8,02	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 30,65 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 56,20 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 123

Data da assinatura do TAC: 18/06/2012

Data imagem 1: 08/05/2010



Data imagem 2: 1º/06/2017

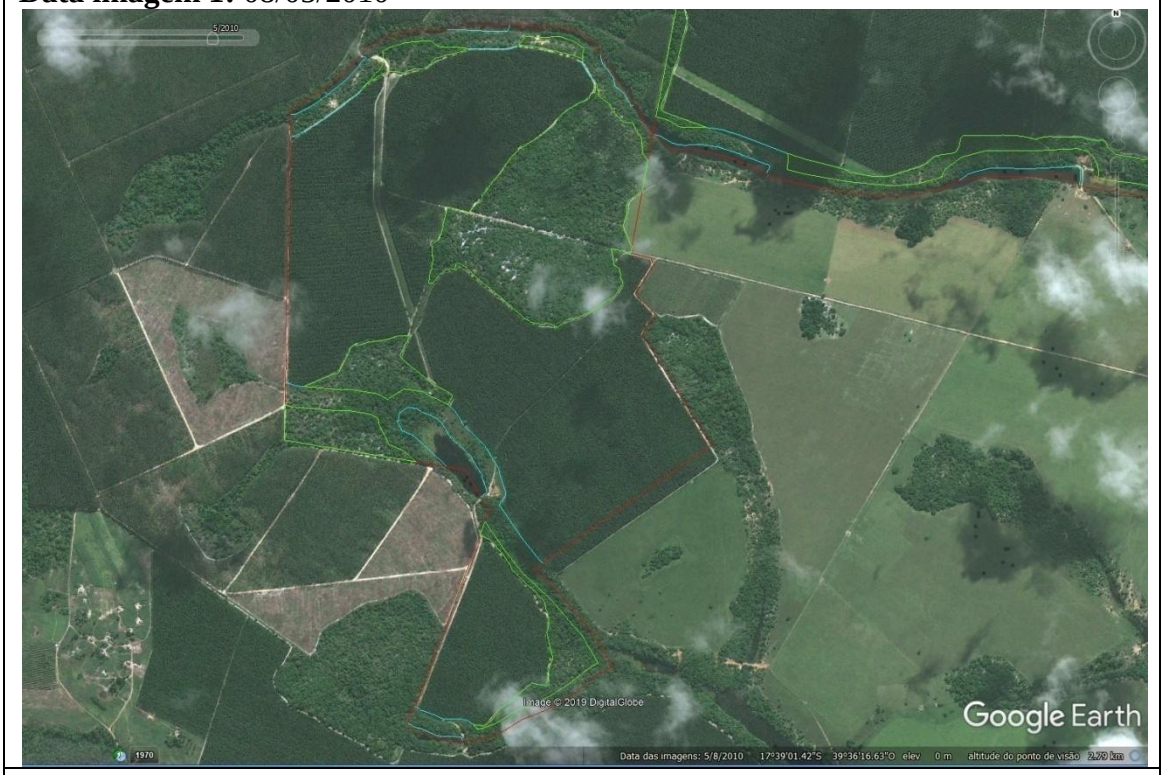


CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 123

Data da assinatura do TAC: 18/06/2012

Data imagem 1: 08/05/2010



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 124

Fazenda: Tapajós	**Mat/Ident**: 3874	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 121,60	**Módulos fiscais:** 3,47	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 125

Sítio: Marobá	**Mat/Ident**: 286	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2016001038996 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 25,66	**Módulos fiscais:** 0,73	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,85 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

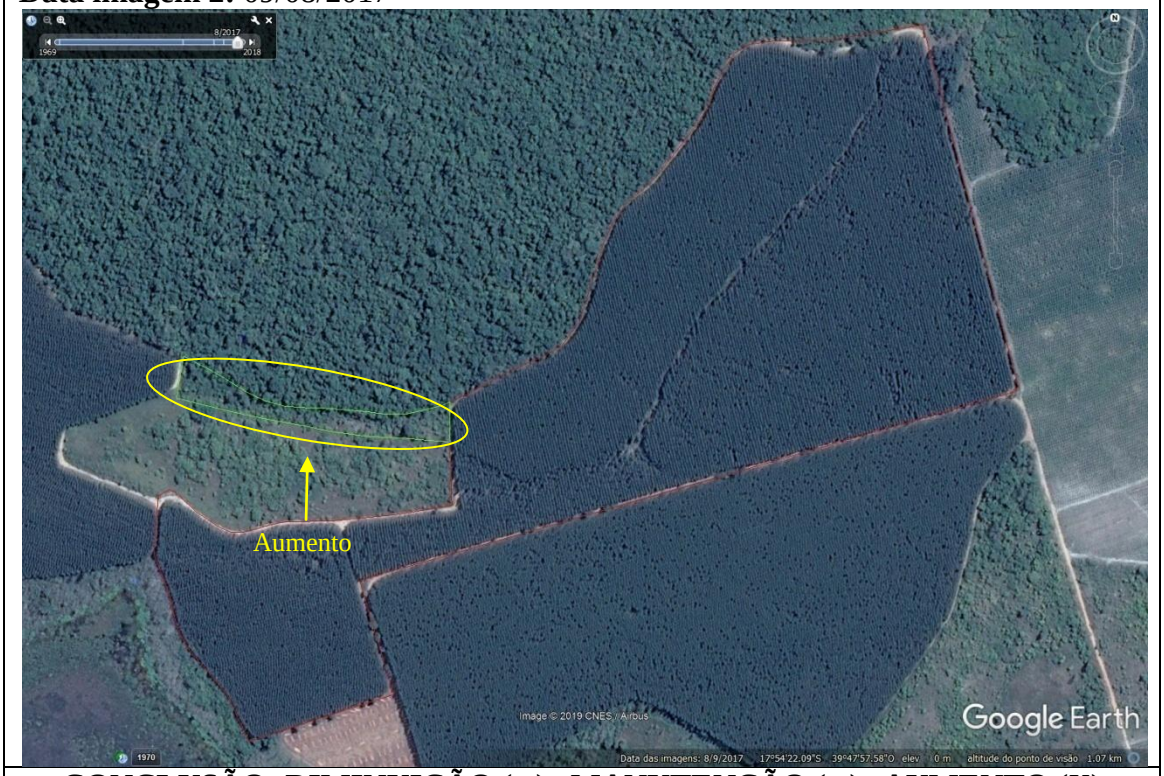
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 125

Data da assinatura do TAC: 20/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 126

Fazenda: Nova Horizonte	**Mat/Ident**: 2320	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 385,88	**Módulos fiscais:** 11,02	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 127

Sítio: Canela	**Mat/Ident**: 1673	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001005388	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 39,39	**Módulos fiscais:** 1,12	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 2,91 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 4,62 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(**X**) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

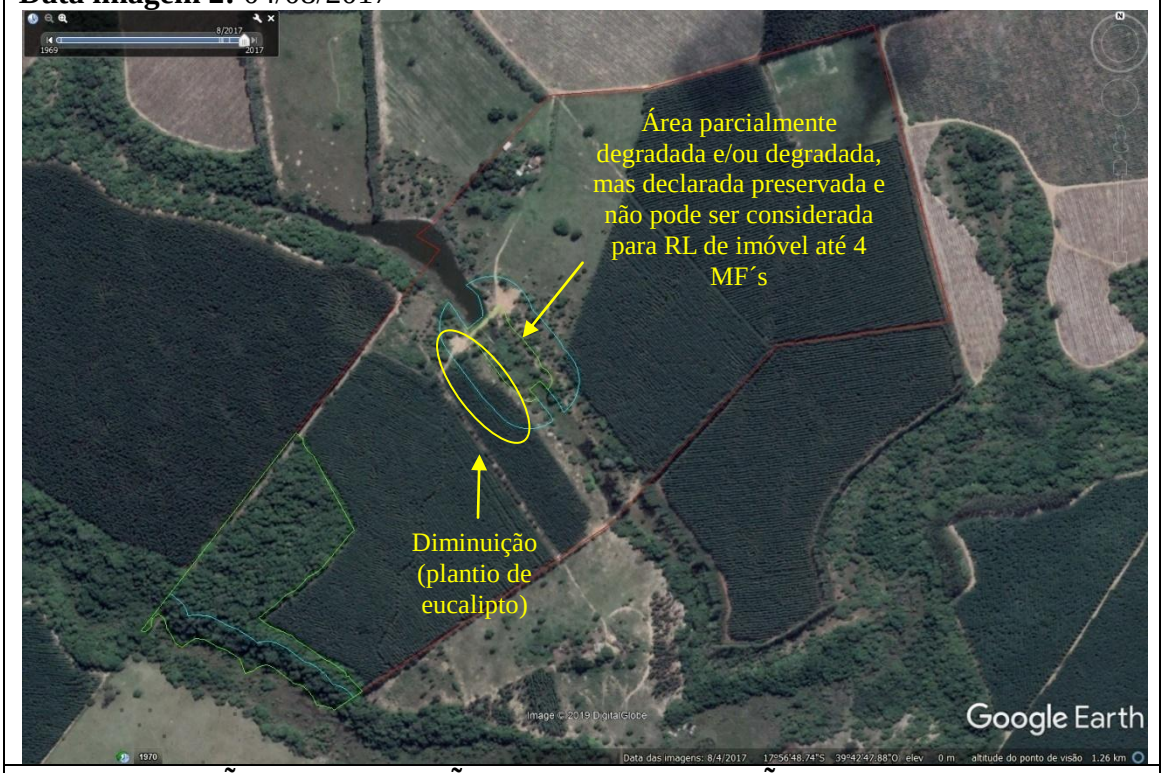
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 127

Data da assinatura do TAC: 11/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 128

Sítio: Montes Claros	**Mat/Ident**: 1875	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2016001035839	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 14,52	**Módulos fiscais:** 0,41	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):** 0,4	**RL preservada (ha):** 0,12 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(**X**) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

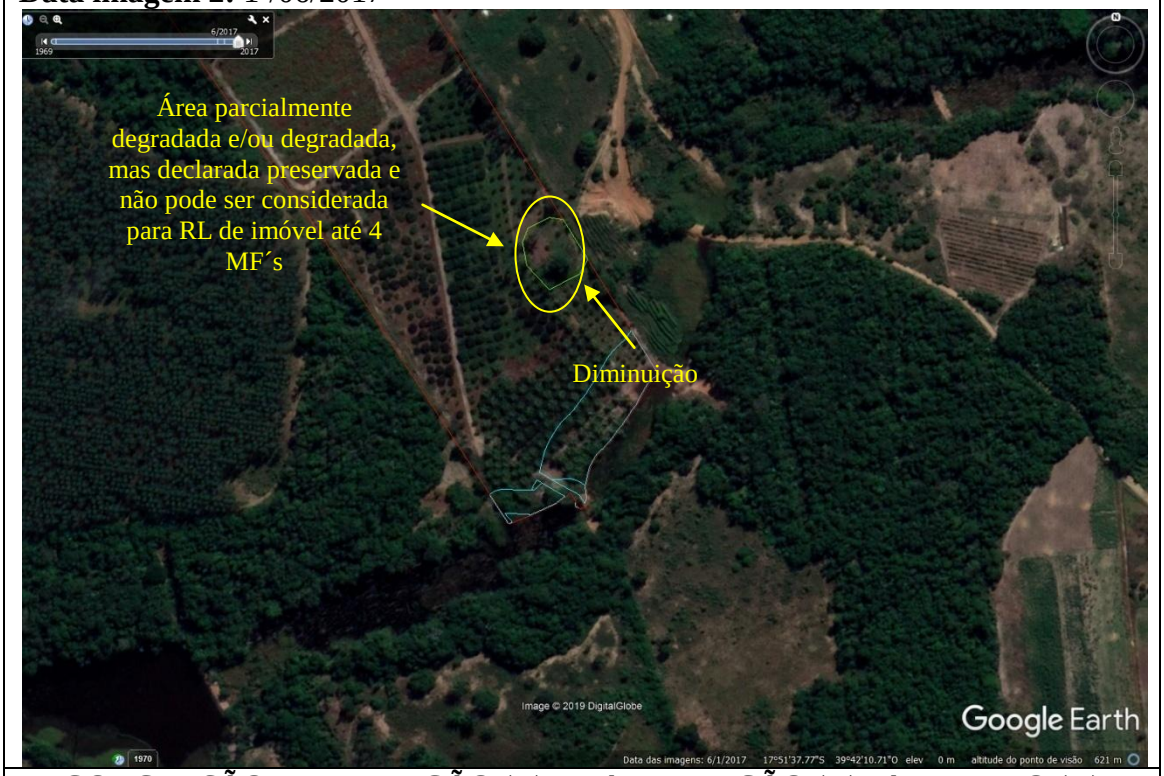
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 128

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 18/04/2014



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 129

Fazenda: Sítio Novo	**Mat/Ident**: 1442	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001012519 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 43,12	**Módulos fiscais:** 1,23	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 7,40 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 130

Fazenda: Boa Esperança	**Mat/Ident**: 1443	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001058842	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 13,44	**Módulos fiscais:** 0,38	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 3,71 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 130

Data da assinatura do TAC: 21/06/2012

Data imagem 1: 07/08/2010



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 131

Fazenda: Vista Alegre	**Mat/Ident**: 2206	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2014001008349 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 12,24	**Módulos fiscais:** 0,34	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 2,13 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 132

Fazenda: Pampulha	**Mat/Ident**: 772	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2014001004359 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 50	**Módulos fiscais:** 1,42	
APP preservada (ha): 3,01 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,53 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 132

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 133

Fazenda: Pampulha	**Mat/Ident**: 773	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2014001004360 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 44,62	**Módulos fiscais:** 1,42	
APP preservada (ha): 1,11 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 3,61 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 133

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 20/08/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 134

Fazenda: Pampulha	**Mat/Ident**: 1792	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2014001004361 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 50,09	**Módulos fiscais:** 1,43	
APP preservada (ha): 0,92 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 4,62 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

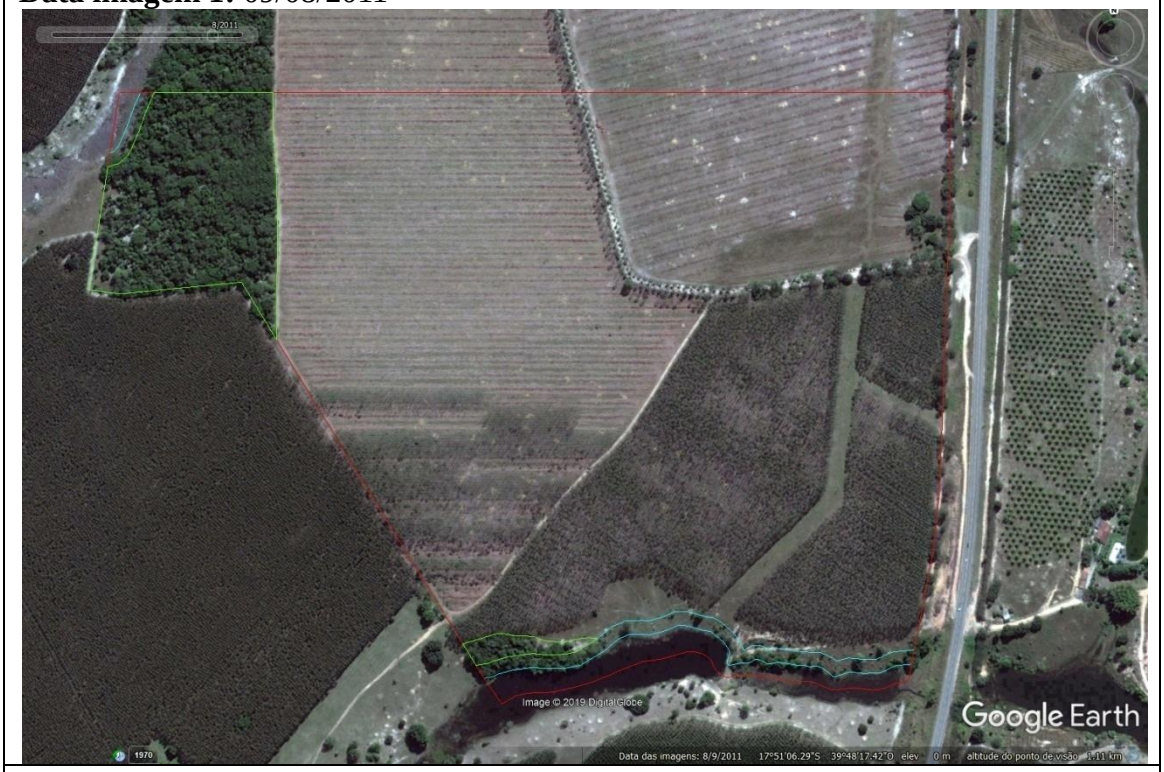


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

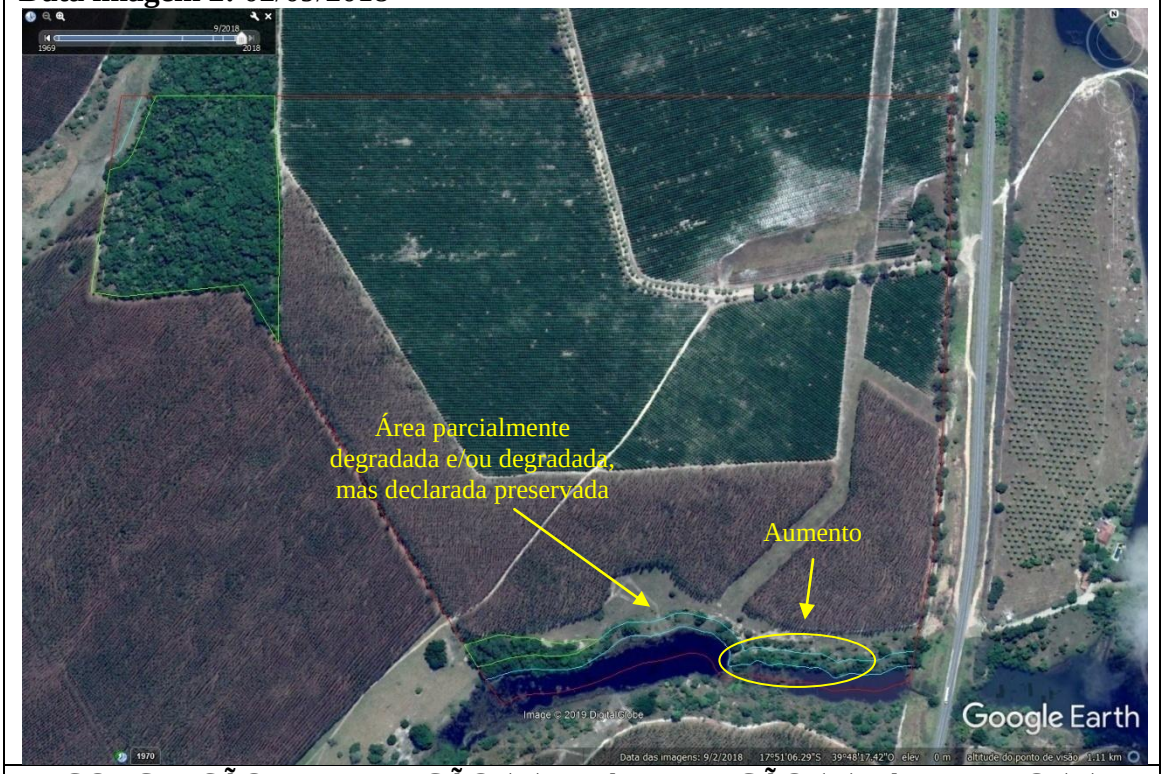
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 134

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 02/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 135

Sítio Recôncavo:	**Mat/Ident**: 14408	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2016001015214	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 75	**Módulos fiscais:** 2,14	
APP preservada (ha): 7,56 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 38,68 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 0,78	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(**X**) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

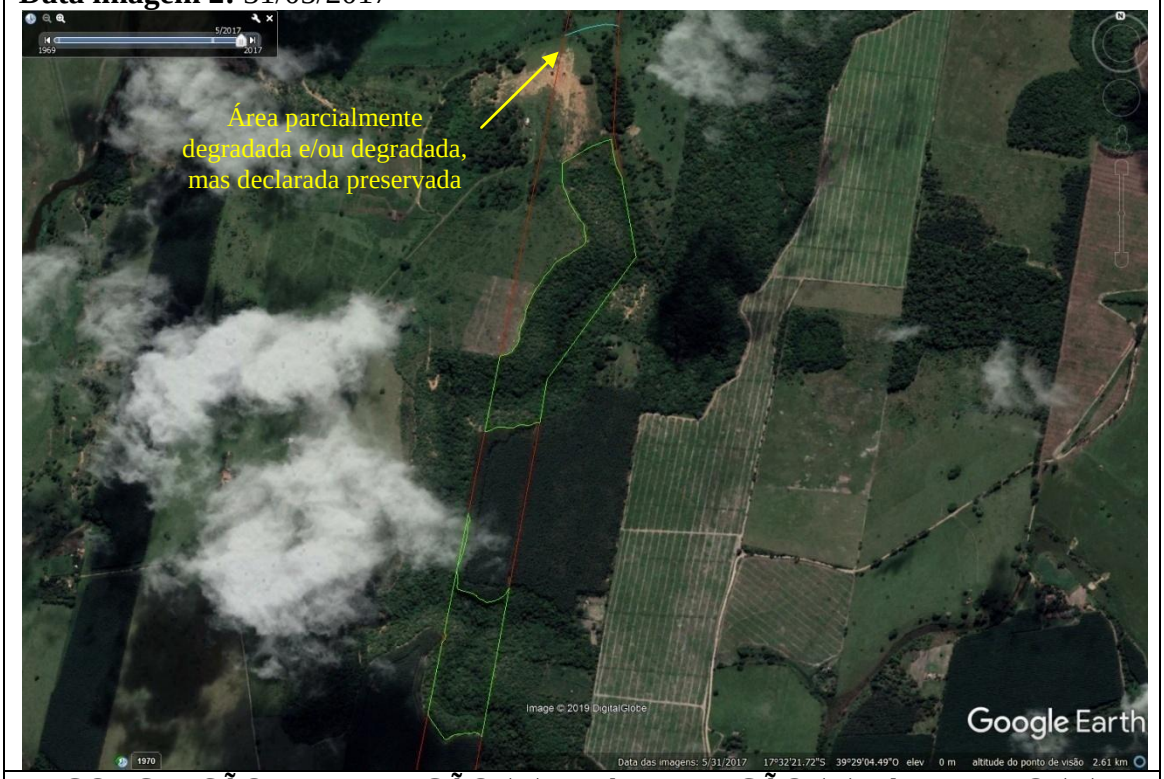
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 135

Data da assinatura do TAC: 05/07/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

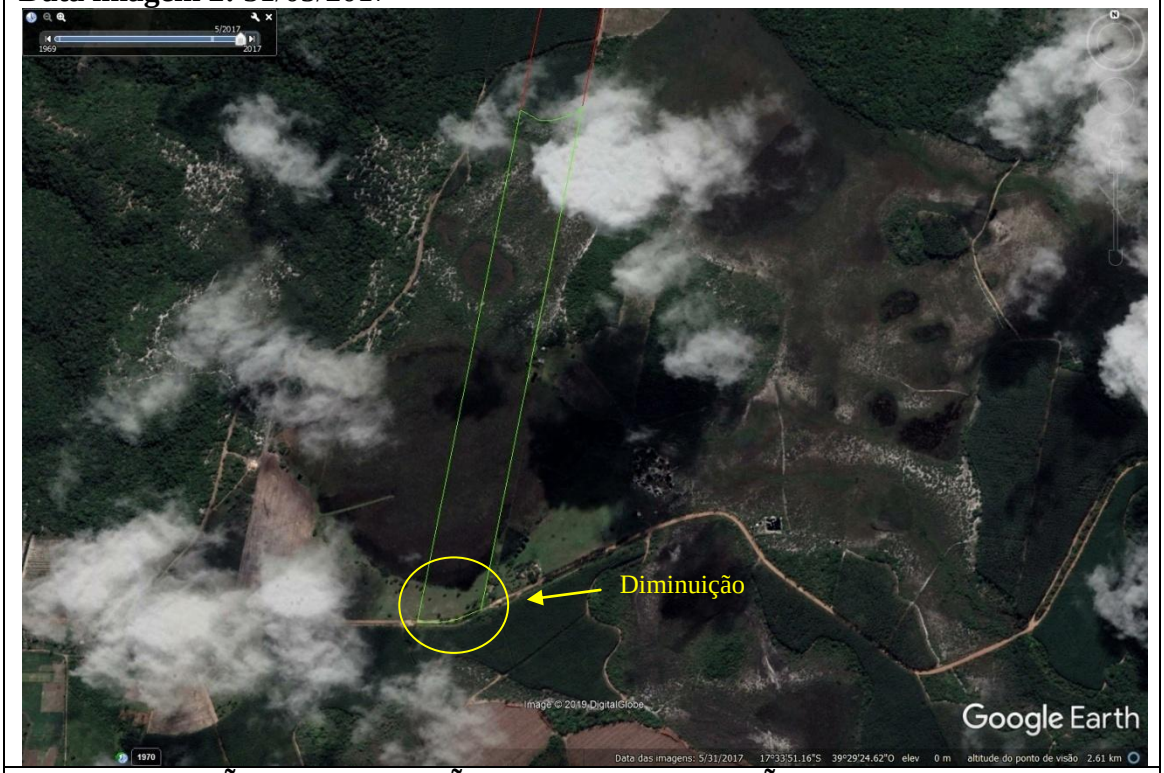
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 135

Data da assinatura do TAC: 05/07/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 136

Fazenda: Nova Alegria	**Mat/Ident**: 1253	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001003564	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 62,92	**Módulos fiscais:** 1,79	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 3,91 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,17 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 136

Data da assinatura do TAC: 05/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 137

Fazenda: Alta Mira	**Mat/Ident**: 261	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001024042		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 50		**Módulos fiscais:** 1,42
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,84 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 10,12 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

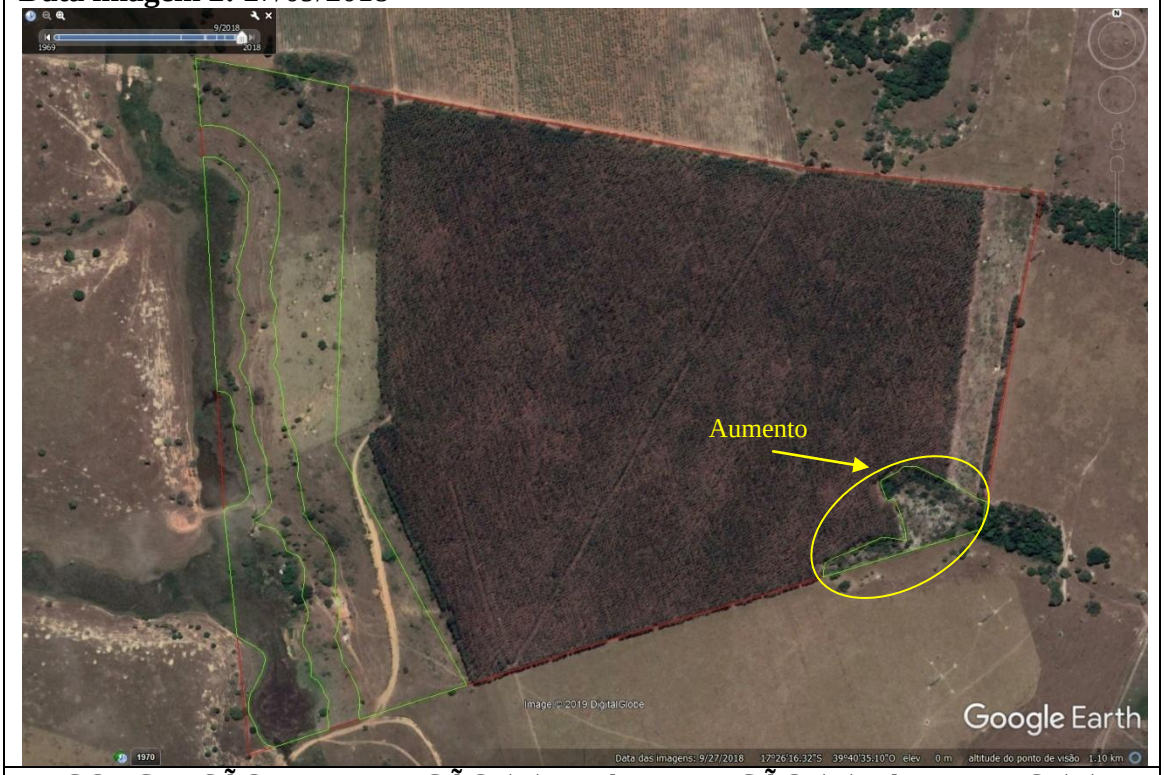
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 137

Data da assinatura do TAC: 04/07/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 138

Fazenda: Oliveira	**Mat/Ident**: 4168	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001044647	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 322,92	**Módulos fiscais:** 9,22	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 26,48 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 64,58 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

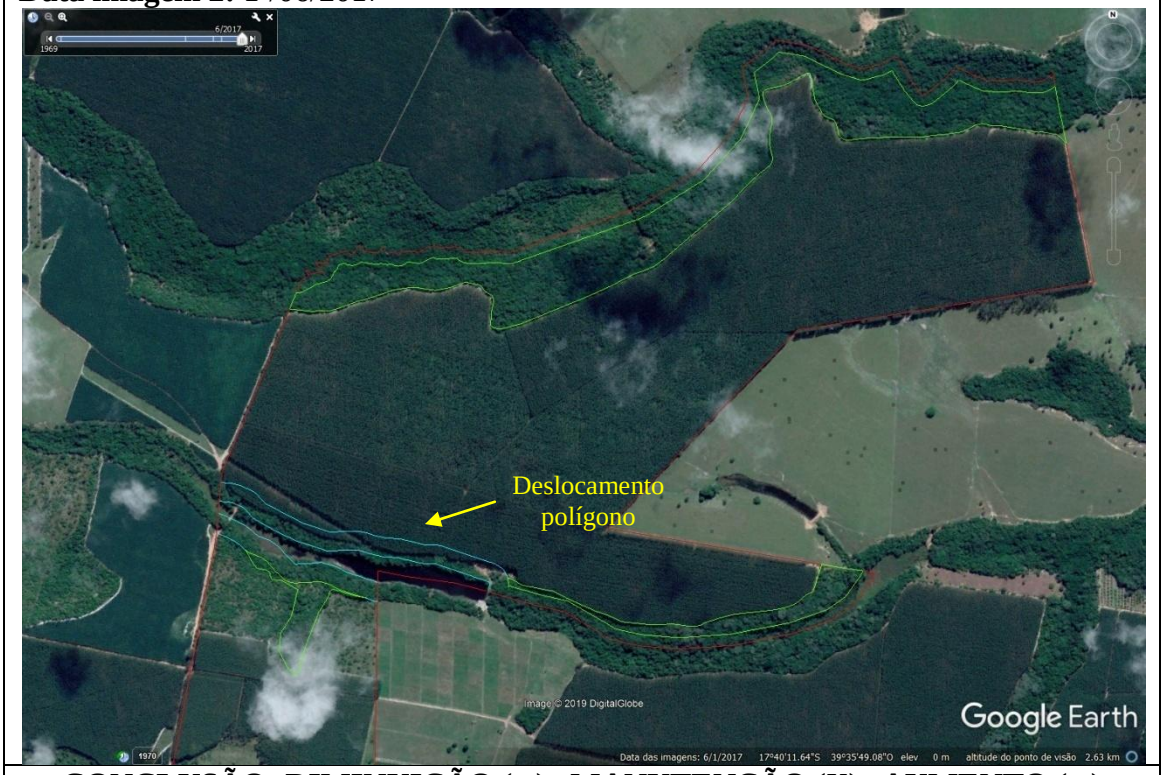
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 138

Data da assinatura do TAC: 18/06/2012

Data imagem 1: 08/05/2010



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 138

Data da assinatura do TAC: 18/06/2012

Data imagem 1: 08/05/2010



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 139

Sítio: Eldorado	**Mat/Ident**: 2135	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2014001005524 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 7,14	**Módulos fiscais:** 0,20	
APP preservada (ha): 0,33 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,38 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 0,86	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

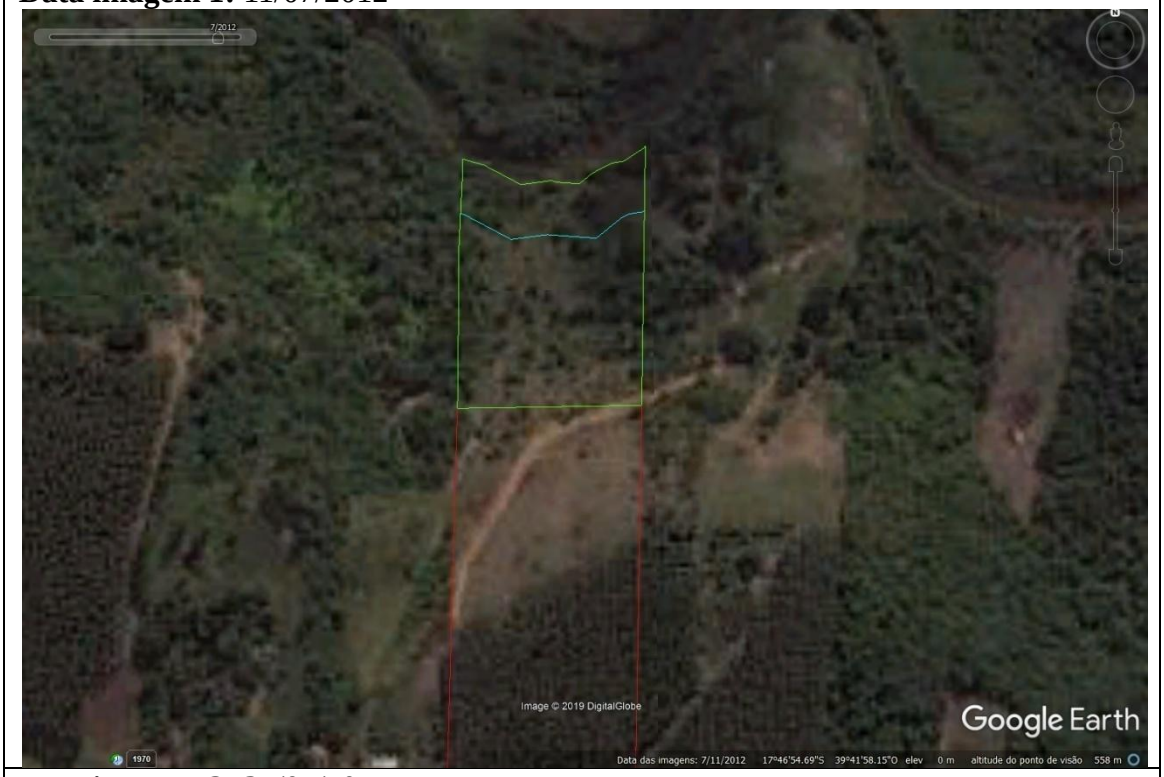


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 139

Data da assinatura do TAC: 18/12/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 140

Sítio: Eldorado	**Mat/Ident**: 2134	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2014001005522 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 12,46	**Módulos fiscais:** 0,35	
APP preservada (ha): 0,48 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 2,54 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 0,47	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 140

Data da assinatura do TAC: 18/12/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 141

Fazenda: Continental/Lagoa Dourada	**Mat/Ident**: 2133	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 209	**Módulos fiscais:** 5,97	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 142

Fazenda: Vale da Esperança	**Mat/Ident**: 2733	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 794	**Módulos fiscais:** 22,68	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 143

Fazenda: Santa Cecília	**Mat/Ident**: 711	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001007277	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 67,16	**Módulos fiscais:** 1,91	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 7,13 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 13,47 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

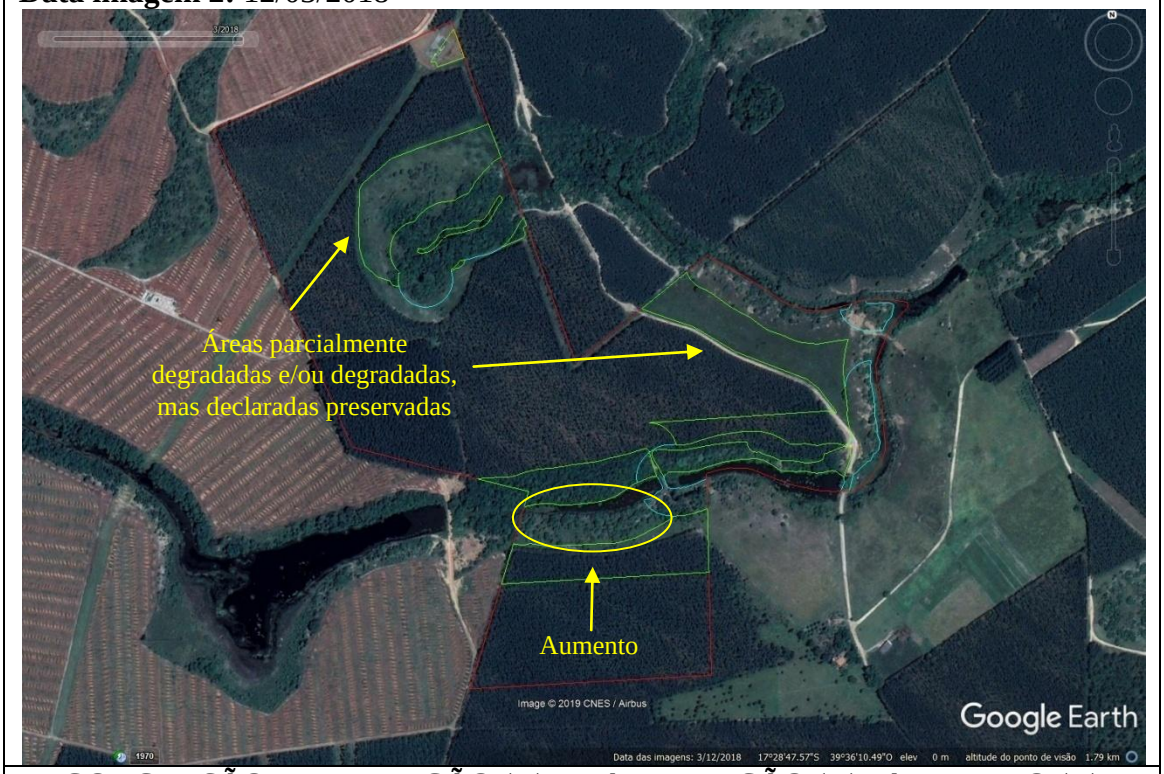
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 143

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 144

Fazenda: Santa Cecília	**Mat/Ident**: 856	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001007268		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 53,51		**Módulos fiscais:** 1,52
APP preservada (ha): 0,43 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 10,71 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 144

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 145

Fazenda: Santa Cecília e Bela Vista	**Mat/Ident**: 857	**Município**: Alcobaça

CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001007273	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 95,10	**Módulos fiscais:** 2,71
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,29 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 19,04 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

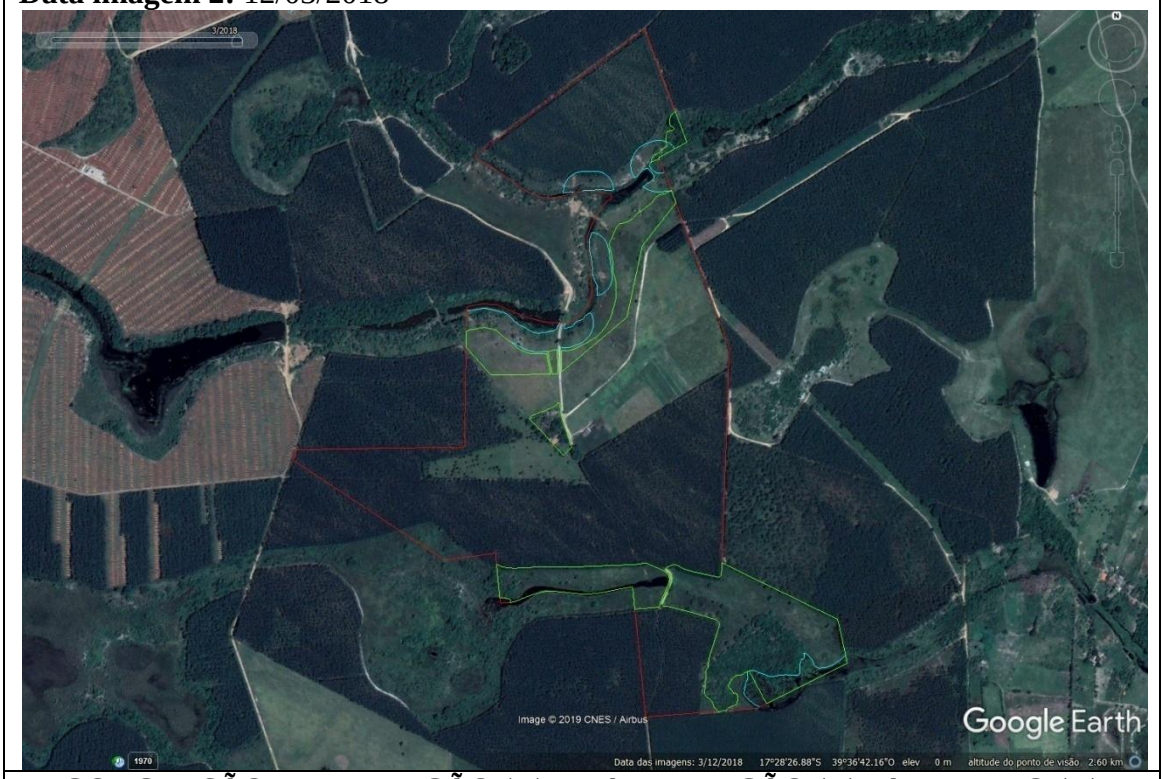
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 145

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 146

Fazenda: Novo Horizonte	**Mat/Ident**: 2320	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2016001041789 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 357,38	**Módulos fiscais:** 10,21	
APP preservada (ha): 25 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 86 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 60	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

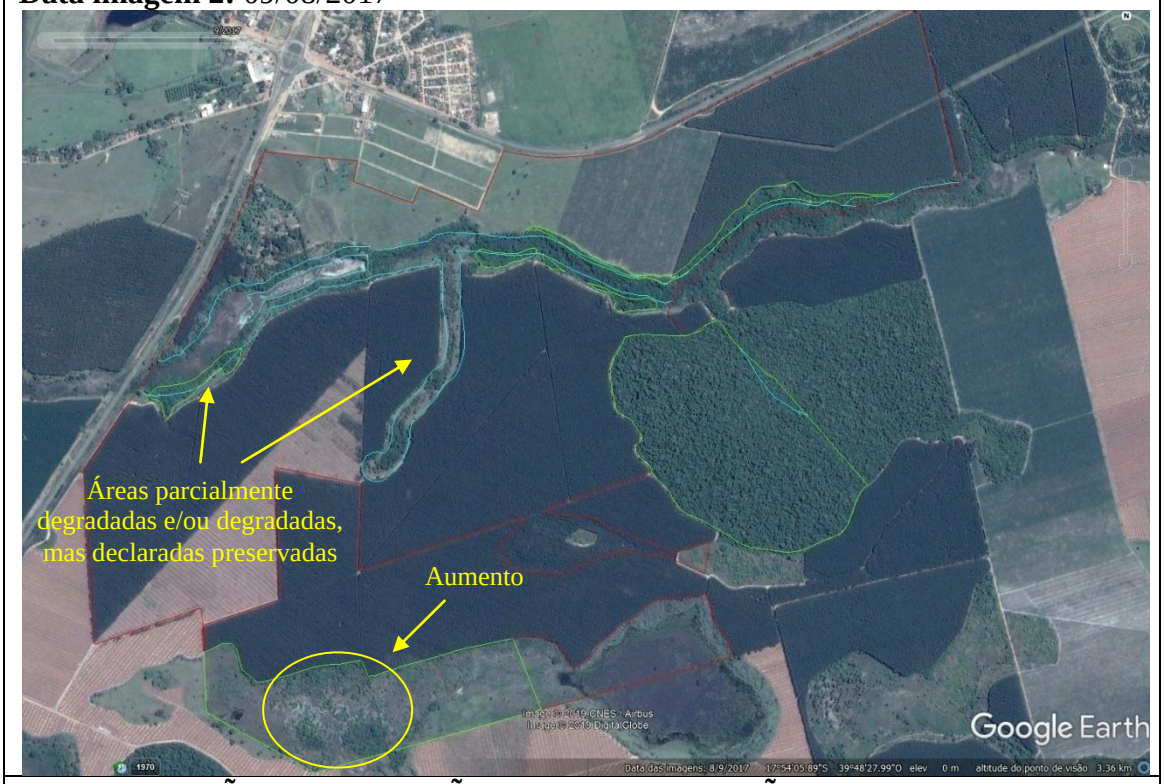
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 146

Data da assinatura do TAC: 20/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 147

Fazenda: Marobá	**Mat/Ident**: 7388	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2016001038513 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 65,32	**Módulos fiscais:** 1,68	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 9,76 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 60	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

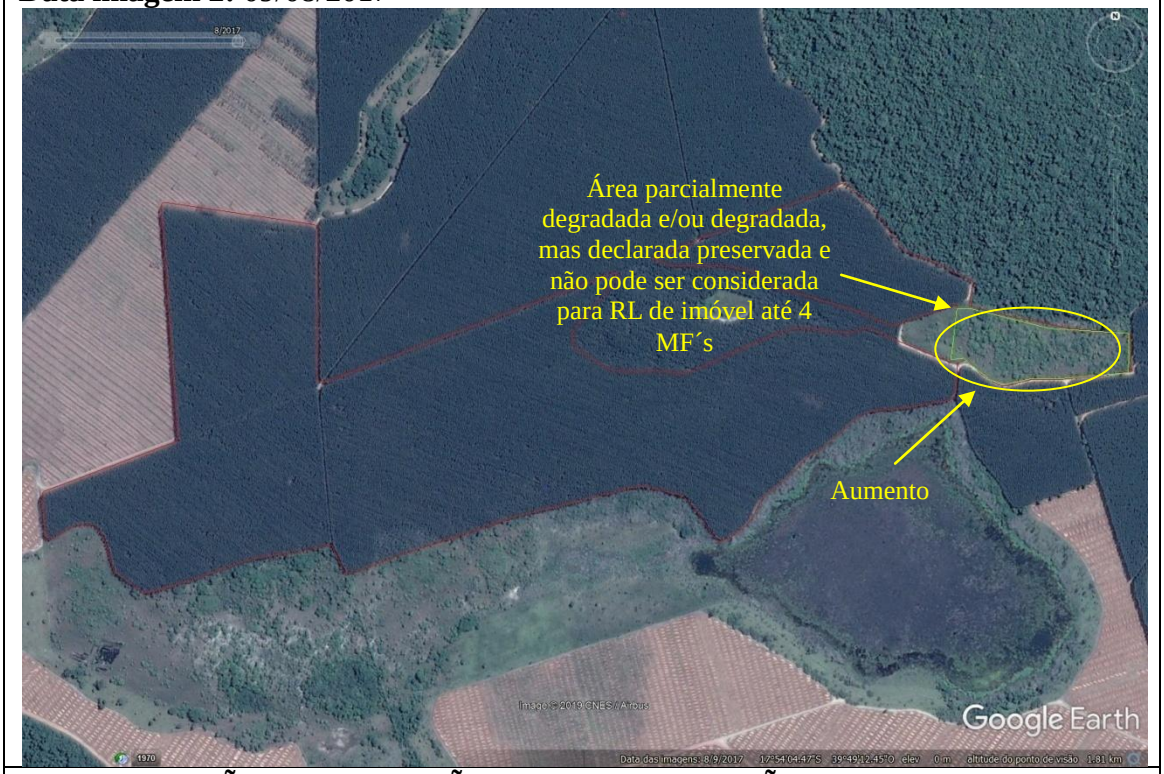
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 147

Data da assinatura do TAC: 20/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 148

Fazenda: São Joaquim	**Mat/Ident**: 1217	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001041466		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 20		**Módulos fiscais:** 0,57
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 0,10 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 2,65 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

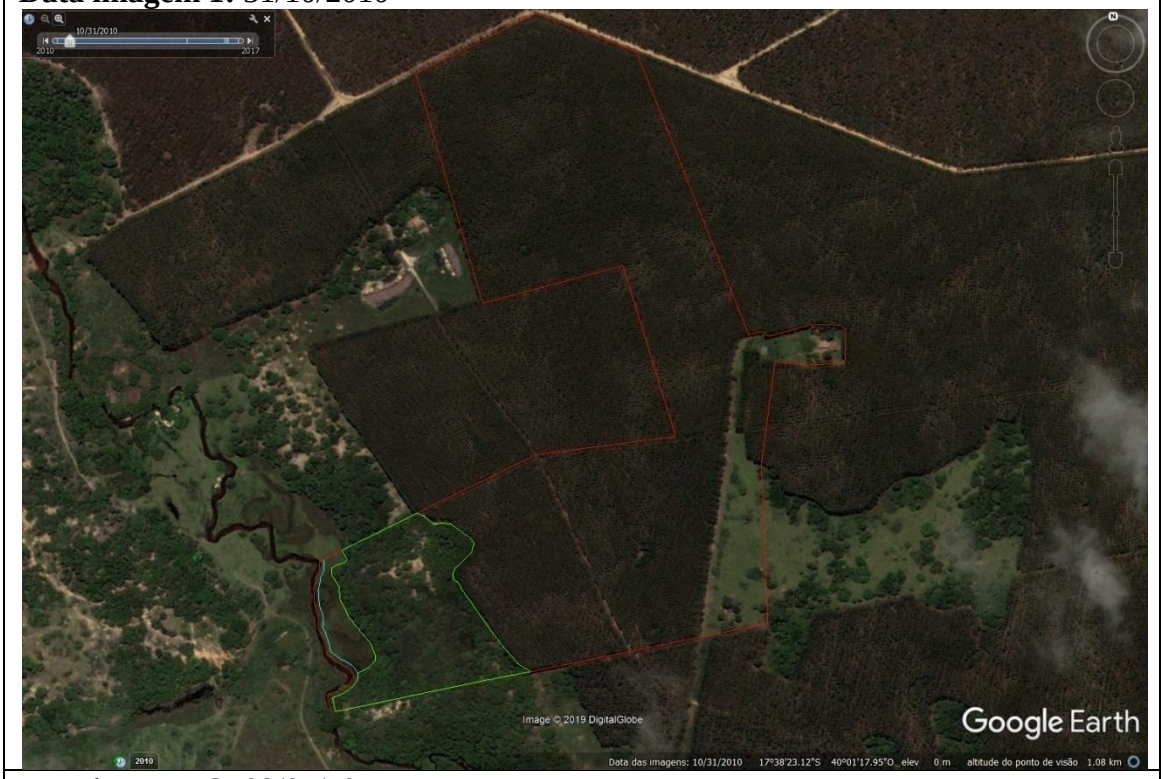


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 148

Data da assinatura do TAC: 21/06/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 149

Fazenda: Lagoinha	**Mat/Ident**: 1217	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2016001041462	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (**X**) Não**	
Área total (ha): 36	**Módulos fiscais:** 1,02	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 0,20 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 2,30 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 149

Data da assinatura do TAC: 21/06/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 150

Fazenda: São Joaquim	**Mat/Ident**: 4112	**Município**: Ibirapuã
CEFIR nº 2016001039202 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 9,60	**Módulos fiscais:** 0,17	
APP preservada (ha): 0,13 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,47 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

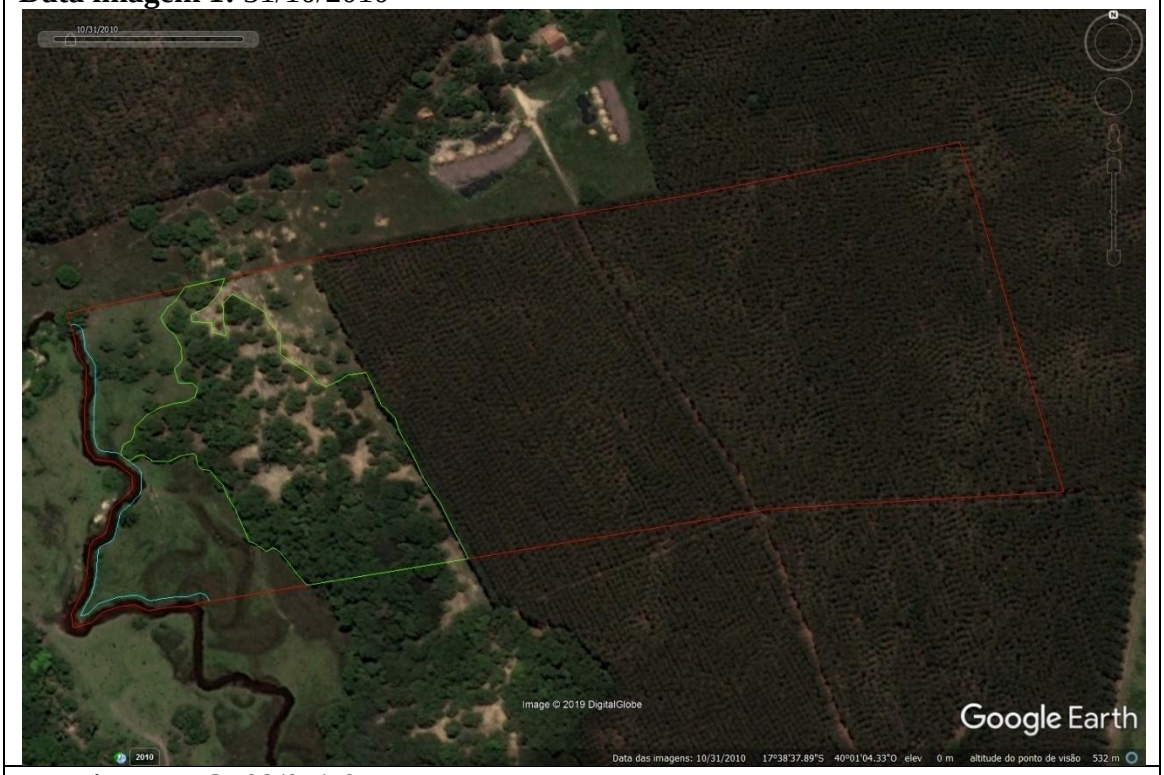


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

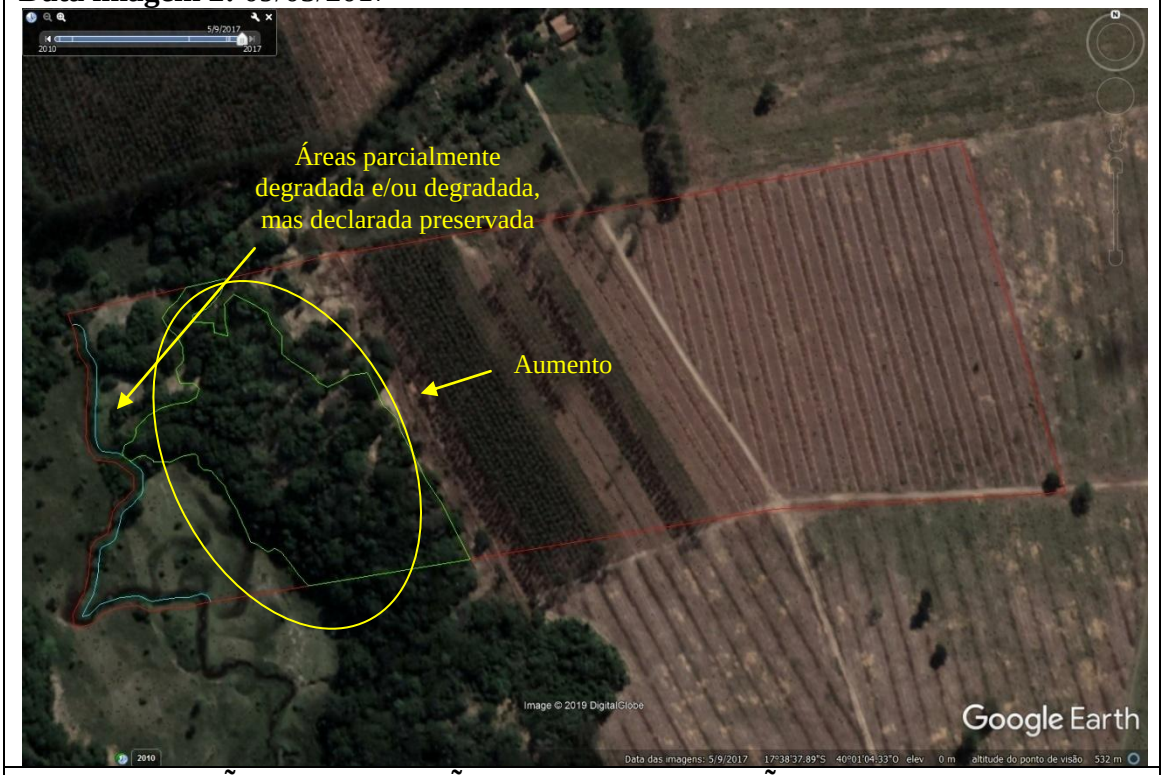
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 150

Data da assinatura do TAC: 18/06/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 151

Fazenda: Mante Sinai	**Mat/Ident**: 854	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001003831	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 152,57	**Módulos fiscais:** 2,77	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 12,40 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 30,51 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 151

Data da assinatura do TAC: 19/06/2012



Data imagem 1: 09/08/2011

Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 152

Fazenda: Marobá II	**Mat/Ident**: 7386	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2016001038520 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 25,66	**Módulos fiscais:** 0,73	
APP preservada (ha): 0,88 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 6,86 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 2,56	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 152

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 153

Fazenda: Oliveira	**Mat/Ident**: 86	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001010260	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 121	**Módulos fiscais:** 3,45	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 15,24 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 25,46 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 4,42	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

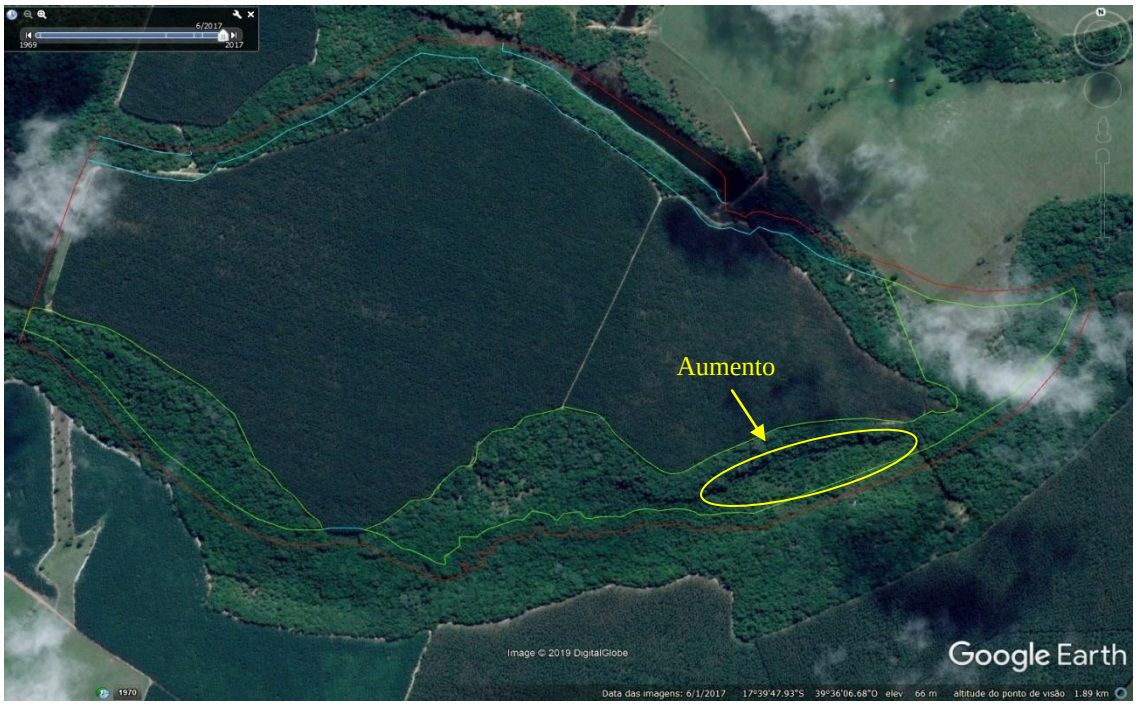
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 153

Data da assinatura do TAC: 18/06/2012

Data imagem 1: 08/05/2010



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X**)**

ANÁLISE Nº 154

Sítio: Caribé	**Mat/Ident**: 1377	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2018001170831	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 43,26	**Módulos fiscais:** 1,23	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 4,23 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 6,02 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 155

Fazenda: Morro da Glória	**Mat/Ident**: 1039	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2013001002103 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 57,60	**Módulos fiscais:** 1,64	
APP preservada (ha): 1,39 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 3,25 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

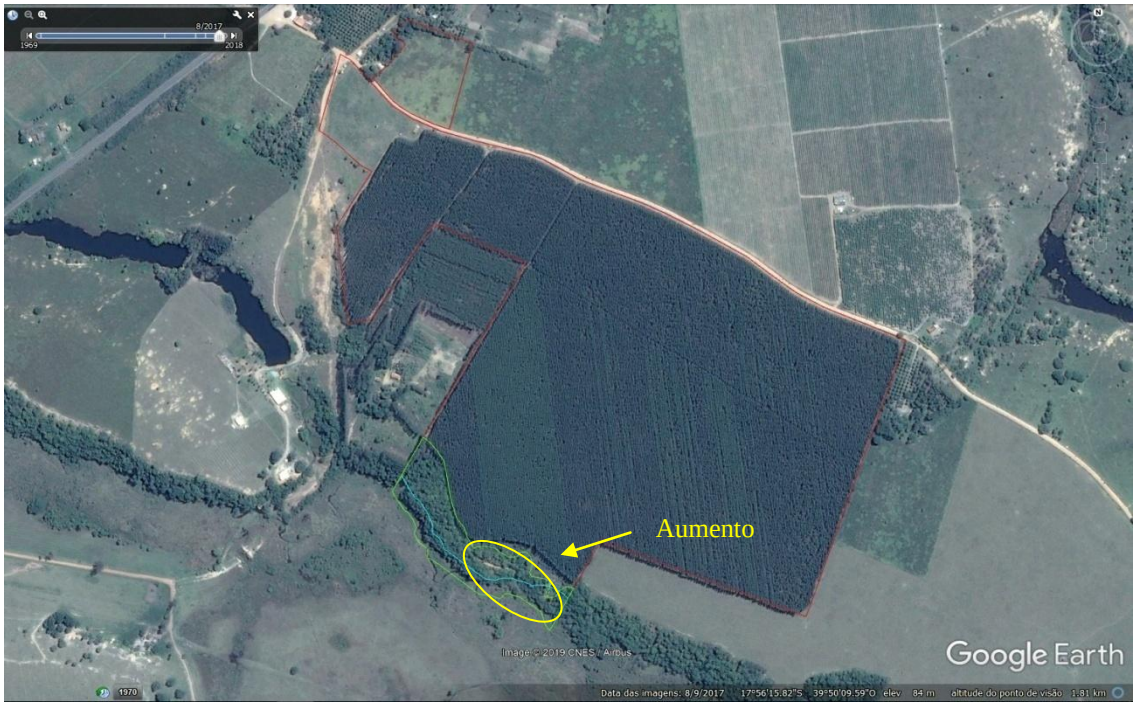
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 155

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 156

Sítio: Boa Esperança e Viva Bem	**Mat/Ident**: 888	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2013001002078 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 39,72		**Módulos fiscais:** 1,13
APP preservada (ha): 9,39 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 7,31 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 3,33		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decre** **( ) MANUTENÇÃO: Não houve com cobertura florestal ou não.** **(**X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.** **( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 156

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012
Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 157

Sítio: Boa Esperança	**Mat/Ident**: 1456	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2013001002094 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 4,85	**Módulos fiscais:** 0,13	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,97 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 158

Sítio: Boa Esperança	**Mat/Ident**: 91	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2013001002102 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 7,26	**Módulos fiscais:** 0,20	
APP preservada (ha): 1,77 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,72 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 158

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 159

Sítio: Boa Esperança	**Mat/Ident**: 1517	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2013001002093 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 5,09	**Módulos fiscais:** 0,14	
APP preservada (ha): 0,68 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,18 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 159

Data da assinatura do TAC: 14/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 160

Fazenda: Santo Antônio	**Mat/Ident**: 263	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2016001016133		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 30,62		**Módulos fiscais:** 0,87
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 1,06 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 6,33 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 2,39		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 161

Fazenda: Angelim	**Mat/Ident**: 3428	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001028989	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 150	**Módulos fiscais:** 4,28	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 13,67 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 30,08 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 38,93	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 161

Data da assinatura do TAC: 23/11/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 1º/06/2017

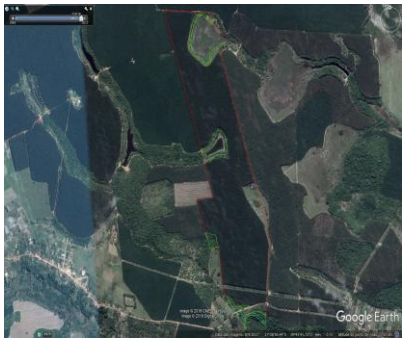


CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 162

Fazenda: Nossa Senhora Aparecida	**Mat/Ident**: 112	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001002005		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (**X**) Não**
Área total (ha): 95,62		**Módulos fiscais:** 2,73
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 4,83 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 6,54 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

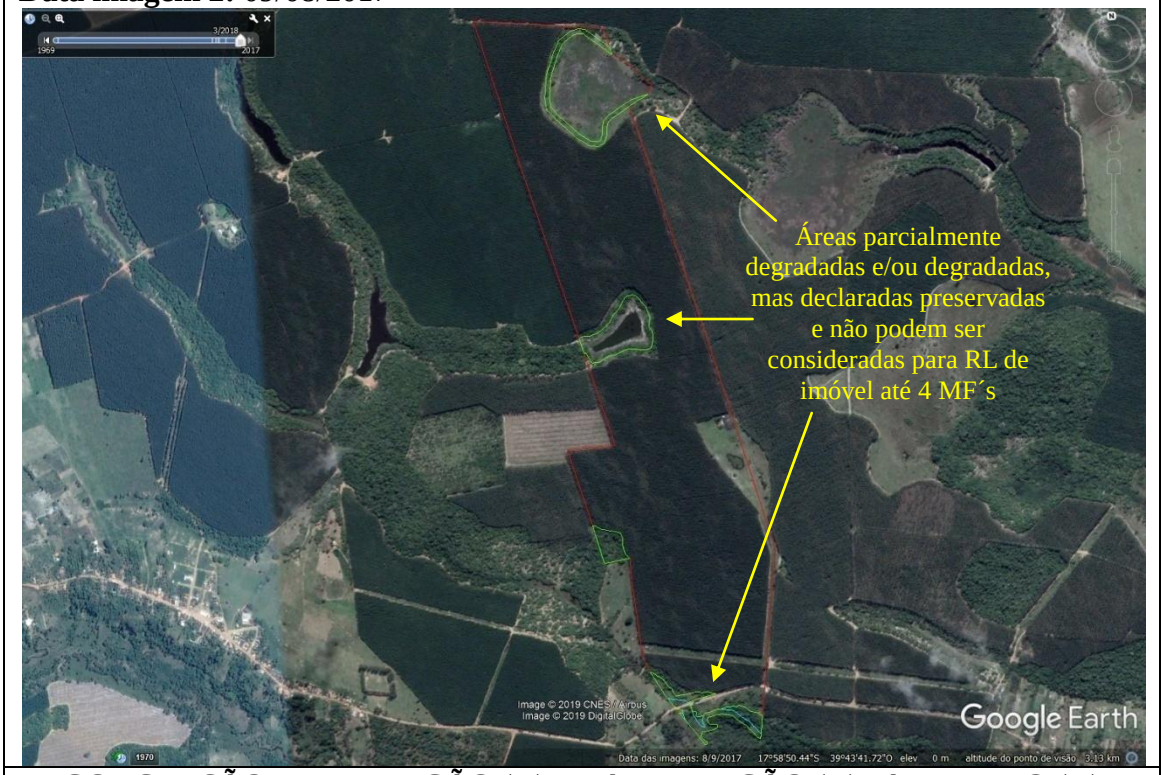
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 162

Data da assinatura do TAC: 28/06/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 163

Sítio: Baixa Alegre e São Benedito	**Mat/Ident**: 2143	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 19,25	**Módulos fiscais:** 0,55	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 164

Fazenda: Santa Clara	**Mat/Ident**: 2382	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2014001006312 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 38,50	**Módulos fiscais:** 1,10	
APP preservada (ha): 0,91 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,72 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

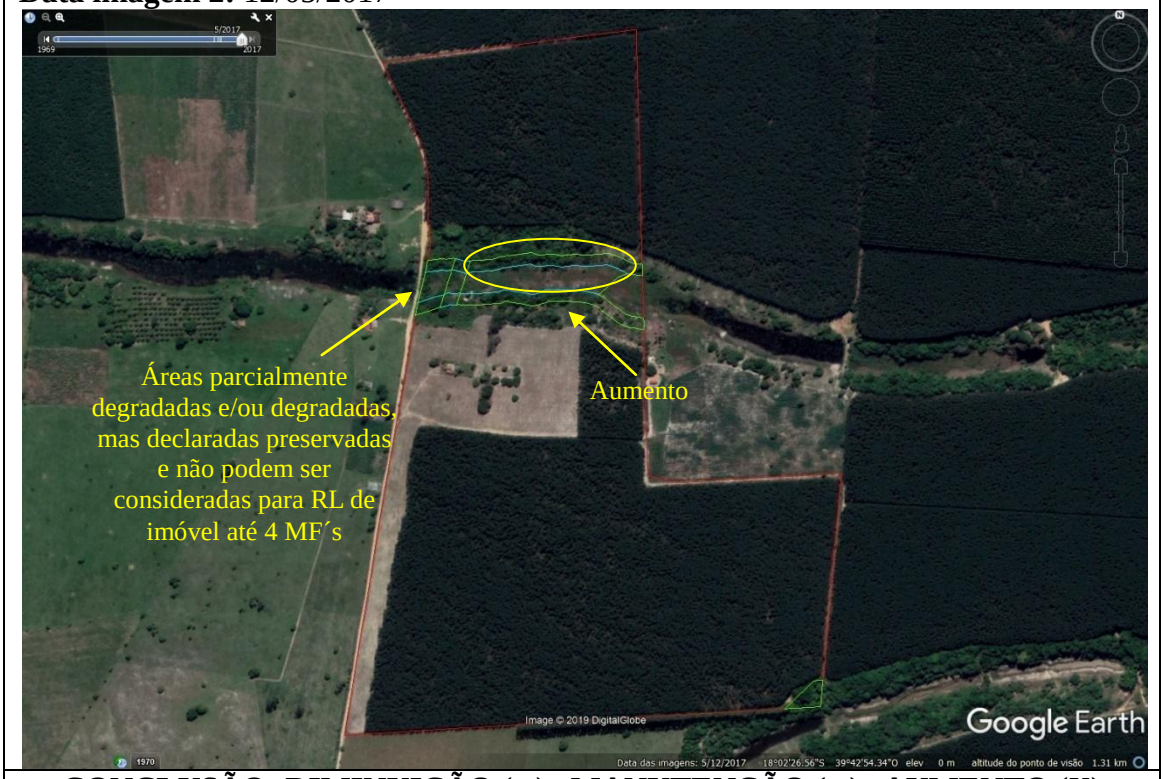
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 164

Data da assinatura do TAC: 28/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 12/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 165

Fazenda: Boa Vista	**Mat/Ident**: 2365	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 38,50	**Módulos fiscais:** 1,10	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 166

Fazenda: Amazonas II	**Mat/Ident**: 13531	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001007256		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 39,20		**Módulos fiscais:** 1,12
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 4,77 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 6,17 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 167

Fazenda: Verena	**Mat/Ident**: 1141	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001012980	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 355,40	**Módulos fiscais:** 10,15	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 76,49 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 71,08 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 168

Fazenda: Lagoa Formosa	**Mat/Ident**: 2068	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** incompleto	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 31,69	**Módulos fiscais:** 0,90	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 0,65 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 2,57 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 169

Fazenda: Dois Irmãos	**Mat/Ident**: 2841	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001003312	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 105,01	**Módulos fiscais:** 3	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 11,51 **APP degradada (ha):**	**RL conservada (ha):** 8,13 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 0,85	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

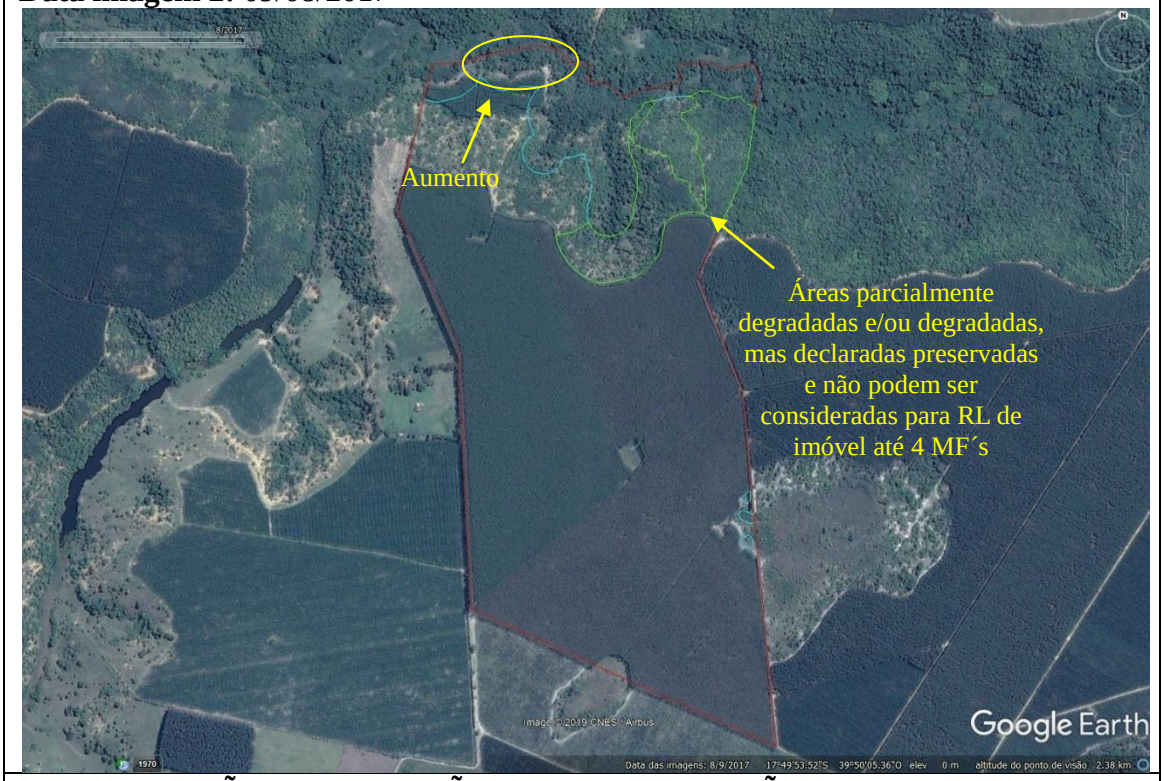
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 169

Data da assinatura do TAC: 25/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 170

Fazenda: Santo Antônio e Falendas	**Mat/Ident**: 2709	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001004057	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 29,04	**Módulos fiscais:** 3	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 1,74 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 5,33 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 2,23	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 170

Data da assinatura do TAC: 25/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 171

Fazenda: Cachoeirinha	**Mat/Ident**: 729	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001012572 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 85,38	**Módulos fiscais:** 2,43	
APP preservada (ha): 2,55 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 14,55 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

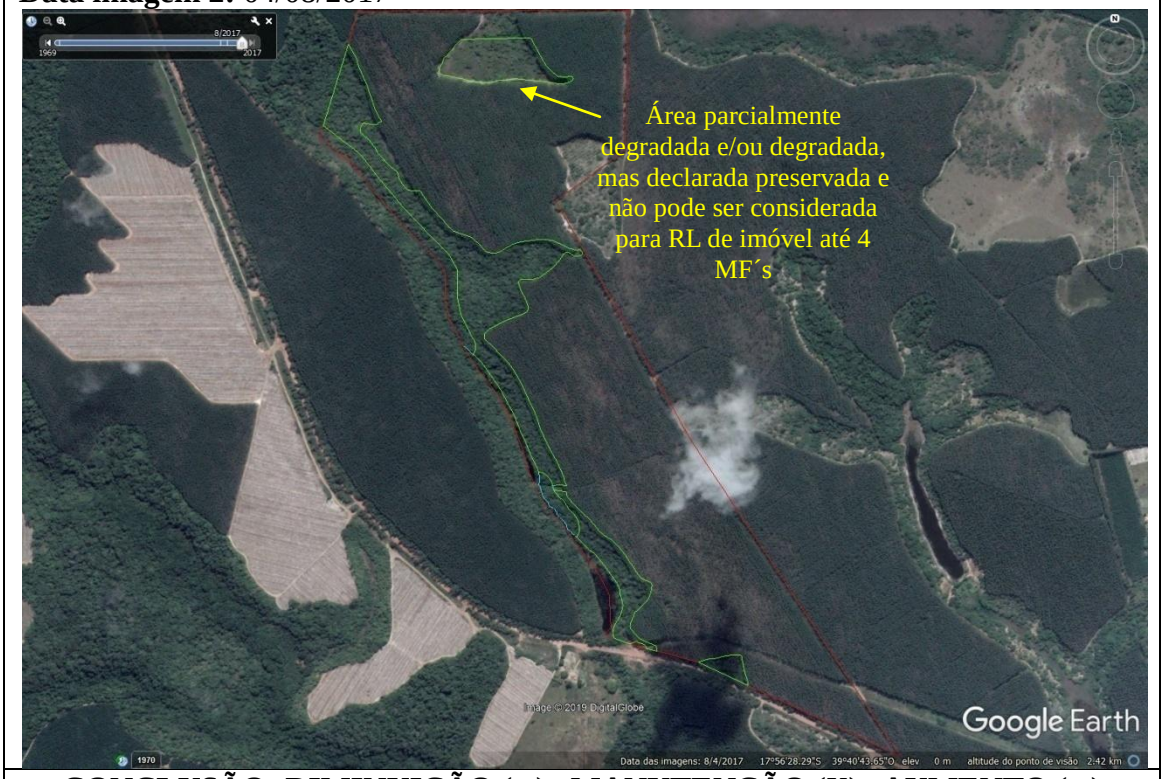
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 171

Data da assinatura do TAC: 25/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 172

Fazenda: Dois Irmãos II	**Mat/Ident**: 16	**Município**: Ibirapuã
CEFIR nº 2016001028456 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( )** **Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 22,39	**Módulos fiscais:** 0,40	
APP preservada (ha): 3,35 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 4,48 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 3,35	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 172

Data da assinatura do TAC: 25/06/2012

Data imagem 1: 08/09/2011



Data imagem 2: 08/09/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 173

Fazenda: Entre Rios	**Mat/Ident**: 2337	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001004053	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 86,79	**Módulos fiscais:** 2,47	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 7,43 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 17,36 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 9,18	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 173

Data da assinatura do TAC: 25/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 08/09/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 174

Fazenda: Kairê	**Mat/Ident**: 2155	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001171706	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**	
Área total (ha): 165,66	**Módulos fiscais:** 4,73	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,34 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 35,54	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

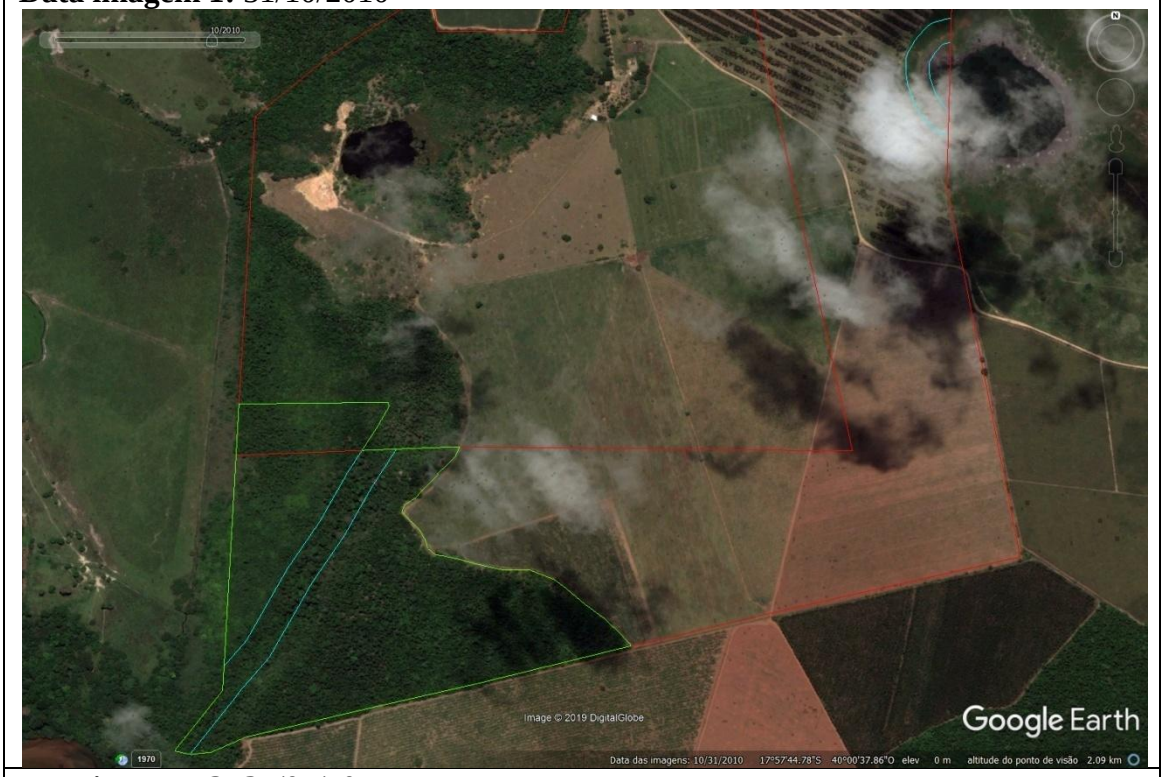


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 174

Data da assinatura do TAC: 03/07/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 175

Fazenda: Kairê II	**Mat/Ident**: 1194	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2018001171507	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (**X**) Não**	
Área total (ha): 176,63	**Módulos fiscais:** 5,04	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 12,52 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 34,50 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 35,54	
Excedente vegetação nativa (ha): 3,10	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

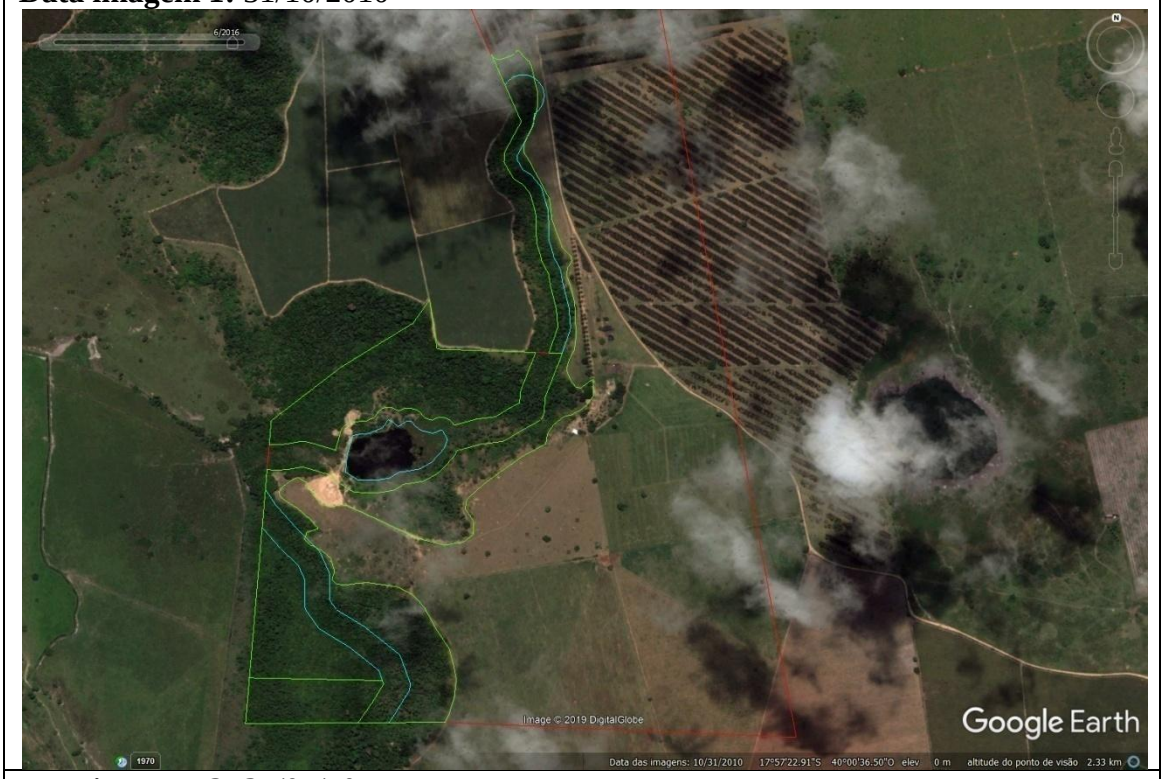


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 175

Data da assinatura do TAC: 03/07/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 176

Fazenda: Ouro Verde	**Mat/Ident**: 2712	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001009156		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 165,55		**Módulos fiscais:** 4,73
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 23,61 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 33,47 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 177

Sítio: Vô Bonfim	**Mat/Ident**: 2374	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001003022		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 6,07		**Módulos fiscais:** 0,17
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):** 0,05		**RL preservada (ha):** 0,05 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 178

Fazenda: Nova Esperança	**Mat/Ident**: 2373	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001003020		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 26,43		**Módulos fiscais:** 0,75
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):** 0,38		**RL preservada (ha):** 0,38 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 179

Fazenda: Bela Vista	**Mat/Ident**: 11481	**Município**: Teixeira de Freitas

CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2013001000613	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 365,14	**Módulos fiscais:** 10,43
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):** 35,06	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** 73,02 **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

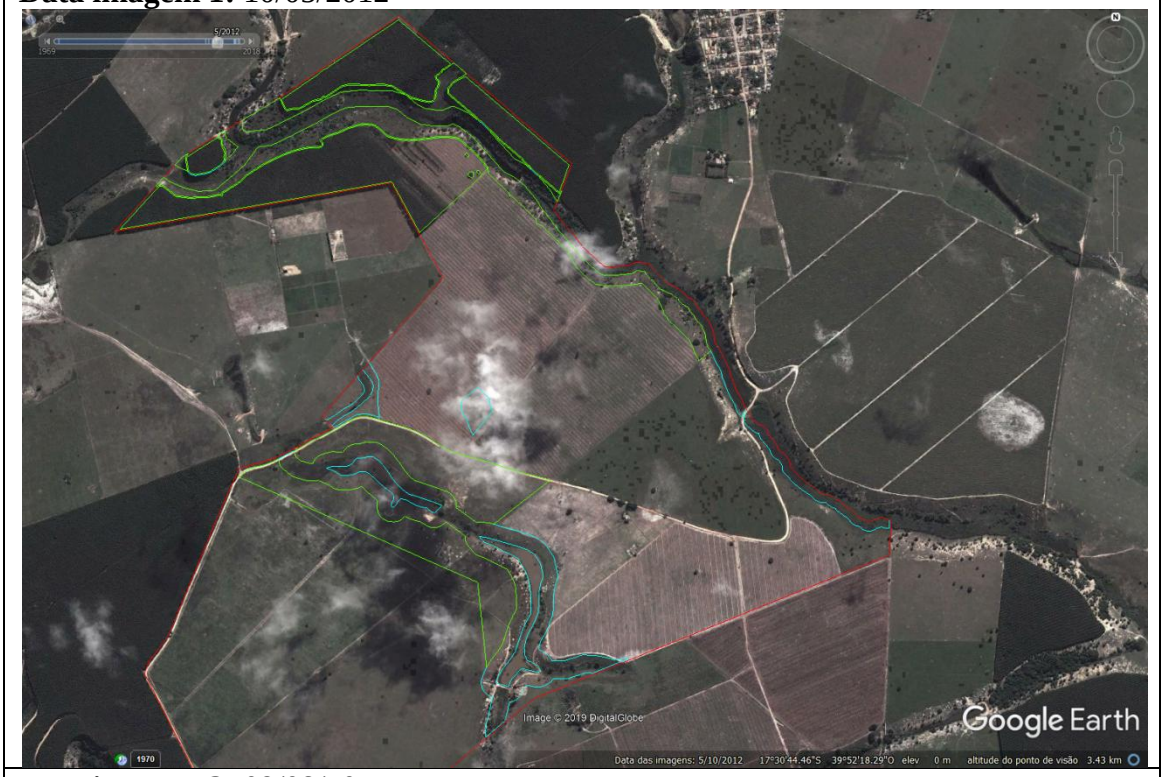


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 179

Data da assinatura do TAC: 25/06/2012

Data imagem 1: 10/05/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 180

Fazenda: Bela Vista	**Mat/Ident**: 4896	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 10	**Módulos fiscais:** 0,28	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 181

Fazenda: Bela Vista	**Mat/Ident**: 5296	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 312	**Módulos fiscais:** 8,91	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 182

Fazenda: Bela Vista	**Mat/Ident**: 5223	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 515,01	**Módulos fiscais:** 14,71	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 183

Fazenda: Bela Vista	**Mat/Ident**: 5280	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 77	**Módulos fiscais:** 2,20	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 184

Fazenda: Três Irmãos	**Mat/Ident**: 14402	**Município**: Prado
CEFIR nº 2015001015066 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 78,16	**Módulos fiscais:** 2,23	
APP preservada (ha): 12,11 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 6,74 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 185

Fazenda: Santo André	**Mat/Ident**: 610	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001201289		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 529,10		**Módulos fiscais:** 15,11
APP preservada (ha): 20,50 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 107,22 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 81,32		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 185

Data da assinatura do TAC: 04/07/2012

Data imagem 1: 29/04/2012



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 186

Fazenda: Didiquesa	**Mat/Ident**: 1291	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 3297	**Módulos fiscais:** 94,20	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 187

Fazenda: Lindóia	**Mat/Ident**: 2067	**Município**: Medeiros Neto
CEFIR nº 2014001005963 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 100	**Módulos fiscais:** 2,85	
APP preservada (ha): 4,20 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 4,20 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 188

Fazenda: Lagoa Nova e Jutupan	**Mat/Ident**: 4008	**Município**: Medeiros Neto
CEFIR nº 2014001005964 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 95		**Módulos fiscais:** 2,71
APP preservada (ha): 5,90 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 5,90 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 189

Fazenda: Lacerda	**Mat/Ident**: 2674	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2018001016918 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 37,66	**Módulos fiscais:** 1,07	
APP preservada (ha): 1,42 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 3,06 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 189

Data da assinatura do TAC: 28/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 190

Fazenda: Destino	**Mat/Ident**: 16263	**Município**: Prado
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001014177		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 163,01		**Módulos fiscais:** 4,65
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 17,03 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 32,63 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 191

Fazenda: Flor do Campo	**Mat/Ident**: 484	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001014182	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 118,50	**Módulos fiscais:** 3,38	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 11,08 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 23,70 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 191

Data da assinatura do TAC: 26/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 12/03/2018



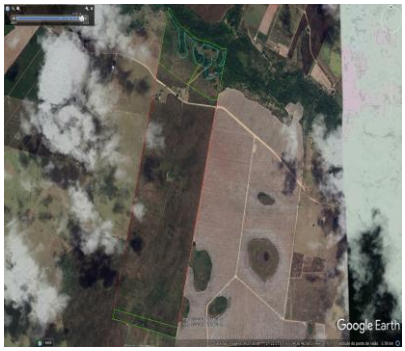
CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 192

Fazenda: Planalto	**Mat/Ident**: 12547	**Município**: Alcobaça

CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2013001001495	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 178,74	**Módulos fiscais:** 5,10
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 8 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 35,75 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 192

Data da assinatura do TAC: 25/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 193

Fazenda: Flor do Campo	**Mat/Ident**: 3726	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001014183	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 116,69	**Módulos fiscais:** 3,33	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 11,03 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 23,33 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 193

Data da assinatura do TAC: 03/07/2012

Data imagem 1: 10/05/2012



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 194

Fazenda: Três Irmãos	**Mat/Ident**: 14987	**Município**: Prado
CEFIR nº 2015001010850 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 60,54	**Módulos fiscais:** 1,72	
APP preservada (ha): 2,57 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 5,27 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

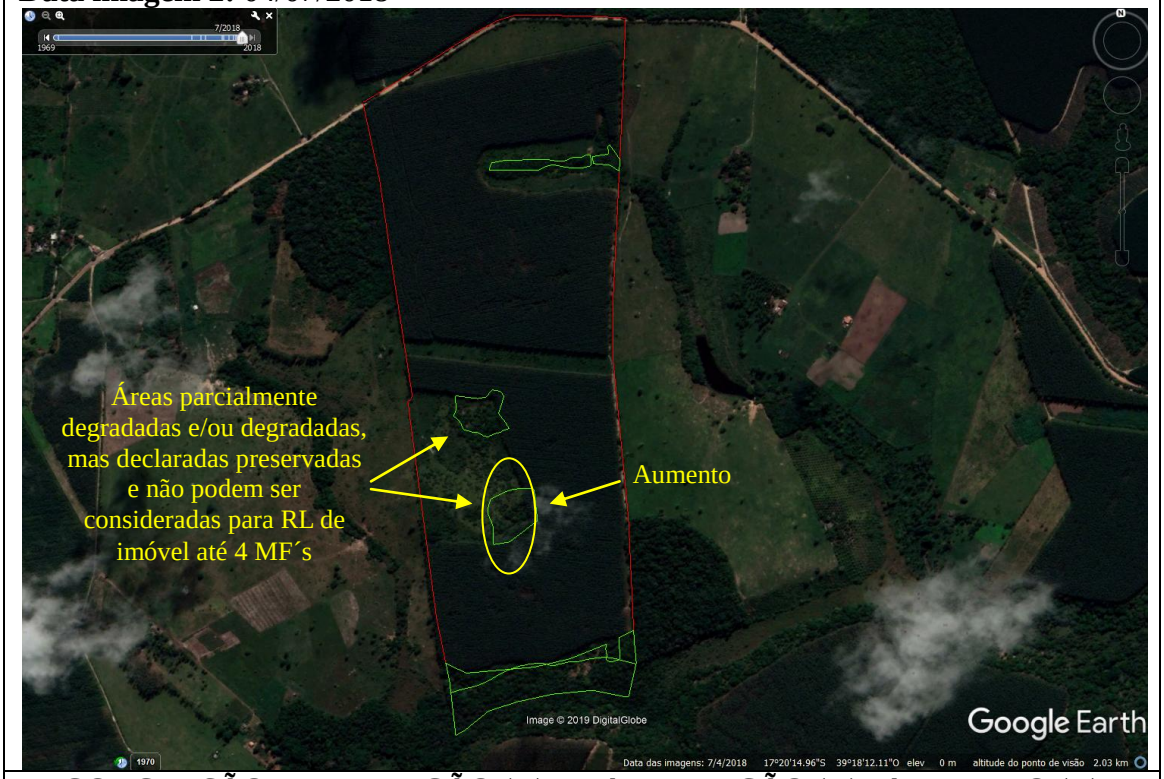
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 194

Data da assinatura do TAC: 05/07/2012

Data imagem 1: 1º/09/2013



Data imagem 2: 04/07/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 195

Fazenda: Alvana	**Mat/Ident**: 720	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 11,74		**Módulos fiscais:** 0,33
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 196

Fazenda: Alvana	**Mat/Ident**: 1862	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 136,64	**Módulos fiscais:** 3,90	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 197

Fazenda: Capixaba	**Mat/Ident**: 2182	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001007543	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 642,41	**Módulos fiscais:** 18,35	
APP preservada (ha): 46,33 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 127,62 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 197

Data da assinatura do TAC: 22/08/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 10/05/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

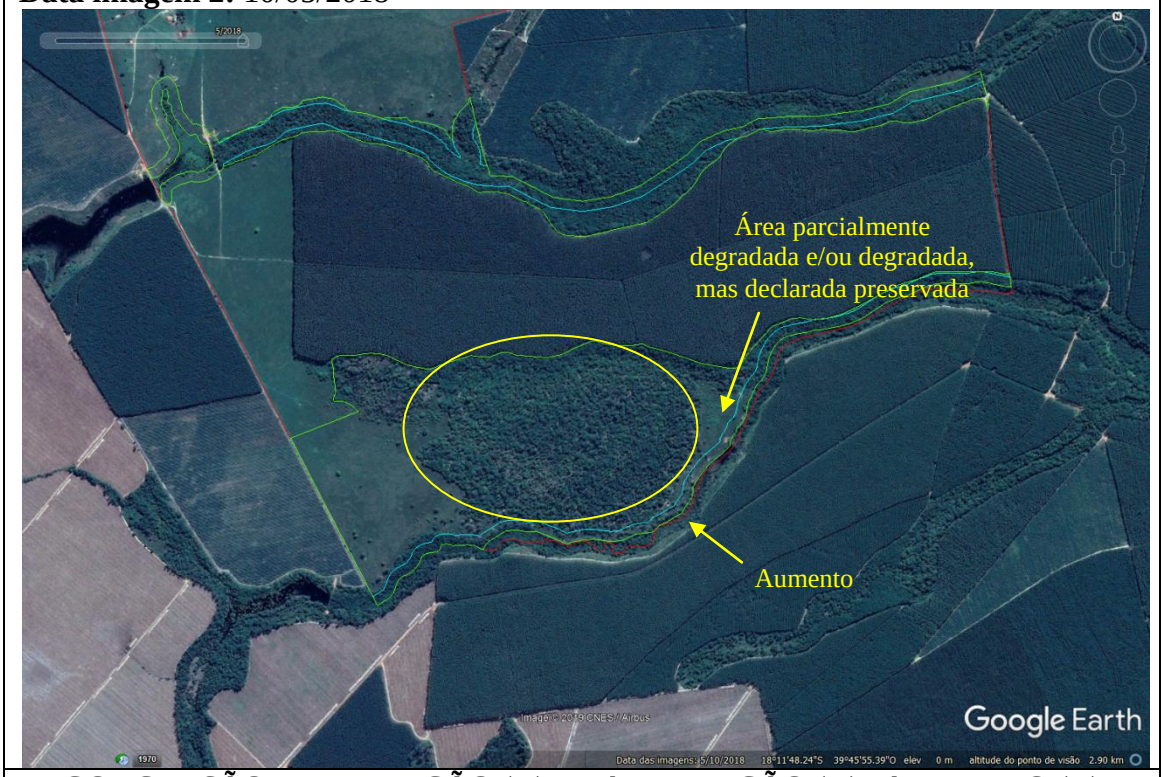
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 197

Data da assinatura do TAC: 22/08/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 10/05/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 198

Sítio: Boa Sorte	**Mat/Ident**: 3529	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001004161	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (**X**) Não**	
Área total (ha): 9,68	**Módulos fiscais:** 0,27	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 1,02 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,06 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

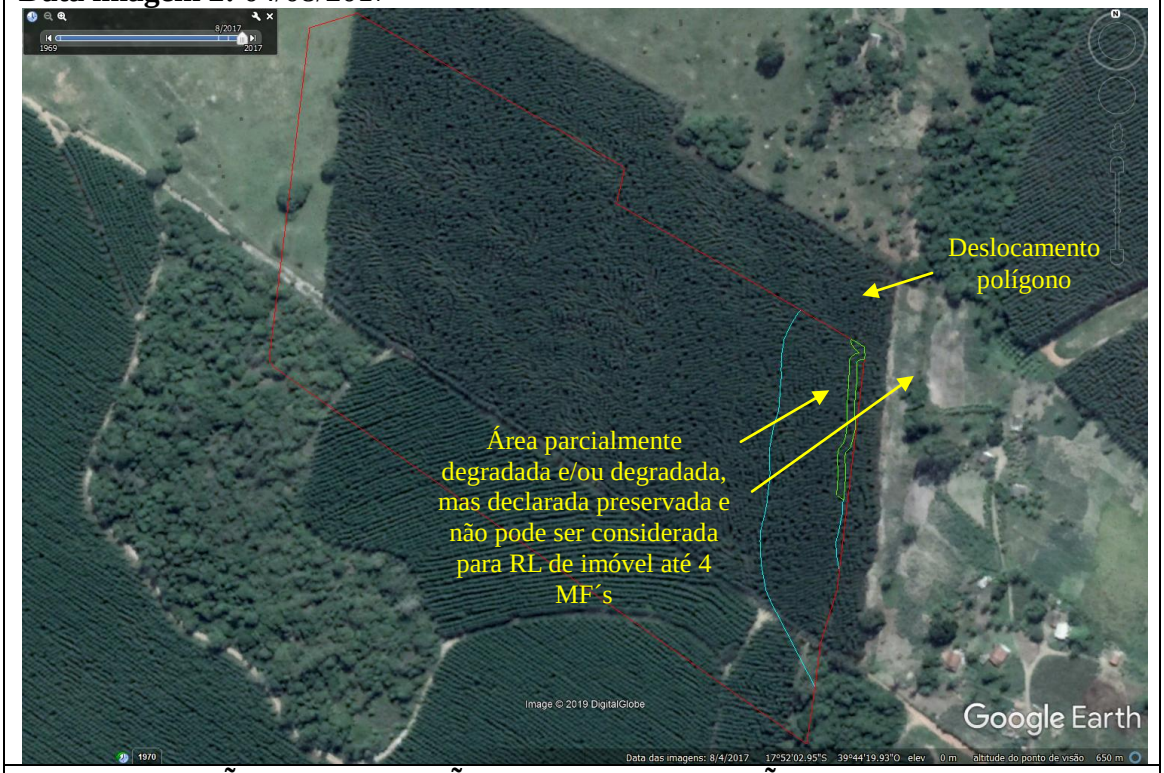
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 198

Data da assinatura do TAC: 05/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 199

Sítio: Altivo	**Mat/Ident**: 2304	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001003891	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (**X**) Não**	
Área total (ha): 9,35	**Módulos fiscais:** 0,26	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 2,60 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,33 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 199

Data da assinatura do TAC: 05/07/2012

Data imagem 1: 08/09/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 200

Sítio: Boa Sorte	**Mat/Ident**: 1472	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2016001023325 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 71,58	**Módulos fiscais:** 2,04	
APP preservada (ha): 6,13 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 13,82 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:
Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)
APP _____ (contorno azul)
RL _____ (contorno verde)
Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 200

Data da assinatura do TAC: 23/05/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 201

Sítio: Lagoa do Naiá	**Mat/Ident**: 4023	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2016001023326 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 18,34		**Módulos fiscais:** 2,04
APP preservada (ha): 0,12 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 0,12 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

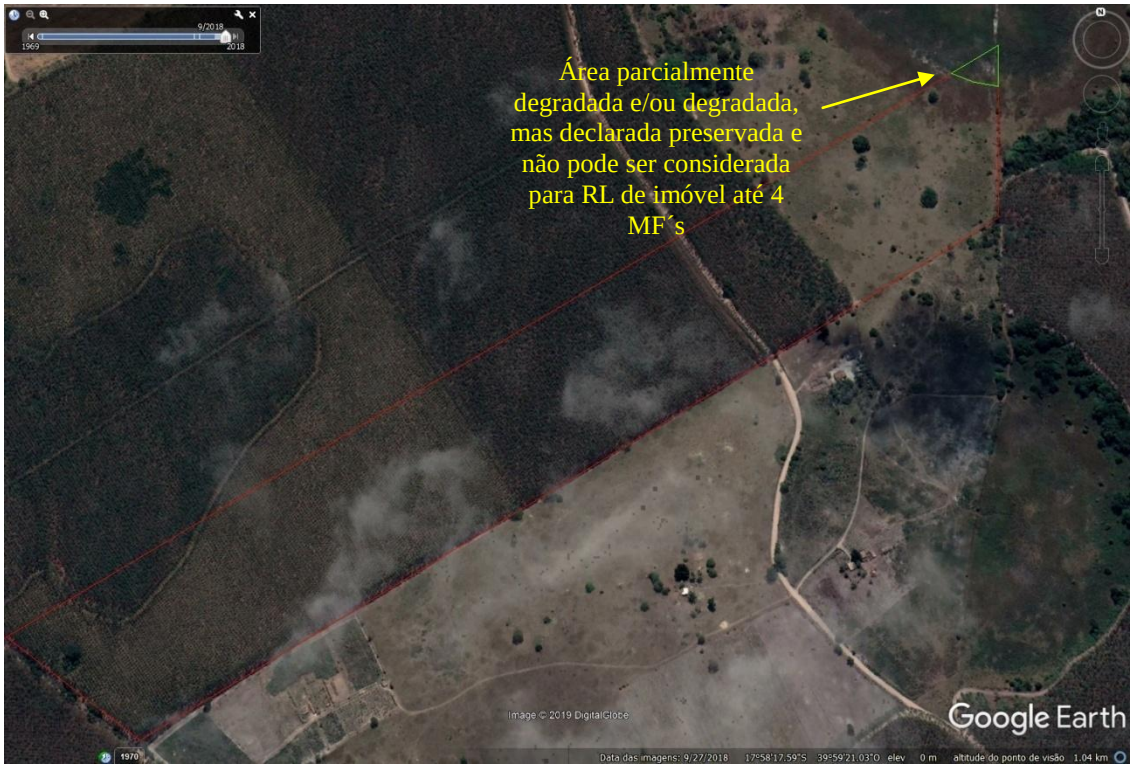
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 201

Data da assinatura do TAC: 23/05/2012

Data imagem 1: 29/04/2012



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 202

Fazenda: Boa Fé	**Mat/Ident**: 1756	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001007190		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 38,70		**Módulos fiscais:** 1,10
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 8,34 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 5,34 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 3,38		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 203

Fazenda: Santa Tereza	**Mat/Ident**: 7174	**Município**: Prado
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 20		**Módulos fiscais:** 0,57
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 204

Sítio: Deus Ajuda	**Mat/Ident**: 2181	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2019001050701 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 14,80		**Módulos fiscais:** 0,42
APP preservada (ha): 2,48 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 2,48 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

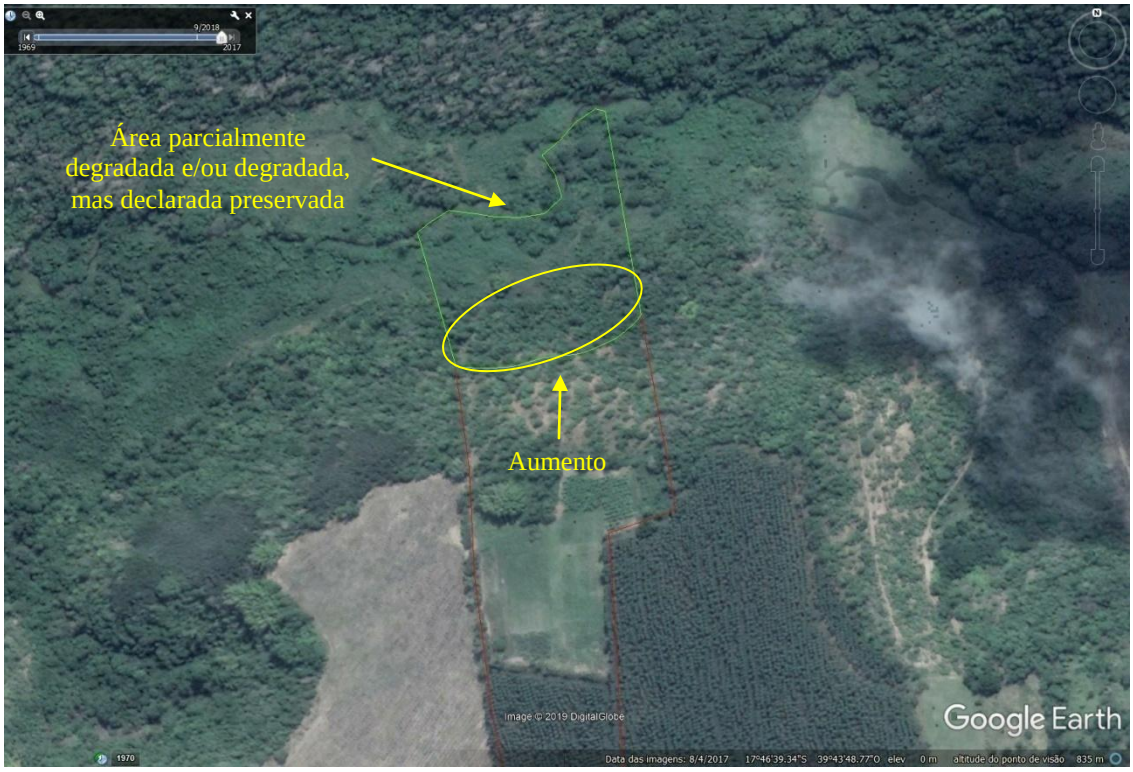
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 204

Data da assinatura do TAC: 23/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X**)**

ANÁLISE Nº 205

Fazenda: Boa Vista	**Mat/Ident**: 2931	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 50,70		**Módulos fiscais:** 1,44
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 206

Sítio: Boa Vista	**Mat/Ident**: 1286	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 87,08		**Módulos fiscais:** 2,48
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 207

Sítio: Alto Bonito	**Mat/Ident**: 2022	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001006666		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 31,50		**Módulos fiscais:** 0,90
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 8,68 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 4,85 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

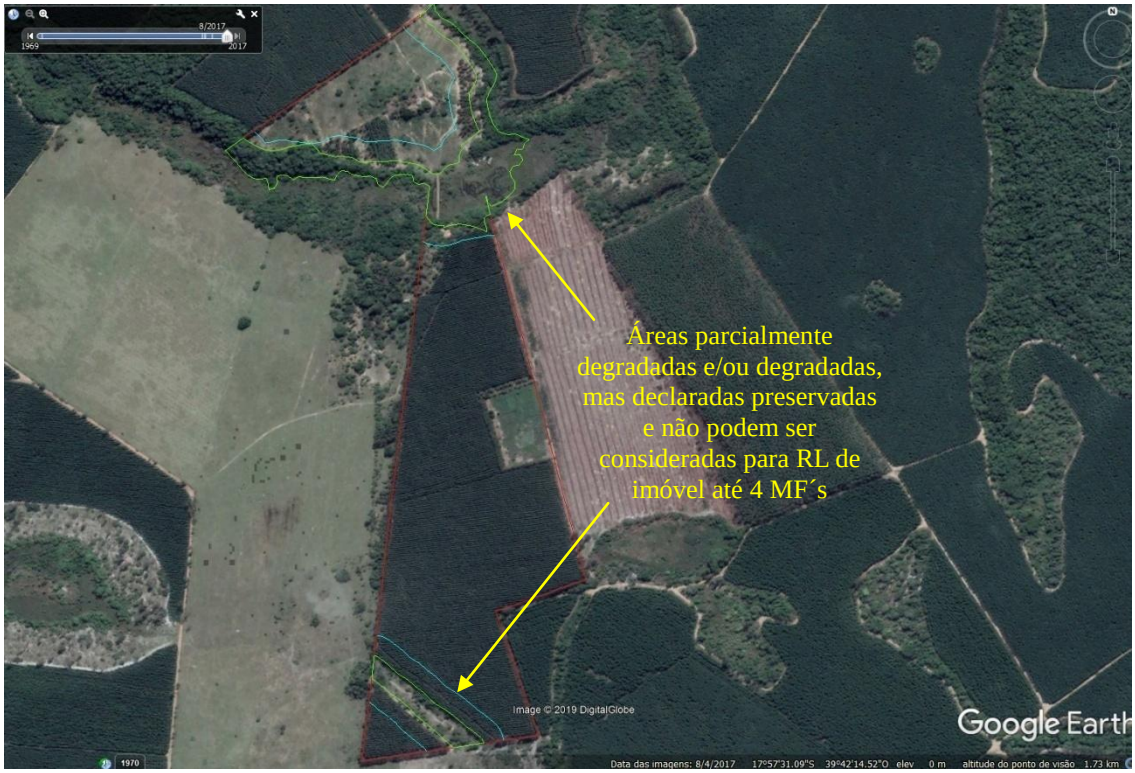
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 207

Data da assinatura do TAC: 11/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 208

Fazenda: Boa Vista	**Mat/Ident**: 2204	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001008595		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 800,41		**Módulos fiscais:** 22,86
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 67,95 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 159,09
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 209

Estância: Covre	**Mat/Ident**: 998	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2016001024948		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 45,37		**Módulos fiscais:** 1,29
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 4,68 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 7,31 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

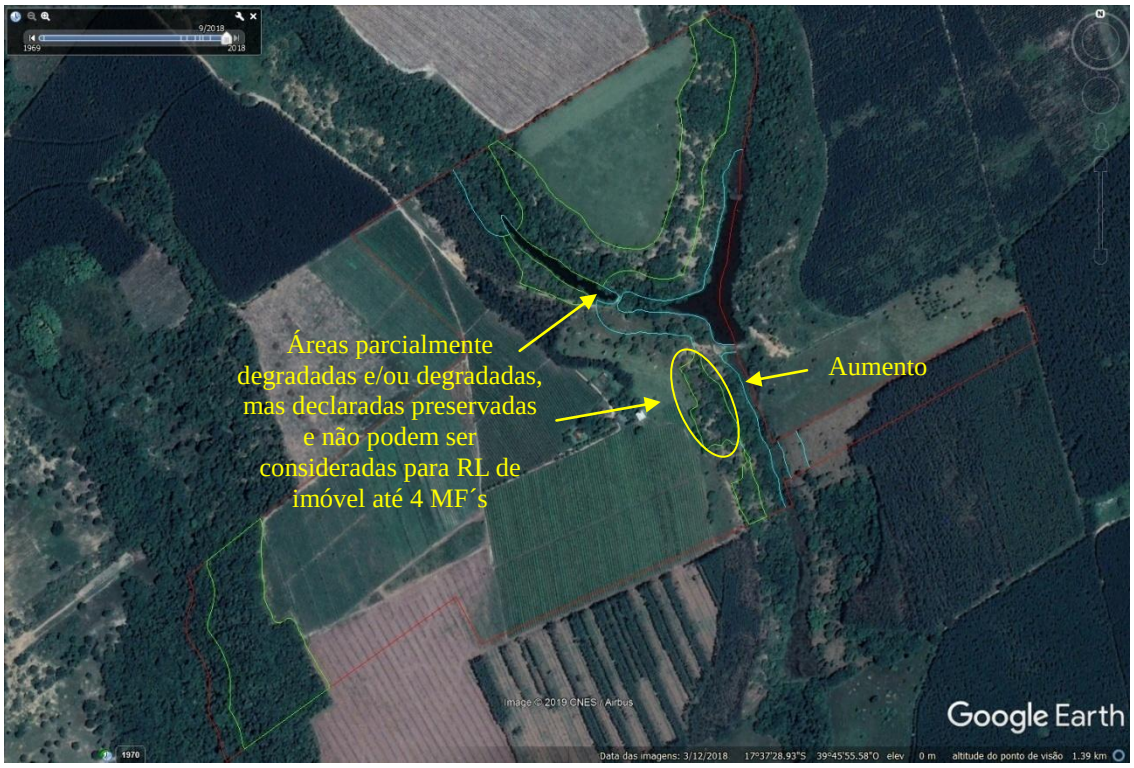
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 209

Data da assinatura do TAC: 11/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 210

Estância: Covre	**Mat/Ident**: 2562	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001024938		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 12,02		**Módulos fiscais:** 0,34
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 0,51 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 1,62 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

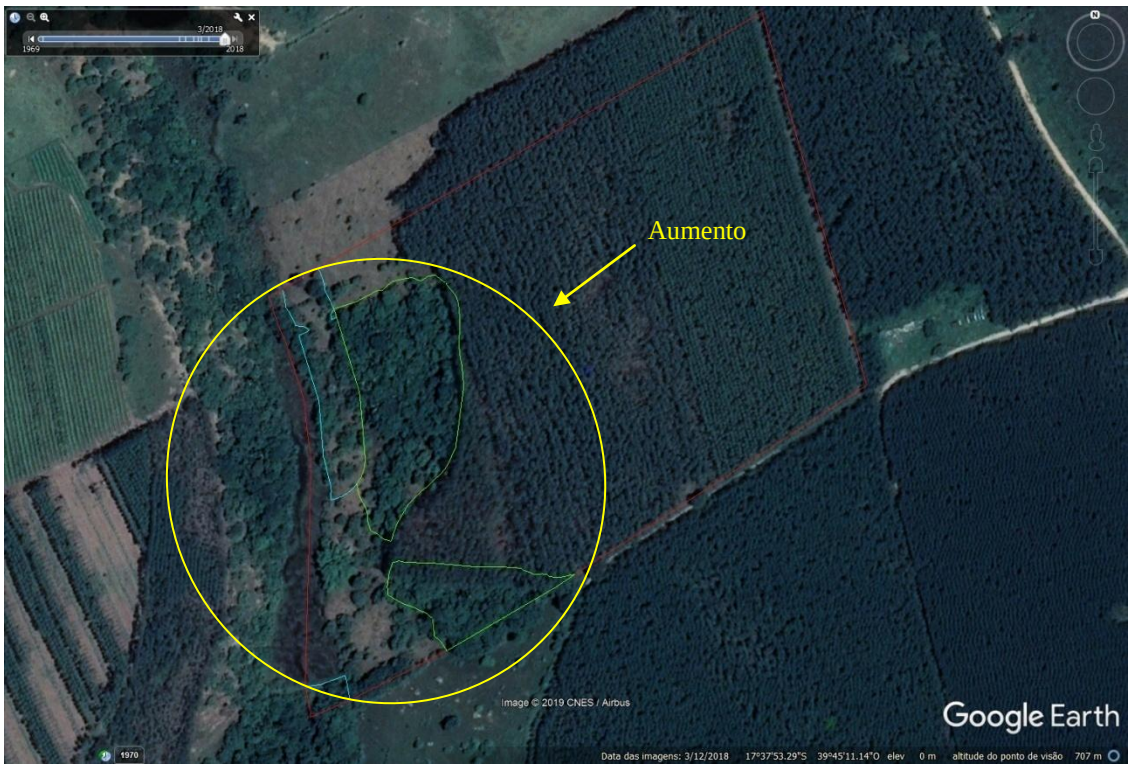
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 210

Data da assinatura do TAC: 11/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 12/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X**)**

ANÁLISE Nº 211

Estância: Covre	**Mat/Ident**: 4376	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001024500		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 41,93		**Módulos fiscais:** 1,19
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 2,94 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 8,53 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

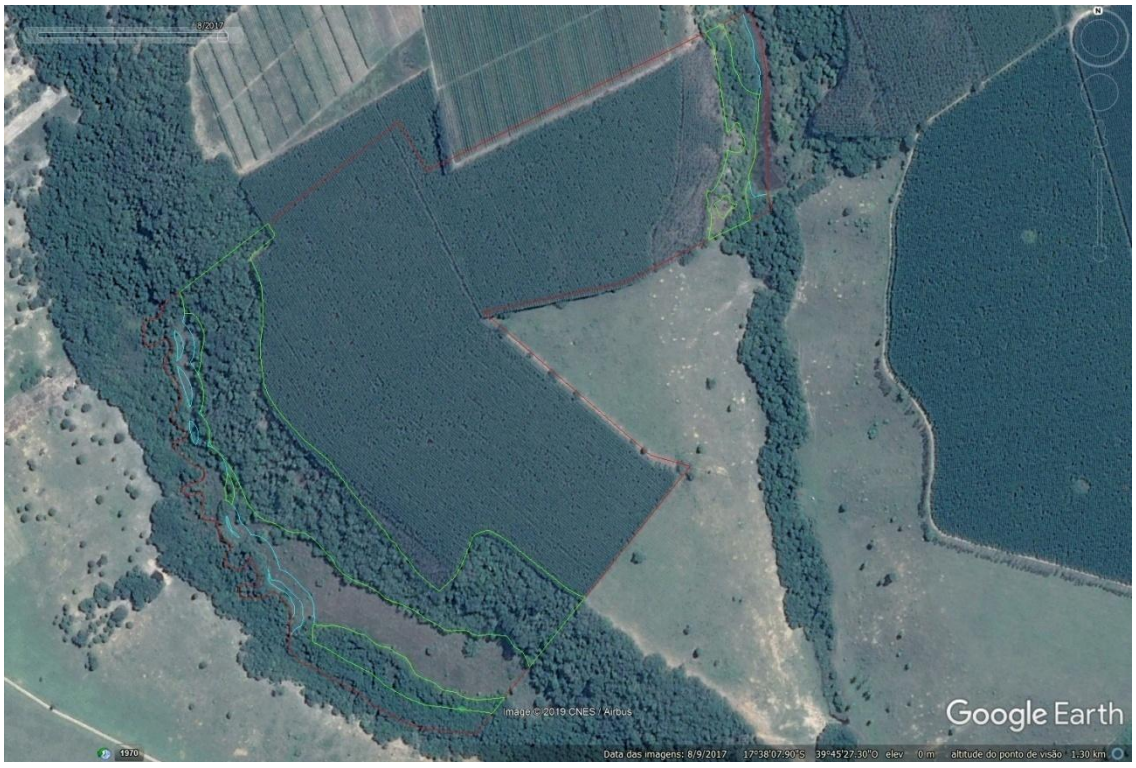
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 211

Data da assinatura do TAC: 11/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 212

Fazenda: Esplanada	**Mat/Ident**: 1057	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001054689		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 22,73		**Módulos fiscais:** 0,64
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 1,65 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 0,01 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 212

Data da assinatura do TAC: 18/05/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 213

Fazenda: Delícia	**Mat/Ident**: 2180	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001054747		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 61,72		**Módulos fiscais:** 1,76
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 13,78 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 13,77 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

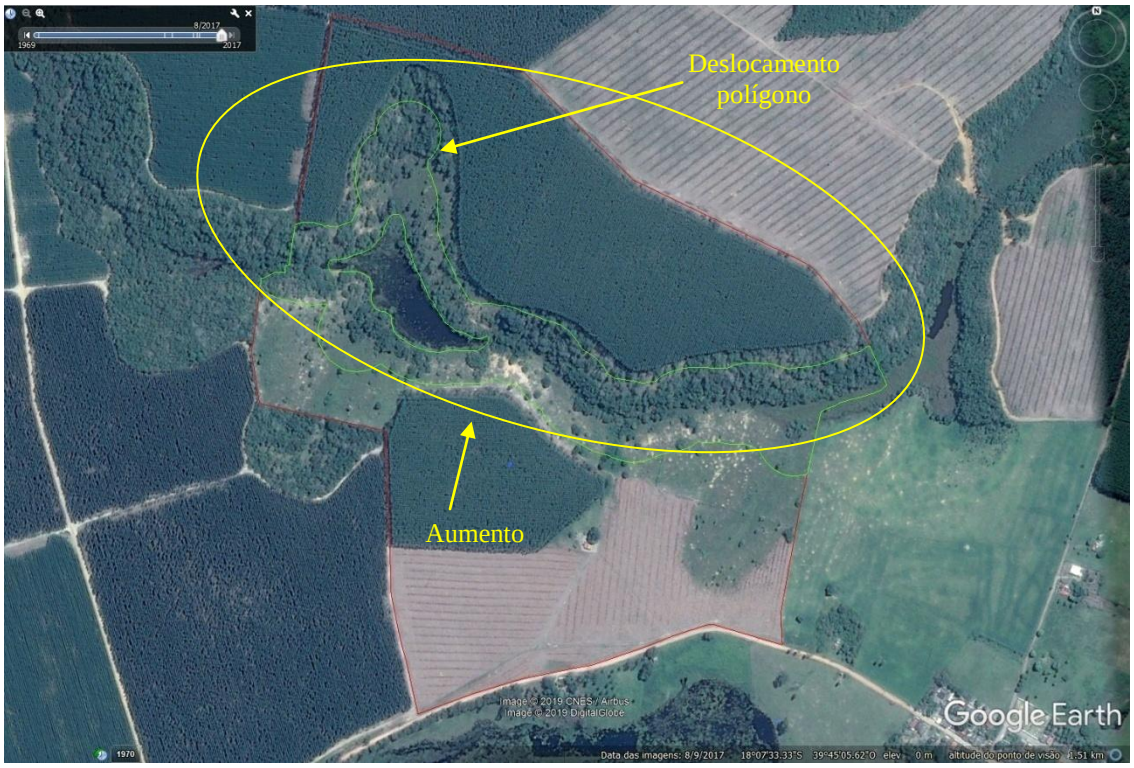
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 213

Data da assinatura do TAC: 08/05/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 214

Fazenda: Alegria	**Mat/Ident**: 2092	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2019001216821		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (**X**) Não**
Área total (ha): 117,15		**Módulos fiscais:** 3,34
APP preservada (ha): 6,05 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 15,23 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

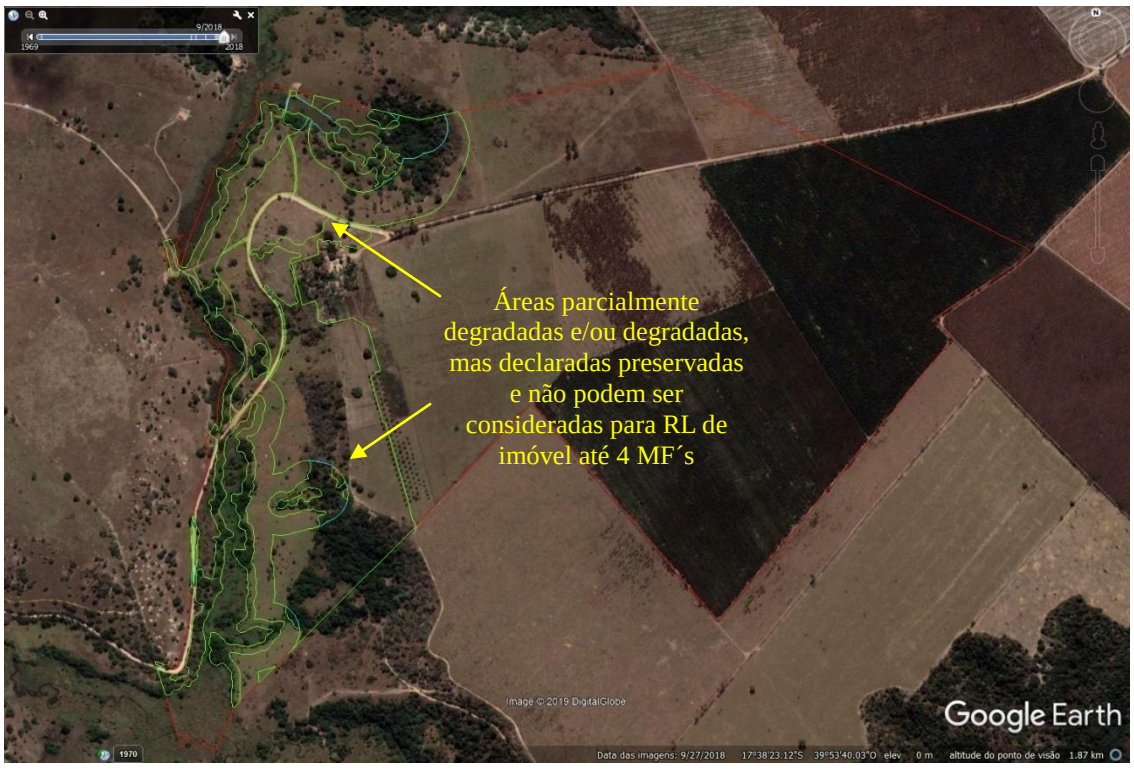
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 214

Data da assinatura do TAC: 04/06/2012

Data imagem 1: 08/05/2010



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 215

Fazenda: Alegria	**Mat/Ident**: 9664	**Município**: Caravelas
CEFIR nº 2014001005396 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 90,35		**Módulos fiscais:** 2,58
APP preservada (ha): 1,06 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 8,18 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

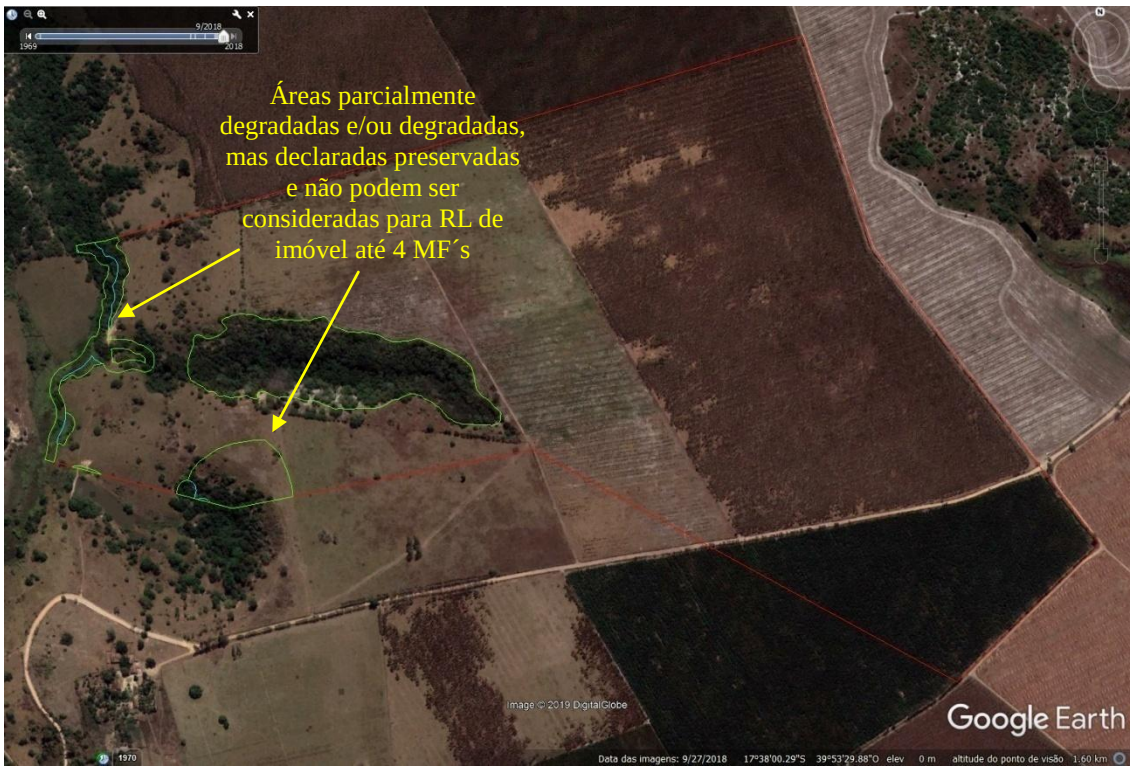
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 215

Data da assinatura do TAC: 04/06/2012

Data imagem 1: 18/04/2014



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 216

Fazenda: Boa Vista	**Mat/Ident**: 17189	**Município**: Caravelas
CEFIR nº 2014001005393 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 124,35	**Módulos fiscais:** 3,55	
APP preservada (ha): 6,43 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 10,27 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

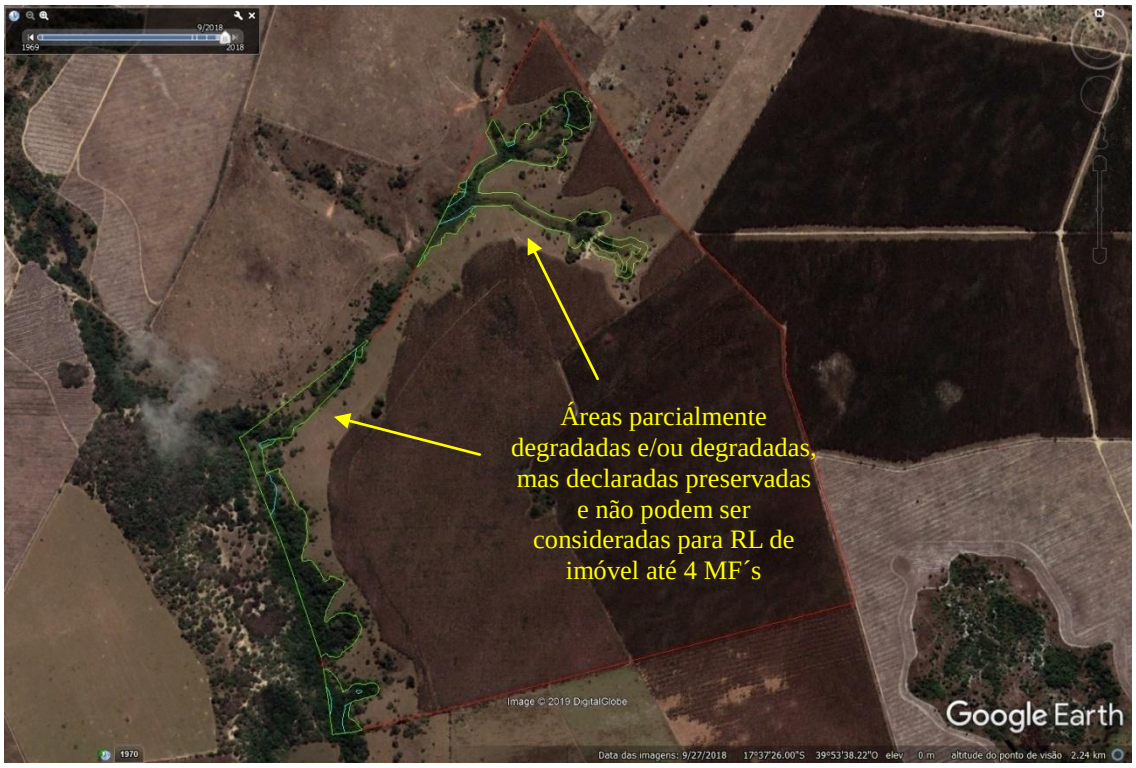
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 216

Data da assinatura do TAC: 04/06/2012

Data imagem 1: 18/04/2014



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 217

Sítio: São Jerônimo	**Mat/Ident**: 1494	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 12,50		**Módulos fiscais:** 0,35
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 218

Sítio: São José	**Mat/Ident**: 2175	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001007833		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 13,48		**Módulos fiscais:** 0,38
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 4,11 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 2,60 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

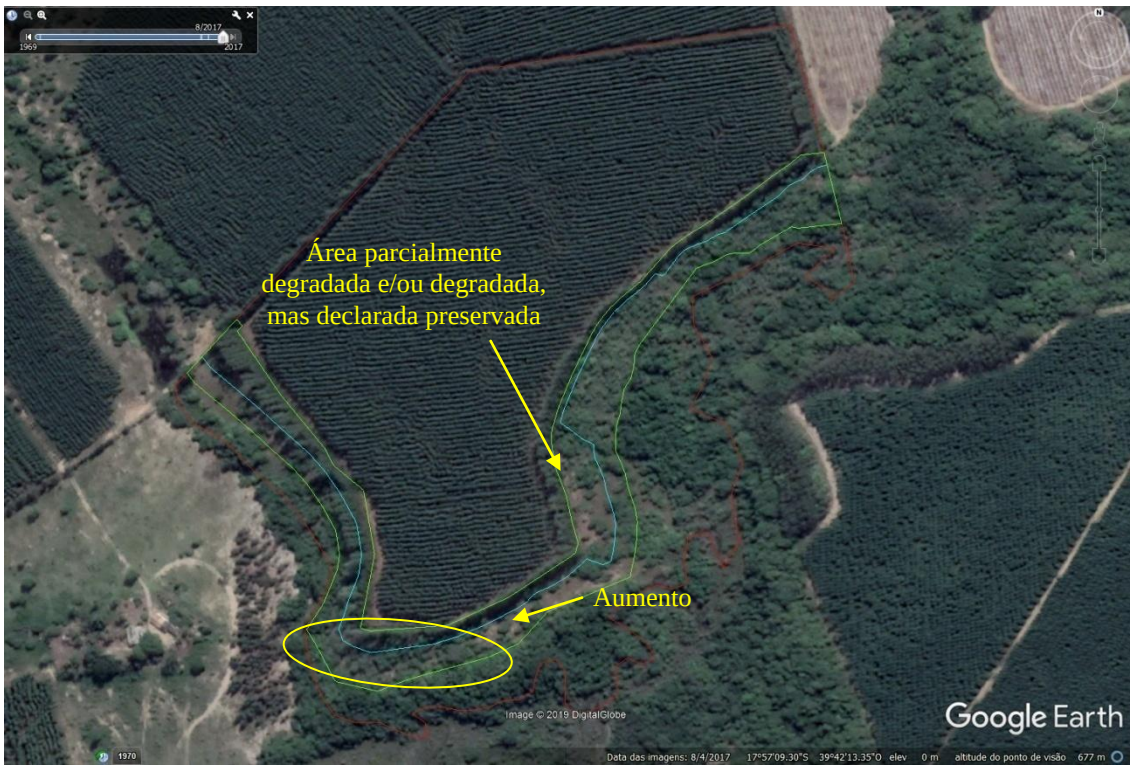
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 218

Data da assinatura do TAC: 11/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 219

Fazenda: Dois Irmãos	**Mat/Ident**: 1893	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2016001039737 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 4,87	**Módulos fiscais:** 0,13	
APP preservada (ha): 0,29 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 0,57 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 219

Data da assinatura do TAC: 11/06/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 25/03/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 220

Fazenda: Por do Sol	**Mat/Ident**: 1274	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2017001120041		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 66,72		**Módulos fiscais:** 1,90
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 12,82 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 10 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 220

Data da assinatura do TAC: 28/05/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 221

Fazenda: Quinta do Sol	**Mat/Ident**: 1242	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001049580		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 74,98		**Módulos fiscais:** 1,90
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,37 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 15 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(X) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 221

Data da assinatura do TAC: 28/05/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 222

Fazenda: Bela Manhã	**Mat/Ident**: 27	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001003872		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 80,13		**Módulos fiscais:** 1,90
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 9,28 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 17 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 222

Data da assinatura do TAC: 28/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2011



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 223

Fazenda: São Marcos I	**Mat/Ident**: 2927	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2013001002072 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 91,23	**Módulos fiscais:** 2,60	
APP preservada (ha): 3,25 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 8,89 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 224

Fazenda: São Marcos II	**Mat/Ident**: 2281	**Município**: Nova Viçosa

CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001010642	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 88,04	**Módulos fiscais:** 2,51
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 4,84 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 17,39 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

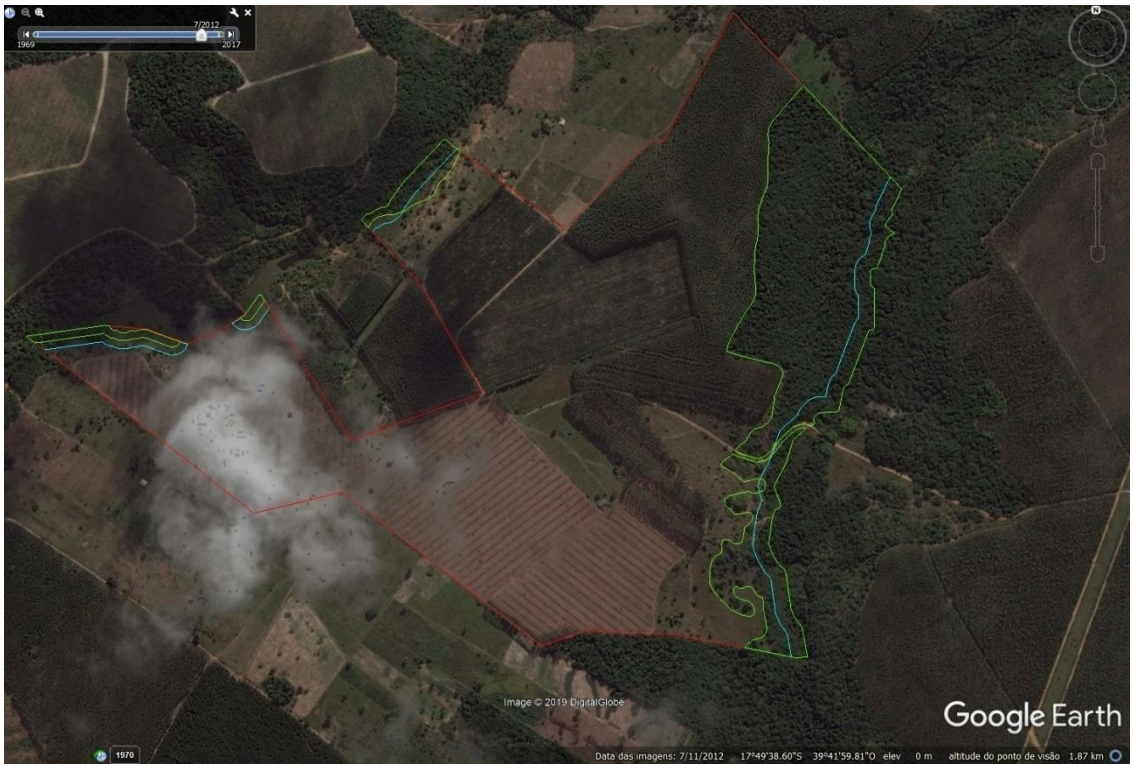


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 224

Data da assinatura do TAC: 12/06/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 225

Fazenda: Pamplona II	**Mat/Ident**: 17366	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001023843		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 28		**Módulos fiscais:** 0,80
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL conservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** 5,58 **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

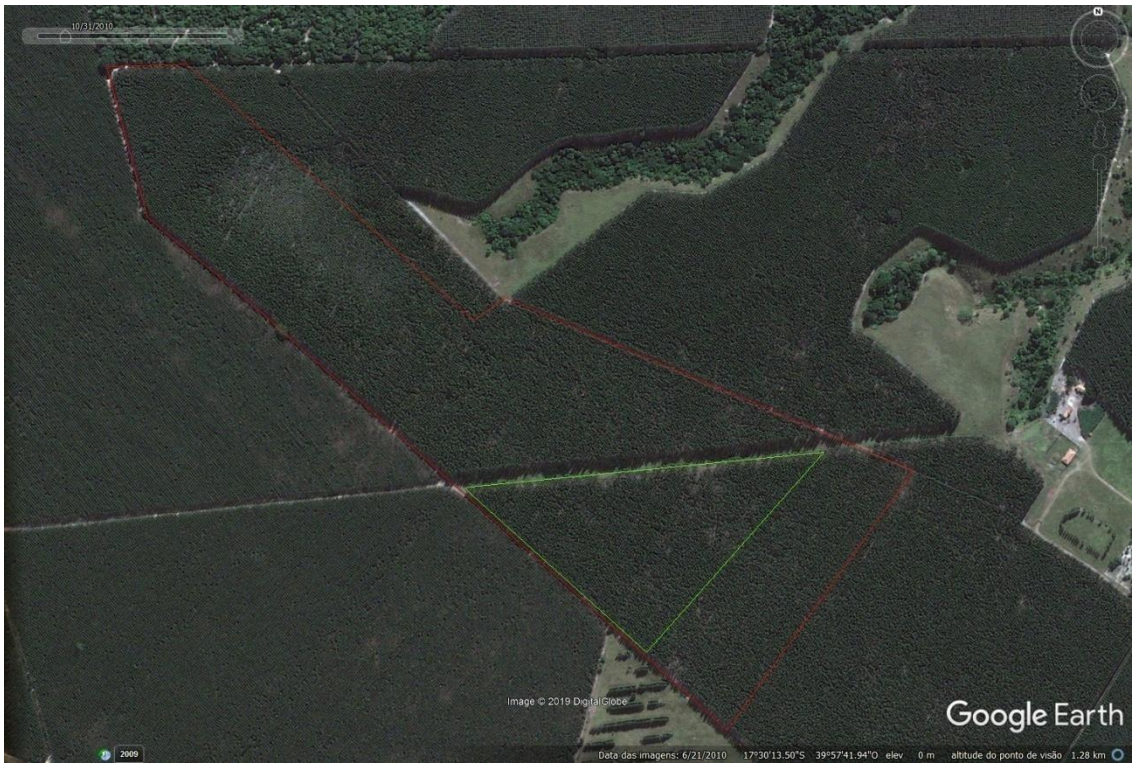


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

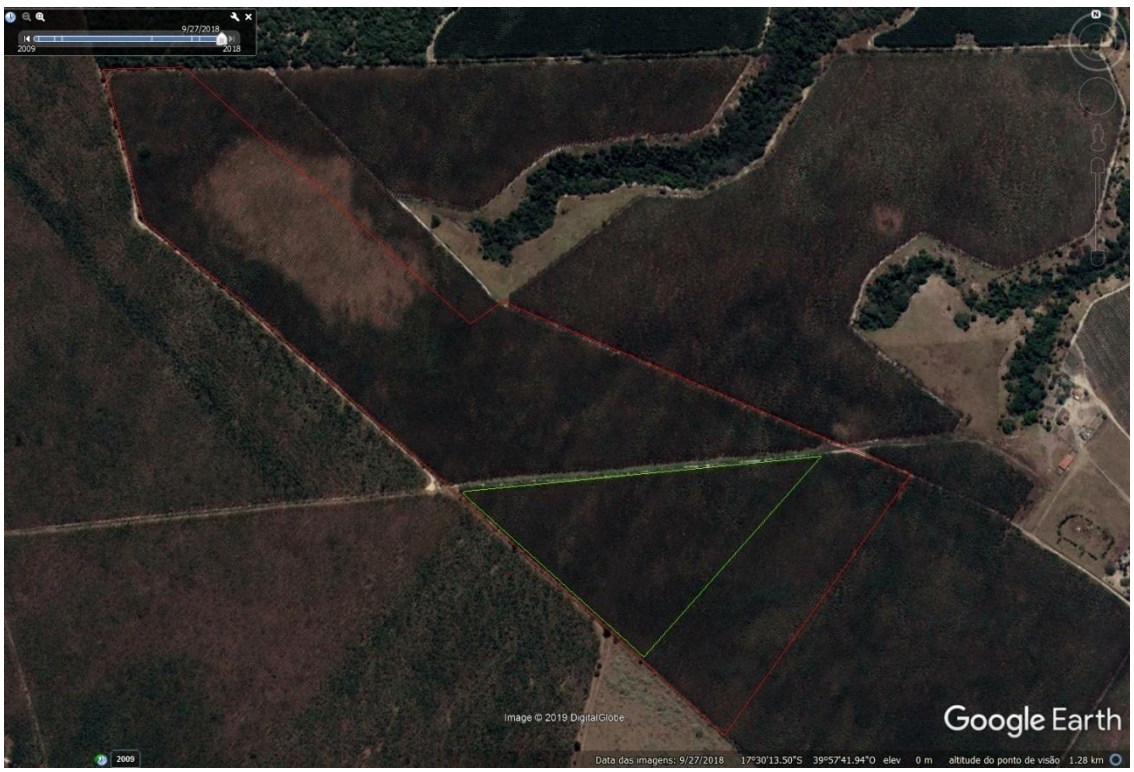
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 225

Data da assinatura do TAC: 25/05/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 226

Fazenda: Pamplona II	**Mat/Ident**: 3587	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001025634		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 186		**Módulos fiscais:** 5,31
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 10,59 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 37,16 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 226

Data da assinatura do TAC: 25/05/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 227

Fazenda: Pamplona III	**Mat/Ident**: 4253	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 181,49		**Módulos fiscais:** 5,18
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 228

Fazenda: Água Limpa	**Mat/Ident**: 887	**Município**: Mucuri

CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001016724	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 57,85	**Módulos fiscais:** 1,65
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 4,07 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 6,45 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

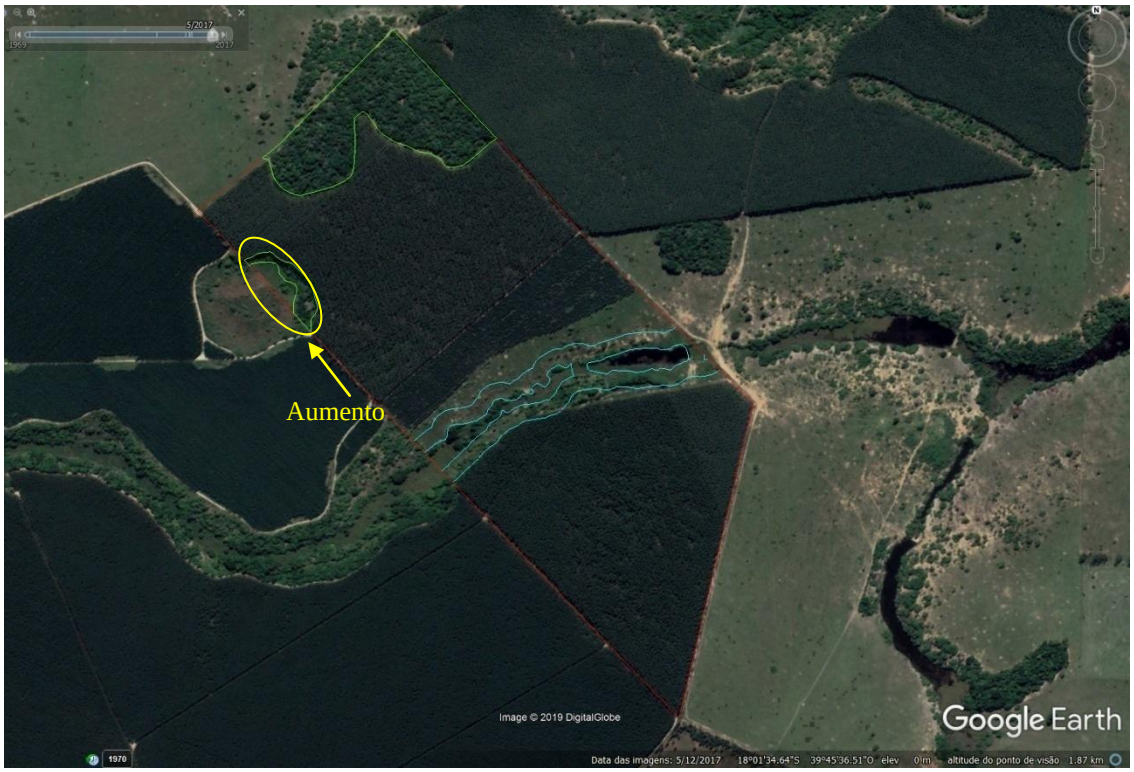
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 228

Data da assinatura do TAC: 25/05/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 12/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X**)**

ANÁLISE Nº 229

Sítio: Colibri	**Mat/Ident**: 2184	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001002628		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 30		**Módulos fiscais:** 0,85
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,09 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 6 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 229

Data da assinatura do TAC: 23/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 230

Fazenda: Triângulo	**Mat/Ident**: 1493	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001002596		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 165,15		**Módulos fiscais:** 4,71
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 9,65 **APP degradada (ha):**		**RL conservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 33 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 230

Data da assinatura do TAC: 23/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 231

Fazenda: Saudade	**Mat/Ident**: 4333	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2017001051098		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 377,92		**Módulos fiscais:** 10,79
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 41,16 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 75,99
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 232

Fazenda: Cajueiro e Dois Irmãos	**Mat/Ident**: 4236	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001003356		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 429		**Módulos fiscais:** 12,25
APP preservada (ha): 25,51 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 87,93 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 1,72		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 232

Data da assinatura do TAC: 22/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 233

Fazenda: Sombra da Tarde	**Mat/Ident**: 17418	**Município**: Caravelas
CEFIR nº 2014001005640 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 93,06		**Módulos fiscais:** 2,65
APP preservada (ha): 5,40 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 21,49 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

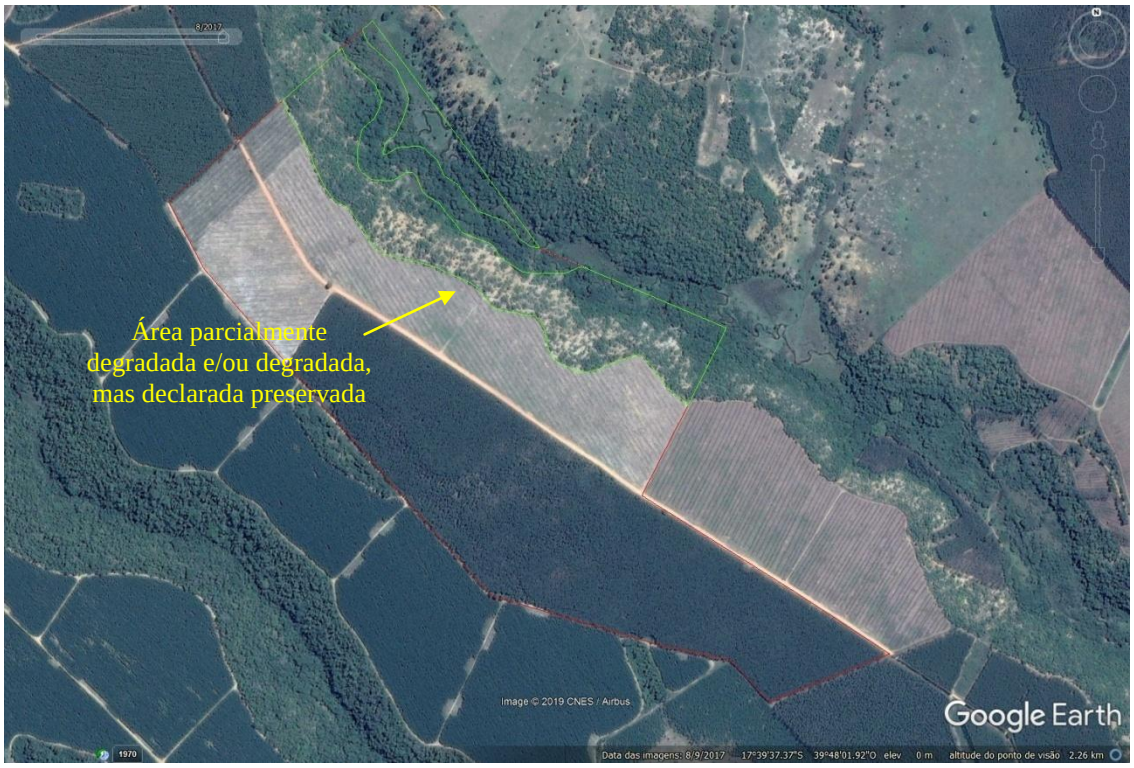
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 233

Data da assinatura do TAC: 22/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 234

Fazenda: Conjunto Édem	**Mat/Ident**: 1084	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 201300100475		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 280,29		**Módulos fiscais:** 8
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 29,30 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 60,89 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 0,37		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 234

Data da assinatura do TAC: 08/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 235

Fazenda: das Gêmeas e Saudade	**Mat/Ident**: 4330	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2016001047224		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 172,96		**Módulos fiscais:** 4,94
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 26,95 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 34,35
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 236

Fazenda: Conjunto Ipiranga	**Mat/Ident**: 1186	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001008366		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 435,55		**Módulos fiscais:** 12,44
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 40,56 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 87,12 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 237

Fazenda: São Bernardino	**Mat/Ident**: 2062	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2014001005820 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 94,04		**Módulos fiscais:** 2,68
APP preservada (ha): 6,06 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 19,20 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**(**X**) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 237

Data da assinatura do TAC: 31/05/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 12/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 238

Fazenda: Nova Palha	**Mat/Ident**: 4238	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 203,95		**Módulos fiscais:** 5,82
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 239

Fazenda: Nova Palha	**Mat/Ident**: 4237	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 360,37		**Módulos fiscais:** 10,29
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 240

Fazenda: Nova Palha	**Mat/Ident**: 17154	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 51		**Módulos fiscais:** 1,45
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 241

Fazenda: Angulosa	**Mat/Ident**: 775	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2013001000659		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 313,64		**Módulos fiscais:** 8,96
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 19 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** 62,73 **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

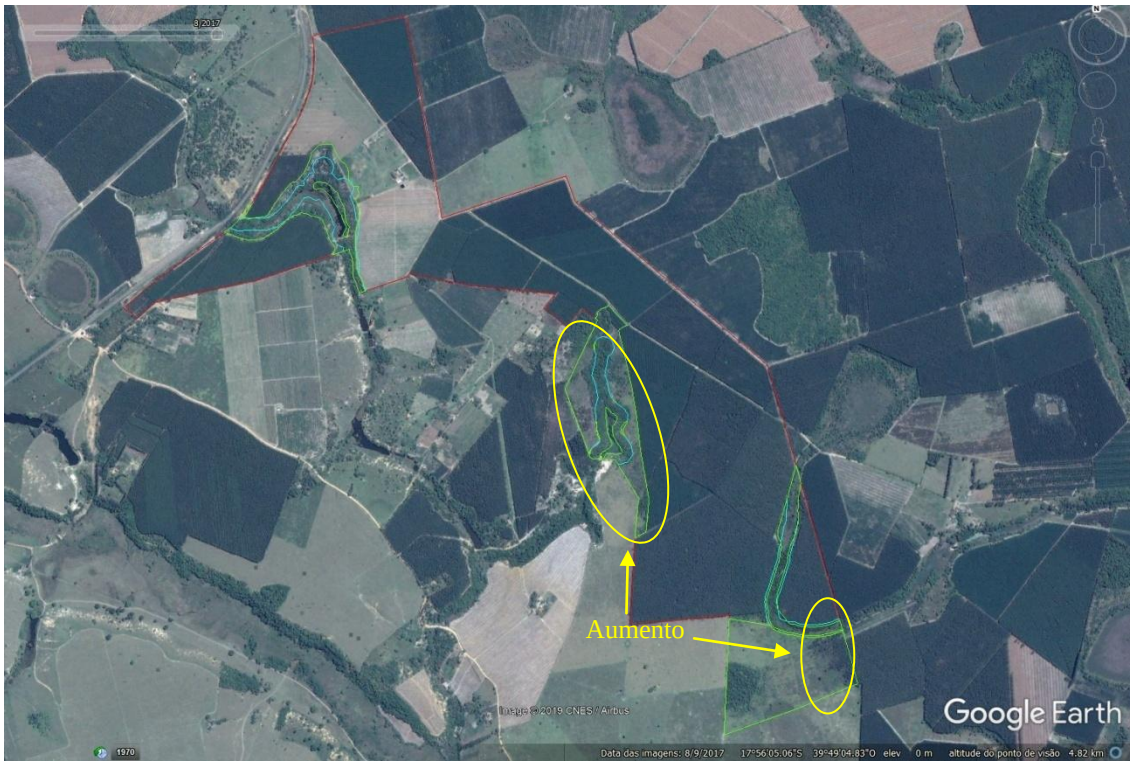
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 241

Data da assinatura do TAC: 02/04/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 242

Sítio: da Onça	**Mat/Ident**: 283	**Município**: Mucuri

CEFIR nº 2015001018051 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (**X**) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 52,71	**Módulos fiscais:** 1,50
APP preservada (ha): 31,46 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 10,54 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 9,22	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

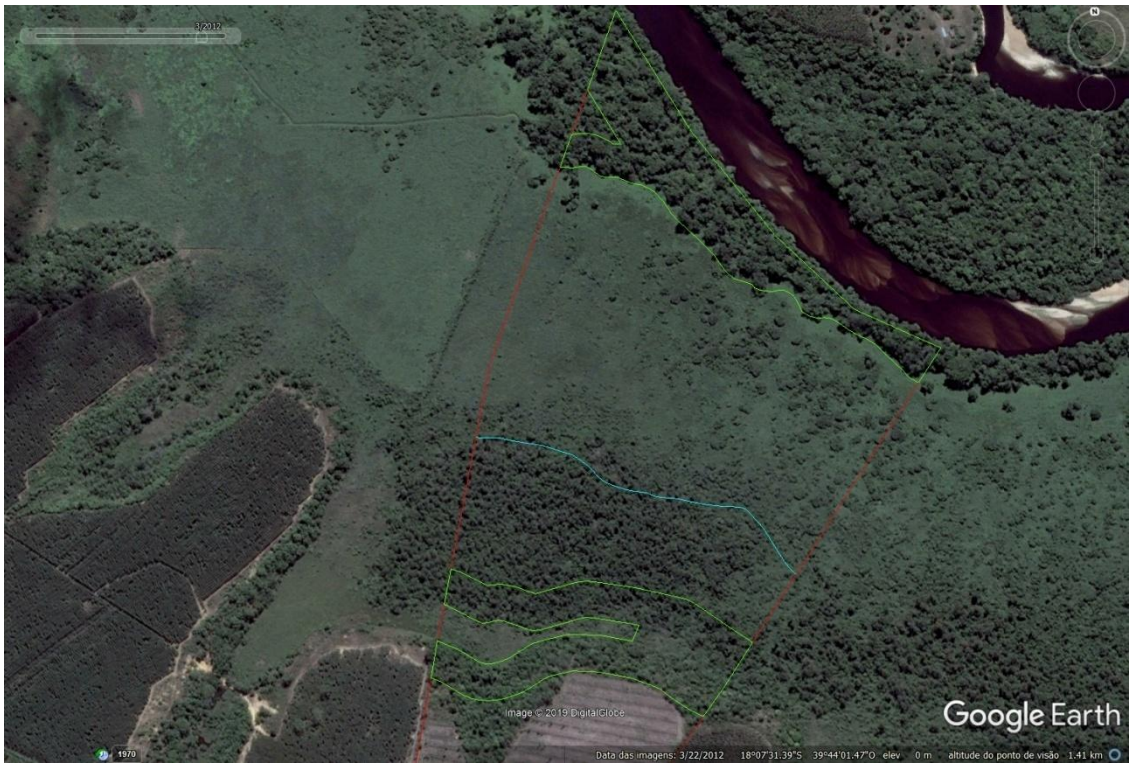


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

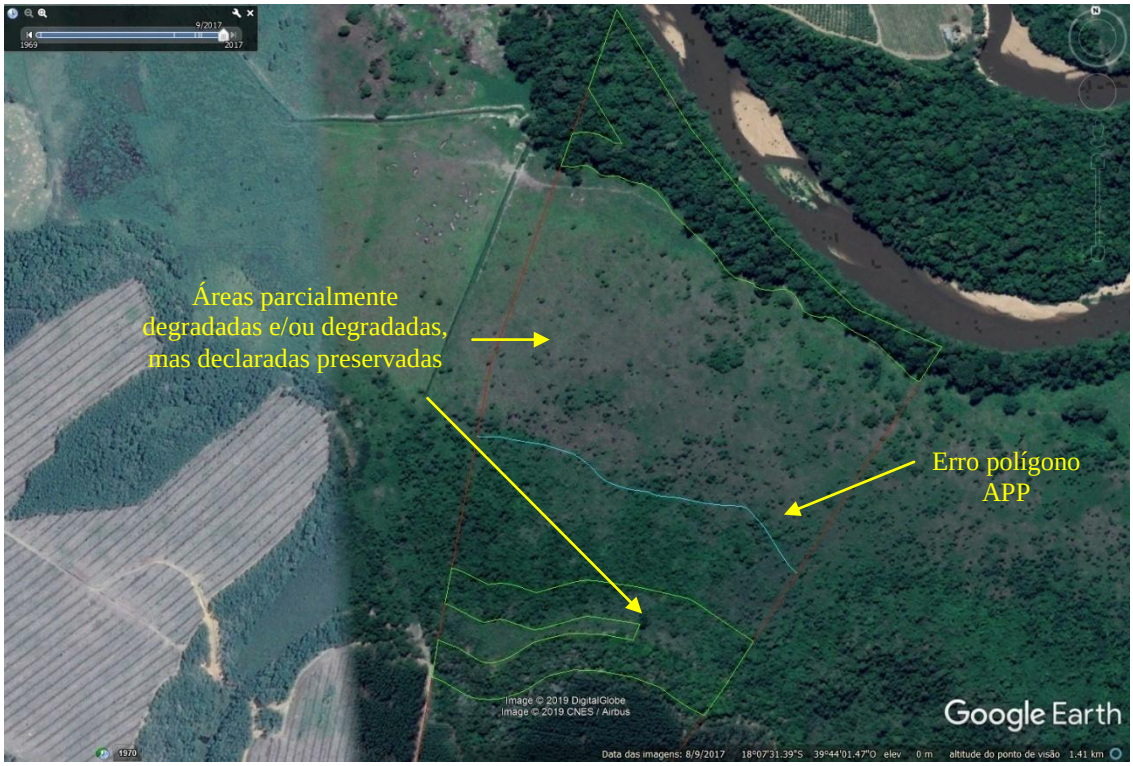
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 242

Data da assinatura do TAC: 09/03/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 243

Fazenda: Tokaia	**Mat/Ident**: 1789	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001017571 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 90,18	**Módulos fiscais:** 2,57	
APP preservada (ha): 3,35 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 17,05 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 244

Fazenda: Boa Esperança	**Mat/Ident**: 1789	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 7,54		**Módulos fiscais:** 0,21
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 245

Sítio: Vista Alegre	**Mat/Ident**: 1789	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 8		**Módulos fiscais:** 0,22
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL conservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 246

Fazenda: Marobá	**Mat/Ident**: 1052	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001012367		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 141,70		**Módulos fiscais:** 4,04
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 3,38 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 28,37 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 246

Data da assinatura do TAC: 09/03/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 247

Fazenda: Conjunto Boa Vista	**Mat/Ident**: 2311	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001011966		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 101,43		**Módulos fiscais:** 2,89
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 6,65 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 12,42 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

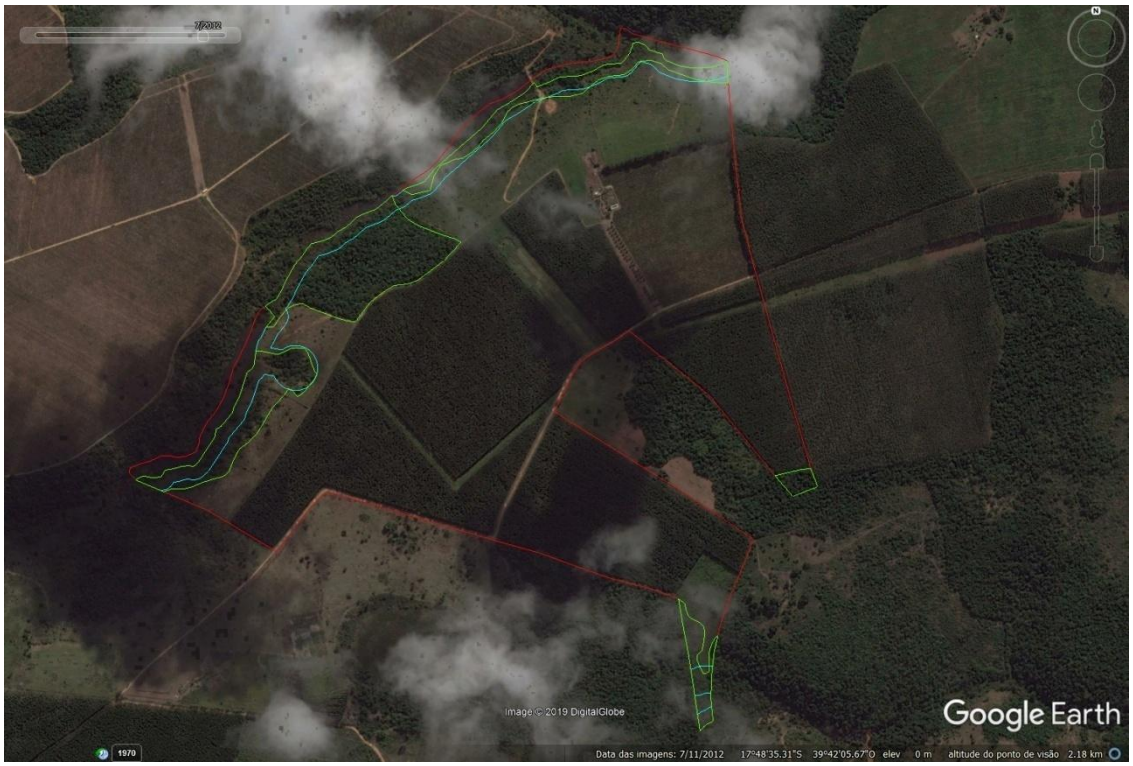


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 247

Data da assinatura do TAC: 09/03/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 248

Fazenda: Oásis	**Mat/Ident**: 6022	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2016001028016	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 229,23	**Módulos fiscais:** 6,54	
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 13,74 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 45,54 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 249

Fazenda: Santa Rosa	**Mat/Ident**: 1908	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 167,90		**Módulos fiscais:** 4,79
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 250

Sítio: Coqueiral	**Mat/Ident**: 1050	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2014001005324 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 45,63		**Módulos fiscais:** 1,30
APP preservada (ha): 4,52 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 5,47 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

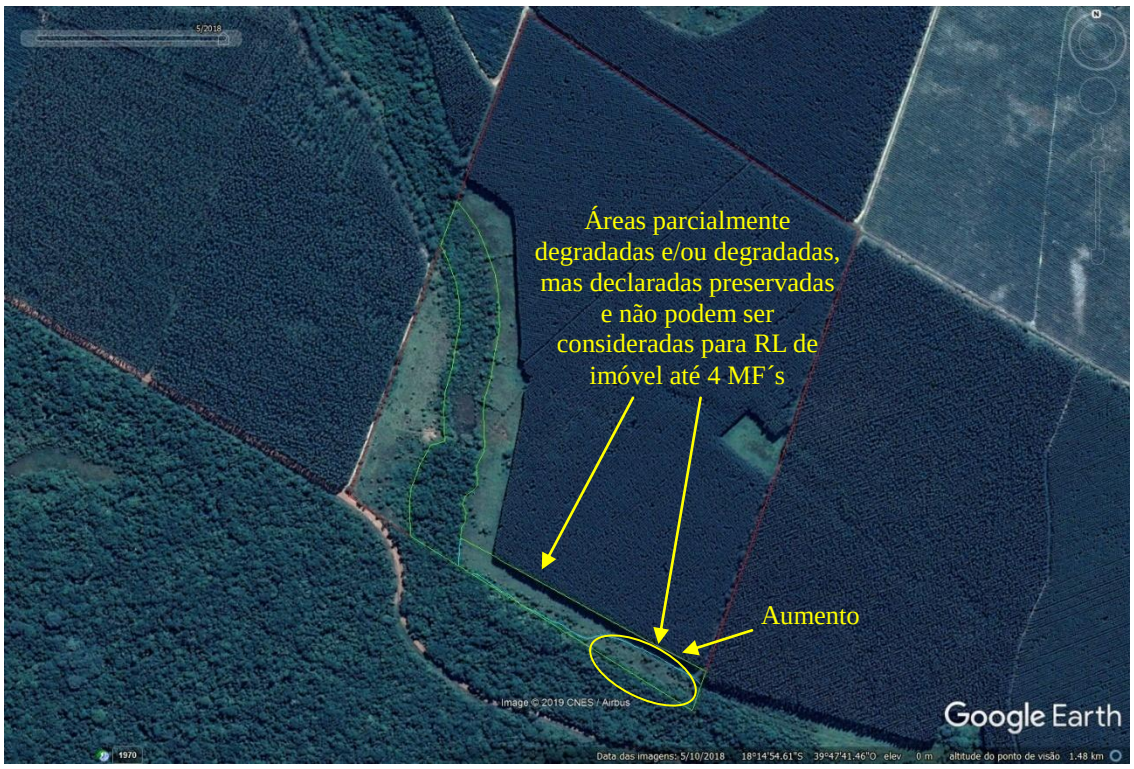
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 250

Data da assinatura do TAC: 09/11/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 10/05/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 251

Fazenda: Boa Vista Naiá	**Mat/Ident**: 1819	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2018001143220		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 13,32		**Módulos fiscais:** 0,38
APP preservada (ha): 0,32 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 3,56 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 251

Data da assinatura do TAC: 09/11/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 252

Fazenda: Turmalina do Prado	**Mat/Ident**: 7470	**Município**: Prado
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001014269		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 147,98		**Módulos fiscais:** 4,22
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 0,78 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 30,49 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 18,93		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

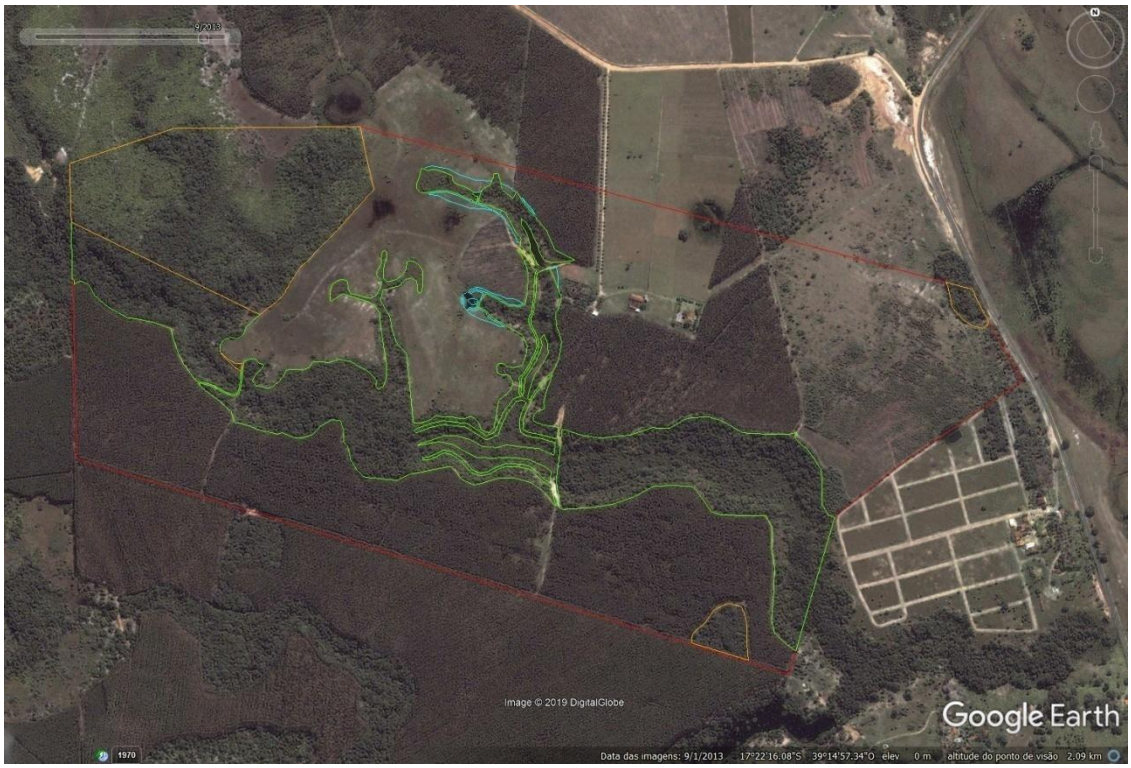


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 252

Data da assinatura do TAC: 30/10/2012

Data imagem 1: 1º/09/2013



Data imagem 2: 29/09/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 253

Fazenda: Turmalina do Prado II	**Mat/Ident**: 10829	**Município**: Prado
CEFIR nº 2015001019003 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 41,50		**Módulos fiscais:** 13,83
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 8,30 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 0,30		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 253

Data da assinatura do TAC: 30/10/2012

Data imagem 1: 1º/09/2013



Data imagem 2: 29/09/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 254

Fazenda: Turmalina do Prado II	**Mat/Ident**: 11904	**Município**: Prado

CEFIR nº 2015001019004 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 38,72	**Módulos fiscais:** 1,10
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 7,74 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

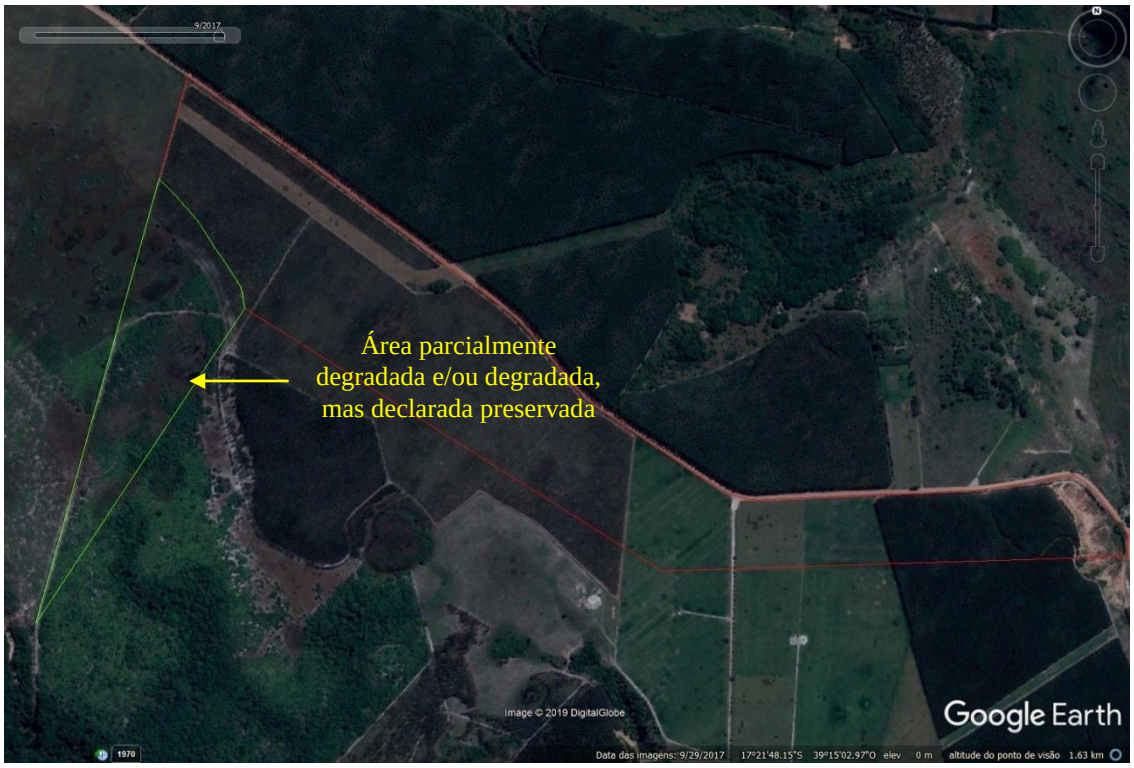
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 254

Data da assinatura do TAC: 30/10/2012

Data imagem 1: 1º/09/2013



Data imagem 2: 29/09/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 255

Fazenda: Litoral	**Mat/Ident**: 962	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2014001004968 **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 106,56	**Módulos fiscais:** 3,04	
APP preservada (ha): 6,53 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 6,53 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 256

Fazenda: Mattos	**Mat/Ident**: 6770	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001016648 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 45,94	**Módulos fiscais:** 1,31	
APP preservada (ha): 1,03 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 5,07 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(**X**) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

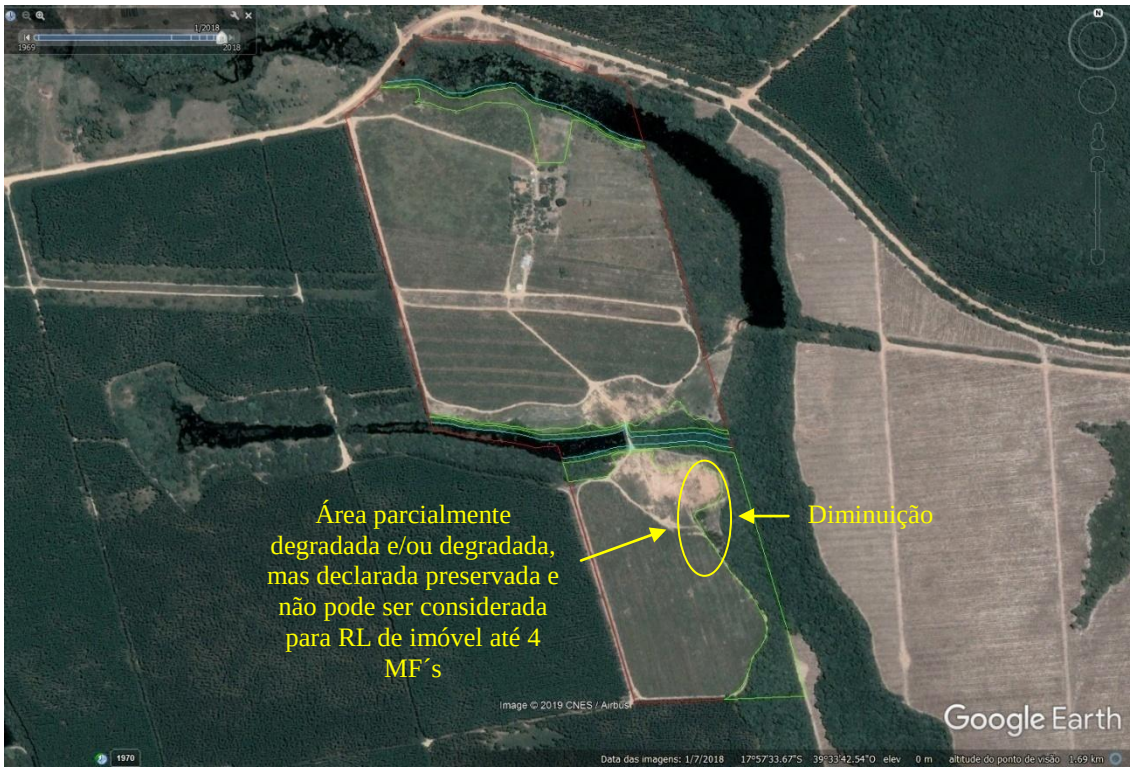
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 256

Data da assinatura do TAC: 26/10/2012

Data imagem 1: 1º/08/2014



Data imagem 2: 07/01/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 257

Fazenda: Rosa Maria	**Mat/Ident**: 16440	**Município**: Prado

CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2018001155888	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 217,68	**Módulos fiscais:** 6,21
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 29,55 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 49,62 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	(X) **DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** (X) **OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

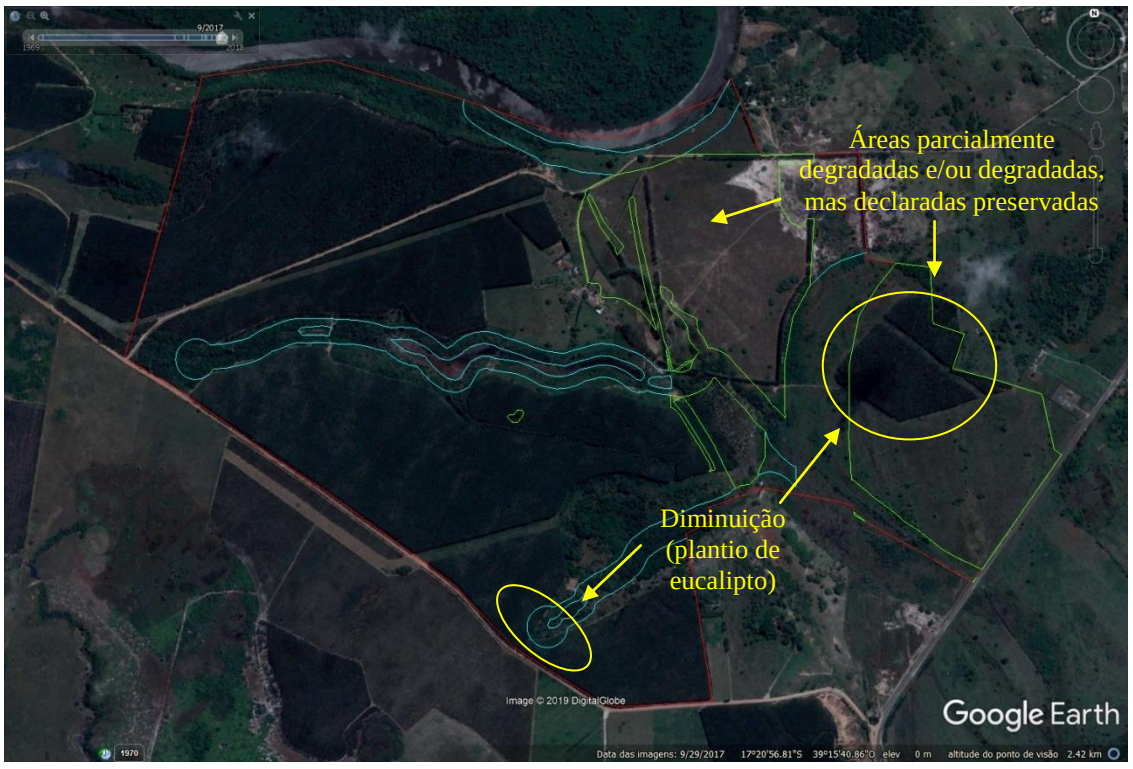
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 257

Data da assinatura do TAC: 05/11/2012

Data imagem 1: 1º/09/2013



Data imagem 2: 29/09/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X**) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 258

Fazenda: Sumidouro	**Mat/Ident**: 1681	**Município**: Medeiros Neto
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 112,18		**Módulos fiscais:** 3,20
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 259

Fazenda: Santa Inês	**Mat/Ident**: 4201	**Município**: Medeiros Neto
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2019001209482		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 77,39		**Módulos fiscais:** 2,21
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 9,50 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 17,10 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

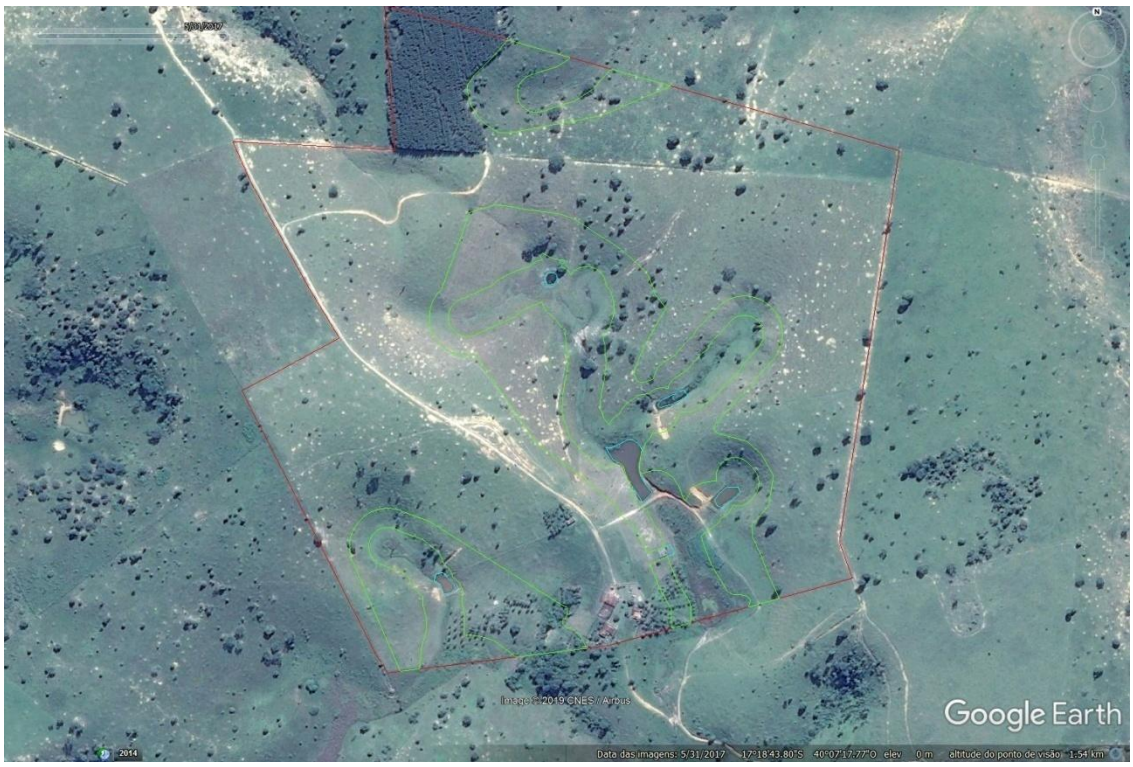
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 259

Data da assinatura do TAC: 23/11/2012

Data imagem 1: 20/09/2014



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 260

Sítio: Vista Alegre	**Mat/Ident**: 10598	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 52,04		**Módulos fiscais:** 1,48
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 261

Fazenda: Pérola Verde	**Mat/Ident**: 4045	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2013001001307		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 185,48		**Módulos fiscais:** 5,29
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 15,88 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 38,67 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 40,07		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 262

Fazenda: Nova Galha	**Mat/Ident**: 4365	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2017001054324		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 91,19		**Módulos fiscais:** 2,60
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 11,46 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 9,30 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(X) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 263

Fazenda: Guanabara	**Mat/Ident**: 310	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2014001006940 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 63		**Módulos fiscais:** 1,80
APP preservada (ha): 2,25 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 3,30 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

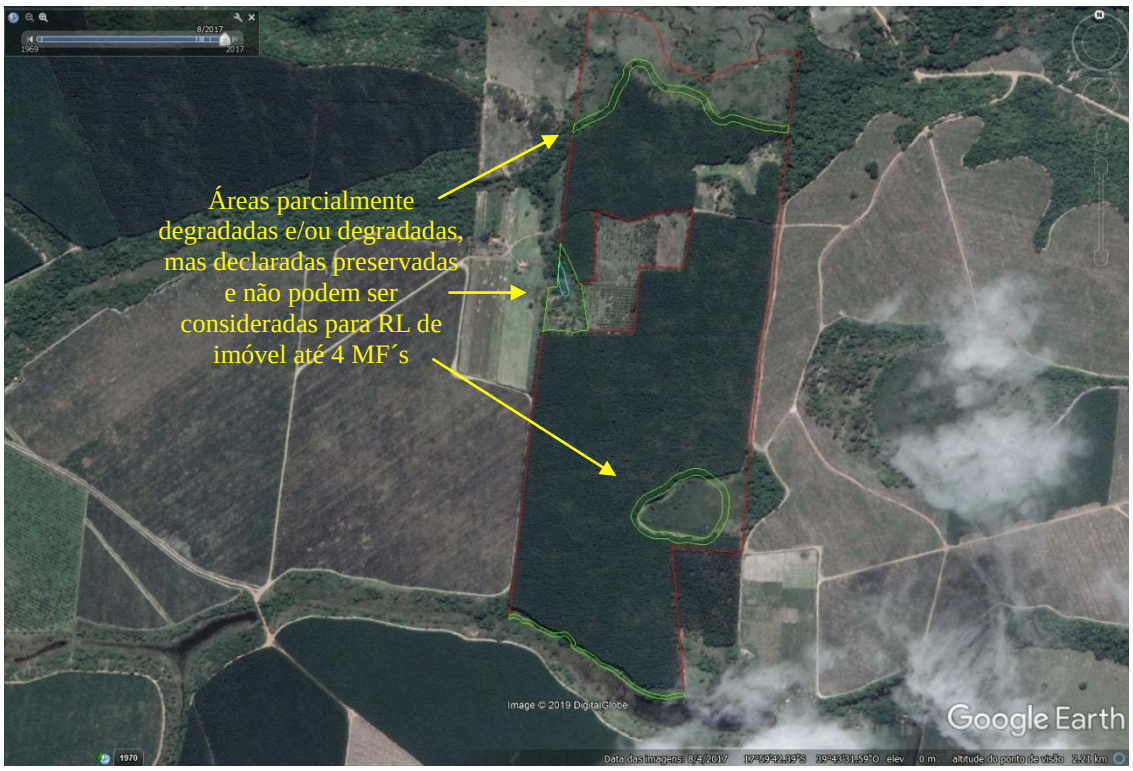
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 263

Data da assinatura do TAC: 16/04/2012

Data imagem 1: 07/08/2010



Data imagem 2: 08/04/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 264

Fazenda: Estreito	**Mat/Ident**: 1562	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2014001006938 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 100		**Módulos fiscais:** 2,85
APP preservada (ha): 36,27 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 36,27 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 264

Data da assinatura do TAC: 16/04/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 265

Fazenda: Guarani	**Mat/Ident**: 1290	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2014001007072 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 126,41		**Módulos fiscais:** 3,61
APP preservada (ha): 30,96 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 30,96 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 14,69		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 265

Data da assinatura do TAC: 16/04/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 266

Fazenda: Deus é Pai	**Mat/Ident**: 1236	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001006975		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 108		**Módulos fiscais:** 3,08
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 21,63 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 6,90		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 267

Fazenda: Recanto da Saudade	**Mat/Ident**: 922	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001007252		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 48,40		**Módulos fiscais:** 1,38
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 13,63 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 9,61 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 268

Fazenda: Recanto da Saudade	**Mat/Ident**: 4121	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001007253		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 315,12		**Módulos fiscais:** 9
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 64,63 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 66,02 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

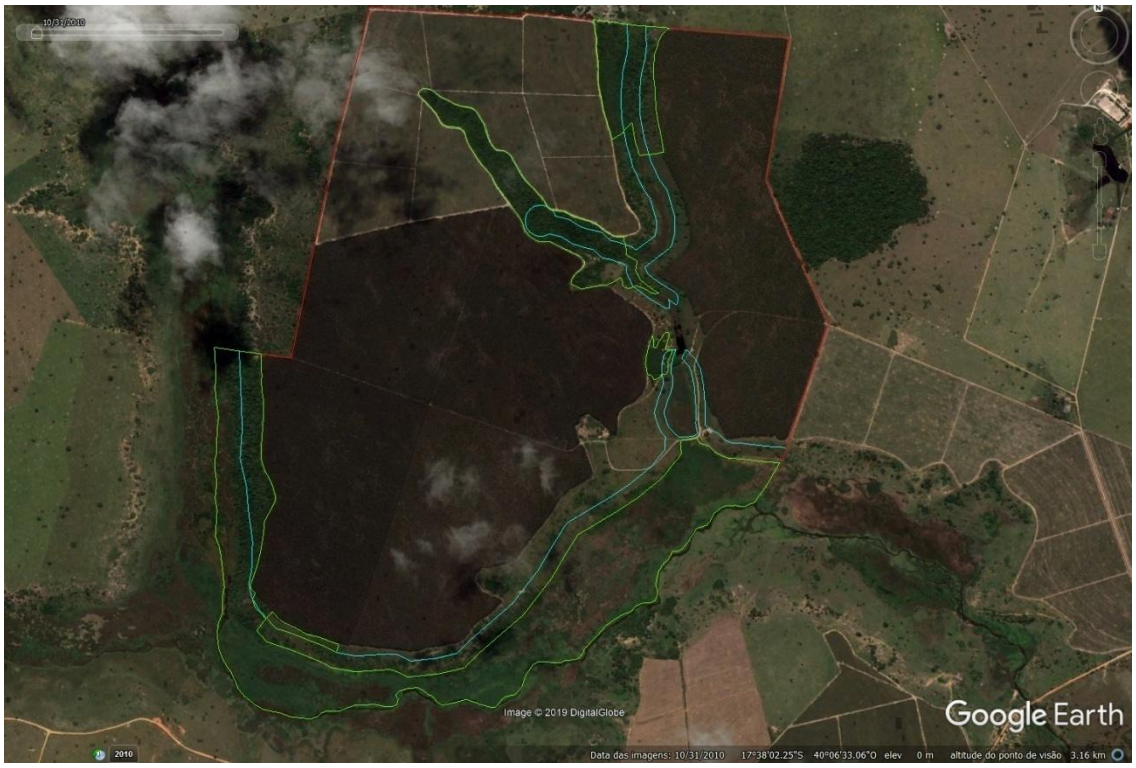


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

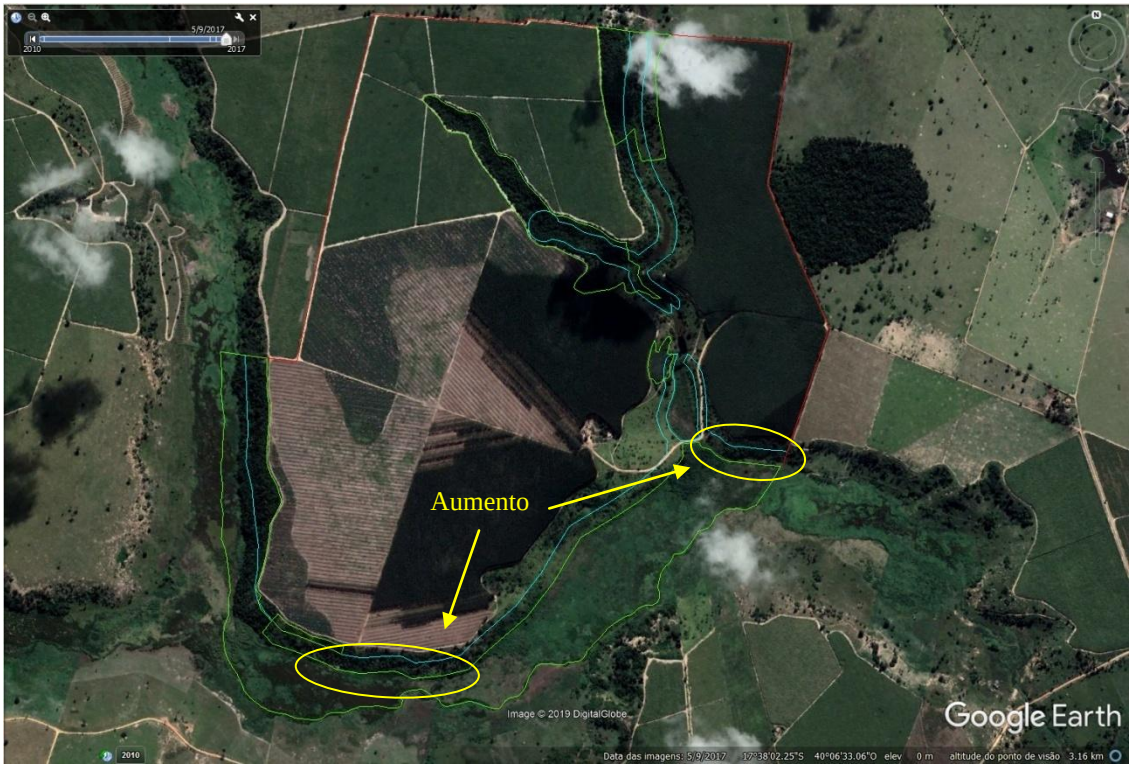
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 268

Data da assinatura do TAC: 29/03/2012

Data imagem 1: 31/10/2010



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 269

Fazenda: Conjunto Santa Fé	**Mat/Ident**: 882	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001022214		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 286,45		**Módulos fiscais:** 8,18
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 11,42 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 57,29
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

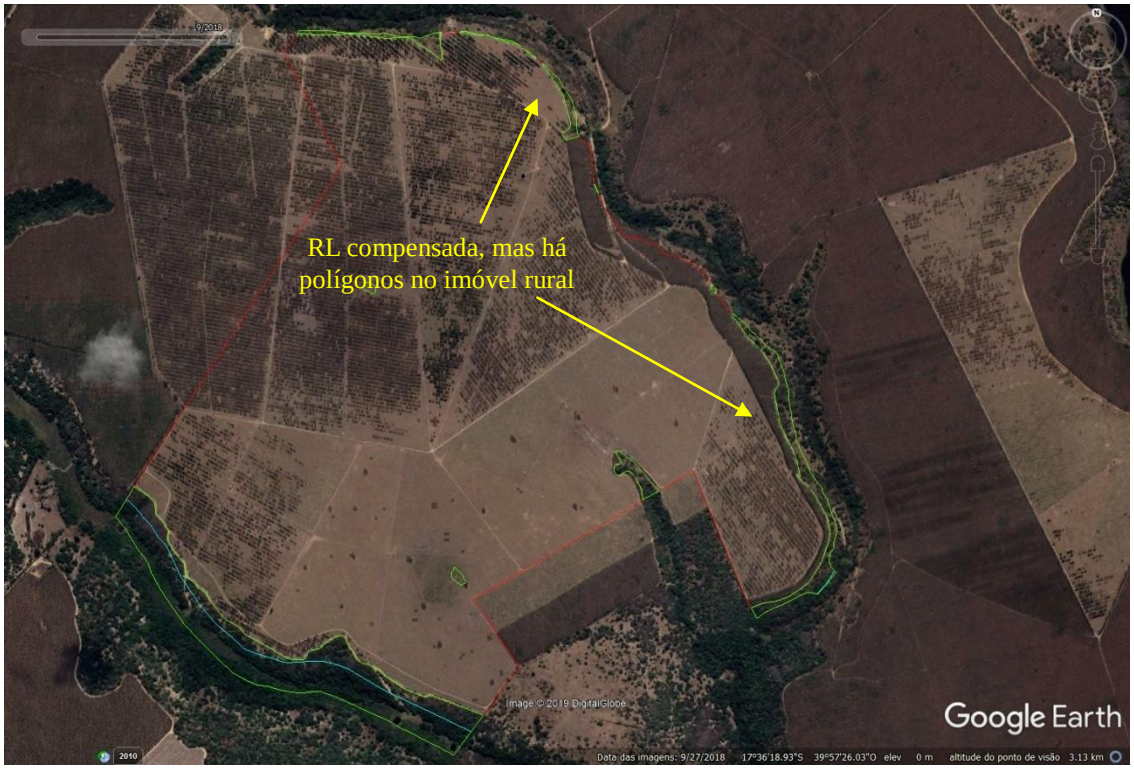
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 269

Data da assinatura do TAC: 07/05/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 270

Fazenda: Conjunto Santa Fé	**Mat/Ident**: 209	**Município**: Caravelas
CEFIR nº 2015001011718 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 77,44		**Módulos fiscais:** 2,21
APP preservada (ha): 1,84 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 5,17 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 11,31		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

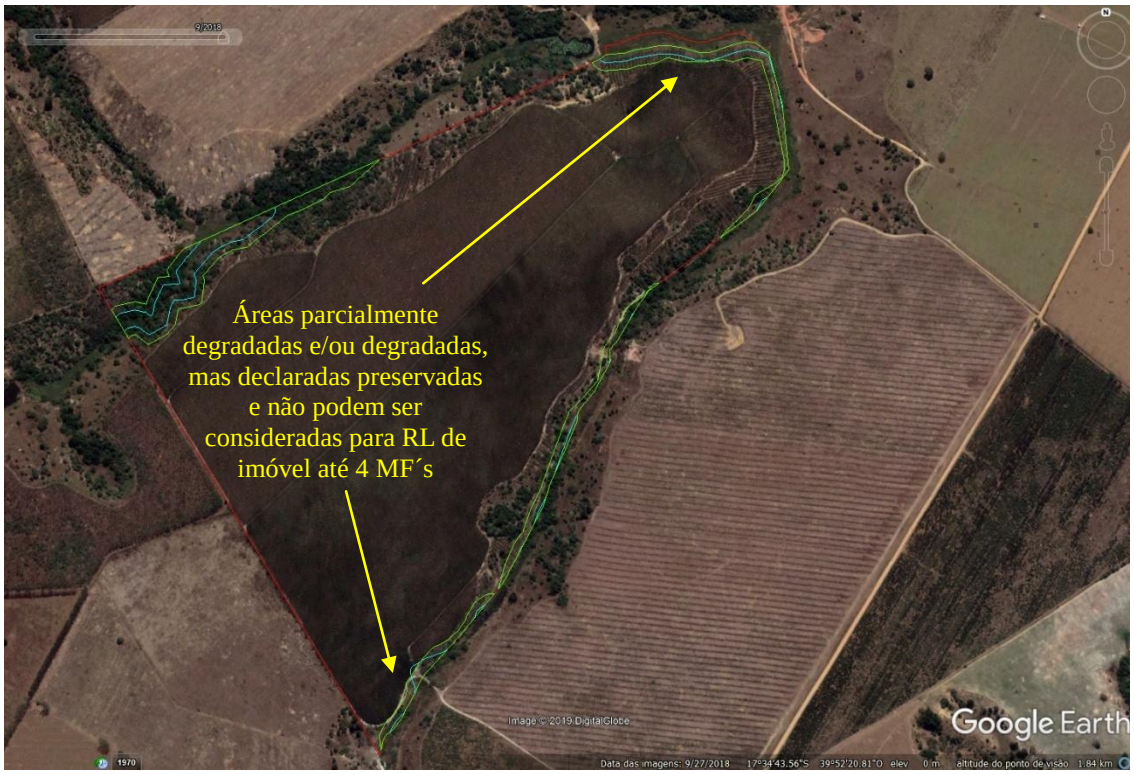
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 270

Data da assinatura do TAC: 07/05/2012

Data imagem 1: 10/05/2012



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 271

Fazenda: Conjunto Paraíso	**Mat/Ident**: 555	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001008977		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 94,92		**Módulos fiscais:** 2,71
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 6,17 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 6,16 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 271

Data da assinatura do TAC: 07/05/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 1º/06/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 272

Fazenda: Nova II	**Mat/Ident**: 629	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2014001008822 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 100	**Módulos fiscais:** 2,85	
APP preservada (ha): 5,45 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 1,93 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

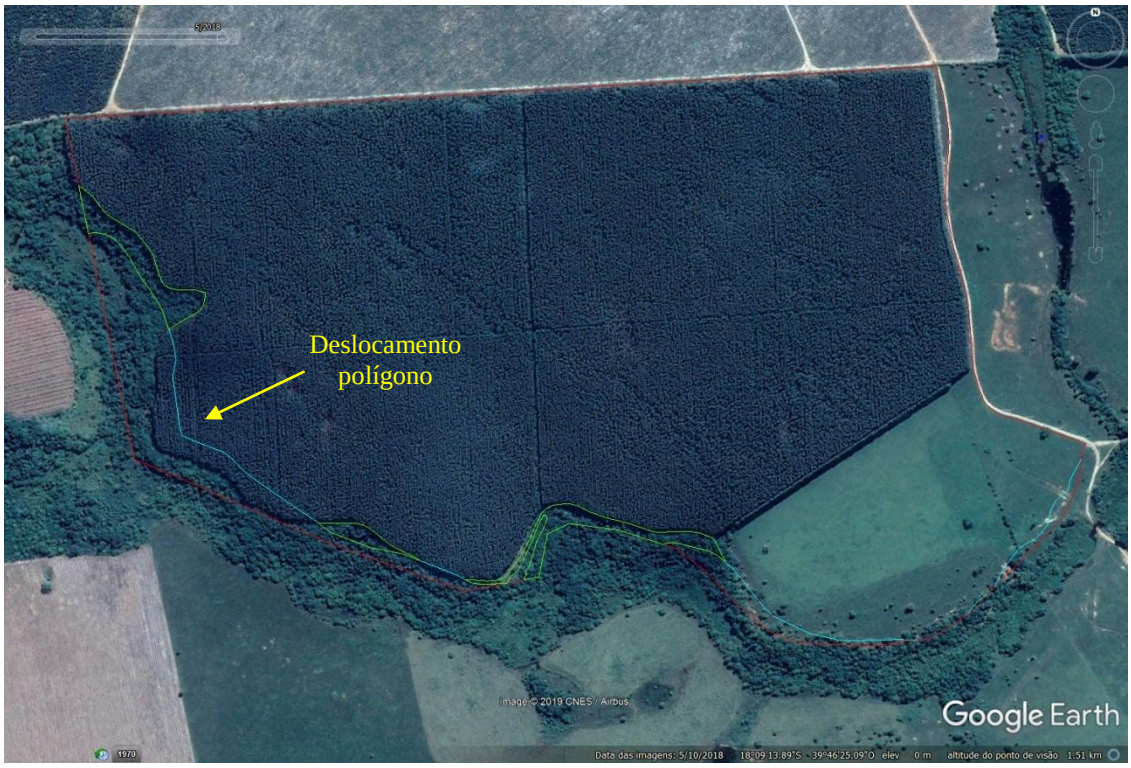
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 272

Data da assinatura do TAC: 07/05/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 10/05/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 273

Fazenda: Olho D'água	**Mat/Ident**: 2498	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 1403,37		**Módulos fiscais:** 40,09
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 274

Fazenda: Marianinha	**Mat/Ident**: 8796	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2017001055107		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 309,24		**Módulos fiscais:** 8,83
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 119,07 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 61,83 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 275

Fazenda: Favorita	**Mat/Ident**: 2812	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2017001048980		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 228,42		**Módulos fiscais:** 6,52
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 43,80 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 45,68 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

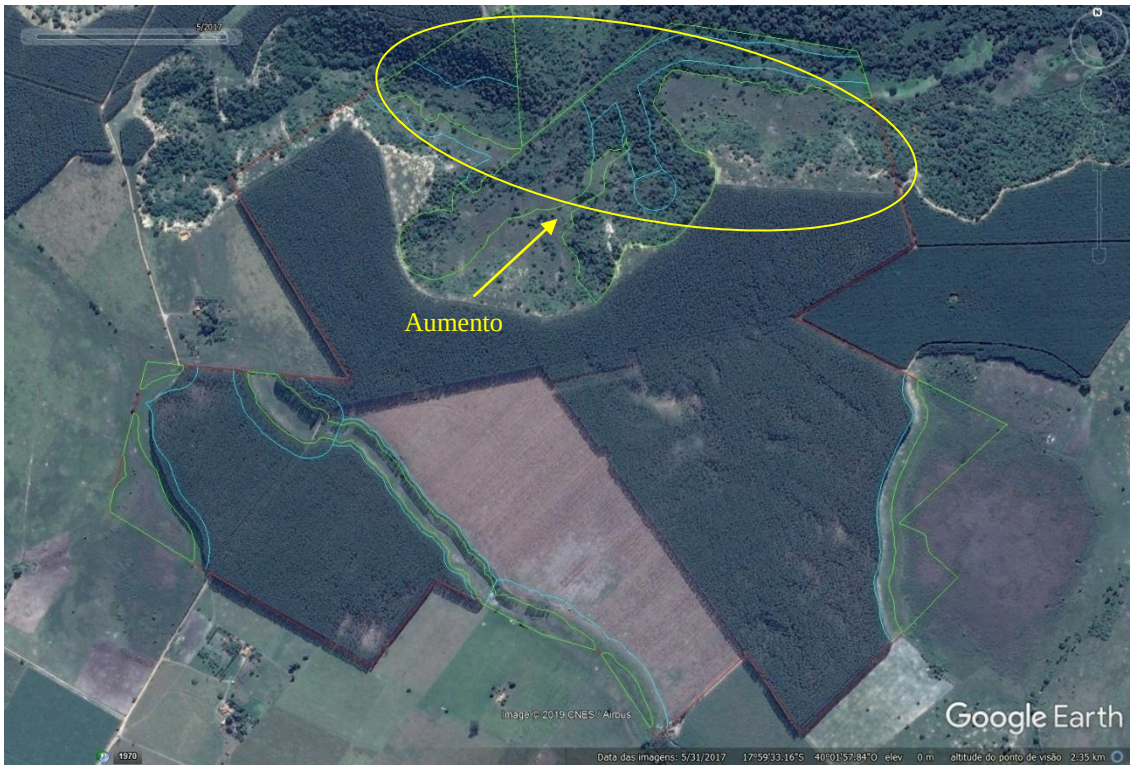
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 275

Data da assinatura do TAC: 11/04/2012

Data imagem 1: 29/04/2012



Data imagem 2: 31/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 276

Fazenda: São Pedro	**Mat/Ident**: 986	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 132,59		**Módulos fiscais:** 3,78
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 277

Fazenda: São Pedro	**Mat/Ident**: 1516	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 112,02		**Módulos fiscais:** 3,20
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 278

Fazenda: São Pedro	**Mat/Ident**: 1514	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 47,06		**Módulos fiscais:** 1,34
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 279

Fazenda: Seis de Março	**Mat/Ident**: 1139	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2017001061562		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 105,45		**Módulos fiscais:** 3,01
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 13,05 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 9,51 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

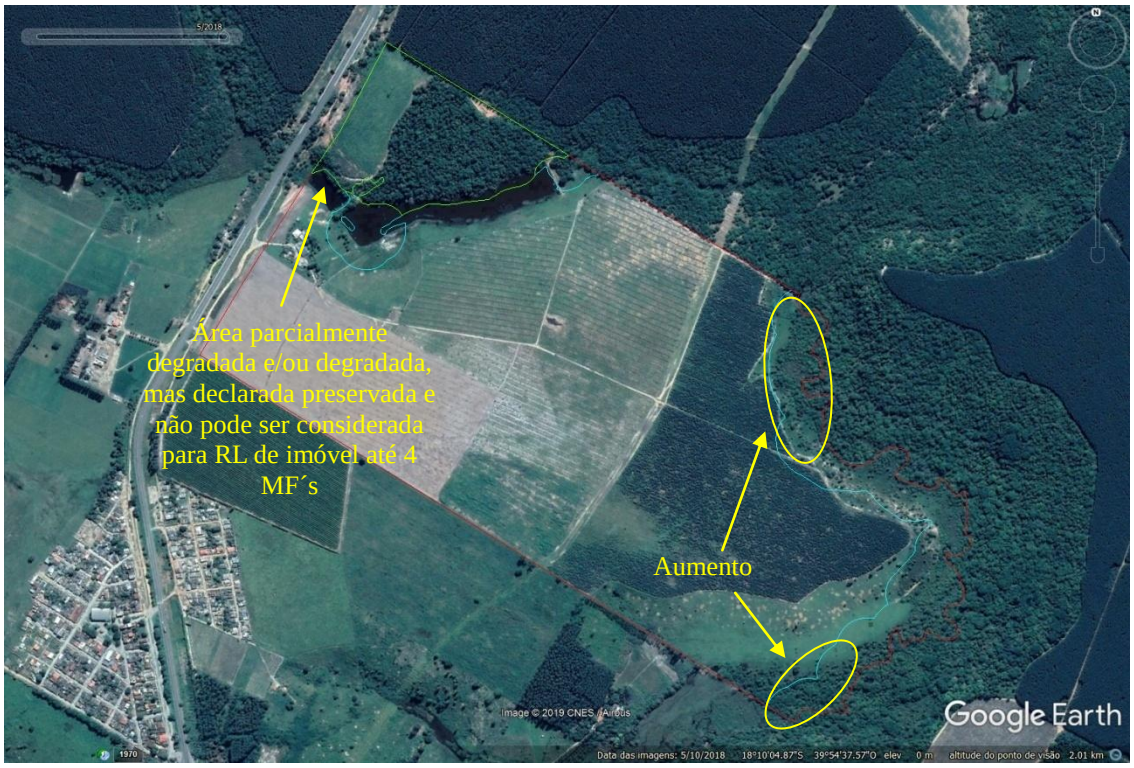
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 279

Data da assinatura do TAC: 07/05/2012

Data imagem 1: 29/04/2012



Data imagem 2: 10/05/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 280

Fazenda: Nova	**Mat/Ident**: 629	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2014001004568		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 394,54		**Módulos fiscais:** 11,27
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 71,73 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 81,80 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 280

Data da assinatura do TAC: 15/03/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 05/10/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 281

Fazenda: Nova	**Mat/Ident**: 730	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2014001009103 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 65,34		**Módulos fiscais:** 1,86
APP preservada (ha): 4,02 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 9,35 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

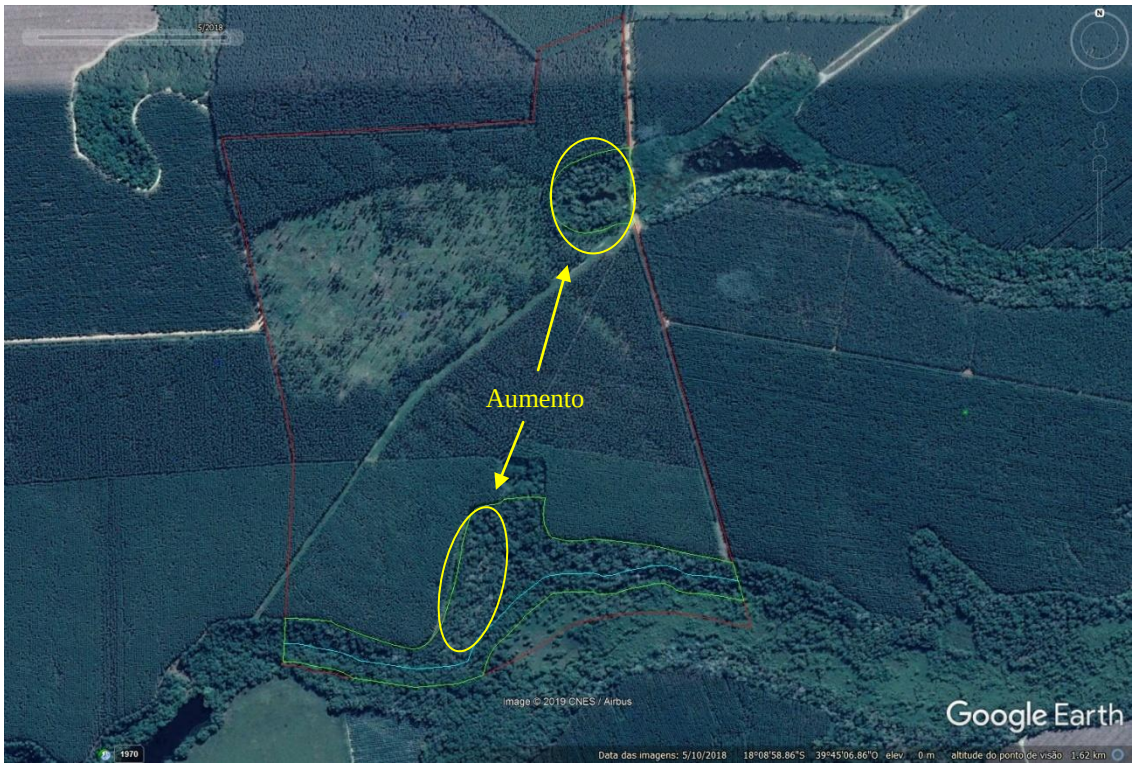
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 281

Data da assinatura do TAC: 15/03/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 10/05/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 282

Sítio: Boa Esperança e Pombal	**Mat/Ident**: 1060	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001005310		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 24,30		**Módulos fiscais:** 0,69
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 3,82 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 1,22 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

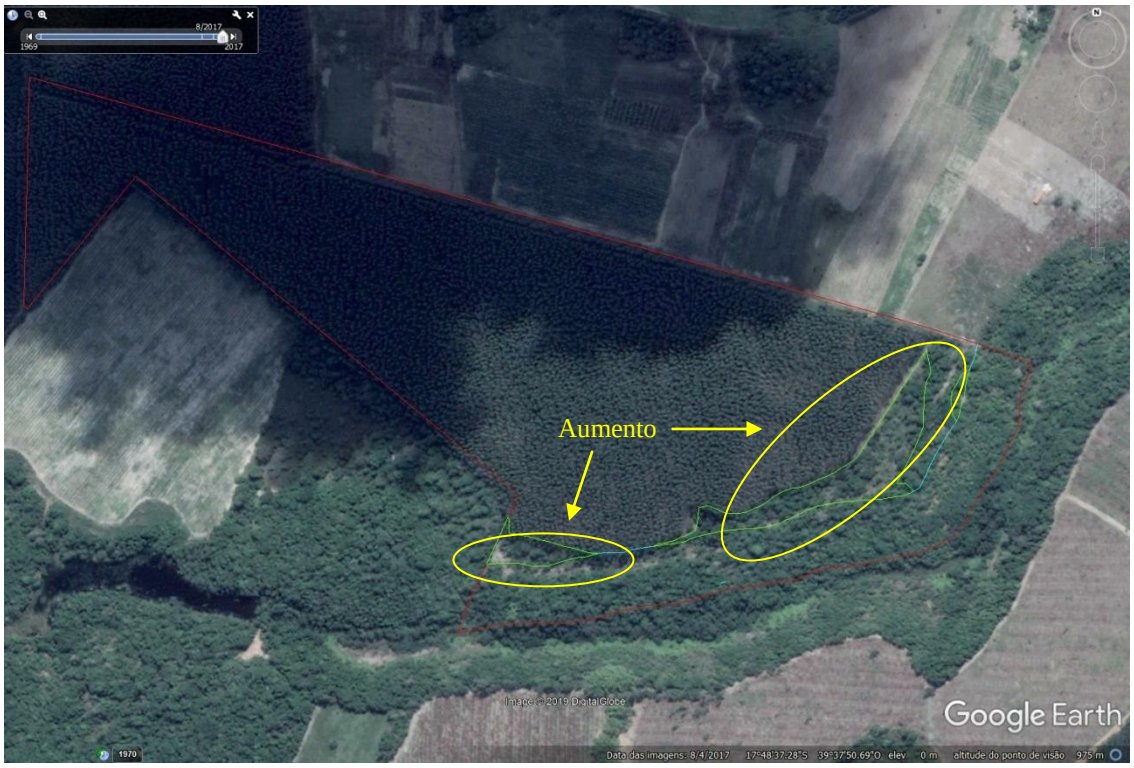
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 282

Data da assinatura do TAC: 15/03/2012

Data imagem 1: 11/07/2012



Data imagem 2: 04/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 283

Fazenda: Boa Sorte	**Mat/Ident**: 2808	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001014341		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 63,78		**Módulos fiscais:** 0,69
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 13,25 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 12,75 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 13,53		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 284

Fazenda: Peruípe	**Mat/Ident**: 2711	**Município**: Nova Viçosa

CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001014345	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 53,24	**Módulos fiscais:** 1,52
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 4,58 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 10,65 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 6,33	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 285

Fazenda: Rancho Grande	**Mat/Ident**: 902	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001005302		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 142,73		**Módulos fiscais:** 4,07
APP preservada (ha): 10,26 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 28,56 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

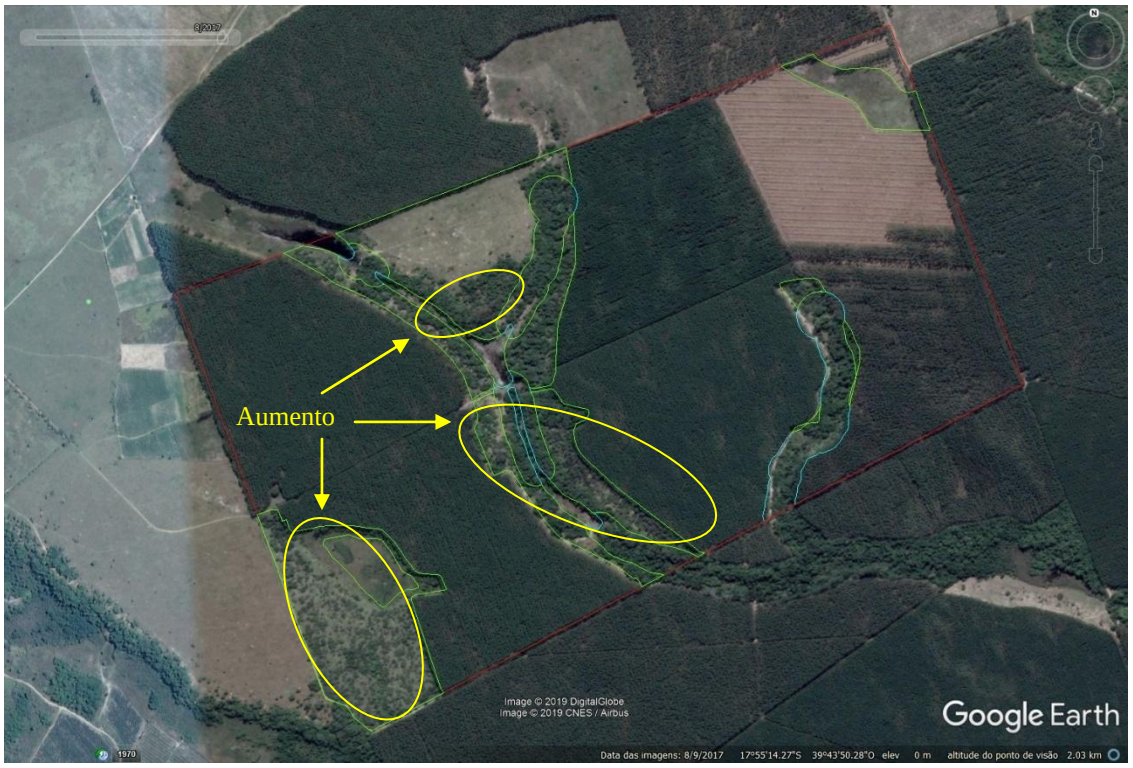
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 285

Data da assinatura do TAC: 15/03/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 286

Fazenda: Salvador	**Mat/Ident**: 2649	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001014334		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 49,70		**Módulos fiscais:** 1,42
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 3,40 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 9,94 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 1,10		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 287

Fazenda: Sorocaba	**Mat/Ident**: 1958	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001005076		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 49,13		**Módulos fiscais:** 1,40
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 2,10 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 14,03 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 1,10		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 288

Fazenda: Santa Rosa I	**Mat/Ident**: 2505	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001198954		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 479,44		**Módulos fiscais:** 13,69
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 51,89 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 89,92
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

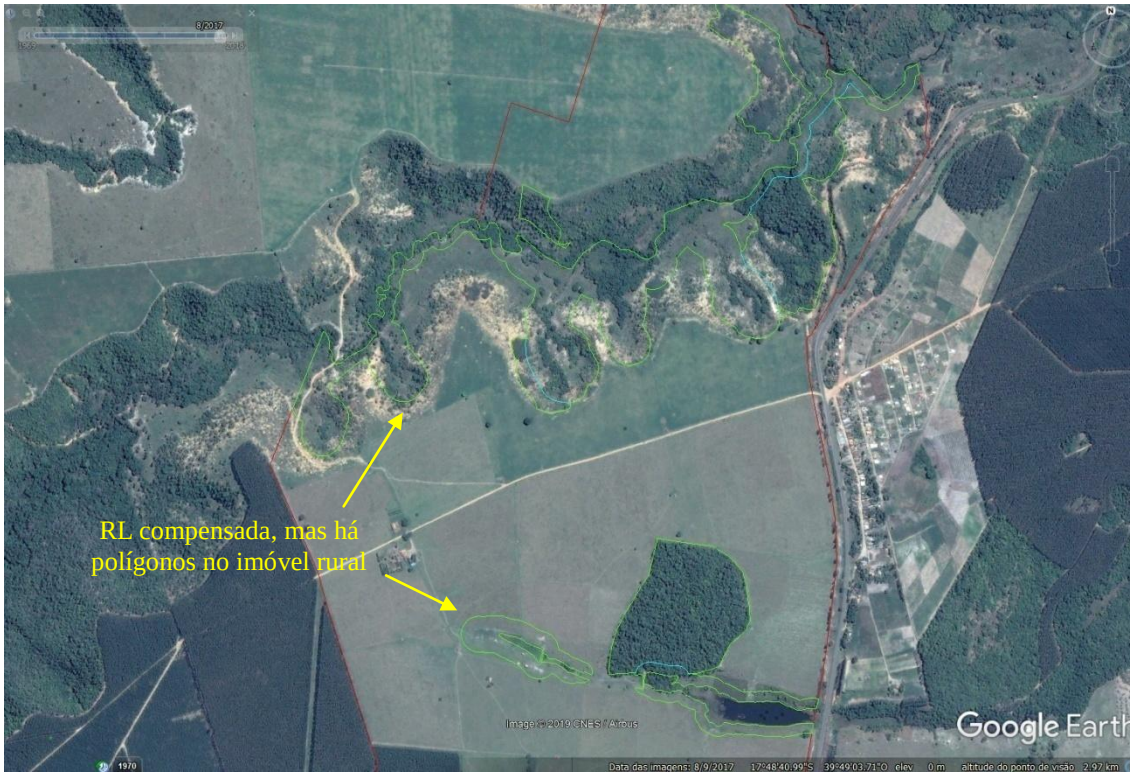
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 288

Data da assinatura do TAC: 15/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 288

Data da assinatura do TAC: 15/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 289

Fazenda: Santa Rosa II	**Mat/Ident**: 2417	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2015001009892		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 92,75		**Módulos fiscais:** 2,65
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 14,51 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 20,01 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

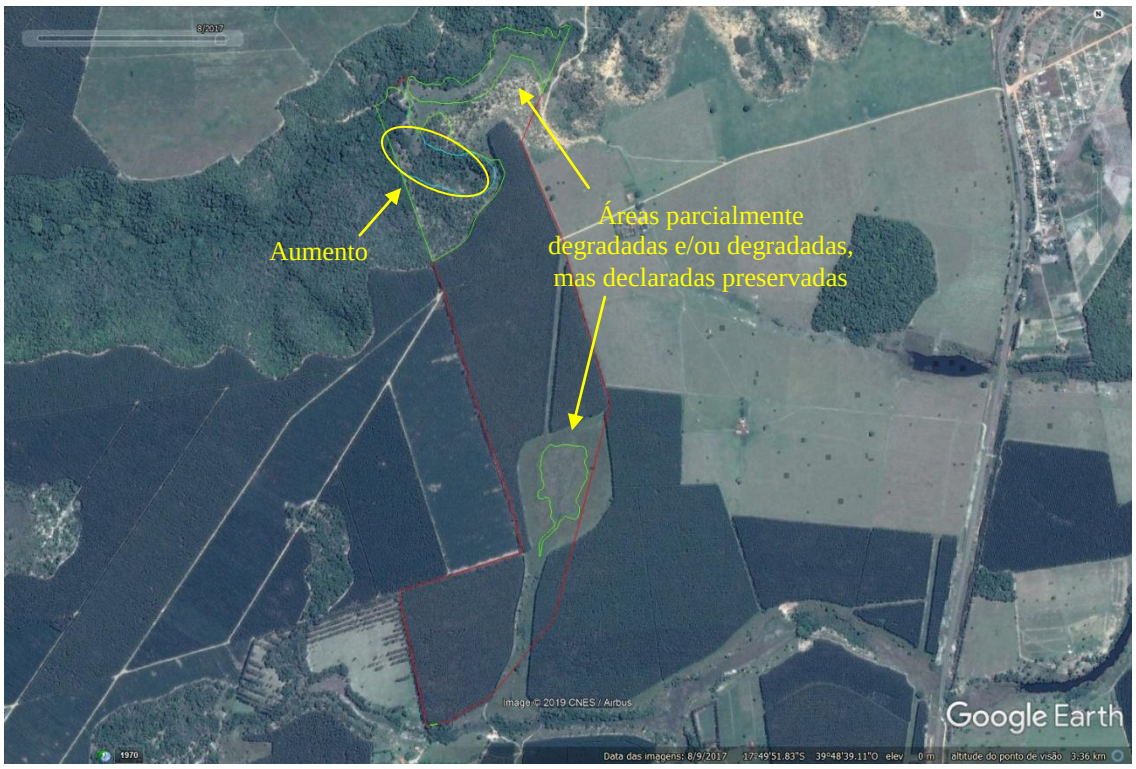
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 289

Data da assinatura do TAC: 15/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 290

Fazenda: Jussara	**Mat/Ident**: 1457	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2014001008182 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 45,51		**Módulos fiscais:** 1,30
APP preservada (ha): 1,93 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 0,96 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 290

Data da assinatura do TAC: 15/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 291

Fazenda: Salvação	**Mat/Ident**: 1975	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001140628		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 58,13		**Módulos fiscais:** 1,66
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 7,59 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 4,86 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

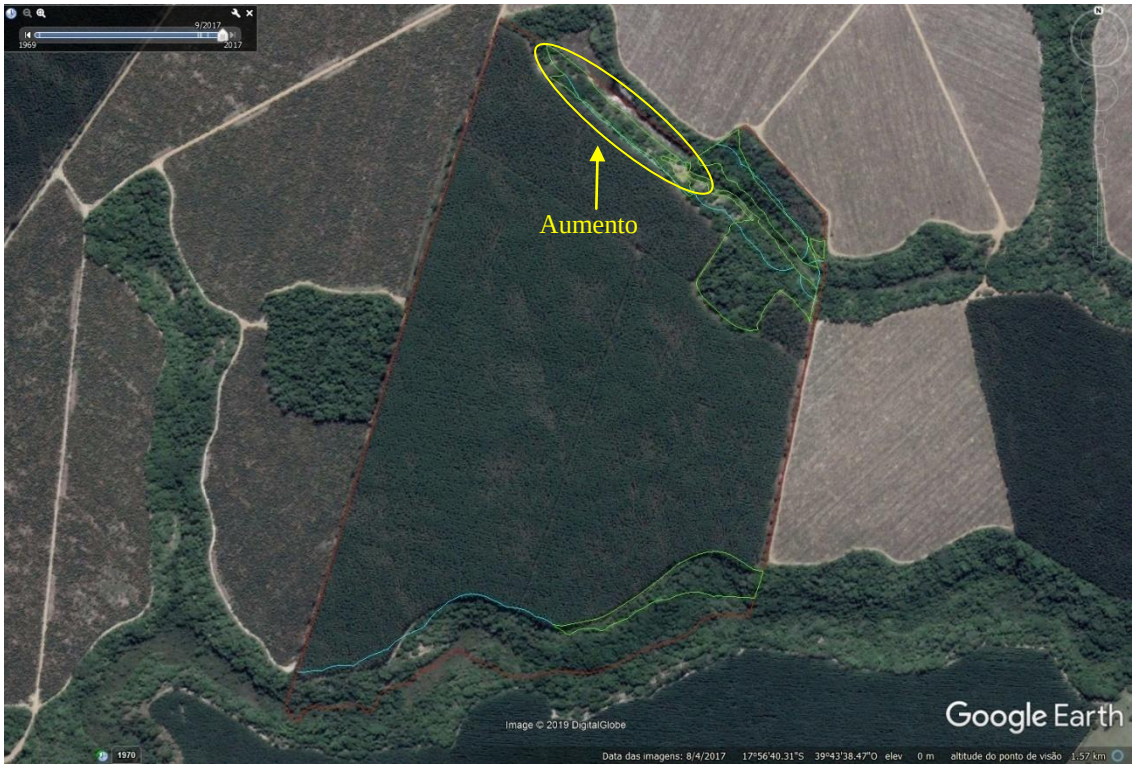
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 291

Data da assinatura do TAC: 15/05/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 08/04/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 292

Fazenda: Boa Vista	**Mat/Ident**: 3969	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 9,38		**Módulos fiscais:** 0,26
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 293

Fazenda: Boa Vista	**Mat/Ident**: 873	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 27,12		**Módulos fiscais:** 0,77
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 294

Fazenda: Bom Jesus	**Mat/Ident**: 1606	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2016001045958		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 127,39		**Módulos fiscais:** 3,63
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 17,76 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 14,23 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**(**X**) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

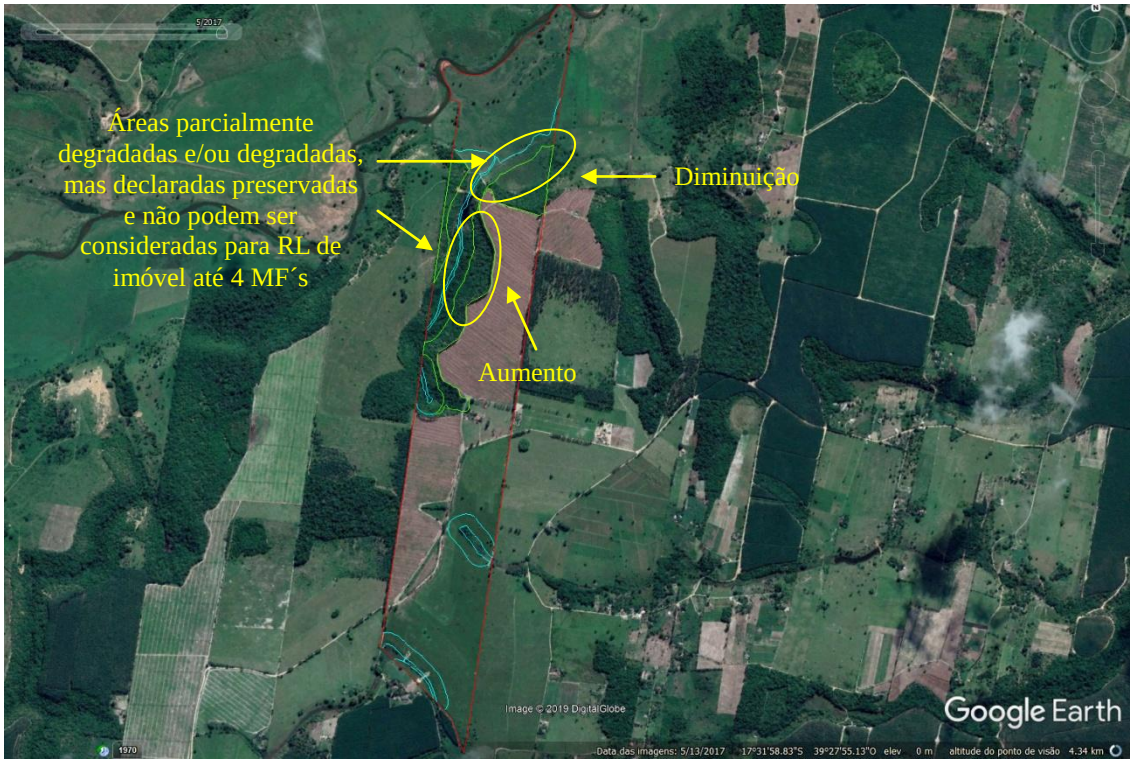
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 294

Data da assinatura do TAC: 15/05/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 13/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO (X) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 295

Fazenda: Bom Jesus	**Mat/Ident**: 943	**Município**: Alcobaça
CEFIR nº 2016001047427 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 12,43	**Módulos fiscais:** 0,35	
APP preservada (ha): 0,67 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 5,41 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 295

Data da assinatura do TAC: 15/05/2012

Data imagem 1: 21/06/2010



Data imagem 2: 13/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 296

Fazenda: Deus é Pai	**Mat/Ident**: 938	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº** 2014001004297		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? (**X**) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 82		**Módulos fiscais:** 2,34
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 9,23 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 14,25 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X**) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).**
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **(**X**) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 297

Fazenda: Muniz	**Mat/Ident**: 16028	**Município**: Vereda
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001008956		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? (X) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 668,17		**Módulos fiscais:** 19,09
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 169,40 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 126,69 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 54,57		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 297

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2017



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

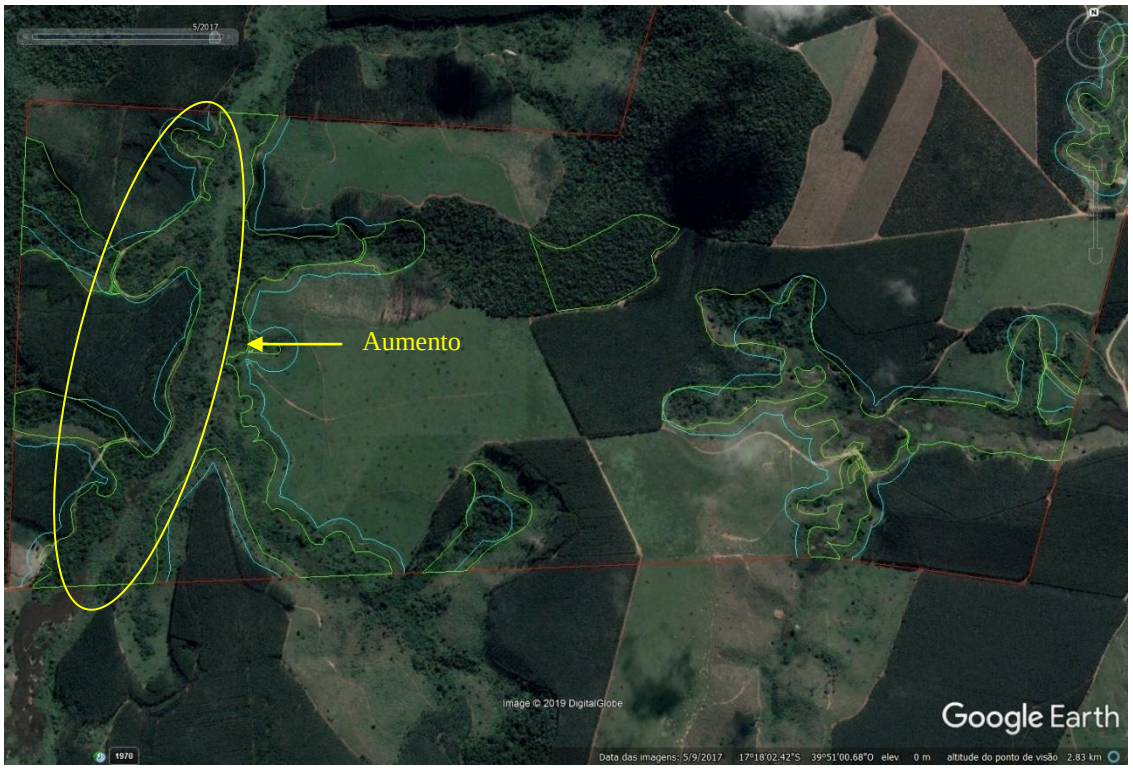
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 297

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X**)**

ANÁLISE Nº 298

Fazenda: Santa Terezinha	**Mat/Ident**: 15006	**Município**: Teixeira de Freitas
CEFIR nº **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº** 2017001047544		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 141,31		**Módulos fiscais:** 4,03
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 18,17 **APP degradada (ha):**		**RL conservada (ha):** 28,26 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

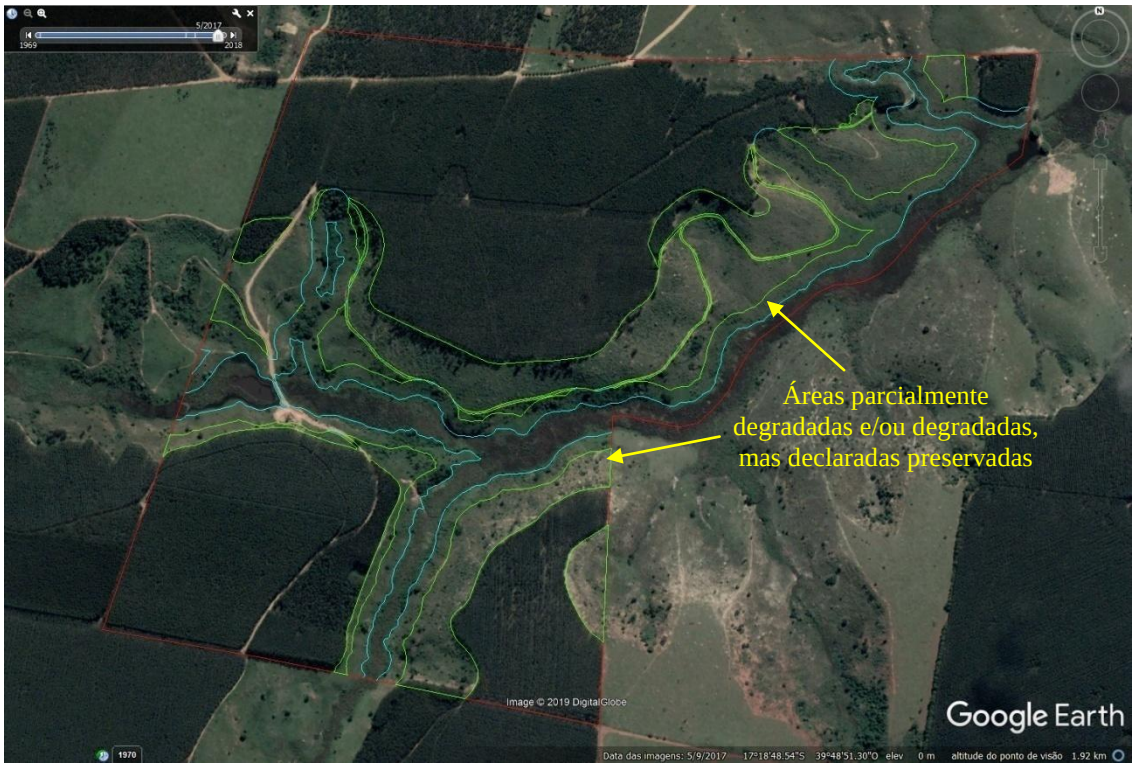
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 298

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 299

Fazenda: Santa Madalena	**Mat/Ident**: 1440	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001016205 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 53,25		**Módulos fiscais:** 1,52
APP preservada (ha): 5,41 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 0,84 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

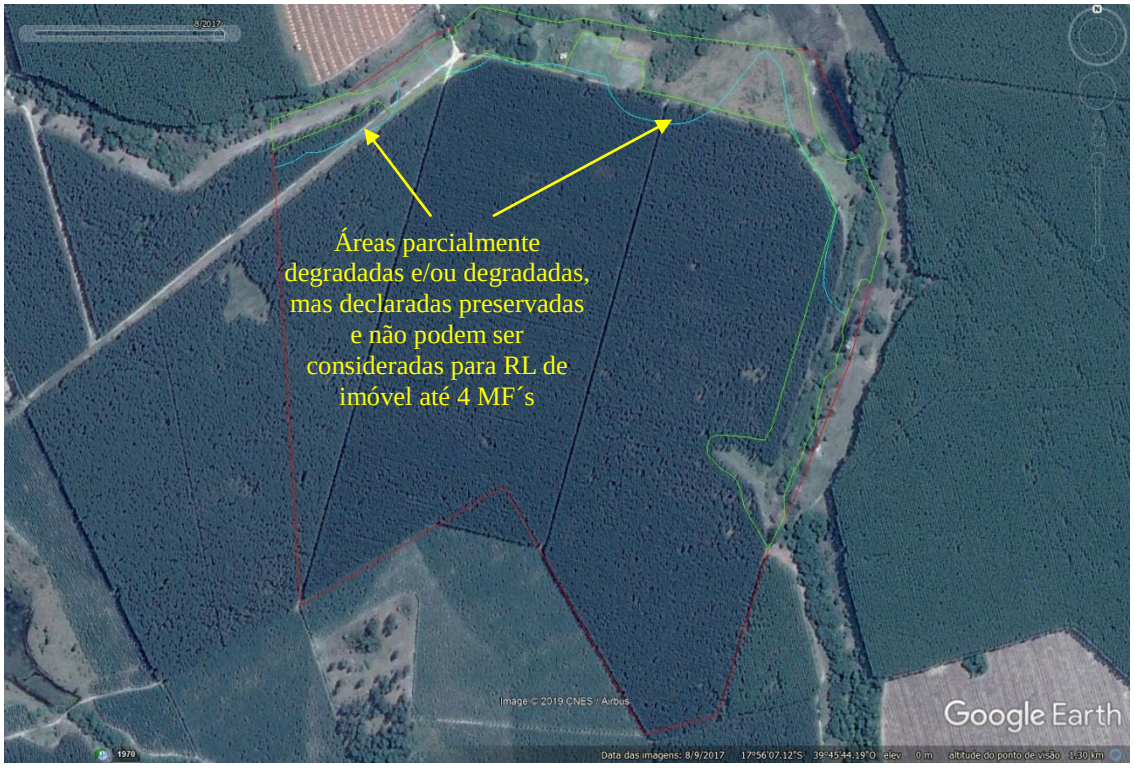
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 299

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X) AUMENTO ( )

ANÁLISE Nº 300

Fazenda: Maravilha	**Mat/Ident**: 2090	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001018647 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 67,64		**Módulos fiscais:** 1,93
APP preservada (ha): 6,64 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 13,52 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 30,54		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

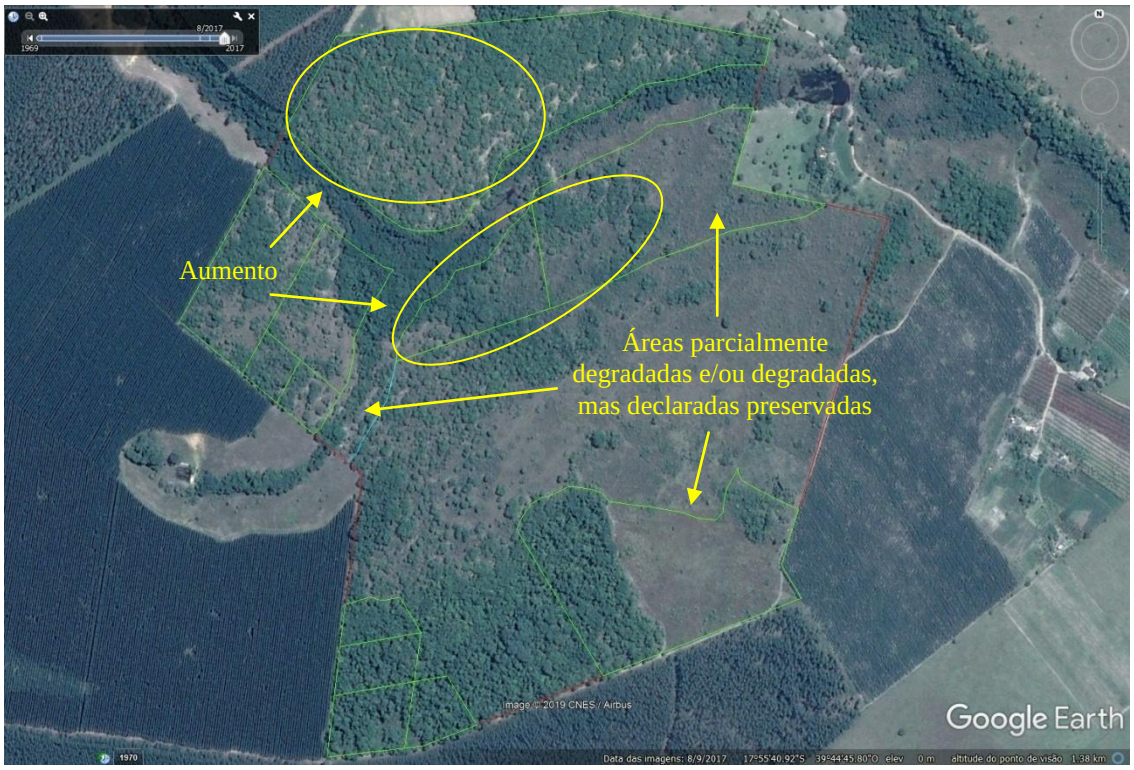
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 300

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 301

Fazenda: Santa Helena	**Mat/Ident**: 1443	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001018656		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 155,40		**Módulos fiscais:** 4,44
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 10,80 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 31,20 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

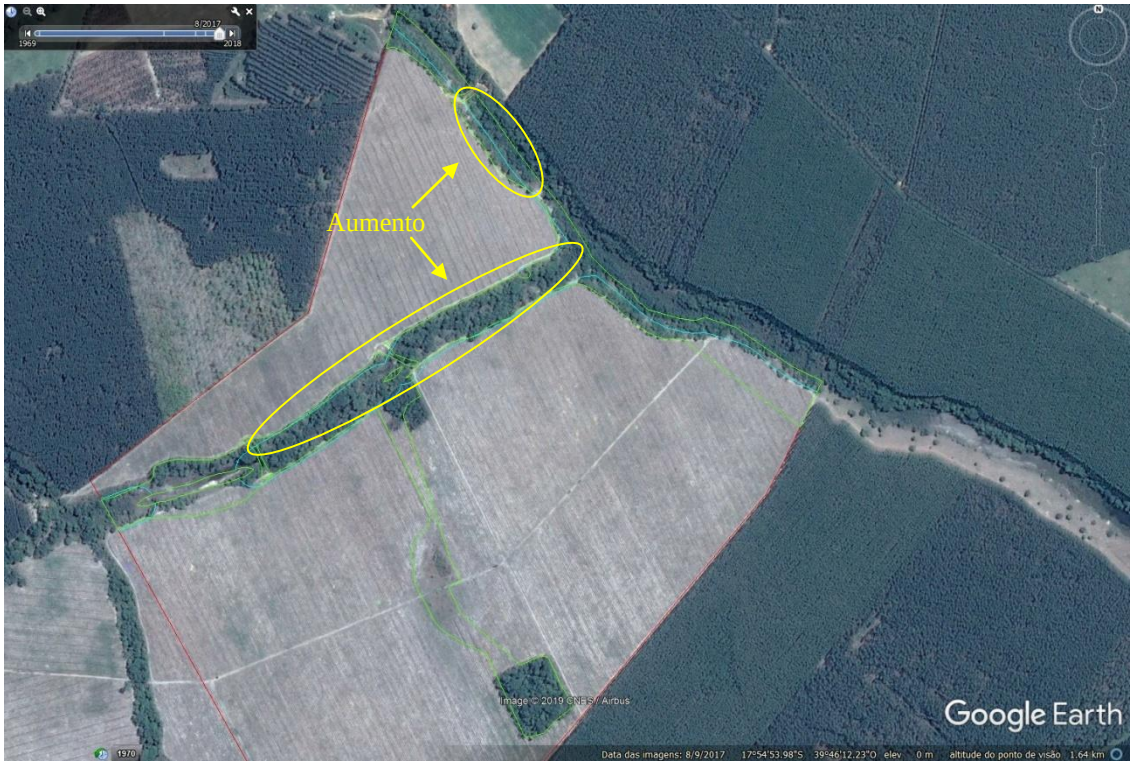
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 301

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 301

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 302

Fazenda: Nova York	**Mat/Ident**: 13096	**Município**: Vereda
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001018656		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 155,40		**Módulos fiscais:** 4,44
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 10,80 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 31,20 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

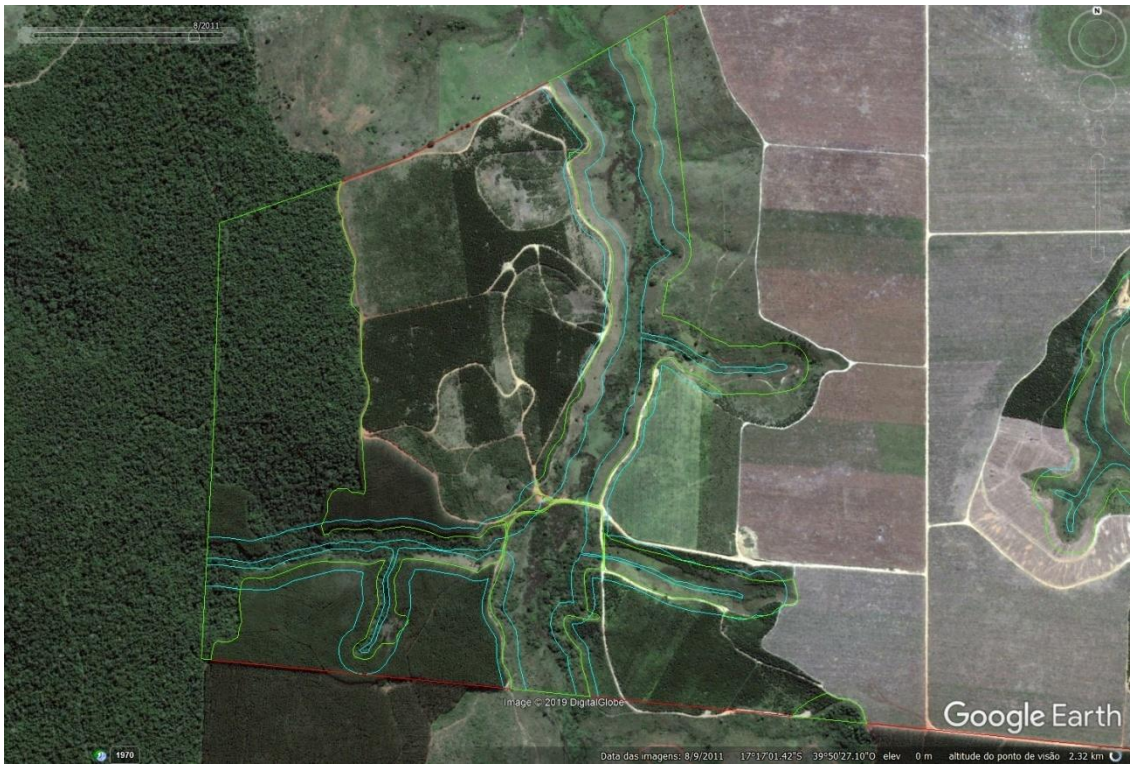


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 302

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

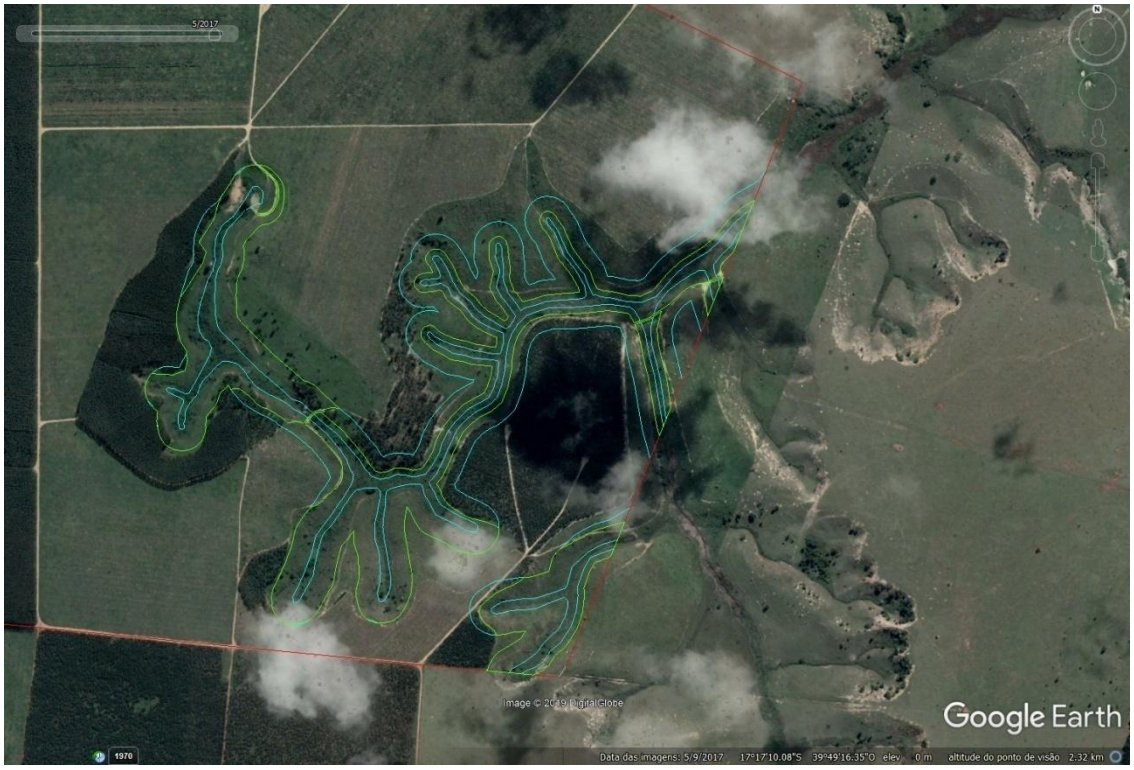
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 302

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 303

Fazenda: Boa Sorte	**Mat/Ident**: 796	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001177935		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 89,67		**Módulos fiscais:** 2,56
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 9,86 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 17,84 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

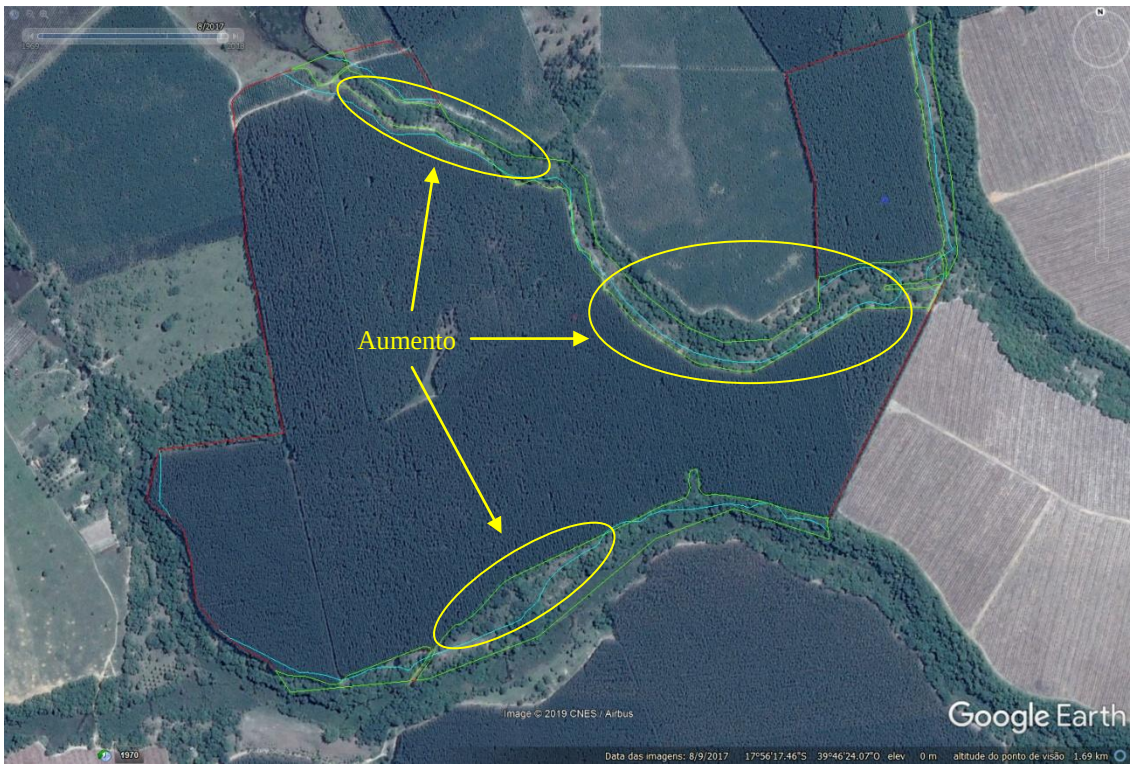
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 303

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 304

Fazenda: São José	**Mat/Ident**: 758	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001162780		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 84		**Módulos fiscais:** 2,40
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 12,68 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 16,47 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 304

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 305

Fazenda: Rancho Grande reg 10	**Mat/Ident**: 815	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2018001032626 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 38,72		**Módulos fiscais:** 1,10
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 0,38 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X**) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 305

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 306

Fazenda: Rancho Grande reg 03	**Mat/Ident**: 815	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? (X) Sim ( ) Não** **TC nº** 2018001168926		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 51,07		**Módulos fiscais:** 1,45
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 3,47 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 0,68 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 306

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 307

Fazenda: Nova Síria	**Mat/Ident**: 757	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2016001019546		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 208,42		**Módulos fiscais:** 5,95
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 23,95 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 41,66
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

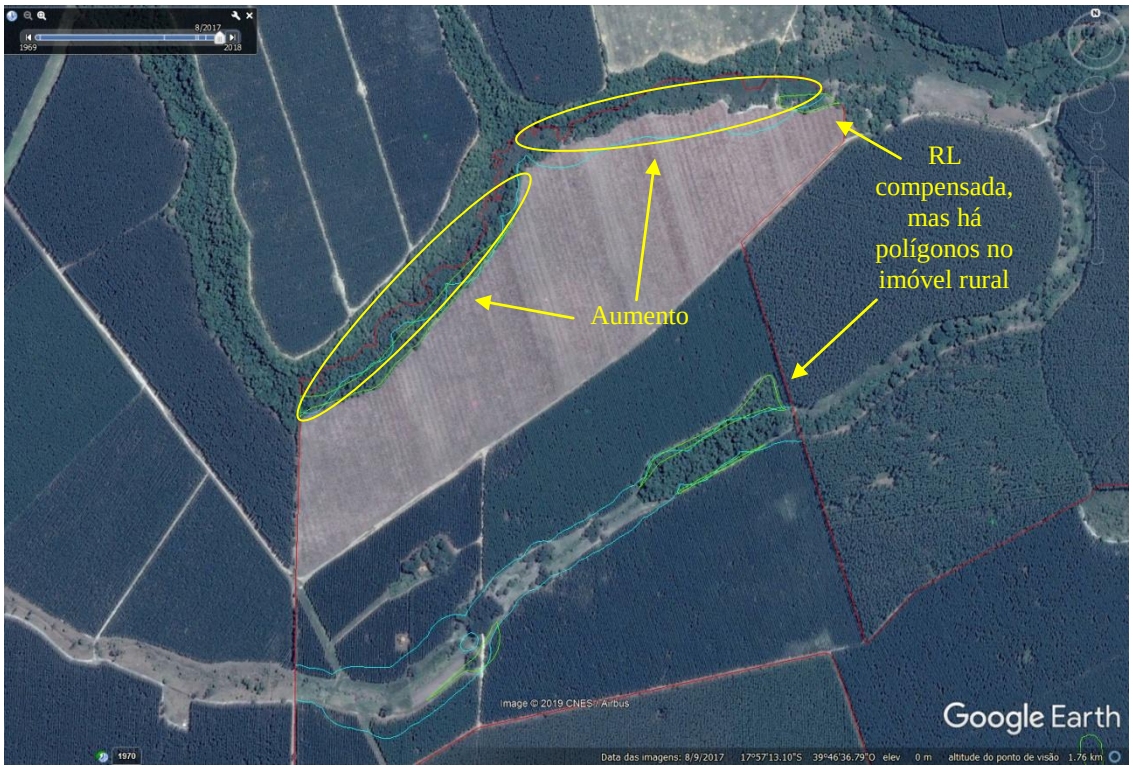
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 307

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

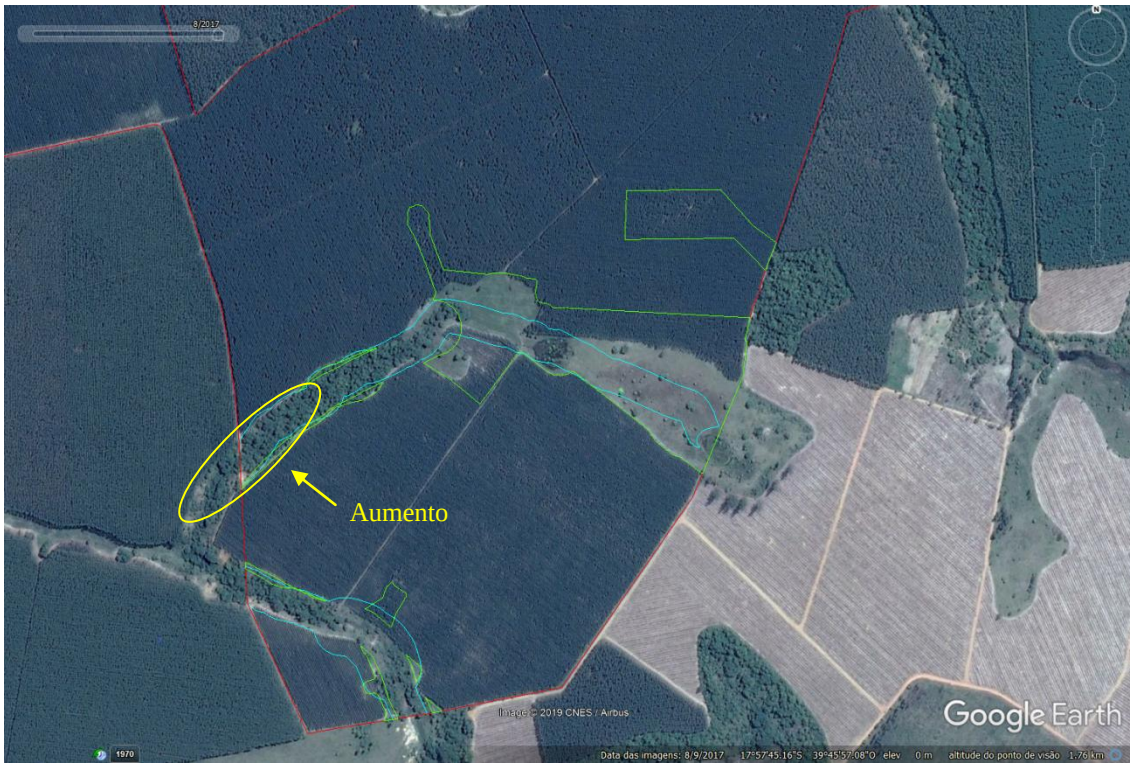
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 307

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X**)**

ANÁLISE Nº 308

Fazenda: Paissandu	**Mat/Ident**: 2647	**Município**: Nova Viçosa

CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001168768	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 91,20	**Módulos fiscais:** 2,60
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 12,35 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 18,64 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 308

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 309

Fazenda: Nova Síria	**Mat/Ident**: 863	**Município**: Nova Viçosa

CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001011472	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 233,44	**Módulos fiscais:** 6,66
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 24,07 **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 46,96 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 309

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 310

Fazenda: Limeira I	**Mat/Ident**: 1339	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001183167		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 135,95		**Módulos fiscais:** 3,88
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 5,50 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** 27,09 **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 310

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 311

Fazenda: Santo Antônio da Ribeira	**Mat/Ident**: 685	**Município**: Nova Viçosa

CEFIR nº 2015001012625 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (**X**) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 136,86	**Módulos fiscais:** 3,91
APP preservada (ha): 9,22 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 8,98 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X**) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.**
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(**X**) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

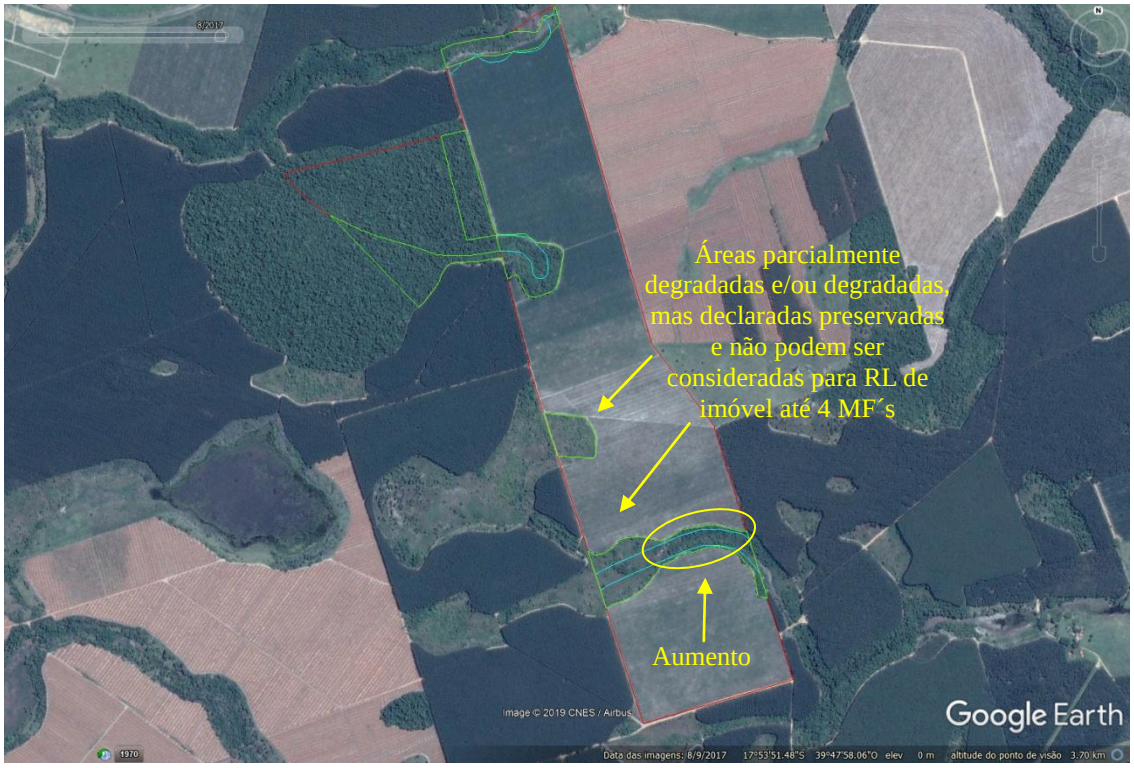
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 311

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 312

Fazenda: Boa Vista - Icá	**Mat/Ident**: 1526	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº 2015001014752 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 32,09		**Módulos fiscais:** 0,91
APP preservada (ha): 0,60 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 6,13 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

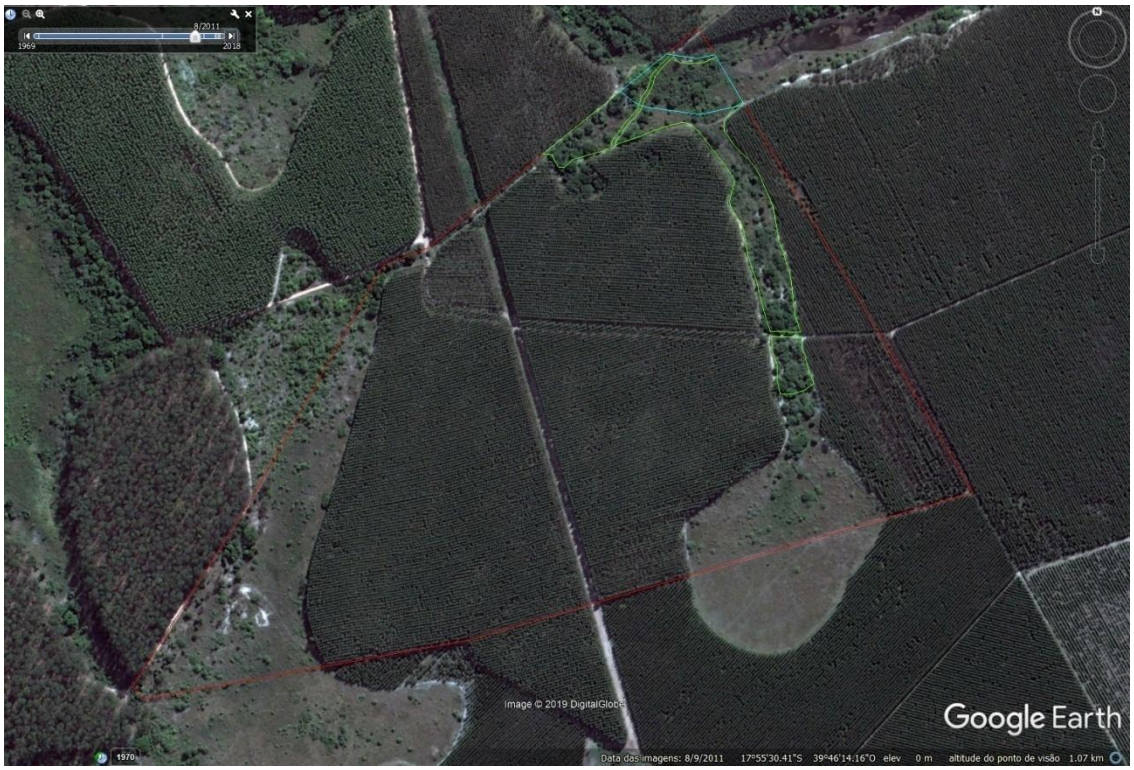


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

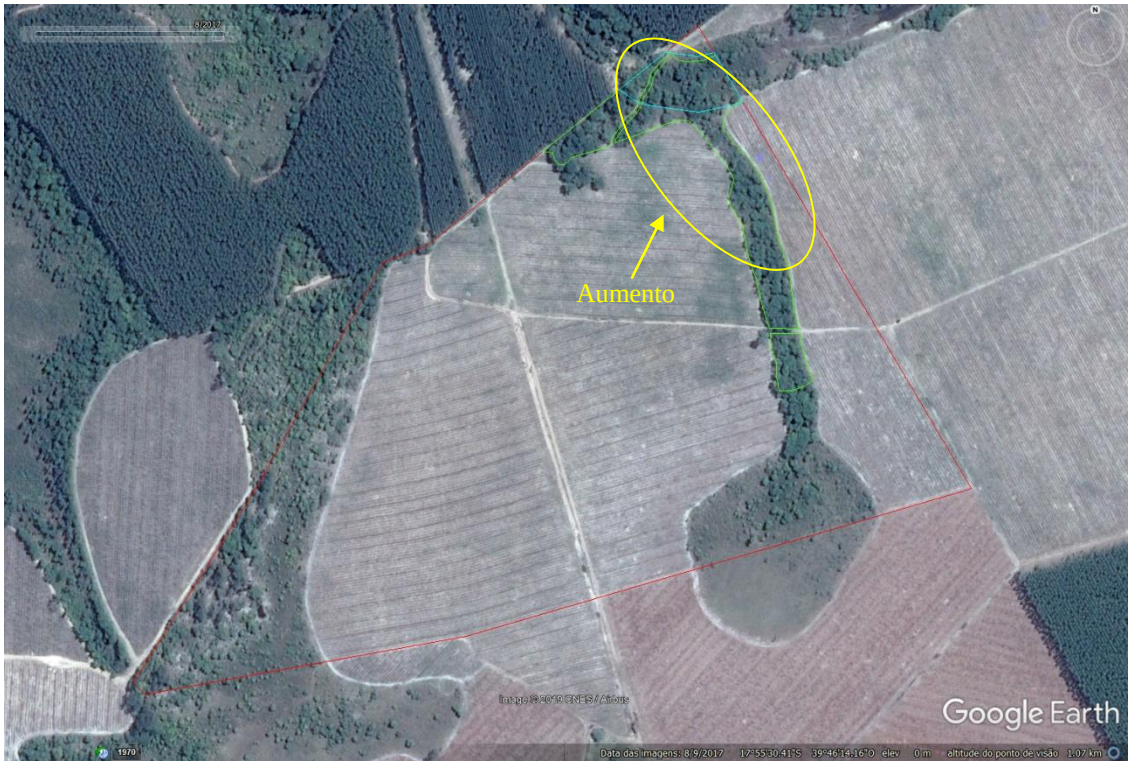
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 312

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 313

Fazenda: Novo Horizonte	**Mat/Ident**: 9832	**Município**: Teixeira de Freitas

CEFIR nº 2013001003357 **Passivo não declarado? (**X**) Sim ( ) Não** **TC nº**	**Status: (**X**) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(**X**) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 79,58	**Módulos fiscais:** 2,27
APP preservada (ha): 2,10 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 2,10 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) **MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.**
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	(X) **NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

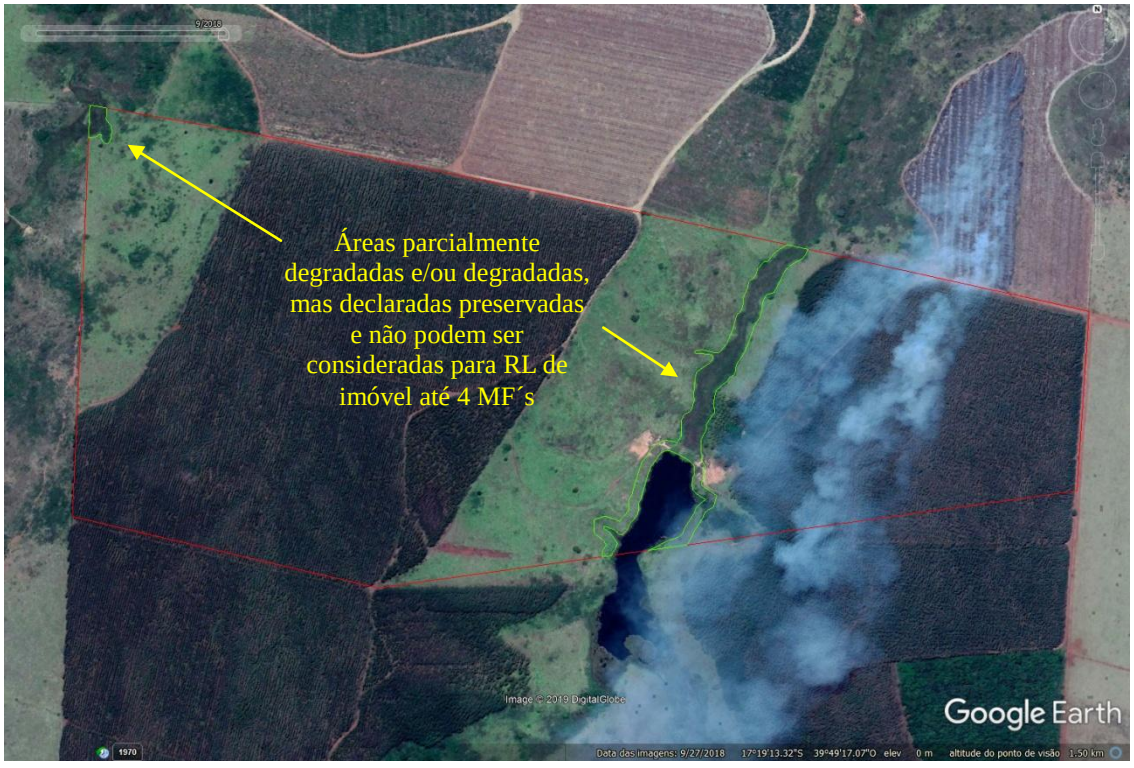
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 313

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 27/09/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 314

Fazenda: Aparaju	**Mat/Ident**: 1065	**Município**: Caravelas
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim ( ) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 76,36		**Módulos fiscais:** 2,18
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	(X) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

ANÁLISE Nº 315

Fazenda: Paissandu	**Mat/Ident**: 2646	**Município**: Nova Viçosa
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2018001188394		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim (X) Não**
Área total (ha): 91,20		**Módulos fiscais:** 2,60
APP preservada (ha): **APP parcialmente degradada (ha):** 10,48 **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):** 18,24
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

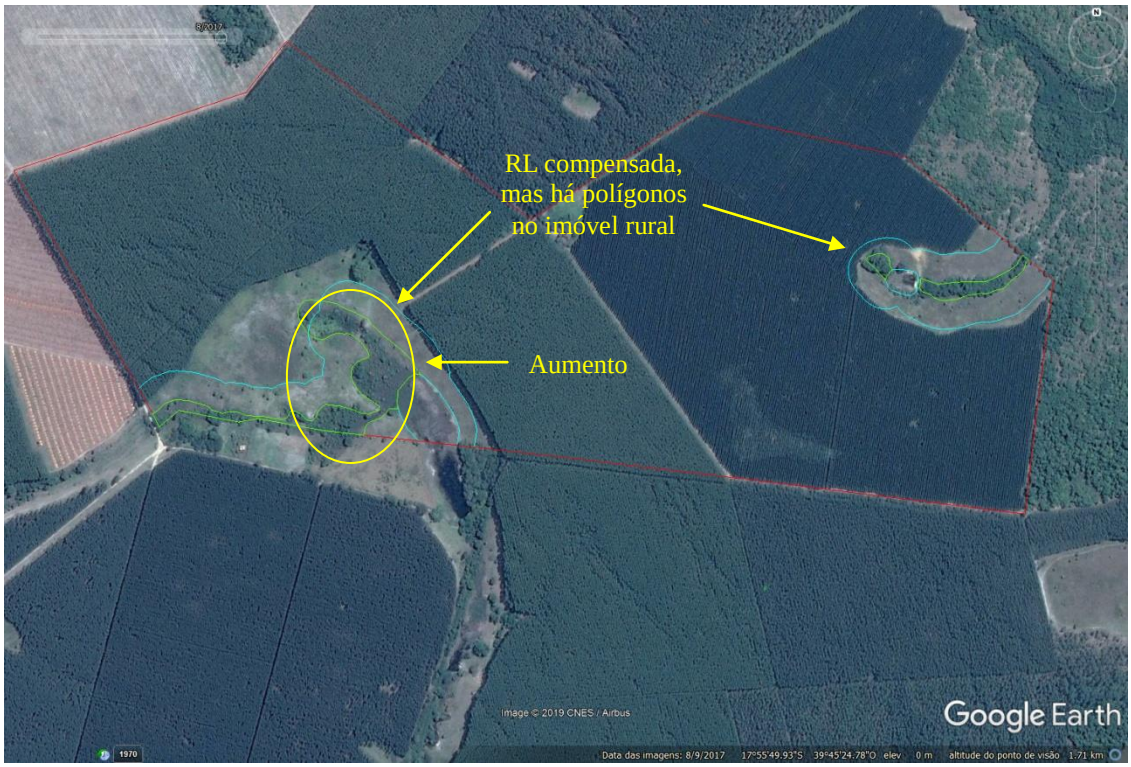
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 315

Data da assinatura do TAC: 06/07/2012

Data imagem 1: 09/08/2011



Data imagem 2: 09/08/2011



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 316

Fazenda: Baronesinha	**Mat/Ident**: 170	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2015001013627 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**	**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**	
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**	**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**	
Área total (ha): 165,65	**Módulos fiscais:** 4,73	
APP preservada (ha): 10,43 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**	**RL preservada (ha):** 33,39 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**	
Excedente vegetação nativa (ha): 82,54	**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**	

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)

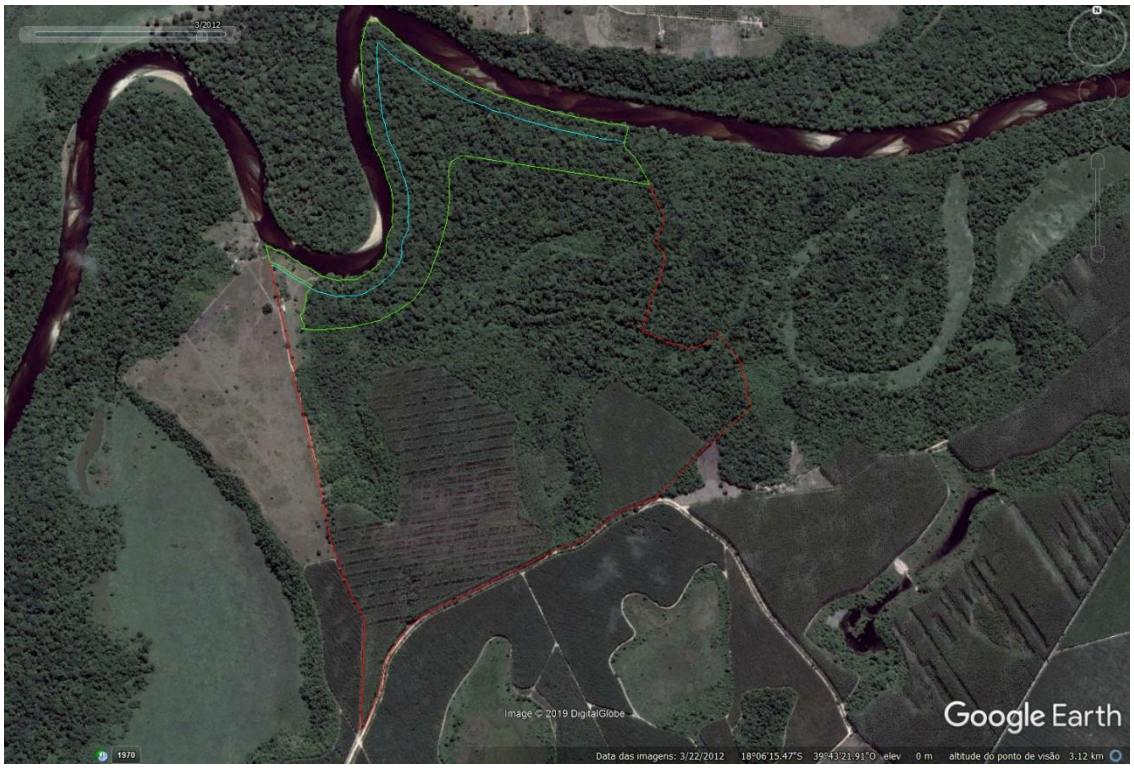


RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	(X) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	( ) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

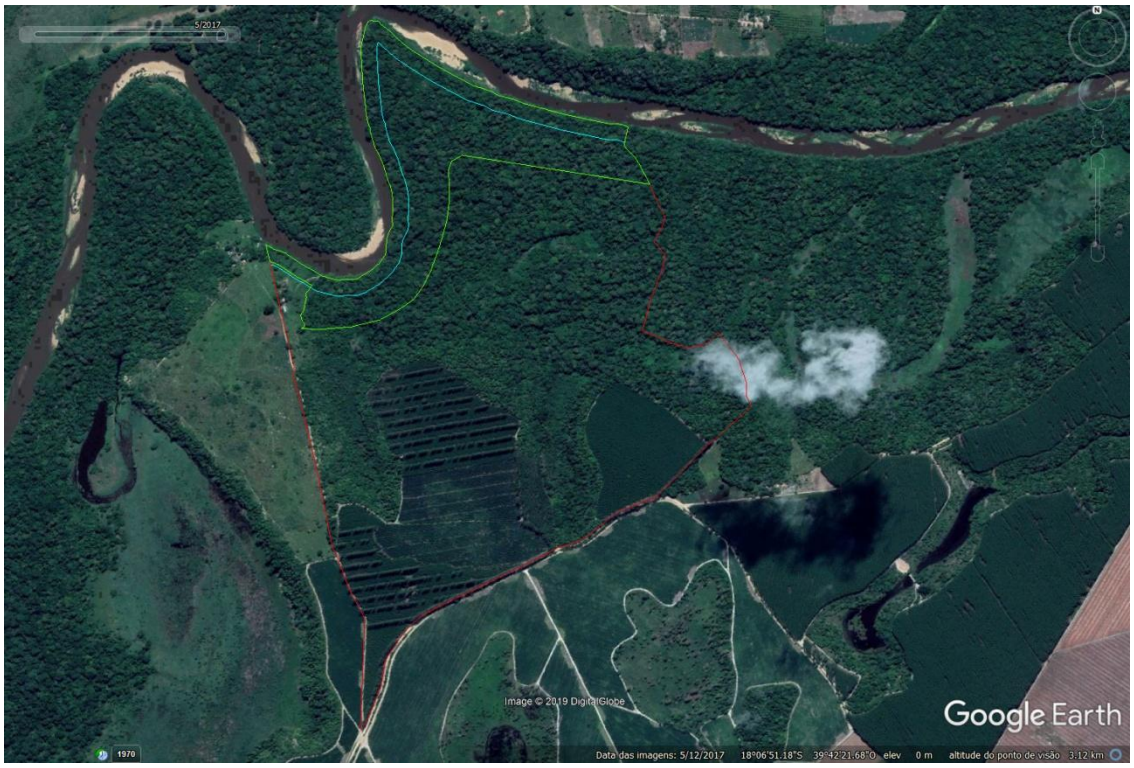
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 316

Data da assinatura do TAC: 11/04/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 12/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO (X**) AUMENTO ( )**

ANÁLISE Nº 317

Fazenda: Gruta Baiana	**Mat/Ident**: 1901	**Município**: Mucuri
CEFIR nº **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº** 2015001008570		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? ( ) Sim (X) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 251,20		**Módulos fiscais:** 7,17
APP preservada (ha): 25,20 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 50,24 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha): 7,46		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**( ) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **(X) CONTINUAR MONITORAMENTO**

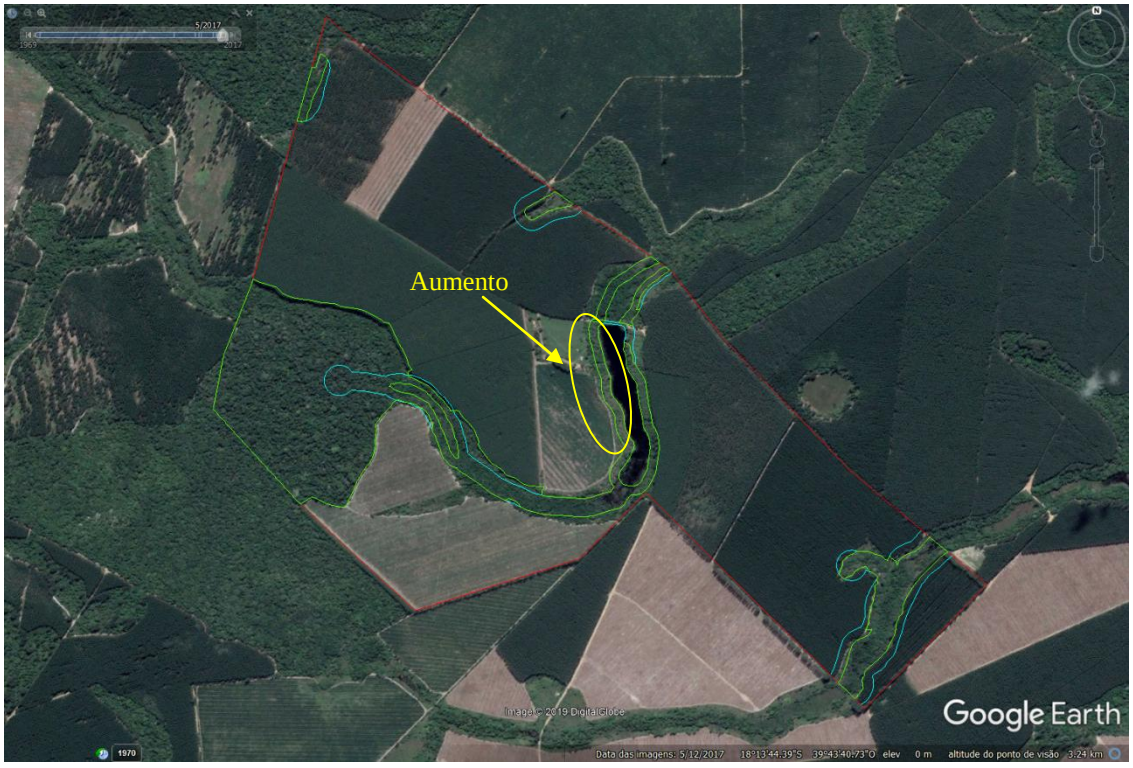
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 317

Data da assinatura do TAC: 11/04/2012

Data imagem 1: 1º/08/2011



Data imagem 2: 12/05/2017



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANÁLISE Nº 318

Sítio: Lagoa Azul	**Mat/Ident**: 879	**Município**: Mucuri
CEFIR nº 2015001013685 **Passivo não declarado? ( ) Sim (X) Não** **TC nº**		**Status: (X) Pendente validação** **( ) Pendente correção** **( ) Validado**
( ) Área própria empresas **(X) Fomento ( ) Outros**		**Deslocamento e/ou erro nos arquivos vetoriais? (X) Sim ( ) Não** **Recomposição após 2032? ( ) Sim ( ) Não**
Área total (ha): 36,62		**Módulos fiscais:** 1,04
APP preservada (ha): 5,71 **APP parcialmente degradada (ha):** **APP degradada (ha):**		**RL preservada (ha):** 3,22 **RL parcialmente degradada (ha):** **RL degradada (ha):** **RL compensada (ha):**
Excedente vegetação nativa (ha):		**Desmatamento fora APP e RL (ha):** **( ) Não declarado**

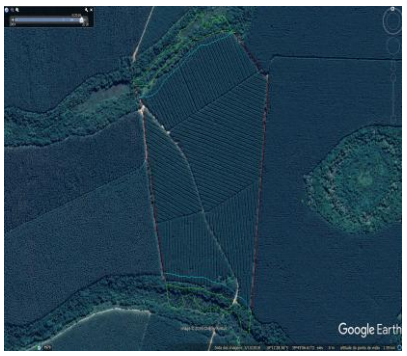
Legenda:

Limite do imóvel: _____ (contorno vermelho)

APP _____ (contorno azul)

RL _____ (contorno verde)

Excedente _____ (contorno laranja)



RESULTADO	**( ) DIMINUIÇÃO: Houve decremento da cobertura florestal.**
	( ) MANUTENÇÃO: Não houve alteração da situação da área, com cobertura florestal ou não.
	(X) AUMENTO: Houve incremento da cobertura florestal.
	( ) PREJUDICADO: Impossibilidade de realizar a análise (CEFIR não localizado, incompleto, erro nos arquivos vetoriais ou imagens inadequadas).
PROVIDÊNCIA	**(X) NOTIFICAR COMPROMISSÁRIO(A)** **( ) OFICIAR INEMA** **( ) CONTINUAR MONITORAMENTO**

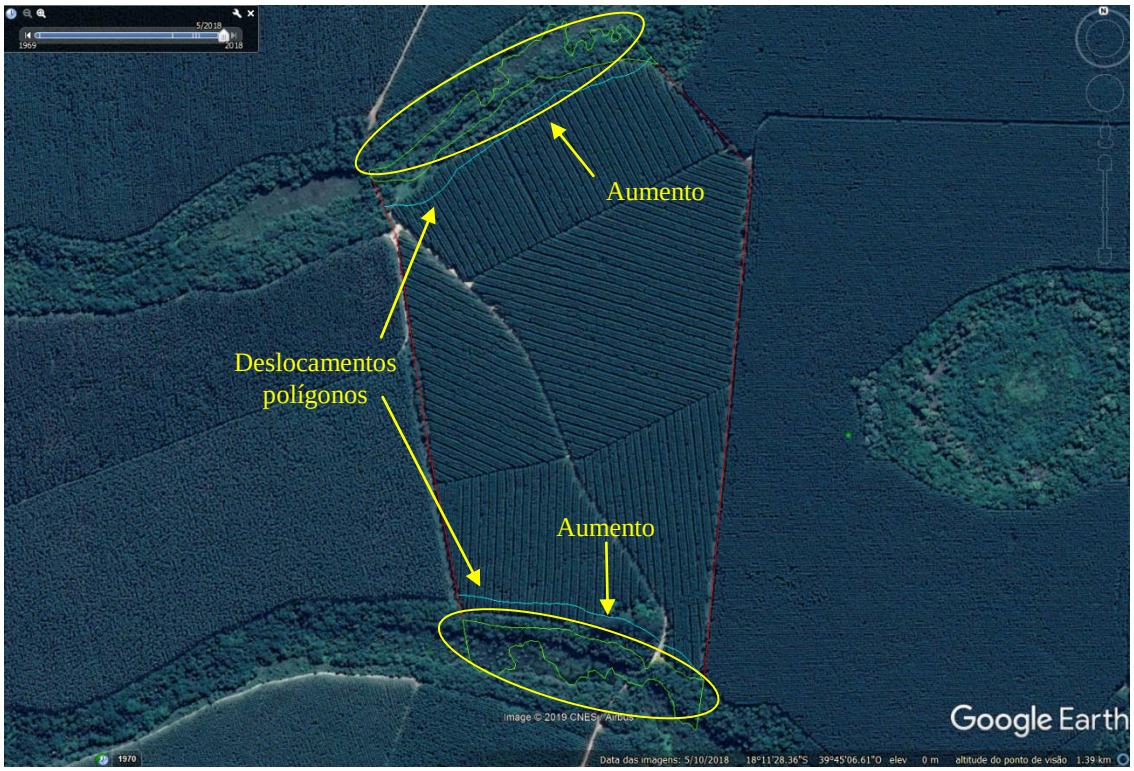
EVIDÊNCIAS ANÁLISE Nº 318

Data da assinatura do TAC: 11/04/2012

Data imagem 1: 22/03/2012



Data imagem 2: 10/05/2018



CONCLUSÃO: DIMINUIÇÃO ( ) MANUTENÇÃO ( ) AUMENTO (X)

ANEXOS

ANEXO A – Relatório de viagem INEMA

inema INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	**Relatório de Viagem**

1. IDENTIFICAÇÃO

Técnico: Ocimar Aparecido Galante, Engenheiro Florestal, Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Unidade Regional Extremo Sul do INEMA, email: ocimar.galante1@inema.ba.gov.br, telefone (73) 3292.3473.

Organizações participantes: Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Teixeira de Freitas e Centro Integrado de Geoinformação (CIGEO) do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e Unidade Regional Extremo Sul do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

Localidade: municípios de Teixeira de Freitas e Caravelas.

Período: 04/12/2017 (7:30 as 15:30 hs)

2. OBJETIVO

Acompanhar o CIGEO, em planejamento para monitoramento remoto, por meio de análises de imagens de satélite e vistorias em imóveis rurais, afim de estabelecer um entendimento comum para correlacionar as fisionomias da vegetação nativa com as imagens de satélite, principalmente em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

O monitoramento será para avaliar as situações das áreas ambientalmente protegidas de imóveis rurais cujos proprietários estão compromissados com a regularização ambiental em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o MPBA.

3. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Análise de imagens de satélite, seleção de pontos de amostragem, elaboração de croquis e vistorias nos imóveis rurais relacionados a seguir:

- Fazenda Santa Luzia e Fazenda Belém de Jesus, município de Caravelas, propriedades do Sr. Jurandir de Souza Boa Morte;

- Fazenda Aquarela, município de Teixeira de Freitas, propriedade da Sra. Maria Virgínia Cohin Ribeiro;

- Fazendas Itapetinga e Novo Horizonte, município de Teixeira de Freitas, propriedade do Sr. Arley Francisco Vescovi.

4. APOIO LOGÍSTICO

Transporte disponibilizado pelo MPBA.

5. CONCLUSÃO

Em quase todas as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal vistoriadas, tal como observado nas imagens de satélite, predominam as situações de áreas antropizadas com início de regeneração natural ou presença de vegetação secundária do Bioma Mata Atlântica em estágio inicial de regeneração, com poucas partes em estágio médio de regeneração, além disto, foi observada a ausência de proteção (isolamento) em várias destas áreas e a presença de animais de pastoreio.

Se houver disponibilidade de imagens em séries cronólogicas, com resolução igual ou superior às imagens mais atuais encontradas no aplicativo Google Earth, concluímos que é possível realizar com grande probabilidade de acerto o monitoramento da recuperação da vegetação nativa nas áreas ambientalmente protegidas.

Recomendamos que todos os técnicos que vão executar o monitoramento remoto devem participar previamente de atividades de campo para adquirir a experiência necessária para correlacionar as imagens de satélite às diferentes situações e fisionomia da vegetação em geral.

6. ANEXOS

Croquis das Fazendas Santa Luzia e Belém de Jesus e coordenadas dos pontos amostrais vistoriados



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Relatório de Viagem

Aspectos das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal da Fazenda Santa Luzia



Aspectos das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal da Fazenda Belém de Jesus



Croqui da Fazenda Aquarela e coordenadas dos pontos amostrais vistoriados

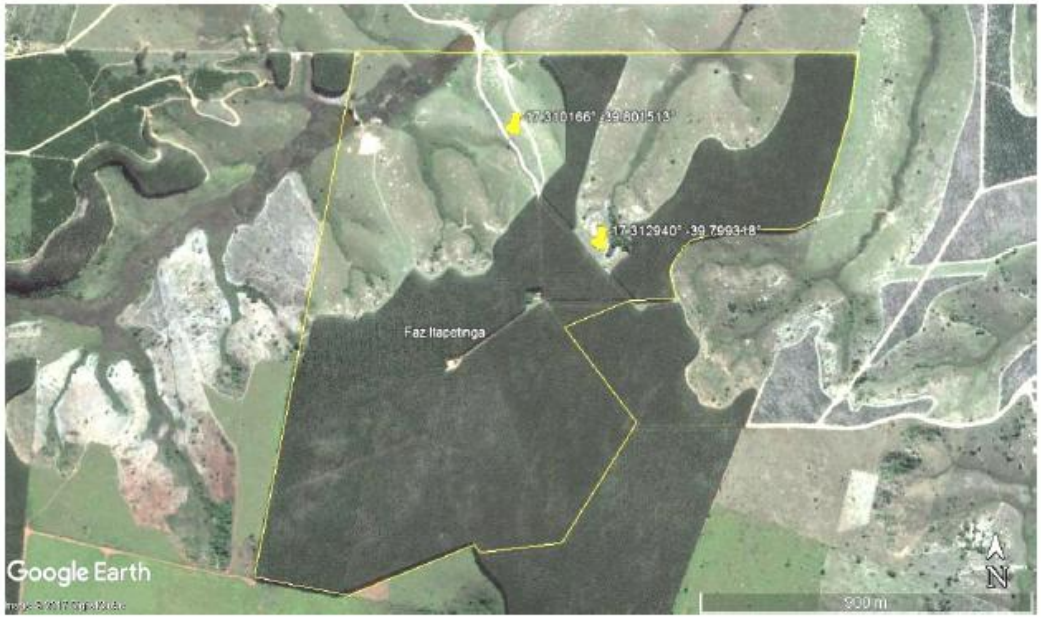


Aspectos das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal da Fazenda Aquarela





Croqui da Fazenda Itapetinga e coordenadas dos pontos amostrais vistoriados



Aspectos das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal da Fazenda Itapetinga





inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Relatório de Viagem

Croqui da Fazenda Novo Horizonte e coordenadas dos pontos amostrais vistoriados



Aspectos das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal da Fazenda Novo Horizonte





Teixeira de Freitas, 06 de dezembro de 2017.

Ocimar Aparecido Galante
Técnico Responsável